HELMAR RÖLKE

raízes da imigração alemã

História e Cultura Alemã no Estado do Espírito Santo

Uma das marcas indeléveis da era moderna é a produção de "refugos humanos", conforme lembra Zygmunt Bauman. Assim, a incipiente modernidade europeia acabou por instituir uma rota de humanos refugados rumo às Américas. O maior combustível desse contingente era o sonho de uma vida digna, mas o motor da diáspora era mesmo a reordenação capitalística.

As terras capixabas receberam milhares desses sonhadores deserdados europeus, sendo os de origem germânica o segundo maior grupo de imigrantes a aportar por aqui. Neste livro definitivo sobre o tema, o pastor, pesquisador, tradutor e professor Helmar Rölke narra com densidade, lucidez, rigor e disciplina a saga da imigração alemã no Espírito Santo.

Rölke oferece ao leitor um saber enciclopédico sobre a germanidade, reunindo informações que vão desde a situação socioeconômica e política do continente europeu dos séculos XVIII, XIX e XX até relatos sobre a situação brasileira e capixaba de então.

Nesses cenários, entre dois continentes, de hemisférios diversos, separados pelo Atlântico, movimentam-se gerações de trabalhadores fugindo da secular exploração e da miséria. Mas, na desconhecida terra prometida, o recomeço e a reinvenção do cotidiano não foram fáceis. Diferentes desafios se colocaram, adicionando novos elementos a um enredo de lutas que parece sina, seja em que continente for.

Essa história não tem um ponto final. Através do tempo, as linhas da trama original — busca de vida digna e honrada pelo trabalho e pela fé — ainda se mantêm. Assim, este exame de trajetória, mais do que um notável documento histórico, deve ser visto, antes de tudo, como uma fonte de saberes e aprendizados para inspirar superações ainda tão

raízes da imigração alemã



Coleção Canaã
Volume 23

HELMAR RÖLKE

raízes da imigração alemã

História e Cultura Alemã no Estado do Espírito Santo

Vitória, 2016
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Capa e Projeto Gráfico
Napoleon Fujisawa

Revisão
Gabriela Amorim
Pedro Carvalho

Coordenação Editorial
Cilmar Franceschetto

Mapas
Alexandre Mathias e Napoleon Fujisawa

Impressão e Acabamento
Gráfica GSA

Ficha catalográfica elaborada por Débora do Carmo (CRB 631)

R744r Rölke, Helmar.

Raízes da Imigração Alemã – : história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo / Helmar Rölke. – Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

624 p. : il.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-98928-21-0

1. Emigração alemã – História – Espírito Santo.
2. Espírito Santo – História. I. Rölke, Helmar. II. Título

CDD: 325.243

SUMÁRIO

CAPÍTULO II
O BRASIL À ÉPOCA DA IMIGRAÇÃO

CAPÍTULO III
A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX

CAPÍTULO IX
A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

CAPÍTULO X
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE LUTERANA

CAPÍTULO XI
RELIGIOSIDADE POPULAR

UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA



ALEMANHA EM 1870



IMPÉRIO ALEMÃO (“*SEGUNDO REICH*”) (1871–1918)



ALEMANHA ATUAL — ESTADOS



"A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para frente".

(Sören Kierkegaard)

AGRADECIMENTOS

No ano de 1996, um grupo que se preocupava com a preservação da História da imigração pomerana no Espírito Santo solicitou que eu publicasse o livro *Descobrindo Raízes — Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia*. Havia também o sonho de um projeto mais amplo, de resgate da História e da Cultura Alemã no estado do Espírito Santo.

Iniciei a ordenar material já colhido, gravar e ouvir histórias de pessoas mais idosas. Entrementes, muitos já faleceram. Com carinho, cito Franz Dettmann, Erich Boldt, Franz Haese, Gustav Friedrich, Ernesto Bull, Helena Boldt Jakob, Franz Boldt, Max Kerckhoff, Ida Ramlow Berger, que foram incansáveis no contar e lembrar daquilo que sabiam dos seus antepassados e de como fixaram raízes no novo país.

Depois veio a coleta de material escrito sobre o passado. Devo muito ao Sr. Hans Damitz, Prof. Dr. Ernst Struck, Sra. Andrea Werner-Zumbrägel, que sempre quando encontravam algo nas bibliotecas alemãs, faziam cópias e as enviavam.

Devo também muito ao Sr. Cilmar Franceschetto, que com seus conhecimentos indicou possibilidades de pesquisa no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Também fotografou alguns documentos que aqui são reproduzidos.

Não posso deixar de mencionar alguns colegas, como Anivaldo Kuhn, Rubens Stuhr, Leonardo Ramlow, Geraldo Graf, que foram parceiros de diálogo e informações.

Finalmente, depois de muitos anos de pesquisa que não foram interrompidas durante o meu trabalho como Pastor Sinodal na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, uso as palavras de Sören Kierkegaard para resumir o que este livro pretende: "*a vida só pode ser compreendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para frente*".

A preocupação sempre foi escrever não de forma acadêmica, para que os descendentes de alemães no estado do Espírito Santo tivessem acesso à sua história. Mas também não ignorei o compromisso de colocar nas mãos dos leitores um trabalho que possibilitasse aprofundamentos e eventuais pesquisas mais complexas.

Quem ler o livro, vai descobrir que determinados assuntos em parte são repetidos. A intenção não é ser repetitivo, mas facilitar a leitura e a compreensão dos fatos para o leitor conseguir sempre se situar nos momentos históricos descritos.

Entendi que não é possível compreender a imigração alemã e a inserção dos imigrantes no estado do Espírito Santo, sem olhar para a História Alemã. O mesmo vale para a História do Brasil e da província do Espírito Santo. Por isso a tentativa de detalhar esses momentos com mais profundidade.

Também entendi que não é possível compreender a inserção, o comportamento, as reações, a compreensão de cidadania dos imigrantes e seus descendentes, sem mencionar o papel da Igreja Luterana na caminhada da imigração. Assim, buscam-se aspectos antropológicos, históricos e teológicos que moldaram os capixabas de origem alemã.

O meu profundo agradecimento pela compreensão da minha família, principalmente à companheira Ina, que durante as férias abria mão de passeios para possibilitar as minhas pesquisas, muitas vezes com papéis e mais papéis espalhados pela sala.

APRESENTAÇÕES

Germânico-capixabas

Paulo Hartung
Governador do Estado do Espírito Santo

Como um verdadeiro "porto de pátrias", na sensível observação de um conhecido compositor capixaba, o Espírito Santo inspira alguns gentílicos extras. O ítalo-capixaba é dos mais conhecidos. Pela importância cultural e econômica de um outro contingente de imigrantes e de sua generosa descendência, carinhosa e reverencialmente poderíamos fazer referência aos "germânico-capixabas".

Reconhecer a relevância dos povos que formaram esse mosaico de culturas e tradições que é o nosso querido e ímpar Estado é questão de justiça e também de promoção de nosso autoconhecimento. Trata-se de um gesto decisivo para que possamos ser, como comunidade capixaba, o que desejamos e o que verdadeiramente podemos ser.

Nesse sentido, o caro leitor tem em mãos uma obra singular. Resultado de uma vida de pesquisas, observações, trabalho pastoral e de reflexão sobre si e os seus, visto que o autor é ele mesmo um descendente dos alemães aqui instalados, este livro de Helmar Rölke traz uma contribuição definitiva e essencial sobre os germânico-capixabas.

O nosso Estado é o que se pode definir como uma terra construída por sonhos, trabalho e conquistas de vários povos. Aqui aportaram milhares de imigrantes em busca de uma vida nova. Sem contar aqueles vindos da África como cativos, personagens de uma nefasta página da História Brasileira.

Durante o século XIX, notadamente em sua segunda metade, nosso Estado tornou-se o destino de milhares e milhares em busca de vida nova no mundo novo. Os imigrantes germânicos, em sua maioria originários da extinta região da Pomerânia, vieram com a missão de ocupação de extensas porções das terras capixabas, até então desabitadas em função da política colonialista do império português de fazer a proteção das riquezas das Minas Gerais à custa do isolamento do Espírito Santo.

Assim, a fixação do povo germânico em terras capixabas ao longo do século XIX representou importantes marcos históricos para o nosso Espírito Santo. Foram os imigrantes germânicos os desbravadores da primeira colônia imperial no Estado, criada em 1847 — a colônia de Santa Isabel —, iniciando efetivamente a política de imigração estrangeira por aqui.

Além de constituírem esse marco pioneiro, dez anos depois do fato inaugural da criação da colônia de Santa Isabel, o Espírito Santo recebe um novo grupo de imigrantes germânicos, em março de 1857, destinados à colônia de Santa Leopoldina. Aliás, essa colônia foi o destino da maioria dos imigrantes alemães chegados ao Estado.

De acordo com informações do Arquivo Público Estadual, foram 3.966 dos 45.630 estrangeiros que chegaram ao Espírito Santo entre 1812 e 1900, ficando atrás apenas dos italianos, que formaram a maioria absoluta: 34.516. Do total de germânicos, aproximadamente 56% migraram da região da Pomerânia, principalmente entre os anos de 1872 e 1873.

Esses verdadeiros desbravadores não só ocuparam o torrão que se lhes destinou inicialmente nas montanhas capixabas, como avançaram rumo ao norte do nosso território, ampliando nossa fronteira produtiva para além do Rio Doce.

A partir do assentamento inicial de imigrantes (na região montanhosa central do Estado) e da migração interna até meados do século XX (majoritariamente rumo ao norte do estado), em maior ou menor proporção, os colonos germânicos marcam presença nos atuais municípios capixabas de Domingos Martins, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Afonso Cláudio, Laranja da Terra, Brejetuba, Baixo Guandu, Itarana, Itaguaçu, Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Vila Valério, Vila Pavão e Nova Venécia.

Esses homens e mulheres de fé e trabalho não apenas se destacaram na agricultura (hortifrutigranjeiros, orgânicos, etc.), como também se tornaram protagonistas na indústria (Coroa, Chocolates Garoto) e na política espírito-santense, entre tantos outros feitos notáveis.

Nesse movimento, os germânicos ajudaram a colonizar grande parte do território capixaba, com seu espírito trabalhador, senso de comunidade e disposição para construir vida renovada e próspera, mesmo que na simplicidade. Sob o sol dos trópicos, a pele alvíssima e os olhos claros suportaram o desafio de viver num clima por vezes cáustico, mas o semblante era altivo, e a alma sempre disposta a empreender.

Mobilizados por suas crenças, articulados pela vida em comunidade e zelosos de sua cultura peculiar, esses pioneiros da ocupação imigrante das "terras frias" capixabas souberam enfrentar os desafios da vida em plena floresta, legando às suas futuras gerações o espírito empreendedor e alegre de quem tem a certeza de que a vida pode, deve e será sempre melhor.

No mosaico que conforma a nossa identidade, a contribuição da cultura germânica só tem a enriquecer a expressão capixaba. Vívidos em sua peculiaridade, os descendentes dos bravos imigrantes dos anos de 1800 integram-se ativamente ao projeto comum de fazer do Espírito Santo uma terra de prosperidade para todos.

O saber e a consciência dessas raízes germânicas, como bem viabiliza o livro de Helmar Rölke, são, assim, questão de reconhecimento e de potencialização de uma força de nosso Estado: os germânico-capixabas.

Imigração germânica e identidade capixaba

João Gualberto Moreira Vasconcelos
Secretário de Estado da Cultura

Existem livros que são travessias. Quando se termina a sua leitura, a nossa compreensão dos fenômenos da vida social ali tratados mudou. Eles fazem uma ruptura entre o antes e o depois. São os textos definitivos. Eles têm a capacidade de mudar o nosso entendimento do assunto e também de nos incitar a continuar as leituras para complementar nossas informações.

Foi o que aconteceu comigo depois da leitura da extraordinária obra *Raízes da Imigração Alemã — História e Cultura Alemã no Estado do Espírito Santo*. O autor traça uma magnífica trajetória da imigração alemã em nosso estado. Um trabalho intelectual de grande fôlego e de enorme estatura em seu campo de conhecimento. Segundo nos disse pessoalmente o autor, foram gastos 40 anos de pesquisas. O leitor não duvida deste dispêndio de tempo, tão pormenorizadas são as informações e tão criteriosas são as análises.

Na primeira parte do livro, denominada de *A situação política e Social na Alemanha*, por exemplo, foi traçada uma descrição tão profunda do que se passou no século XIX naquela região que temos a clara noção de fazer uma leitura definitiva sobre o assunto. Para entender o século no qual aprofunda

sua leitura, ele vai às raízes da construção da Prússia, da sua passagem para o novo Império Alemão, à sua transformação em República. Chega mesmo a tratar da ditadura nazista no século XX. O trabalho se aprofunda em cada uma das etapas históricas da Alemanha, de tal forma que, ao longo da leitura, vai se compreendendo com clareza a montagem de uma arquitetura nacional complexa, como de resto são as de todas as nações europeias modernas que se bateram por séculos em disputas de fronteiras, de línguas e de culturas.

Chama a atenção, na primeira parte do livro, o momento em que o poder da Prússia teve a hegemonia militar e econômica na Alemanha, submetendo todas as províncias. De uma delas partiu o maior grupo de imigrantes alemães vindos para o Espírito Santo: a Pomerânia. Ou seja, um fato político na organização das nações europeias no fim do império napoleônico que a unificação alemã impactou a vinda de imigrantes para a América. Destes fatos esclarecedores, o livro está cheio.

Neste universo prussiano, o autor constrói uma espécie de narrativa do cotidiano daquele povo. Aí o texto ganha um grande momento, talvez um de seus melhores. É extraordinária a forma com que este cotidiano, em um exercício antropológico da maior qualidade, ganha força explicativa para os fenômenos objetos de estudos na obra. Para se ter uma ideia do que era esse dia a dia, ele conta que, na Pomerânia, os feudos eram constituídos de uma vasta extensão rural, geralmente dividida em duas partes. Uma do senhor, do suserano, cultivada para ele pelos servos, os vassalos. A outra parte dividida em estreitas faixas para os servos poderem cultivar algo para si. Só podiam trabalhar dois dias da semana em suas faixas de terra. Nos outros trabalhavam para o senhor feudal. Desta lógica econômica resultaram populações miseráveis, já que a produtividade era muito baixa. Essa massa buscaria, posteriormente se afastar de suas pátrias de origem em busca de outras terras. Sua produção agrícola não permitia sequer o sustento correto de suas famílias. Isto tudo agravado por invernos inclementes. Superar a miséria moveu essas massas campesinas.

Continuando sua precisão narrativa, nos diz o autor que os servos recebiam cedo sua primeira refeição à base de farinha de trigo, acompanhada de pão integral. Por volta das 10 horas recebiam um pedaço de pão, untado com banha de porco, o *Schmultbrot*, e um trago de aguardente. O pão também podia vir acompanhado de uma bebida quente feita a partir de uma mistura de centeio e chicória torrados. Por volta das 13 horas, era-lhes servida uma refeição como almoço. Nesta havia geralmente ervilha, nabo amarelo, repolho e batata, cozida em água e sal. Às vezes havia soro de leite. Carne vez ou outra, mas havia muito toucinho. À noite, batata de novo. Nem sempre se usavam pratos ou talheres, a batata era espalhada sobre a mesa. Uma porção de arenque às vezes era espalhada da mesma forma. Cada um descascava sua batata e cortava seu peixe com canivetes.

Para completar esse quadro de extremas dificuldades para uma sobrevivência digna que tinham os servos pomeranos do império prussiano, nos acrescenta o autor que, para supervisionar o trabalho no latifúndio, eram contratados inspetores e capatazes. O inspetor fazia o elo entre o capataz e o latifúndio. O capataz era o executor das ordens que vinham de cima, a ele era permitido ESPANCAR empregados. Até o século XIX, o açoitamento era permitido por lei, e todos o utilizavam. Os nobres açoitavam seus servos, o marido podia bater na esposa e filhos, o artesão batia no aprendiz, o professor, nos alunos. Só não apanhavam aqueles que estavam na escala mais alta da sociedade.

Ou seja, o minucioso trabalho de Helmar Rölke — que cito apenas uma fracção diminuta, mas os que o lerem poderão se informar de todo o conjunto — nos faz entender a razão pela qual quando as condições europeias permitiram, grande número de germânicos, entre eles os habitantes da distante província da Pomerânia, partiram de suas terras. Os primeiros movimentos foram dentro da própria Europa — assim como aconteceu com os que viviam no norte da Itália, que também vieram para o Brasil depois —, só mais tarde é que optaram por viagens mais longes, pela travessia temerária do Atlântico.

As condições da vivência europeia eram terríveis. Estes pobres camponeses nada tinham a esperar dos recantos onde viviam. Pelo relato, parece que lhes faltava sobretudo esperança. A presença tecnológica das locomotivas movidas a vapor — o avanço tecnológico está na raiz das condições que permitiram a imigração em massa — produziu os deslocamentos dentro do próprio continente. A mudança alimentava a expectativa de melhores dias. Depois, a mesma onda tecnológica também produziu embarcações mais potentes para atravessar os mares. Assim, a busca de melhores dias de vida permitiu a vinda de centenas de milhares de europeus para as terras do novo mundo.

O Espírito Santo, por suas condições específicas, pôde receber parte significativa destes imigrantes. Éramos, na metade do século XIX, um grande vazio populacional e de atividades econômicas, como muito bem está descrito em nossa historiografia e no próprio trabalho que analiso. A solução das colônias

foi o que deu materialidade à vinda deste imenso contingente de deserdados. Os camponeses europeus vieram para o Espírito Santo para construir aqui seu paraíso campesino. Foi a imigração camponesa que construiu a sociedade capixaba de hoje.

Temos aqui a primeira grande contribuição do livro na compreensão de nossa identidade: seu caráter absolutamente camponês. Por outras razões que não nos cabe analisar aqui, continuamos camponeses de forma tardia até pelo menos a metade do século XX. Mas, isto é uma outra história. Voltemos às raízes da imigração alemã. Lembra o autor que se calcula que tenham entrado no Brasil, a partir de 1859, cerca de 30.000 pomeranos. Deste número, cerca de 15% estabeleceram-se no Espírito Santo.

Os alemães, camponeses pobres, optaram por vir para o Brasil em busca de novos horizontes. No caso específico do Espírito Santo, em busca de um pedaço de terra para cultivar, já que o Império brasileiro tinha uma política oficial de colônias de terras que eram entregues aos imigrantes para o cultivo. Trata-se, portanto, de uma imigração de pessoas do campo para continuar sua saga no campo. Tudo o que buscavam era um pedaço de terra e liberdade para cultivá-la. Fugiam do regime bárbaro a que estavam submetidos e imaginavam poder melhorar suas vidas cultivando sua terra. Estavam dispostos a continuar no regime de super trabalho a que estavam submetidos. Mas tinham a esperança do progresso. Por isso enfrentavam viagens horrorosas nas quais muito perdiam mesmo a vida, enfrentavam um clima totalmente diverso, mas buscavam seu pedaço de chão na distante América e, no caso em estudo, neste pedacinho da América chamado Espírito Santo. As dificuldades iniciais não foram simples, a ganância dos agentes de imigração, a desonestidade dos burocratas brasileiros e a precariedade da estrutura na chegada eram exemplos. O governo não cumpria o prometido. As colônias demoravam a ser demarcadas. Nos primeiros tempos, a improvisação era total. Mas havia a terra, mas havia a liberdade de sonhar.

Aqui o autor chama a atenção para um elemento definitivo no processo: a promessa do café. De tudo o que podiam cultivar, somente um produto podia chegar ao mercado e produzir renda monetária, proporcionar acumulação e o progresso das famílias que tanto buscavam. É inegável que a expansão do café foi a grande responsável pela ocupação do território capixaba, tirando a província da letargia em que se encontrava. Para a expansão do café, tornava-se fundamental trabalhadores dispostos a enfrentar o desbravamento do interior

da província. Ninguém melhor do que os europeus para fazê-lo. Eles estavam dispostos a todo tipo de sacrifício para serem donos de um pedaço de terra e conheciam as condições severas de produzir em terreno montanhoso e inóspito. Fugiam de um mundo que, além das grandes dificuldades, não portava o futuro e tinha uma desigualdade de corte ainda feudal que era brutal.

Deste encontro nasce uma vertente importante de compreensão de nossa formação capixaba. Da presença germânica, da importância pomerana neste contexto e da cultura do café. Cultura compreendida na extensão de seu termo. O café como produto e a imigração como portadora da mão de obra estão na base da cultura do café no Espírito Santo. Evidentemente que o café foi produzido com o trabalho escravo em grandes propriedades no sul do estado. Este fato tem enorme relevância e é um dos elementos que também formam nossa identidade regional. Mas o olhar sobre a presença campesina voltada para o café faz uma enorme diferença em nosso estado em relação às demais unidades federativas brasileiras. Marca nossa identidade.

Todos os traços culturais invadem essa cena. A religiosidade predominantemente luterana com a forte presença dos pastores vinculados à vida comunitária. A dificuldade ao lidar com a nova língua, a distância do mundo e dos valores lusitanos ou que os tornou isolados, tudo isto é marca identitária. Ou seja, lendo o livro do pastor luterano e pesquisador minucioso que é Helmar Rölke, entendemos um pouco melhor o que nos faz capixabas. O que nos faz diferentes. O que torna a diversidade em nosso estado algo enigmático e encantador.

Voltando à ideia de que o livro é uma travessia que conduziu nosso breve texto e concluindo, rendemos nossa homenagem à força e ao vigor das análises aqui empreendidas. Dignas mesmo de um grande livro. Consagração de um grande autor.

PREFÁCIO

Uma história de trabalho, fé e persistência pelos vales e montanhas do Espírito Santo

Cilmar Franceschetto
Jornalista e pesquisador
Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Nosso maior legado enquanto cidadãos é a compreensão que temos sobre a nossa identidade. É o arcabouço que reúne os nossos entendimentos diante do mundo, nosso aprendizado cultural, nosso modo de ser e de nos comportar, enfim, o caráter que nos faz dignos da percepção que temos enquanto indivíduos, enquanto família e, por fim, enquanto seres sociais. O que faz com que nos identifiquemos como indivíduos ou membros de uma determinada comunidade perpassa, indubitavelmente, por tudo aquilo que reunimos e nos foi legado como memória. Esta se faz das lembranças conscientes e inconscientes, mas também daquilo que esquecemos, mas, substancialmente, das referências que nos dizem respeito e mesmo aquelas que ainda não nos foram reveladas. Lembrar e sempre procurar compreender a nossa História deve ser um exercício constante para o nosso autoconhecimento. E só diante dessas práxis conseguiremos nos orientar para viver dignamente o futuro que nos espera.

É na busca esmerada e consciente pelo resgate da memória da imigração alemã no Espírito Santo que o "Pastor Helmar" nos traz à luz esta obra, de incalculável valor didático e histórico, sem pretensões acadêmicas, como ele mesmo se propõe, pois se apresenta como um trabalho destinado à compreensão de uma parcela ampla da população a qual se inclui, principalmente os descendentes desses imigrantes distribuídos pelos diversos municípios do Espírito Santo e que também se espalharam por outros estados do Brasil. Mas certamente é uma obra que muito será referenciada para o desenvolvimento de novos estudos, por estudantes e professores de todos os níveis de instrução.

Helmar revela-se neste livro como um dos nossos melhores entendedores da germanidade capixaba. E, com o intuito de se fazer entender por essa parcela da sociedade, tão carente do conhecimento da sua história, *Raízes da Imigração Alemã* certamente preencherá uma grande lacuna na historiografia espírito-santense e abrirá caminhos para outros estudos sobre o tema, além de servir como referência obrigatória para o entendimento da cultura dos germânicos, em especial dos pomeranos, que colonizaram o Espírito Santo em meados do século XIX.

Muitos dos seus seguidores certamente poderão relembrar, por meio da linguagem simples e clara desta obra, as palavras das suas inúmeras prédicas enquanto evangelizador, pela formação teológica que teve para o ministério da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, tendo alcançado, merecidamente, o cargo de Bispo Sinodal do Sínodo Espírito Santo a Belém. É certamente desse convívio diário entre os filhos, netos e bisnetos dos imigrantes alemães, e também da experiência herdada dos seus antepassados, principalmente do seu pai, o imigrante e igualmente pastor luterano, Hermann Rölke, que garante a Helmar um grau de conhecimento imensurável sobre o tema aqui abordado e que o credenciou a realizar um trabalho de tal magnitude. Seu conhecimento da língua, tanto da pomerana quanto da alemã, o coloca como intelectual privilegiado para a realização desse estudo, tendo em conta as possibilidades da compreensão dos relatos da tradição oral, bem como da oportunidade de consultar a vasta bibliografia sobre o assunto abordado, em língua alemã, ainda inédita em nosso vernáculo.

Tive a graça e honra de conhecer Helmar Rölke logo que iniciei meus trabalhos como Coordenador de Apoio Técnico no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em 1995. Na ocasião, enquanto servidor público e também pesquisador da imigração, acompanhei de bom grado o simpático e dedicado "pastor-historiador" que procurava nos documentos da instituição, nos ofícios, nos relatórios produzidos durante o período imigratório alemão, referências para a reconstituição histórica da religiosidade entre os imigrantes para a comemoração dos 150 Anos da Presença da Igreja Luterana do Espírito Santo. Essa pesquisa, conduzida por Helmar com perspicácia e acuidade de um garimpeiro de memórias, redundou na produção de uma exposição e na consequente publicação do livro *Descobrindo Raízes — Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia* (Vitória: UFES, 1996). Não seria exagero afirmar que foi a partir do culto religioso no centro de Vitória, na Praça João Clímaco, e posterior procissão pela Avenida Beira Mar até o Ginásio Dom Bosco, no bairro Forte de São João, em comemoração aos 150 Anos da Igreja no Espírito Santo — que contou com a participação de centenas de fiéis de diversos municípios do Estado — que se percebeu um verdadeiro sentimento de orgulho entre os descendentes desses imigrantes, há tantas décadas esquecidos e rejeitados no interior do Estado.

Além das minhas atribuições como Coordenador Técnico e depois Diretor Técnico do Arquivo Público, também tive a oportunidade de enveredar na pesquisa — sobremaneira pós-expediente e em fins de semana — sobre a imigração estrangeira, catalogando informações para o Projeto Imigrantes Espírito Santo, no levantamento sistemático dos nomes, sobrenomes, origem, destino, dentre outras informações dos nossos colonizadores. Tal iniciativa partiu da necessidade de se atender à frequente demanda dos consulentes do Arquivo Público, formada principalmente pelos descendentes de imigrantes, que procuravam diariamente nos documentos históricos, guardados há mais de um século pela instituição, informações para resgatar a memória dos seus antepassados. Com a implantação do Programa Arquivo Itinerante, tivemos também a grata satisfação de manter um contato direto com a comunidade teuto-capixaba, incluindo-se os municípios de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Santa Leopoldina, Vila Pavão, Pancas, dentre outros, de forte presença de descendentes de imigrantes da Pomerânia e de outras regiões pertencentes à antiga Alemanha. Esse projeto de pesquisa também redundou na publicação de dois livros em 2014: *Italianos* e *Imigrantes: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos Séculos XIX e XX*, ambos de minha autoria e com organização de Agostino Lazzaro.

Faço essa anotação porque também pude perceber essa transformação entre os germânicos capixabas, em especial os pomeranos, há tanto tempo ressabiados e recônditos, tratados como cidadãos de segunda classe, que aos

poucos passaram a ter orgulho das suas origens. Por mais de cinco vezes o Arquivo Itinerante esteve presente em Santa Maria de Jetibá, o que se dava anualmente, a convite da prefeitura local, e outras três vezes por solicitação da direção da escola Graça Aranha e dos alunos das escolas das comunidades de Rio Possmosser e de Belém. Também outros municípios de colonização germânica foram igualmente atendidos. A homenagem aos 150 Anos da Imigração Pomerana no Espírito Santo, realizadas em fins de junho de 2009, representaram, sem sombra de dúvida, o ápice desse reencontro dos descendentes com as suas origens. Na ocasião, o evento foi coordenado pelo Arquivo Público juntamente com representantes dos diversos municípios de colonização pomerana e da Igreja Luterana. Familiares se vestiram de imigrantes e embarcaram em uma nau, por um pequeno trajeto pela baía de Vitória, até o desembarque no porto homônimo. Ao grupo reuniram-se centenas de pares dos grupos de danças, formados por crianças e idosos, na escadaria Bárbara Lindenberg para depois adentrar ao salão São Tiago, no Palácio Anchieta, onde foram recepcionados pelo então governador Paulo Hartung, também ele um teuto-capixaba, que prestou homenagens e saudou a todos os participantes. A personalidade indicada para falar em nome da comunidade pomerana capixaba não poderia ser outro senão o autor deste livro.

Certamente, essas pesquisas realizadas por Helmar, e tantos outros trabalhos que produziu ao longo da sua carreira, o inspirou a produzir mais este livro, uma ampliação do seu primeiro ensaio, *Descobrindo Raízes*, publicado há duas décadas. Aqui percebemos que sua maior preocupação é a do comunicador, de se fazer entender além do meio acadêmico, de transmitir ao público leigo os conhecimentos e curiosidades mais pertinentes ao fator imigração: as causas, as consequências, as articulações, as intrigas, os mandos e desmandos das autoridades alemãs e brasileiras, as aventuras e os sofrimentos dos colonos, os primeiros contatos com o novo mundo, bem como a participação da igreja diante do processo imigratório dos camponeses alemães para o Espírito Santo, dentre outros temas de igual importância.

Por isso, Helmar traçou o roteiro desta obra de modo cronológico, o que também configura *Raízes da Imigração Alemã* de fácil leitura e compreensão. Inicialmente, o autor se dedicou à situação a que se encontravam os camponeses germânicos e, por sua vez, os diversos sistemas políticos e econômicos alemães, desde os recônditos anos do regime feudal, praticados nas diversas regiões, cidades-estados, condados, ducados, províncias no Império Alemão pré-unificação, até as consequências trágicas advindas com a eclosão da II Guerra Mundial. Nesse preâmbulo se esclarecem as motivações que levaram milhares de famílias daquela região europeia a buscarem novas oportunidades na América, incluindo, em detalhes minuciosos, referências sobre aqueles, que por força das circunstâncias, escolheram as terras do Espírito Santo.

Ao longo do livro, o leitor irá perceber a preocupação do autor com os adventos históricos, tanto os da Alemanha, com maior ênfase para a Província da Pomerânia, quanto os do Brasil e, neste caso, o destaque é obviamente para o contexto espírito-santense. São breves resumos dos momentos mais significantes na História de cada nação e que muito contribuíram para situar o leitor sobre as realidades da pátria expulsora e do país receptor dos imigrantes.

Por outro lado, as descrições sobre o dia a dia dos camponeses pomeranos por volta de 1850, citadas a partir dos relatos do trabalhador rural Franz Rehbein, por exemplo, demonstram a preocupação do autor em não se limitar apenas às questões macroeconômicas ou geopolíticas no esclarecimento da conjuntura regional que motivaram os camponeses a trocar sua pátria-mãe pelo Brasil. Os relatos legados pelos imigrantes em cartas enviadas aos parentes na Alemanha ou depoimentos da época, a exemplo dos escritos dos colonos Joachim Holz, Friedrich August Höhne e de Martha Zumach, que chegaram ao Espírito Santo em 1858, 1867 e 1872, respectivamente, são preciosidades documentais transcritas neste livro, testemunhos de acontecimentos pormenorizados, de riqueza histórica e de elevado grau sentimental, que dão voz aos verdadeiros protagonistas da imigração. Estes são alguns exemplos de um grande número de relatos, escritos pelos camponeses imigrantes ou aqueles gravados nas entrevistas com os descendentes pelo autor, que nos são revelados nesta obra como memória para a reconstituição da história da imigração alemã no Espírito Santo.

Válido ressaltar que as motivações para emigrar afetaram também os camponeses de outras nações vizinhas à Alemanha, a exemplo da Holanda, Áustria, Suíça, Bélgica, Polônia, dentre outras, na mesma época, que, igualmente, ajudavam a abarrotar os navios transatlânticos, tendo como destino primordial as diversas regiões do continente americano, a partir da segunda metade do século XIX. Com maior ênfase, a miséria proporcionada pelas guerras, e principalmente pelo avanço do capitalismo no campo, atingiu em grau mais elevado os camponeses norte-italianos, estes a partir de 1874, ao mesmo tempo em que o Império Alemão procurava conter a saída da mão de obra camponesa das suas terras.

Em seguida à apresentação sobre a realidade enfrentada no país de origem são descritas as realidades brasileira e espírito-santense, econômicas e sociais, por ocasião da chegada desses imigrantes. Destarte a participação dos agenciadores, dos aliciadores, dos representantes consulares e demais autoridades que viam nesse fluxo constante de camponeses entre os continentes a oportunidade de estabelecer negócios e expandir suas riquezas no uso incessante dessa massa humana como mercadoria a ser negociada entre as partes.

Essa relação promíscua se pactuava ainda nos distritos de origem das famílias, quando os camponeses eram convencidos, sempre pelas falsas promessas de se encontrar condições dignas de sobrevivência em um país tropical. Em seguida, se verificava nos portos de embarque, como os de Hamburgo e Bremen, na Alemanha; de Antuérpia, na Bélgica; ou de Dunquerque, na França, onde os passageiros eram obrigados a pagar diversas taxas, antes do embarque nos navios. Estavam, pois, entregues aos desmandos de comerciantes gananciosos das agências e companhias de navegação e depois aos receptores, igualmente inescrupulosos, nos portos onde eram desembarcados. Eram subjugados e acometidos pelas péssimas condições das viagens, desde a comunidade de origem aos infindáveis dias nos transatlânticos onde muitos sucumbiam, principalmente as crianças, que convalesciam e seus corpinhos amarrados em lona eram depois atirados ao mar. A via crucis continuava para os familiares até a chegada às colônias do Espírito Santo, que, na maioria das vezes, não estavam preparadas para receber e acomodar o grande número de imigrantes. Revoltas e arrependimentos permeavam a dura trajetória que, aos poucos, os separavam da pátria de origem. Retornar era uma possibilidade mais que remota, pois a maioria das famílias era composta por casais que possuíam filhos pequenos. Não raro muitos enlouqueciam.

Desprovidos de recursos e de proteção, os camponeses — apátridas, pois não eram mais súditos de sua pátria-mãe e, por conseguinte, estrangeiros em terras brasileiras — compunham uma massa de manobra nas mãos dos oportunistas de plantão. Não por acaso e nem mesmo por ter sido escrito por um profundo conhecedor da teologia cristã, esta obra é frequentemente permeada pelo elevado grau de importância dedicado à religiosidade dos imigrantes e da consequente participação dos luteranos na orientação moral e religiosa desses camponeses que, juntamente à força de trabalho, organizada pela mão de obra familiar, compunha os pilares que davam sustentação a esses retirantes no enfrentamento ante às adversidades no Novo Mundo.

A história da imigração alemã no Espírito Santo também é a história da Igreja Luterana em território capixaba. Desde a chegada dos primeiros imigrantes em 1846, os luteranos fincaram suas raízes nessa região. Num primeiro momento, observaram-se alguns conflitos, oposição das autoridades e até mesmo imposições do poder estatal que colocaram à prova seus mais ardorosos seguidores. Mas perseveraram a resistência e a determinação germânica dos primeiros colonos em se manter fieis aos seus princípios religiosos, e a igreja tomou consistência, se firmando entre as famílias no apoio à moral e aos preceitos do cristianismo. Por isso, este livro também traz referências minuciosas sobre a presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Espírito Santo.

Mas, antes de tudo, esta é uma história de sucesso. É o relato da trajetória dos imigrantes e dos seus descendentes que souberam enfrentar as adversidades, os desafios impostos pelo inusitado, pelo desconhecido. São lições de persistência, trabalho e fé no Novo Mundo que servem de exemplo às atuais e às futuras gerações. Os leitores têm neste livro a oportunidade ímpar de conhecer, com uma riqueza de detalhes sem igual, a história dos alemães em terras capixabas, narrada com muito carinho e esmero por Helmar Rölke, a quem seremos — todos nós capixabas — muito gratos por este maravilhoso trabalho.

CAPÍTULO I

A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NA ALEMANHA

AS DIFICULDADES SOCIOECONÔMICAS

1. SITUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL ALEMÃ

Só é possível compreender a emigração alemã a partir da observação do contexto histórico da Europa. Desde o final do século XV, iniciou-se uma expansão, até então nunca vista, a partir da descoberta de novos continentes além-mar. Pode-se falar de uma emigração de forma ordenada, mas de pequena envergadura, pois era necessário assentar pessoas de confiança nas novas terras descobertas. Os objetivos: marcar presença ostensiva nas novas possessões e enviar para as metrópoles todas as riquezas possíveis descobertas nas novas colônias.

Países que tinham experiência com navegação marítima tornaram-se potências coloniais, como Portugal e Espanha. Posteriormente, juntaram-se a essas potências França, Inglaterra e Holanda.

A partir do século XVIII, a emigração, até então um tanto incipiente, passou a ser em massa. Dois fatores cruciais contribuíram para a mudança: as novas colônias, com sua imensa geografia, precisavam ser habitadas para evitar ataques e saques ou até mesmo ocupação militar de outras nações. Além disso, a Europa encontrava-se em forte crescimento populacional. O envio de pessoas para as colônias recém-descobertas poderia auxiliar na busca de um equilíbrio para a situação social, cada vez mais calamitosa, que se instalava em solo europeu em razão do aumento da população.

No Brasil, por exemplo, a imigração de europeus no século XIX substituiu o sistema escravista até então praticado contra índios e, sobretudo, negros, que eram trazidos de forma forçada e brutal da África. Além do mais, o ele-

mento branco trazido da Europa deveria contribuir para o "branqueamento" da raça brasileira, até então, com forte influência africana, portanto, de cor negra.[1] O governo português temia algo parecido com o que acontecera no Haiti em 1806, quando escravos negros revoltaram-se e massacraram a elite francesa branca.

O mapa do que hoje em dia conhecemos como Alemanha mais se assemelhava a uma colorida colcha de retalhos, composta de inúmeros pequenos estados. Em meados do século XIX, a Confederação Germânica reuniu diversos estados independentes, dos quais os mais importantes eram a Áustria e a Prússia. Com a forte influência que tinha na confederação, a Prússia liderava um movimento pela unificação dos povos de origem germânica, o que finalmente ocorreu em 1871, quando Guilherme I, da Casa Real prussiana, foi eleito imperador da Alemanha.

Apesar da fragmentação, os estados germânicos passaram por um notável período de desenvolvimento econômico — cuja origem foi o chamado Bloqueio Continental, imposto por Napoleão Bonaparte em 21 de novembro de 1806. O bloqueio possibilitou, num primeiro momento, o crescimento da indústria artesanal no ambiente então predominantemente rural da Alemanha. Igualmente, contribuiu para o crescimento da Liga Aduaneira, criada em 1834. Composta originalmente por Prússia, Hessen, Baviera, Württemberg e Saxônia, a liga tinha por objetivo facilitar o fluxo de mercadorias entre os estados alemães, onde os muitos impostos que cada principado/estado praticava impediam o progresso. A consequência direta foi o surgimento de indústrias e centros urbanos, com isso, desenvolveram-se as indústrias siderúrgica, metalúrgica e mecânica.

Esse crescimento material e populacional trouxe em seu bojo ideias nacionalistas que varreram todo o território europeu. Diversos grupos étnicos lutaram por seu espaço territorial e por ideais de liberdade, contrários aos grupos há séculos estabelecidos em torno da nobreza, com formas de governo centralizadoras. Estavam correndo pela Europa as ideias cunhadas pela Revolução Francesa de 1789, cujos ideais eram Liberdade, Fraternidade e Igualdade.

Deflagrada pela pressão da burguesia, a Revolução Francesa eliminou a ordem feudal, aristocrática e religiosa que existia até então. A separação dos poderes e o respeito pelos direitos individuais eram considerados elementos básicos para assegurar a liberdade e igualdade de todos os cidadãos. A Prússia e a Áustria, que acompanhavam com preocupação os acontecimentos na França, resolveram intervir com força militar, mas foram derrotadas por Napoleão, que se via como herdeiro da Revolução Francesa. A França anexou ao seu território a margem esquerda do Rio Reno, efetivando uma reorganização territorial. Para indenizar os senhores feudais dessas regiões, os principados menores e a Igreja, dona de grandes propriedades de terras, tiveram que assumir as custas financeiras da guerra, impostas por Napoleão.

Em 1806, sob protetorado francês, os estados médios se uniram na Liga Renana ou Confederação do Reno. No mesmo ano, abdicava da coroa o imperador Francisco II, pondo fim ao Sacro Império Romano-Germânico, cujo início remonta ao ano de 911, quando Conrado I, duque dos francos, foi considerado o primeiro rei alemão.

A Revolução Francesa não se difundiu pela Alemanha, mas, dentro do seu espírito e ideais, a burguesia emergente alemã também queria tomar parte nas decisões econômicas, políticas e sociais do Estado. A isso juntou-se a industrialização, que teve como consequência o surgimento da classe operária. Esta lutava pelo reconhecimento de direitos e em busca de melhorias das condições desumanas de trabalho às quais era impiedosamente submetida. Os operários, incluindo mulheres e crianças, trabalhavam até 16 horas por dia.

Com a derrota de Napoleão diante da aliança entre Prússia, Rússia, Inglaterra, Suécia e Áustria, que tomaram Paris em 31 de março de 1814, o mapa da Europa foi redesenhado pelos vencedores no Congresso de Viena (1814 a 1815). Os povos europeus passaram a sonhar com uma vida livre e participativa em questões decisórias de Estado. As grandes nações, porém, fortalecidas pela vitória sobre a França de Napoleão, não estavam dispostas a fazer muitas concessões à participação do povo nas decisões políticas.

A fim de garantirem-se contra um eventual levante popular ou revolução, Rússia, Áustria e Prússia criaram a Santa Aliança, politicamente costurada pelo príncipe de Metternich, da Áustria. Segundo ele, a segurança dos estados só estaria garantida sob a regência de príncipes. Isso significava manter governos centralizadores — sem participação da burguesia e da classe operária. A Santa Aliança, portanto, opunha-se a qualquer tentativa da população de participação na história ou na política de seus estados.

1 Henrique KRAUSE, Lutherische Synode in Brasilien, p. 15 ss.

2. A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Ao lado dos ideais semeados pela Revolução Francesa e resumidos nos termos Liberdade, Fraternidade e Igualdade, mais um fato viria a mudar a história dos povos: o invento da máquina a vapor.

No ano de 1776, James Watt conseguiu fazer funcionar o seu invento: um motor movido a vapor. A máquina era capaz de substituir a mão de obra humana nos mais diversos setores de trabalho, como nas minas de carvão e na lavoura. Logo também passou a ser empregada nas fábricas, principalmente na indústria têxtil.

Em 1814, a locomotiva a vapor foi inventada por Stephenson. As primeiras linhas férreas na Alemanha foram construídas entre os anos de 1830 e 1860. Quanto mais máquinas, mais minério de ferro fazia-se necessário. Para produzir aço nos altos-fornos, necessitava-se de carvão, abundante na Alemanha.

Surgiram então siderúrgicas que abasteciam as fábricas de máquinas e estaleiros para a construção de navios a vapor. Dentro da corrida de descobertas, surgiram o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e o trem elétrico.

Não havia mais nobreza que pudesse segurar o espírito empreiteiro de industriais, tampouco os movimentos e organizações de trabalhadores. Não se aceitava mais que príncipes ou a nobreza de qualquer estirpe ditassem as leis, conforme seus interesses próprios ou corporativistas.

Os príncipes tiveram que iniciar reformas e já não detinham mais em sua totalidade os poderes impostos pelo feudalismo. Com o crescimento das cidades e do comércio, firmava-se cada vez mais uma nova sociedade burguesa. A vassalagem foi abolida e estabeleceu-se a igualdade de todos perante a lei.

Mas nem todas as reformas almejadas foram levadas até o fim. Só alguns príncipes, aos poucos, passaram a permitir o estabelecimento e a promulgação de uma Constituição em seus estados.

3. A CLASSE OPERÁRIA

Com o desenvolvimento tecnológico, surgiu também a classe operária fabril. Tratava-se de trabalhadores que haviam aprendido alguma profissão artesanal, mas que, pelo advento das máquinas, empobreceram, pois não tinham mais como concorrer com os preços competitivos da mecanização. Estes acorreram então para centros industriais à procura de emprego em fábricas. Juntavam-se a eles filhos de colonos e diaristas de grandes latifúndios, para os quais não havia mais espaço e futuro na agricultura.

Esses centros industriais atraíam cada vez mais pessoas da lavoura, onde os salários eram baixíssimos e sobrava mão de obra. As cidades recebiam um enorme fluxo migratório, o que resultava no seu inchaço e na criação de bolsões de pobreza. Os bairros de operários não tinham infraestrutura, o que significava falta de higiene, promiscuidade, doenças e pobreza.

Como consequência do rápido crescimento e da diversificação das fábricas surgiram ricos industriais com suas enormes empresas. Mas não havia comprometimento algum quanto à segurança dos trabalhadores, nem segurança do trabalho, tampouco qualquer preocupação previdenciária. Com uma massa de pessoas procurando emprego, fábricas simplesmente dispensavam empregados que estivessem doentes ou velhos e contratavam gente nova. Essa política resultava em enorme desemprego, desesperança e pobreza. A massa de operários das fábricas vivia na miséria.

Dentro dessa situação, tornaram-se conhecidos e famosos na Alemanha dois personagens que tiveram também grande influência na história mundial: Karl Marx e Friedrich Engels. Os dois vinham de famílias economicamente bem situadas, de forma que lhes foi possível ter acesso aos estudos. Aos trabalhadores, tanto da agricultura como da indústria, o acesso à universidade era difícil ou até impossível.

Marx (1818–1883) era doutor em filosofia e toda a sua obra era dedicada à luta da classe trabalhadora. Ao lado de Engels (1820–1895), defendia a ideia de que a mudança social não viria através de intelectuais ou de partidos políticos, muito menos por meio da classe dominante, a nobreza alemã. Para eles, a única força capaz de construir uma nova sociedade era a classe trabalhadora, o proletariado. Seria um movimento de baixo para cima.

Com panfletos, os dois incentivavam os operários a conduzir sua história em busca de uma vida melhor e mais digna. Marx sonhava em tornar as máquinas e as fábricas propriedade dos trabalhadores: era o socialismo. Já os grandes proprietários industriais e rurais eram denominados capitalistas.

Para fazer frente ao capitalismo, que ignorava quaisquer direitos básicos do trabalhador, a saída era a criação de um poder político forte contra empresários e latifundiários. Em 1848, então, Marx e Engels publicam o *Manifesto Comunista*, por meio do qual conclamavam todos os operários e trabalhadores a se unir: "proletários de todo o mundo, uni-vos!".

Devido às condições subumanas a que eram submetidos e da ausência de direitos trabalhistas, muitos operários deixaram-se convencer da necessidade de criar mecanismos de proteção ao trabalho e previdência. Nasciam associações e sindicatos que lutavam por melhores salários, jornadas de trabalho mais curtas e melhores condições de trabalho. A fagulha para a mobilização dos trabalhadores já havia sido acesa quatro anos antes da publicação do *Manifesto Comunista*, ainda em 1844, quando o exército prussiano sufocou violentamente o levante dos tecelões da Silésia.

A tudo isso, somou-se um vertiginoso crescimento populacional. Entre outros, instalara-se um proletariado rural desqualificado, com uma forte migração para as cidades. Estava dada a largada para a emigração em massa, consequência da situação política e dos desníveis sociais e econômicos da Alemanha. A alternativa era apostar em dias melhores em outras nações, para construir ali futuro para os filhos e uma nova pátria.

4. A LIGA ALEMÃ

Após a vitória sobre as tropas de Napoleão, estabeleceu-se uma nova ordem na Europa. O mapa do continente foi redesenhado no Congresso de Viena (1814–1815), mas não se concretizou a esperança de muitos alemães de obter um Estado nacional e livre. Surgiu a Liga Alemã, que, já nascida como uma união enfraquecida, representava apenas aos interesses da nobreza alemã. Da Liga Alemã faziam parte 35 principados/estados, além de algumas "cidades livres", como Hamburgo, Lübeck, Bremen e Frankfurt, mas sua criação não resultou no estabelecimento de um Estado alemão com um Governo Central e participação dos diversos segmentos sociais.

Havia um tipo de parlamento que se reunia na cidade de Frankfurt, mas os delegados/deputados não eram eleitos pelo voto popular. Os congressistas só podiam se posicionar depois do aval dos governantes dos estados que integravam a Santa Aliança. Durante a existência da Liga Alemã, o interesse dos príncipes dos seus 35 principados/estados era reprimir quaisquer tentativas de liberdade — e de unificação. Assim, a atividade política tornou-se praticamente impossível.

É importante lembrar alguns fatos que caracterizaram o período da existência da Liga Alemã. Enquanto em outros países europeus a indústria e a construção de linhas férreas estava evoluindo de forma rápida, nos estados alemães só se fez o mínimo necessário para atender às necessidades da economia e de transporte.

Toda vez que se cruzava a fronteira de um pequeno principado/estado para outro, os viajantes eram obrigados a mostrar o seu passaporte e eram cobradas taxas alfandegárias. Quem viajasse de Viena a Hamburgo, por exemplo, era obrigado a apresentar o passaporte 40 vezes. As taxas alfandegárias eram cobradas na moeda de cada principado/estado. Existia a moeda própria à Saxônia e à Prússia, para mencionar apenas dois estados. Para locomover-se entre os principados/estados, era preciso ter conhecimento do nome das moedas e do seu valor. Falava-se de Pfennigen, Kreuzern, Batzen, Rappen, Groschen, Dreiern, Sechsern e Schillingen, nomes das moedas dos respectivos principados/estados.

Havia também diferenças nos padrões de medidas entre os diversos principados/estados, o que dificultava enormemente o comércio. Quando se tratava de tecidos, havia diversas maneiras de medi-los. Havia o que se denominava de medida alemã, inglesa ou holandesa, mas tudo dependia de qual padrão de medida era adotado por cada principado/estado.

Finalmente, em 1834, foi criada a Associação Alfandegária Alemã, que implantou um mercado nacional uniforme e possibilitou o início de um período de forte industrialização. Em 1835, foi inaugurada a primeira estrada de ferro da Alemanha.

5. A REVOLUÇÃO DE 1848

O ano de 1848 marcou profundamente toda a Europa. Rebeliões nacionalistas, liberais e libertárias ecoavam em todas as cidades maiores. Em 1848, aconteceu em Paris a Revolução de Fevereiro, que deu o pontapé inicial para todos os acontecimentos que se seguiram. Havia na França um descontentamento com o rei Luís Felipe, pois não se via nele um legítimo democrata. O voto permanecia censitário, isto é, votavam apenas pessoas que possuíam certa fortuna e que pagavam impostos. A população em geral desejava a ampliação do voto.

Quando um ministro proibiu manifestações de rua, houve um levante popular, e tropas governamentais atiraram contra os manifestantes. Mas a Guarda Nacional francesa, que sempre fora leal ao rei, aderiu aos revoltosos, e Luís Felipe teve que renunciar. Surgia assim a República.

Em março de 1848, houve levantes populares em quase todos os principados/estados que compunham a Liga Alemã. Os príncipes foram forçados a fazer concessões, e a Assembleia Nacional reuniu-se em Frankfurt em maio daquele mesmo ano. As forças dominantes pertenciam ao que se denominava de centro liberal — que defendia uma monarquia constitucional com direito eleitoral limitado, mas também se caracterizava por uma excessiva fragmentação de opiniões.

Criaram-se assim enormes dificuldades que, finalmente, não permitiram um trabalho legislativo para vir ao encontro dos anseios populares. A discussão girava em torno da pergunta: se a criação do "Império Alemão" deveria existir com ou sem a incorporação da Áustria. Incorporar a Áustria significava agregar mais de uma dúzia de povos que a compunham: húngaros, tchecos, eslovacos, italianos, dentre outros.

Finalmente aprovou-se uma Constituição, que previa um governo que deveria prestar contas ao parlamento. Na Constituição, tentava-se conjugar o velho com o novo. Isto porque as forças mais radicais temiam que a agitação popular fugisse do seu controle.

A Assembleia Nacional ofereceu ao rei da Prússia, Guilherme IV, a coroa hereditária do Império Alemão. Este não a aceitou, argumentando que não aceitaria uma distinção ou dignidade imperial que tivesse origem em levantes populares e que lhe fosse outorgada pela revolução.

A partir do mês de maio de 1848, cessaram ou até fracassaram os levantes populares, que sonhavam com uma Constituição de baixo para cima. Com isto, encerrava-se uma possível revolução alemã. Em abril, a Assembleia Nacional foi dissolvida e, com isso, a maioria das conquistas populares foram invalidadas e as Constituições dos principados/estados foram revisadas, dando novamente poder centralizador aos príncipes e à nobreza em geral.

Em março de 1850, a Prússia tentou criar um Estado Alemão, sob sua direção, também chamado de União Prussiana. Constitui-se uma Assembleia que foi convocada para a cidade de Erfurt. Mas como esta tentativa fracassou, restabeleceu-se novamente em novembro de 1850 a Liga Alemã, dentro do velho esquema de dar pouco espaço à participação popular na política.

6. A ASCENSÃO DA PRÚSSIA

Nos séculos XII e XIII, a região de Brandemburgo recebeu população alemã, que ali se estabeleceu. Em 1415, o margrave Frederico de Nurembergue foi designado para administrar a região. Frederico era proveniente da Casa Imperial de Hohenzollern e, posteriormente, foi designado príncipe eleitor. Havia sete príncipes eleitores no Império Alemão, e eram eles que elegiam os imperadores.

Com forte crescimento populacional, a região foi se desenvolvendo, e Berlim tornou-se a capital da província. Eram necessários muitos funcionários públicos para administrar Brandemburgo, que entrementes também cresceu em tamanho, a partir da anexação de terras no leste — até a Pomerânia Posterior ou Pomerânia Oriental. O crescimento territorial foi obra do príncipe eleitor Frederico Guilherme (1640–1688), também denominado "Grande Príncipe Eleitor".

O príncipe eleitor reconheceu que o Estado se fortalece com uma forte indústria. Isto o tornava independente e autossuficiente, deixando de ser presa fácil de fatores externos. Surgiram assim as primeiras siderurgias e fábricas de vidro em solo brandemburguês.

Também receberam asilo os huguenotes, que, por questões religiosas, foram expulsos da França. Os huguenotes eram Calvinistas, portanto, protestantes franceses, que desde o início sofreram duras perseguições na França. Tornou-se conhecida a noite de São Bartolomeu, em 1572, quando milhares deles foram

mortos. Devido às perseguições, milhares deles deixaram a França a partir do ano de 1685.[2]

Entre os huguenotes que imigraram para Brandemburgo, encontravam-se hábeis artesãos que contribuíram para que surgissem em Berlim diversas oficinas artesanais nas quais se fabricavam as mais variadas mercadorias. Os nativos tiveram que se empenhar para reagir à concorrência. Para fomentar a competição, o príncipe eleitor proibiu a importação de relógios suíços, bem como joias.

Os rios mais importantes foram interligados com canais, o que permitia que os bens de consumo fossem transportados em barcaças, barateando assim os preços das mercadorias para a população. Para uma melhor comunicação entre as cidades, foram criados os correios e suas diligências transportavam cartas e pessoas entre as cidades.

Para ter um Estado forte, o príncipe eleitor Frederico Guilherme também tinha a consciência da necessidade de um forte exército. Construiu então academias militares que preparavam soldados mesmo em tempos de paz. Havia, portanto, um exército bem treinado à disposição para qualquer emergência.

Frederico Guilherme faleceu no ano de 1688, depois de ter regido durante quase 50 anos. Neste período de regência, criara o Estado Brandemburguês-Prussiano, que se tornara aos poucos uma potência na Europa, conhecida como Prússia.

Um dos filhos de Frederico Guilherme, chamado Guilherme, deixou-se coroar "rei da Prússia" no ano de 1701, passando a chamar-se Guilherme I. Com a sua coroação, começa a existir oficialmente a Prússia como Estado.

Guilherme I era amante de pompa e festas, mas ao mesmo tempo ciente de que o Estado só podia funcionar com uma máquina administrativa bem organizada. Por isso treinou seus funcionários públicos — dessa categoria só podiam participar pessoas extremamente qualificadas. Surgiu assim o que se denominou de *Beamtenstaat*, Estado de funcionários públicos.

O rei Frederico Guilherme I, filho e sucessor de Guilherme I, levou até as últimas consequências essa compreensão de Estado construído sobre um

2 Liderados por Nicolau Durand de Villegaignon, e com o auxílio do almirante Coligny, já bem antes, um grupo de huguenotes conquistou a região do Rio de Janeiro em 1555. Queriam fundar uma colônia para exploração econômica, mas ao mesmo tempo fugir das guerras religiosas que assolavam a França.

funcionalismo público bem treinado e obediente. Os funcionários eram vigiados e fiscalizados, muitas vezes pelo próprio rei, que visitava repartições públicas sem aviso prévio. Diferentemente do pai, era discreto e não ligado a hábitos pomposos.

Manteve de seu genitor a preocupação com o poderio militar, pois acreditava que a melhor forma de garantir a paz com países vizinhos era ter um exército respeitado. Eram conhecidas as suas ordens para que nos quartéis reinassem respeito e limpeza. Recebeu a alcunha de *Soldatenkönig*, rei soldado.[3]

Após sua morte, em 1740, Frederico Guilherme I foi sucedido por seu filho Frederico II. Amante de filosofia, literatura e música, ele tocava flauta transversa com grande maestria. Mantinha também escritores e filósofos na Casa Real, como o poeta, historiador e filósofo francês Voltaire. Antes de ser coroado rei, escreveu que *"o Príncipe é o primeiro servidor de seus súditos, ele é instrumento de sua felicidade, assim como estes são o instrumento de sua glória"*. Durante seu reinado, aumentou o território da Prússia com a anexação da Silésia, região que pertencia à Áustria e contra a qual declarou guerra três vezes.

Durante o reinado de Frederico II — também chamado de Frederico, o Grande —, mais de 300 mil pessoas imigraram para a Prússia. O aumento populacional fez com que o rei criasse em torno de mil vilas e povoados. Para estimular a lavoura, proibiu a importação de produtos agrícolas. Em regiões mais pobres, como a Pomerânia, introduziu o plantio da batata inglesa, em 1752.

Quando Frederico, o Grande faleceu, em 1786, a Prússia tinha se tornado um grande Estado, mas, vinte anos depois, sucumbiu ao exército de Napoleão Bonaparte. Segundo o político Barão von Stein, a explicação para a derrota é que todas as questões de Estado eram geridas somente pelo funcionalismo público, e o povo permanecia à margem; em razão disso, num momento crucial, eximiu-se e permitiu a derrota diante das forças militares de Napoleão. Tornava-se necessário, portanto, fazer com que todos os habitantes da Prússia assumissem o protagonismo do ser cidadão, com todas as suas consequências. Assim, no ano de 1810, foi abolido o sistema feudal. *"A partir do dia de São Martim, só há pessoas livres"*, dizia-se. Também as cidades se tornaram autônomas. Era permitida a eleição de cidadãos para

3 Quando antigamente em Santa Maria de Jetibá um jovem era chamado para prestar serviço militar, dizia-se que ele foi *soldot späle*, brincar de soldado. Esta expressão provavelmente remonta a época dos reis prussianos, em que se prestava este serviço, mas nem sempre se ia para a guerra.

administrá-las. O objetivo último era fazer com que cada pessoa exercesse a cidadania, não mais simplesmente se submetendo cegamente ao Estado com sua máquina administrativa.

Esses desdobramentos passaram a ser vistos com desconfiança por Napoleão, pois ele temia que um Estado assim, gerido com forte participação popular, poderia um dia se voltar contra a França. Von Stein teve que abdicar e, em seu lugar, assumiu Hardenberg. Este invalidou as leis estabelecidas através de von Stein, de tornar todos os agricultores livres e donos de suas próprias terras. Para tornarem-se livres, os colonos deveriam pagar pelas suas terras. Como não tinham capital para isso, tornavam-se novamente empregados e diaristas de grandes latifúndios.

Instituiu-se novamente um exército popular, em que todos os homens, sem distinção de classes sociais, deveriam alistar-se como sinal de amor à pátria. A intenção era educar todos os cidadãos da Prússia para um espírito de pertencimento a um povo.

Naquele período, Napoleão estava no auge do poder e declarou guerra à Rússia, que não respeitava o bloqueio continental por ele imposto às nações europeias. Armou um enorme exército, com cerca de 200 mil soldados alemães. Mesmo sendo advertido da possibilidade de um fracasso na empreitada contra a Rússia, no verão de 1812, Napoleão atravessou o Rio Weichsel rumo ao leste.

Vencido pelo forte inverno e pelas forças militares do czar russo Alexandre I, Napoleão teve que deixar o campo de batalha, retornando precipitadamente com poucos assessores para a França. Deixou os seus soldados à mercê da própria sorte. Entre eles encontravam-se soldados prussianos, sob comando do general York. Como esse grupo não havia sofrido grandes baixas, York assinou, em dezembro, um tratado de não agressão com o czar. O tratado, no entanto, não foi avalizado pelo rei Frederico Guilherme III, que enxergava nele uma afronta a Napoleão, que ainda era temido em toda a Europa.

O tratado permitiu que o czar ocupasse a Prússia Oriental, mas sob administração de von Stein, que anteriormente fora banido da Prússia. Como o rei ainda não tinha aceitado os termos do acordo feito pelo general York, houve um levante popular, que exigia que Frederico Guilherme III abdicasse. Mediante a revolta popular, ele aliou-se ao czar em março de 1813.

Rússia, Prússia, Inglaterra, Suécia e Áustria uniram-se e derrotaram Napoleão em outubro de 1813, em Leipzig, no que se denominou a Batalha dos Povos. Derrotado, Napoleão teve que voltar para a França. Em 1814 as tropas vencedoras tomaram Paris. Como consequência realizou-se o Congresso de Viena, em 1814 e 1815.

7. PRÚSSIA — HEGEMONIA ECONÔMICA E POLÍTICA

A partir de 1850, a Alemanha passou por uma forte industrialização. A Prússia chegou a um ritmo de produção tão elevado que assumiu a hegemonia econômica entre os principados/estados alemães. O volume de sua produção ainda não se equiparava ao da Inglaterra, mas seu ritmo produtivo já era maior. Destacavam-se a indústria pesada e a construção de máquinas. O estado da Prússia passou a ter não só a hegemonia do poderio militar, mas também a hegemonia econômica na Alemanha.

Fortalecia-se cada vez mais a consciência política da burguesia, principalmente da burguesia liberal. Assim, o Partido Progressista Alemão, fundado em 1861, tornou-se o partido mais forte no parlamento da Prússia. Como maioria no parlamento, negou recursos ao governo quando este tentou modificar a estrutura militar. Contrária à decisão do parlamento vem a política de Otto von Bismarck, empossado em 1862 como primeiro-ministro da Prússia. A sua visão sobre a forma de governar pode ser resumida por meio de suas declarações: *"Os grandes problemas de nossa época não se resolvem com discursos nem com votações democráticas, mas a ferro e sangue. A Alemanha não deposita esperanças no liberalismo da Prússia, e sim no seu armamento"*.[4]

Sua política consistia em fortalecer a Alemanha por meio e na política exterior. Para alcançar esse objetivo, montou um exército poderoso. No ano de 1864, a Prússia obrigou a Dinamarca a ceder o território de Schleswig e Holstein, que era constituído predominantemente de população alemã. A Dinamarca foi facilmente derrotada, e os dois ducados, anexados à Prússia. A princípio Schleswig e Holstein foram administrados juntos com a Áustria.

Em 1866, era derrotada a Áustria, tendo que abandonar o cenário alemão, construído desde a Assembleia Nacional de Frankfurt. Bismarck aproveitou-se dos muitos problemas que a Áustria tinha com as guerras libertárias dos italianos na Lombardia e Veneza. Também havia a ameaça de uma revolta

4 Mario SCHMIDT, Nova História Crítica Moderna e Contemporânea, p. 148.

húngara. Mesmo derrotada, a Áustria pagou pequena reparação de guerra. Mas Bismarck aproveitou para anexar Hannover, Kurhessen, Nassau e a cidade de Frankfurt.

Com estes sucessivos sucessos em sua política exterior, foi dissolvida a Liga Alemã. Ela foi substituída pela Liga Setentrional Alemã, que reunia todos os estados alemães ao norte do Rio Meno. Bismarck tornara-se o primeiro-ministro da Liga Setentrional Alemã, também denominada de Confederação Germânica do Norte.

Na função de primeiro-ministro, Bismarck dedicou-se a completar a unificação alemã, fazendo uso da sua política de "*ferro e sangue*". Após a criação da Liga Setentrional Alemã, agora dirigida por ele como primeiro ministro ou *Kanzler* (chanceler), Bismarck queria que o rei da Espanha se tornasse parente do rei da Prússia, Guilherme I, que era membro da família imperial de Hohenzollern. Estes parentescos eram estabelecidos através de casamentos entre as casas imperiais. A França reagiu a esta ideia declarando guerra à Prússia, pois temia um fortalecimento excessivo desta.

Na verdade, era isto que Bismarck almejava, pois a Prússia tinha um exército mais numeroso, mais bem treinado e melhor armado. Iniciava assim a Guerra Franco-Alemã (1870–1871). Alguns imigrantes vindos ao estado do Espírito Santo tiveram participação direta ou indireta nesta guerra, como soldados ou parentes destes. Em 1871, a França estava derrotada. Como perdedora, foi obrigada a ceder a região da Alsácia e Lorena, além de contribuir com uma elevada reparação de guerra, em dinheiro.

Todos estes acontecimentos levaram a um forte sentimento patriótico que fizeram com que os estados ao sul do Rio Meno aderissem à Liga Setentrional Alemã, o que teve como consequência a constituição do Império Alemão. Assim, em 18 de janeiro de 1871, o rei Guilherme I da Prússia foi proclamado imperador da Alemanha na cidade de Versalhes, próxima a Paris. Estava agora estabelecida a unidade alemã.

O Império Alemão, porém, mais parecia uma Grande Prússia. Havia um parlamento eleito, mas este não tinha influência sobre a formação do governo. Tinha algumas prerrogativas de decidir sobre o orçamento, mas não conseguia interferir decididamente em assuntos de Estado.

Nos anos que seguiram à criação do Império Alemão, a indústria exigia cada vez mais matéria prima. O que não era encontrado na Alemanha, era

importado de outras nações. Também era necessário descobrir mercado para tudo que a indústria produzia. As nações industriais europeias voltaram-se então para o exterior, fortalecendo a marinha mercante.

Colocar produtos no mercado significava também enfrentar concorrência. Isto forçou cada nação a reduzir os valores de seus produtos. Estava assim dado o passo para a Alemanha expandir-se na África, como, por exemplo, nos Camarões, no Sudoeste Africano e na África Oriental.

Em 1888, falecia o imperador Guilherme I. O reinado de seu filho, Frederico III, só durou 99 dias, interrompido pela sua morte. Assumiu então seu filho Guilherme II, que era péssimo diplomata. Demitiu Bismarck e, através de uma política inábil, conseguiu fazer com que a França, Rússia e Inglaterra nutrissem fortes desconfianças quanto às suas intenções. Tudo isto finalmente culminou na I Guerra Mundial.

8. A SITUAÇÃO NA PROVÍNCIA POMERANA DA PRÚSSIA

O maior grupo de imigrantes alemães vindos ao estado do Espírito Santo partiu da província Pomerana da Prússia, de forte origem rural. Tendo em vista a predominância da Prússia também sobre outros estados alemães, de onde vieram imigrantes em número menor, a situação da Pomerânia servirá para descrever a situação da população rural que emigrou. Destaca-se a população rural, pois o maior contingente de imigrantes era constituído de colonos. Naturalmente, também havia artesãos, mas em número reduzido.

a. Um pouco da história do sistema feudal

Desde os primórdios, a Pomerânia sempre teve vocação agrícola. A partir da cristianização, cuja primeira tentativa aconteceu em 1124, e a segunda, bem sucedida, em 1128, foram trazidos de forma ordenada agricultores alemães para esta região. Mas já antes iniciou na Pomerânia um processo chamado *Bauernlegen*. Isto era o confisco, a ocupação pura e simples de pequenas propriedades por latifundiários, pertencentes à nobreza. Também por parte da administração pomerana ou pelos países que em determinados períodos da história ocupavam militarmente a Pomerânia, não houve esforços para conter a concentração de terras em mãos dos latifúndios ou feudos.

Pelo contrário. A concentração de terras em mãos de poucos lhes era simpático, pois necessitavam da nobreza latifundiária para custear as suas guerras. Era esta que fornecia soldados, alimentos e supria o caixa do Estado para financiar a máquina administrativa e a máquina de guerra. Além do mais, os soldados pomeranos eram conhecidos pela sua lealdade e obediência.

Os pequenos agricultores, agora sem terra, tornaram-se cada vez mais e em maior quantidade "operários rurais", ou simplesmente "servos diaristas" de senhores pertencentes à nobreza. Com a prática do *Bauernlegen*, o que equivalia ao confisco e ocupação de pequenas propriedades por latifundiários, a Pomerânia adotou também o sistema feudal. Era um sistema brutal, mas simples de ser entendido. Com as invasões e os constantes ataques de inimigos, os mais abastados organizavam os seus próprios meios de defesa, já que não existia um Governo Central forte. Particulares abastados mantinham alguns militares sob soldo e por vezes até construíam fortalezas. Os colonos mais pobres eram incapazes de criar meios de defesa próprios. Quando então havia uma ameaça externa, estes buscavam proteção junto aos ricos proprietários.

Dessa forma, surgiram os suseranos, ou seja, os ricos proprietários e os vassalos, os servos. Em troca de proteção, os vassalos se comprometiam a obedecer aos suseranos. Isto implicava em trabalhar para estes em suas lavouras.

Na Pomerânia, os feudos eram constituídos de uma vasta extensão rural, geralmente dividida em duas partes. Uma do senhor, do suserano, cultivada para ele pelos servos, os vassalos. A outra parte era dividida em estreitas faixas, para os servos poderem cultivar algo para si. Em geral, só lhes era permitido trabalhar durante dois dias por semana em suas faixas de terra. Nos outros dias da semana, tinham que trabalhar para o senhor feudal.

Com o pouco que conseguiam produzir para si, sustentavam a sua família e cumpriam com as suas obrigações junto ao senhor feudal. Destas obrigações, fazia parte pagar a moagem dos cereais no moinho do latifúndio, pagar a construção de estradas e caminhos que levavam ao latifúndio ou o cruzavam. Tinham também que pagar a lenha que era usada para o forno coletivo, onde todos os trabalhadores assavam seus pães.

Só quem pertencia à nobreza podia possuir feudos. Mas a própria nobreza era constituída de grupos distintos: falava-se da grande nobreza e da pequena nobreza. Da grande nobreza faziam parte os duques, marqueses e condes. Da pequena nobreza faziam parte os barões, viscondes e cavaleiros. A grande nobreza tinha o direito de "enfeudar", isto é, conceder feudos a outros nobres da pequena nobreza.

Os servos não eram propriamente escravos, que podiam ser vendidos aleatoriamente. Eram parte integrante do feudo e por isso não podiam ser vendidos. Caso o feudo fosse transferido para outro senhor, os vassalos apenas mudavam de senhor.

Com o decorrer da história, foram surgindo vários graus de servidão:

- Servos de domínio: eram aqueles que eram diretamente agregados à casa do senhor feudal. Trabalhavam, portanto, durante o ano todo nas terras do senhor feudal. Não lhes era permitido produzir algo para si mesmos;
- Servos fronteiriços: eram aqueles que se fixavam perto de aldeias e lá sobreviviam em pequenas áreas arrendadas por latifúndios. Trabalhavam mais para o senhor feudal do que para si;
- Servos aldeões: eram aqueles, que fixados perto de aldeias, não arrendavam terras. Apenas possuíam uma pequena cabana e trabalhavam como contratados nos latifúndios. Muitas vezes esse trabalho só era remunerado com alimentação.

Existiam também os vilões, classe constituída de pequenos artesãos e, por isso, social e economicamente mais privilegiados. Ao lado do trabalho como artesãos, a família costumava trabalhar pequenas áreas de terra pertencentes aos latifúndios, em forma de parceria. Embora tivessem que se submeter aos mandos do senhor do latifúndio, gozavam de uma certa liberdade.

Finalmente, existiam ainda os burgueses, os habitantes dos burgos, de pequenas cidades fortificadas com muros de proteção. Estavam geralmente envolvidos com comércio. Como não trabalhavam diretamente nas terras do senhor feudal, tinham que lhes pagar tributos mensais ou anuais.

A base do feudalismo clássico era a desigualdade social, em que uma pequena minoria, com todos os poderes, dominava a maioria. A classe mais sacrificada era a dos servos, que eram obrigados a arar, semear, colher, escavar fossos de proteção ao castelo onde habitava o senhor feudal e de onde recebiam proteção. Abriam e consertavam estradas, transportavam esterco para a lavoura, abarrotavam os celeiros do latifúndio com suprimentos. Enfim, era a classe dos servos que mantinha funcionando todos os setores de um latifúndio.

A economia do sistema feudal era fechada, não existia mercado para fora. De fora apenas se traziam o sal e objetos necessários que não podiam ser produzidos nos latifúndios pelos artesãos, como, por exemplo, o ferro. Sobre estes produtos importados, os vassalos tinham que pagar impostos. O senhor feudal, não. Este imposto era chamado de gabela. Toda a produção do feudo destinava-se primordialmente para o consumo interno. Não se usavam moedas, e todo comércio era operado através de troca de bens em espécie. Neste sistema e relação de trabalho, a produção apenas supria as necessidades do feudo.

Como a parte de terra designada para os servos era dividida em estreitas faixas, não era possível um cultivo mais racional. Adotava-se a rotação de culturas trienal para impedir o excessivo desgaste do solo. Com este sistema de rotação, apenas 2/3 da propriedade eram cultivados a cada ano.

b. A situação específica da Pomerânia

A partir do ano de 1720 e, principalmente, após o Congresso de Viena (1814–1815), no qual os poderosos da época redesenharam o mapa da Europa, a Pomerânia passou a ser província da Prússia. A Pomerânia Oriental já pertencia a Brandenburgo/Prússia desde um tratado de 1529, mas que só entrou em vigor em 1720. A partir do Congresso de Viena, também a Pomerânia Ocidental ou Anterior, até então sob jurisdição da Suécia, passou a fazer parte da Prússia. Todas as regulamentações do Congresso de Viena de fato só entraram em vigor em 1817. Esta é, portanto, a data, a partir da qual se pode falar de uma Pomerânia unificada e sob a mesma administração.

Com administração unificada sob a Prússia, foram desencadeadas algumas tentativas para melhorar a situação calamitosa do homem do campo sem terra da Pomerânia. O rei Frederico, o Grande (1740–1786), preocupado com o atraso e a pobreza da Pomerânia Oriental, que com suas terras fracas e arenosas produzia pouco cereal, introduziu no ano de 1752 o cultivo da batata inglesa, que finalmente conseguiu amenizar a fome desta população. A princípio, a população opôs-se veementemente ao cultivo deste "novo tubérculo".

Um passo importante para o desenvolvimento da Pomerânia sob domínio da Prússia foi uma lei promulgada no ano de 1799 pelo rei Frederico Guilherme III. Esta lei transformava os feudos que estavam sob domínio do Estado em livres propriedades. Todavia, nesta lei vinha embutido um dispositivo obrigando os colonos que trabalhavam nestas glebas a cumprir certas exigências, para tornarem-se proprietários definitivos. Ela estabelecia que, quem quisesse se tornar proprietário de terras do Estado, onde já há longos anos vinha trabalhando, teria que levantar uma determinada quantia em dinheiro. Esta quantia tinha por objetivo indenizar o Estado. Quem não tivesse dinheiro vivo poderia ceder uma faixa de terra correspondente ao valor estipulado em dinheiro. Esta lei naturalmente beneficiou apenas a alguns poucos.

No ano de 1807, foi abolido o sistema da vassalagem e desencadeada em toda a Prússia uma Reforma Agrária. Desta reforma, alguns pontos devem ser destacados, pois desnudam a situação em que viviam os trabalhadores da terra:

- nenhum colono é obrigado a trabalhar em latifúndios;
- o colono pode mudar de um lugar para outro a qualquer momento, não dependendo mais da licença do latifundiário;
- o colono pode casar com que quiser, não dependendo mais da permissão do suserano.

Nove anos depois, em 1816, os latifundiários da Prússia, incomodados com a abertura e liberdade dada aos colonos, exigiram mudanças na lei que norteava a Reforma Agrária. O rei da Prússia, pressionado, dobrou-se às exigências, pois dependia do dinheiro e dos soldados que a nobreza mobilizava para manter o exército prussiano. Era a nobreza com seus grandes latifúndios que mais vinha ao encontro das necessidades do Estado prussiano.

Revogou-se a Reforma Agrária em seus termos originais de 1816 e introduziu-se o seguinte dispositivo: só podiam ser tituladas terras, isto é, só podiam passar para as mãos dos colonos as terras que, comprovadamente, antes do ano de 1763, eram cultivadas por estes. É natural que, com este dispositivo, a Reforma Agrária proposta originalmente assegurou novamente à nobreza a permanência de muitas terras em suas mãos.

Para os colonos, era muito difícil juntar os meios financeiros necessários para resgatarem a sua liberdade, ou seja, assumir a posse da terra. A isto se somava a necessidade de comprovarem legalmente que já trabalhavam na sua gleba antes ou logo a partir do ano de 1763. Quem arriscava fazer o pagamento, tinha que trabalhar muito mais do que no regime feudal, em que pelo menos tinha o domingo como dia de descanso. Para os latifundiários,

o domingo era sagrado, quando mandavam todos os servos e empregados para as celebrações eclesiásticas.

Mesmo assim, houve um desenvolvimento econômico muito acentuado, o que levou a uma explosão demográfica na Pomerânia. Do ano de 1800 a 1850, a população do campo cresceu de pouco menos de 400 mil para 800 mil habitantes. A população da cidade aumentou de 200 mil para 300 mil habitantes.[5]

Aquela parcela da população do campo que não conseguia cumprir com as exigências financeiras e tendo que entregar parte da terra ou comprovar que trabalhava na gleba antes de 1763 continuava a depender dos latifundiários. Alguns conseguiam propriedades minúsculas, mas insuficientes para uma sobrevivência digna. Outros apenas conseguiram ser donos de pequenas choupanas, construídas junto ao caminho de acesso aos latifúndios ou cidades. Por um lado, o Estado criou "condições" para a autonomia dos pequenos colonos. Por outro lado, "entregou-os" novamente nas mãos dos latifúndios.

A toda esta situação juntou-se uma lei promulgada em 30 de maio de 1820, estabelecendo indistintamente impostos para toda a população. Os impostos eram fixados por classe social, em que as camadas economicamente mais fracas deviam recolher aos cofres públicos um Groschen por mês. Um Groschen equivalia a mais ou menos o ganho de dois a três dias de trabalho. Na situação em que vivia grande parte da população pomerana, principalmente na Pomerânia Oriental, é fácil de se imaginar o que este imposto significava para cada família.

A partir do ano de 1850, iniciou-se um período cada vez mais sem perspectivas para o pequeno homem do campo e os sem-terra na Pomerânia. Eram dois os motivos que levaram a isto:

- a intensificação do uso cada vez mais "racional" do solo;
- o início da industrialização, com a invenção da máquina a vapor.

No ano de 1840, o químico alemão Justus Liebig sintetizou quimicamente o adubo mineral. Como consequência, deu-se fim ao sistema de cultivo trienal. Com o adubo mineral cultivava-se, agora, permanentemente todas as áreas, não só com cereais, mas também com pastagem e plantio de nabos para o trato do gado. Este era importante, pois com seu esterco adubavam-se os

5 Hans DAMITZ, Die wirtschaftliche und gesellschaftspolitische Entwicklung Pommerns zwischen 1800 und 1860.

campos para o plantio da batata inglesa. Deve-se lembrar que os latifundiários estavam aumentando o tamanho de suas propriedades, pois muitos pequenos colonos não conseguiram pagar os seus tributos previstos na Reforma Agrária. Abria-se cada vez mais mercado para a produção, pois existiam cidades grandes para serem abastecidas, como Berlim e Stettin, capital da Pomerânia.

Assim, cada vez mais, áreas enormes de terra foram cultivadas de uma só vez. Isto naturalmente levou a um uso cada vez mais racional de equipamentos agrários e mão de obra. Houve avanços na tecnologia de ferramentas agrícolas cada vez mais, e foram inventados novos implementos agrícolas.

Com isso, sobrou mão de obra no campo. Isto é atestado através de um decreto do ano de 1853, que proibiu o trabalho de crianças abaixo de 12 anos. Já no ano de 1839 tinha sido proibido o trabalho de crianças abaixo de nove anos. Crianças com mais de 12 anos não podiam trabalhar mais do que 12 horas diárias. Isto foi uma tentativa do Estado de amenizar o desemprego e a fome, abrindo vagas de trabalho para os adultos.[6]

O que, porém, fazer com as crianças abaixo de doze anos, que deviam ceder seu lugar para os mais velhos no trabalho na lavoura? O Estado criou escolas, que até então eram privilégio da classe mais abastada, assim a escolaridade entre o povo trabalhador da terra era precária. Damitz cita um documento de 1839, no qual agricultores firmaram um tratado de regulamentação entre si e latifundiários. Dos 83 colonos envolvidos na questão, apenas 23 conseguiram assinar o nome.[7] Cada família que tinha filhos em idade escolar era obrigada a pagar taxas para manter o professor.

No ano de 1776, o inglês James Watt fez funcionar a contento a máquina a vapor. Já em 1800 esta máquina foi amplamente usada na Inglaterra. O homem já havia inventado muitas máquinas, mas não tão fortes, ágeis e polivalentes como a de vapor, que, sozinha, era capaz de movimentar muitos teares numa fábrica. É natural que esta máquina também logo tivesse emprego na agricultura. Trabalhos que antes tinham que ser realizados com animais e para cujo trato e manuseio precisava-se de muitas pessoas, passaram agora a ser substituídas pela máquina a vapor, que necessitava de apenas poucas mãos para operá-la.

6 Hans DAMITZ, Die wirtschaftliche und gesellschaftspolitische Entwicklung Pommerns zwischen 1800 und 1860.

7 Hans DAMITZ, Die Auswanderung der Pommern im 19. Jahrhundert.

Descobria-se e inventava-se cada vez mais na área da agricultura, como, por exemplo, o arado de reversão e outros maquinários que podiam ser puxados e movimentados com a máquina a vapor. Como este maquinário exigia campo aberto, acabou-se com o sistema de divisões de espaços na propriedade. Era destes espaços que os servos e diaristas tiravam o sustento para si durante dois dias por semana. Com isto, instalou-se cada vez mais pobreza e sobrava cada vez mais mão de obra no campo.

Para comercializar a produção, foram construídas linha férreas, onde a máquina a vapor puxava vagões e mais vagões carregados com produtos da terra para centros maiores. O mesmo aconteceu nas vias marítimas, nas quais barcos a vapor transportavam mercadorias. No ano de 1852, já existiam 1.164 km de linhas férreas na Pomerânia. No ano de 1859, a cidade de Köslin foi ligada a Berlim, capital da Prússia.[8]

A produção e a comercialização cresceram tanto que alguns latifundiários construíam linhas férreas particulares partindo das suas propriedades até os troncos principais. Ao lado do transporte de mercadorias, introduziu-se também, a partir do ano de 1859, o transporte de passageiros.[9]

A indústria não era muito desenvolvida, sobretudo na Pomerânia Oriental. Apenas Stettin, a capital, adquiriu alguma projeção na construção naval, pois recebia via Rio Oder o carvão vegetal vindo da Silésia e minério de ferro da Suécia. Com a indústria dando apenas os primeiros passos, os desempregados do campo não tinham nenhuma perspectiva a curto prazo. Além do mais, representavam mão de obra desqualificada.

c. O dia a dia na Pomerânia Oriental por volta do ano de 1850

Em todas as localidades, a estrutura dos latifúndios era quase sempre a mesma. Dentro de um parque geralmente bem tratado, com árvores e jardins, situava-se a residência do latifundiário. Era comum estas residências serem grandes, por vezes até em forma de castelo, com todo o conforto possível.

Nos fundos, um pouco mais longe da casa principal, encontravam-se os celeiros e os currais. Isto tudo formava um quadrado, possibilitando uma espécie de pátio interno. Com esta maneira de se construir a sede dos latifúndios,

8 POMMERNFIBEL, Was jeder Deutscher von Pommern wissen muss.

9 Hans DAMITZ, Die Auswanderung der Pommern im 19. Jahrhundert.

conseguia-se mais proteção contra as costumeiras rajadas de ventos vindas do leste, muito frios no inverno. Além do mais, era comum usar o pátio interno para montar esterqueiras com os restos de fezes e palha que eram colhidos nos currais. Ali este material curtia, para depois ser levado para a lavoura.

Era também comum que cada latifúndio tivesse, no fundo destas construções, uma destilaria, onde se fabricava aguardente para uso pessoal com os trabalhadores. Ao lado da destilaria, situavam-se as construções que abrigavam a criadagem. Do outro lado do caminho que levava à lavoura, instalavam-se os diaristas, que tinham contrato de trabalho com o latifúndio. Moravam em choupanas pobres, que podiam ser próprias ou pertencentes ao latifúndio. Cada latifúndio tinha assim a aparência de ser um pequeno lugarejo, onde o latifundiário ditava as regras de conduta.

O funcionamento e a manutenção do latifúndio tinha algumas particularidades. Existia a criadagem fixa, que morava e era alimentada pelo latifúndio. Este tipo de criadagem era responsável pela limpeza dos currais, pela manutenção das carroças, pelo trato dos animais e pela manutenção dos implementos agrícolas. Era também responsável pela limpeza da residência do latifundiário, bem como do trato do jardim que cercava a casa principal. Enfim, era de sua responsabilidade tudo que envolvia o trabalho na sede do latifúndio.

Um trabalhador agrícola de nome Rehbein descreveu a alimentação que a criadagem recebia no latifúndio. Cedo, recebiam como primeira refeição uma sopa à base de farinha de trigo, acompanhada de pão integral. Por volta das 10 horas recebiam um pedaço de pão, untado com banha de porco, o *Schmutlbrot*, e um trago de aguardente. Por volta das 13 horas, era-lhes servida uma refeição como almoço. Nesta havia, geralmente, ervilha, nabo amarelo, repolho e batata inglesa, cozida em água e sal. Por vezes, esta refeição principal era acompanhada de soro de leite.[10]

Carne só era servida uma vez ou outra, mas se comia muito toucinho. À noite era servida batata inglesa cozida com casca em água e sal. Depois de cozidas, estas eram espalhadas sobre a mesa, nem sempre se usava pratos ou talheres. As batatas eram acompanhadas por uma porção de arenque, que era espalhada da mesma forma. Cada um descascava as suas batatas e cortava o peixe com seu canivete, ou talheres — quando os havia.

10 Franz REHBEIN, Das Leben eines Landarbeiters.

À noite, após terminado o trabalho, a criadagem visitava as choupanas dos diaristas, onde as mulheres, depois de um longo e duro dia de trabalho, fiavam em rocas para a confecção de tecidos. Estes encontros geralmente aconteciam em forma de rodízio, assim, cada dia uma outra pessoa era visitada. Era também nestes encontros que se fiavam penas de ganso para a confecção de cobertas/edredom e travesseiros, tão necessários para o inverno. As conversas durante estes encontros giravam em torno dos mais diversos assuntos. Mas, de preferência, conversava-se sobre morte e sobre acontecimentos, que envolviam histórias de assombração, o *Spauk*.

Rehbein detalhou informações interessantes sobre a vida dos diaristas contratados pelos latifundiários. Dentro de suas casas, que muitas vezes não passavam de uma rudimentar choupana, ou no fundo de suas casas, as famílias dos diaristas tinham o direito de criar alguns animais, como gansos, galinhas, porcos e, quem financeiramente estava melhor situado, possuía até algumas vacas. Não raramente o gado era mantido dentro da casa/choupana durante os meses de inverno, para ajudar a aquecer o ambiente.

Tudo isto, em muitos latifúndios, era regulamentado através de um contrato, que previa cláusulas interessantes: o diarista comprometia-se a trabalhar durante o ano todo para o latifundiário. Dependendo do tipo de trabalho, variava também o pagamento, que de 30 podia saltar para 60 Pfennig ao dia.

O contrato também previa o trabalho das mulheres. A mulher do diarista tinha que trabalhar durante 200 dias por ano para o latifúndio. Como remuneração recebia de 25 a 50 Pfennig ao dia, dependendo do tipo de trabalho que realizava.

Além disso, fazia parte do contrato o diarista fornecer dois empregados para o trabalho no latifúndio. Um desse empregados devia ter acima de 17 anos, outro podia ser alguém com menos idade.[11] Estes dois empregados tinham que ser acolhidos na moradia do diarista, que também era responsável pela sua alimentação. O pagamento destes dois empregados era efetuado pelo latifundiário, mas eram descontados os dias em que não trabalhavam, quando doentes ou por quaisquer outros motivos.

11 Isto explica porque, nos contratos assinados pelos emigrantes nos portos de embarque, constavam nomes que não pertenciam à família sanguínea. O mesmo se verifica nas listagens do Arquivo Público em Vitória, onde aparecem os nomes das famílias e, entre estes nomes, pessoas com outros sobrenomes.

Quando um destes empregados adoecia, o diarista tinha a obrigação de procurar um substituto, que então tinha que ser assumido financeiramente pelo próprio diarista. Quem tinha a sorte de não adoecer, ou não faltar ao serviço por motivos de força maior e tinha mais de 17 anos recebia 18 Taler ao ano. O empregado com menos de 17 anos, recebia 9 Taler como pagamento anual. Um Taler equivalia aproximadamente a 3 Marcos alemães; 100 Pfennig totalizavam um Marco; em valores atualizados, equivale a 1,50 Euro.

Além do dinheiro que recebiam anualmente do latifúndio, recebiam também, no outono, um par de botas e um corte de tecido para a confecção de calças e camisas. Caso o diarista tivesse filhos nesta idade estabelecida para os dois empregados, podia empregá-los, o que naturalmente significava uma grande vantagem, pois não era necessário, neste caso, contratar duas pessoas estranhas para dentro de casa.

Por força do contrato, o diarista recebia uma cota de cereais, nabos, beterrabas, feno e uma área de terra, onde podia cultivar batata inglesa para alimentar sua família durante o ano. Por isso era tão importante possuir animais, pois seu esterco adubava a terra. Além disso, com a venda destes, obtinha-se algum dinheiro extra para melhorias da moradia ou para tratamento médico, caso alguém da família adoecesse.

Do lucro da venda dos animais ou de suas carnes, o latifundiário descontava do diarista a moagem dos cereais durante o ano para a confecção de pão. Também era descontada alguma pastagem suplementar necessária para alimentar seus poucos animais. O latifundiário oferecia animais para engorda e, quando estes eram vendidos, o diarista recebia uma parcela do lucro. Caso os lucros conseguidos fossem gastos com doenças na família, fazia-se um empréstimo junto ao latifundiário, para devolvê-lo no ano seguinte, na próxima venda dos animais engordados. Assim, criava-se uma eterna dependência entre trabalhador e patrão.

Para supervisionar todo o trabalho no latifúndio, eram contratados inspetores e capatazes. O inspetor fazia o elo entre o capataz e o latifundiário. O capataz era o executor das ordens que vinham de cima, a ele era permitido espancar os empregados. Até o século XIX, existia o direito do açoitamento, do qual todos faziam uso. Os nobres açoitavam seus servos; o marido podia

bater na esposa e filhos; o artesão batia no aprendiz; o professor, nos alunos. Só não apanhavam aqueles que estavam na escala mais alta da sociedade.[12]

As festas oferecidas pelos latifundiários eram apreciadas e, dentre elas, tinha destaque a *Kartoffelhochzeit*, o casamento das batatas. Era uma festa realizada quando a colheita de batatas transcorria dentro da produção esperada. Falava-se em "casamento", pois nesta festa reinava a mesma alegria que se percebia em festas de casamento.

Antes do início desta festa, todos iam à igreja. Era bom costume que os latifundiários exigissem a presença dos seus servos e diaristas nos cultos aos domingos. Após a ida à igreja, começava a festa. Para isto o celeiro já havia sido cuidadosamente varrido e lavado, pois era ali que se dançava. Encostado às paredes, empilhavam-se sacos, contendo batata inglesa e cereais, sobre os quais as pessoas presentes à festa tomavam lugar. Alguns poucos músicos da redondeza, com seus acordeões, violinos e instrumentos de ritmo, animavam para a dança. Apreciava-se a polca e a polca mazurca.

Como se tratava de uma festa importante e alegre, os homens vestiam suas roupas domingueiras, que consistiam de terno escuro, gravata e botas tratadas com óleo de bacalhau, para melhor conservação do couro. As mulheres e moças usavam vestidos floridos de chita, com no mínimo quatro anáguas. Usavam blusas, que em geral eram brancas, com ricos babados na gola e nas mangas e o indispensável lenço na cabeça. Estes lenços eram confeccionados com muito cuidado, contendo finos bordados em ponto cruz de flores ou outros desenhos. Esperava-se que toda moça pomerana soubesse bordar em ponto cruz.

Na abertura da festa das batatas, o latifundiário fazia uma rápida aparição e um pequeno discurso. Terminadas as palavras do latifundiário, era servida aguardente, que todos, indistintamente, ingeriam. Após o latifundiário recolher-se à sua casa, iniciava a festa, que durava a noite toda.

Além destes latifúndios, que na verdade se assemelhavam a pequenos reinos e mundos para si, existiam as vilas, onde moravam artesãos, pequenos agricultores, pescadores e diaristas. Por vezes, a vida era muito dura nestas vilas. Franz Rehbein descreve sua infância, como filho de alfaiate, e vida adulta,

12 Franz REHBEIN, Das Leben eines Landarbeiters.

como diarista, para poder sobreviver. Mesmo sendo alfaiate, o pai não possuía máquina de costura, todas as costuras eram feitas cuidadosamente à mão.

Na casa deste alfaiate, pela manhã, tomava-se leite diluído com água. No almoço, a base da alimentação era a batata inglesa. Carne só vinha à mesa uma ou duas vezes por semana. Durante os meses do verão, à noite comia-se *Klieben* e *Klamörkens*, uma sopa à base de água com sal, trigo, restos de pão dormido e leite. Durante os meses do inverno, à noite, comia-se batata inglesa, cozida com casca em água e sal, acompanhada de arenque/sardela.

Grande era a preocupação em torno da alimentação e material para aquecer as casas durante os meses de inverno. Esta preocupação fez com que surgisse um sistema interessante nas pequenas vilas. Como a grande maioria dos habitantes era composta de pequenos agricultores, não havia esterco suficiente para adubar as suas terras para o plantio de cereais. Assim, ofereciam também o pouco de terra que possuíam aos artesãos e diaristas para plantar batata inglesa, mas esta oferta de terra incluía uma condição. Os artesãos e diaristas, para poderem plantar a sua batata, tinham a obrigação de arrumar esterco para adubar todo o terreno. É por isso que artesãos e diaristas procuravam criar em casa cabras, porcos, vacas, gansos, galinhas, cujo esterco era cuidadosamente recolhido e guardado em lugar adequado.

Quando se aproximava a época de preparar a lavoura, o pequeno agricultor recolhia o esterco de casa em casa e o espalhava em suas roças. A área que dava para adubar com o esterco era colocada à disposição do fornecedor do adubo. Nesta área, plantava-se batata inglesa. Toda essa colheita pertencia ao fornecedor do esterco, pois, ao agricultor que havia cedido a terra, interessava ter a sua lavoura adubada para o plantio de cereais, que iniciava logo após a colheita da batata.

Além de colherem com este sistema as suas próprias batatas, estes diaristas e artesãos empregavam-se também nos latifúndios, na época da colheita, principalmente na colheita da batata, que durava em torno de três semanas.

Já antes das 5 horas da manhã, as famílias dos artesãos e diaristas eram buscadas com carroças em pontos determinados pelos latifundiários. O trabalho na roça iniciava às 6 horas. Por volta das 10 horas, havia um momento de descanso de 15 a 20 minutos, anunciado e encerrado através de um apito que o capataz do latifúndio usava. Este apito era sinal de sua autoridade sobre os empregados.

Por volta das 13 horas, o capataz apitava para o intervalo do almoço, que durava em torno de 45 minutos. Comia-se então, geralmente, um pedaço de pão untado com banha de porco, o *Schmultbrot*. O pão vinha acompanhado de café quente, fornecido pelo latifundiário, feito a partir de uma mistura de centeio e chicória torrados.

Em torno das 18 horas, com o trilar do apito do capataz, terminava o trabalho daquele dia. Na maioria das vezes, a volta tinha que ser feita a pé ou por outra condução, pois o latifundiário só se comprometia com a condução dos seus trabalhadores e não dos diaristas e artesãos.

Estas três semanas eram também chamadas de "guerra das batatas". Pelo trabalho, as pessoas eram remuneradas da seguinte forma: adultos recebiam de 50 a 75 Pfennig ao dia. Crianças também eram bem-vindas neste trabalho e podiam receber até 25 Pfennig ao dia. Mulheres que traziam crianças pequenas, mas que já conseguiam ajudar um pouco, podiam à noite, após o término do trabalho, levar algumas batatas para casa. A quantidade para cada mulher era estabelecida pelo capataz.

Muitos destes diaristas e artesãos já iniciavam o trabalho antes das 4 horas da manhã e terminavam por volta das 22 horas. Isto porque era necessário fazer a própria colheita nas terras que tinham ajudado a estercar, bem como ganhar um dinheiro extra nos latifúndios.

O combustível para aquecimento das casas durante os meses de inverno consistia de turfa e galhos secos, que podiam ser colhidos por mulheres e crianças nas matas dos latifúndios. Só podiam ser apanhados galhos caídos no chão. A turfa é um combustível natural formado de restos de vegetais em águas paradas. Com a posterior ausência de água, este material torna-se compacto, de cor escura e pode ser cortado e preparado em pedaços, isto é, em "tijolos" de turfa. Ela era cavada e preparada em pedaços pelos homens. Cabia às mulheres e crianças carregá-la e armazená-la em quantidade suficiente para garantir calor em lareiras especiais dentro de casa, enquanto durava o inverno.

A partir de 1875, os latifundiários passaram a contratar cada vez mais trabalhadores temporários. Tudo com o intuito de cortar despesas e ter menos preocupação com uma enorme quantidade de empregados durante o ano todo. A grande maioria destes empregados temporários era procedente do leste europeu ou da Polônia. Movidos pela necessidade, não tinham grandes pretensões de ganhar bem e contentavam-se em ter emprego fixo apenas durante os meses de plantio ou colheita. Após cumprida a tarefa, deixavam os latifúndios, desobrigando estes a assumir qualquer compromisso durante os meses de inverno. Além do mais, a mão de obra temporária não fazia grandes exigências referentes a condições adequadas e higiênicas nos alojamentos.[13]

Além destas vantagens, os empregados temporários trabalhavam por empreitada, o que naturalmente se mostrava financeiramente mais vantajoso para os latifúndios do que manter diaristas. Onde latifúndios permaneceram nas mãos das mesmas famílias durante gerações, criou-se um tipo de relação sentimental e de compromisso moral entre latifundiário e diarista. Onde latifúndios trocavam de donos, os inspetores e capatazes não tinham ligação nenhuma com os diaristas, por isso, estes também preferiam os trabalhadores temporários.[14]

Os filhos de diaristas começaram a migrar para a cidade, à procura de dias melhores. Por parte destas pessoas mais jovens, havia pouco interesse para a emigração. Nas regiões onde não havia esta tendência de migrar para a cidade, constatou-se índices consideráveis de emigração de famílias inteiras para a América.[15]

Não há notícias preocupantes relativas a roubos e delinquência na Pomerânia Oriental nesta época. Quando aconteciam, eram resultado de necessidades, como, por exemplo, roubo de material combustível para a calefação das casas durante os meses de inverno. A ingestão de bebida alcoólica sofreu um certo controle através de pesados impostos que incidiam sobre a produção da mesma. Era frequente entre os jovens manter relações sexuais antes do casamento, como uma "antecipação" ao matrimônio, mas sobre esta questão não havia maiores cobranças ou preocupações morais. Se bem que o estado matrimonial e a fidelidade deviam ser resguardados. A religiosidade era bastante viva, e o patriotismo tinha fortes raízes.[16] Nota-se que o cultivo do patriotismo se instalou após a proclamação do rei Guilherme I, a 18 de janeiro de 1871, como imperador do Império Alemão. O rei Guilherme era da casa real prussiana.

13 Max WEBER, Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland, p. 469.

14 Ibid., p. 470.

15 Ibid., p. 470.

16 Ibid., p. 471.

Quase não se tem notícias sobre quebra de contratos de trabalho. Quando aconteciam, partiam do latifundiário. Famílias que conseguiam juntar alguma poupança durante a vida tentavam comprar parcelas de terra. Mas, em geral, os diaristas preferiam continuar no antigo sistema de parceria, pois ele trazia menos preocupações e desobrigava a procurar as instâncias governamentais para fins de legalização.[17]

Mesmo com a preferência de continuar no antigo sistema, havia regiões onde a procura por pequenas parcelas de terra para compra superava a oferta. Havia também regiões em que se tentava arrendar parcelas de terras, mas que necessitavam de grandes investimentos, como construções e melhorias na terra, o que inibia o interesse. O estudo de Weber cita especificamente Köslin e Belgard, região da qual muitos diaristas emigraram para o Espírito Santo a partir de 1859. Isto pode significar que, com a emigração, começaram a sobrar pequenas parcelas de terras que alguns diaristas vindos ao Brasil possuíam.

Na região de Kolberg-Körlin, tem-se notícia de famílias de pequenos agricultores que tentaram adquirir pequenas propriedades, porém endividando-se. Havia casos em que a dívida superava inúmeras vezes o valor da parcela de terra. A dívida era junto a comerciantes ou instituições bancárias, nas quais se procurou financiamento. Famílias nestas condições realizavam transações comerciais com produtos ou colocavam pastos e outros meios à disposição de credores para a amortização da dívida.[18]

Weber confeccionou uma tabela bem detalhada sobre propriedade e migração. Desta, aqui se pinçam aqueles distritos dos quais partiram emigrantes para o estado do Espírito Santo:

17 Max WEBER, Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland, p. 471.

18 Ibid., p. 474.

Município	Produção	Propriedades	Salários	Emigração	Migração para:
Köslin	Cereais e Nabos	Grandes	1,50 a 1,75*	EUA, América do Sul (Brasil**), Austrália	Berlim
Lauenburg	Cereais	Grandes	1,25 a 1,50	EUA, Brasil	Cidades industriais
Rummelsburg	Cereais e pastagens	Médias/grandes	1,00	EUA, Brasil	Cidades
Schlawe	Cereais	Grandes	1,60	EUA, Brasil	Jovens para o serviço militar
Körlin	Cereais	Pequenas, médias e grandes	1,25 a 1,75	EUA, Brasil	Cidades
Belgard	Cereais e batata inglesa	Grandes	1,50	EUA, Brasil**	Cidades
Kolberg	Cereais e batata inglesa	Médias/grandes	1,50 a 2,00	EUA, Brasil**	Só esporadicamente
Schivelbein	Cereais e batata inglesa	Grandes	1,50	EUA, Brasil**	Só esporadicamente
Greifenberg	Cereais e batata inglesa	Grandes	1,50 a 2,00	EUA, Brasil**	Jovens para a cidade
Regenwalde	Cereais e batata inglesa	Grandes	1,50 a 2,00	EUA, Brasil**	Jovens para serviço militar
Neugard	Cereais e batata inglesa	Médias/grandes	3,00	EUA, Brasil**	Cidades e serviço militar
Stolp	Cereais	Grandes	1,25 a 1.50	Brasil	Cidades industriais

* Taler — moeda da época

** Weber cita apenas a palavra América. Mas como desta região vieram muitos imigrantes para o estado do Espírito Santo, cita-se aqui expressamente o Brasil.

d. A religiosidade pomerana

Há um antigo ditado que diz que, na Pomerânia Ocidental ou Anterior, a comunidade religiosa pode ter o melhor e mais competente pastor, mesmo assim ele não conseguirá lotar o templo com fiéis. O contrário vale para a Pomerânia Oriental: pode ser o pior e mais incompetente pastor, mesmo assim não conseguirá afugentar os fiéis, o templo estará sempre lotado.

Desde a cristianização, iniciada pelo Bispo Otto de Bamberg entre 1124 e 1128 até o ano de 1140, a Igreja na Pomerânia foi dirigida pela Diocese de Bamberg, bem ao sul da Alemanha, no estado da Baviera. Através de decisão

papal, em 14 de outubro de 1140, criou-se o primeiro bispado na Pomerânia, cujo primeiro bispo se chamava Adalberto. Para a manutenção do bispado, foram criados impostos. Para cada arado existente na área do bispado, deviam ser entregues anualmente dois alqueires (equivalentes a 40 litros) de cereais ao bispo.

No ano de 1264, o poder na Pomerânia foi assumido pelo Duque Barnim, o que viria a ser um marco importante para a Igreja. Barnim reconheceu na estrutura da Igreja uma forte aliada na manutenção do poder civil, pois ela tinha uma organização sem igual. Estar de bem com as autoridades eclesiásticas significava ter poder sobre a sociedade civil. Esta via nos homens da Igreja os intermediários entre si e Deus.

A Igreja soube usar a religiosidade que os wendes-pomeranos cultivavam antes da cristianização, que viam nos sacerdotes os intermediários entre homens e as divindades. Os wendes habitavam a Pomerânia antes da germanização. Este grupo eslavo, por morarem no Mar Báltico, cedo recebeu o nome de *Po Morje*, que significa: aqueles que moram ou habitam perto do mar. De *Po Morje* finalmente surgiu a denominação Pomerânia.

Os duques pomeranos também souberam tirar proveito para o fortalecimento do seu próprio poder, possibilitando a criação de conventos e mosteiros. Através destas instituições religiosas vindas da Alemanha eram passadas novas técnicas na área da agricultura e o senso de obediência às autoridades civis. Pode-se dizer que a nobreza dirigente da Pomerânia e a Igreja andavam de mãos dadas, uma instância tirando proveito da outra, em detrimento da população pobre. Talvez os duques pomeranos, a princípio, nem percebessem com clareza que a Igreja era a maior condutora da cultura alemã para dentro das suas terras, pois quem monopoliza o saber num mundo de analfabetos tinha todo o poder de manipular.

Na Pomerânia existia o alto e o baixo clero. A nobreza fornecia material humano para o alto clero. Era das casas dos nobres que filhos saíam para tornarem-se bispos ou superiores de conventos. Enfim, cargos de importância dentro da hierarquia da Igreja. Era praxe que, das famílias nobres, um filho ou uma filha se dedicasse à vida eclesiástica. A ideia que nutria esta prática era aplacar a ira de Deus sobre estas famílias por faltas, opressão, desmandos, maus tratos e má conduta moral.

Ao baixo clero pertenciam os frades, os monges e padres. Estes tinham a função de fazer o trabalho de base, onde valia suar a camisa, enfrentando o povo simples em sua difícil e dura vida. Eram eles que exerciam e ditavam o serviço religioso do dia a dia.

A partir do ano 1370, surgiram asilos, hospitais e orfanatos, que eram mantidos pela nobreza pomerana. A motivação para a manutenção destas instituições era conhecida: aplacar a ira de Deus por desmandos praticados contra a classe trabalhadora, os vassalos.

Surgiu nesta época uma prática curiosa: em conventos eram mantidos livros, chamados de *Livros dos Mortos*. Neles os monges faziam anotações dos nomes de doadores ou praticantes de boas ações para a Igreja. Ter o nome inscrito neste livro significava ter dado um passo significativo em direção ao paraíso. Wehrmann cita os monges da localidade de Neuenkamp, que inscreveram em seus livros os nomes daquelas pessoas que, gratuitamente, supriam o convento com cerveja.[19]

A partir do ano de 1500, surgiram na Pomerânia algumas vozes discordantes em relação à Igreja. Estas discordâncias não aconteceram por questões teológicas, mas motivadas pela cobrança de impostos. O Estado cobrava impostos da burguesia emergente, porém isentava a Igreja destas cobranças. O clero e suas propriedades eram isentadas, mas o restante da população era cada vez mais tributada.

Lembre-se que já antes, mas principalmente nos séculos IX a XII, a vida social e econômica era essencialmente rural. As cidades experimentaram decadência, desaparecendo quase que completamente as atividades comerciais. Quando novamente as relações comerciais se intensificaram, as cidades receberam um novo impulso. Assim, pouco a pouco, as cidades que estavam estagnadas foram enriquecendo com o comércio e a indústria artesanal, aumentando as profissões não agrícolas. Estes locais de comércio, geralmente construídos em entroncamentos de vias importantes, eram protegidos por muros/muralhas e chamados de burgos. Seus moradores eram os burgueses, gente ligada ao artesanato e ao comércio.

Para defender os interesses comerciais, esses burgos/cidades começaram a formar ligas. Várias cidades pomeranas, como a capital Stettin, Stralsund,

---

19 Martin WEHRMANN, Geschichte von Pommern, p. 184.

Greifswald (cidade universitária desde 1456) e Kolberg uniram-se à Liga Hanseática, que chegou a congregar 170 cidades no norte da Europa. Essa liga mantinha sob seu controle o comércio marítimo e terrestre, exportando, importando e mantendo relações comerciais até com a Índia.

A burguesia era tributada de forma cada vez mais pesada. O clero que vivia encastelado em latifúndios não recolhia impostos. Esta situação provocou alguns conflitos que só foram contornados quando o clero, sob pressão, fez algumas concessões. Nas cidades de Stettin, Stolp, Stralsund, Greifswald e outras, abriu-se mão de alguns impostos eclesiásticos que eram cobrados junto aos habitantes.



Acervo Helmar Rölke

Comunidade reunida após a celebração dominical

É claro que, com este pano de fundo, o Movimento Reformatório introduzido na Pomerânia por Johannes Bugenhagen, a partir do ano de 1530, caiu em solo fértil. Quem naturalmente primeiro aderiu à Reforma foi a burguesia, isto é, as cidades. Já a partir do ano de 1522, Lutero era lido e discutido em algumas cidades. Os duques Georg I e Barnim XI, sucessores de Bogislaw X, aparentemente ignoraram a questão religiosa que estava começando a fervilhar.

O duque Bogislaw X deu à Pomerânia um relativo progresso a partir do ano de 1468, centralizando o governo na cidade de Stettin. Foi também o incentivador da obra literária *Pomerania*, primeiro compêndio a resgatar a história deste povo. Pouco antes de morrer, em 24 de setembro de 1523, ele assinou um decreto através do qual simplesmente proibiu as atividades daqueles que estavam "*desencadeando movimentos revolucionários*", referindo-se àqueles que discutiam e disseminavam as ideias de Lutero.[20]

Finalmente, também a nobreza aderiu à Reforma. Isto significava que automaticamente também todos os vassalos abraçaram a "nova fé". Fato é que a confessionalidade luterana tornou-se coisa séria para os pomeranos. Isto se nota quando se olha o dia a dia dos pomeranos no início do século XIX. Os livros que orientavam a vida diária eram a *Bíblia*, o *Catecismo Menor de Lutero* e o hinário. Neles, diariamente, lia-se e treinava-se a leitura. O Catecismo era ensinado pelo pastor. Como em cada família nem todos sabiam ler, decoravam-se muitos versículos bíblicos e estrofes de hinos do hinário.

No ano de 1535, Johannes Bugenhagen escreveu a primeira regulamentação da vida eclesiástica da Igreja Luterana da Pomerânia. O texto, em pomerano, divide-se em três partes, das quais algumas chamam a atenção. Na primeira parte fica estabelecido que em todas as cidades devem ser instaladas escolas com professores e assistentes de professores, e as aulas, administradas conforme estabelecido no sistema escolar da Saxônia. Também para garantir a frequência de crianças pobres nas aulas, "*não se pode proibir àqueles que o necessitam, mendigar diante das portas*".[21]

Toda esta prática religiosa levou os pomeranos a um apego muito grande pela tradição. Quando eram propostas mudanças, os pomeranos entravam em conflito consigo mesmos, pois, por natureza, gostavam de segurarem-se no que os pais haviam-lhes transmitido. O apego ao conhecido tem a sua

20 Martin WEHRMANN, Geschichte von Pommern, p. 254.

21 Pommersche Kirchenordnung, 1535, p. 21–22.

origem no passado histórico deste povo, que constantemente tinha suas terras invadidas por povos vizinhos. No século XII, por exemplo, aconteceram 22 guerras em solo pomerano.

Esta característica pomerana de remeter-se às tradições e religiosidade dos pais foi testada de forma existencial em 1817, ano em que se festejaram os 300 anos da Reforma. A família real prussiana já pertencia, desde 1613, à Igreja Reformada, que tinha a sua origem no Calvinismo. O rei Frederico Guilherme III queria aproveitar as festividades para unir a Igreja Reformada e a Igreja Luterana, já que ambas estavam presentes nas províncias prussianas.

Em 31 de outubro de 1817, dia da Reforma da Igreja, foi proclamada pelo rei a "União" das duas Igrejas. Aparentemente, esta "União" foi bem aceita pelas partes. Mas quando o rei quis introduzir uma *Nova Agenda Comum de Ofícios Religiosos*, no ano de 1822, uniformizando a liturgia do culto em toda a Prússia, o seu decreto encontrou forte resistência.

Em todas as cidades e vilas da Prússia, surgiram discussões acirradas em torno da questão. O mesmo aconteceu na província prussiana da Pomerânia, pois, desde a Reforma, ela era luterana em sua quase totalidade. Como então abrir mão desta tradição e confessionalidade e aceitar elementos da Igreja Reformada em seus cultos?

Neste contexto, não podem ser ignorados movimentos que existiram no seio luterano desde o ano de 1816. Eram diversos movimentos que queriam preservar "*os ensinamentos puros*" de Lutero. Em Stettin, por exemplo, surgiram os *Amigos da Doutrina Pura*, provavelmente criado quando o rei Frederico Guilherme III fez saber que estava planejando a "União" das Igrejas para as festividades dos 300 anos da Reforma da Igreja, no ano de 1817.

Na Pomerânia Oriental, da qual provém a grande maioria dos imigrantes no Espírito Santo, Gustav von Below era o mentor dos "Amigos da Doutrina Pura", a partir do ano de 1818. Através deste movimento, surgiu na Pomerânia Oriental um despertamento religioso, que contagiou toda a população.[22]

Em 1824, foram festejados os 700 anos de cristianização da Pomerânia. O evento foi usado pelas autoridades eclesiásticas para um chamamento geral para o bom senso, visando finalmente a concretização da "União" e, sobre-

22 Hans DAMITZ, Die Auswanderung der Pommern im 19. Jahrhundert.

tudo, a aceitação da Nova Agenda de Ofícios Religiosos. No ano de 1828, apenas 12 pastores, com as suas respectivas comunidades, ainda resistiam.[23]

Então vieram notícias da Silésia, que novamente começaram a criar tensões na Pomerânia. Na Silésia, um grupo de pastores com suas comunidades não queria abrir mão de sua confessionalidade luterana. O problema chegou ao auge numa localidade chamada Höningen, no ano de 1834. Fiéis luteranos não permitiram que um pastor, que havia aderido à "União", entrasse em seu templo para celebrar cultos. A reação das autoridades da Prússia foi irada. O rei Frederico Guilherme III enviou suas tropas, cercou e invadiu o templo de Höningen.[24]

A revolta destes luteranos na Silésia, agora denominados de *Altlutheraner* (vetero-luteranos), foi imensa. Tanto é que decidiram emigrar para os Estados Unidos da América no ano de 1835. Também entre muitos pomeranos cresceu o desejo de emigrar para um lugar onde pudessem confessar livremente sua fé evangélico-luterana. A esta vontade somou-se, principalmente, a procura por melhores perspectivas de vida para si e para os descendentes. Na Pomerânia estavam sem emprego, empobrecidos e famintos.

Dentre os luteranos da Silésia que emigraram em 1835, encontrava-se o sapateiro Züngler, da cidade de Breslau, hoje Wroclaw, na Polônia. Numa carta com data de 06 de outubro de 1835, ele escreveu de Buffalo, perto de Nova Iorque, aos silésios, descrevendo os Estados Unidos como um paraíso.

Züngler escreveu nesta carta, conhecida como *Carta de Buffalo*, que, na América, qualquer pessoa podia tornar-se proprietária de terra. Que o café da manhã, café de verdade, era acompanhado de carne e verdura. Para o almoço havia dois tipos de carne, e para a janta, novamente carne. O solo era tão fértil que não era necessário adubá-lo durante três anos seguidos. Todo mundo era livre, tanto nas convicções políticas como no campo religioso.[25]

A partir de 1836 foram feitas cópias desta carta, que foram distribuídas entre comunidades insatisfeitas nas províncias de Brandenburgo e Pomerânia. Pode-se compreender o impacto desta carta entre os pomeranos, que so-

23 Hans DAMITZ, Die Auswanderung der Pommern im 19. Jahrhundert.

24 Ibid.

25 Hans DAMITZ, Die wirtschaftliche und gesellschaftspolitische Entwicklung Pommerns zwischen 1800 und 1860.

nhavam com liberdade religiosa e uma vida melhor, sem fome e, sobretudo, senhores da sua própria terra.

No mês de maio de 1836, um grupo de *Altlutheraner*, da região da cidade de Cammin, encaminhou pedido de emigração às autoridades governamentais. O ministério governamental competente negou o pedido, alertando para outras cartas vindas dos Estados Unidos, que desdiziam a visão paradisíaca contida na "Carta de Buffalo".

O grupo não se conformou com a negativa, argumentando em torno da questão religiosa. O rei foi envolvido pessoalmente na discussão. Formou uma comissão de alto nível, que interrogou todos os requerentes, um por um, com a intenção de demovê-los da ideia através da persuasão e pressão.

Finalmente, as autoridades prussianas concordaram com a emigração, impondo, porém, uma condição, que tinha como objetivo claro demover o grupo da sua intenção. A condição era a seguinte: o grupo poderia emigrar, se fosse suficientemente numeroso e forte para poder contratar e manter financeiramente um pastor que deveria acompanhá-los para prestar-lhes assistência religiosa na nova terra. O grupo comprometeu-se com a exigência. Assim, em junho do ano de 1839, um primeiro grupo de pomeranos recebeu a permissão para emigrar para os Estados Unidos da América. Eram 570 pomeranos, que no mês de julho do ano de 1839 embarcaram no porto inglês de Liverpool, rumo aos Estados Unidos.

Fome, falta de perspectiva de dias melhores e sede por liberdade religiosa abriram o caminho para a América.

e. Dados estatísticos da emigração pomerana

Há dificuldade para precisar com mais exatidão o número de pomeranos que emigraram para o estado do Espírito Santo: as autoridades aduaneiras brasileiras por vezes só faziam constar como origem do imigrado a "Prússia", ignorando que a Prússia era constituída de diversas províncias. Em outros momentos, nem sequer se colocava a origem. Apenas se mencionava o porto de origem.

Mesmo assim, calcula-se que tenham entrado no Brasil, a partir de 1859, em torno de 30.000 pomeranos. Deste número, em torno de 15% estabeleceram-se no estado do Espírito Santo. Também a Austrália recebeu considerável número de imigrantes pomeranos. Tem-se uma estatística mais exata apenas dos Estados Unidos, feita pelas autoridades aduaneiras americanas a partir de 1830, quando os pomeranos lá começaram a desembarcar. Tem-se aí os seguintes dados:[26]

1830–1840	2.500 imigrantes
1841–1850	13.000 imigrantes
1851–1860	26.500 imigrantes
1861–1870	58.600 imigrantes
1871–1880	64.300 imigrantes
1881–1890	132.200 imigrantes
1891–1900	34.000 imigrantes

A Pomerânia Oriental, ou Posterior, da qual emigrou a maior parte dos imigrantes para o estado do Espírito Santo, hoje pertence à Polônia, resultado da Conferência de Potsdam. O desenrolar e a brutalidade da II Guerra Mundial foi terrível. Aqui, destaca-se apenas o desfecho: pressionada na frente ocidental pelo exército aliado — composto pelos Estados Unidos da América, Canadá, França e Inglaterra — e, na frente oriental, pelo exército Vermelho da antiga União Soviética, que avançou sobre a capital Berlim, a Alemanha não mais conseguiu resistir. Em 30 de abril de 1945, Hitler se suicidava, entre 8 e 9 de maio, a Alemanha capitulava.

Já nos meses de fevereiro e março de 1945, o Exército Vermelho tinha invadido a Pomerânia Oriental. Cidades históricas, como Kolberg, praticamente desapareceram do mapa. Grande parte da população refugiou-se em Mecklemburgo/Pomerânia Ocidental e em outros estados da Alemanha.

De 17 de julho a 02 de agosto do ano de 1945, foi realizada a Conferência de Potsdam, em que estavam presentes os mandatários Harry S. Trumann, dos Estados Unidos da América, Winston Churchill, da Inglaterra, e Josef Stalin, da União Soviética. Foi ali tomada a seguinte decisão: o norte da Prússia Oriental passou a pertencer à União Soviética. O restante da região, dentre esta também a Pomerânia Oriental, passou a pertencer à Polônia. Os Rios Oder e Neisse, juntamente com a antiga capital da Pomerânia, Stettin, formaram a divisa da Polônia com a antiga República Democrática Alemã.

26 Hans DAMITZ in Die Auswanderung der Pommern im 19. Jahrhundert.

A esta decisão seguiu-se outra: se os novos dominadores quisessem expulsar a população alemã dos territórios adquiridos, poderiam fazê-lo. Mas, desde que fosse a população alemã ao leste dos Rios Oder e Neisse. Dos originais 38.500 km² de terra pomerana, 31.301 km² passaram então para o domínio polonês. Os poloneses iniciaram um processo de expulsão, no qual 1,8 milhão de pomeranos tiveram que deixar suas terras. Durante a fuga, faleceram em torno de 500 mil pessoas, vítimas de fome e frio.

Assim, a Pomerânia como um todo deixou de existir. A cidade de Stettin, antiga capital, agora se chama Szczecin. Hoje apenas existe o estado alemão de Mecklemburgo/Pomerânia Ocidental.

9. OUTROS ESTADOS ALEMÃES DE ONDE VIERAM IMIGRANTES

a. Renânia Palatinado

É no estado da Renânia Palatinado que se encontra a região do Hunsrück, de onde vieram os primeiros imigrantes para a colônia de Santa Isabel, em 1846. A Renânia Palatinado, como se conhece hoje, foi formada em 1946, quando foram unidos territórios da Baviera, de Hessen e da Prússia. Originalmente, era uma região pobre, mas hoje mantém lugar de destaque na economia alemã.

Os Rios Reno, Mosela e Lahn apresentam em suas margens inúmeros castelos, alguns ainda conservados, outros em ruínas. Há também cidades com importância histórica, como Espira, Worms e Mogúncia, com suas suntuosas catedrais medievais. Mogúncia é a capital da Renânia Palatinado.

Os vales dos afluentes do Rio Reno são conhecidos pela produção de vinhos. A região é cortada pela estrada do vinho, a *Deutsche Weinstrasse*, encanto para turistas de toda a Europa.

Na cidade de Koblenz surgiu o jornal liberal *Rheinischer Merkur*, que levantou voz contra a dominação napoleônica. A cidade de Mogúncia mantém o Museu de Gutenberg, onde estão expostos os inventos de Johannes Gutenberg, que revolucionou o mundo com a tipografia.

Em Trier, a mais antiga cidade alemã, nasceu o filósofo Karl Marx. Durante certo período na história, Trier foi uma das mais importantes cidades do Império Romano. No castelo de Hambach, realizou-se, em 1832, a primeira manifestação popular, que visava dar mais voz e participação política ao povo e almejava a construção de uma República alemã.

b. O Sarre

O estado do Sarre é um território rico em carvão e siderúrgicas. Passou por inúmeras vicissitudes durante a sua história, pois se localiza entre a Alemanha e a França. Desta forma, esta região ora era anexada pela França, ora pela Alemanha. Em 1920, foi subordinada à Liga das Nações. Com a ascensão de Hitler em 1933, a população votou, em 1935, pela sua reintegração à Alemanha. Após a II Guerra, com anuência da França, o Sarre voltou a fazer parte da Alemanha. A capital do estado do Sarre é Saarbrücken.

c. Renânia Setentrional Vestfália

Após a II Guerra Mundial, o estado da Renânia Setentrional Vestfália foi criado abarcando grande parte da província prussiana do Reno e da Vestfália, com o território de Lippe e Dettmold. É neste estado que se concentra a maior zona industrial da Alemanha, sendo a região do Ruhr o maior parque industrial do país. Através dos Rios Reno e Weser, é feita a ligação entre o norte, o sul e com o mar. É a região que contém as maiores reservas de carvão da Alemanha. Cidades importantes são Essen, Dortmund, Bochum, Mühlheim, Duisburg e Düsseldorf, que é a capital. Duisburg possui o maior porto fluvial da Europa.

A indústria tradicional baseava-se na extração de carvão mineral e na siderurgia, o que fez com que se estabelecessem indústrias famosas do ramo, como a fábrica Klöckner-Humboldt-Deutz, a maior fabricante de motores do mundo. Também são famosos os produtos de cutelaria da região de Solingen. Entre os imigrantes eram famosas as facas/lâminas de barbear de Solingen. Na região de Dortmund, encontram-se as maiores cervejarias da Alemanha.

Nos últimos anos, nos lugares onde antigamente fumegavam chaminés das indústrias, estão surgindo áreas de preservação do verde. A região do Sauerland é muito procurada para descanso e lazer. Existem nesta região inúmeras estações termais, procuradas para curas, descanso e lazer.

Köln ou Colônia é a maior cidade, fundada pelos romanos. É conhecida mundialmente pela sua catedral gótica. Também se tornou mundialmente famosa a Água de Colônia, conhecido perfume, que traz em seus rótulos a estampa da catedral de Colônia.

Ao sul de Colônia situa-se a cidade de Bonn, que após a II Guerra Mundial se tornou a Capital da República Federal da Alemanha. Depois da reunificação da Alemanha, em 1990, Berlim voltou a ser a capital federal.

d. Saxônia (Estado Livre da Saxônia)

A Saxônia tem como capital a cidade de Dresden, que, nos últimos meses da II Guerra, foi fortemente bombardeada pelos aliados, matando milhares de civis que lá se haviam refugiado. As maiores cidades, além de Dresden, são Leipzig e Chemnitz. Dresden é também denominada a "*pérola do barroco*", ou a "*Florença do Elba*", pelas inúmeras construções neste estilo. Além dos Rios Spree, Saale e Mulde, o Rio Elbe, ou Elba, é o mais importante a cortar a Saxônia.

A cidade de Leipzig era um antigo centro comercial da Alemanha. Concentrava também inúmeras gráficas, o que a tornou um grande centro editorial. A cidade tem também importância internacional devido à Feira de Leipzig, em que grandes indústrias de todo o mundo expõem seus novos produtos para comercialização. Leipzig, como Dresden, aparecem com destaque na história cultural alemã. Johann Sebastian Bach atuou em Leipzig de 1723 até 1750. Bach até hoje é cultivado pelo Thomanerchor, coral de vozes de meninos que o músico dirigiu durante certo período na história. Todas as tardes, é apresentada no órgão da igreja de São Tomás uma peça de Bach. Também nasceram na Saxônia os compositores Robert Schumann e Richard Wagner.

Por conta da manufatura de porcelana, a cidade de Meissen mantém sua importância desde 1710. Suas porcelanas têm mercado no mundo todo, sendo muito apreciadas devido à sua qualidade. No Erzgebirge, são produzidos trabalhos de entalhe em madeira e rendas de bilro, que fizeram esta região ser muito conhecida na Europa. O Erzgebirge também teve grande importância histórica, pois continha minas de prata.

A Saxônia tem também como ponto turístico as montanhas de pedra grês, chamadas de Suíça Saxã. É uma região montanhosa, que oferece possibilidades para escalar.

e. Saxônia Anhalt

Este estado é banhado pelos Rios Elba e Saale. Ali se encontra o maciço do Harz, com uma rocha de 1.142 metros de altura. Trata-se do *Blocksberg*, que aparece na obra de Goethe, chamada *Fausto*. Saxônia Anhalt tem como capital a cidade de Magdeburg. Predomina a agricultura, onde se planta trigo, beterraba e legumes. Através do plantio de beterraba açucareira se estabeleceu uma indústria açucareira.

As cidades mais importantes são Leuna, Wolfen, Merseburg e Halle. Halle e Magdeburg apresentam importantes testemunhos do período medieval, como a catedral de Magdeburg. O centro histórico da cidade de Halle é dominado pela catedral e a torre Roter Turm. Foi nesta cidade que nasceu o compositor Georg Friedrich Händel.

Destaca-se ainda a cidade de Eisleben, onde nasceu e morreu Martim Lutero. Lutero está sepultado na *Schlosskirche* (Igreja do Castelo) em Wittenberg. Nas portas da *Schlosskirche,* Lutero pregou as 95 teses no ano de 1517. Foram estas teses que desencadearam todo o Movimento Reformatório dentro da Igreja Católica, o que culminou com a sua excomunhão.

Em Wittenberg, atuou também a família de pintores Cranach. As pinturas da família Cranach estão expostas no altar da *Stadtkirche* (Igreja da Cidade) de Wittenberg, onde durante longos anos viveu Johannes Bugenhagen, que escreveu a primeira história da Pomerânia em língua alemã.

Antes de estabelecer-se em Leipzig, Johann Sebastian Bach atuou durante um período em Köthen, onde compôs seus seis *Concertos de Brandenburgo*, que se tornaram obras apreciadas mundialmente.

f. Baixa Saxônia

O estado da Baixa Saxônia estende-se desde o litoral do Mar do Norte até a parte central da Alemanha, com bastante agricultura. Devido a muitas riquezas do solo, possui também muitas indústrias. Sua capital é Hannover, conhecida pela sua feira internacional.

Cidades importantes são Wilhelmshafen; Oldenburg; Wolfsburg, onde se situa a matriz da Volkswagen; Hameln; Lüneburg; Osnabrück; Hildesheim e Celle, com suas construções medievais em enxaimel. A cidade de Göttingen é um conhecido centro universitário. A cidade de Pyrmont concentra termas

medicinais. Rios importantes são o Leine, Weser, Aller, Werra e Elba. O estado é cortado por inúmeros canais, como o *Ems-Weser-Kanal* e *Mittellandkanal*, pelos quais se transportam bens de consumo e produtos industrializados.

Importante para o turismo é a Charneca de Lüneburg (*Lüneburger Heide*), uma enorme área de preservação natural, bem como a região montanhosa do Weser. A cidade de Hameln tornou-se centro turístico devido à história *O Flautista de Hamelin*. Perto está a cidade de Bodenwerder, conhecida pelas história do barão de Münchhausen.

Ao lado do estado da Baviera, a Baixa Saxônia é uma espécie de celeiro para cereais e batata inglesa. Também a pecuária é muito desenvolvida. A indústria está centralizada na região de Hannover e do Harz. A prospecção de petróleo e gás natural tem grande impulso no litoral.

g. Turíngia

Por causa de suas abundantes florestas, a Turíngia é chamada de "coração verde da Alemanha". Sua capital é a cidade de Erfurt, também chamada "cidade jardim", que foi fundada no século VIII. O estado da Turíngia é cortado pelos Rios Werra, Ilm, Saale e Elster. O solo é muito fértil, onde se cultiva cevada, trigo, batatas, beterraba e frutas.

São cidades importantes Eisenach, Weimar e Jena. Em Eisenach, nasceu o compositor Johann Sebastian Bach. Foi também perto de Eisenach, no castelo de Wartburg, que Lutero traduziu o Novo Testamento para a língua alemã, dando assim passo em direção ao moderno idioma alemão escrito, também chamado alemão alto. Há a língua alemã baixa, que se fala no litoral norte e o alemão alto, justamente por esta região se situar geograficamente em altitude mais elevada.

O estado da Turíngia é um exemplo típico de pequenos estados/principados alemães, onde os senhores feudais atuavam como promotores da cultura, porém às custas do povo. O mais famoso promotor de cultura foi o duque Karl-August von Sachsen-Weimar. Ele trouxe Johann Wolfgang Goethe para a cidade de Weimar, que ali escreveu algumas das suas obras mais importantes. Autor de diversas obras importantes da literatura alemã, Friedrich Schiller também residiu em Weimar. Na segunda metade do século XIX, Franz Liszt atuou como músico e compositor em Weimar.

A cidade de Jena é conhecida pela sua indústria de ótica de precisão. A marca Carl-Zeiss é sinônimo de qualidade em lentes para máquinas fotográficas e microscópios de alta precisão.

h. Baden Württemberg

O estado de Baden Württemberg, cuja capital é Stuttgart, é conhecido pelas suas paisagens, como a Floresta Negra, a *Schwäbische Alb*, o lago de Constança, os vales dos Rios Reno, Neckar, Danúbio e Tauber. A topografia e o clima muito variados permitem o plantio de videiras, frutas e legumes. A Floresta Negra é conhecida pela confecção de relógios de cuco.

Este estado contribuiu intelectual e artisticamente para o desenvolvimento da Alemanha. Lá nasceram Friedrich Schiller e os filósofos Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Martin Heidegger.

Nos arredores de Stuttgart, na região do médio Neckar, estão sediadas indústrias como Daimler Benz, Bosch e Porsche. Ao lado desta região, situam-se as regiões industriais de Karlsruhe, Mannheim, Heidelberg, Freiburg e Ulm. A Universidade de Heidelberg foi fundada no ano de 1386, portanto a mais antiga da Alemanha. Em Karlsruhe, está situada a escola técnica superior mais antiga do país. Nesta cidade também se situa o Supremo Tribunal Constitucional, a mais alta corte jurídica da Alemanha.

i. Hessen

É a região entre os Rios Reno e Meno. Com esta localização, Hessen, cuja capital é Wiesbaden, sempre foi favorecida economicamente. Tanto é que a cidade de Frankfurt é hoje sede da maioria dos bancos, além de ser a sede do Banco Central da Alemanha. Frankfurt tornou-se conhecida através de sua igreja de São Paulo (*Paulskirche*), onde nos anos de 1848 e 1849 reuniu-se a Assembleia Nacional, o primeiro parlamento alemão.

As cidades mais importantes são Marburg, Wetzlar e Kassel, conhecida pela sua escola superior técnica. Marburg e Giessen são cidades universitárias. Wetzlar é famosa pela sua indústria ótica.

A planície do Reno, chamada *Rheingau*, é uma região de ótima fruticultura e vinicultura da Alemanha. Também é conhecida a região do Odenwald, com suas cidades centenárias bem conservadas.

j. Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental

É um estado marcadamente agrícola, e sua capital é Schwerin. Mecklemburgo é também conhecido como a região dos mil lagos. Cidades importantes são Greifswald — cidade universitária desde 1456 —, Stralsund, Wismar e Rostock.

Assim como a antiga Pomerânia Oriental, Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental é uma região com suaves ondulações no Mar Báltico. É aí que se situa a maior ilha da Alemanha, Rügen, que se caracteriza por suas rochas cretáceas.

k. Brandenburgo

O estado faz limite no leste com a Polônia e tem em seu centro territorial a capital federal, Berlim. A capital do estado de Brandenburgo é Potsdam, conhecida como cidade dos castelos. Foi em Potsdam que o rei Frederico, o Grande construiu o famoso castelo de *Sanssouci* com seus grandiosos jardins e também onde os aliados vencedores da II Guerra Mundial reuniram-se entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945 para redesenhar as fronteiras da Alemanha.

Rios importantes são o Oder, Elba, Spree e Havel. É uma região com muitos lagos e, por isso, atrai muitos turistas, principalmente os moradores de Berlim, em finais de semana. Possui diversas reservas da biosfera, como a do *Spreewald* e *Schorfheide-Chorin*. Também delimitou alguns parques naturais, como *Niederlausitzer Heidelandschaft*, os *Uckermärkische Seen* e a *Märkische Schweiz*.

Cidades importantes são Frankfurt an der Oder, Cottbus, com sua universidade, e Spremberg. Na região de Cottbus e entorno ainda é conhecido o sórbio, uma língua eslava. É região agrícola com produção de cereais e nabos. Também guarda em seu solo muitas minas de carvão.

l. Schleswig-Holstein

É o estado situado bem ao norte da Alemanha, entre o Mar Báltico e o Mar do Norte, com divisa com a Dinamarca. A região é um polo turístico, devido a suas praias no Mar Báltico e Mar do Norte e a região conhecida como a Suíça de Holstein. Sua capital é Kiel. Outras cidades importantes são Husum, Schleswig, Flensburg, Oldenburg e Lübeck — cidade onde Thomas Mann nasceu, filho de mãe brasileira, e onde situa seu romance *Os Buddenbrook*.

A partir dos portos no leste, navios interligam a Alemanha com a Noruega, Suécia e Finlândia. Importante para a economia são os canais que cortam o estado, como o que une o Mar Báltico com o Mar do Norte. É uma região com muitas pastagens e agricultura. Schleswig-Holstein é conhecido pela criação de gado e porcos. Tudo isto contribui para uma forte indústria de alimentos. Nos portos maiores se faz presente a indústria naval.

m. Bayern (Baviera)

É o maior estado da Alemanha e faz divisa com a Áustria e a República Checa. A capital é *München* ou Munique, conhecida pelo Oktoberfest e suas cervejarias, como a *Hofbräuhaus*. Paisagens muito bonitas estendem-se do norte ao sul, onde se situam lagos, a Floresta Bávara e os inícios dos alpes. Rios importantes são o Danúbio, Meno, Altmühl, Naab, Regen, Iller, Lech, Isar e o Inn. Muitas localidades que se situam nos alpes são mundialmente conhecidas, como Berchtesgaden, Traunstein, Garmischpartenkirchen e Füssen, com seu famoso castelo.

Destacam-se ainda as cidades de Dinkelsbühl e Rothenburg ob der Tauber, cidades medievais, conservadas até hoje, com seus muros de proteção e edificações históricas.

Ao sul do Rio Danúbio, a vida cultural tem seu acento na cidade de Augsburgo, onde nasceu o dramaturgo Berthold Brecht. Ao norte do Danúbio, situa-se Regensburg, fundada pelos romanos, e as cidades bispais Würzburg e Bamberg. Esta com sua catedral em estilo romano e suas estreitas ruas é conhecida como a "Roma alemã". Würzburg é conhecida pela produção de vinhos. Merece destaque também Bayreuth, cidade onde atuou o compositor Richard Wagner e onde até hoje acontecem os festivais musicais com seu nome. Outro destaque é a cidade de Nürnberg, ou Nurembergue, com seu famoso castelo e mercado natalino. Foi também nesta cidade onde, após o término da II Guerra Mundial, aconteceram os julgamentos de nazistas proeminentes que foram capturados pelos exércitos aliados.

O norte da Baviera é mais industrializado do que o sul, excluindo Munique, onde se situa a fábrica da Bayerische Motoren Werke (BMW), e de Ingoslstadt, onde está a fábrica da Audi. Na Baviera também atuam indústrias têxteis e químicas.

Devido a suas muitas cervejarias, a Baviera também produz muito lúpulo, ingrediente necessário para a fabricação de cerveja.

n. Silésia

A Silésia, da qual vieram imigrantes para o Espírito Santo, hoje pertence à Polônia. Em 1675, a Silésia tornou-se parte do Sacro Império Romano-Germânico. Em 1740, foi invadida pelo rei da Prússia, Frederico II. E, finalmente, em 1871, tornou-se parte da Alemanha quando esta foi unificada. Com a industrialização na Alta Silésia, aconteceu uma grande migração para essa região. A maioria da população da Baixa Silésia era alemã e luterana, incluindo a capital Breslau, hoje conhecida como Wroclaw.

O maior rio é o Oder, pelo qual corre todo o transporte pesado da indústria, sobretudo na alta Silésia, onde havia rica produção de ferro, carvão, chumbo e zinco. Na parte ocidental há vastas planícies com solo fértil, muito produtivas.

Durante e depois da II Guerra Mundial, a maioria dos silesianos alemães fugiu da Silésia ou foram expulsos. Um grande grupo de silesianos vive hoje na Alemanha.

o. Bohemia

A Bohemia hoje pertence à República Checa e é famosa pela sua história. A região da Bohemia encontra-se num platô, cortada pelos Rios Elba, Moldava e Ohre. Cidades importantes são Praga, também capital federal da República Checa, Pilsen, Liberec, Pardubice e Hradec Králové. Pilsen é conhecida pela sua cerveja, por isso também há produção de lúpulo.

A população concentra-se nas áreas industrializadas e nas planícies férteis, onde se cultiva aveia, cevada, centeio, batatas e beterraba açucareira. Também a pecuária está bem presente. Na mineração, destacam-se o carvão, o ferro, zinco, prata e grafite.

p. Alsácia ou Alsace

A Alsácia hoje é uma região administrativa da França, situando-se bem a leste, onde faz fronteira com a Alemanha e a Suíça. Sua capital é Strasburgo. Outras cidades importantes são Colmar, Hagenau e Mulhouse. Devido ao clima, é famosa a produção de vinhos brancos nessa região. A Alsácia é também a maior produtora de cerveja na França, principalmente na região de Strasburgo.

Foi durante séculos objeto de disputas e guerras entre a Alemanha e a França. Após a Guerra Franco-Prussiana de 1870 a 1871, a Alsácia foi anexada à Alemanha, permanecendo parte desta até o final da I Guerra Mundial, quando a Alemanha teve que cedê-la de volta à França. Durante a II Guerra foi novamente anexada à Alemanha. Após a guerra, voltou para domínio francês.

10. IMIGRANTES DE OUTRAS REGIÕES DE LÍNGUA ALEMÃ

Além dos estados e regiões listadas, aportaram no Espírito Santo imigrantes do Tirol, do norte da Itália, de Luxemburgo e da Suíça. Todas essas regiões tinham, na época, o alemão como língua principal.

Para entender o processo que envolve estes imigrantes de língua alemã, é necessário voltar ao Congresso de Viena (1814–1815). O objetivo deste Congresso era desfazer todas as mudanças que as guerras napoleônicas tinham provocado. A forma mais incisiva de refazer tudo isto era redesenhar o mapa da Europa. Para tal, foram seguidos três princípios:

- a restauração de tudo o que valia antes de Napoleão;
- novamente legitimar as dinastias depostas por Napoleão; e
- visar um equilíbrio da Europa, mas conforme o desejavam as grandes potências.

Desta forma, tem-se o seguinte quadro:

a. Imigrantes do norte da Itália

A ideia de um equilíbrio na Europa para manter as monarquias, porém, foi minada pelo nacionalismo, movido por ideias liberais dos povos da Europa, que visavam a unificação dos mini-estados e a autodeterminação dos povos. Além da Alemanha, também a Itália almejava a unificação, pois estava, desde o Congresso de Viena, dividida em uma porção de pequenos principados/estados. Os ducados de Módena, Parma, Toscana, Lombardia, Trentino e Venécia foram governados pela Áustria.

Quando o ministro austríaco von Metternich perdeu os poderes na Áustria, a Lombardia e Veneza rebelaram-se contra a Áustria, o que contaminou o entusiasmo popular. Isto, porém, não foi o suficiente para fazer frente aos austríacos. Formaram-se então alianças diplomáticas com potências estrangeiras para anular as ameaças externas contrárias à unificação. Todo este processo foi liderado pelo reino Piemonte-Sardenha, cujo ministro, Cavour, firmou uma aliança com o imperador da França, Napoleão III, que não desejava uma Áustria forte.

Com tal pano de fundo, e com a promessa francesa de ajudar militarmente, franceses e sardenhos iniciaram, em 1859, uma guerra contra a Áustria. A Lombradia passou a ser italiana. Esta vitória estimulou a Toscana, Parma e Módena a se unirem ao reino de Piemonte-Sardenha. Com a guerra entre a Áustria e a Prússia em 1866, a Itália colocou-se ao lado da Prússia. Logo que a Áustria foi vencida, Piemonte anexou Venécia.

De forma cronológica, a unificação do norte da Itália, onde, por causa da presença austríaca, falava-se o alemão em algumas regiões, aconteceu de seguinte forma: em 1859, era anexada a Lombardia; em 1860, Parma, Módena e Sabóia; em 1866, Venécia; e, finalmente, em 1919, Trentino.

No norte da região de Trentino, até hoje se fala alemão e italiano. Bolzano e Merano são hoje cidades com estrutura turística muito desenvolvidas. A cidade de Bolzano é mencionada pela primeira vez no século VII. A partir do ano de 1277, a região tornou-se propriedade do Conde de Tirol. A partir de 1363, ela tornou-se propriedade da dinastia dos habsburgos. Só a partir de 1919 a região foi incorporada à Itália.

b. Imigrantes do Tirol

Os imigrantes do Tirol são oriundos da região de Innsbruck, Áustria, especificamente do vale do Stubai (*Stubaital*). Esta região passou por vicissitudes históricas. A partir do ano de 1363, toda esta região passou a pertencer à casa da dinastia dos habsburgos. Sob pressão de Napoleão, a região passou a pertencer à Baviera. Depois do Congresso de Viena, sob pressão do estadista de von Metternich, a região passou a pertencer à Áustria.

c. Imigrantes da Suíça Alemã

A capital da Suíça é Berna, onde se reúnem os representantes da Confederação Helvética no Conselho Nacional. A grande maioria dos suíços fala alemão. Cerca de um terço da população fala a língua francesa. Em alguns lugares também o italiano faz parte da língua nacional. Isto significa que, na Suíça, os habitantes convivem pacificamente, falando diversas línguas, a depender da região.

Quando se percorre a história da Suíça, chama a atenção a tradição migratória para o estrangeiro, procurando lá viver para sobreviver. Esta emigração tem a sua origem na relação entre o número de pessoas e a quantidade de recursos disponíveis, como terras agricultáveis ou espaço para trabalho artesanal. O motivo mais importante do processo de emigração encontrava-se entre a demografia e a economia.[27]

A partir de 1858, estabeleceu-se um grupo de suíços na colônia de Santa Leopoldina. A vinda deste grupo não pode ser entendida sem se tomar conhecimento da sublevação dos colonos da fazenda Ibicaba, em 1857. Esta fazenda situava-se na região de Ubatuba, em São Paulo, e pertencia ao senador Nicolau de Campos Vergueiro.

O líder da sublevação dos colonos na fazenda Ibicaba foi o colono suíço Thomas Davatz, que, em livro publicado em 1858, descreveu toda a situação de parceria a que eram submetidos os colonos suíços e também alemães em Ibicaba. A sublevação foi dominada pela polícia com rigor, e a Davatz foi concedido retorno à Suíça.

São dele as palavras que descrevem o porquê da vinda de um grupo de suíços para São Paulo, e, posteriormente, parte do mesmo grupo para a colônia de Santa Leopoldina:

> *"É fato notório que desde alguns anos a questão da emigração entrou na ordem do dia e transformou-se em um problema vital para as populações pobres de muito país europeu (sic)... Muitos ousaram dar o passo decisivo, buscando melhores dias em terras distantes, ultramarinas. E o resultado é que aquela opinião tão generalizada, por justificável que fosse até certo ponto, acabou esvaindo-se como um sonho.*

27 Martim NICOULIN, A Gênese de Nova Friburgo, p. 21.

Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de emigração, mais empenhados em rechear os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre... tudo isto e mais alguma coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma legítima febre de emigração que já contaminou muita gente. E assim como na febre física dissipa-se a reflexão tranqüila, o juízo claro, coisa parecida ocorre nas febres de emigração. Aquele a quem ela contagiou, sonha com o país idealizado durante o sono e durante a vigília, no trabalho e no descanso; agarra-se a prospectos e folhetos que tratam do seu tema favorito, dando-lhe maior crédito... Ao mesmo passo, no entanto, desprezam geralmente as advertências e conselhos dos homens sensatos e, logo que se ofereça oportunidade, decidem com freqüência a realizar os seus projetos até o dia em que — quantas vezes! — nada restará senão confessar o triste engano. 'Fui ludibriado!' ou 'Desta vez estou perdido!'… 'Arrependo-me amargamente do dia em que resolvi embarcar, mas agora é suportar tudo em silêncio'...

Eu próprio fui vítima, em dado momento, da febre de emigrar. Por longo tempo cogitei, mas sem resultado, em dirigir-me aos Estados Unidos da América do Norte. Por fim certas circunstâncias vieram facilitar uma colocação nas colônias da província brasileira de São Paulo. Em companhia de numerosos outros emigrantes embarquei na primavera de 1855 para essa terra, mas não tardei em chegar às convicções que de tantos outros arrancaram aqueles lamentos".[28]

É interessante observar que este grupo embarcou no porto de Hamburgo, e os contratos de parceria entre Vergueiro & Cia foram intermediados pelo Sr. Dr. F. Schmidt, o mesmo que intermediou os contratos com os emigrantes da Pomerânia para o Brasil, em 1859.

Davatz cita alguns sobrenomes do grupo que o acompanhava, como Hoffmann, Mayer, Christ, Huber, Bart, Geiger, Volkart, Meier, Schmid, Roos, Forster, Müller e Hartung. Estes nomes repetem-se no estado do Espírito Santo.

28 Thomas DAVATZ, Memórias de um colono no Brasil (1850), p. 36–37.

d. Imigrantes de Luxemburgo

O hoje pequeno estado de Luxemburgo, na época da emigração para o Espírito Santo, pertencia à Prússia. Ele localiza-se entre a Bélgica, a França e a Alemanha. Além de indústrias, até hoje se trabalha em pequenas propriedades, onde são cultivados trigo, centeio, aveia, batata inglesa, legumes e frutas. Luxemburgo hoje é conhecido pelas suas instituições bancárias.

Suas línguas oficiais são o francês e o alemão, mas entre a população ainda está muito presente o *Letzeburgisch*, um dialeto francônio/mosela, já que um dos rios de Luxemburgo desemboca no Mosela, rio importante da Renânia Palatinado.

OS GOVERNOS TERRITORIAIS ALEMÃES E A EMIGRAÇÃO

1. A POSIÇÃO DO GOVERNO PRUSSIANO

O quadro descrito que atingia a população empobrecida, principalmente a rural, levou-a a procurar por soluções. Colocavam-se duas possibilidades: inchar as cidades industriais em busca de um eventual emprego, ou a emigração, à procura por dias melhores. O campo aos poucos foi esvaziando. O estudo de Max Weber confirmava a dificuldade de se ter mão de obra nos latifúndios e as dificuldades pelas quais passavam os pequenos agricultores autônomos no leste da Alemanha. Mas também em outras províncias este fenômeno repetia-se. Estes fatos, que foram se somando, naturalmente provocavam reações dos governos territoriais.

A Prússia não queria perder potencial humano. Ele era indispensável para fortalecer a sua posição militar e política no cenário alemão e europeu. Esta importância política e militar teve posteriormente forte influência no processo da unificação da Alemanha, em 1871. Material humano também era necessário para manter funcionando e produzindo nos imensos latifúndios que se estendiam no leste. Era também no leste que russos e poloneses inspiravam desconfianças. Tornava-se, portanto, necessário manter aquela região fronteiriça densamente habitada.

O tamanho da preocupação que a Prússia teve para manter fiéis seus cidadãos tornou-se visível através de uma comunicação do Cônsul da Prússia no Rio de Janeiro. Ele notificou a sua chancelaria em Berlim que, no veleiro hamburguês "*Germania*", foram executados oito revoltosos durante a travessia, dentre os quais se encontravam dois súditos prussianos. Esta comunicação motivou o governo da Prússia a redigir uma violenta nota de protesto contra a cidade hanseática de Hamburgo, de cujo porto partira o navio. O protesto da chancelaria prussiana tinha por objetivo defender cidadãos prussianos, pois interessava mantê-los como fiéis cidadãos e, sobretudo, mantê-los na Prússia.

Em outra atitude, súditos prussianos foram retirados à força do veleiro que os levaria ao Brasil. Não se tratava de pessoas que tivessem problemas com a lei. Eles foram retirados do veleiro, pois estavam em idade de prestar serviço militar. Era, portanto, impossível permitir que partissem. A preocupação tinha por objetivo não permitir que cidadãos prussianos se livrassem do serviço militar.[29]

Inicialmente, as notícias levadas à Europa davam conta que os emigrantes alemães tinham sido bem recebidos no Brasil e que estavam bem colocados, tendo cada um conseguido seu pedaço de terra. Base para esta conclusão foi uma correspondência de um comerciante da cidade portuária de Bremen, de nome Ehlers, relatando sobre a situação dos emigrantes de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, entre os quais havia alguns suíços de fala alemã.[30] Ehlers apenas omitia as grandes dificuldades que estes imigrantes suíços tiveram que enfrentar em Nova Friburgo, quando lá chegaram entre 1817 e 1818.

O jornal *Bremer Zeitung* (Jornal de Bremen), em sua edição de 04 de junho de 1845, relatava os progressos da colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Dizia o relato que "*pais de família, que tinham se decidido a emigrar para os Estados Unidos da América, se decidiram pelo Brasil*". O relato baseava-se em um certo F. C. Falkmann, cônsul brasileiro em Bremen, que, como tantos outros agenciadores, atraía e encaminhava emigrantes para o Brasil. Este fato fala por si: é natural que Falkmann tivesse claros interesses em pintar a emigração para o Brasil de forma mais viva e atrativa possível, pois estavam em jogo seus negócios, os seus interesses pessoais, os seus ganhos financeiros.

Relatava-se sobre a província do Rio Grande do Sul, onde havia progresso, mas se abafava a situação na região sudeste do Brasil, principalmente em Ibicaba, São Paulo, onde o latifundiário e senador Nicolau de Campos Vergueiro introduzira em sua fazenda o sistema de parceria. Este sistema consistia em

29 Carlos HUNSCHE, Pastor Heinrich Wilhelm Hunsche e os começos da Igreja Evangélica no sul do Brasil, p. 44.

30 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 58.

financiar a imigração de colonos alemães e suíços descapitalizados e sedentos por conseguirem seu pedaço de chão para poderem sobreviver dignamente e progredir financeiramente. A firma Vergueiro & Cia comprometia-se com o sustento dos imigrantes nos primeiros anos.

A firma financiava a viagem dos imigrantes, que assim já chegavam ao Brasil endividados. Além do mais, era-lhes cobrado o transporte para o local de trabalho. Cobrava-se também pelas ferramentas e sustento diário, até a época da colheita. As dívidas eram pagas com empréstimos a juros entre 6% e 12% ao mês. Os imigrantes também eram obrigados a comprar mantimentos nos armazéns da fazenda a preços ditados pela firma Vergueiro & Cia. Em pouco tempo, as dívidas cresciam tanto que os imigrantes eram forçados a um regime de semiescravidão.[31]

Toda esta situação levou os imigrantes da fazenda de Ibicaba a se revoltarem. Os revoltosos, em sua maioria composta de suíços de fala alemã e de alguns colonos provenientes da Turíngia, foram liderados por Thomas Davatz. Por intermediação do governo suíço, parte destes colonos foram trazidos para a colônia de Santa Leopoldina a partir do ano de 1858.

Os imigrantes, através de um contrato de parceria com o latifundiário, tinham que se comprometer a ressarcir passagem, alimentação e outros gastos, através do trabalho nas lavouras de café. Criava-se um compromisso que envolvia bens e corpo de todos os componentes da família. Este sistema levou a situações degradantes, pois quem ditava os preços do café, dos alimentos necessários para a alimentação para a sobrevivência e quem fazia a partilha do café eram os fazendeiros que mantinham, eles mesmos, as vendas ou casas "comerciais".

A esta degradação quase escravista, somavam-se os questionamentos dos imigrantes referentes à liberdade política, religiosa e garantia de propriedade. As perguntas dos imigrantes eram sempre respondidas com evasivas ou colocadas para serem discutidas em outro momento. Ou se dizia que as questões só seriam respondidas depois de saldadas as dívidas contraídas com a vinda.

Colonos considerandos "perigosos" diante dos patrões tinham a sua correspondência violada. "*Se escrevermos a verdade, as cartas não chegarão ao destino. Para que cheguem é preciso escrever apenas o que satisfaça. […] Eu próprio, depois de escrever um relato tão fiel como possível, tive minha correspondência sujeita a censura (censura policial, disse-me o diretor) e recebi mesmo uma carta com o envelope aberto e outra intacta por fora, mas rasgada e amarrotada por dentro*".[32]

A promessa de liberdade religiosa feita pelos agenciadores também era ignorada nas fazendas. Davatz escreve que havia uma diferença considerável entre a situação dos colonos que eram protestantes e a dos católicos. Os católicos podiam visitar cidades vizinhas para assistir missas, receber sacramentos segundo o rito romano e sepultar seus mortos em terra benta. Em Ibicaba, por exemplo, havia dois padres suíços que assumiram as funções religiosas.

Os protestantes escolhiam entre si pessoas que liam sermões ou que faziam orações por ocasião de sepultamentos. Os filhos dos protestantes só podiam ser batizados nas Igrejas Católicas das cidades. Em alguns casos, padrinhos protestantes de forma alguma eram aceitos pelos padres. Os casamentos de protestantes não eram celebrados em igrejas, mas apenas diante de funcionários civis. Neste ato, todos subscreviam um documento em que se comprometiam e educar os filhos na religião católica.[33]

As boas notícias que vinham do Brasil relatando a vida dos alemães referiam-se preferencialmente às colonizações nas províncias do sul do Brasil, onde muitos imigrantes tinham chegado por meios financeiros próprios. O fato de boa parcela ter vindo desta forma fez com que o seu início nas colônias realmente fosse acompanhado pela tão sonhada liberdade. Apesar de todas as dificuldades, também podiam ser donos de si próprios.

Enquanto corriam estas notícias animadoras acerca da emigração para o Brasil, surgiram na Alemanha relatos sobre a situação degradante e desumana à qual os emigrantes eram submetidos nos portos de embarque mais procurados no início da emigração: Hamburgo e Bremen, na Alemanha; Antuérpia, na Bélgica; Dunquerque, na França.

Nestes portos, os emigrantes ficavam à mercê dos caprichos e da boa vontade dos agenciadores e aliciadores. Estes lhes haviam prometido mundos e fundos quando os aliciavam nas suas localidades de origem. Destacavam-se entre estes agenciadores nomes como Major Schaeffer e F. C. Falkmann. Além das falsas

31 Luís César COSTA/Leonel Itaussu A. MELLO, História do Brasil, p. 154.

32 Thomas DAVATZ, Memórias de um colono no Brasil (1850), p. 130.

33 Ibid., p. 119 ss.

promessas, era apenas pouco antes do embarque nos portos que os emigrantes ficavam sabendo da sua real situação e o que ainda teriam que enfrentar.

Os poucos recursos financeiros que a maioria dos emigrantes ainda possuíam lhes eram tirados sem escrúpulos através de comerciantes gananciosos. Também havia as cobranças de taxas, como taxa para uso do porto, taxa para atestado médico, taxa para atendimento consular. O atendimento consular era de extrema importância, pois permitia o embarque e, posteriormente, o desembarque no Brasil.

Causou grande revolta nos meios de comunicação na Alemanha a forma como a firma Delrue & Comp., de Dunquerque, explorava os emigrantes. Ou como comandantes inescrupulosos de embarcações tratavam-nos a pão e água durante a travessia. Chegavam também notícias de que estes comandantes literalmente despejavam a sua "mercadoria humana" em portos brasileiros, sem que lá houvesse qualquer tipo de infraestrutura para recebê-los, muito menos um planejamento para assentá-los nas colônias prometidas pelos agenciadores na Europa.[34]

Tudo isto levou os estados alemães a criar leis que tentaram regulamentar a emigração. Tinha-se também a preocupação de criar mecanismos para resguardar a dignidade dos já emigrados para o Brasil e para os que estavam na iminência de emigrar. Pressionados, comerciantes e agentes portuários alemães tiveram que se empenhar para criar melhores condições. Também o próprio Governo Brasileiro, sob D. Pedro II, tentou encontrar soluções para amenizar a situação. Foram criados grupos de trabalho para o acompanhamento dos imigrantes.

Um destes grupos inteirou-se da situação da província do Espírito Santo, pois o presidente desta havia solicitado no ano de 1845, junto ao Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no Rio de Janeiro, o envio de imigrantes. Chegou assim, em final de 1846, o primeiro grupo fechado de imigrantes alemães, que foram assentados nos primeiros meses do ano de 1847 numa colônia oficialmente criada para recebê-los, a colônia de Santa Isabel.

Para registro, vale mencionar aqui um boato, que dizia que muitos alemães vindos para o Brasil eram pessoas que cumpriam penas em prisões alemãs.

34 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 58 ss.

O boato dizia que alguns estados alemães queriam livrar-se de maus elementos, mandando-os para o Brasil. Houve, de fato, uma deportação no ano de 1824, quando 345 reclusos de penitenciárias de Mecklemburgo, de forma voluntária, emigraram para a colônia de São Leopoldo, na província do Rio Grande do Sul.[35]

Em 1830, o imperador D. Pedro I, grande incentivador da imigração subvencionada, viu-se obrigado a renunciar ao seu sonho colonizador, sobretudo nas províncias do sul do Império. Havia pressões da oposição parlamentar, que entendia que os parcos recursos públicos deveriam ter outro destino, que não assentar colonos imigrantes e auxiliá-los financeiramente nos primeiros anos em terras brasileiras. Com isto, a entrada de imigrantes, de forma oficial, foi suspensa por longo período. Em 1831, o próprio D. Pedro I teve que deixar o país.

2. LEIS SOBRE A EMIGRAÇÃO

Não se entrará aqui nas formas como os diversos estados alemães menores reagiram diante da emigração e das notícias vindas do Brasil. Relatar-se-á especificamente o comportamento do governo prussiano que, não conseguindo a aprovação de leis válidas para todos os estados alemães, criou em 1853 a sua "Lei da Emigração". Além do mais, após o Congresso de Viena, o estado prussiano marcava presença em grande parte da Alemanha.

Também nesta lei de 1853, a Prússia, como já o fizera anteriormente, não via com boa vontade a emigração, pelos motivos já citados. O novo na lei de 1853 foi o dispositivo de dificultar os deferimentos dos pedidos de emigração dos seus súditos. Restringiu também os espaços que os agenciadores ocupavam em jornais e outros meios de comunicação para o aliciamento de emigrantes.

Principalmente em relação à emigração ao Brasil, o comportamento do governo prussiano era muito reticente. Quando se concedia autorizações para a emigração, estas se davam exclusivamente para as colônias de Dona Francisca (Santa Catarina) ou São Leopoldo (Rio Grande do Sul). Para ilustrar o ceticismo do governo prussiano, cita-se a história de Peter Pullig. No ano de 1858, Pullig encaminhou aos órgãos governamentais um documento reque-

35 Carlos HUNSCHE, Pastor Heinrich Wilhelm Hunsche e os começos da Igreja Evangélica no sul do Brasil, p. 51 ss.

rendo emigração. Na devolução do requerimento, os órgãos governamentais fizeram chegar às instâncias inferiores o seguinte recado: que o Sr. Pullig e outros pretendentes ao Brasil

> *"sejam alertados, que não lhes será possível, diante das propostas apresentadas, tornarem-se senhores livres no Brasil, a não ser que tenham os meios necessários para custear a travessia, capital para aquisição de terras e a instalação; caso apostarem no seu futuro diante das propostas de empréstimo fácil dos agentes de emigração, estarão a mercê da dura sorte, terem que viver durante muitos anos na dependência de seus credores, prestando-lhes serviço obrigatório, não melhor do que escravos".*[36]

Através de seus representantes no Rio de Janeiro, o governo prussiano foi colocado a par da situação real dos seus emigrados. Em 1856 e 1857, o adido prussiano no Rio de Janeiro, von Levenhagen, apontou mais uma vez para as dificuldades, tendo em vista a situação de um grupo de suíços obrigados a assumir em Ibicaba, São Paulo, um trabalho de parceria com fazendeiros. Após as denúncias de von Levenhagen, o Conselheiro de Estado Kerst confeccionou uma "*Carta Aberta*" no ano de 1858. Esta foi distribuída no parlamento da Prússia, onde, em 26 de fevereiro de 1858, foi tratada de forma intensiva a questão "emigração para o Brasil".

Nesta sessão, o parlamentar Dr. Lette assim se pronunciou: " *a emigração para o Brasil leva os nossos irmãos ao jugo da escravidão*". Baseando-se em relatos relativos à situação de imigrantes de parceria em fazendas de café em São Paulo, Dr. Lette prosseguiu:

> *"os nossos irmãos alemães lá vivem uma espécie de escravidão, como os servos na Rússia, vendidos com a gleba. Até o momento faltam quaisquer instrumentos legais que proporcionam segurança para a compra de propriedade e títulos de posse".*[37]

Com este pano de fundo, em 27 de março de 1858, o parlamento da Prússia definiu que o estado prussiano deveria tomar de imediato medidas cabíveis para uma "*emigração honrosa de colonos alemães para o Brasil, amenizar o tratamento ao qual são submetidos e criar uma Corte apartidária para examinar as discórdias entre imigrantes e seus contratantes*".

36 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 108.

37 Ibid., p. 109.

À comissão encarregada de fazer os encaminhamentos recomendava-se, se necessário, inibir a emigração e enviar ao Rio de Janeiro um funcionário graduado como "protetor" para os imigrantes prussianos e de outros estados alemães.[38]

Em 24 de abril de 1858, o assunto voltou novamente ao parlamento da Prússia. Desta vez, atacava-se o porto de Hamburgo, que seduzia para a emigração. A discussão tomou rumos emotivos, quando o parlamentar Fleck falou da "insensatez" dos próprios emigrantes. Fleck partia do princípio de que quem emigrava, o fazia sabendo dos riscos que corria. Outro parlamentar de nome Harkort o rebateu, afirmando: "*É a penúria que leva as pessoas à emigração e não a insensatez*".[39]

Finalmente, o governo prussiano tomou a resolução de não mais conceder licenças para agenciadores de emigração. Ao mesmo tempo, proibiu a assinatura de contratos de parceria para cultivo da terra na própria Prússia, onde também havia esta prática. Na verdade, estas resoluções tinham pouco efeito prático, pois não revogavam contratos de parecerias subscritos antes de 1858 e também não tinham jurisdição sobre Hamburgo, onde os emigrantes à procura de dias melhores assinavam contratos de parcerias com agenciadores brasileiros.[40]

Para entender-se como foi percebida na Alemanha a situação dos emigrantes que no Brasil tiveram que se submeter ao regime de parceria, vale transcrever uma declaração do parlamentar Harkort, em sessão de 18 de abril de 1859, no parlamento prussiano:

> *"Não possuímos colônias, mas pelo menos deveríamos pensar em dar aos nossos emigrantes um futuro melhor. Eu creio que ainda deveria chegar um momento, em que também esta questão terá que ser consultada de forma séria. Nestes dias passaram por aqui 1.200 pessoas da Pomerânia e eu quero dizer dessa província pobre em população, que migram para o Brasil e para lá são por assim dizer, vendidos: pelo mal afamado contrato de arrendamento, pelo qual se amarra o homem, adiantando-lhe dinheiro para a travessia e quando chega ao outro lado, se faz dele um escravo*

38 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 110.

39 Ibid., p. 111.

40 Ibid., p. 112.

branco. O Sr. Ministro para o Comércio cuidou, para que tais tipos de contratos não sejam mais assinados no interior. Também em Bremen isto não acontece, mas sim em Hamburgo e eu me permito citar duas firmas, que movimentam este quase negócio de escravos brancos. Uma é a de Valentin & Schmidt, a outra de Hühne & Comp".

Como proposta, Harkort sugeriu medidas mais sérias por parte do governo prussiano em relação ao pequeno estado de Hamburgo com seu porto.[41]

A toda esta indignação somou-se outra circunstância que teve séria repercussão na Prússia. Matrimônios protestantes eram vistos no Brasil como concubinato, isto é, não tinham valor legal. Até meados do século XIX, esta situação não causava maiores transtornos, pois os emigrantes já emigravam quase todos eles casados. O problema veio à tona quando filhos e filhas de imigrantes pretendiam casar-se no Brasil. Em lugares distantes das sedes das colônias, esta questão também não era tão drástica, pois os pastores realizavam casamentos no rito protestante. Só em centros maiores, onde havia presença mais constante de autoridades governamentais, ou presença mais maciça de católicos, começaram a surgir conflitos.

O representante do governo da Prússia no Rio de Janeiro, von Levenhagen, já tentara negociar junto ao Governo Imperial a introdução do casamento civil, para que as bênçãos oficiadas por pastores protestantes também tivessem reconhecimento oficial. Era inconcebível entender situações assim como concubinato. Legalizar a questão matrimonial era assunto relevante para o governo da Prússia, pois este também se entendia como guardiã do protestantismo dos imigrantes alemães no Brasil. Aconteceram várias rodadas de negociações com o Governo Imperial até que, em abril de 1859, chegaram a Berlim notícias do Rio de Janeiro dando conta que não havia possibilidade de se poder contar com qualquer solução referente ao casamento civil.[42]

41 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 113.

42 Ibid., p. 114.

3. O *RESCRITO DE VON DER HEYDT*

A impossibilidade de se poder contar com qualquer solução referente ao casamento civil foi a gota d'água. O governo da Prússia definiu, então, tratar de forma drástica a emigração para o Brasil. O ministro de Negócios do Comércio, von der Heydt, e o ministro do Interior, conde de Schwerin, envolveram o ministro para Assuntos do Exterior, barão von Schleinitz, dando-lhe conta que não havia mais como continuar permitindo a ação de agenciadores, muito menos o tratamento recebido pelos imigrantes alemães pelo Governo Brasileiro.

O ministro von der Heydt tomou a decisão de tornar sem efeito concessões dadas a agenciadores e fechar as representações destes em território prussiano. A isto se somou uma correspondência vinda do Brasil, com data de 08 de setembro de 1859, relatando sobre o Projeto de Colonização "Mucury", na Bahia. Agenciadores já faziam propaganda na Alemanha, tentando convencer colonos alemães para o referido projeto.

Assim, em ofício com data de 03 de novembro de 1859, assinado pelo ministro von der Heydt, dirigido a todos os governos provinciais, à Central de Polícia em Berlim e a todos os consulados e representações prussianas, editou o que veio a chamar-se *Rescrito de von der Heydt*.

Em curtos traços, o *Rescrito* proibiu a emigração sempre quando fossem propostos empréstimos aos colonos para a travessia e aquisição de terras. Além do mais, foram rescindidas todas as concessões dadas a agenciadores a partir de 15 de janeiro de 1854. Foram citados nominalmente o comerciante e armador Robert Miles Sloman, de Hamburgo, e seus comandantes Louis Knorr e Carl Holtermann, bem como o comerciante Val. Lor. Meyer, também em Hamburgo.

Foram igualmente rescindidas as concessões dadas em 08 de março de 1854 aos empreendedores Carl Pokranz e Labrecht Hoffmann, proprietários da firma Pokranz & Comp. Teve também rescindida a concessão o corretor de navegação August Bolten, em Hamburgo, e os proprietários da firma T. I. Wichelhausen, e, posteriormente, H. W. Böhme, no porto de Bremen. Todos foram proibidos de agenciar emigração em Bremen. O *Rescrito de von*

der Heydt informava ainda que não seriam mais dadas novas concessões a agências de emigração.[43]

São citados aqui estes pormenores, pois em alguns documentos de imigração encontrados no Arquivo Público Estadual em Vitória constam nomes de agenciadores, "cônsules brasileiros" e firmas agenciadoras. Eventualmente, a citação dos pormenores pode ajudar aos descendentes a descobrir através de que mãos passaram os seus antepassados quando foram aliciados para a emigração ao Brasil.

Como era de se esperar, o *Rescrito de von der Heydt* causou indignação por parte do Governo Brasileiro. O embaixador brasileiro na Prússia, em carta de 14 de novembro de 1859, lamenta junto ao ministro para Assuntos do Exterior a má impressão que o *Rescrito* causou no Brasil. Em fevereiro de 1860, o representante prussiano no Rio de Janeiro sublinhava esta impressão, quando escreveu à sua chancelaria em Berlim: "*A decisão tomada pelo governo monárquico, cassando as concessões de agenciadores brasileiros, causou celeumas em todos os círculos daqui*".[44]

4. CONSEQUÊNCIAS DO *RESCRITO DE VON DER HEYDT*

O *Rescrito* trouxe desvantagens para o relacionamento entre o Governo Brasileiro e a Prússia. A Prússia, vendo esgotadas as possibilidades diplomáticas, viu-se constrangida, também devido ao clamor da intelectualidade alemã, a tomar atitudes que beiravam à intromissão em questões genuinamente brasileiras. Mas, ao mesmo tempo, esta decisão fez com que o Governo Brasileiro se voltasse com mais atenção aos imigrantes, apesar de o conteúdo do *Rescrito* ter colocado o nome do Brasil sob suspeita em toda a Europa, de receber mal e de forma displicente os seus imigrantes.

A maioria dos emigrantes desta época, originalmente previstos para o Brasil, foi encaminhada para os Estados Unidos da América. A emigração para o Brasil foi naturalmente dificultada. Só conseguiam emigrar para o Brasil pessoas que pudessem arcar pessoalmente com as despesas de viagem ou as que conseguissem ludibriar as autoridades, embarcando em portos em que

43 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 116 ss.

44 Ibid., p. 116 ss.

o braço do governo prussiano não se fazia presente. Consequência do *Rescrito* também foi que os agenciadores voltaram-se para outros países, como a Itália. Assim, o norte da Itália finalmente se tornou um celeiro humano, do qual milhares de pessoas emigraram para a província do Espírito Santo.

O *Rescrito* conseguiu restringir a emigração nas províncias prussianas. Não conseguiu, porém, reter o fluxo de seus súditos para a América. Sempre, de novo, principalmente no porto de Hamburgo, colonos eram convencidos, com anuência das autoridades de Hamburgo, a emigrarem para o Brasil, mesmo tendo que assumir empréstimos financeiros para tal. O *Rescrito* também não conseguiu ter grande influência, ou mudar a situação daqueles que já haviam emigrado para o sudeste do Brasil, onde enfrentavam as mais diversas necessidades e dificuldades.

A exemplo da Suíça, que em 1857 enviou um representante oficial do governo para visitar colônias com assentamento de suíços, também a Prússia o fez em 1860. O representante suíço, von Tschudi, encontrou situações degradantes, tanto é que um grupo de suíços e alemães que havia sido assentado em sistema de parceria em fazendas em São Paulo foi trazido pelo Governo Imperial brasileiro para a colônia de Santa Leopoldina em 1858. Em 1860, von Tschudi também visitou a província do Espírito Santo, dando ênfase às colônias de imigração alemã. Nesta visita, von Tschudi se fez acompanhar pelo cônsul-geral da Suíça no Rio de Janeiro, Sr. E. E. Raffard.

O representante da Prússia, barão von Meusebach, não obteve os resultados que von Tschudi obteve de forma diplomática. A sua vinda ao Rio de Janeiro provocou fortes reações, principalmente na imprensa. Von Meusebach chegou a empreender viagens de inspeção a algumas colônias, mas foi hostilizado por funcionários brasileiros. Alegando questões de saúde, o barão von Meusebach foi chamado de volta a Berlim.[45]

Quando, em 23 de julho de 1840, D. Pedro II foi aclamado imperador do Brasil, apontou em seu discurso de posse para a necessidade de se regulamentar a questão legal de casamentos não católicos. Este e outros acenos concretos fizeram com que o parlamento prussiano deliberasse, em 04 de junho de 1861, sobre uma proposta a ser tratada de governo para governo. Desta pro-

45 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 118 ss.

posta, que deveria ser apresentada ao Governo Brasileiro, destacavam-se os seguintes pontos:

- Que fosse aprovada uma lei, que declarasse os casamentos de protestantes e casamentos mistos como legais e não como concubinatos, como eram interpretados até então;
- Que o Governo Brasileiro dissolvesse as Companhias de Colonização Particulares, bem como também declarasse sem efeito os contratos de parcerias já assinados entre imigrantes e fazendeiros e que estes contratos fossem coibidos para sempre;
- Que se observasse o direito de herança para imigrantes, seus filhos e parentes (o concubinato não dava direitos neste sentido);
- Que se aprovasse uma lei que possibilitasse aos protestantes, como já era assegurado aos católicos, receber subvenções para a construção de templos, manutenção de pastores e escolas.

Esta proposta recebeu fortes críticas por parte do Governo Brasileiro. Dizia-se nas esferas governamentais brasileiras que o parlamento prussiano estaria deixando-se influenciar por sentimentos de hostilidades confessionais e nacionalistas.[46]

Mesmo sendo vistas com desconfiança e recebendo constantes críticas, estas tentativas do governo prussiano surtiram algum efeito. Em 11 de setembro de 1861, foi aprovado pelo Governo Imperial o reconhecimento de casamentos protestantes. Em lei complementar de 07 de abril de 1863, também os casamentos realizados no país de origem foram reconhecidos como legais, apenas bastava apresentar a devida certidão de casamento. Casamentos protestantes eram reconhecidos como legais quando o pastor era oficialmente reconhecido como tal pelo Governo Brasileiro. Para ser reconhecido de forma oficial como pastor, a sua escolha tinha que passar pela decisão da comunidade local. Após esta escolha pela comunidade, a Câmara Municipal tinha que ser oficialmente notificada desta decisão.[47]

Conforme avaliação do governo prussiano, as colônias de São Leopoldo (província do Rio Grande do Sul) e Dona Francisca (província de Santa

46 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 121.

47 Ibid., p. 122 ss.

Catarina) desenvolviam-se de forma satisfatória. Isto fez com que a Prússia lá instalasse dois vice-consulados.[48]

Mesmo com o reconhecimento do progresso destes dois polos de colonização, sempre de novo se faziam ouvir fortes vozes contrárias à emigração. Estas vozes receberam redobrado alento quando, no dia 09 de maio de 1874, atracou no porto de Bremen o navio "Polyxena", com 116 emigrantes poloneses a bordo, que estavam voltando da província do Espírito Santo. A volta do grupo foi alvo de forte comoção na Prússia. Tanto que até foi recebido pelo imperador Guilherme I, de quem os repatriados receberam presentes.

Para amenizar a situação de mal estar que se criou com a volta destes emigrantes, em 16 de maio de 1874, o cônsul brasileiro Witte, residente em Bremen, declarou na *Deutsche Auswanderungszeitung* (*jornal alemão de emigração*), que se tratavam de trabalhadores poloneses "desgostosos". Witte declarava que o grupo era de nacionalidade alemã e que o próprio governo alemão o enviara de volta para a Europa.[49]

Casos assim, acontecidos no sudeste do Brasil, neste caso na província do Espírito Santo, eram interpretados como sendo válidos para todas as situações vividas pela população emigrada. Também a experiência paulista do sistema de parceria permeava os meios de formação de opinião na Alemanha. Escrevia-se abertamente sobre a "escravatura branca", à qual eram submetidos os imigrantes em São Paulo.

O chanceler prussiano Otto von Bismarck, dono de um latifúndio na província prussiana da Pomerânia, desde 1856 fazia parte do Comitê Permanente para Questões de Emigração. Como chanceler, foi contrário à emigração, expressando a opinião que o Estado deveria abster-se de apoiar determinantemente questões relativas à emigração. Ele enxergava na emigração uma traição à pátria, expressando-se em 1888 da seguinte forma: "*Um alemão, que despe a sua pátria como um velho casaco, não é mais um alemão para mim, não tenho mais interesses de compatriota em relação a ele*".[50]

Nesta sua maneira de ver e pensar sobre a emigração, Bismarck recebeu apoio do Partido dos Latifundiários da Prússia. O partido naturalmente via a emi-

48 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 124 ss.

49 Ibid., p. 158 ss.

50 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 43.

gração como um perigo, pois perdia-se mão de obra barata nos latifúndios, já que a industrialização chamava cada vez mais gente jovem para os centros industriais. Emigração significava ter ainda menos gente no leste alemão, que de qualquer forma estava sofrendo um forte despovoamento.

Apesar desta resistência, pode-se falar de uma terceira onda de emigração, que iniciou nos anos de 1870 para o Brasil.[51] A primeira onda teve início com a imigração para a província do Rio Grande do Sul, a partir de 1824. A segunda, nos anos de 1850, com imigrantes sendo assentados em diversas províncias brasileiras.

51 Fritz SUDHAUS, Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert, p. 158 ss.

O NOVO IMPÉRIO ALEMÃO

1. ASCENSÃO E QUEDA

Após a Guerra Franco-Germânica de 1870 a 1871, e com a coroação do rei Guilherme da Prússia como imperador alemão, Bismarck era visto como o grande artífice da unificação e como herói alemão. Como grande vencida, a França teve que entregar a região da Lorena e Alsácia para a Alemanha, além de 5 bilhões de francos como reparação de guerra. Bismarck sabia que a cessão da região da Lorena e Alsácia iria criar ressentimentos intransponíveis entre a Alemanha e a França. Mas teve que ceder em sua diplomacia, pois assim o desejavam os militares alemães, que alegavam motivos estratégicos. Os 5 bilhões de francos foram usados para criar novas indústrias e fomentar o comércio, dando-lhes um enorme impulso.

Para acomodar a grande massa trabalhadora, surgiram os bairros operários, com construções de quatro a cinco andares, mas com pouco espaço para lazer. Além do mais, as moradias eram pequenas e raramente recebiam a luz do sol. Apesar de os trabalhadores receberem salários relativamente bons em relação ao que se ganhava na lavoura, quase tudo era gasto com aluguel e alimentação.

Toda esta situação em que viviam os operários fortaleceu o Partido Social Democrático. Bismarck via o crescimento deste partido com preocupação, pois o seu interesse era fortalecer a Alemanha internamente. Com partidos de oposição fortes, este programa de fortalecimento corria perigo. Todo o movimento operário era visto por ele como uma forma de minar a fortificação de uma Alemanha unida e forte. Temendo a fortificação de partidos

de oposição, a consequência foi que Bismarck permitiu pouca influência na formação do governo ao Parlamento do Império, chamado *Reichstag*.

O forte processo de industrialização tornou a Alemanha um país moderno, onde crescia uma burguesia, fruto de uma economia bem-sucedida. Mas quem realmente manipulava as ações políticas eram a nobreza e a alta oficialidade militar. Assim, Bismarck, também pertencente à nobreza alemã, governou durante 19 anos como chanceler do Império Alemão.

Se no campo internacional Bismarck conseguia construir uma política bem-sucedida, no campo interno não teve sensibilidade para compreender as aspirações democráticas da população. No ano de 1878, conseguiu aprovar uma lei que ele denominava como sendo um contraponto às aspirações da democracia social alemã. Este contraponto era a chamada Lei dos Socialistas (*Sozialistengesetz*), que proibia o movimento operário organizado. Este foi colocado sob regime de exceção durante 12 anos. Bismarck via a oposição política como inimiga do Império. Desta forma, voltou-se contra a ala esquerda da burguesia liberal.

Bismarck tinha a consciência que deveriam ser criadas leis de proteção aos trabalhadores, mas isto deveria acontecer através de ações do Estado, e não através dos operários. Tudo que vinha de baixo para cima parecia-lhe algum tipo de revolução, pois entendia que só se poderiam promulgar leis sociais que não viessem em prejuízo da governabilidade da Alemanha. Desta forma, conseguiu introduzir leis sociais, ou seja, uma legislação previdenciária que obrigava as fábricas a se submeterem ao controle do Estado. Este fiscalizava o cumprimento das leis sociais promulgadas. Disto fazia parte controlar as horas de trabalho semanais, o trabalho de mulheres e crianças e se havia alguma preocupação contra acidentes.

A legislação previdenciária também obrigava o recolhimento mensal de contribuições financeiras dos trabalhadores, que asseguravam proteção a estes em casos de doenças, acidentes, invalidez, velhice e morte. Também as indústrias e o comércio, ou seja, os empregadores, eram obrigados a recolher parte do auxílio previdenciário para os seus empregados.

Não só os operários lutavam por seus direitos, mas também as mulheres. Já em 1865, elas criavam na cidade de Leipzig a "Associação Alemã Comum de Mulheres" (*Allgemeine Deutsche Frauenverein)*. Assim, no ano de 1893, elas conseguiram que também mulheres tivessem acesso a escolas superiores. Estabelecia-se então um caminho irreversível para o reconhecimento da igualdade dos direitos.

Em 1888, Guilherme II assumiu o Império Alemão como imperador, sucedendo a seu pai, Guilherme I. Dois anos depois demitiu Bismarck. Com uma política internacional inadequada, o novo imperador criou ressentimentos e desconfianças entre as nações europeias. Faltava-lhe tato e conhecimentos e, através de atitudes e falas mal colocadas, transmitia a impressão de ser um tirano que ameaçava a paz. Como consequência, Rússia, França e Inglaterra procuraram se precaver contra a Alemanha criando alianças.

Sob o reinado de Guilherme II, a Alemanha iniciou uma corrida imperialista, pois se quis acompanhar as outras nações que haviam estabelecido comércio além-mar para vender seus produtos industriais, bem como adquirir matéria-prima. Na política interna, Guilherme II agiu com extrema insensibilidade, quando percebeu que não conseguia conquistar a classe operária para aquilo que chamava "império social". Junto a seus ministros, ignorava o Partido Social Democrata, mesmo sendo a maior força política da Alemanha, alijando-o de qualquer participação no governo.

As alianças que as nações faziam entre si levaram a uma corrida armamentista, em que se construía armas de guerra cada vez mais terríveis. Prevendo que a Europa estava se aproximando de um conflito, a rainha dos Países Baixos, Wilhelmina, convidou para uma Conferência de Paz na cidade de Den Haag, no ano de 1899. Desta Conferência, participaram representantes de 26 Estados. Foi sugerida a criação de um tribunal para julgar questões de litígio entre as nações, sugestão que, porém, não teve consenso.

A corrida armamentista continuava em todas as nações europeias. A Europa Central tornara-se um barril de pólvora, prestes a explodir a qualquer momento. Esta explosão aconteceu no dia 28 de junho de 1914, quando o herdeiro do trono austríaco, o arquiduque Francisco Ferdinando, e sua esposa foram assassinados na cidade de Sarajevo, na Bósnia.

A Áustria exigia um ato de desagravo do governo sérvio, o que não aconteceu. Isto foi o pretexto que desencadeou a I Guerra Mundial. O imperador alemão, que tinha estabelecido uma aliança com a Áustria, apoiou o pedido de desagravo. À Rússia, por sua vez, interessava um conflito entre sérvios e austríacos, pois tinha interesses políticos nos países Bálcãs, onde a Áustria tinha presença.

A França colocou-se ao lado da Rússia, pois sonhava recuperar a região da Lorena e Alsácia, caso fosse desencadeada uma guerra. Apesar de tentativas diplomáticas, em agosto de 1914, teve início a I Guerra Mundial.

2. A I GUERRA MUNDIAL

Em 29 de julho de 1914, a Áustria declarou guerra à Sérvia. Em 30 de julho, os russos declararam guerra à Áustria. Como a Alemanha havia firmado uma aliança com a Áustria, ela também se envolveu no conflito. Contra a Áustria e a Alemanha lutavam os exércitos sérvio, russo, francês e inglês. Em seguida também a Bélgica declarou guerra à Alemanha.

Inicialmente, a guerra traduziu-se num forte entusiasmo nacionalista entre a população dos países envolvidos. Na Alemanha, até o Partido Social Democrático colocou-se ao lado do imperador. Para exemplificar o entusiasmo nacionalista, cita-se a história do pai de um imigrante que aportou no Espírito Santo após a I Guerra Mundial, no ano de 1924. Ele doara a herança, que era de direito dos seus cinco filhos, para o imperador subvencionar a guerra. Esta herança se traduzia em 5 mil Marcos alemães, em moedas de ouro. Apenas reservou uma moeda de ouro de 20 Marcos alemães para cada herdeiro.

Milhares de jovens alistavam-se voluntariamente para defender a sua pátria contra os inimigos. Enfeitados com flores pela população e com bandas militares tocando marchas, os exércitos marcharam para o fronte, onde guerrearam durante quatro anos até 1918.

Nos primeiros meses, as tropas alemãs venciam na Bélgica e na França. O marechal de campo Paul von Hindenburg conseguiu rechaçar as tropas russas, que haviam invadido a Prússia Oriental. No oeste europeu, a luta estagnou numa guerra de trincheiras, que culminou com batalhas sem sentido, com enormes perdas humanas de ambos os lados.

Para vencer a Inglaterra, a Alemanha fez uso dos seus submarinos, tentando isolar a ilha britânica e os suprimentos necessários para manter as batalhas. Isto fez com que, no ano de 1917, os Estados Unidos da América também declarassem guerra à Alemanha. Finalmente, 27 países estavam lutando contra a Alemanha, contra o império austro-húngaro, Bulgária e Turquia.

Na Alemanha, instalara-se fome e miséria. As mulheres tiveram que assumir o trabalho nos campos e nas fábricas de munição, já que os homens lutavam nas frentes de guerra. Alguns grupos começaram a duvidar de uma vitória. Entre os partidários do Partido Social Democrático, um grupo que se denominava de “os independentes” negava-se a continuar a lutar. Queria que se estabelecesse paz a qualquer custo. Isto causou greves nas fábricas de munições, e multidões esfomeadas invadiam padarias e armazéns, onde imaginavam ainda haver estocado algum alimento.

No início do verão de 1918, as tropas alemãs mais uma vez tentaram uma ofensiva militar, mas foram rechaçadas. Um a um, os aliados da Alemanha foram se rendendo. A Bulgária, a Turquia e, em seguida, o Império Austro-Húngaro. Na Alemanha, a população não mais suportava a situação. Na cidade portuária de Kiel, marinheiros negavam-se a embarcar em navios de guerra e nos submarinos.

Enquanto o marechal de campo, Paul von Hindenburg, era visto como chefe nominal, o general Erich Ludendorff era o verdadeiro chefe. Desde que iniciara a guerra, o imperador passou a segundo plano, e os ministros iam cedendo cada vez mais ao alto comando militar. Enquanto a Alemanha já estava vivendo situação de completo caos, Ludendorff insistia no que chamava “paz vitoriosa”. Após reconhecer a verdadeira situação, propôs um armistício imediato. Para tal, exigiu que membros do parlamento finalmente fossem chamados para integrar o governo. A estes nada mais sobrou do que assinar, em 11 de novembro de 1918, em Compiègne, na França, a capitulação. A guerra ceifou a vida de 10 milhões de pessoas.

O imperador Guilherme II teve que deixar a Alemanha, exilando-se na Holanda. Assim terminava o Império Alemão, a monarquia. Ninguém se pôs em defesa dela, e a Alemanha tornou-se uma República.

ALEMANHA COMO REPÚBLICA

1. A REPÚBLICA DE WEIMAR

Com a proclamação da República, a social democracia assumiu a tarefa de garantir uma transição ordenada da monarquia para a República. Grupos radicais insistiam em socializar as fábricas e torná-las propriedade do povo. Em dezembro de 1818, foi criado o Partido Comunista Alemão. Criou-se, sob influência dos social-democratas, o Conselho de Encarregados do Povo (*Rat der Volksbeauftragten*), que teve apoio dos soldados que estavam voltando das frentes de guerra.

Em janeiro de 1919, o povo alemão elegeu a Assembleia Nacional, que se reuniu na cidade de Weimar para deliberar sobre uma nova constituição para o *Reich*, palavra que foi mantida da monarquia. A maioria dos integrantes da Assembleia Nacional pertencia a partidos decididamente republicanos, como o Partido Social Democrático, o Partido Democrata Alemão e o Partido do Centro.

Em 11 de agosto de 1919, era promulgada a nova Constituição, com o seguinte preâmbulo: "*O reino alemão é uma República. O poder do estado emana do povo*". O parlamento continuou com o nome de *Reichstag*, mas agora com poderes decisórios. Assim como o parlamento, também o presidente do *Reich* (*Reichspräsident*) era eleito pelo povo. Ao presidente cabia escolher o chanceler do *Reich* (*Reichskanzler*) e os ministros. A escolha do chanceler e dos ministros dependia da aprovação da maioria do parlamento.

A República, porém, lutou com enormes dificuldades para tentar reerguer a Alemanha. Os vencedores da guerra exigiram, através do Tratado de Versalhes, uma paz de difícil concretização. A região de Lorena e Alsácia, a Prússia Ocidental e parte da Silésia passaram aos vencedores. A cidade de Danzig tornou-se estado livre. Além de entregar aos vencedores carvão mineral, navios, máquinas e outros bens, cobrava-se ainda uma reparação de guerra no valor de 270 bilhões de Marcos alemães, o equivalente a 96 toneladas de ouro. Na cotação atual, isso equivale a 3 bilhões, 239 milhões, 900 mil e 160 Euros.

Tudo isto levou a uma forte inflação, que teve como consequência distúrbios, quando simpatizantes da antiga monarquia organizaram-se para combater a República que estava engatinhando. O primeiro chanceler teve que abdicar, ao que foi indicado Gustav Stresemann. Este reconheceu que se deveria negociar com os vencedores da guerra; do contrário, seria difícil tirar a Alemanha do marasmo econômico e social.

Sua política de negociação, porém, não teve o apoio de todas as forças políticas, nas quais ainda estava muito presente um forte ressentimento em relação ao que se havia imposto à Alemanha perdedora da guerra. Simpatizantes do Partido Comunista e outras forças provocaram distúrbios que se espalharam por diversas cidades alemãs. Em Munique, havia sido criado o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, ao qual pertencia Adolf Hitler.

Stresemann conseguiu uma certa recuperação econômica através de um plano econômico que estabilizava a moeda. Trocou-se a moeda inflacionada por uma nova, chamada *Rentenmark*, cuja unidade equivalia a 1 milhão de Marcos. Este plano levou também a uma certa calmaria política.

Também aqui no Espírito Santo tinha-se noção das dificuldades pelas quais passaram a Alemanha depois da I Guerra Mundial, quando tentou se reerguer como República de Weimar e todas as sequelas que ela trouxe à nação alemã, como desemprego e inflação descontrolada. Descendentes de imigrantes fizeram campanhas em forma de doação de café para ajudar a Alemanha no seu processo de reconstrução. Há uma carta com data de 18 de outubro de 1926, do Conselho de Escola de Rio Bonito, Santa Leopoldina, assinada pelo professor Germano Neumann. Nesta carta, o Conselho de Escola dirige-se ao consulado alemão em Vitória, com o pedido que seja enviada para a Alemanha determinada quantia de café doado por colonos. Em carta de 27 de abril de 1927, o cônsul alemão no Rio Janeiro responde ao Conselho de Escola de Rio Bonito:

"As seis sacas de café, anunciadas em vossa carta de 18.10.1926, foram transferidas pelo Presidente do Reich para a Cruz Vermelha para distribuição entre aposentados e instituições de caridade. O Presidente do Reich solicita agradecer aos doadores pela amável doação. E ordenou, que as comunidades de lá recebam dois harmônios como presente de agradecimento, que já estão a caminho do Rio de Janeiro.

Para o futuro quero solicitar, a pedido, que se prescinda o envio de mais remessas de víveres ao senhor Presidente do Reich. Esta bonita vontade para doar e o caráter alemão, que se faz presente na doação de dádivas para a Alemanha, e que já aconteceu em outras vezes, através daquela comunidade, que estas dádivas sejam no futuro revertidas em ajuda para a escola alemã e a Igreja. Assim, se prestará mais serviço à causa alemã e os alemães de lá, através de sua vontade de doar, produzam frutos visíveis.

Assina: A. Arens – Cônsul".[52]

Através do Tratado de Locarno, em 1925, Stresemann conseguiu na política externa a igualdade de direitos para a Alemanha derrotada. Neste tratado, França e Alemanha comprometiam-se em manter as fronteiras e não fazer uso de força militar para ultrapassá-las. Foi também no governo Stresemann que a Alemanha conseguiu ingressar na Liga das Nações, no ano de 1926. Esta liga foi fundada no ano de 1920, em Genebra, através do empenho do presidente americano Thomas W. Wilson. Os EUA a criaram, mas dela não participaram efetivamente como membros.

2. O OCASO DA REPÚBLICA DE WEIMAR

Apesar de todas as dificuldades do pós-guerra, a República conseguiu alicerçar uma nova ordem. Trabalhadores conquistaram o direito de influenciar nos destinos das indústrias no tocante à previdência social. Todos os trabalhadores na ativa recolhiam uma contribuição que os amparasse, em caso de desemprego. Nas cidades foram construídas creches, escolas e espaços para esportes e lazer dos empregados.

52 Cópia da carta encontra-se com o autor. Sublinha-se nesta carta o "caráter alemão", a "escola alemã" e a "causa alemã".

Tudo isto, porém, não garantia a República como instituição de governo, apesar de a maioria dos trabalhadores estar imbuída de simpatias republicanas. Continuavam as dificuldades com os partidos de esquerda e extrema direita. Estes procuravam, de todas as formas possíveis, aumentar o número de filiações. Parte da burguesia também começou a se voltar contra a República. Surgiram várias ligas ou agrupamentos. Os adeptos da monarquia reuniam-se sob o *Stahlhelm* (Capacete de Aço). Os nacional-socialistas criaram as *Sturmabteilungen* (Destacamentos de Assalto) e as *Schutzstaffeln* (Esquadrilhas de Defesa ou Tropas de Proteção), que se tornariam as famosas e temidas SA e SS, respectivamente, durante a ditadura de Adolf Hitler. Os comunistas criaram o *Roter Frontkämpferbund* (Liga Vermelha de Combatentes do Fronte).

Mesmo assim, as forças republicanas conseguiam manter a ordem. A economia começava a dar sinais de franca recuperação. As artes e as ciências atravessavam uma fase de florescimento, de forma que se falava dos "dourados anos 20". Depois da morte do primeiro presidente da República, o social-democrata Friedrich Ebert, foi eleito para chefe de Estado, em 1925, o ex-marechal de campo von Hindenburg, que era o candidato da direita. Mesmo respeitando a constituição, von Hindenburg nunca teve um íntimo relacionamento com o Estado republicano.

O ocaso da República de Weimar iniciou com a crise econômica mundial de 1929, que levou a uma queda de preços no mercado mundial. Os produtores de trigo experimentaram uma redução de 48% nos preços; bancos e indústrias faliam. Os Estados Unidos da América iniciaram um processo de repatriar dinheiro que haviam injetado na Alemanha do pós-guerra, através do Plano Dawes. Este plano constituía-se de uma contribuição em dinheiro para a recuperação germânica. Enfim, a economia teve um colapso, e, com isso, surgiram cada vez mais desempregados. Finalmente, o número destes alcançou a cifra de 6 milhões de desempregados.

Os adversários do Estado Republicano aproveitaram este momento para afirmar que a culpa de toda a situação era o sistema republicano. Os nacional-socialistas pregavam que os governantes estavam sendo bancados financeiramente pelo exterior, para arruinar toda a Alemanha. Além disto, apregoavam que os judeus estariam atrás disto tudo, e almejavam concentrar em suas mãos a economia mundial. Enfim, radicalismos da esquerda e da direita aproveitaram-se do desemprego e da miséria geral a que estava exposto

o povo alemão. No parlamento não foi mais possível estabelecer uma base governamental de maioria que pudesse governar sem sobressaltos.

Assim, a partir do ano de 1930, o movimento nacional socialista, ou seja, o nazismo de Hitler, caracterizado por tendências extremamente anti-democráticas, começou a ganhar importância. A tal ponto que o Partido Nacional Socialista tornou-se, em 1932, a maior força política no Parlamento. Assim, em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi eleito chanceler do *Reich*, ou seja, primeiro ministro. O ex-marechal de campo, von Hindenburg, detinha a presidência do *Reich*.

A ALEMANHA SOB A DITADURA NAZISTA

1. OS PRIMEIROS ANOS DA ALEMANHA SOB HITLER

Para poder governar com um parlamento dócil e com maioria, Hitler convocou eleições. Durante a campanha eleitoral, o prédio do Parlamento, o *Reichstag*, foi incendiado. Hitler atribuiu o incêndio aos comunistas e usou este argumento para proibir o Partido Comunista e todos os jornais socialistas. A ascensão eleitoral nazista foi espetacular. Para barrar o crescimento de forças opositoras, valiam todos os meios.

A propaganda nazista defendia o domínio do povo alemão sobre outros. Os judeus eram acusados de gananciosos e, portanto, exploradores do povo. A propaganda também dizia que a derrota da I Guerra Mundial e os seus desdobramentos decorrentes do Tratado de Versalhes deveriam ser vingados. Os operários eram convencidos a não lutar por seus direitos, como faziam até então. O argumento era que um dia todos seriam iguais na Alemanha, por pertencerem à raça ariana. Esta raça um dia viria a se sobrepor a todas as raças "inferiores".

Como primeiro ministro, Hitler rapidamente se desfez de qualquer oposição. Através do seu partido e de partidos burgueses aliados, conseguiu aprovar a Lei Plenipotenciária. Esta lei proibia todos os partidos políticos, exceto o Nacional Socialista. Todos os sindicatos foram fechados e a liberdade de imprensa foi extinta. Os direitos fundamentais previstos na Constituição foram ignorados, e os adversários, sem qualquer processo judicial, eram presos, ou levados para campos de concentração.

Quando, no ano de 1934, faleceu o presidente da República von Hindenburg, Hitler também assumiu a função de presidente. Todos os órgãos parlamentares foram dissolvidos. Como presidente do *Reich*, Hitler também assumiu o comando supremo das forças armadas. As SS (*Schutzstaffel*, as esquadrilhas de proteção) tornaram-se a força policial, e ninguém escapava do seu controle. Foi também criada a *Geheime Staatspolizei* (Gestapo), a polícia secreta, que provocava terror e medo em toda a população, pois nada escapava dos seus olhos. Instalou-se uma paranoia, em que vizinhos denunciavam vizinhos por qualquer atitude suspeita ou por qualquer declaração que ferisse os princípios nazistas.

Iniciava assim a ditadura sob o nacional-socialismo. Judeus foram mortos em campos de concentração, oposicionistas alemães eram igualmente torturados e mortos nestes campos. Como a ideologia nazista pregava o conceito da raça superior, pessoas com deficiências físicas e mentais também eram aniquiladas, pois podiam significar perigo, caso procriassem. Hitler enxergava-se como alguém que foi escolhido pela providência para ser o *Führer* (guia) dos alemães. Não só dos alemães na Alemanha, mas de todos os alemães em todo mundo.

Aos olhos do povo, Hitler conseguia milagres, pois fez com que a economia alemã se recuperasse. Investiu muito na indústria bélica, que conseguiu empregar milhares dos 6 milhões de desempregados que a República de Weimar deixou. Em toda a Alemanha eram construídas autoestradas com quatro pistas, e alguns trechos ainda perduravam intactos até os anos de 1980 a 1990.

O grosso da população achava que tinha chegado um novo tempo de prosperidade, pois a Alemanha estava tornando-se novamente uma nação forte. Onde Hitler aparecia, era recebido com gritos de júbilo e respeito. Como forma de fortalecer o Estado, introduziu-se o serviço militar obrigatório, que previa que cada jovem alemão passasse por um treinamento de dois anos nos quartéis. Construiu-se assim a *Deutsche Wehrmacht*, o exército de defesa alemão. Tudo isto contribuiu para acabar com o desemprego. Nas cidades reinava ordem e progresso, mas tudo sob regime de exceção.

Os poucos cidadãos que realmente sabiam o que estava acontecendo nos porões desta ditadura eram calados. Outros resignavam, pois a maioria do povo alemão estava tão encantada com o progresso que nem se dava conta de que os direitos civis elementares lhes tinham sido tirado. Hitler, com seu Ministério de Propaganda, sabia como encantar a multidão. Propagava que ele tinha sido escolhido para estabelecer um reino que duraria mil anos.

Hitler o chamava de *Drittes Reich* ("*Terceiro Reich*"). O "*Primeiro Reich*" para ele significava o "Sacro Império Romano-Germânico", que acabou em 1806, quando o imperador Francisco II abdicou. O "*Segundo Reich*", conforme seu entendimento, equivalia à era de Bismarck.

A sua posição e reconhecimento como estadista se fortalecia cada vez mais na Alemanha. Para isto também contribuiu o sucesso que obteve na política externa. No ano de 1935, a região do Sarre foi reintegrada à Alemanha. Em 1936, tropas alemãs retomaram a Renânia, zona desmilitarizada desde 1919. No ano de 1938, a Áustria era incorporada ao *Reich*. Também no leste, incorporou a região dos Sudetos, na então Tcheco-Eslováquia.

Porém, nenhuma nação demonstrava sinais concretos para conter o plano expansionista de Hitler. O "*Terceiro Reich*" estava no auge do seu poder. No exterior havia algumas preocupações, pois Hitler não respeitava tratados internacionais. Finalmente, o ministro do Exterior da Inglaterra declarou que seu país não mais aceitaria pacificamente uma tentativa dos alemães de intervir ou invadir qualquer país.

Hitler tinha interesses fortes na Polônia, pois o Tratado de Versalhes tinha provocado uma situação estranha. A antiga cidade alemã de Danzig fora declarada um Estado livre dentro do Estado polonês. Este Estado livre era separado da Alemanha por uma faixa de terra, chamada corredor polonês. O corredor também dava acesso para a Polônia ao mar Báltico. Este mesmo corredor também separava da Alemanha a Prússia Oriental.

No ano de 1939, Hitler exigiu a reintegração de Danzig ao Reino Alemão. Também exigiu que a Prússia Oriental tivesse vias de ligação diretas com a Alemanha, através de autoestradas e linhas férreas. Inglaterra e França comprometeram-se com a Polônia, de vir em seu auxílio, caso houvesse uma invasão alemã. Hitler, porém, conseguiu um golpe de mestre. Fechou um acordo de não agressão com a União Soviética, vizinha mais ao leste da Polônia.

Assim, tendo a garantia de que a União Soviética não reagiria, Hitler invadiu a Polônia em 1 de setembro de 1939. Inglaterra e França reagiram declarando guerra à Alemanha. Desta forma, estava iniciada uma das mais sangrentas guerras já vistas, que custou a vida de 55 milhões de pessoas.

2. A II GUERRA MUNDIAL

O poderio militar alemão era extraordinário. Num primeiro momento, a *Wehrmacht*, as tropas alemãs, subjugaram a Polônia, a Dinamarca, a Noruega, a Holanda, a Bélgica, a França, a Iugoslávia e a Grécia. Apesar do tratado de não agressão, a Rússia também foi invadida. Também o norte da África foi invadido.

A guerra não só era travada com tropas terrestres, mas também com a marinha e a aeronáutica. Os submarinos alemães afundaram milhares de navios da marinha mercante de países não alinhados. As batalhas aéreas e os bombardeios de cidades eram brutais, pois através deles também a população civil era atingida, matando mulheres, crianças e idosos.

Hitler acreditava que a guerra se aproximaria rapidamente da grande vitória final. Porém, o rigoroso inverno de 1941–1942 trouxe os primeiros problemas para as tropas alemãs que lutavam na Rússia. Os soviéticos utilizavam a tática da terra arrasada, assim, quando tinham que retroceder, tudo que não podia ser transferido mais para o leste era destruído. Com essa tática, as tropas alemãs começaram a enfrentar problemas com abastecimento. Tudo isso aumentava cada vez mais a selvageria na frente oriental. Hitler imaginava que, após vencida a Rússia, o império nazista estaria assegurado e a Alemanha seria a grande potência.

No ano de 1942, o regime nazista iniciou com o que chamava de "solução final da questão judaica". Todos os judeus e suas famílias na Alemanha, bem como dos países ocupados, eram presos. Trabalhadores qualificados faziam serviço escravo em fábricas alemãs. Os outros eram simplesmente levados para campos de concentração, onde famílias inteiras eram mortas por inanição ou em câmaras de gás. Os piores campos estavam instalados na Polônia. Muitos judeus presos eram usados como cobaias para testes na medicina, como transplantes de órgãos. Estima-se que 6 milhões de judeus tenham morrido nestes campos de concentração.

As batalhas mais sangrentas na Rússia aconteceram na cidade de Stalingrado e arredores, onde os alemães perderam 1,5 milhões de soldados, milhares de tanques de guerra, aviões e canhões. Após essa batalha, acendera-se o sinal vermelho para alguns integrantes do alto comando militar alemão. Pressentiam que a Alemanha começava a ser derrotada. Hitler, porém, insistia em continuá-la, sem tréguas.

Entrementes, após os japoneses terem bombardeado a base naval de Pearl Harbor, os Estados Unidos da América haviam ingressado na guerra. Em 1943, a Itália, ocupada pelos alemães, foi invadida por tropas americanas e aliadas, entre elas também soldados brasileiros, que compunham a Força Expedicionária Brasileira, a FEB. Curiosamente, também descendentes de imigrantes pomeranos no Espírito Santo integraram a FEB, nomes como Walter Dobruns, de Santa Maria de Jetibá, e Frederico Bessert, de Serra Pelada.

A partir do ano de 1943, aviões aliados, vindos principalmente da Inglaterra, começaram a bombardear cidades alemãs, bem como o seu parque industrial, visando principalmente a indústria pesada e a indústria bélica. Em junho de 1944, no famoso Dia D, uma gigantesca operação militar conjunta de americanos, ingleses, franceses e canadenses ocupou, pelo mar, a região da Normandia, na França. Iniciava assim a reconquista dos países invadidos pelos alemães.

Os insucessos militares e o terror do sistema de governo fizeram crescer a resistência interna contra Hitler. As pessoas conscientes viam que tudo se encaminhava para uma grande catástrofe, menos os dirigentes nazistas. Expoentes da resistência interna vinham de todas as camadas sociais. Em 20 de julho de 1944, um grupo liderado por oficiais do exército praticou um atentado contra Hitler no seu quartel general. Milagrosamente, ele foi salvo, e vingou-se brutalmente. Mais de 4 mil pessoas, que haviam de uma ou de outra forma participado da resistência, foram presas; e muitas, executados nos meses seguintes.

Os exércitos aliados avançavam sem trégua. As tropas russas vinham do leste, e as outras aliadas, do oeste e do sul. Mesmo assim, Hitler alimentou esperanças até o fim. Em janeiro de 1945, as tropas aliadas transpuseram a fronteira alemã, até que finalmente todo o território do *Reich* fosse ocupado.

Em 30 de abril de 1945, Hitler suicidou na capital Berlim, designando como seu sucessor o almirante-mor Dönitz. Em 7 e 8 de maio de 1945, este assinava a capitulação incondicional. Milhares de soldados alemães foram feitos prisioneiros. Devido aos bombardeios às cidades, a Alemanha tinha perdido 25% de suas casas, e milhares de pessoas estavam desabrigadas. Milhares de alemães tiveram que deixar seus territórios no leste europeu, para se refugiar em regiões ocidentais da Alemanha. Transporte e economia estavam paralisados, faltavam as coisas mais essenciais para a vida.

A II Guerra Mundial terminara com a morte de 55 milhões de pessoas, entre soldados e população civil. Os vencedores redesenharam o mapa da Alemanha. De 17 de julho a 2 de agosto de 1945 foi realizada a "Conferência de Potsdam", onde estavam presentes os mandatários Trumann, dos Estados Unidos da América, Churchill, da Inglaterra e Stalin, da União Soviética. Decidiu-se que o norte da Prússia Oriental passaria a pertencer à União Soviética. O restante da região passaria para domínio polonês, entre esta também a Pomerânia Oriental, da qual veio a maioria dos imigrantes pomeranos do Espírito Santo. Os Rios Oder e Neisse, juntamente com a cidade de Stettin, até então capital da Pomerânia, passariam a formar a divisa da Polônia com a República Democrática Alemã, sob influência e domínio da União Soviética. Foi também criada a República Federal da Alemanha, sob domínio e influência da França, Inglaterra e Estados Unidos da América.

Após a queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, as duas Alemanhas foram reunificadas em 3 de outubro de 1990.

CAPÍTULO II

O BRASIL À ÉPOCA DA IMIGRAÇÃO

PORTUGAL NO CONTEXTO DAS NAÇÕES

1. A VINDA DA CORTE PORTUGUESA

No ano de 1808, D. João, príncipe regente português, foi forçado a transferir-se com a Corte portuguesa de Lisboa para o Brasil. A Corte desembarcou primeiramente em Salvador e depois na cidade do Rio de Janeiro. O fato que forçou a sua transferência para o Brasil foi a situação política vivida na Europa, onde Napoleão Bonaparte decretara o "Bloqueio Continental". Isto aconteceu em 1806, e dois anos depois a situação de Portugal tornou-se complicada. Napoleão exigia que D. João fechasse os portos aos ingleses e confiscasse os bens que todos os súditos ingleses possuíam em Portugal.

Aproveitando este pano de fundo, os ingleses também começaram a fazer exigências à Coroa Portuguesa. Exigiam que D. João transferisse a sede da monarquia para o Brasil, objetivando com isto tirar amplas vantagens. Estas consistiam em ter um porto livre no Brasil, a posse da Ilha da Madeira e a assinatura de um tratado comercial favorável à Inglaterra. Outras exigências consistiam em Portugal entregar a sua esquadra para a Inglaterra e a concessão do já citado porto livre no Brasil, preferencialmente em Santa Catarina. De lá seria fácil comercializar produtos ingleses nas possessões espanholas, na região do Rio da Prata. A posse da esquadra e a ilha da Madeira eram importantes aos ingleses, pois ali poderiam estabelecer um ponto estratégico para combater os franceses.

Para complicar ainda mais toda a pressão vivida, França e Espanha já tinham assinado, em 1807, um tratado que previa invadir Portugal, para dividir entre si todas as suas Colônias. Logo chegaram notícias em Lisboa, dando conta

que os franceses tinham invadido o norte de Portugal. Isto criou um pânico geral na Coroa Portuguesa e fez com que, de forma apressada e desordenada, a Corte, fidalgos e nobres embarcassem de uma hora para outra para o Brasil.

Realmente, logo após a fuga da Corte, tropas francesas chegavam em Lisboa. Porém, eram soldados cansados, mal vestidos. A tropa "*mais parecia a evacuação de um hospital do que um exército que marchava triunfalmente para a conquista de um reino*".[1]

A vinda da Corte portuguesa foi de fundamental importância para o futuro do Brasil. Até a vinda da Corte, todos os interesses dos latifundiários do Brasil, que tinham suas raízes em Portugal, voltavam-se apenas para a sede da monarquia em Lisboa. Não havia qualquer interesse em estabelecer raízes mais profundas no Brasil. Interessava apenas sangrar as riquezas da Colônia, para abastecer Portugal com riquezas.

Todo o processo de concessão de possessões aqui dependia do grau de influência e simpatias junto à Coroa Portuguesa, ou de serviços a ela prestados. Foi o caso do donatário do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho. Ele prestara serviços militares para a Coroa Portuguesa no período da conquista da África e da Ásia, quando Portugal lançou-se nas navegações marítimas. Como prêmio pela sua lealdade à Coroa Portuguesa, Vasco Fernandes Coutinho recebeu a Capitania do Espírito Santo, no Brasil.

Esta forma com que a Coroa presenteava as terras brasileiras a pessoas a ela fiéis fez com que os donatários não se sentissem realmente ligados ao Brasil. Não imaginavam construir no Brasil uma eventual nova pátria. As possessões eram apenas vistas como meio para obter benefícios e enriquecer a si e à Coroa Portuguesa.

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, o Brasil deixou de ser Colônia e iniciou um processo de unificação das diversas possessões. Surgiu, num processo lento, mas firme, o país Brasil com suas províncias, que aos poucos foram unificadas sob um poder central monárquico.

Se até então as terras brasileiras apenas serviam para serem sangradas, enviando-se para Portugal as suas riquezas, o Brasil agora passou a ser o centro da Coroa Portuguesa. Isto levou D. João a buscar de todas as formas

1 Luís César COSTA/Leonel Itaussu A. MELLO, História do Brasil, p. 107.

um rápido desenvolvimento para o país, nos anos que ficaram conhecidos como "período joanino".

Já na sua chegada ao Brasil, em 1808, D. João VI assinou uma carta régia que decretava a abertura dos portos brasileiros. Com isto, ficava liberada a importação de quaisquer produtos. Estes deveriam ser transportados por navios portugueses ou de nações amigas. Esta decisão foi tomada, pois havia a necessidade de se conseguir recursos financeiros para sustentar a administração da Coroa, agora estabelecida no Brasil.

Durante o "período joanino" foram criadas escolas primárias e secundárias, academias de artes, bibliotecas, museus e a imprensa régia.[2] Criou-se a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, a Academia Real Militar, entre outros.[3] Iniciou-se também uma prospecção organizada das riquezas naturais do país.

Em dezembro de 1815, portanto, sete anos após a chegada da família real ao Brasil, D. João, que após a morte de sua mãe, a rainha D. Maria I, tornou-se D. João VI, proclamou a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Esta proclamação foi do agrado dos artífices do Congresso de Viena — Rússia, Áustria, Prússia e Inglaterra —, que tinham acabado de redesenhar o mapa da Europa após, militarmente, terem vencido Napoleão em 1815.

Com a vinda da Corte para o Brasil, a vida em Portugal foi marcada por conflitos. Agravava-se a crise econômica, trazendo fome, miséria e decadência para o comércio português, que, na verdade, era cosmopolita. Tudo isto fez com que, em 1820, estourasse na cidade do Porto uma revolução com ideias liberais monárquicas, que visava o retorno de D. João VI para Portugal.

É interessante observar que, com a volta de D. João VI, as ideias liberalizantes só deveriam valer para Portugal. Para o Brasil, desejava-se novamente a recolonização. Ou seja, tudo deveria voltar a ser como era antes da vinda de D. João VI em 1808. Isto tinha lógica, pois a classe dominante portuguesa era predominantemente mercantilista, e valia tirar Portugal das dificuldades financeiras advindas da invasão francesa. Para isso, era necessário restabelecer forte e rigoroso monopólio sobre o Brasil.

2 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 23.

3 Luís César COSTA/Leonel Itaussu A. MELLO, História do Brasil, p. 109.

Mesmo assim, iniciou-se um lento processo de o Brasil ter uma administração central, o que de fato ocorreu. Todo este processo foi de suma importância, pois criou entre os portugueses residentes no Brasil a consciência de formarem e pertencerem a uma nação além-mar.

2. A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

No ano de 1821, D. João VI viu-se forçado a voltar para Portugal. Mas como proclamara o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, deixou no Brasil seu filho Pedro como príncipe regente. O retorno do rei foi uma exigência do parlamento português, pois Portugal estava passando por turbulências políticas e perturbações sociais internas.

Tudo isto finalmente levou à ruptura definitiva com Portugal, pois lá se acenderam mais e mais fortes pretensões recolonizadoras. Estas se evidenciavam através de decretos de Lisboa que visavam enfraquecer D. Pedro e forçá-lo a voltar para Portugal. Os decretos visavam anular os poderes políticos, administrativos militares e judiciais do príncipe regente, estabelecendo exigências, como: a unificação dos exércitos brasileiro e português, a extinção dos tribunais criados por D. João VI e a criação de impostos alfandegários.[4]

As pretensões de Portugal de recolonizar o Brasil, o que nada mais significava do que continuar com a antiga sangria, encontravam resistência na pessoa de D. Pedro. Enquanto regente no Brasil, sua presença atrapalhava os planos de recolonização. Para obrigá-lo a deixar o país, a Corte portuguesa insistiu que D. Pedro deveria voltar para Portugal para complementar os seus estudos.

Iniciou-se um período de hostilidades entre Brasil e Portugal a tal ponto que Lisboa transformou o príncipe regente D. Pedro, nomeado por D. João VI, num simples governador submisso à Coroa Portuguesa.

Com este pano de fundo, aconteceu em 7 de setembro de 1822 a independência do Brasil, proclamada por D. Pedro, em São Paulo. Dom Pedro foi triunfalmente recebido no Rio de Janeiro como imperador. No mês de dezembro de 1822, D. Pedro recebeu a coroa e passou a denominar-se D. Pedro I.

4 Luís César COSTA/Leonel Itaussu A. MELLO, História do Brasil, p. 112 ss.

A independência do Brasil foi acompanhada de três fatos que são importantes para entender a continuidade do processo de imigração, já sonhado desde o "período joanino":

1º: Com a independência, surgiu, no Brasil, um único Estado;

2º: No início, ainda havia resistências de presidentes de algumas províncias, mas começou a desaparecer o regionalismo. Este se fazia sentir através de revoluções separatistas, que geralmente tinham mero caráter local. Alguns exemplos foram a Insurreição Pernambucana, a Conjuração Baiana e a Inconfidência Mineira, para ficar em alguns exemplos;

3º: A formação da nação brasileira. Diversos foram os fatores que fizeram com que se iniciasse este processo: delimitação das fronteiras; ocupação de grandes áreas despopuladas; ainda que tarde, a abolição da escravatura; e a tentativa já iniciada por D. João VI de "branquear" a raça brasileira.

Os maiores beneficiados com a independência do Brasil foram os grandes proprietários rurais, pois conseguiram manter a escravatura, o latifúndio, a monocultura da cana-de-açúcar e a exportação desta. Agora não mais tinham que prestar contas à Coroa Portuguesa.

3. O "NATIVISMO", O ESCRAVAGISMO E A IMIGRAÇÃO

Alguns historiadores apontam para um fenômeno que sobressai desde a independência. É o que chamam de "nativismo", sob o qual diversos grupos étnicos vindos durante a imigração tiveram que padecer. Como exemplo, ficamos com os holandeses, no nordeste, e os franceses, no Rio de Janeiro. É claro que com a vinda dos holandeses e franceses havia propósitos colonialistas, mas foram também questões religiosas que os trouxeram. Na Holanda, tratava-se da perseguição aos calvinistas, e na França, da perseguição aos huguenotes.

Este "nativismo", descrito na história do Brasil como "vitória contra os invasores", carregava o perigo de se transformar numa ideologia de Estado. Isto é, permitir que se estabelecessem limites geográficos e étnicos bem claros frente aos imigrantes, caso permitida sua imigração.[5]

5 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 23.

No caso dos alemães vindos ao Espírito Santo, o "nativismo" fez-se sentir quando foram fixados na região serrana da província, onde não havia assistência na área de comunicação, saúde e educação. Tudo isto levou a um isolamento que se faz sentir até hoje, quase 170 anos após a chegada dos primeiros imigrantes. Era importante tê-los para desbravar a região serrana, essa muralha verde que defendia as minas gerais de Ouro Preto de saques. Se o "nativsimo" era comungado entre as autoridades responsáveis pela colocação dos imigrantes, então era importante isolá-los, criando um tipo de gueto cultural, religioso e étnico.

Cronologicamente, a emigração na Alemanha ocorreu a partir do forte inverno e da fome que abateram o país entre os anos de 1816 e 1817. Ela coincidiu com as primeiras tentativas de colonização do Governo Brasileiro. Em 1818 era fundada a colônia de Nova Friburgo, com imigrantes suíços. Em 1823, juntou-se a esta colônia um grupo de 334 alemães protestantes, acompanhados pelo Pastor Sauerbronn, primeiro pastor luterano no Brasil.[6]

A partir de uma lei de D. João VI, de 25 de maio de 1808, a concessão de sesmarias valia também para não portugueses, sem, porém, abolir a escravidão. Amparados por esta lei, em 1818, um pequeno grupo de alemães adquiriu cinco sesmarias às margens do Rio Peruipe, no sul da Bahia. Surgia ali a primeira colônia genuinamente alemã no Brasil, à qual se deu o nome de "Leopoldina", em homenagem à imperatriz Leopoldina, de origem austríaca. Dona Leopoldina era filha do último imperador do "Sacro Império Romano-Germânico" Francisco II. Este, a partir de 1804, passou a ser apenas imperador da Áustria, com o título de Francisco I.[7]

No mesmo ano, criou-se outra colônia alemã perto de São Jorge dos Ilhéus, igualmente na Bahia, onde os imigrantes alemães estabeleceram-se entre 1821 e 1822. Finalmente, o Major Schäffer, colonizador da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, recebeu, em 1824, 4.356 hectares de terras nas proximidades de Leopoldina, dando-lhe o nome de Frankental. Isto porque Major Schäffer era natural da região de Franken, cortada pelo Rio Meno, na Baviera.[8]

6 Carlos Henrique HUNSCHE, O Ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, p. 40.

7 Ibid., p. 41 ss.

8 Ibid., p. 41 ss.

A aquisição de sesmarias por empresas latifundiárias alemãs baseava-se na escravidão. Eram imensas áreas de terra, mas com poucos imigrantes alemães para cultivá-las. Assim, só havia perspectivas de progresso com mão de obra escrava negra. Hunsche ainda menciona a Fazenda da Mandioca, no distrito de Inhomerim, estabelecida em 1822. Nesta fazenda foram estabelecidos 84 alemães.[9]

Todas estas colônias, com exceção de Nova Friburgo (RJ); São Leopoldo (RS); Dona Francisca (SC); Santa Isabel e Santa Leopoldina (ES); Mucuri e Teófilo Otoni, em 1847; e Juiz de Fora, em 1852 (MG), não obtiveram sucesso e fracassaram no intento de criar colonizações de forma organizada, com recursos próprios.

4. A RELIGIÃO OFICIAL

O império brasileiro, constituído em 1822, manteve, no campo religioso, as tradições do reino português. Na Constituição outorgada em 1824, no Art. 179, parágrafo 5, era assegurada "*a liberdade religiosa dos católicos, que ninguém poderia ser perseguido por motivos religiosos, enquanto respeitasse a religião do Estado e não ferisse a moral pública*". O texto do parágrafo 5 era claro:

> "*A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo*".[10]

O Art. 276 do Código Criminal do Império previa sanções caso adeptos de uma outra religião que não a do Estado realizassem seu culto em construções com alguma forma exterior de templo. Neste caso, os adeptos deveriam ser dispersados pelo juiz de paz e multados em valores de 2 a 12 Mil-réis.[11]

Conforme o Art. 95 da Constituição, os representantes na Câmara dos Deputados deviam pertencer à religião do Estado. Nada, porém, se falava a respeito de acatólicos para as Assembleias Provinciais e Municipais. Aliás,

9 Carlos Henrique HUNSCHE, O Ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, p. 42 ss.

10 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 24.

11 Ibid., p. 24.

a Constituição evidenciava mais dúvidas ainda, principalmente concernente à validade de matrimônios protestantes, como já visto anteriormente. Desconhecia-se, no Brasil, o matrimônio civil, e como o catolicismo era a religião oficial do Estado, somente os matrimônios contraídos na presença de sacerdotes católicos tinham validade legal.

Através de decreto de outubro de 1865, o Governo Imperial definiu que crianças nascidas de matrimônios mistos deveriam ser educadas na fé católica. Somente a República, proclamada em 1889, separou Estado e Igreja, estabelecendo igualdade de direitos para protestantes.[12]

12 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 26.

O BRASIL E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ

1. FATORES QUE MOTIVARAM A IMIGRAÇÃO

Vários foram os fatores que motivaram o Governo Brasileiro a incentivar a imigração. De forma resumida, estes eram os seguintes: havia a necessidade de preencher o espaço geográfico de enormes áreas desabitadas e também de regiões de litígio em fronteiras com outros países; tinha que ser feito algo por causa da forte pressão internacional para a abolição da escravidão; havia a preocupação de "branquear" a população brasileira.

Na época da independência, a população brasileira era calculada em 3,5 milhões de habitantes. Destes, em torno de 68% eram escravos e, por conseguinte, em sua esmagadora maioria, negros. Tudo isto trazia preocupações, pois alguns segmentos do governo temiam que pudesse acontecer no Brasil algo idêntico ao que acontecera no Haiti. Ali, no ano de 1803, através de uma revolta, a população escrava negra dizimou a elite branca, que era francesa.

A estrutura do país era agrária e essencialmente baseada na monocultura de cana-de-açúcar e café. O trabalho nos latifúndios era sempre realizado por escravos, via de regra tratados de forma brutal, desrespeitando-se direitos elementares. Os escravos não recebiam qualquer pagamento em moeda pelo trabalho realizado. Apenas recebiam moradia e parca alimentação. Os senhores viviam na casa-grande, e os escravos habitavam uma construção miserável, denominada senzala.

O escravo negro representava lucro para quem o traficava e para quem utilizava sua força de trabalho. Recife, Salvador e Rio de Janeiro, através de seus portos, foram os maiores centros receptores de escravos. Contra rebeldias dos

escravos, aplicava-se as mais variadas torturas, que iam de açoites; o uso de instrumentos de ferro, onde as mãos e os pés ficavam amarrados; castração, quebra de dentes e até amputação de seios.[13]

Por motivos essencialmente econômicos, a Inglaterra opunha-se ao comércio de escravos, pois não lhe interessava que o Brasil exportasse muito açúcar. A exportação brasileira significava concorrência para o açúcar produzido nas possessões das Antilhas Inglesas. O açúcar de lá era produzido por trabalho assalariado. O mercado mundial preferia o açúcar brasileiro, mais barato, pois era produzido "gratuitamente" por escravos. Isto fez com que os ingleses, já desde 1810, tentassem impedir o tráfico de escravos da África para o Brasil.[14]

Para a recém-criada monarquia brasileira, era fundamental ser reconhecida internacionalmente como nação independente. Por isso o Governo Brasileiro cedeu às pressões inglesas, interrompendo o lucrativo comércio escravagista. Esta era a exigência feita pelo governo inglês para reconhecer o Brasil como país independente. Assim, no ano de 1850, através de lei sancionada pelo Ministério da Justiça, o comércio escravagista foi abolido, porém não a escravidão. Já no ano de 1827, a Inglaterra fizera uma primeira tentativa, firmando um tratado que previa que até 1830 fosse extinto o tráfico de escravos. O tratado só se consumou 23 anos depois.[15]

Por volta de 1825, a Inglaterra exportava para o Brasil a mesma quantidade de mercadorias que exportava para suas colônias no restante do continente americano. Com preços mais baixos e produtos melhores, os manufaturados brasileiros sofriam boicote pela indústria inglesa. Com esta política de boicote, as poucas manufaturas de tecido e metalurgia brasileiras faliram.[16]

Enfim, com toda esta pressão inglesa, o Brasil não tinha como não ceder. Não podendo mais traficar escravos negros, o país se viu na contingência de abrir-se de forma mais ordenada à imigração europeia. Não lhe interessavam imigrantes de países como Holanda, Inglaterra, França e Espanha, nações já possuidoras de colônias. Além do mais, no passado, já houve atritos históricos com estas nações. Sobravam para o projeto de imigração os alemães, suíços e italianos.[17]

13 Luís César COSTA/Leonel Itaussu A. MELLO, História do Brasil, p. 76.

14 Ibid., p. 153.

15 Ibid., p. 126.

16 Ibid., p. 126.

Os imigrantes vindos para o Espírito Santo não substituíram a mão de obra escrava, de modo que se pudesse falar de "escravatura branca", como se apregoava em diversos estados e círculos na Alemanha. Mesmo que isto tenha por vezes transparecido, quando se analisa, por exemplo, o projeto de colonização do Sr. França Leite. Ele quis fundar uma colônia entre os Rios Pancas e São João, fechando, para tal, contratos de parceria com colonos alemães. A transação era intermediada pela firma Steinmann, no porto de Antuérpia, na Bélgica, e previa cláusulas que engessavam os imigrantes que, por ventura, quisessem trilhar caminhos próprios no Espírito Santo.

2. A NECESSIDADE DE SE CRIAR UMA CLASSE MÉDIA

Já em 1822, reconhecera-se em algumas esferas governamentais a necessidade de se rever a estrutura fundiária. Não se pensava em uma reforma agrária, mas na necessidade de se construir a vocação agrária do país não apenas sobre o latifúndio. Houve a percepção da necessidade da criação de uma classe média, formada por pequenos agricultores e artesãos.[18]

Para que se criasse esta classe média, foram criados alguns mecanismos. Dentre eles, a proibição de os imigrantes usarem mão de obra escrava na agricultura. Também não podiam possuir escravos. Aos imigrantes apenas era permitido contratar trabalhadores diaristas.[19] Era, porém, permitido o sistema de parceria para colonos, que haviam recebido terras ruins. Poderiam trabalhar à meia junto a outros proprietários, para melhorar o seu padrão de vida ou até garantir a simples sobrevivência.

Os primeiros imigrantes alemães tinham a viagem paga e, ao chegarem às colônias, recebiam diárias em moeda, alimentação, sementes e ferramentas. Esta ajuda, porém, era vista como empréstimo a ser devolvido. Suas terras só podiam ser legalizadas após a quitação do empréstimo junto ao governo. Tomando em conta os altos custos para o Brasil, no início, este tipo de imi-

17 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 29.

18 Ibid., p. 27.

19 Ibid., p. 27.

gração não aconteceu de forma espontânea, e os colonos não podiam escolher a província ou a terra que lhes parecesse adequada. Também não havia uma legislação clara a respeito feita pelos órgãos governamentais brasileiros. Em muitos casos, o destino dos imigrantes apenas era definido quando chegavam para o desembarque no porto do Rio de Janeiro.

Alguns pesquisadores apontam a imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I, como mentora da ideia de se trazer imigrantes alemães para o Brasil. Como territórios do norte da Itália estavam sob domínio austríaco, também italianos foram aliciados por agentes brasileiros a emigrar. Na pressa de trazer imigrantes, a organização e a administração das colônias também trouxe muitos ressentimentos e desânimo entre os colonos.

3. A NECESSIDADE DE "BRAÇOS LABORIOSOS E TRABALHADORES"

O próprio imperador D. Pedro I era um incentivador da imigração. Talvez animado pela esposa, concluiu: "*é necessário apoiar o desenvolvimento da agricultura, é absolutamente necessário facilitar a travessia e fomentar o aliciamento de bons colonos que aumentem o número de braços, dos quais necessitamos*". Em outro momento aponta para a "*necessidade inevitável de se facilitar o alistamento de braços*".[20]

Talvez a imperatriz Leopoldina tenha pensado em ajudar os seus patrícios de língua alemã, também do Tirol, enquanto D. Pedro I e seus ministros tinham a preocupação em povoar o país. Isto fez com que o ministro Pedro de Araújo Lima afirmasse em 1828:

> *"A população do Império aumenta dia-a-dia; com um clima ameno, com solo fértil, o Brasil tem que ver crescer o número de seus filhos no mínimo na mesma proporção que os Estados Unidos da América do Norte... O comércio escravagista diminui e nós nos encontramos diante da necessidade de preencher esta lacuna. Temos que proteger a pessoa e a propriedade. Temos que criar liberdades para a agricultura e a indústria, garantir os contratos entre proprietários e arrendatários, especialmente em se tratando de estrangeiros, facilitar a aquisição de meios de subsistência: isto atrairá braços, dinheiro e indústria. […] O Brasil necessita de braços laboriosos e trabalhadores".*[21]

20 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 29.

Esta declaração foi feita após a instalação das colônias de Nova Friburgo (RJ) e São Leopoldo (RS), e trazia euforia. Sonhava-se em conseguir trabalhadores versados em policultura. E sonhava-se também em criar indústrias. Este sonho era ousado, pois trazia solução para os problemas brasileiros com a pressão do governo inglês de ver interrompido o tráfico negreiro. Trazendo trabalhadores da Europa, estava-se mostrando boa vontade diante do governo inglês e, ao mesmo tempo, solucionando problemas nacionais.

Iniciou-se, então, um recrutamento sistemático de alemães para o projeto brasileiro de imigração. Alguns conseguiam custear a sua travessia por meios próprios. Porém, grande parcela, não. Surgiram aí aberrações, quando agenciadores percorriam regiões da Alemanha com as mais tentadoras promessas de uma vida melhor e enriquecimento fácil.

Os que não conseguiam custear a sua travessia por meios próprios caíam nas mãos de pessoas sem escrúpulos, tanto na Alemanha como no Brasil. No Brasil, sempre é citado o senador Nicolau Pereira Campos Vergueiro, que conseguiu, através de agenciadores na Alemanha, aliciar imigrantes para os seus cafezais em Ibicaba, São Paulo. Isto já no ano de 1847.

Campos Vergueiro propunha contratos de parceria recheados com propostas, que à primeira vista pareciam interessantes para quem não possuía nada na Europa. Eram também propostas tentadoras para quem tinha ido até o porto de Hamburgo, porém sem ainda saber ao certo para onde e como emigrar. A Fazenda Vergueiro assumia as despesas da travessia dos incautos imigrantes. Só que estes já chegavam assim ao Brasil, endividados pelos custos das passagens marítimas. O contrato de parceria também os obrigava a pagar o transporte do porto de desembarque para o local de trabalho, a compra de ferramentas e alimentação até a época da colheita do café. Estas dívidas eram quitadas através de empréstimos a juros de 6% a 12% ao mês.

Como viviam em casas que pertenciam à fazenda de Vergueiro, os imigrantes eram obrigados a adquirir alimentos em suas casas de comércio, com preços fixados pelo fazendeiro. Com este sistema, em pouco tempo, os imigrantes

21 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 31.

estavam tão endividados e tão dependentes do fazendeiro que tinham que sujeitar-se a um regime de semiescravidão.[22]

A repercussão internacional a este sistema de parceria foi imediata. O governo prussiano tomou várias medidas. Também o Governo Brasileiro. Por pressões externas e internas, o sistema de parceria fracassou. Passou-se a pagar um preço fixo por trabalho em lavouras de café. Os preços podiam ser diários, por produção, semanais ou mensais. Surgiu assim o trabalho assalariado no Brasil.[23]

Além da campanha das autoridades alemãs contra a emigração, a própria política imigratória do Brasil veio a sofrer um grande revés no ano de 1830. Através de lei sancionada em 15 de dezembro de 1830, forças conservadoras do parlamento, sustentadas por latifundiários, conseguiram sustar todos os meios financeiros que o governo colocara à disposição para a colonização subsidiada com imigrantes estrangeiros. A preocupação dos latifundiários era clara. Na sua visão, de nada adiantava investir na imigração se esta não lhes servia, já que não lhes era permitido fazer os famigerados contratos de parceria com os imigrantes. Contratos que muitas vezes beiravam à semiescravidão, substituindo de uma forma escondida a escravidão negreira.

Esta medida do parlamento, porém, não levou a uma interrupção geral da imigração, pois, através de um Ato Adicional, o Governo Imperial estabeleceu que o assunto imigração passaria a ser de responsabilidade das diversas províncias, e estas deveriam fomentar a imigração com meios próprios e organização própria.[24]

---

22 Luís César COSTA/Leonel Itaussu A. MELLO, História do Brasil, p. 154.

23 Ibid., p. 154.

24 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 32.

CAPÍTULO III

A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX

A SITUAÇÃO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

1. A SITUAÇÃO PERIFÉRICA DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo sempre viveu uma situação periférica no sudeste do Brasil, apesar de no século XIX esta região integrar o polo cafeeiro, que se alastrou do Vale do Paraíba (RJ) estendendo-se ao oeste paulista.

A situação periférica do Espírito Santo era histórica. Diante da situação privilegiada de Minas Gerais com suas ricas jazidas de ouro, seria lógico exportar os seus produtos pela província do Espírito Santo, devido à distância mais curta até o litoral, onde havia portos. Mas, por legislação imperial, foi proibida a abertura de estradas no interior do seu território. A preocupação era de que estas estradas facilitariam eventuais tentativas de ludibriar o fisco com as riquezas que as minas de ouro em Minas Gerais produziam. Ou, na pior das hipóteses, facilitaria ataques estrangeiros contra as ricas jazidas ali encontradas. Estes eventuais ataques poderiam partir dos portos do Espírito Santo, caso houvesse estradas do litoral capixaba para Minas Gerais. Importava, então, usar as terras do Espírito Santo como escudo e proteção natural contra as ricas zonas de jazidas de ouro.

Os próprios mandatários e a população pioneira não pareciam muito interessados em viabilizar o progresso da capitania do Espírito Santo. Além do mais, a sua população lutava com as situações mais adversas, principalmente com a resistência indígena. Os índios puris, botocudos, aimorés e goitacazes opunham-se heroicamente à colonização portuguesa, tanto é que estes apenas conseguiram fixar-se na estreita faixa litorânea da província.

Observa-se que, apesar da presença dos jesuítas, a resistência indígena continuou por longos períodos da história do Espírito Santo. Os jesuítas eram donos de importantes glebas de terra, onde fundaram aldeamentos que se transformaram em importantes vilas no período colonial.[1] Tentativas de desbravar o território esbarravam, além dos índios, também na densa Mata Atlântica e na geografia montanhosa e acidentada e com poucos rios em condições de navegação.

Além destas dificuldades encontradas, houve pouco interesse dos donatários, que preferiam não administrar pessoalmente a capitania, mas delegar a administração a capitães-mores. A alguns destes só interessava a sua manutenção, não havendo nenhum interesse em investimentos. Somando esta falta de interesse dos donatários e a legislação que proibia desbravar caminhos para a direção de Minas Gerais, tudo naturalmente contribuiu fortemente para que a capitania estagnasse. Era o norte/nordeste açucareiro do Brasil que atraía investimentos, e não a pequena e estreita faixa litorânea da província do Espírito Santo.

Espremida no litoral pela resistência indígena e pelos motivos já mencionados, a capitania não conseguiu colonizar-se. Não conseguia atrair contingentes de colonizadores, como outras capitanias. Quando havia pessoas interessadas em habitar estas terras, a administração, através de capitães-mores, não contribuía para uma colonização planejada e organizada e, portanto, voltada para a exportação, como se verificava em outras capitanias.[2] Mesmo sem números expressivos, o cultivo da cana-de-açúcar foi uma das poucas perspectivas de produção na faixa litorânea.

Na sua fase colonial, foram descobertas enormes jazidas de ouro no Brasil. Estas descobertas, nos séculos XVII e XVIII, em nada contribuíram para o desenvolvimento e crescimento da capitania, mesmo se supondo que nela também se encontrariam ricas jazidas. Ao invés de exploração e desbravamento das terras capixabas, o Governo Imperial apenas adotou medidas para fortificar Vitória. Os canhões do forte São João e São Francisco Xavier comprovam esta fase.

1 Nara SALETTO, Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado e Trabalho do Espírito Santo (1888–1930), p. 23.

2 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 20 ss.

Finalmente, no século XIX, no período em que Francisco Alberto Rubim governava a província do Espírito Santo, foi aberta uma estrada de Vitória até Vila Rica, em Minas Gerais. Mas, neste momento, a fase do ouro já fazia parte da história do passado do Brasil.[3]

2. O ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO (1822–1831)

À época da independência em 1822, a capitania era habitada apenas na margem litorânea. Os seus habitantes produziam cana-de-açúcar e farinha de mandioca. Estes produtos eram comercializados de forma muito tímida no Rio de Janeiro e Bahia. Este tímido comércio representava um quadro econômico sem importância em comparação com as províncias vizinhas. A comercialização do açúcar produzido no Espírito Santo, os produtos de cultura de subsistência, cultivo de mamona, a criação de gado, a pesca artesanal e pouca mineração de ouro em Castelo fizeram com que raramente atracassem navios estrangeiros no porto de Vitória.[4]

Mesmo com este quadro, a agroindústria de cana-de-açúcar deixou marcas. Em 1820, a província possuía cerca de 60 usinas de açúcar e 66 destilarias. Dentro da cultura de subsistência, produzia-se feijão, milho, legumes diversos e algum café. A farinha de mandioca, base da alimentação capixaba, era quase toda ela produzida em São Mateus. Até o ano de 1828, São Mateus pertencia à jurisdição baiana.

Historiadores especulam que, àquela época, o Espírito Santo ainda conservava a Mata Atlântica quase intocada. Ela ocupava em torno de 90% do seu território atual. A população, que se concentrava principalmente na faixa litorânea, era estimada em torno de 24 mil habitantes. O medo dos índios botocudos impedia o avanço interior adentro. Após 1813, com a vinda de imigrantes açorianos para Viana, iniciou-se a formação de núcleos mais distantes do litoral. A vinda deste primeiro grupo de 50 casais de açorianos deu-se durante o governo Rubim, entre os anos de 1812 e 1819.[5]

3 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 21.

4 Ibid., p. 22.

5 Ibid., p. 22 ss.

Em meados do século XIX, a província do Espírito Santo foi tirada da situação inexpressiva em que se encontrava. Iniciou o interesse pelo plantio de café que provocou uma expansão que, apesar das altas e baixas nos preços mundiais, "*se manteve até a década de 1960, quando o programa federal de erradicação do café reduziu à metade os cafezais do estado*".[6]

Se até então também o plantio de mamona era substancial, os presidentes da província recomendaram que o plantio da mesma fosse substituído pelo café nos quintais de Vitória. Era também em Vitória que se praticava todo o comércio. Em 1818, a capital atingia 4.245 habitantes, dos quais um terço se constituía de escravos. As casas comerciais abasteciam-se no Rio de Janeiro e na Bahia, com uma majoração de preços na venda em torno de 30% a 50%.[7]

A comunicação entre as vilas era feita por navegação rudimentar ou por trilhas, pelas quais os produtos eram transportados em lombos de animais. Esta situação precária de comunicação, que se estendeu por decênios, com certeza contribuiu para o isolamento dos imigrantes na região serrana do Espírito Santo. Também a agricultura de subsistência deve ter contribuído para este isolamento, pois ela tornava as propriedades agrícolas quase que autossuficientes. Com isto, só se fazia contato com o mundo exterior em casos de extrema urgência ou para comercializar um ou outro produto excedente.

3. O ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DA REGÊNCIA (1831–1840) — ASPECTOS

Em verdade, o período da Regência não trouxe grandes novidades para a província do Espírito Santo, já que sempre teve importância periférica. Desta forma, serão dados aqui apenas alguns fatos de forma resumida, que marcaram este período na vida da província.[8]

Em âmbito nacional ocorreram várias rebeliões, como, por exemplo, a Guerra dos Farrapos (1835–1845), também chamada de Revolução Farroupilha, quando criadores de gado no Rio Grande do Sul pretenderam separar-se do Brasil.

6 Nara SALETTO, Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado e Trabalho do Espírito Santo (1888–1930), p. 23.

7 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 23.

8 A questão dos partidos políticos está descrita no item 5 deste capítulo, "O Espírito Santo e a Proclamação da República".

Nesta guerra, imigrantes alemães envolveram-se em combates ao lado dos "farroupilhas". A Sabinada (1837–1838), na Bahia, foi uma grande revolta da camada média da população, insatisfeita com as autoridades nomeadas pelo governo regencial, sua intenção era proclamar uma República na Bahia. No Maranhão, houve a Balaiada (1838–1841), que teve caráter bem popular, onde as camadas populares levantaram-se contra a aristocracia rural. Finalmente, a Cabanagem (1833–1836): revolução que aconteceu no Pará e teve como estopim a frustração sentida após a independência. As transformações sociais esperadas não aconteceram. Os cabanos, a população que vivia em cabanas às margens dos rios, revoltaram-se e executaram o presidente da província, nomeado pelo Governo Central.

Na província do Espírito Santo, tomava-se conhecimento destes acontecimentos, mas sem maior envolvimento. Apenas houve reações quando soldados mandados da Corte no ano de 1831, para integrarem um batalhão que se deveria formar em Vitória, amotinaram-se. Grande parte da população refugiou-se no continente, tamanha era a desordem.[9]

Em São Mateus, parte da população se rebelou por desavenças entre brasileiros e portugueses. Um grupo de 60 homens foi até a cadeia e soltou os presos. O Governo Imperial enviou tropas, bem como uma escuna de guerra para por fim à sublevação, membros da Câmara Municipal e o juiz foram demitidos pelos sublevados. Também em 1832, a cidade de São Mateus foi atacada por índios botocudos. Morreram 140 índios e "*morrendo alguns dos nossos, havendo muitos feridos de parte a parte*".[10]

Em 1º de fevereiro de 1835, instalou-se a Assembleia Provincial, em decorrência do Ato Adicional, que dava mais autonomia ao poder legislativo local. No ano de 1833, diante do Conselho Provincial, o presidente Manuel da Silva Pontes afirmou a respeito da agricultura capixaba:

> "*Outras causas nocivas noto contra a agricultura, e vem a ser a mania de adquirir terrenos desproporcionados e o abandono da terra cultivada. Alegam os lavradores por que assim obram que a terra depois de duas ou três colheitas torna-se estéril e em campo para as formigas. A futilidade desta teoria ou antes pretexto patenteia-se com a mais leve atenção que*

9 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1831.

10 Ibid., ano 1832.

prestamos ao que se passa em nossos jardins, cuja terra nunca envelhece, nem é crível que haja homens tão covardes que recuem à vista de adversários tão desprezíveis como as formigas".[11]

Em 1835, a província foi dividida em três comarcas: Vitória, São Mateus e Itapemirim. Da comarca de Vitória faziam parte: Serra, Nova Almeida, Espírito Santo (Vila Velha) e a cidade de Vitória. De Itapemirim faziam parte Itapemirim, Benevente (Anchieta) e Guarapari.

As estradas eram um problema, pois os cofres públicos não permitiam a devida conservação. As travessias dos rios eram feitas através de balsas e em canoas. Em 1836, até a estrada denominada geral, que percorria o litoral, estava quase intransitável, "*entorpecendo a marcha dos viajantes e estafetas*".[12] Esta estrada geral ligava a província ao Rio de Janeiro e Bahia.

Entre 1839 e 1840, a província exportou para o exterior, especificamente para Montevidéu e a cidade do Porto (Portugal), os seguintes produtos, conforme mapa da exportação para fora do Império: "*aguardente, algodão em fio, arroz, açúcar, café, cal, couros, achas de lenha, conçoeiras, pernas* (sic), *taboas, toros, vigas*".[13]

Em 1840, era impresso o primeiro jornal na província. Chamava-se O Estafeta, que não passou do primeiro número.

4. O ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DO SEGUNDO REINADO (1840–1888) — ASPECTOS

A coroação de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840, foi amplamente festejada em Vitória. Com a idade de apenas 14 anos e sete meses, ele era aclamado imperador.

Também deste período do Segundo Reinado se dará aqui destaque a alguns poucos momentos:

Em agosto de 1842, chegaram a Vitória o ex-regente Padre Diogo Antonio Feijó e o deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro para cumprirem degredo.[14] Os degredados eram acusados de terem sido os motivadores da revolta de São Paulo, que foi uma reação ao gabinete ministerial formado por D. Pedro II em 1841, chamando para a sua composição representantes dos conservadores. Estes restauraram o antigo Conselho de Estado, que era um órgão que abrandava o poder moderador exercido pelo imperador. Além do mais, este novo ministério restabelecia uma forte centralização do poder.

As Câmaras Provinciais de São Paulo e Minas revoltaram-se contra esta centralização de poder, que também previa tirar autonomia das províncias. Acusaram o novo ministério de instalar leis reacionárias que visavam um governo ainda pior do que nos tempos coloniais.

O fato do degredo é aqui citado, pois Vergueiro tornou-se conhecido em relação a projetos de imigração. Trata-se do mesmo Vergueiro que posteriormente trouxe imigrantes para suas fazendas em São Paulo, tornando-os semiescravos.

Em 1843, foi estabelecido em Biriricas um aldeamento para catequese de índios. Em 1847, o aldeamento foi abandonado pelos índios, que novamente voltaram às suas terras.[15] É no início de 1847 que são assentados os primeiros imigrantes alemães naquela região. Teria sido este o motivo de os índios "voltarem às suas terras"?

Em 1846, foi nomeado presidente da província Luis Pedreira do Couto Ferraz, que se empenhou na criação da colônia de Santa Isabel.

Um dos fatos marcantes deste período foi a Insurreição de Queimados. Já há muito tempo, escravos estavam fugindo dos trabalhos desumanos das fazendas para formar quilombos no interior. Havia outras formas de luta contra a escravidão, porém a mais temida pelos senhores brancos para desestabilizar a ordem estabelecida era a reação coletiva. Grupos de negros fugiam para lugares ermos, construindo os quilombos onde constituíam sociedades livres. Estas naturalmente causavam preocupação entre a classe dominante, que dependia da mão de obra escrava. Em 1849, o presidente da província pronunciou-se diante da Assembleia da Província, denunciando os

11 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 327.

12 Ibid., p. 328.

13 Ibid., p. 328.

14 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1842.

15 Ibid., ano 1843.

"*quilombos que formigam na província e tanto concorrem para o definhamento da agricultura e desmoralização da escravatura*".[16]

Escravos que não conseguiam fugir do trabalho forçado tentavam de outras formas alcançar a liberdade. Em relação a Queimados, há controvérsias, mas de forma resumida tratou-se da construção de uma igreja em São José do Queimado, no município da Serra. Frei Gregório de Bene, sem recursos para a obra, teria prometido a libertação no dia da inauguração do templo aos escravos que ajudassem na construção. Outras fontes dizem que simplesmente se espalhara a notícia de que os escravos que ajudassem na obra seriam libertados.

Os escravos empenharam-se na obra e no dia da inauguração reuniram-se na porta da igreja, esperando pela libertação. Vendo a aglomeração, Frei Gregório não permitiu a abertura das portas, o que provocou a ira dos escravos. Foram então às fazendas das quais provinham para pedir liberdade aos seus senhores. Isto naturalmente lhes foi negado, o que levou à insurreição.

Os fazendeiros solicitaram reforço policial de Vitória e, em dois dias, a insurreição estava dominada de forma brutal. Foram feitos 40 presos, dos quais somente 6 foram absolvidos. Os principais líderes foram sentenciados à força.

Sobre a vida capixaba na segunda metade do século XIX, José Teixeira de Oliveira faz uma análise interessante. A partir desta, começa-se a perceber o que contribuiu para que algumas colônias se fechassem em si ou demorassem a sair do marasmo em que se encontravam nos primeiros anos de existência.

> "*As falas presidenciais se sucedem em desoladora monotonia. São dezenas, e todas lamentam a facilidade com que o Júri absolve os criminosos que lhe são confiados para julgamento. Louvam, sem discrepância, o trabalho das Colônias e se queixam da falta de meios para atender às necessidades do culto religioso. Ano, após ano, apontam deficiências do ensino e das estradas.*
>
> *Seria inoportuno tentar aqui uma explicação para a falta de iniciativa dos governantes, mas, examinando-se a lista dos Presidentes que estiveram à frente da Província, verifica-se que — exceção feita de uns três ou quatro — todos eram principiantes bisonhos, que vinham pescar, no Espírito Santo, uma cadeira de deputado geral. Dois ou três conseguiram fazer carreira política. Os demais — a quase totalidade — desapareceram no cenário nacional.*
>
> *Os pequenos relatórios, cartas, ofícios — quase diários — encaminhados aos Ministérios do Império e da Justiça tratam de pequenos crimes, questões eleitorais de ínfima importância, dão notícias das epidemias para reclamar sobre vacinas ou pedir dinheiro.*
>
> *Os jornais espelham a vida pacata. Noticiário relativo à administração e política de aldeia. As folhas de oposição combatendo sistematicamente os atos do Governo e as deste defendendo-lhe, incondicionalmente, os erros. Como em todos os tempos e lugares.*
>
> *A população urbana — em constante aumento — não demonstra aspiração de progresso. Seja na Capital, seja no último dos distritos, o povo se deixa arrastar melancolicamente pela rotina. Nenhum empreendimento marcante: nem no terreno das construções materiais, nem no campo social. Falta, talvez, de uma elite que marchasse à vanguarda, despertando iniciativas.*
>
> *A gente do campo persevera nos métodos antiquados de cultura.*
>
> *O café, passo a passo, conquista liderança da economia capixaba. Não consegue, entretanto, o fastígio que obteve na Província do Rio de Janeiro.*
>
> *As grandes realizações que modificam o fácies do país no decorrer do Governo de D. Pedro II só mui remotamente ecoam no Espírito Santo*".[17]

Em 1860, o imperador passou pela província do Espírito Santo, visitando as colônias de Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo.

Em relação à Guerra do Paraguai (1865–1869), o Governo Provincial empenhou-se em enviar soldados. Até maio de 1865, a província já havia mandado 389 soldados, sendo 273 voluntários. Um ano depois, o número já atingiu quinhentos soldados.[18]

Frederico Augusto Höhne[19], que chegou à colônia de Santa Leopoldina em 1867, testemunha em carta enviada a seus parentes na Alemanha, com data de 04

16 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 330.

17 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 345–346.

18 Ibid., p. 362.

19 Vide anexo.

de outubro de 1869, fato interessante. Ele escreve que havia na colônia alguns saxônios, "*os quais não posso deixar de descrever. Alguns ajudam a espancar os seus conterrâneos em troca de um copo de cachaça, ou a capturar recrutas etc*".

A menção de recrutas pode eventualmente indicar que também imigrantes de fala alemã vindos ao Espírito Santo tenham participado da Guerra do Paraguai.

Está comprovado que imigrantes alemães e seus descendentes envolveram-se como soldados na Guerra do Paraguai. Do 1º Batalhão do Rio de Janeiro faziam parte de 30 a 40 alemães. Do 5º Batalhão, sediado em Petrópolis (RJ), também faziam parte descendentes de alemães.[20]

De 1877 a 1879 houve grande estiagem no nordeste. Isto fez com que, no ano de 1878, milhares de cearenses viessem para a província do Espírito Santo, fugindo da seca. A vinda destes retirantes exigia soluções da administração provincial, mas estas eram lentas. Não havia instalações adequadas para receber todo este contingente, também não havia meios de transporte suficientes para que este pessoal pudesse ser adequadamente absorvido pela lavoura. Além do mais, estas famílias vinham privadas de quaisquer recursos.

Iniciou-se então uma ampla campanha de ajuda aos flagelados. Todas as localidades foram solicitadas a ajudar, também as colônias. Na colônia de Santa Leopoldina, as comunidades luteranas foram motivadas pelos seus pastores a ajudar. O pastor Johannes Schaeffer conseguiu levantar a soma de 112 Mil-réis junto aos membros de sua comunidade em Jequitibá. O pastor Ernst Nadernöff levantou 115 Mil-réis. A comunidade católica da colônia juntou 200 Mil-réis.[21]

Em junho do ano de 1877, foi publicado um recenseamento. A colônia de Santa Leopoldina contava então com 6.339 habitantes, divididos em 1.500 famílias. Três mil duzentos e vinte e oito eram do sexo masculino e 3.011 do sexo feminino. Desse total de habitantes, 3.293 eram católicos e 3.066 não católicos.[22] Por não católicos deve-se entender luteranos e calvinistas. Alguns suíços e holandeses eram calvinistas.

20 Karl H. OBERACKER, Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation, p. 302 ss.

21 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1878.

22 Ibid., ano 1877.

A colônia de Rio Novo apontava 1.800 habitantes, assim divididos: 76 alemães, 688 austríacos, 27 belgas, 8 chineses, 31 franceses, 13 holandeses, 832 italianos, 122 portugueses e 73 suíços de fala alemã.[23]

Em 1878, foi feito novo recenseamento das colônias. Santa Leopoldina contava 11.366 habitantes, divididos em três núcleos: Porto de Cachoeiro (hoje cidade de Santa Leopoldina), que englobava as regiões de presença alemã, suíça, boêmia, silesiana, alsácia e austríaca/tirolesa, possuía 7.000 habitantes; Timbui, 3.182 habitantes; Santa Cruz, 1.184 habitantes. A colônia de Rio Novo contava com 3.954 habitantes.[24]

5. O ESPÍRITO SANTO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA — ASPECTOS

Se até então as ações políticas na província eram comandadas ou por conservadores ou por liberais, agora também republicanos tomavam parte. Estes eram liderados por profissionais liberais, sobretudo por representantes do sul do estado, em sua maioria grandes produtores rurais.

O golpe militar de 14 e 15 de novembro de 1889, que derrubou a monarquia, pouco tinha a ver com os anseios dos grupos que tanto desejavam a República. As forças do golpe, lideradas pelo Exército, por fazendeiros de café e por camadas urbanas, logo fizeram perceber que tudo era um movimento dominantemente militar. Instalou-se o que alguns historiadores chamam de ditadura militar burguesa, cujo interesse era controlar o Estado Central e os estados que integravam a República.

a. Período de 1889 a 1892

Desta forma, com o controle central, o primeiro governador do estado do Espírito Santo foi Afonso Cláudio de Freitas Rosa, que no ocaso da monarquia integrava o Clube dos Republicanos. Este surgiu apenas no ano de 1887, apesar de já existirem anteriormente vozes favoráveis para que se instalasse a

23 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1877.

24 Ibid., ano 1878.

República. Estas vozes eram agregadas através do Clube Saldanha Marinho, fundado em 23 de maio de 1879.[25]

Afonso Cláudio encontrou as finanças em situação precária, tanto que logo teve que fazer um empréstimo junto ao Governo Central, cujo ministro da Fazenda era Rui Barbosa. A esta dificuldade juntava-se ainda a luta pelo poder político. Grupos remanescentes da monarquia e também republicanos, que não comungavam com a forma de governar de Afonso Cláudio, não conseguiam estabelecer entre si formas de consenso.

Em nível nacional, o presidente Deodoro da Fonseca teve dificuldades com o Congresso, que vetava muitas leis que ele apresentava. Em consequência, com apoio do Exército, dissolveu o Congresso, recebendo apoio dos governadores, entre os quais também Afonso Cláudio. O vice-presidente, Floriano Peixoto, arquitetou um contragolpe, fazendo com que Deodoro da Fonseca renunciasse em 23 de novembro de 1891.

Já que os presidentes dos estados haviam prestado apoio à dissolução do Congresso, efetuado por Deodoro da Fonseca, com a ascensão de Floriano Peixoto, os governos estaduais foram depostos. No Espírito Santo, a direção política foi substituída pelo Barão de Monjardim, que se havia mostrado simpático ao contragolpe de Floriano Peixoto.

Em junho de 1891, havia sido promulgada uma Constituição Estadual provisória. Em maio de 1892, foi promulgada a segunda Constituição Estadual. Na mesma data foi eleito presidente do estado do Espírito Santo José de Melo Carvalho Moniz Freire.

b. Período de 1892 a 1904

O governo Moniz Freire caracterizou-se basicamente por três aspectos impulsionados pela hegemonia do interesse cafeeiro no estado. Tratava-se da expansão das lavouras de café e o seu escoamento. Assim, incentivou a imigração italiana; deu início à construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, e obras de ampliação e melhoramentos no porto de Vitória. Para construir a estrada de ferro, Moniz Freire contraiu, no ano de 1894, o primeiro empréstimo externo, no valor de 17,5 milhões de Francos franceses, a juros de 5%. A amortização anual seria de 1%, durante 33 anos. Moniz Freire também tentou

25 Marta ZORZAL E SILVA, Espírito Santo — Estado, interesses e poder, p. 64.

dar ênfase à industrialização, firmando contratos para a construção de um engenho em Itapemirim e uma fábrica de tecidos em Vila Velha e Benevente.[26]

Durante o seu governo, em 1893, a exportação de café atingiu a maior cifra até então computada: 21.763.169 quilos.

Em 1896, Graciano dos Santos Neves sucedeu Moniz Freire, mas em situação difícil, pois os preços do café estavam sofrendo terrível queda. Desta forma, Santos Neves teve que suspender a maioria das obras iniciadas por Moniz Freire, o que desagradou aos políticos, levando-o à renúncia em 1897.

No ano de 1900, Moniz Freire foi novamente eleito presidente, porém a crise do café perdurava. Isto fez com que a fonte principal de renda do estado sofresse enormes perdas. A isto se juntou uma enorme seca, que fez os cofres públicos minguarem ainda mais. O estado viu-se obrigado a tomar uma atitude inédita: pediu moratória junto aos credores do exterior.[27]

Deste período ainda havia lembranças em 1997, quando o Sr. Franz Dettmann, de Santa Maria de Jetibá, filho do comerciante/vendista Henrique Dettmann, comentava a respeito do péssimo governo de um determinado “Freire” no início do século XX, em que o café não tinha preço e o povo passava por enormes dificuldades.

c. Período de 1904 a 1908

De 1904 a 1908, o estado foi governado pelo Coronel Henrique da Silva Coutinho. Foi um período que se caracterizou por disputas internas do partido Republicano. O seu governo voltou-se a melhorias na capital, tanto que neste período ela foi dotada de bondes puxados por animais.[28]

É também neste período em que se inaugura o primeiro trecho da Estrada de Ferro Diamantina, depois conhecida como Estrada de Ferro Vitória a Minas.

26 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 413.

27 Ibid., p. 419.

28 Ibid., p. 419.

d. Período 1908 a 1912

Em maio de 1908, Jerônimo de Souza Monteiro assumiu o governo. Durante o seu governo, o estado experimentou novamente o que Moniz Freire já havia tentado anteriormente para livrar-se da monocultura do café. Ou seja, investir na industrialização. Foram abertas estradas, investiu-se na produção agrícola, construiu-se a usina de açúcar Paineiras na região de Cachoeiro do Itapemirim. Investiu-se em escolas, tanto é que a estatística de 1912 aponta para a existência de 247 escolas.[29]

Também a capital recebeu melhorias, como bondes elétricos, serviço de água e esgoto. Vila Velha recebeu iluminação elétrica. O antigo colégio dos Jesuítas foi remodelado e transformado no atual Palácio Anchieta, sede do governo.

O plano de industrialização foi tão ambicioso e o governo endividou-se a tal ponto que, em 1908, as dívidas chegaram a dez vezes as receitas fiscais do ano. A industrialização fora planejada sem levar em conta o pequeno mercado interno do Espírito Santo e as dificuldades para comercializar os produtos fora do estado.

Para amortizar as dívidas, o estado vendeu as unidades industriais, perdendo com isto valores consideráveis. Estes valores eram superiores aos impostos arrecadados no final do ano fiscal.[30]

Jerônimo Monteiro foi sucedido por Marcondes Alves de Souza, que procurou conhecer todas as regiões do estado, bem como suas dificuldades.

29 Luiz Serafim DERENZI, Biografia de uma Ilha, p. 190.

30 Thais Helena MOREIRA/Adriano PERRONE, Espírito Santo. História e Geografia, p. 56.

e. Período 1912 a 1930

Ao fim do governo Marcondes Alves de Souza, o estado dividiu-se de forma feroz entre dois grupos políticos. O vencedor do pleito foi Bernardino Monteiro, que concorrera com José Gomes Pinheiro Junior. O grupo de Pinheiro Junior estabeleceu um governo paralelo em Colatina, proclamando Colatina capital do estado. Enfim, tanto Pinheiro Junior como seu vice tiveram que deixar o estado, um indo para o Rio de Janeiro e o outro para Minas Gerais.

Quando da sucessão de Bernardino Monteiro, os grupos políticos tentaram apresentar um nome de consenso, que recaiu sobre o coronel Nestor Gomes. Na posse de Nestor Gomes, surgiram novos conflitos. Foi constituída uma Assembleia paralela que elegeu como chefe executivo estadual Francisco Etiene Dessaune. Finalmente, por interferência do governo federal, Nestor Gomes foi reconhecido como legítimo governador.[31]

A I Grande Guerra Mundial (1914–1918) ocorreu durante os governos de Marcondes Alves de Souza e Bernardino Monteiro no Espírito Santo. Durante o governo Venceslau Brás, o Brasil não teve envolvimento direto no conflito mundial. O Governo Brasileiro apenas se dispôs a policiar a costa brasileira contra navios alemães. Além disto, fornecia alimentos e matéria-prima aos países aliados.

Mesmo assim, foram desencadeadas algumas manifestações hostis nas colônias de imigração alemã. Tais manifestações vinham de grupos que não apresentavam um programa claro que pudesse definir o porquê das hostilidades. Mas havia ações como desarmar colonos, que em casa guardavam sua arma de fogo para defesa própria. Houve casos em que casas foram invadidas ou se fazia medo às crianças e mulheres, ameaçando com a chegada de homens negros.[32]

Em 1920, foi realizado um censo do qual também se estabeleceu o conjunto da distribuição dos estabelecimentos rurais recenseados, segundo a nacionalidade dos agricultores:

31 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 84.

32 Depoimento dado pela Sra. Ida Ramlow Berger em 2001, em Santa Maria de Jetibá.

Nacionalidade dos proprietários	Número de estabelecimentos rurais recenseados	Área (Hectares)
Alemanha	357	23.134
Áustria	260	16.707
Bélgica	10	602
França	9	639
Espanha	108	7.666
Holanda	10	512
Inglaterra	5	81
Itália	3.045	160.472
Portugal	272	48.031
Polônia	31	1.195
Rússia	3	109
Suíça	23	1.293
Turquia	70	4.703
Outros países da Europa	5	283
Argentina	4	332
China	3	111
Síria	14	1.297
Diversos países	6	1.217
TOTAL	4.234	268.384
Brasil	16.079	950.152
Países indeterminados	203	10.120
Diversos condomínios	421	50.933
Do Governo (federal, estadual e municipal)	3	110
TOTAL GERAL	20.941	1.279.699

O estado tinha então 457.328 habitantes.[33] Existiam 365 estabelecimentos de ensino, com a frequência de 16.229 alunos.[34] O mesmo recenseamento indicava que a cultura principal do estado era o café, com 114.583.853 pés. A pecuária também apresentava índices interessantes:

33 Recenseamento do Brasil em primeiro de setembro de 1920 – Vol III, 1ª parte – Rio de Janeiro – 1923.

34 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 426.

	Unidades
Bovino	152.890
Eqüino	43.476
Asinino e muar	27.910
Ovino	10.284
Caprino	18.024
Suíno	339.970

O sucessor de Nestor Gomes veio a ser Florentino Avidos. O bom preço do café facilitou a sua administração, deixando marcas como a ponte Florentino Avidos, ligando Vitória ao continente, e a ponte sobre o Rio Doce em Colatina. Toda a estrutura metálica da ponte Florentino Avidos foi importada da Alemanha. Com a ponte de Colatina, foi possível desbravar de forma mais fácil o norte do estado, chegando-se até onde hoje é a cidade de Nova Venécia.

Coube ainda a Nestor Gomes enviar uma força militar em auxílio do Governo Federal contra os revoltosos de 1924. Foram os seguintes fatos que levaram Nestor Gomes a tomar tal atitude:

O governo do presidente da República Artur Bernardes (1922 a 1926) foi acompanhado de constantes revoltas. Bernardes tentou governar através de leis repressivas, censurando a imprensa, restringindo as garantias individuais, o que lhe criou forte oposição. Dentre esta oposição também estavam os tenentes do Exército, que se entendiam como salvaguardas da pátria. Cunhou-se o nome "tenentismo". Assim, em 1924, ocorreu um levante dos tenentes em São Paulo. O movimento exigia a criação de um governo provisório e a eleição de uma Constituinte.

Houve duros combates, e as forças federais obrigaram os revoltosos a retirarem-se para o sul do país, onde se encontraram com outro grupo, vindo do Rio Grande do Sul, sob comando do capitão Luis Carlos Prestes. Formou-se então a Coluna Prestes, que de abril de 1925 a fevereiro de 1927 percorreu 24 mil km pelo Brasil. O objetivo dos participantes da Coluna Prestes, que girava em torno de 800 a 1.500 homens, era insuflar e esclarecer a população contra a oligarquia que vinha governando o país.

O chamado "tenentismo" era integrado por duas correntes: uma exigia reformas sociais e econômicas imediatas e a outra, moderada, ensejava reformas políticas liberais. Esta segunda corrente foi se aproximando cada vez mais da dissidência oligárquica, culminando com uma aliança em 1930.

f. Período — A revolução de 1930

No âmbito federal, vinha acontecendo o que se chamava de "política do café com leite". Ora alguém da oligarquia de São Paulo governava (lavouras de café), ora alguém da oligarquia de Minas Gerais (pecuária). De 1926 a 1930, Washington Luis governou o país, representando os paulistas.

Por inabilidade política, não soube avaliar a questão operária que vinha se cristalizando cada vez mais com a industrialização do país. Além deste fato, houve a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. Esta crise abalou os maiores compradores de café no mundo, como os Estados Unidos da América e a Europa. Isto foi chão fértil para aumentar os descontentamentos que já se manifestaram durante as revoltas dos tenentes.

Conforme estabelecia a "política de café com leite", Washington Luis deveria ser substituído por alguém representante de Minas Gerais. Porém, decidiu lançar para sua sucessão outro paulista, Júlio Prestes, o que desagradou aos mineiros. Estes se organizaram e indicaram uma chapa de oposição, encabeçada pelo governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Surgia assim a Aliança Liberal.

Esta tinha um programa de governo que agradava aquelas classes que não eram ligadas à política cafeeira. Entre outros, o programa propunha regulamentar as leis de trabalho, a instituição do voto secreto e do voto feminino, anistia aos tenentes condenados pelos levantes, dar incentivos à produção nacional, que iriam além do setor cafeeiro.

As eleições transcorreram com fraudes, sendo eleito Júlio Prestes. Eclodiram então revoltas no Rio Grande do Sul e Nordeste. Para evitar uma guerra civil que desestabilizaria as oligarquias, estas propuseram formar uma Junta Pacificadora. Entretanto, esta não conseguiu se manter. Apoiado pelos tenentes, Getúlio Vargas partiu para o Rio de Janeiro e, em 3 de novembro de 1930, assumiu o governo do país.[35]

A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque foi sentida de forma bem concreta nos anos 1930, quando colonos perderam poder aquisitivo e, consequentemente, as oligarquias cafeeiras começaram a perder poder político. Vários fazendeiros foram obrigados a fazer empréstimos, hipotecar ou vender as suas fazendas. Também os trabalhadores sofreram perdas nos seus salários,

35 Luís César COSTA/Leonel Itaussu A. MELLO, História do Brasil, p. 234.

pois as empresas estrangeiras deixaram de investir no país. Como a roça não produzia lucros, houve uma migração para as cidades.

Este fenômeno não foi tão sentido nas colônias de imigração no Espírito Santo, pois todo o sistema estava baseado em agricultura familiar de subsistência. Apenas os comerciantes sentiram o baque com todas as suas consequências. Vendas fecharam, vendistas (comerciantes) perderam tudo o que tinham e com isto também os colonos, que tinham dinheiro aplicado nas mãos de comerciantes.

O Governo Provisório de Vargas vivia confrontos internos. Tenentes, que em primeira hora deram apoio à Getúlio Vargas, pleiteavam maior poder central para desarticular as oligarquias, que até então governavam. Assim Vargas, para se manter, teve que se equilibrar entre os tenentes e as oligarquias, atendendo algumas reivindicações aqui, outras ali. Em alguns estados, tenentes foram nomeados interventores. No caso do Espírito Santo, foi empossado como interventor federal, em 15 de novembro de 1930, o Capitão João Punaro Bley. Ele permaneceu diante do governo até 1943, sendo de 1930 até 1935, como interventor federal; de 1935 a 1937, como governador constitucional; e, novamente de 1937 a 1943, como interventor.

A oligarquia paulista tentou retomar o poder, aproveitando-se do descontentamento popular diante da grande crise econômica. Em 9 de julho de 1932, explodiu em São Paulo uma revolta armada, que foi, depois de três meses de luta, abafada por tropas federais. Embora esta revolta tivesse sido um fracasso militar, ela fez com que Getúlio Vargas promovesse em 1933 eleições para uma Assembleia Constituinte.

Estas revoltas são aqui detalhadas, pois muitos descendentes de alemães tiveram que prestar serviço militar neste período, muitos deles na cidade do Rio de Janeiro. Alguns contavam de revoltas nas quais eram envolvidos, mas poucos sabiam no que, afinal, estavam envolvidos e o que estava acontecendo nos bastidores da política nacional.

Em 1934, era promulgada a terceira Constituição brasileira, em que era mantida a independência dos três poderes. Ela também fixava que, de forma excepcional, o primeiro presidente fosse eleito pele voto dos constituintes da Assembleia. Assim foi eleito Getúlio Vargas.

A Constituição de 1934 trazia em seu bojo algumas conquistas, que há tempo eram sonhadas pelos trabalhadores e pelas mulheres. Estas conquistaram o

direito de votar, agora secreto. A conquista dos trabalhadores consistia em a classe patronal ser obrigada a reconhecer alguns direitos trabalhistas. Foi proibida a discriminação de sexo, idade, estado civil ou nacionalidade e foram estabelecidos salários mínimos regionais. Foi instituída também a jornada de trabalho de 8 horas diárias, bem como o descanso semanal e, em caso de demissão sem justa causa, foram assegurados direitos ao trabalhador. Outra conquista foi a proibição do trabalho de menores de 14 anos e a proibição do trabalho noturno para menores de 16 anos.

Foi durante o Governo Vargas que se firmaram na Alemanha, o nazismo e na Itália, o fascismo, como resposta ao sistema comunista que se implantou na Rússia, com a revolução de 1917. Também no Brasil o nazi-fascismo fez escola a partir de 1932, através do Integralismo.[36]

Em 1937, Getúlio promoveu uma política de intervenção nos estados, para anular a oposição. Tudo já fazia parte de um plano conspiratório para manter-se no poder. O movimento autodenominava-se "salvação nacional". Ao mesmo tempo, jornais publicavam o Plano Cohen, que seria de autoria dos comunistas e que previa o assassinato de líderes políticos. Isto foi motivo para, em 10 de novembro de 1937, Vargas fechar o Congresso Nacional. Um mês depois, todos os partidos políticos foram proibidos.

Iniciava assim o Estado Novo, que fez vários adeptos entre a população de descendência germânica no Espírito Santo. Toda a ideologia centralizadora e travestida de moralizadora lembrava algumas reminiscências do Estado prussiano, em que o senso do dever, o senso da ordem e o senso da obediência eram vistos como grande virtude.

É compreensível que, com este pano de fundo, um governo que exigia senso de obediência, de dever e de ordem, o Governo Vargas fosse visto com simpatia e realmente como "salvação nacional". Não se tinha a noção de que, na realidade, a ditadura interessava apenas às classes dominantes do Brasil, que queriam ver assegurados os seus interesses, ou seja, a manutenção de lucros. Como o nacional-socialismo na Alemanha, também o Estado Novo caracterizou-se por um tipo de nacionalismo, de centralização dos poderes e senso hierárquico.

36 Detalhes no Cap. VIII, 6.

Em 1937, foi elaborada nova Constituição, de cunho extremamente centralizador que conferia todo o poder ao Poder Executivo, a tal ponto que ao presidente era permitido demitir funcionários apenas por questões ideológicas. Todos os partidos foram extinguidos e foi criado o Departamento de Administração e Serviço Público — DASP, que passava a Getúlio Vargas e seus ministros informações sobre tudo o que ocorria no país.

Outro departamento que instrumentalizava a sustentação do Estado Novo era o Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP. Era ele que fazia a propaganda oficial do governo e controlava através de censura todos os meios de comunicação no país. O DIP passou ao Brasil a imagem de que Getúlio Vargas era o pai dos pobres e também implantou uma onda anticomunista.[37]

No início da II Guerra Mundial, havia duas facções dentro do Governo: a que era simpática às forças fascistas e nazistas e a que era favorável aos aliados. A partir do ano de 1942, forças de oposição a Vargas começaram a pressionar o governo para envolver-se na guerra. Aconteceram em diversas regiões do país passeatas favoráveis aos aliados e, ao mesmo tempo, protestando contra o totalitarismo.

Vargas viu-se obrigado a demitir do seu governo pessoas que eram favoráveis ao nazi-fascismo e, em 22 de agosto de 1942, foi declarada guerra à Alemanha. Inicialmente, o Brasil cedeu bases aéreas para os americanos. Depois, em 1944, embarcou tropas para a Itália através da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que se incorporou ao exército americano. A FEB participou dos combates em Monte Castelo, Castelnuevo, Montese e Fornovo.

O apoio militar do Brasil aos aliados fez-se sentir de forma bem concreta entre as comunidades de descendência alemã. Houve duas reações: uma organizada e planejada; a outra de forma anárquica e apenas com o espírito de destruir, aterrorizar e maltratar a população de descendência germânica. Em algumas localidades, estes grupos não passavam de ladrões comuns, pois roubavam mantimentos, utensílios domésticos, armas e animais das casas que invadiam. Estes grupos não eram movidos por qualquer tipo de ideologia ou conhecimento maior sobre o nazismo.

A forma organizada consistiu em levar para um "campo de concentração" todas as pessoas suspeitas, principalmente religiosos de nacionalidade alemã,

37 Luís César COSTA/Leonel Itaussu A. MELLO, História do Brasil, p. 258.

que eram identificados como agitadores, favoráveis ao nazismo e acusados de integrar a Quinta Coluna. O termo era usado para designar grupos clandestinos, que dentro do Brasil estariam trabalhando para promover uma invasão alemã. Era característica da forma organizada de perseguição aos imigrantes alemães plantar acusações em jornais e no meio policial. Muitas dessas acusações deviam-se a desafetos que, aproveitando o momento histórico, levantavam acusações muitas vezes ridículas.

O Arquivo Público Estadual em Vitória guarda os registros de todas as pessoas que foram presas por serem alemãs. Sob o registro de número 166, da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo, encontra-se o nome de Hermann Rölke. Na folha de anotações, lê-se a data de 28 de setembro de 1942. Após a data, segue o seguinte texto: "*Identificado nesta data, para ser recolhido ao Campo de Concentração, em virtude da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália*". No registro não consta nenhuma acusação formal. Hermann foi preso apenas "*em virtude da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália*".

Hermann foi acusado de ser um propagandista nazista perigoso pelo secretário de Educação e Saúde da época. A acusação baseava-se no pedido dele de conseguir uma permissão para que o ensino religioso pudesse ser dado em língua alemã num período de transição de três anos. Período, portanto, para que as crianças aprendessem suficientemente a língua portuguesa.[38]

Todas as cartas que os internos do Campo de Concentração recebiam eram abertas e, após lidas, recebiam o carimbo "Delegacia de Ordem Política e Social — Presídio — Espírito Santo". O mesmo se aplicava para as cartas que os detidos mandavam para seus familiares.

Há uma carta de 8 de outubro de 1942, escrita por Gerda Rölke para seu pai:

> "*Querido Pai! Boa tarde! Hontem recebemos a tua carta pelo correio. Muito obrigado! Como vae você? Aqui até agora está tudo bem. O Günther vai fazer 5 anos no dia 11. Ele também escreveu uma carta, creio que tu podes ler. Papai, tu conheces as perguntas do Günther, não é. As vezes a mamãe fica toda nervosa de tantas perguntas: Quando vem papai?, onde está o papai?, quando volta o papai?, eu já estou esperando — assim ele fica o dia inteiro. — Mamãe deixa perguntar o que faz o teu defluxo. Aqui agora está muito quente. E lá? A tua orchidéia está florescendo, mas tão bonita. São 4 flores. Parece que tem também uma branca. Que pena que tu não podes ver as flores, estavas tão contente. Junto com esta carta vai um pacote com manteiga, chocolate, biscoitos, bolo de aniversário e os calçados pedidos. Muitas, muitas saudações de nós todos especialmente de mamãe. Mais uma vez muitas lembranças e mil beijos da tua filha Gerda*".[39]

Percebe-se que só se escrevia sobre amenidades, para que as cartas chegassem ao destino. Nota-se também que havia uma certa liberdade dos presos em receber alimentos de casa. Em depoimentos posteriores, os presos relataram que havia um clima de cordialidade com os policiais responsáveis pela guarda.


Acervo Helmar Rölke

D. Helena Boldt Jakob, primeira parteira em Santa Maria de Jetibá, formada por médico

---

38 Hans Jürgen PRIEN, Formação da Igreja Evangélica no Brasil, p. 441.

39 As cartas estão em poder do autor.

A reação anárquica e desenfreada manifestou-se de formas distintas nas mais diversas regiões. Em Vitória, o ápice aconteceu em 17 de agosto de 1942, quando foi realizado na Praça Oito um comício conclamado para protestar contra o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães. Durante o comício veio a notícia do afundamento de mais um navio, no qual se encontrava um passageiro capixaba. Isto fez com que o povo se dirigisse a todas as ruas onde havia alguma propriedade de alemães ou seus descendentes. Os saques e a violência estenderam-se por toda cidade.[40]

Foram destruídos todos os bens de um médico, chamado Carlos Schröder. Principalmente material hospitalar, conforme depoimento dado pela senhora Helena Boldt Jakob[41], que com ele fez curso para parteira e trabalhou como tal durante longos anos em Santa Maria de Jetibá. A mesma informação é passada pelo historiador Francisco Schwarz. O consultório médico de Carlos Schröder funcionava na Rua General Osório e até dispunha de um aparelho de raios-X. O consultório foi atingido pelo quebra-quebra, quando se jogou material hospitalar pelas janelas, bem como foi quebrado o aparelho de raios-X. As atividades hostis contra alemães e seus descendentes eram denominadas "quebra-quebra".

40 Em "A saga do Espírito Santo — das caravelas ao século XXI" — fascículos no Jornal A Gazeta 22.4.1999 a 23.3.2000.

41 A Sra. Helena Boldt Jakob deu o depoimento em 21.01.2001.



Acervo família Meyer

Destruição dos estábulos da família Wilhelm F. Meyer, após o "quebra-quebra", quando o Brasil declarou guerra à Alemanha. Caratoira-Vitória, em agosto de 1942

Em Caratoira, residia em seu sítio o Sr. Wilhelm F. Meyer, imigrado da Vestfália, que teve sua residência saqueada e as instalações para os seus animais, queimadas. As construções só não ruíram, pois as paredes eram de pedras de granito, artisticamente erguidas. Tudo que foi possível saquear, foi saqueado ou quebrado.[42]

Na Rua General Osório também funcionava uma pensão dirigida por uma senhora alemã, casada com o Sr. Dietze. Na pensão havia um piano, no qual o Sr. Dietze, já cego, distraía-se. O piano foi destruído sob a alegação de que dentro dele se encontrava uma estação de rádio.[43]

Em Serra Pelada (município de Afonso Cláudio), o pastor luterano foi obrigado a caminhar de sua casa até a vila distante em torno de dois quilômetros. Durante a caminhada foi acompanhado por um grupo de pessoas que gritavam palavras de ordem contra os alemães e faziam-lhe ameaças de morte. Em Laranja da Terra, os colonos construíram um abrigo subterrâneo para proteger o seu pastor, em caso de necessidade. Ele nunca teve que fazer uso do abrigo. O maior perigo ocorreu no final da guerra. O próprio pastor descreve a situação da seguinte forma:

42 Informações cedidas por Paulo e L. Meyer, em 2010.

43 Francsico SCHWARZ, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, p. 27.

"a comunidade viveu o seu pior momento, quando a guerra chegava ao seu fim. Dentro do tumulto da vitória, alguns patriotas que nunca tinham visto um campo de batalha, se reuniram para destruir a casa pastoral e o templo. Apenas algumas pessoas cordatas e conscientes conseguiram desviar esse perigo. O pastor foi protegido neste 30 de abril de 1945 de forma peculiar. Desde [o] natal de 1943 lhe havia sido novamente possibilitado, através de cordiais amigos brasileiros, exercer a função da pregação. Assim o trabalho pôde ser novamente exercido aqui e nas comunidades vacantes de Guandu e Cresciuma. As instâncias públicas tratavam-no de forma correta e até cordial. Naquele dia perigoso ele voltava à noite depois de uma viagem a cavalo às comunidades vacantes e se surpreendeu, quando encontrou uma grande quantidade de membros reunidos, que com a sua vida se dispuseram a defender o patrimônio da comunidade e a família pastoral. Como se admiraram, quando ficaram sabendo, que uma densa neblina tinha protegido o pastor, quando atravessou com o seu cavalo a vila, onde se encontravam os tais heróis. Deus estendeu sua mão protetora sobre nós e desviou em graça a desgraça, que naquela época significaria o fim da comunidade".[44]

Em Baixo Guandu, na divisa dos estados de Espírito Santo e Minas Gerais, especificamente às margens do Rio Doce, região de colonização alemã, grupos armados aterrorizaram a população. Eram chamados pelos colonos de "bate-paus", pois, para amedrontar a população, faziam barulho batendo réguas de madeira uma contra a outra. Usavam também estes paus e réguas para espancar os colonos. Entre a localidade de Jacutinga e Mutum Preto (município de Baixo Guandu), um colono foi avisado que um grupo armado vinha de Minas Gerais e que estava pilhando casas e maltratando os moradores. Escondeu a sua família numa mata próxima e esperou o grupo, escondido com sua carabina, atrás de um tronco de árvore. Ao avistar o grupo, atirou, alvejando dois intrusos. Um mortalmente. Com sua ação conseguiu proteger sua casa e benfeitorias, bem como manter o grupo longe daquela região.[45]

Em algumas localidades, nos municípios de Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá, apareceram pessoas estranhas, ameaçando as famílias com espancamento ou estupro. Havia famílias que viveram durante semanas escondendo-se. Em muitas residências foram recolhidas armas de fogo com o argumento de que poderiam servir para ameaçar a soberania brasileira.

44 Gotthard GROTTKE, Evangelisch-lutherische Gemeinde Laranja da Terra, p. 58.

45 Depoimento de Alberto Borchardt, em 1980, e confirmado por Lourenço Ramlow, em 2011.

Durante a guerra, foram encontrados cristais e algumas pedras preciosas no terreno da comunidade luterana em Santa Maria de Jetibá. Pessoas da localidade e, sobretudo, de fora aproveitaram o momento e pilharam o que foi possível pilhar, invadindo a propriedade da comunidade. Tudo sob ameaças de espancamento, saque das casas ou prisão.

Em maio de 1945, a guerra terminava e o nazi-fascismo fora aniquilado pelos aliados. Soprava pelo mundo ocidental um vento de democracia e liberdade. Getúlio Vargas teve que ser consequente: ou abria o regime, ou corria o risco de ser deposto por setores que antes apoiavam o Estado Novo, mas que, após a guerra, juntaram-se à oposição. Vargas ainda tentou, em fevereiro de 1945, marcar eleições para dezembro. Em abril, anistiou os presos políticos e o Partido Comunista foi legalizado, como consequência lógica, pois a União Soviética lutara ao lado dos aliados. Em 9 de outubro de 1945, Getúlio foi deposto. Em dezembro de 1945, elegeram-se os membros da Assembleia Constituinte, que em setembro de 1946 promulgou a quinta Constituição brasileira.

A permanência do Capitão João Punaro Bley como governante estadual pode ser dividida em três fases:

1ª fase: 1930 a 1934 (Interventoria)

Bley tentou colocar em prática os ideais reformistas que o levaram a participar em favor da causa revolucionária. Todavia, o regime de exceção teve que conviver com as dificuldades econômicas e financeiras pelas quais o país vinha passando desde 1929 e que reduziram à metade as receitas que vinham do comércio do café.

Assim, esta fase caracterizou-se pelo saneamento dos gastos públicos. Com a ajuda do Governo Central, saldou compromissos internos e externos, contraídos por governos anteriores. Enxugou a máquina administrativa, reorganizou e racionalizou as atividades administrativas. Interveio também nas prefeituras, criando a Inspetoria dos Municípios, que tinha por objetivo controlar as atividades dos prefeitos.

A primeira fase também se caracterizou por uma desvinculação dos caciques políticos locais, permitindo a dispensa de "afilhados", "parentes" e "marajás",

que ocupavam postos do governo, o que contribuiu para uma redução em 67% das despesas do estado.[46]

Os gastos públicos foram orientados para privilegiar a saúde e a educação. Era propósito do seu governo melhorar a qualidade do ensino primário e secundário. Elevou-se de 5 para 20 o número de grupos escolares e de 786 para 803 o número de escolas primárias gerais.[47]

2ª fase: 1935 a 1937 (Governo Constitucional)

João Punaro Bley assumiu um segundo mandato como governador, desta vez eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa.

3ª fase: 1937 a 1943 (Interventoria)

De 1935 a 1943, não houve grandes mudanças nos rumos da política de desenvolvimento socioeconômico. O estado permaneceu sob as forças agrofundiárias, o que fez com que se desse continuidade às obras iniciadas nas áreas de saúde e educação, bem como nos setores agroprodutores e comerciais. Foram construídos o Hospital do Servidor Público, o Hospital Infantil, a Colônia dos Hansenianos em Cariacica, instituições para menores abandonados e o Asilo de Velhos na ilha de Santa Maria, em Vitória.

Fomentou-se a agricultura, com aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Teve-se o cuidado de uma política de diversificação no cultivo de produtos como cacau, milho, feijão e mandioca. No sul do estado, investiu-se na pecuária. Tudo no intuito de diversificar para não ser presa da monocultura cafeeira.[48]

Teve-se também a preocupação de não só investir em policultura,

> "*mas também dotar o Estado de um suporte técnico-financeiro capaz de proporcionar meios para uma propulsão mais dinâmica da economia regional. Para tanto criou-se a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa […] com a finalidade específica de formar homens*

46 Thais Helena MOREIRA/Adriano PERRONE, Espírito Santo. História e Geografia, p. 60.

47 Marta ZORZAL E SILVA, Espírito Santo — Estado, interesses e poder, p. 120.

48 Ibid., p. 124.

> *com conhecimentos claros e racionais da agricultura, pecuária e seus derivados*".[49]

Foi também neste período que se criou o Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, hoje BANESTES. A finalidade era atender o pequeno agricultor, incentivando o cooperativismo.

O porto de Vitória foi aparelhado, construindo-se o cais para embarque de minério de ferro no Morro da Atalaia. Tal complexo hoje está desativado.

Em 1943, Punaro Bley foi exonerado como Interventor Federal. Seus sucessores foram Jones dos Santos Neves, José Rodrigues Sette, Otávio de Carvalho Lengruber, Aristides Alexandre Campos e Moacyr Ubirajara da Silva.

Só em março de 1947, tomou posse o governador eleito Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. A Assembleia Legislativa, conforme previa a Constituição de 1946, elaborou a Constituição do Estado, que foi promulgada em 26 de julho de 1947.

Em 1940, foi realizado novo censo que acusou uma população de 750.107 habitantes. Para se ter um comparativo com a estatística de 1920 em termos de pecuária, reproduz-se aqui o novo censo:

	Unidades 1920	Unidades 1940
Bovinos	152.890	287.557
Eqüinos	43.476	49.233
Asininos e muares	27.910	35.859
Suínos	339.970	421.458
Ovinos	10.284	9.450
Caprinos	18.024	27.395
Aves		2.489.904

(in José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 433)

49 Marta ZORZAL E SILVA, Espírito Santo — Estado, interesses e poder, p. 124.

6. A PROMESSA DO CAFÉ

É inegável que a expansão do café foi a grande responsável pela ocupação do território capixaba. Foi a primeira oportunidade de tirar a província da letargia comercial e populacional em que se encontrava. Para a expansão do café, tornava-se necessário ter trabalhadores dispostos a enfrentar o desbravamento do interior da província. Ninguém melhor do que imigrantes europeus para fazê-lo. Por dois motivos: eles estavam dispostos a qualquer sacrifício, pois lhes interessava serem donos de um quinhão de terra; e também, pela sua origem, adaptar-se-iam com mais facilidade ao clima mais ameno da região serrana.

Durante o processo da tomada da terra, há um e outro relato sobre encontros com índios, todos eles genericamente chamados pelos imigrantes de botocudos, mas sem maiores consequências para o elemento branco. Na colônia de Santa Isabel, houve momentos em que se fez necessária intervenção policial.[50]

Relatos da colônia de Santa Leopoldina dão conta de que houve encontros, mas que os botocudos foram aos poucos recuando. Há informações sobre alguns momentos de tensão, quando imigrantes deixaram a "terra fria" em direção à "terra quente", margeando o Rio Guandu e o Rio Doce. Os últimos remanescentes indígenas finalmente receberam a reserva de Pancas.[51]

Já se apontou para as dificuldades naturais adversas da província do Espírito Santo e o pouco interesse dos donatários. Mas não havia mais como segurar a expansão do café, que fora introduzido no Espírito Santo por volta de 1800. A partir de 1812, o plantio foi incrementado, possibilitando sua venda para o mercado do Rio de Janeiro, onde a arroba (15 Kg) atingia 3 Mil-réis.[52] O que equivalia mais ou menos a R$ 200,00.[53]

A geografia montanhosa, sujeita à fácil erosão, clima sujeito a períodos secos que podiam causar quebra de safra, a princípio pareciam dificultar a expansão do cultivo do café. Havia, porém, um fator favorável: ao contrário de São Paulo, no Espírito Santo não havia o problema das geadas.

50 Ezequiel SAMPAIO DOS SANTOS et alii, História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins, p. 20.

51 Relato feito ao autor pelo Sr. Franz Haese, em 1973, na localidade de Floresta/Pancas.

52 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 25.

53 http://measuringworth.com/.

Com as possibilidades que o plantio de café abria, a província foi se povoando. Em 1822, a população era em torno de 35.000 habitantes. Com a política de povoamento, já em 1856, a população aumentara para 49.000 habitantes. Isto significava que, num período de 34 anos, houve um aumento de 14.000 habitantes, apesar das dificuldades naturais encontradas na região/no estado.[54]

A partir de 1856, o aumento foi continuado, trazendo para o Espírito Santo, além dos imigrantes europeus, também migrantes do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Estes migrantes em parte eram fazendeiros que foram se instalando com seus escravos no sul do Espírito Santo, onde ocupavam vastas áreas de terras. Nos anos 70 do século XIX, chegaram também agricultores do Ceará, vítimas das constantes secas.[55]

O quadro abaixo, extraído do livro de Nara Saletto, dá uma visão do aumento da população e de que forma se deu:

Ano	Número de habitantes	Habitantes por Km quadrado
1824	35.352	0,70
1856	49.092	0,98
1872	82.137	1,92
1890	135.997	3,17
1900	209.783	4,90
1920	457.328	10,67
1940	750.107	17,51

Observa-se, na tabela, que houve um forte crescimento populacional entre 1872 e 1890. São os anos de maior fluxo de imigração austríaca, alemã e italiana. Na procura de elucidar um número mais exato de imigrantes chegados ao Espírito Santo, Luis Derenzi escreve:

> *"Os colonos europeus, tanto os germanos, chegados entre 1847 e 1880, como os italianos, introduzidos de 1874 a 1895, contribuíram poderosamente para o progresso demográfico e econômico do Estado. A contribuição estimada pelos analistas foi, respectivamente, de 11.000 áustro-alemães e 40.000*

54 SALETTO, Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado e Trabalho do Espírito Santo (1888–1930), p. 25.

55 Ibid., p. 25.

italianos. Assim que a população de 1862, de 60.702 habitantes, alcançou, em 1890, 209.783, um acréscimo salutar de 149.081 almas".[56]

Constata-se também que um fator importante que impulsionou a cultura do café no interior capixaba foi a rica cobertura vegetal. Ela foi fruto das densas florestas que permaneciam intactas devido à estagnação em que se encontrava a província. Estas "terras virgens" naturalmente atraíam o interesse dos agricultores, pois, dentro das possibilidades, tudo produzia com abundância.

No início, o transporte do café para a capital constituiu-se em grande dificuldade, que finalmente foi sanada com a criação da Estrada de Ferro Vitória–Minas em 1904, através da qual se escoava a produção de café da região do Vale do Rio Doce. Com a construção desta via, cessaram os longos percursos das tropas, que vinham desde Aimorés, via Figueira (hoje Itarana), subindo a Serra do Limoeiro até Santa Leopoldina.[57] Santa Leopoldina possuía porto fluvial, através do qual o café era escoado em canoas até Vitória.

Aos poucos, as terras capixabas, principalmente do sul e norte, foram tomadas pelo café. A cana-de-açúcar cultivada no litoral foi cedendo cada vez mais espaço. O café não foi só produzido por fazendas, mas também os pequenos agricultores com cultura de subsistência tradicional aderiram ao plantio de café. Com todo o peso colocado no café, parou-se de plantar em escala maior outros tipos de alimentos necessários para abastecer as vilas e cidades.

Conforme se vê no documento a seguir, esta situação fez com que o então presidente da província do Espírito Santo, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, pleiteasse junto ao Governo Central a criação de uma colônia para assentar imigrantes. Era a colônia de Santa Isabel.

Couto Ferraz foi enfático ao se dirigir ao Governo Central com a sua petição no ano de 1845:

"O local escolhido reúne muitas das principaes vantagens de uma Colonia Agrícola. Terras mui férteis — salubridade do clima — abundâncias d´águas de caxoeiro, que se prestarão ao emprego de maquinas, e além de tudo a proximidade da Capital, que pode para o futuro servir de mercado para o consumo dos productos de sua industria. A estas vantagens acresce a de poderem desde lógo fazer o transporte dos mesmos productos pelo

56 in José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 335.

57 Relato feito ao autor pela Sra. Cezira Binda Krause, em 1986.

rio, em grande parte de caminho, pois é navegável até perto da Colonia, a de terem uma Freguesia pouco distante onde os catholicos encontrarão os socorros espirituaes, e outros mais, que, forçosamente, apparecerão, desde que se-tornar regular a communicação".[58]

O desejo do presidente Couto Ferraz era explícito: a colônia de Santa Isabel poderia abastecer a capital com a sua produção agrícola.

58 APEES.

TRÊS POLOS DE EXPANSÃO

1. A OCUPAÇÃO DO SOLO ATRAVÉS DO CAFÉ

Percebe-se três polos ou eixos de expansão na ocupação do solo capixaba. Esta ocupação não pode ser entendida sem a expansão do café. Estes três polos moldaram a composição dos habitantes do Espírito Santo: o primeiro, ao sul do estado, avançou rumo ao norte com suas fazendas de café. O segundo, ao norte, tratava-se de São Mateus, que se tornou importante na produção do café. O último eixo desbravado foi a região serrana do estado, na qual finalmente foram sendo assentados, a partir de 1847, alemães, luxemburgueses, suíços, tiroleses e, em grande quantidade, italianos. Na região de ocupação europeia serrana, generalizou-se a pequena propriedade com produção familiar.

Estes polos naturalmente deixaram uma característica toda especial na expressão da cultura capixaba. Cada região mantém os seus eventos culturais típicos. Na região serrana vem acontecendo a *Sommerfest*, o *Pommerfest*, a Festa da Polenta, a Festa da Concertina, o Pomitafro, a Italemanha, cada uma destas expressões trazendo e resguardando fortes aspectos culturais dos imigrantes.

Enquanto as fazendas do sul do estado trabalhavam com uma técnica já experimentada no Vale do Paraíba, de Vassouras (RJ) e oeste paulista, na região serrana a técnica de produção de café apresentava-se de forma rudimentar. Aliás, isto não valia só para o plantio do café. O Novo Mundo apresentava-se aos imigrantes com uma enorme variedade de frutos tropicais. O quanto lhes era difícil adaptar-se à nova realidade nos é descrito por Karl Ilg, quando reproduz uma história que lhe foi contada por descendentes de tiroleses em 1970: "*Um tirolês teria feito uma derrubada, iniciado a roça e depois de dois árduos dias de trabalho declarado ao vizinho que plantara uma grande lavoura de bananas. — Ele tinha fincado bananas no chão*".[59]

Os mesmos atropelos aconteceram também com imigrantes alemães. Ernesto Bull, morador nos arredores de Santa Maria de Jetibá, já falecido, contou em entrevista no ano de 2001, que os seus antepassados, vindos da Pomerânia, não sabiam lidar com a mandioca. Na Europa, eram acostumados a esperar que as folhas de qualquer tipo de tubérculos secassem. Depois, arrancavam-se os tubérculos, como, por exemplo, o nabo, que então eram guardados em locais adequados para perdurarem durante o inverno. Aqui tentaram a mesma técnica com mandioca. Quando a mandioca dava sinais de desfolhar, arrancavam as raízes e as guardavam nas tulhas, naturalmente, depois de poucos dias, as raízes apodreciam.

No norte do estado, na região de São Mateus, as terras planas não ofereciam muitas dificuldades para o cultivo do café em larga escala. Era uma situação diferente daquelas áreas onde a terra tinha que ser tomada gradativamente das populações indígenas, ou onde os imigrantes não tinham experiência qualquer com a geografia, flora, fauna e o clima tropical.

Os imigrantes, entregues à própria sorte, com pouco conhecimento da nova realidade, procuravam plantar café nas áreas que desmatavam e nas quais faziam as queimadas. Nos primeiros dois anos plantavam milho, abóboras, mamão, inhame, taioba e outros produtos, até que galhos e troncos das derrubadas, não consumidos pelas queimadas, apodrecessem naturalmente.

2. COMO LIDAR COM O CAFÉ?

Não se fazia qualquer exame do tipo de solo, não se usavam fertilizantes e as mudas de café eram produzidas e plantadas conforme se via o vizinho fazer. Também não havia qualquer preocupação com a altitude do terreno em que determinado tipo de café era cultivado. Mesmo assim, este sistema de desbravamento, trabalho e cultivo representou a penetração na geografia e no solo antes nunca trabalhado no Espírito Santo. Em 1870, época de maior

59 Karl ILG, Pioniere in Brasilien, p. 61.

incentivo à imigração, devido à cafeicultura que prosperava, o Espírito Santo ainda contava com 70% de seu território em matas virgens.[60]

É importante frisar que, na região serrana, muitos imigrantes receberam lotes situados em áreas tão íngremes ou com solo tão ácido que não conseguiram produzir café. Este estado de coisas fez com que, a partir de 1890, cada vez mais levas de imigrantes alemães deixassem a área em volta de Santa Leopoldina. Numa primeira tentativa de conseguir terras melhores, subiram o Rio das Farinhas. Finalmente deixaram a "terra fria" ou "terra alta", seguindo as trilhas que os levaram a Itarana, Itaguaçu, Pontal, Laranja da Terra, Baixo Guandu, Pancas, Colatina e, finalmente, a São Gabriel da Palha e Nova Venécia.

O cientista Augusto Ruschi descreveu o advento e o enraizamento do café no Espírito Santo da seguinte forma:

> *"Ele entrou como um conquistador inimigo: matando as florestas, destruindo os animais que ali viviam, dizimando as tribos indígenas. [...] Com a destruição das florestas espírito-santenses nos tempos do Império, fazia-se a exportação do pau-brasil, depois do jacarandá e mais tarde da peroba-do-campo, cedro, sucupira e outras essências [...] é justamente sobre as cinzas dessas essências preciosas que cobriram essas terras, que vicejaram os cafezais".*[61]

As terras que o Governo Provinciano colocou à disposição da imigração europeia, devido a sua topografia, matas densas e rios caudalosos, geralmente não atraíam mão de obra nacional. Nas áreas de ocupação alemã na colônia de Santa Leopoldina, o elemento nativo apenas foi chegando e colocando-se, quando os alemães já subiam cada vez mais o vale do Santa Maria e seus afluentes à procura de terras mais férteis.

3. "TERRA ONDE FLUI LEITE E MEL"

Grande parte dos imigrantes não tinha noção do que significava emigrar para a América. Tinham apenas as promessas dos agenciadores de terras na Europa, que prometiam "um lugar onde fluía leite e mel". Alguns emigrantes não distinguiam entre América do Norte e América do Sul. A propaganda

60 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 29.

61 Ibid., p. 30.

dos agenciadores era feita de forma convincente. A isto se somava a penúria e a fome dos candidatos à emigração. Tudo isto não mais lhes permitia uma análise equilibrada e isenta da sua situação.

Muitos só perceberam o embuste dos agenciadores quando já se encontravam nos portos de embarque. Ou quando eram obrigados a assinar documentos, nos quais se comprometiam a devolver em determinado prazo o dinheiro adiantado pelos agenciadores ou pelo Governo Brasileiro para as passagens da travessia. O embuste tornava-se ainda mais cruel quando eram obrigados a assinar documentos nos quais se comprometiam a devolver ao Governo Imperial brasileiro o valor das terras, que lhes eram indicadas já no porto de embarque. Nesta indicação, poucos sabiam onde se situava a província de destino. Estavam totalmente a mercê de informações de terceiros. Estes, na maioria das vezes, eram os agenciadores.

A confusão reinante entre emigrantes das regiões mais ao leste da Pomerânia, referente ao que significava a América, vem à tona de forma brutal através de um relato de Klaus Granzow a este autor em Hamburgo, no ano de 1977:[62]

> *"Determinada família Schröder emigrou para os Estados Unidos da América. Como lá conseguiu colocar-se bem, escreveu para alguns parentes que ficaram na Europa, convidando-os a também juntar-se a ela na América. Estes, prontamente aceitaram o convite. Venderam o pouco que ainda possuíam e se puseram a caminho. Só que no porto de Hamburgo foram embarcados para a América do Sul".*

4. CRONOLOGIA DA COLONIZAÇÃO NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

A imigração no Espírito Santo teve início durante o governo de Francisco Alberto Rubim, sob acompanhamento do intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana.[63] Em 1813, foram trazidas algumas famílias açorianas, que foram assentadas em Viana. Este primeiro assentamento de açorianos fazia parte da política de D. João VI em colonizar o país com imigrantes euro-

62 Granzow visitou as colônias pomeranas capixabas em 1971 e descreveu suas experiências no livro *Pomeranos unter dem Kreuz des Südens.*

63 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 35.

peus. Para esta empreitada, o Governo Provincial recebeu ajuda financeira do Governo Imperial.

Cronologicamente, tem-se a seguinte planilha de colonização em solo capixaba:

1. Em fevereiro de 1813, foram assentadas em torno de 30 famílias açorianas no córrego Santo Agostino. Posteriormente, o local foi chamado de Viana;
2. Nesse período, destaca-se também João Felipe Calmon, que empreendeu o assentamento de 50 espanhóis provenientes das Ilhas Canárias, no vale do Rio Doce. Este grupo destinava-se originalmente para o Rio da Prata, mas foi convencido a permanecer no Espírito Santo;[64]
3. Em janeiro de 1828, o imperador D. Pedro I ordenou, através do seu ministro Araújo Lima, que fossem "*condusidos á Prov. Do ES os Colonos Allemães que se achão actualmente nesta Corte, a fim de serem estabelecidos no Rio Doce em terras que sejão mais proprias aos trabalhos da Agricultura*";[65]
4. Por volta de 1830, chegou à província do Espírito Santo um grupo de alemães, que havia sido dispensado dos batalhões de estrangeiros, a serviço de D. Pedro I. Não se sabe onde se fixou na província. Daqui, alguns seguiram para a Bahia e Minas Gerais;
5. Entre 1830 e 1831, chegou um grupo de alemães para serem instalados no vale do Rio Doce. O segundo grupo, vindo em 18 de abril de 1831, no brigue Caboclo, era composto de 105 colonos que, desgostosos, deixaram a província do Espírito Santo em meados de 1831, seguindo para Porto Alegre. Só bem poucos permaneceram na província do Espírito Santo;[66]
6. Em 1846, chegaram 163 alemães da região do Hunsrück, na Alemanha. Em início de 1847, este grupo foi encaminhado para a colônia de Santa Isabel;
7. Em 27 de fevereiro de 1856, era fundada a colônia de Santa Maria, posteriormente chamada de colônia de Santa Leopoldina;
8. Em maio de 1856, era fundada a colônia de Rio Novo. Esta, como a de Fransilvânia, era de caráter particular;

64 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 36.

65 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 320.

66 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1830–1831.

9. Em 1856, o Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite criou a colônia de Fransilvânia, também chamada Francislândia, entre os Rios Pancas e São João;[67]
10. Em 1868, foram instalados 400 norte-americanos no vale do Rio Doce. Não se tem notícias do destino que coube a este grupo. Mas veio com o desfecho da Guerra da Secessão (1861–1865).[68]

Há indícios de que já a partir de 1830 alguns alemães teriam imigrado para a província do Espírito Santo. Estes indícios decorrem do seguinte fato: desde 1821, o Governo Imperial brasileiro encarregou o major de nacionalidade alemã, Schäffer, a aliciar colonos e soldados na Alemanha central para se alistarem para a formação de uma "legião estrangeira" no Brasil.

Esta legião estrangeira realmente chegou a existir, com um contingente de 2.000 homens. A legião era composta, sobretudo, de alemães, austríacos e ingleses. A motivação para a criação desta legião tem suas raízes na tentativa de D. Pedro I precaver-se contra eventuais traições de tropas portuguesas, que permaneceram no Brasil, mesmo após a volta de D. João VI para Portugal. Há indícios de que a esposa de D. Pedro I, Leopoldina, tenha tido alguma influência para que a escolha recaísse sobre soldados alemães. Leopoldina era austríaca e, por isso, tinha fortes laços com a Alemanha.

Com a morte prematura da imperatriz Leopoldina, em 11 de dezembro de 1826, e após algumas rebeliões desta legião provocadas por maus tratos ou não reconhecimento de patentes militares alemãs, o grupo foi dissolvido por D. Pedro I, em final do ano de 1830. Quando do alistamento na Alemanha, fora prometido a estes homens receber terras após a prestação do serviço militar. Há suspeitas que parte destes homens tenha vindo para a província do Espírito Santo.[69]

O geógrafo Struck traz em seu trabalho uma tabela interessante, pois detalha a origem dos imigrantes de fala alemã na colônia de Santa Leopoldina, nos anos 1860 e 1863:

67 Maria Stella de NOVAES, História do Espírito Santo, p. 233.

68 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 36.

69 Albert SCHMID, Deutsches Söldnerschicksal in Brasilien, p. 54 ss.

Origem	1860	1863	Total
Prussianos (Pomeranos)	348	208	556
Tiroleses	82	87	169
Saxônios	76	73	149
Luxemburgueses	70	68	138
Hesses	61	80	141
Badenses	27	29	56
Holstein-Mecklenburgueses	18	22	40
Nassauenses	13	6	19
Bávaros	10	10	20
Hanoveranos	4	10	14
Oldenburgueses		4	4
Schwarzburgo-Rudolstadtenses (Turíngios)		4	4
Suíços	104	90	194
Total	813	691	1.504

(in Ernst STRUCK, p. 53 e in José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, p. 385)

Da listagem do ano de 1863, José Teixeira de Oliveira traz, além da nacionalidade (origem), também o gênero:

Origem	Colonos	Sexo masculino	Sexo feminino
Prussianos	208	21	187
Suíços	90	48	42
Hessianos	80	42	38
Saxônios	73	33	40
Tiroleses	87	49	38
Luxemburgueses	68	39	29
Badenses	29	19	10
Holstein-Meklenburguenses	22	11	11
Bávaros	10	6	4
Hanoverianos	10	7	3
Oldemburgueses	4	2	2
Schwarzburg-Rudolfstadt (Turíngios)	4	2	2
Nassauenses	6	4	2

CAPÍTULO IV

A RELAÇÃO ENTRE ESCRAVIDÃO E MÃO DE OBRA EUROPEIA

O FIM DO TRÁFICO NEGREIRO

1. LEIS ABOLICIONISTAS

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil passou por profundas transformações. A Revolução Industrial iniciada na Europa, com o advento da máquina a vapor, também trouxe transformações econômicas e sociais para o Brasil. Surgiram indústrias, instituições de crédito, as embarcações tradicionais à vela foram substituídas por embarcações a vapor e ferrovias foram substituindo os animais como meio de transporte.

Na Europa, a Inglaterra iniciou um movimento, assumido também por outras potências, para acabar com a escravidão negra. O Brasil passou a integrar a lista de nações que eram pressionadas a abolir a escravidão. O negro, trazido ao Brasil a partir de 1550, nunca aceitou a sua condição de escravo. Rebelou-se, empreendeu fugas das fazendas, recusou-se ao trabalho forçado e criou quilombos, onde se refugiou.

Com a proximidade das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, o litoral da província do Espírito Santo era constantemente visitado por navios negreiros. As grandes fazendas de café procuraram de todas as formas possíveis mão de obra escrava. Os interessados faziam de tudo para facilitar o desembarque de escravos, principalmente no litoral sul da província. Isto fez com que o Governo Imperial se preocupasse com os desembarques que aconteciam, muitas vezes bem próximos a Vitória.

Entre março de 1851 e maio de 1852, foram apreendidas em águas da província do Espírito Santo as embarcações "Sociedade Feliz" e "Segundo", ambas em Itapemirim. No ano de 1855, o navio britânico "Harpy" surpreendeu um navio negreiro nas proximidades de Guarapari. Em janeiro de 1856, o navio de guerra brasileiro "Olinda" aprisionou, na Barra de São Mateus, a escuna americana "Mary E. Smith", que trazia a bordo 350 africanos.[1]

Com a pressão externa, principalmente da Inglaterra, em 04 de setembro de 1850, era abolido o tráfico negreiro para o Brasil. Na verdade, esta lei, a Euzébio de Queiroz, apenas proibia a vinda de novos escravos negros para o Brasil. Internamente, a escravidão continuava, e nada acontecia para acabar com ela. Havia algumas tentativas, mas estas eram tímidas. Euzébio de Queiroz estava à frente da pasta da Justiça e coube a ele conduzir a empreitada contra os grandes proprietários rurais escravagistas que, afinal de contas, eram o sustentáculo do regime imperial.

O resultado da Lei Euzébio de Queiroz pode ser medido pela seguinte tabela, na qual os escravos entrados no Brasil entre os anos 1842 e 1852 são denominados de "peças". Com a entrada em vigor da Lei Euzébio de Queiroz, caiu abruptamente o número de escravos trazidos para o Brasil.

1842	17.435 peças	
1843	19.095 peças	
1844	22.849 peças	
1845	19.453 peças	
1846	50.324 peças	
1847	56.172 peças	
1848	60.000 peças	
1849	54.000 peças	
1850	23.000 peças	(Ano da Lei Euzébio de Queiroz, que abolia o tráfico negreiro)
1851	3.287 peças	
1852	700 peças	

(in José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, p. 351)

1 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 351.

Com a pressão externa, e também através de movimentos de segmentos sociais internos, foi promulgada a "Lei do Ventre Livre", de 28 de setembro de 1871, que declarava livres os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data. Os pais, porém, continuavam escravos. A lei estabelecia que todos os filhos de escravos eram livres, devendo os proprietários criá-los até os 18 anos de idade. Aí era permitido aos proprietários entregá-los ao governo, para receberem dele uma indenização.

Caso os proprietários quisessem, poderiam mantê-los até os 21 anos de idade, usando o seu trabalho como forma de indenizar os gastos que haviam tido com o sustento até então. O objetivo da lei era claro: promover uma libertação da escravatura de forma lenta, com indenização para os proprietários. Não interessava ao governo um confronto direto com os latifundiários.

A partir de 1870, o movimento que visava o fim da escravidão intensificou-se em todo o país. As ideias sobre a necessidade de se acabar com a escravidão difundiam-se através de jornais e livros. Pessoas das mais diferentes classes integravam a campanha, como jornalistas, padres, comerciantes, tipógrafos, médicos e ex-escravos.

Diante das pressões populares, o Governo Imperial teve que reagir, promulgando no ano de 1885 a "Lei do Sexagenário". Esta lei estabelecia que todo escravo, ao completar sessenta e cinco anos de idade, receberia a liberdade. Esta lei foi vista como uma afronta, tendo em vista que poucos eram os escravos que alcançavam tal idade. Sabe-se que o negro escravo das plantações de cana tinha em média sete anos de vida útil. Depois deste tempo, morria ou tornava-se incapaz de trabalhar, por causa da má alimentação e das doenças sem tratamento. Nas minerações, de cada dez negros escravos, somente três sobreviviam aos primeiros cinco anos de trabalho.

Em meio a toda esta discussão, dois fatores contribuíram decisivamente para que finalmente se chegasse à abolição da escravidão. O primeiro foi a divisão de opiniões no setor cafeeiro, e o segundo foi o Exército. No setor cafeeiro havia um grupo interessado na abolição, principalmente representantes paulistas, pois já vislumbravam a possibilidade de trazer imigrantes como meeiros para suas fazendas. Mas desejavam que se acabasse com a escravidão apenas gradativamente. Já ao Exército cabia a obrigação de perseguir os escravos fugitivos. Em documento de 1887, oficiais declaravam que não mais desempenhariam tal função.

Com esta pressão, foi apresentada uma proposta de uma lei que pusesse fim imediato à escravidão. Finalmente, no dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a "Lei Áurea". Fazendeiros de São Paulo, para continuar mantendo mão de obra barata em suas fazendas, introduziram o sistema de parceria com imigrantes.

No ano de 1856, foi realizado um recenseamento na província do Espírito Santo, acusando uma população de 49.092 habitantes, assim distribuídos: 36.823 livres e 12.269 escravos.

Mapa estatístico da população no ano de 1856

Livres			Escravos		
Número de fogos		7.674	Número de fogos		....
Sexos	Homens	18.245	Sexos	Homens	6.318
	Mulheres	18.568		Mulheres	5.951
Idades:	Até 14 anos	14.509	Idades:	Até 20 anos	5.320
	De 15 até 20 anos	4.940		De 21 até 60 anos	6.615
	De 21 até 60 anos	16.356		De mais de 60 anos	334
	De mais de 60 anos	1.008			
Estado civil:	Solteiros	24.854	Estado civil:	Solteiros	10.982
	Casados	10.186		Casados	1.176
	Viúvos	1.773		Viúvos	111
Cores:	Brancos	14.311	Cores:		....
	Índios	6.051			....
	Pardos	13.824			....
	Pretos	2.628			....
Profissões:			Profissões:		
	Empregados públicos	161		Empregados	....
	Lavradores	9.679	públicos		....
	Negociantes	364		Lavradores	....
	Oficiais mecânicos	889		Negociantes	....
	Advogados	3		Oficiais mecânicos	....
	Procuradores	4		Advogados	....
	Médicos	4		Procuradores	....
	Boticários	3		Médicos	....
	Padres	22		Boticários	....
	Oficiais do Exército	15		Padres	....
	Pescadores	230		Oficiais do Exército	....
	Sem profissão	25.349		Pescadores	....
				Sem profissão	
Idoneidade política:			Idoneidade política:		
	Votantes	4.865		Votantes	....
	Eleitores	107		Eleitores	....
	Jurados	710		Jurados	....
Nacionalidades:			Nacionalidades:		
	Brasil	36.104			
	Europa	648			
	Ásia	16			
	África	45			
Culto:			Cultos:		
	Católicos	36.697			
	Diversos cultos	116			
TOTAL		36.823			12.269

Relatório apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1857.[2]

2 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 375.

2. OS GRANDES SENHORES DE TERRA E OS IMIGRANTES

Em algumas províncias do sul do país, o Governo Imperial tinha feito experiências de colonização em núcleos fechados. Na província do Rio Grande do Sul, por exemplo, os imigrantes organizados em pequenas propriedades produziram para o mercado interno. Em alguns momentos, a sua produção complementou as exportações já existentes de charque e erva-mate. Como este sistema de pequenas propriedades tinha trazido resultados satisfatórios, o próprio Governo Imperial era favorável a não combinar trabalhadores livres com escravos, mas promover "*a medição de demarcação de terras públicas para vendê-las, em pequenos lotes, aos colonos imigrantes*".[3]

A princípio era de se esperar que houvesse por parte dos fazendeiros capixabas algum tipo de reação contra a forma como se processava a colonização. Através do fomento da criação de núcleos fechados, com pequenas propriedades, obstruía-se de antemão a possibilidade de os fazendeiros poderem contar com mão de obra dos imigrantes em suas fazendas. Era justamente no meio latifundiário que o Governo Central colocava cada vez mais obstáculos para a continuidade com mão de obra escrava.

Aconteceu, porém, outra reação. No Espírito Santo, a visão do Governo Imperial, de vender pequenos lotes em colônias fechadas, era compartilhada pelo Governo Provincial. Esta forma era aceita, pois não entrava em choque com os interesses dos grandes senhores de terras, principalmente no sul e no norte da província. A estes, as terras deixadas para fins de colonização europeia estavam fora da área de interesse, pois se situavam em regiões muito acidentadas. Além do mais, era muito difícil manter escravos sob domínio nestas regiões cheias de vales e matas, que podiam oferecer fácil esconderijo na constituição de quilombos.

Não se falava abertamente em ter mão de obra branca nas fazendas, mas se tinha a percepção de que a colonização em núcleos fechados poderia, com o tempo, levar os imigrantes a procurar trabalho fora das propriedades que lhes haviam sido vendidas. Apostava-se que este tipo de agricultura de subsistência não garantiria a realização dos sonhos dos imigrantes. Além disso, os imigrantes traziam a ideia de passar terras para seus filhos, dividindo as propriedades. Assim, estes um dia seriam forçosamente empurrados em direção ao trabalho em fazendas, para lá complementar a renda e realizar o seu sonho de possuir mais do que tinham na Europa.

As primeiras colônias de imigração alemã no sul do país foram subvencionadas pelo Governo Imperial brasileiro. Estas subvenções, porém, começaram a sofrer restrições pelo Parlamento ainda no reinado de D. Pedro I. As restrições partiam de forças no Parlamento que se preocupavam com a pressão inglesa de se acabar com a escravidão. O que seria das fazendas de café e de cana-de-açúcar sem a mão de obra escrava? Subvencionando a imigração e fixando os imigrantes em núcleos fechados não se ajudaria em nada as fazendas que forçosamente um dia teriam que trabalhar sem a mão de obra do escravo negro.

---

3 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 39.

AS FAZENDAS SEM A MÃO DE OBRA ESCRAVA

1. IMIGRAÇÃO SUBVENCIONADA

Apesar de todas as pressões do Parlamento, no decênio de 1870, iniciou-se novamente um processo de "imigração subvencionada" em que o Governo assumia os custos de viagem para o Brasil. Mas esta forma de "subvenção" previa que os imigrantes aqui chegados pudessem ser manejados e remanejados conforme as necessidades da mão de obra necessária nas diversas províncias do país. Apenas não se permitia a colocação dos imigrantes em sistema de parceria. No geral, porém, estas levas de imigrantes, vindos a partir de 1870, eram assentadas em pequenas propriedades agrupadas etnicamente. Apostava-se, porém, que este modelo de núcleos coloniais um dia iria também fornecer mão de obra para fora, ou seja, para as grandes lavouras.

Era uma estratégia para não bater de frente com a preocupação dos Estados alemães, principalmente a Prússia, que não queriam ver seus súditos trabalhando no Brasil em sistema de parceria. Ao mesmo tempo acreditava-se que, em não se dando a devida atenção ao funcionamento das colônias, os imigrantes iriam abandonar as suas glebas para procurar trabalho ali, onde pudessem garantir a sobrevivência. Neste propósito, também as glebas destinadas aos imigrantes foram cada vez mais diminuindo em tamanho.

Apostava-se na lógica de que imigrantes com famílias numerosas forçosamente teriam que dividir a sua propriedade para fins de herança. Isto levaria os colonos, com glebas de terra cada vez menores, a procurar a sobrevivência, trabalhando em sistema de parceria com vizinhos ou fazendeiros, donos de glebas maiores. Este modelo diabólico fez com que, em 20 de julho de 1895, o Governo Italiano proibisse a emigração de seus súditos para o estado do Espírito Santo.

2. LEGISLAÇÃO DE TERRAS

No final do império, o Espírito Santo tinha legalizado 700 mil hectares, num universo de 5 milhões. Com a Constituição de 1891, o domínio sobre terras devolutas foi transferido aos estados. Com isto, cerca de 4 milhões de hectares passaram para o controle do estado do Espírito Santo. Em 1892, o governo Muniz Freire elaborou uma legislação de terras e criou mecanismos para executá-la.[4]

Com esta legislação de terras, puderam ser legalizados e reconhecidos todos os direitos previstos na "Lei da Terra" de 1850, bem como as concessões feitas pelo Governo Central aos imigrantes até 1891. Recorde-se que todos os imigrantes recebiam um lote e um adiantamento em dinheiro, ferramentas e produtos para a sua sobrevivência. Com isto, previa-se atender às primeiras necessidades para a instalação. Posteriormente, este adiantamento financeiro precisava ser devolvido. Só então o imigrante recebia o título definitivo de propriedade.

A legislação promulgada no governo Muniz Freire também possibilitava a legitimação de qualquer posse, desde que o posseiro provasse que nela residia e cultivava. Além desta prova, era obrigado a ressarcir financeiramente o Estado com os gastos que este tinha com o serviço de medição da terra. O tamanho dos lotes indicados aos imigrantes, quando da sua vinda, era respeitado, mas "*os outros ficavam subordinados ao limite de 10 hectares por indivíduo produtivo na família, incluindo agregados, até o máximo de 200 hectares*".[5]

No ano de 1909, foi suprimido o limite máximo de 200 hectares para grupos interessados em exploração de grande porte. Para outras concessões, a área máxima era de 50 hectares. No ano de 1917, o limite máximo foi elevado em mais 10 hectares, chegando assim a 60. Para estabelecimentos de grande porte, foi fixado o limite máximo de 3.000 hectares.[6]

---

4 Nara SALETTO, Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado e Trabalho do Espírito Santo (1888–1930), p. 49.

5 Ibid., p. 50.

6 Ibid., p. 51.

CAPÍTULO V

AS COLÔNIAS COM IMIGRANTES DE LÍNGUA ALEMÃ

A INSTALAÇÃO DAS COLÔNIAS

1. INDÍCIOS DE PRESENÇA ALEMÃ NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Com a proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822, o Brasil trilhou caminhos diferentes de outras nações americanas. Enquanto nas nações vizinhas o processo de independência muitas vezes transcorria de forma sangrenta, com guerras de independência, aqui o caminho foi praticamente pacífico. Isto, porém, não significava que não havia perigos, tanto interna como externamente.

Internamente havia grupos sonhando com a manutenção da velha ordem, ou até sonhando com a criação de Repúblicas independentes. Para reprimir estas tentativas, tornava-se necessário o uso de força militar por parte do Governo Central. Além do mais, mesmo com a proclamação da Independência, ainda permaneceram tropas portuguesas em solo brasileiro.

Externamente, o Brasil tornava-se dependente da Inglaterra. Toda sua economia passou a depender do mercado mundial, que era controlado pelos ingleses. Se até a Independência o Brasil era dependente economicamente de Portugal, agora se tornava dependente da Inglaterra. A economia brasileira continuava sujeita ao capital estrangeiro. Tudo era organizado em função do mercado internacional, comandado pelos ingleses. Tudo girava em torno de produção agrária, no modelo de monocultura e exportação. Interessava aos ingleses abastecer a Europa com açúcar, algodão, tabaco e madeiras. Enfim, produtos que sempre lhes proporcionassem bons lucros.

A Inglaterra só permitia a entrada de produtos brasileiros no mercado inglês se não houvesse similares fabricados nas suas próprias colônias. Por volta de 1825, a Inglaterra exportava para o Brasil todos os manufaturados que o país necessitava. Com isto, as poucas manufaturas de tecidos ou metalúrgicas existentes no Brasil acabaram diante da enorme e desleal concorrência.

D. Pedro I vivia uma situação delicada. A comunicação numa nação de tamanho continental dificultava enormemente a manutenção da ordem interna e a monarquia. O jovem imperador era visto com desconfiança pelos patriotas brasileiros e, com o seu ato de proclamar a Independência, era também duramente hostilizado pelo governo português. A esta situação somavam-se dificuldades financeiras da jovem monarquia, a pressão de Portugal, a dificuldade de reconhecimento internacional do Governo Brasileiro e a falta de um exército regular, que pudesse ser suporte para fazer frente a dificuldades internas e externas.

D. Pedro era casado com Leopoldina, filha do imperador Francisco da Áustria, da casa dos habsburgos. Enquanto Leopoldina obteve uma refinada educação na corte de Viena, interessando-se por arte, ciências e literatura, falando inclusive diversas línguas e como língua nativa o alemão; seu marido fora educado de forma menos refinada. Grotescamente, comentários da época davam conta que D. Pedro fora educado junto aos cocheiros, tendo desta forma também conduzido as coisas de Estado. Fato é que D. Pedro I teve uma amante, a marquesa de Santos.

Importava agora a D. Pedro ter tropas regulares de exército, em que pudesse ter plena confiança. No caso da marinha, ocupou os postos da oficialidade com militares ingleses. Mas também aí tivera algumas experiências decepcionantes que o fizeram decidir criar batalhões de estrangeiros. Assim, por decreto imperial, foi criado em 8 de janeiro de 1823 um "Regimento de Estrangeiros". Seus componentes eram em seu núcleo suíços que haviam chegado à colônia de Nova Friburgo em 1818. O restante do regimento era composto de pessoas de diversas nacionalidades, entre elas muitos alemães, que eram recrutados para um período de três anos.

Em abril de 1818, um certo major Georg Anton Aloys Schäffer (major Schäffer), nascido na Alemanha, visitou o Rio de Janeiro. Major Schäffer então servia ao governo do czar da Rússia. Durante a visita, tornou-se amigo de D. Pedro e D. Leopoldina. Esta amizade fez com que fosse designado representante do Governo Brasileiro, recebendo várias missões no exterior. Dentro de sua

função, também representou a D. Pedro e sua esposa em questões pessoais e particulares.

Através do major Schäffer, emigrantes alemães foram cooptados em Hamburgo a se recrutar nos batalhões de estrangeiros do Governo Brasileiro. Tornaram-se, portanto, soldados do Governo Imperial brasileiro. Esta sua atividade fez com que Schäffer se tornasse íntimo da casa imperial brasileira. Na Alemanha, dirigiu um escritório para emigração ao Brasil, além de representar o Governo Brasileiro junto às cidades hanseáticas, como Hamburgo e Bremen.

Após a Guerra Cisplatina e após a consolidação na monarquia brasileira, não havia mais necessidade de continuar-se mantendo batalhões de estrangeiros. Era notório que estes batalhões serviam para manter as rédeas de poder nas mãos de D. Pedro I. Além disto, sua manutenção começou a ferir o brio e o sentimento nacionalista do povo brasileiro. Assim, em 20 de novembro de 1830, foram dissolvidos todos os batalhões de estrangeiros. Todos os militares que haviam sido recrutados depois de 1824, foram dispensados. Entre estes militares havia muitos alemães que se dispersaram por todas as províncias, principalmente as do sul do Brasil. Mas se tem também notícias de alemães que se dirigiram para Pernambuco, Bahia e Espírito Santo.

Albert Schmid[1] escreve que "*outros tinham sido empurrados para a província do Espírito Santo, onde durante alguns meses receberam ajuda como colonos. Quando esta cessou, espalharam-se por entre a população nativa, com a qual se misturaram ou desapareceram*".

José Teixeira de Oliveira faz referência a estes alemães vindos ao Espírito Santo a partir de 1830. Daemon relata que em seguida, em 1831, aportou mais um grupo de alemães, mas que "*por não quererem os mesmos sujeitar-se às normas das leis do país, tendo a maior parte deles, desgostosos, se embarcado e seguido para Porto Alegre, ficando muito poucos na Província*".[2] Aparentemente, este segundo grupo citado por Daemon não era composto de soldados dispensados dos batalhões de estrangeiros do Governo Imperial.

A construção de uma estrada que ligasse a província do Espírito Santo a Minas Gerais era um velho sonho. A construção foi sempre protelada, pois não havia comércio para movimentá-la. Também a falta de verbas obrigou

---

1 Albert SCHMID, Deutsches Söldnerschicksal in Brasilien, p. 54.

2 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1831.

as autoridades a protelar a obra. Outro fator que dificultou a conclusão da construção foi a existência de tribos indígenas na província, que de vez em quando assustavam os moradores e as vilas. Há vários relatos que atestam a presença indígena nas áreas indicadas aos imigrantes. Em junho de 1876, 30 índios apareceram em Timbui, colônia de Santa Leopoldina, amedrontando colonos italianos. Depois de receberam comida, roupas e presentes, retiraram-se para as matas.[3]

Mesmo com todas as dificuldades, o Governo Central insistiu na construção da estrada. Foi até recomendado à administração provincial que "*concedesse Sesmarias ao longo da Estrada aberta para que não se tapasse de novo*". Impossibilitado de manter guarnição militar em todo o percurso da estrada, o Governo Provincial cogitou localizar colonos ali. Em ofício de 05 de janeiro de 1828, o ministro Araújo Lima, em nome do imperador, ordenava a Inácio Acioli que "*sejam condusidos á Prov. do ES os Colonos Allemães que se acham actualmente nesta Corte, a fim de serem estabelecidos no Rio Doce em terras que sejão mais próprias aos trabalhos da Agricultura*".[4]

Daemon relata que o grupo desgostoso aqui chegado em 1831 embarcou para Porto Alegre no mesmo ano. Relata também que estes alemães foram precedidos por um outro grupo.[5] Tratou-se dos soldados dispensados dos batalhões de estrangeiros? Ou tratou-se dos imigrantes que o ministro Araújo Lima ordenou serem embarcados para a província do Espírito Santo? Isto pode significar que a imigração alemã iniciou em 1828 às margens do Rio Doce, sem, porém, deixar vestígios. Com toda probabilidade, este grupo também se dirigiu ou para o sul do Brasil ou para o sul da Bahia.

A partir de 1824, passavam regularmente pela Corte no Rio de Janeiro imigrantes alemães com destino às províncias do sul. Em aviso de 12 de novembro de 1829, foi concedida a um determinado Mr. Henrici uma licença para transportar 400 colonos alemães do porto de Bremen, na Alemanha, para a

3 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1876.

4 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 320, nota de rodapé número 3.

5 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1831.

província do Espírito Santo. Neste aviso, o governo comprometia-se a dar os respectivos subsídios para as medições de terras e tratamento das mesmas.[6]

Esta licença, entretanto, não garantia a chegada do grupo ainda em 1829 — mas isto pode ter acontecido entre os anos de 1830 e 1831. Daemon menciona a chegada de 105 colonos em 18 de abril de 1831, ressaltando, todavia, que estes faziam parte de uma segunda leva, que não permaneceu no Espírito Santo. O que, de fato, ocorreu à primeira leva (de aproximadamente 300 colonos), caso Mr. Henrici realmente tivesse recrutado os tais 400 colonos? Especula-se que esta leva partiu para o sul do país, pois um número tão elevado de colonos teria deixado um ou outro vestígio.

Desta forma, pode-se considerar que a imigração alemã no Espírito Santo teve início entre os anos de 1828 e 1830. Conforme Daemon, a grande maioria se deslocou para Porto Alegre, só permanecendo poucos no Espírito Santo. Mas estes poucos podem ser considerados os pioneiros da imigração.

2. A COLÔNIA DE SANTA ISABEL

Quando ocupava o governo da província do Espírito Santo, Luiz Pedreira Couto Ferraz solicitou imigrantes junto ao Governo Imperial. O Governo Imperial atendeu-no e enviou os imigrantes solicitados, que eram provenientes da região do Hunsrück, na Prússia Renana. Documentos afirmam que se tratava de 163 colonos.

Em sua correspondência ao Governo Central, em que solicitava o envio de imigrantes, Couto Ferraz escreveu de uma maneira muito entusiasmada sobre as possibilidades de progresso da colônia que estava por surgir:

> *"O local escolhido reúne muitas das principaes vantagens de uma Colônia Agrícola. Terras mui férteis — salubridade do clima, abundancia d ágoas de caxoeiro, que se prestão ao emprego de maquinas, e além de tudo a proximidade da Capital, que póde para o futuro servir de mercado para o consumo dos productos de sua industria. Á estas vantagens acresce a de poderem desde logo fazer o transporte dos mesmos productos pelo rio, em grande parte do caminho, pois é navegável até perto da Colônia, a de*

6 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, ano 1829.

terem uma Freguesia pouco distante onde os Catholicos encontrarão os socorros espirituais, e outros mais, que, forçosamente apparecerão, desde que se tornar regular a communicação entre as duas Provincias. Por conta do Governo Imperial se-lhes-adianta a subsistencia por seis meses, algum gado, instrumentos de lavoura, e os instrumentos de que necessitarem com a obrigação de pagamento dentro do prazo de quatro annos. Pretendo solicitar da Assembleia Provincial a criação de uma Capella no centro da Colônia para os que ficarem mais distantes, e de uma Escolla de primeiras lettras".[7]

Em documento datado de 16 de dezembro de 1846, do Palácio do Rio de Janeiro, assinado por Joaquim Marcelino de Brito, veio a seguinte informação e recomendação ao Governo Provincial:

"No Transporte Nacional Eolo se achão embarcados com destino a essa Província cem Colonos Allemães, cujos nomes vão descriptos na Relação junta; aos quaes, logo que ali chegarem, V. Exa. dará o conveniente destino, na forma do que tem representado; providenciando outro sim para que facilite o seu desembarque e das suas bagagens, sem dispendio da Fazenda Pública, e, quando algum seja indispensável fazer-se, deve este entender-se como hum adiantamento, que os ditos Colonos tem de restituir pela maneira, que abaixo se declara.

Achando-se elles compromettidos para com o Governo Imperial pelo seo transporte desta Corte para essa Capital, e pelas despesas do seo sustento, não só durante a demora, que aqui tem tido a cargo do mesmo Governo, cuja conta não está ainda liquidada, como da que terão nessa Capital; e sendo necessário assegurar a satisfação destas dividas, Ordena Sua Majestade o Imperador que V. Exa. contrate com os ditos Colonos o pagamento dellas dentro do tempo, e pelo modo, que lhes for mais commodo, não excedendo o prazo de 4 annos; e terá por muito recommendado o embolso das mencionadas dividas, para que elle se realise no devido tempo".[8]

A região compreendida entre os Rios Reno, Mosela, Saar e Lahn compõe a região do Hunsrück. As localidades de Traben-Trarbach, Koblenz e Lötzbeuren forneceram as 39 famílias que aqui chegaram antes do Natal de 1846.

7 APEES.

8 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 320 s.

Problemas sociais e econômicos foram a causa da emigração. Apesar das descobertas tecnológicas, doenças, fome e guerras caracterizavam este período. Passou-se também por uma forte explosão demográfica, pois tinha sido decretada por Napoleão, cujo exército ocupava aquelas terras alemãs no início do século XIX, a vacinação obrigatória de crianças. Isto teve como resultado o aumento da população, pois deixavam de morrer crianças que sem vacinação não sobreviveriam.[9]

Com a sua proximidade com a França, aquela região sofreu fortes influências de caráter político-social. Terminou-se com a dominação feudal. Dois anos após a chegada no Espírito Santo, as expressões "súditos" e "vassalos" começaram a ser substituídas na região do Hunsrück pela palavra "cidadão".

Os imigrantes do Hunsrück eram agricultores e artesãos. Em consequência da partilha das já pequenas propriedades pelas heranças, suas propriedades foram diminuindo cada vez mais. Assim, tornava-se difícil alimentar a família apenas com a agricultura. A isto se somava a baixa produtividade do solo. Sobrava apenas a emigração, pois, com algumas exceções, a situação era a mesma de toda a Alemanha.

A criação da colônia de Santa Isabel deu-se por iniciativa do Governo Provincial, diferente da imigração em São Leopoldo (RS), em 1824, para onde também vieram imigrantes da região do Hunsrück. Lá a colonização foi promovida pelo Governo Imperial.

Em 1847, o presidente da província, Couto Ferraz, desmembrou terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viana. Viana era distrito de Vitória e foi fundada em 1813 por famílias açorianas. O local onde Couto Ferraz desmembrou as terras chamava-se Cuité e compreendia a área situada entre os Rios Braço do Norte e Braço do Sul do Rio Jucu. Conforme relata o próprio Couto Ferraz em correspondência ao Governo Central, as terras não ficavam muito distantes da capital; cerca de 30 quilômetros. Ademais, um trecho de caminho até lá era navegável pelo Rio Jucu.

Este primeiro grupo partiu do porto de Dunquerque, tendo em vista que a região do Hunsrück situava-se perto da França. O grupo foi desembarcado na cidade do Rio de Janeiro e de lá trazido para Vitória em 21 de dezembro de 1846. Só no início de 1847, os integrantes do grupo foram levados até a

9 José Bachieri DUARTE/Ararê Vargas FORTES, Sesquicentenário da imigração alemã. p. 34.

Freguesia de N. S. da Conceição de Viana, onde foram instalados em barracões construídos de forma rudimentar.

Enquanto a família permanecia em Viana, os homens foram abrindo picadas Rio Jucu acima. Nestes avanços floresta adentro, tiveram alguns conflitos com índios, que lá tinham as suas terras de plantio e caça. Apesar de alguns poucos enfrentamentos com a população indígena, os colonos foram abrindo terreno e construindo suas primeiras cabanas, cobertas com palha. Tem-se notícia apenas de um embate com os índios, em que foi necessário chamar reforço militar da capital da província.

Cada imigrante tinha recebido do Governo Imperial os meios financeiros para custear a passagem. Além disso, cada colono recebia cerca de 50 hectares de terra. Para o início de sua instalação, receberam mensalmente um adiantamento fixo do governo. De acordo com o tamanho de cada família, esta quantia também podia variar. A administração da colônia tinha um livro-caixa, onde estes empréstimos eram cuidadosamente anotados, pois deveriam ser ressarcidos ao governo. Copia-se desse livro-caixa, como exemplo, as despesas contraídas pelo imigrante Mathias Schneider:

Socorros recebidos				Indenizações feitas		Observações
Data		Objeto	Importa	Data	Importa	
1847						
		Impª sua passagem da Europa para o Brasil	$			Tem sua família as seguintes pessoas Mulher Helena-Elisabeth Petter Nicolaus
		Idem do fornecimento de gêneros durante sua estada na Corte	$			
		Idem de sua passagem da Corte para esta Província	$			
Janeiro	25	Idem de fornecimento de gêneros Durante sua estada n ésta Capital	14 $ 705			
		Idem de seu custo de seu praso em cita Colonia	$			
Abril	19	Idem de fornecimento de gêneros	18 $ 865			
	24	Idem	13 $ 015			
Maio	28	Idem	8 $ 280			
		Idem	18 $ 865			
Outubro	5	Idem	8 $ 120			
		Idem de jornaez de carpinteiros q.trabalhárão em barracos	11 $ 544			
1848						
Abril	27	Idem de fornecimento em gêneros	18 $ 085			
Junho	5	Idem	31 $ 445			
Agosto	25	Idem	11 $ 755			
1860						
Agosto	14	Idem do custo de sua caderneta	250			

Percebe-se que, de 1847 a 1860, a família de Mathias Schneider não conseguiu realizar nenhuma "indenização". Isto é, não conseguiu devolver qualquer tipo de empréstimo que o Governo Central e o Governo Provinciano haviam adiantado. Em visita à colônia de Santa Isabel no ano de 1860, o barão von Tschudi constatou que o antigo diretor da colônia, o padre capuchinho Wendelin Gain, pouco se empenhava no acompanhamento contábil dos livros. Poderia a coluna "indenizações feitas", na folha do livro-caixa, onde consta o nome de Mathias, ter alguma relação com esta falta de acompanhamento adequado? Ou realmente Mathias Schneider não conseguiu honrar seus compromissos? Esta segunda possibilidade deve ser a mais provável, pois

na colônia de Santa Leopoldina também houve casos de imigrantes que só conseguiram legalizar suas terras depois de muitos anos no Brasil.

Cada colono recebia alguns medicamentos para primeiros socorros, sementes para o plantio, alimentos e ferramentas para o trabalho na lavoura. Por contrato, assinado em 8 de outubro de 1847, oito meses após a fixação, os colonos eram obrigados a reembolsar estas despesas, "*no prazo de 4 anos, como melhor pudessem, hipotecando seus prazos (propriedades), obrigando os seus serviços a esse pagamento, e não podendo sair da Província sem licença, antes da solução dos respectivos débitos*".[10]

Depois de sua fundação, a colônia de Santa Isabel só voltou a receber colonos a partir de 1858. Nos dois anos seguintes, chegaram mais imigrantes alemães da região do Hunsrück, da Baviera e da Pomerânia. Entre 1870 e 1873, ocorreu um forte fluxo de pomeranos.

A 12 de agosto de 1859, o presidente da província, Pedro Leão Veloso, dirigiu ofício ao ministro do império, conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo, relatando sobre uma visita feita à colônia de Santa Isabel. O texto é o seguinte:

> *"Julgo de meu dever comunicar a V. Ex. que convidado pelos colonos de S. Isabel para assistir a um Te-Deum, que mandaram celebrar no aniversário natalício de S.ª Imperial a senhora D. Isabel, lá me achei e tive mais uma vez de convencer-me, que a esta Província se fez um grande serviço com a fundação da Colônia.*
>
> *Todos os seus habitantes, reuniram-se no templo católico, e se esforçaram para dar toda solenidade à festa, via-se naqueles semblantes a satisfação; nenhum se mostra arrependido de ter adotado uma nova pátria, pois se acham garantidos em seu futuro.*
>
> *A capela não está de todo concluída, faltando forro e pintura, solicitaram-me uma quantia para conclui-la, e eu mandei dar a de 500$000 em duas prestações.*
>
> *Aproveitando-me da oportunidade, percorri toda a Colônia, indo até os últimos prazos, em direção ao Chapeo, que são os dos sardos, que, seja dito, não se deixaram exceder em dedicação ao trabalho aos melhores colonos, têm feito grandes derrubadas, algumas já aproveitadas com plantações.*

10 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 77.

> *O desenvolvimento da Colônia muito tem aproveitado dos favores que, atualmente, vai recebendo do Governo Imperial, havia colonos, que se mostravam desanimados, se não desesperados, por falta de estradas, entretanto que hoje as têm boas, e mostram-se contentíssimos: o estabelecimento muito tem lucrado do zelo de seu atual diretor, que muito trabalho de estradas tem ali executado, os quais, a olhos vistos, prova que as quantias despendidas têm-no sido com suma vantagem.*
>
> *Reconheci mais uma vez a vantagem da construção da ponte sobre o Rio Jucu, na estrada para Minas, e ao diretor recomendei urgência em levantar a respectiva planta, trabalho que ainda não está efetuado, pelo muito ocupado que tem andado.*
>
> *Tive também de observar o inconveniente de que se tem já falado a V. Ex. de haver colonos possuidores de mais de um prazo, pois que atravessei por não pequena extensão de terrenos cobertos de matas virgens; a respeito pede-me o diretor uma providência; alguns desses prazos foram distribuídos a colonos que morreram apenas chegaram,*(sic) *sem que os houvesse beneficiado, e tendo filhos já estabelecidos noutros prazos, sucederam na herança, e portanto ficaram senhores de mais de um prazo, que não podem cultivar; pergunto se devem ser mantidos nessas posses, apesar de não haverem os originários concessionários, ou seus sucessores feito benfeitorias algumas nos respectivos terrenos?*
>
> *Informado de que a escola não era freqüentada, tive de remover o professor, devo porém dizer a V. Ex. que não vem aquilo somente da ineptidão dos professores; os colonos recusam fazer aprender a seus filhos a língua do país; pois que mostraram-se muito desejosos de que lhes desse um professor alemão, o que lhes neguei formalmente, dizendo-lhes que o Estado não pagaria mestre, senão da língua portuguesa, a qual deviam aprender, visto como aceitaram o Brasil por nova pátria; julgo que não há senão um meio de obriga-los a mandar seus filhos à escola, é tornar a instrução obrigatória, o que não estranharão; é uma disposição que deve vir no Regulamento de que muito necessita a Colônia; pronto para que peço licença a fim de chamar a atenção de V. Ex".*[11]

Em 19 de junho de 1886, Santa Isabel foi emancipada. Após a emancipação, oficialmente, nenhum imigrante foi fixado. Durante os primeiros anos da

11 in José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 377.

colônia, houve muitas doenças, como tifo, malária e febre amarela. Há autores que mencionam 54 casos de morte.[12]

O trajeto de ocupação das terras destes primeiros imigrantes margeava o braço norte do Rio Jucu. Assim, em final de janeiro de 1847, fixaram-se na Serra Boa Vista, onde construíram capela e cemitério. Como a Serra da Boa Vista, hoje cortada pela BR-262, ainda não se constituía como ponto ideal para a fixação, os colonos foram se embrenhando em direção aos vales. Surgiram assim duas vilas: Santa Isabel, núcleo da colônia, e Campinho (hoje Domingos Martins). Santa Isabel caracterizava-se pela população católica, e Campinho, pela luterana.[13]

A colônia de Santa Isabel teve como administrador, além do já mencionado Padre Wendelin Gain, um ex-oficial do exército prussiano, de nome Adalberto Jahn, que conseguiu fazer com que a colônia prosperasse, conforme avaliação do presidente da província, Pedro Leão Veloso, em 1858. Mesmo assim, quando D. Pedro II visitou a colônia, em 30 de janeiro de 1860, fez uma doação para os pobres, no valor de 450 Mil-réis, e outros 35 Mil-réis para o término da capela.[14]

Entre os anos de 1846 e 1863, o governo investiu a importância de 261 Mil-réis na colônia. Mesmo assim, colonos passaram fome e outras dificuldades. Enfrentavam também problemas com as vendas dos seus produtos. A população açoriana de Viana, que era católica, opôs-se a comprar ou vender produtos para os imigrantes, pois os via como protestantes.[15]

Em 20 de novembro de 1869, a colônia de Santa Isabel foi elevada à Freguesia. Em 11 de março de 1878, a colônia foi elevada à condição de Distrito Policial. Em 1891, foi criado o município de Santa Isabel. Em 1917, foi criado o Distrito de Campinho, que passou a ser a sede do município de Santa Isabel. Em 1938, a vila de Campinho foi elevada à categoria de cidade. Em 1921, em homenagem a Domingos Martins, capixaba que participou da Revolução Pernambucana, o município recebeu o nome de Domingos Martins.

12 Ezequiel SAMPAIO DOS SANTOS et alii, História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins, p. 20.

13 Ibid., p. 21.

14 Ibid., p. 28.

15 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 23.

Em 1878, a colônia de Santa Isabel contava com 1.898 habitantes. Destes habitantes, 1.865 eram livres, e 33, escravos. Posteriormente, com a chegada dos italianos, o número de habitantes foi se acentuando, fazendo com que a imigração italiana, ao lado da alemã, deixasse forte influência na região.[16]

Com data de 21 de fevereiro de 1859, um colono de Santa Isabel escreveu para a Alemanha:

> *"No dia 13 de outubro de 1847 chegamos ao Rio de Janeiro, onde fomos acolhidos amorosamente. No dia 21 fomos desembarcados e fomos levados a um forte, onde recebemos auxílio do Imperador. Recebemos boa alimentação e também conseguimos ganhar um pouco de dinheiro. Ficamos lá até o dia 17 de dezembro; aí fomos novamente embarcados e chegamos à Província do Espírito Santo, onde chegamos em 21 na cidade de Vitória, sendo recebidos pelo Presidente da Província. Este honrado homem olhou por nós como um pai olha para os seus filhos e nos prometeu uma gleba de terra de 200 braças de largura por 600 de comprimento, bem como também as ferramentas necessárias e moradia, ao lado de alimentos gratuitos por um ano inteiro, como farinha (trigo), carne seca sem ossos, toucinho, feijão, arroz, café, açúcar, vinagre e aguardente. Inicialmente chegamos a uma casa elegante, onde permanecemos por quatro semanas e fomos então entre 12 homens para a mata, para construir uma choupana. No dia 24 de janeiro toda a nossa bagagem foi levada até lá. Quando já estávamos lá alguns dias, um após outro adoeceu de malária, fazendo com que algumas pessoas idosas falecessem. Com nós dois também foi duro, pois eu mesmo tive a febre por 10 semanas. Até que todos novamente ficássemos curados, Pentecostes se aproximava. Aí as colônias [17] foram sorteadas e eu puxei o nº 5. Aí começamos a fazer derrubada e quando cada um tinha uma boa quantidade no chão, foi dito que deveríamos limpar espaço para uma casa. Quando isto aconteceu, era o mês de setembro e iniciamos a queima e alguns lugares queimavam bem (a mata derrubada). Logo que choveu, plantamos mandioca, feijão, milho, arroz, açúcar [18], bananas, abacaxi, café, algodão, limão. As plantas principais são café e algodão. Não fomos felizes com o nosso primeiro café, pois o*

16 Ezequiel SAMPAIO DOS SANTOS et alii, História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins, p. 32ss.

17 Glebas de terra. Nota do tradutor.

18 Deve referir-se à cana-de-açúcar. Nota do tradutor.

solo não era apropriado. Alguns arbustos permaneceram dois, outros três anos, e aí começaram a morrer. Agora plantamos 800 pés em dois lugares, e se esses permanecerem bem, completaremos em maio 2000 pés. Também possuímos aves, mais de 30 galinhas, 11 porcos e agora queremos adquirir gado. Ninguém mais deseja voltar para a Alemanha".[19]

Observe-se que as datas da chegada no Rio de Janeiro e em Vitória indicam o ano de 1847. Conforme esta carta, o início da ocupação da colônia de Santa Isabel por imigrantes alemães seria janeiro de 1848? Ou o colono, depois de dez anos no Brasil trocou o ano de 1846 por 1847?

No ano de 1860, a colônia recebeu a visita de um diplomata suíço, o barão de Tschudi, que fez um extenso relatório sobre a colônia. Transcreve-se aqui alguns trechos, de forma resumida, em tradução livre do alemão:

"O solo e o clima são bons. A aparência física dos colonos mais idosos atesta o bom clima. Planta-se principalmente café, mandioca e milho. Nas partes mais quentes, a mandioca tem boa saída. O café cresce de forma excelente, e os colonos mais antigos já exportam anualmente 40 a 50 mil quilos.

Como Diretor da Colônia desde 1858, o ex-oficial do exército prussiano Adalbert Jahn conseguiu imprimir prosperidade à Colônia. Ele sucedeu um capuchinho austríaco, Padre Wendelin Gain, que fez uma administração desastrosa. Em sua administração não havia uma listagem completa dos imigrantes nem um acompanhamento contábil adequado. Isto levou os colonos a acharem que as terras e os auxílios financeiros dados eram presente do Governo Provincial.

Os subsídios dados de forma fácil pelo presidente da Província, Luis Pedreira do Couto Ferraz, fez com que alguns colonos fossem tentados a trabalhar pouco ou até gastar dinheiro de forma inútil. Ciente desta situação, o Diretor Jahn estabeleceu que os subsídios deveriam continuar, mas apenas para assegurar vida decente. Desta forma, em 1860 uma família de 5 a 6 pessoas recebia mensalmente uma ajuda de 45$000 réis, quantia que tinha que ser ressarcida com o tempo.

Havia também a possibilidade de ganhar dinheiro, ajudando os agrimensores a medir lotes, abrindo para tal picadas. Recebia-se por diária de 2 a 3$000 réis. Também havia a possibilidade de ajudar nas derrubadas, na construção de estradas. Desta forma, os colonos aplicados trabalhavam durante uma semana para a Colônia, e na semana seguinte para si, em seu lote. Assim, muitos conseguiam melhorar os ganhos mensais.

Quando o Sr. Jahn assumiu a direção da Colônia no ano de 1858, a população era de 278 colonos. Em Dezembro de 1860 o número havia crescido para 628 pessoas, assim distribuídas:

Alemães	410
Suíços	8
Franceses	2
Sardenhos	24
Crianças de colonos já nascidas no Brasil	184
TOTAL	628

Destes, 365 eram protestantes e 263 católicos. A mortandade no ano de 1859 ficou em 7 pessoas. Em 1860, 5 pessoas. No mesmo ano nasceram 32 crianças.

No núcleo da Colônia havia algumas casas para receber colonos que vinham para a Colônia, algumas vendas e a construção da igreja católica. Havia algumas léguas acima uma igreja protestante, também construída com verbas do Governo.

Havia inúmeras queixas de parte a parte entre católicos e protestantes. Como estas queixas chegaram até a Corte, o Ministro dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Marquês de Olinda fez chegar ao governo imperial uma nota, ordenando que fosse respeitado o culto religioso de cada colono.

O presidente da Província fez chegar uma carta à direção da Colônia, solicitando que não se praticasse conversões de parte a parte, pois o Governo Imperial não havia trazido colonos para o Brasil para os tornar católicos. Caso um colono quisesse a conversão, deveria se dirigir para a capital, para uma audiência com o Presidente da Província. Este iria verificar se a conversão aconteceria por vontade própria do colono, ou se havia pressões por parte dos padres capuchinhos.

19 Ferdinand SCHRÖDER, Brasilien und Wittenberg. Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien, p. 327 s.

Há escolas onde as aulas são dadas pelo clero, de acordo com cada credo religioso.

Os colonos vindos em 1847 se encontram em uma situação que não preocupa, e a maioria é vista como pessoas trabalhadoras. Sobre os que vieram depois, não se pode fazer tal constatação. Entre eles há indivíduos dados à bebida e preguiçosos. A única recreação dos colonos é a ida dominical à igreja e a visita mútua, onde se conversa durante algumas horas junto a uma garrafa de cachaça.

Os colonos da primeira leva investiram em pastos, onde criam gado, éguas ou mulas. A vontade de possuir gado faz com que os colonos façam derrubadas para poderem ter pasto. Uma vaca custa em torno de 50$000 réis, uma mula 150$000 réis.

Pode-se dizer que a situação da colônia é boa e se poderá esperar prosperidade. Se ainda não há muitos colonos que conseguem guardar algum dinheiro no baú, a vida se desenrola sem preocupações. O uso do arado é restrito, devido aos declives acentuados. Também se torna difícil vender os produtos na capital, pois uma viagem de ida e volta leva em torno de três dias, o que é muito oneroso".[20]

Anos após a visita de von Tschudi, há outro relato interessante sobre acontecimentos na colônia de Santa Isabel. Entre 1893 e 1899, atuou como pastor luterano em Califórnia, município de Domingos Martins, o P. Gustav Treptau. Em seu relatório de atividades, Treptau relata que cada imigrante assumia automaticamente a cidadania brasileira após dois anos de Brasil, mas que a nacionalidade só servia para que se tirasse proveito dos alemães. Ele escreve:

"Tornara-se provérbio a frase 'Paga alemão'. Desta forma, os comerciantes de lá durante anos foram submetidos a enormes tributações, que nominalmente deveriam servir para melhoria de estradas e construções de pontes, de que porém, nada se via. Um dia desses, após combinação, um punhado de comerciantes alemães se pôs a caminho para exigir do delegado, uma espécie de prefeito, que exercia todas as possíveis funções e, com isso exercia poder absoluto, prestação de contas sobre os impostos, que significavam uma quantia razoável.[21]

20 Johann Jakob von TSCHUDI, Reise durch Südamerika, p. 8–15.

21 Tradução do autor.

Este, por sua vez, quis expulsar da casa, com revólver em punho, os porta-vozes. Esta atitude foi interpretada como afronta, e infelizmente o grupo se deixou dominar por atos de violência contra ele. Isto se constituía como revolução dos odiados alemães. Imediatamente se convocou por telégrafo um contingente maior de policiais militares de Vitória, e os que estavam voltando despreocupadamente para casa, quase todos foram presos na noite seguinte e foram obrigados, amarrados, alguns durante horas, a caminhar a pé para a delegacia. Foram xingados, maltratados, após os policiais terem invadido, devastado e roubado as suas casas. A polícia se constituía geralmente de pessoas de cor. Quando um desses "devia no cartório" e tinha escapado ileso de punição, simplesmente se recrutava na tropa policial. Quando apareciam na colônia, sempre provocavam pavor.

Desta forma, estavam ali presos os melhores e mais abastados alemães. Também ali alguns deles ainda sofreram pesadas torturas, quando batia-se com facões em suas costas. Além disso, para divertimento, atirava-se, do lado de fora, contra as frágeis paredes de barro da delegacia. E simplesmente deixavam-nos passar fome.

Era o terceiro dia após a prisão, num domingo. Já no dia anterior, como sempre, eu deveria ir a uma filial, distante mais ou menos seis horas a cavalo, para celebrar culto no domingo. Mas também ouvi que o meu hospedeiro, um honesto turíngio, encontrava-se entre os presos.

Os colonos de lá não queriam se encontrar para não darem oportunidade para mais detenções. Aí senti como meu dever ir à procura dos membros torturados e que pertenciam à minha comunidade. Isto era ir à cadeia, para, se possível, abrandar a sua sorte, trazer-lhes conforto espiritual e, se necessário, trazer auxílio médico.

Assim, empacotei as minhas vestes pastorais, além de alguns medicamentos, e me pus a caminho para esta localidade: um lugarejo brasileiro há mais ou menos cinco horas a cavalo de distância.[22]

No caminho, depois de muito esforço, só consegui convencer dois colonos a me acompanhar. Em toda parte julgava-se o meu intento altamente perigoso. Quanto mais distante chegávamos a trote, tanto mais estranha parecia toda a redondeza. Não encontrávamos ninguém no caminho,

22 Trata-se de Santa Isabel, que em 1891 foi considerada vila e sede municipal. O antigo Cuieté.

que geralmente era movimentado. Também nas plantações e nas roças não se via ninguém. Um pavoroso silêncio pairava sobre os sítios, as casas trancadas. Mesmo dos inúmeros animais, que normalmente se movimentavam em volta dos sítios, nada se podia ver.

Depois de três horas e meia, chegamos a uma localidade alemã (Campinho) e fomos a cavalo até a casa pastoral. Fomos recebidos de forma surpresa e assustada. Em toda parte do nosso caminho, teriam sido colocados soldados como guardas... certamente também já se tomara conhecimento da nossa vinda e passara-se a notícia adiante. Moradores de bem da vila também estariam presos, e se havia devastado as coisas de forma horrível e ninguém sabia o que esperava pelos outros, nem a própria vila. […] Malmente havia arreado da montaria, e os meus dois acompanhantes tinham feito meia volta, já estava presente um espião. Após a minha pergunta pelo paradeiro e estado de saúde dos presos, informou que há pouco todos tinham sido transportados para a cidade portuária de Vitória. De sua parte perguntou sobre as intenções dos meus pomeranos.

Havia se espalhado o boato que eu estaria a caminho com a minha gente para libertar os presos. Por isso, talvez, a pressa de encaminhar os presos para Vitória. […] Pernoitei na casa pastoral, onde os habitantes se encontravam inquietos e inseguros. No outro dia voltei a cavalo para casa, sem ser importunado.

Aqui se escondeu, durante mais de oito dias, um preso foragido, que repetidamente era procurado por espiões até dentro da casa pastoral, e foi quase preso, traído pela forte tosse. Sim, doente e maltratado por abuso e tortura, este homem, nos primeiros dias, nem teria conseguido se refugiar mais adiante, ou voltar o caminho preso. A este […] era imputado como agravante um crime maior. Isto porque há algumas semanas, quando o cônsul alemão passou conosco em procissão pela vila, cantando 'Alemanha, Alemanha sobre tudo', carregara de livre vontade uma bandeira alemã que lhe pertencia e que ainda se encontra em meu poder.

No dia posterior à minha volta da cavalgada acima descrita, fui chamado para uma casa. […] Também ali se tinha tentado prender o dono da casa durante a noite. Porém, ele tivera a sorte de poder salvar-se dos agentes dentro da mata, onde teve que se esconder durante várias semanas. Com isto, os habitantes da casa foram molestados de acordo, de forma que a

veneranda avó se encontrava em situação de enorme sofrimento. […] Durante várias semanas pairava uma forte pressão sobre a colônia. Não se sabia o que ainda poderia vir, pois no país da liberdade nada é impossível.

Finalmente os presos foram libertados com zombaria e desprezo, depois de pagarem uma considerável fiança, naturalmente para nunca mais conseguirem-na de volta. […]

Eram tempos tempestuosos, que fermentavam e traziam inquietação que mexia com os nervos. Desta forma, um número razoável dos meus colonos tinha intenção de mudar-se conosco para as montanhas de Usambara, na África Oriental Alemã [23]*. Isto porém foi impedido pelo governo brasileiro, ao não permitir passar escritura das colônias vendidas aos compradores. Alguns, porém, entre eles aquele que durante a prisão conseguiu fugir, procuraram nova pátria, primeiro no Rio Grande do Sul e posteriormente no Paraguai".*[24]

Treptau, em seu relatório, descreve situações que fazem ver a vida na colônia de Santa Isabel entre 1893 e 1899. Na área da saúde ele faz algumas revelações interessantes: [25]

"O médico mais próximo residia na cidade portuária[26] *e não vinha por menos de 1.000 réis para a Colônia. Isto equivalia a mais ou menos DM 900*[27]*. Mesmo quando vinha, aí a sua presença geralmente acontecia tarde demais. Desta forma os pastores alemães fazem o papel de médicos de colônia. Ouve-se muitas vezes as pessoas dizerem que um homem com estudos deve conhecer de tudo. […]*

A forma de tratar doentes, se caracterizava de diversas formas. Ora pela homeopatia, ora pela alopatia, em parte pela assim chamada cura natural. Através de experiência e treino, adquiri mais e mais conhecimentos e prática, o que fez com que também pacientes de outras comunidades alemãs me procurassem. Havia casos em que doentes viajavam durante um dia inteiro com problemas que me doíam no coração. Havia doenças e

---

23 Hoje Tanzânia.

24 Artur SCHMIDT, Die Anfänge der Diakonie in Espírito Santo, p. 32 ss.

25 Com tradução do autor.

26 Treptau provavelmente se refere a Vitória.

27 Marcos alemães.

feridas descuidadas, causadas por falta de limpeza e falta de dieta, o que para muitos era algo desconhecido e permanecia desconhecido. Quantas feridas infeccionadas não havia, provocadas por curandeiros, através de remédios secretos, como, por exemplo, para mordeduras de cobra. […]

Os colonos em sua grande parte eram apreciadores de um bom gole de cachaça de cana-de-açúcar... Mas quando o receitava em caso de mordedura das inúmeras cobras venenosas, havia resistência. Mesmo assim não sei de casos em que o uso do torniquete no membro atingido e o uso de uma boa quantidade de cachaça não tenham tido o efeito necessário. Como garantia, deixava lavar a ferida com querosene, um medicamento recomendado em jornais e folhetos. Se isto tinha algum efeito, não me cabe decidir. Importante era salvar os pacientes, o que nem sempre era o caso com os 'doutores de cobra'. […]

Assim houve o caso do filho de um colono vizinho... ao qual receitei, contra mordedura de cobra também esta medicação[28]*. O menino estava relativamente bem. Durante a noite, porém, o pai do menino nos acordou, apavorado, batendo em nossa janela. Veio buscar-me, pois o filho estava se aproximando do fim. Apressei-me, acompanhando-o. Encontrei o paciente em embriaguez completa, com todas as sua consequências. […]*

Uma brasileira, alemã de nascimento, estava sendo tratada, já durante oito dias, por um doutor de cobras. Como a paciente desfalecia cada vez mais, buscaram a minha mulher. Ela encontrou a paciente totalmente sem forças e apática, com os membros gelados. O doutor de cobras, além da sua medicina, tinha proibido a ingestão de qualquer alimento durante os oito dias de tratamento. […]

Através da maneira unilateral em que se alimentavam, muitas crianças de colonos sofriam de anemia. Os colonos usavam um tratamento, que pode ser chamado de tratamento cavalar. Dava-se do caroço de mamão, um terrível purgante. Era lastimável ver o sofrimento das crianças".

Parturientes eram objeto de grandes preocupações. Tanto é que a comunidade, ao pedir a vinda do novo pastor da Alemanha em 1893, fizera a seguinte solicitação, que Treptau assim descreveu:

28 Treptau se refere a cachaça e lavagem da ferida com querosene.

"A comunidade havia pedido por um pastor, que fosse homem de escola e, se possível, que tivesse feito um curso para auxiliar em partos. Homem de escola eu era... O segundo pedido pôde ser assumido por minha mulher. […]

Como naquela região as pobres parturientes tinham que sofrer muito, devido à falta de assistência adequada, aquela comunidade havia solicitado por ajuda neste sentido. Logo apareceram pacientes, muitas vezes em número tão elevado que minha mulher era quase que totalmente absorvida. […]

Difíceis eram muitas vezes os caminhos e as horas que minha mulher precisava em casos complicados de parturientes. Por vezes, a ajuda até parecia tarde demais. Uma agricultora que nos era muito querida, mãe de filhos já crescidos, já há dias esperava a hora de dar à luz. Quando chamaram minha mulher, já estava quase passando da hora para ajudar. O marido estava desesperado. Sob muita tensão e uso de toda força, a minha mulher conseguiu evitar o pior e possibilitar o parto. Com a ajuda de Deus, esta mulher permaneceu viva para os seus".

Sobre o acompanhamento de um parto de uma senhora católica, de origem polonesa, que morava distante 8 horas num trajeto a ser percorrido com cavalo, Treptau escreveu:

"Minha esposa investiu dois dias e meio cansativos. Como a sua boa Dourada (montaria) tinha morrido por envenenamento, o polonês teve que arrumar uma boa montaria. Era tempo de chuva, os caminhos em parte estavam em péssimas condições, principalmente no interior da mata virgem, onde o polonês estava morando há apenas pouco tempo. Após duas horas de viagem, a montaria simplesmente se esticou no chão com minha mulher na sela... A última hora do trecho teve que ser feito a pé, pois nem caminho para animais existia. Também havia anoitecido, e era noite muito escura. Com uma lamparina, que iluminava de forma inconstante, a caminhada seguia por sobre troncos e toras da derrubada recém feita.

Finalmente, molhados de suor, chegaram na cabana. Era uma cabana construída de forma rudimentar, cheia de fumaça. E no meio dela, deitada sobre um punhado de palha de milho, a parturiente, gemia em extrema dificuldade. Também ali foi possível, com a ajuda de Deus, manter a mãe viva".

Sobre escola, Treptau escreveu assim, "*além do mais, os pastores alemães são também conselheiro escolar, inspetor escolar e professor ao mesmo tempo. Tive, na época, que lecionar sozinho para setenta a oitenta crianças*".

Em um relatório do ano de 1915, o P. Hermann Schulz, que atuou em Califórnia entre os anos de 1912 e 1920, relatava sobre métodos de ensino, plano de curso e objetivos. Constata que se exigia a frequência de três anos, mas com apenas dois dias de aula por semana, o que considerava pouco. Estatística feita por ele apontava que em Campinho havia 162 alunos, e em Califórnia, 190.[29]

3. A COLÔNIA DE RIO NOVO

Em fins de 1854, era fundada no Rio de Janeiro, por Caetano Dias da Silva, a "Associação Colonial Agrícola do Rio Novo", ou simplesmente a "Colônia do Major Caetano". O capital financeiro inicial era de 500:000$000, que possibilitava ao major o privilégio de explorar as terras devolutas à margem norte do Rio Itapemirim. Era, portanto, uma colônia que, diferente de Santa Isabel e Santa Leopoldina, não pertencia ao Governo Brasileiro, mas a uma companhia de acionistas. Efetivamente no ano de 1855, a colônia de Rio Novo começou a ser demarcada.[30]

A sede da colônia era a Fazenda Limão, que servia de residência ao vice-diretor, filho do major Caetano. Era na sede que se guardavam todos os livros e documentos da colônia. Da sede, um caminho rudimentar levava até o Rio Novo, onde se situava o córrego Pau d'Alho, extremo da colônia. Toda a região era de terreno ondulado, em sua maior parte coberta de florestas com madeiras de lei. Uma cadeia de colinas separando a parte habitada da fazenda em dois vales: o do sul era o Vale do Rio Novo, o do norte era o córrego do Pau d'Alho.

Em visita à região em 1860, von Tschudi qualificou as terras como sendo da melhor qualidade. No relato de sua visita, louvou o café que produzia de forma admirável, bem como seu aroma. Mencionou também outros produtos, que cresciam em abundância, como milho, arroz, feijão, mandioca, batatas, abacaxi e bananas. Também o clima foi qualificado como sendo bom e saudável. Apesar destas considerações positivas, von Tschudi constatou que os moradores do vale do Rio Novo frequentemente sofriam de feridas nos pés, enquanto que os moradores do vale do Pau d'Alho, em sua grande maioria, eram saudáveis. Até 1860, tinham sido entregues 99 lotes a imigrantes suíços, belgas, holandeses, alemães e alguns franceses.

29 Artur SCHMIDT, Die Anfänge der Diakonie in Espírito Santo, p. 69 ss.

30 Maria Stella de NOVAES, História do Espírito Santo, p. 227.

Contemporâneos, como von Tschudi, afirmam que o major Caetano Dias da Silva era um ex-traficante de escravos. Era português e no ano de 1830 veio para a província do Espírito Santo, radicando-se na Fazenda do Limão, em Itapemirim.

A "Colônia do Major Caetano", teve início com a compra de uma área de 20 léguas junto ao Governo Geral. As terras situavam-se nos municípios de Itapemirim e Benevente. Surgiram, porém, problemas quando se passou a demarcar as 20 léguas. Era uma região onde, no século XVII, concedeu-se uma sesmaria aos índios. Além do mais, tinham sido encravadas algumas posses nesta área. Diante do impasse, o problema foi solucionado da seguinte forma: já que a aldeia tinha deixado de existir há algum tempo, pois só viviam naquele lugar alguns poucos índios e estes viviam da mesma forma que o geral dos brasileiros, as terras foram revertidas para os "nacionais". Isto se lê no relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente José Maurício Fernandes Pereira em maio de 1856.[31]

Subentende-se, com esta solução, que as terras passaram em sua totalidade para a "Imperial Associação Colonial de Rio Novo", que recebera, assim, subvenção do Governo Imperial e, como contrapartida, obrigou-se a fixar até 3.600 colonos num prazo de cinco anos.

O porto de Itapemirim estabelecia a comunicação do litoral com a colônia. Para que dentro da colônia os produtos pudessem ser transportados e levados via Rio Itapemirim até o litoral, o Governo Central sugeriu tornar o Rio Novo navegável. Para esta empreitada destinou 8:000$000 e uma soma igual para a construção de estradas. Com esse pano de fundo, iniciou uma campanha para conseguir imigrantes na Europa, através de agenciadores.

Os agenciadores distribuíam panfletos, escritos em português, alemão e francês, contando as vantagens da colônia de Rio Novo. Alguns destes panfletos eram assinados pelo próprio major Caetano. Também o jornal da cidade de

31 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 78.

Hamburgo, chamado *Hansa*, estimulava a emigração para a colônia de Rio Novo. Em um de seus artigos do ano de 1856, lia-se que com mil pés de café obter-se-ia em média 600 arrobas de café, valendo a arroba 32 Libras. Também se prometia a cada família, desde a sua chegada, um lote de terra de 280 a 300 mil pés quadrados, mediante pagamento de uma taxa mínima em dinheiro.

Em sua visita à província do Espírito Santo em 1860, acompanhado pelo cônsul-geral da Suíça, Sr. E. E. Raffard, von Tschudi descreveu as promessas que se faziam aos imigrantes através dos folhetos. Todos receberiam milho, feijão e arroz, até a sua primeira colheita própria. Todas as famílias receberiam porcos e todo tipo de aves para procriação. Além destas facilidades, oferecia-se ainda colocar à disposição dos imigrantes os engenhos da fazenda para a industrialização da cana-de-açúcar. Também os moinhos já existentes na fazenda estariam disponíveis para a moagem do milho, da mandioca e do café. Acenava-se ainda com instalações já prontas para limpar o café. Prometia-se transporte para levar os produtos para os portos de exportação. Dizia-se que havia serrarias, para possibilitar o beneficiamento da madeira. Até instalações para o fabrico de óleo de rícino e fábrica de farinha de mandioca eram prometidas. Além destes benefícios, também estariam à disposição dos imigrantes padres e pastores para a devida assistência religiosa. No final do folheto, havia uma indicação calçada em números, o quanto uma família composta de quatro pessoas poderia ganhar durante um ano de trabalho. Havia a promessa de um ganho anual de 2:000$000! [32]

Von Tschudi constatou que, desde a chegada dos imigrantes até a sua visita a Rio Novo em 1860, não se havia feito qualquer acerto de conta com os colonos. Isto significava que ninguém sabia quanto devia à companhia, pois não se tinha acesso às cadernetas, onde se anotava o movimento, tanto de empréstimos e adiantamentos que a direção da colônia de Rio Novo realizava aos colonos, quanto das suas vendas de produtos, como café, milho, arroz e feijão.

A "Imperial Associação Colonial de Rio Novo" reservava-se o direito de cobrar todas estas vantagens. E isto acontecia da seguinte forma: após seis meses, cobrava-se juros de 6% sobre o dinheiro adiantado. Para facilitar a vida dos imigrantes, esta devolução acontecia na forma de partilha do que se colhia. Por exemplo, um terço da produção de açúcar e aguardente passavam para a

32 Johann Jakob von TSCHUDI, Reise durch Südamerika, p. 63 s.

Associação Colonial. No caso das produções de arroz, milho, óleo de rícino e madeira serrada na serraria, os imigrantes entregavam a décima parte.[33]

Para receber os imigrantes, o major Caetano Dias da Silva começou a preparar as terras com mão de obra escrava. Além disso, trouxe também famílias chinesas, que, porém, não recebiam lotes de terra. Eles tinham que trabalhar, recebendo parte do que se colhia na fazenda constituída, na confluência do Rio Novo com o Rio Pau d'Alho.[34]

No ano de 1994, o jovem Samuel Agum, nascido em Ceilândia, Brasília, relatava para o autor ser de descendência chinesa e que seus antepassados haviam se estabelecido no século XIX em Rio Novo, como trabalhadores em uma fazenda.[35]

Em dezembro de 1856, chegavam os primeiros imigrantes, num total de 12 famílias suíças. Procediam dos Cantões de Berna, St. Gall e Argovie. Foram recrutadas pelo agente Paravicini e embarcaram a 20 de outubro de 1856. Chegaram a Rio Novo em dezembro do mesmo ano. Não encontraram o que se lhes tinha prometido, mas matas que tinham que ser derrubadas com as próprias mãos. Com estas dificuldades e com o clima adverso, das 90 pessoas que compunham as 12 famílias, 20 haviam morrido até o mês de março de 1860; 25 estavam doentes; e só 44 gozavam de boa saúde. Uma pessoa havia abandonado a colônia.[36]

Quando os imigrantes chegaram à colônia, viram-se decepcionados, pois nenhuma das promessas feitas pelos agenciadores e pelo jornal hamburguês *Hansa* foi cumprida. O major Caetano desculpou-se dizendo que não havia tido o tempo necessário para preparar as terras. Em vez dos lotes prometidos com moradia, áreas de terras preparadas para o plantio, receberam lotes cobertos de mata virgem, onde eles próprios tiveram que fazer o desmatamento.

Von Tschudi constatou que, apesar das promessas, a colônia não possuía igreja, nem pastor, tampouco escola. A ausência desta promessa refletiu-se no modo de vida das pessoas. Von Tschudi refere-se a esta situação, constatando que "*a*

33 Johann Jakob von TSCHUDI, Reise durch Südamerika, p. 64.

34 Ibid., p. 62.

35 Samuel Agum realizou seu estágio como estudante de teologia na Paróquia da IECLB, em Cariacica.

36 Johann Jakob von TSCHUDI, Reise durch Südamerika, p. 66.

ausência de serviço religioso e escolar é uma das principais causas da profunda imoralidade de grande parte dos colonos de Rio Novo".[37]

Para exemplificar a "imoralidade", von Tschudi citou em seu relatório a história da família Lütke, proveniente da Prússia Renana, que chegou à colônia em 1857. O sr. Lütke era viúvo com muitos filhos, mas faleceu pouco depois de chegar à colônia. Os filhos, todos menores, ficaram sem tutor. O administrador da fazenda engravidou a filha mais velha, de 15 anos, e levou todas as crianças para a Fazenda Limão. Passou a responsabilidade das crianças para um português. Neste tempo, a segunda filha, entrementes também com 15 anos, engravidou do português.[38]

Da promessa feita, relativa a acompanhamento religioso, esta só se concretizou no ano de 1861, após interferência e insistência de von Tschudi, que conseguiu a designação de um religioso protestante. Conforme ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 13 de janeiro de 1873, dirigida ao presidente da província, negociava-se, finalmente, também a vinda de um professor, intermediado pelo pastor. O ofício tem a seguinte formulação:

> *Illmo e Exmo Sen.*
>
> *Pelo officio de V. Excia de 16 do mez próximo findo, fica sciente de ter-se o Pastor Evangélico da Colônia de Rio Novo encarregado de mandar vir da Europa pessoa habilitada para incumbir-se do magistério na escola de 1as lettras destinada a meninos pertencentes à comunhão do mesmo Pastor.*
>
> *Deus Guarde a V. Excia*
> *Francisco do Rego Barros Barreto*".[39]

Pressupõe-se que as aulas tenham sido dadas em língua alemã, pois a vinda do professor da Europa foi intermediada pelo "Pastor Evangélico". Os pastores evangélicos da época eram de confessionalidade luterana e oriundos da Obra Missionária da Basileia ou da Igreja da União da Prússia, de Berlim. Estranha-se que as aulas eram destinadas "a meninos pertencentes à comunhão do mesmo pastor". Não há relatos de nenhuma outra colônia onde as aulas das escolas da comunidade confessional só se destinavam ao gênero masculino. Deve-se tratar, portanto, de uma escola para os dois gêneros.

Mesmo recebendo, constantemente, recursos públicos, a Associação Colonial fracassou. Com isto, a colônia foi encampada pelo Governo Imperial em 07 de outubro de 1861. O fracasso da colônia pode ser medido pelos seguintes números: dos 929 colonos assentados pela Associação desde 1855, restavam apenas 387 no ano de 1862. Uns como foreiros, outros em sistema de parceria. Os foreiros começaram a se atolar em dívidas, que muitas vezes não garantiam o direito à propriedade.[40]

Com o encampamento da colônia pelo Governo Imperial, a colônia de Rio Novo expandiu-se territorialmente nos anos de 1870. Ao núcleo original foram acrescentados mais quatro. O segundo, às margens do Rio Benevente, em 1875, recebeu 230 trentinos do norte da Itália, que estavam sob o domínio da Áustria. O terceiro território, que ocupava áreas nos municípios de Benevente e Itapemirim, recebeu 773 imigrantes italianos em 10 de março de 1878. O terceiro território receberia também 264 cearenses.[41]

O quarto território foi povoado, a partir de 30 de julho de 1875, por imigrantes trentinos. Em 1880, juntaram-se a eles 26 alemães. O quinto território, situado em áreas pertencentes aos municípios de Benevente e Guarapari, foi fundado em novembro de 1876. Assim como a colônia de Santa Leopoldina, a colônia Rio Novo recebeu imigrantes tanto na fase imperial quanto na fase republicana.[42]

Sobre a situação da colônia, entre os anos 1857 e 1860, von Tschudi tece alguns comentários interessantes, aqui reproduzidos de forma livre e resumida do seu relato sobre a visita de 1860:

> *"Caetano Dias havia assumido a direção geral da Colônia e se tornara, através do seu jeito lisonjeador, benquisto pelos imigrantes. Mas como vivia muito no Rio de Janeiro, colocou um de seus filhos como vice-diretor. Este era um moço leviano, sem cultura e imprudente. Da mesma laia eram os seus subordinados.*

37 Johann Jakob von TSCHUDI, Polígrafo: Relatório do enviado extraordinário ao Brasil, Sr. De Tschudi, sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo. Tradução Erlon Paschoal, p. 12.

38 Ibid., p. 13.

39 APEES.

40 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 78.

41 Ibid., p. 79.

42 Ibid., p. 78 ss.

A Colônia era co-administrada por um cidadão alemão de nome Broom. Parte dos colonos o elogiavam, pois viam nele alguém disposto a ajudá-los, mesmo com poucos recursos. Pouco depois descobriu-se, que ele tinha simpatias pelos imigrantes, mas maltratava da forma mais brutal possível os escravos da fazenda. Finalmente foi acusado de negligenciar a administração da Colônia.

No campo da saúde, Caetano Dias equipou uma sala como hospital na Fazenda Pau D'álho. Mas faltavam medicamentos e outros requisitos necessários para manter a saúde dos imigrantes. Como médico trabalhava uma pessoa cruel, totalmente sem cultura e sem conhecimentos, procedente dos Açores. Ele cobrava honorários altíssimos pelas consultas que dava aos colonos. Por isso a maioria dos colonos preferia deixar os seus doentes definhando em casa".[43]

É importante destacar que, já a partir de 1833, suíços tinham sido assentados às margens e proximidades do Rio Itapemirim. Disto dá conta um ofício com data de 30 de janeiro de 1833, assinado por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro:[44]

"Para o Vice Presidente.

Tendo-se por Avizo expedido da Repartição dos Negócios Estrangeiros participado a chegada dos Suissos, constantes da Relação incluza, solicitado a protecção do Governo a fim de lhes promover, como Colonos os seus estabellecimentos de agricultura. E havendo-se em resposta communicado áquella Repartição que nada ha mais lisongeiro ao Governo de S.M.I. do que repartir com Estrangeiros laboriosos e de conducta regular as vantagens, que a natureza liberalmente offerece na grande extenção de terras incultas por falta de braços: e que sem embargo de não estar actualmente auctorisado para dispor d´ellas, deffinitivamente, o que todavia espera obter da Assembléia Geral Legislativa na próxima futura sessão; nem por isso deixará de franquear aos novos Colonos o uso d´ellas, assegurando-lhes o Direito de preferência com as condiçoens que forem decretadas pela mesma Assembléia: Em conformidade com o acima exposto á Regencia, Reccomendando á protecção do Governo da Província do Espírito Santo os Suissos mencionados na dita relação, que forem situar-se na mesma Província, e nas margens e proximidades do Rio Itapemirim, que Houve por bem destinar para os seus estabelecimentos, Manda em Nome do Imperador pela Secretaria d´Estado dos Negocios do Império, que o Vice-Presidente da referida Província, designe a cada família dos sobreditos Suissos huma porção de terras, em que haja de estabellecer-se, com a extensão de 250 braças de frente, e 750 de fundo, fazendo-as demarcar na forma do estilo, ficando porem as mesmas terras sugeitas ás condiçõens, que o corpo Legislativo houver por bem decretar: E ordena, que o dito Vice-Presidente faça constar a J. Maular Agricultor estabelecido há muitos annos n´aquelle sitio, que elle deverá ser o intérprete das requisiçaens dos sobreditos Colonos, por que assim como chamou com o exemplo os seus compatriotas á quelle lugar, hé justo que tambem sirva para provar quanto são dignos da estima dos Brazileiros os Estrangeiros laboriosos, que, vem empregar-se em trabalhos uteis, bem differentes dos que vagão nas Povoaçoens sem honesta applicação".

Observa-se que se trata do mesmo senador Vergueiro que em 1856 acolhia em suas fazendas em São Paulo imigrantes suíços e alemães em regime de semiescravidão.

Não é especificado de que cantão da Suíça provinham os imigrantes de 1833. Pressupõe-se apenas que, conforme documento acima, já vivia nesta região um determinado J. Maular, que era agricultor e que seria o intérprete das necessidades dos colonos. É interessante observar que von Tschudi cita um determinado Sr. M. em sua descrição sobre a visita que fez à colônia de Rio Novo.

Pode-se supor que o Sr. Maular tenha pertencido ao grupo de suíços que se estabeleceu, após 1818, em Nova Friburgo, e que com o surto do desenvolvimento do café tenha migrado para o sul da província do Espírito Santo, estabelecendo-se às margens do Rio Itapemirim. O Sr. Maular pode ter também pertencido à legião de estrangeiros, que foi desfeita a partir de 1830.

Chama a atenção que von Tschudi nada menciona deste grupo de suíços, quando visitou a colônia de Rio Novo em 1860. A hipótese mais plausível é que este grupo tenha deixado a província logo após a chegada, ou nem tenha sido enviado pela Corte. Apenas cita um determinado Sr. M., suíço, que "*há muitos anos*" possuía uma fazenda a várias léguas de Itapemirim, com muito gado e escravos. Sua família vivia na Suíça francesa. De uma hora para outra, deixou a próspera fazenda e retornou à Suíça. Lá, depois de alguns meses, a

43 Johann Jakob von TSCHUDI, Reise durch Südamerika, p. 67 ss.

44 in José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 339.

família foi obrigada a interná-lo num sanatório. Neste meio tempo, vizinhos e escravos apossaram-se dos bens do Sr. M. Só com a intermediação de von Tschudi, uma pessoa foi munida com plenos poderes para recuperar os bens.

Após a visita de von Tschudi e suas reclamações diante do Governo Brasileiro, o Governo Imperial enviou um novo diretor e um médico alemão.

4. A COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA

No ano de 1855, iniciou o planejamento da criação da colônia de Santa Maria da Vitória, localizada à margem direita do Rio Santa Maria. Em 27 de fevereiro de 1856, a pedido de D. Pedro II, criou-se a colônia que em 1857 passou a ser chamada de colônia de Santa Leopoldina.

Para a criação do núcleo da colônia, escolheu-se uma área de terras de 500.000 braças quadradas, pertencentes aos fazendeiros José Cláudio de Freitas e Bento de Freitas. O núcleo começou a existir em 1856, mas as terras dos dois fazendeiros só foram desapropriadas em 1875.[45]

Interessava ao Governo Provincial desbravar cada vez mais a região serrana central. O problema indígena parecia vencido, estes haviam sido forçados a deixar suas terras na região serrana através da colonização de Santa Isabel. No sul, foram expulsos pelos fazendeiros que vinham se instalando a partir do norte do Rio de Janeiro. No norte também sofriam pressões através da colonização do vale do Rio Doce. Estava aberto o campo para colonizar a região central da província do Espírito Santo. Não havia mais resistência indígena, e o sul e o norte da província já estavam em processo acelerado de colonização.

No início do século XVIII, a região serrana central era tão desconhecida que, na "Carta Geographica do Rio Doce e Seus Confluentes" de 1800, ainda não se fazia menção sobre a bacia hidrográfica do Rio Santa Maria.[46] Após a experiência da colônia de Santa Isabel, apostou-se em ocupar o vale do Rio Santa Maria e seus afluentes a partir do local onde o rio não era mais navegável. Tudo apontava para o sucesso de assentar ali imigrantes europeus. O

45 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 55.

46 Ibid., p. 51.

clima era favorável, os muitos confluentes do Rio Santa Maria prometiam água, e a terra era virgem. Além do mais, a produção da colônia poderia ser transportada para Vitória com facilidade via navegação.

O projeto da colônia previa lotes de 62.500 braças quadradas (30,25 hectares) para cada imigrante. Percebe-se que aos imigrantes de Santa Isabel inicialmente couberam parcelas de 50 hectares. Posteriormente também ali os lotes foram reduzidos, e cada colono recebia em média 25 hectares.

O núcleo da colônia de Santa Leopoldina distava 52 quilômetros de Vitória. A ligação fazia-se por navegação através de canoas. Como logo acima de Santa Leopoldina havia cachoeiras, os imigrantes chamavam o núcleo da colônia de "Cachoeiro", e também o denominavam de *Boot*, já que a partir de lá se navegava de canoa até Vitória.[47]

Quando faziam as suas compras no núcleo da colônia, diziam dirigir-se para o *Boot*, ou seja, locomoverem-se até o lugar onde havia canoas. O porto de Cachoeiro tornou-se importante centro de comércio, a ponto de este importar diretamente da Europa. Referência era o porto de Hamburgo, onde os maiores comerciantes de Santa Leopoldina tinham representações comerciais.

Em 1857, a colônia recebeu os primeiros imigrantes. Eram 160 suíços-alemães, que através de intervenção do governo suíço foram libertados do sistema de parceria em São Paulo. A sua origem era Ubatuba (SP). Davatz descreve Ubatuba como um lugar insalubre e de "mau nome". Ubatuba era uma fazenda para a qual eram enviados os colonos que não interessavam à firma Vergueiro.[48]

Este grupo fixou-se a sete quilômetros do núcleo de Santa Leopoldina, onde num primeiro momento lhes foram indicados 140 lotes. Há aí nomes como Bucher, Hoffmann, Voss, Schultheis, Luxinger, Aurig, Brasser, Boebler, Uhlig, Fink, Baebler, conforme mapa de assentamento de imigrantes. A região até hoje é denominada de Suíça.

A este grupo seguiram-se 122 alemães e luxemburgueses que, margeando o Rio dos Pardos, se fixaram no lugar hoje denominado Luxemburgo, no município de Santa Leopoldina. Para chegarem ao núcleo da colônia, tinham que fazer um percurso de cerca de 3 horas a cavalo. Em 1859, somaram-se a estes imigrantes mais 120 holandeses, que foram fixados mais ao sul, em

47 Canoa em alemão se traduz com a palavra "*Boot*".

48 Thomas DAVATZ, Memórias de um colono no Brasil (1850), p. 74.

direção aos limites com a colônia de Santa Isabel, margeando o Rio Mangarai e seus confluentes.

Por contrato, estes colonos foram obrigados, num prazo de seis meses, a derrubar meio hectare de mata e construir uma casa que pudesse ser habitada "*pelo seu comprador e sua família*".[49] Esta informação pressupõe que os primeiros imigrantes, a princípio, trabalharam abrindo lotes para mais imigrantes que viriam para a colônia. A informação também poderia conferir com relatos orais de que os primeiros imigrantes eram estabelecidos em barracões nas cercanias de Santa Leopoldina, onde a higiene era precária e onde também se instalara a promiscuidade. De onde, porém, os homens saíam durante o dia para trabalhar na colônia.[50]

A colônia de Santa Leopoldina teve projeção nacional, tanto é que em 1860 recebeu a visita de D. Pedro II, mas havia também inúmeros problemas que a acompanhavam. Nem todos os lotes tinham o tamanho padrão de 30,25 hectares. Inúmeras vezes os agrimensores não mediam as parcelas de forma correta. Algumas só foram medidas a olho, como ainda relatou o Sr. Erich Boldt no ano de 1996.

Esta informação confere com von Tschudi, que visitou a colônia em 1860. Ele escreve que o engenheiro, que deveria medir os lotes para os primeiros imigrantes, não se ateve às orientações estabelecidas pelo Governo Imperial. Alguns lotes foram literalmente medidos a olho, mas se cobrou pelo serviço, como se estivesse obedecendo aos padrões governamentais.

Descoberta a fraude, o seu sucessor deveria corrigir tal situação. Iniciou o seu trabalho medindo os lotes de tal forma que alguns colonos já assentados perderam parte das suas terras que já estavam sendo preparadas para o cultivo, entregando-as a outros colonos. Em troca, recebiam mata virgem para um novo início. Isto causou revoltas, e contratou-se um terceiro engenheiro que também cometeu injustiças favorecendo um e outro.

49 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 51.

50 Depoimento dado pelo Sr. Erich Boldt ao autor em 1996.



Acervo Victor Frond

Cabanas cobertas com folhas de palmeira nas redondezas de Santa Leopoldina (foto tirada em 1860)

Este terceiro engenheiro teve um caso amoroso com a filha de um imigrante, deixando-a grávida. Provocou-se um aborto que deixou a mulher com a saúde abalada. Cobrado pelo pai da moça, o engenheiro declarou que a menina "*não mais prestava*" e por isso a levaria para a capital. Lá poderia servir de empregada para sua esposa. O colono recebeu como recompensa um lote de tamanho considerável, que foi tirado de outro colono.[51]

No ano de 1860, três anos após a chegada das famílias suíças, nenhuma delas possuía realmente as 62.500 braças quadradas prometidas. Todo este desinteresse por parte do governo de promover uma distribuição justa das terras fez com que, na hora de registrá-las, muitos imigrantes percebessem que na realidade não eram donos de tudo que imaginavam possuir. Havia, inclusive, lotes com 3 a 5 hectares, apenas.

O trabalho pesado nas encostas íngremes, alguns conflitos com a população indígena que de forma esparsa ainda se fazia presente, as falsas medições de terras fizeram com que muitos imigrantes se negassem junto ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas no Rio de Janeiro,

51 Johann Jakob von TSCHUDI, Reise durch Südamerika, p. 22.

de seguir para a província do Espírito Santo, quando eram desembarcados no porto do Rio de Janeiro.[52]

Por volta de 1860, surgiram casas comerciais de porte para atender os imigrantes que chegavam cada vez em número maior. Foi também construído um barracão, que abrigava até 50 famílias. O núcleo recebeu uma escola, uma padaria e um templo católico, construídos por luso-brasileiros.

Todos os imigrantes tinham que forçosamente passar por Santa Leopoldina, pois vinham de Vitória em canoas e só no núcleo eram-lhes indicados os seus lotes. Alguns colonos já recebiam no porto de Hamburgo a indicação de que o lote seria na colônia de Santa Leopoldina, mas não se especificava a localização, apenas se indicava o número do lote.

No início de 1870, a população já aumentara para 3.881 habitantes. Como atividade principal sobressaía-se o plantio de café com uma produtividade considerável por família. Algumas estatísticas calculam a produção média anual de café por família em torno de 7.000 quilos. Além da produção de café, colhia-se milho, feijão, arroz, mandioca, inhame e cará. Estes dois últimos tubérculos, juntamente com o fubá de milho branco, tornar-se-iam importantes para o fabrico do "pão de milho", que era comido com banha de porco. O uso da banha de porco para passar sobre o pão já era costume na Pomerânia.

Bittencourt descreve a situação da colônia da seguinte forma:

> *"Essa relativa prosperidade, no entanto, não apresentava grandes perspectivas de continuidade; o solo bastante acidentado (e por isso mesmo deixado à colonização) apresentava baixa fertilidade e, além do mais, obstacularizava bastante a construção de estradas de rodagem. O Santa Maria, por sua vez, de baixo calado, não apresentava boas perspectivas à navegação à vapor, de que se cogitava àquela época. O transporte era realizado por canoas, refletindo nos preços dos gêneros transportados, em geral considerados altos, pelas dificuldades da navegação que os encarecia".*[53]

52 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 51.

53 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 44.

Por volta de 1860, a colônia era habitada por mais ou menos mil pessoas. Apesar das dificuldades, a população cresceu consideravelmente num período de dez anos. Nos três anos seguintes, com a vinda de pomeranos, a população dobrou. Entre 1872 e 1873, o porto de Vitória recebeu 2.142 imigrantes de origem pomerana, que foram assentados na região de Santa Maria de Jetibá.[54]

A colônia experimentava progresso, tanto é que no ano de 1877 já se contavam 11.366 habitantes. Toda a colônia era dividida em núcleos, e estes, por sua vez, em distritos. A colônia de Santa Leopoldina dividia-se no núcleo de Santa Cruz (Ibiraçu), Timbui (Santa Teresa) e Cachoeiro. Cachoeiro tinha os seguintes distritos: Bragança, Suíça, Santa Maria, Holanda, Caramuru (Jequitibá), Rio da Farinha, Galo e Melgaço. Na área cultivada nestes núcleos, calculava-se a existência de em torno de cem mil pés de café.[55]

Para o beneficiamento do café, foram instalados monjolos e máquinas movidas por força hidráulica, como rodas d'água. Alguns imigrantes trouxeram da Europa essa tecnologia de aproveitar-se a força hidráulica.

No ano de 1878, começou a funcionar uma agência de Correio e, em 1879, o serviço telegráfico. Na mesma época, o núcleo da colônia possuía sete casas comerciais, uma farmácia, médico, artesãos, duas escolas e, além do porto, um bem dotado rancho para as tropas que vinham do interior carregadas, sobretudo, com café. Na volta, estas tropas levavam mercadorias necessárias para abastecer as vendas e casas comerciais do interior.[56]

Em 1919, ficara pronta a estrada de rodagem entre Santa Teresa e Santa Leopoldina, construída com enxadas. Até então todo o transporte entre os dois núcleos era feito com tropas. Em Santa Teresa, o café era limpo e levado para o porto de Santa Leopoldina. No ano de 1926, havia o registro de 47 comerciantes de café, 39 tropas com 556 mulas e três caminhões. Em 1929, foi construída a primeira estrada de rodagem entre Santa Leopoldina e Vitória.[57]

Lotes designados entre os anos de 1872 e 1882 para Carlos Seitler e Cristian Rünk são denominados como "Alto Pomerânia" e "Nova Pomerânia", na

54 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 53.

55 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 45.

56 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 58.

57 Ibid., p. 53 ss.

região hoje conhecida como São Sebastião de Baixo (município de Santa Maria de Jetibá).

É interessante observar que as regiões onde se fixaram suíços, holandeses, tiroleses e luxemburgueses preservam os nomes até hoje. Para as regiões onde foram os pomeranos, optou-se por nomes que tinham a ver com santos católicos: São Sebastião, Santa Maria, São Luis. Justamente nas regiões onde havia um maior número de luteranos.

As dificuldades do início, quando alguns lotes não chegavam aos hectares previstos nas designações de terra, foram aos poucos sendo sanadas. Usou-se então o critério de medir unidades quadradas, que comportavam entre 30 e 70 hectares. Só que este sistema também trazia as suas dificuldades, pois com este tipo de medição não se observavam as condições naturais da região e nem o relevo do solo.

Olhando do alto, tinha-se, com este sistema de medição, a visão de um tabuleiro de xadrez, que dificultava a comunicação, pois os caminhos seguiam as picadas, sem observar a topografia. Num mapa de 1872, com nomes dos imigrantes, dos 756 lotes da colônia, 696 eram quadrados. Só na região de "Alto Pomerânia" haviam sido medidos 41 lotes de terras em forma de tiras. Também na região de Califórnia e nos últimos lotes medidos em Rio Bonito obedeceu-se a este critério. Num mapa de 1879, estes lotes, em forma de tiras, estão isolados em meio a lotes quadrados. Com o sistema de medição em formato de xadrez, não se previa a criação de eventuais vilas ou cidades, pois um lote era encostado no outro.[58]

58 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 53.


Acervo APEES

Mapa dos lotes da colônia no sistema xadrez

O sistema de medição de lotes empregado nos primeiros anos de imigração, impediu que entre as colonizações alemãs surgissem vilas, o que permitiu um forte isolamento. Só em volta das vendas (casas comerciais) foram surgindo, aos poucos, pequenos núcleos populacionais, pois era de interesse dos comerciantes formar centros de comércio. Para tal, era necessário ter artesãos, empregados e meeiros. Assim, por exemplo, foram surgindo aos poucos as vilas de Santa Maria de Jetibá, Caramuru e outras. Comerciantes (vendistas) mais fortes foram atraindo a população para se estabelecer ao seu redor, colocando terras à disposição, em forma de lotes ou colônias.

Com o forte fluxo de imigrantes pomeranos, a partir do ano de 1872, no ano de 1875 não era mais possível obter lotes nas proximidades de Santa Leopoldina. Só se encontravam, lotes disponíveis a uma distância de 40 quilômetros do núcleo. Como eram esperados mais imigrantes, a administração da colônia decidiu estender os seus limites para o norte, onde já se haviam fixado em 1873 imigrantes poloneses e, em 1874, alguns imigrantes italianos. Com a necessidade de expansão e com a vinda de um forte fluxo de imigrantes italianos a partir de 1874, surgiu o núcleo de Timbuí, onde já não mais se usou

o sistema de medição em xadrez. Pois se tinha a preocupação que os lotes tivessem uma saída para rios ou córregos.[59]

Com a criação do novo núcleo dentro da colônia de Santa Leopoldina, foi necessário procurar um lugar para estabelecer uma vila. Surgiu assim, em 1880, Santa Teresa, que se tornaria referência para a imigração italiana. Em Santa Teresa, concentravam-se casas comerciais e outros estabelecimentos importantes para a agricultura. Esta nova fronteira da colônia de Santa Leopoldina não se expandiu para o oeste, mas para a região do Rio Doce.[60]

Sobre a imigração italiana deve ser observado o seguinte fato: em setembro de 1870, foi proclamado o Reino da Itália, que coroava uma luta de emancipação de muitos anos. Antes da união das diversas províncias que desejavam a independência, muitas delas estavam sob domínio da Áustria, de fala alemã. Através de sucessivas revoltas, a Áustria começou a perder o domínio sobre estas províncias. No ano de 1859, perdia a Lombardia. Em 1866, Vêneto. Com isto, imigraram também italianos da província do Tirol, mas que falavam italiano e alemão. De qualquer forma, os "austríacos" trentinos iniciaram a grande fase de imigração para a província do Espírito Santo. Eles foram seguidos pelos vizinhos vênetos e lombardos.[61]

O direcionamento inicial da imigração para o norte não impediu que após 1880 muitos imigrantes alemães se dirigissem ao oeste, para a "terra fria", região acima de 700 metros de altitude. O que motivou este processo de migração já de filhos dos primeiros imigrantes foi, sobretudo, a baixa qualidade do solo. Avançou-se em direção a terras devolutas, ocupando-se parcelas em torno de 60 a 70 hectares, sempre com o cuidado de ter-se acesso a rios ou córregos.

Por volta de 1880, a área central da colônia estava totalmente tomada e com isto encerrava-se o projeto oficial da colônia de Santa Leopoldina. Há estimativas de que a população nesta época girava em torno de 7.000 habitantes. Em 1884, foi instituído o município de Santa Leopoldina e com isto surgiu a administração da colônia de Santa Leopoldina.[62]

59 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 54 ss.

60 Ibid., p. 54.

61 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 49 ss.

62 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 54.

Dentro da área denominada de "terra fria", iniciou mais um processo de migração interna, que avançou em direção à "terra quente". Pode-se perceber a seguinte sequência:

1860: migração em volta de Santa Leopoldina, Luxemburgo, Pedra Negra e Jequitibá;

1875: migração em volta de Belém (São Sebastião de Baixo) e Santa Maria de Jetibá;

1880: migração em direção a Garrafão e Alto Jatibocas;

1910: migração em direção de Serra Pelada, Laranja da Terra, Santa Joana, Baixo Guandu, Joatuba, Palmeira de Santa Joana e São João de Petrópolis.

Na região compreendida entre Afonso Cláudio, Joatuba e Baixo Guandu, a imigração alemã fez com que em várias localidades tivesse a predominância numérica. A princípio, foram propriedades onde as distâncias entre um colono e outro por vezes perfaziam distâncias consideráveis. Depois foram surgindo vilas como Serra Pelada e Laranja da Terra.

Com a migração para a "terra quente", os moradores remanescentes na área da colônia de Santa Leopoldina conseguiram expandir suas propriedades. Isto fez com que o mapa original do loteamento de formato xadrez aos poucos deixasse de existir.

Em 1860, a colônia de Santa Leopoldina também recebeu a visita do barão von Tschudi. Três anos após o início do projeto de colonização, von Tschudi, com a sua perspicácia, faz observações desanimadoras.[63] Há de se observar que von Tschudi só conseguiu avançar até a localidade onde estavam estabelecidos os suíços, os luxemburgueses e alguns pomeranos na região do Rio das Farinhas. Pelas suas descrições, o local mais extremo alcançado foi a região de Califórnia.

> *"Constata-se que em 1860 nenhuma família conseguia sobreviver com os produtos da roça. Mesmo os colonos que chegaram há quatro anos e que durante este tempo trabalharam pacientemente a sua terra, não tinham como sobreviver com suas colheitas. Se não tivessem tido a oportunidade*

63 Johann Jakob von TSCHUDI, Reise durch Südamerika, p. 63 ss, alguns trechos em tradução livre.

de trabalhar na construção de estradas, na abertura de picadas para os agrimensores, ou recebido as diárias do Governo, estariam em situação precária.

As florestas que circundam Santa Leopoldina não têm o viço que se vê nas outras colônias. Todas aquelas plantas que logo denunciam ao agricultor solo fértil, aqui são escassas. O milho não cresce muito, as raízes da mandioca costumam adquirir manchas pretas e são menores do que nas outras Colônias.

Também para o cultivo do café, o solo não é apropriado. No primeiro ano, o pé de café se desenvolve satisfatoriamente, mas já a partir do segundo e terceiro ano ele falha. Colonos que tinham plantado de 1.000 a 1.200 pés, depois de dois anos apenas ainda conservavam algumas centenas. Um grande problema são as formigas predadoras (saúva) e os ratos selvagens, que estragam a colheita.

A direção da Colônia desde o início realizou uma administração lastimável. O Diretor morava em Cachoeiro, onde existia uma casa de acolhimento, uma casa comercial e algumas moradias e se compunha de uma mistura de pessoas. Desenvolveu-se assim um modo de vida cheio de vícios, imoralidades e de trapaças. Com isto também sofreu toda a Colônia.

Os subsídios governamentais eram em parte desviados pelos diretores, ou pagos conforme benevolência. O mesmo acontecia com as verbas vindas para beneficiar a Colônia. Determinado diretor assumiu as suas funções, tendo uma dívida de 7 Contos de Réis e mesmo com o baixo salário saiu das dívidas.

Em meio a esta situação aumentavam a fome, a miséria e as doenças entre os colonos. Onde a fome penetra pela porta, o sentimento de vergonha desaparece pela janela. Mulheres e filhas de colonos se entregavam em Santa Leopoldina por algumas Patacas, para poderem comprar alimentos. Espalhou-se assim a sífilis.

Colonos trabalhadores e cuidadosos tinham dificuldades para sobreviver, pois muitas vezes não lhes era repassado mensalmente o montante estabelecido pelo governo, como ajuda de custos nos primeiros seis meses. Aqueles que ainda conseguiam trazer algum capital da Europa, conseguiam prosperar.

Para colocar um fim a esta situação, o Presidente da Província tirou das mãos dos Diretores da Colônia a responsabilidade de fazer os pagamentos. Mandava mensalmente um tesoureiro de Vitória, que então repassava os subsídios ou os salários ganhos em trabalhos públicos. Mas também aí se achava jeitos de corrupção: os Diretores cobravam, em conluio com colonos, mais dias de trabalho do que aqueles que realmente eram trabalhados.

Depois de constantes queixas vindas até a Corte, em 1860, um oficial prussiano a serviço do Governo Brasileiro assumiu a direção da Colônia. Tratava-se do Barão Pfuhl, que tentou, apesar de todas as adversidades e corrupção, dirigir a Colônia de forma séria. Apenas seis meses depois de ter assumido, ele faleceu no dia 29.06.1860, depois de um pequeno mal estar.

Surgiu então a suspeita de envenenamento. O autor seria um alemão de nome Braun. Braun trabalhava como médico entre os colonos, pois dizia ter sido cirurgião durante a Guerra da Criméia.[64]. Entre ele e Barão Pfuhl havia conflitos e Braun não escondia de ninguém a antipatia que sentia por Pfuhl. O corpo foi levado para autópsia a Vitória e se constatou que Pfuhl havia morrido de febre amarela.

Pfuhl foi substituído pelo engenheiro francês R. Pralon. Este por sua vez por um colono de Mucury. Os dois não tiveram força suficiente para dirigir a Colônia. Finalmente o posto passou para as mãos de um botânico alemão, de nome Rudio, que conseguiu realizar um trabalho razoável, dentro das possibilidades que tinha.

O Governo Provincial havia mandado um médico para a Colônia. Mesmo assim e, apesar do clima salutar, o estado de saúde geral dos colonos não era bom. Isto se devia principalmente à alimentação. Alimentavam-se com farinha de mandioca escaldada em água fervente, formando um tipo de mingau. Também assavam um tipo de pão com esta massa. A falta de proteínas provoca uma doença muito conhecida no Brasil, a opilação.

Os subsídios enviados pelo Governo Central eram suficientes para 1 a 3 pessoas, mas não para famílias grandes, como na maioria das vezes era o caso da Colônia de Santa Leopoldina. Para uma alimentação balanceada,

64 Nota do autor: A Guerra da Crimeia durou de 1853 a 1856, entre a Rússia e a Turquia e seus aliados.

uma família com até 6 pessoas necessitaria mensalmente 60$000 réis e família até 8 pessoas de 70 a 80 Mil-réis. No primeiro caso só recebiam um auxílio de 45 Mil-réis e no segundo caso, 52 Mil-réis.

No campo religioso, a Colônia de Santa Leopoldina estava totalmente abandonada. O Governo Central decidira que o clero de Santa Isabel deveria dar assistência em Santa Leopoldina. Mas devido aos péssimos caminhos, essa assistência só acontecia esporadicamente. Só no ano de 1864 chegou um pastor protestante.

No ano de 1860, viviam 232 famílias na Colônia, num total de 1.003 pessoas. Destas, 679 eram protestantes e 324 católicas.

Em relação a escolas, verificava-se muita deficiência, mas pelo menos as havia e se tentava realizar algo.

Quando se conversava com os colonos, as queixas sempre eram as mesmas e a insatisfação beirava ao desânimo. Diziam que podiam trabalhar o quanto conseguiam, mas o solo não ajudava e nada progredia. Lembravam da Alemanha, onde conseguiam pelo menos ganhar alguns "Groschen" que permitiam viver melhor do que aqui com as poucas Patacas que recebiam. A estas queixas somavam-se as doenças, que atingiam praticamente todas as famílias.

Toda a situação pela qual passava a Colônia de Santa Leopoldina era conhecida na capital. Tanto é que ela era chamada de "Colônia dos Mistérios". Havia casos em que imigrantes chegados a Vitória, quando colocados a par do destino, se negavam determinantemente de seguir adiante. Diziam que preferiam afogar-se na baía de Vitória com toda a família. Diante desta situação, o Governo Imperial se viu na contingência de enviar estes colonos para Colônias no sul do Brasil.

Chama atenção a falta de cavalos e gado. Apenas na propriedade de um colono encontrou-se um potro de dois anos e em nenhuma, uma vaca. Também se vê poucos porcos. Como a maioria dos colonos malmente tem para a alimentação própria, não se pode criar porcos.

Muitos dos colonos tinham na Europa como sobreviver. Pelo menos não precisavam passar fome e as consequências desta. Deixaram sua pátria, para possibilitar melhor futuro para os filhos. Alguns trouxeram algum dinheiro para o Brasil. Em Santa Leopoldina, todas as suas esperanças foram desfeitas de forma amarga. Ali encontraram miséria, como não a conheciam em sua pátria, tendo que gastar o último dinheirinho para sobreviverem".

Neste ponto da sua narrativa, von Tschudi insere uma nota de rodapé. Trata-se de uma inclusão ao seu relato de 1860, pois após a sua viagem havia recebido notícias mais positivas em relação à colônia de Santa Leopoldina:

"Não quero aqui omitir que os últimos informes que recebi a respeito da Colônia de Santa Leopoldina soam mais favoráveis do que o meu relato acima. Muitos melhoramentos ela deve ao empenho do pastor protestante Reuther, que ali reside desde junho de 1864. Ele, por exemplo, criou nas diversas partes da Colônia sete cemitérios. As terras para tal foram doadas por colonos que doaram 3.100 dias de serviço de forma gratuita. Ele organizou a compra de uma colônia com 62.500 braças quadradas no centro dos protestantes, ali onde os caminhos de Santa Maria juntam os hesses e os prussianos. A metade do terreno deverá servir para criar uma vila, onde se venderá parcelas de terras para pagar o terreno. Na outra parte, deverá ser construída uma igreja, uma escola e uma casa pastoral. No ano de 1864, já 170 pais de família trabalharam cerca de 2.700 dias gratuitamente na propriedade da igreja. Para se conseguir os meios financeiros para as construções, já se deu os passos necessários. O Governo, porém, naquela época estava pouco propenso a cumprir os compromissos assumidos e liberar o dinheiro necessário para a construção de igrejas e escolas. Também a situação na agricultura teria se desenvolvido para melhor".

Uma das grandes dificuldades na pesquisa sobre a imigração alemã é a escassez de cartas, relatos e documentos dos inícios da imigração. Os escassos que há, são verdadeiras preciosidades. Por este motivo, transcreve-se aqui duas narrativas encontradas em dois jornais dos anos 1930.

Uma destas narrativas é de Joachim Holz:[65]

"Era o ano de 1858 quando meus pais emigraram para o Brasil. Eu nasci em 1853 e ainda nem completara cinco anos. Por isso mal posso lembrar das coisas da Alemanha. Mas, daquilo que lembro eu quero relatar: Certa noite eu estava sentado na cama. O quarto estava escuro. Minha mãe

65 Transcrito do periódico "Der Heimatbote", Nº 4 – ano 2 – Abril de 1936. Tradução de Geraldo Graf.

preparava a janta na cozinha. E eu chamava continuamente: 'Mamãe, acenda a lâmpada, eu não consigo enxergar' Nosso vizinho, o Sr. Schmidt, estava lá em casa e me disse:'Porque você não coloca os óculos?' Eu fiquei com uma raiva...! Meu irmão era treze anos mais velho que eu e buscava lenha na mata. Quando eu o avistava, vindo ao longe, corria ao seu encontro. Ele me puxava no trenó. Era durante o inverno. A gente se divertia muito.

Um dia alguém disse: 'Muita gente está indo para o Brasil'. Meus pais também logo ficaram com vontade. Venderam tudo o que possuíam e partimos. Descemos o rio Elba até Hamburgo. No barco havia uma pessoa que tocava na gaita: 'Agora chegou a hora de partirmos para a América'. Em Hamburgo tivemos que esperar durante quatro dias até que o navio estivesse carregado. Enquanto isso, passeamos e vimos muita coisa. Lembro de um lugar onde estavam matando um porco. O porco nem tinha morrido ainda e já o jogaram dentro de um panelão de água fervente. O porco deu um pulo...!

Por fim subimos a bordo do navio. A viagem durou seis semanas. Partimos de Hamburgo direto para Vitória. Dali fomos de canoa até Porto de Cachoeiro. Lá só havia alguns barracos de palha. Nem venda tinha. Agora até que já é uma cidadezinha. De lá viajamos por mais duas horas a pé, subindo o Rio Santa Maria. Encontramos uma barraca de palha na qual ficamos morando durante algum tempo. Lá pegamos tantos bichos-de-pé que mal podíamos caminhar. Depois partimos dali para Bragança. De lá não era mais muito longe até nosso terreno. Não lembro mais quanto tempo permanecemos ali.

Quando demarcaram o nosso terreno, meu pai e meu irmão iam derrubar a mata. Construíram uma casa e a cobriram com palha. As paredes foram fechadas com tronco de palmito. Tudo estava pronto. Porém, eis que surge a dificuldade! Onde conseguir alimentos? Só se conseguia farinha de trigo e farinha de mandioca. Não havia outra carne além da carne seca. Nada, além disso. O pessoal precisou pegar uma canoa emprestada e ir para Vitória. Na roça raramente a gente conseguia alguma coisa. Os poucos brasileiros que moravam no lugar nem sempre tinham farinha.

Certa vez acabou toda a comida. Meu irmão e minha irmã foram buscar farinha. Só que voltaram de saco vazio. E agora? Nosso vizinho tinha conseguido dois quartos de farinha num outro lugar. Minha mãe falou:

'Vocês vão lá no vizinho e perguntem se ele cede um quarto de farinha para nós'. "Sim", falou o vizinho e nos cedeu um quarto de farinha. Eu disse para minha irmã: "Abre o saco de farinha e deixa eu pegar uma mão cheia. Estou com muita fome'. 'Não' disse ela. 'Não dá, pois precisamos devolver esta farinha'. 'O que adianta, então, pedir emprestado?', respondi eu. Mas quando chegamos em casa, mamãe logo abriu o saco de farinha. Como era doce...!

Então chegou o tempo da plantação. Onde arranjar as mudas? Os brasileiros não tinham muita coisa. Mesmo assim conseguimos alguma coisa para plantar. Com o tempo o milho também amadureceu. Mas como transformá-lo em fubá? Meu pai fez um buraco num toco e o milho era socado com um pilão. Daquele fubá minha mãe fazia pão. Ninguém trabalhava ainda com moinho.

Quando chegou a colheita do aipim, nós o ralamos com um ralador de mão. Esprememos a água e coamos com água fervente. Misturamos trigo e fazíamos pão. Quantas vezes o pão parecia um grude. Só que tínhamos um ótimo tempero: a fome. Ainda não tínhamos querosene nem fósforos. Se acontecesse apagar o fogo, tínhamos que buscar no vizinho. À noite, durante a janta, fazíamos fogo alto para iluminar a cozinha. Para iluminar durante a noite era preciso primeiro acender o fogo. Às vezes demorava bastante até termos luz suficiente. Hoje em dia cada um tem os seus fósforos e sua lamparina ao lado da cama. Em poucos segundos acende a luz. Naquele tempo só existiam lâmpadas a óleo de peixe.

Com o tempo conseguimos economizar tanto que deu para comprar uma vaca. Naquele tempo uma vaca não era muito cara. Com 30$000 ou 40$000 dava para comprar uma vaca. Só que o salário também era baixo. Ganhar 500 réis por dia era ótimo salário. Quem trabalhava o dia na roça, ganhava 320 réis. Com o passar do tempo, a vaca também deu leite. Minha mãe guardava a nata e fazia manteiga num bambu. Dava mais ou menos um quarto de quilo. Como ficávamos contentes. Minha mãe dizia: 'Agora vocês podem comer pão com manteiga. Esta manteiga ninguém mais vai poder tirar da gente'.

Mais tarde colhemos algumas arrobas de café. Tínhamos que pilá-lo com a mão. Depois era preciso colocá-lo num balaio e carregá-lo nas costas até o

Porto[66]. O café estava muito barato na época. Uma arroba de café custava 3 a 4$000. Quando conseguíamos 5$000, então dizíamos: 'O café está com preço bom!' Uma vez ele caiu para 1$500, mas não por muito tempo. Logo subiu outra vez. Toda vez que levávamos café, nossas costas ficavam roxas. Quantas vezes voltamos com as costas cheias de bolhas. Nunca descíamos ao Porto com menos de duas arrobas ou subíamos com menos de duas arrobas nas costas. Mais tarde meu pai construiu um monjolo. Então socávamos nele nosso fubá e café.

As pessoas também tinham necessidade da Palavra de Deus. Por isso marcaram uma reunião. Então decidiram celebrar a cada catorze dias um Culto de Leitura. Como cantavam bonito! Ainda hoje me lembro de uma melodia: 'Acordai, a sentinela a vinda do Senhor revela...' Na época, eu ainda não entendia o que dizia o texto. Eu tinha oito ou nove anos de idade.

Depois começou a construção da estrada. Pagavam por dia 1 mil e 280 réis. A comida era por conta de cada um. Não sobrava muito dinheiro. Um italiano de outra localidade queria comprar jacarandá. Diversos colonos se uniram e derrubaram as árvores. Depois prepararam os troncos num comprimento de dez pés. Como transportá-los para o Porto? Eram três horas de viagem a pé. Foi preciso construir uma carroça. Meu pai a construiu. As rodas ele construiu de uma raiz larga, de uma madeira que tem aqui na mata. Tais raízes atingem uma largura de um a dois metros. A carroça toda era de madeira e era pesada para rodar.

Nós então nos atrelávamos à frente da carroça, uma correia de fibra de árvore sobre o peito e puxávamos a carroça. Onde tinha várzea, era fácil. Morro acima acabava com nossas forças. Quatro a seis homens precisavam puxar. Morro abaixo era preciso primeiro desmontar o eixo traseiro da carroça e deixar arrastando. Onde o caminho ficava plano outra vez, montávamos de novo a carroça, até chegarmos ao Porto.

Na volta era preciso puxar a carroça serra acima. Quanto suor nós derramamos. Era um serviço pesado. No Porto os troncos eram colocados numa canoa emprestada e levados para Vitória. Não sei mais quanto dinheiro ganhamos com esse serviço. Se hoje em dia as pessoas tivessem que trabalhar pesado assim e comer como comíamos antigamente, muitos iriam torcer o nariz. Muitos agricultores descascavam, coziam e socavam bananas verdes, misturavam com fubá e faziam pão. Nós comíamos a farinha que era misturada com água na qual fora cozida carne seca.

66 Refere-se a Santa Leopoldina.

Se não me falta a memória, no ano de 1868 veio um pastor. Seu nome era Herrmann Reuter. Inicialmente ele celebrou os cultos na casa de um agricultor. Depois precisaram comprar uma propriedade onde já morava alguém. Reformaram a casa. A metade da casa era quarto e a outra metade servia para cultos e escola. Para aprender a ler, freqüentamos as aulas durante dois anos, duas vezes por semana. Mais tarde foi construída uma escola. Também foi construída uma casa pastoral. No prédio da escola funcionavam Igreja e Escola durante vários anos. O pastor recebia 800$000 por ano do governo. Ele ainda não tinha esposa. Esta ele mandou vir mais tarde. O pastor era nosso professor e também nosso médico. Na escola era muito severo. Ninguém podia se mexer. Mas todos nós aprendemos alguma coisa e gostávamos muito dele.

Apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, jamais nos desesperamos. Pois é melhor a gente começar pequeno do que logo querer ser grande. Quando a gente logo quer começar grande, não sabe onde a coisa vai parar".[67]

Um outro artigo é de Marta Zummach:[68]

"Era desejo de meu pai, tornar-se um colono livre. Mesmo tendo uma vida boa, como capataz no latifúndio do senhor von Dassel, não se sentia como uma pessoa livre. Era pelo ano de 1872, quando emigramos da Alemanha. Um agente de nome Knorr de Hamburgo, tinha escrito para meu pai, pedindo que ele trouxesse muitos alemães, pois no Brasil se encontrava a melhor terra para os pobres.[69]

Assim chegou o dia em que juntamos os nossos principais apetrechos e viajamos para Hamburgo. Por mais uma vez ouvimos na Alemanha os sinos da páscoa. Aí, no último dia da páscoa, era o mês de abril, o nosso

67 Joachim Holz faleceu em 30 de dezembro de 1936 em Santa Maria de Jetibá e era conhecido pelos trabalhos artísticos em madeira, como baús.

68 Publicado sob o título *O que a minha vovó me contava* na revista mensal dirigida a jovens luteranos *Der junge Kämpfer* (*O jovem combatente*), ano 2, Nº 8, 1936.

69 Knorr é citado por Höhne de forma negativa, como alguém que só visava lucro pessoal. A carta de Höhne encontra-se na íntegra no anexo.

navio à vela deixou o porto de Hamburgo. Nosso navio possuía três mastros e se chamava 'Gutenberg'. O navio era grande e havia tanta gente a bordo, todos alemães, que nem foi possível nos conhecermos a todos. O capitão do navio era um homem piedoso, pois não permitia que se fizesse música ruim a bordo do seu navio.

Havia alguns dias em que tivemos medo. Era nos dias em que o nosso navio tinha que lutar com grandes tempestades. Aí o navio balançava e era jogado conforme as ondas o queriam, para lá e para cá. Que trabalho pesado tinham que enfrentar então os marinheiros. O mau tempo também teve culpa, se para a nossa viagem levamos 6 semanas, sem parar em algum lugar.

Mas havia também ainda outros dias tristes durante a nossa viagem. Onze vezes nos reunimos no navio para momentos de luto. Onze vezes a morte buscara crianças abaixo de dois anos do navio. Entre elas também a minha pequena irmã. Nunca vou esquecer o momento, em que o pequeno caixão de forma silenciosa foi entregue devagarzinho ao grande mar. Mas também tínhamos momentos bonitos durante a viagem e também vivenciamos muitas coisas. Era alegre ver, quando os peixes saltavam de onda em onda.

Finalmente chegou o dia, em que o nosso navio entrou no porto de Vitória. Os marinheiros jogaram âncora e o nosso navio estava bem quieto. Ao longe já vimos pequenos botes se aproximando. Um dizia ao outro: 'Lá dentro estão sentados brasileiros'. E assim também era. Todos homens negros. Nós não entendíamos nada daquilo que falavam e tivemos grande medo deles. Mas isto não era necessário. Logo percebemos como eles nos consideravam e que nada nos fariam de mal. Eles apenas tinham a incumbência de nos levar até a terra, onde fomos acolhidos por uma hospedaria e bem tratados. Não tivemos que pagar por nada.

Quando as mulheres brasileiras viam uma criança pequena alemã, logo as queriam ter. Por isso as mulheres alemãs iam em grupo. Mas uma vez tiraram a criança de uma mulher. Aí ela começou a gritar bem alto e correr atrás. Finalmente conseguiu reaver sua criança. Desde aquele tempo os homens não mais permitiam que alguém chegasse muito perto.

Vitória naquela época ainda era bem pequena. Havia poucas casas e uma igreja católica. Só precisamos ficar três dias em Vitória. Aí chegaram

canoas e nos levaram rio acima para o interior do país. Num primeiro momento até o Porto de Cachoeiro".

5. A COLÔNIA DE FRANSILVÂNIA

Entre os Rios Pancas e São João, o Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França possuía grandes propriedades de terra. Em 1856, firmou contrato com o Governo Imperial para assentar nesta área dois mil colonos europeus. A colônia recebeu o nome de Fransilvânia (ou também Franciliana) em homenagem ao fundador.[70] A colônia, porém, não prosperou, fazendo com que o Governo Imperial encaminhasse os imigrantes para a região do Rio Guandu.

Observa-se neste contexto que o Dr. França Leite foi o criador do "Aldeamento", onde índios deslocados da sua terra pelo avanço do homem branco para o interior capixaba conseguiram espaço e amparo para viverem. Dr. França Leite fez parte do grupo que fundou a "Sociedade contra o tráfico e promotora da colonização dos indígenas".[71]

Qual seria a explicação para França Leite criar uma colonização, sendo que o próprio império estava estabelecendo núcleos coloniais? A mesma pergunta se faz em relação à criação da colônia de Rio Novo, que também era um empreendimento particular do major Caetano Dias da Silva. Pode-se pressupor dois motivos:

1. Estes fazendeiros previam que a abolição da escravidão era um fato que mais cedo ou mais tarde aconteceria. Por isso era importante trazer outro tipo de mão de obra que pudesse sustentar os seus interesses;
2. Estes fazendeiros perceberam as dificuldades financeiras que se avizinhavam num país que se construía na economia agrária, exportadora e escravista. Apostaram então em "distribuir" as suas terras e também terras devolutas para imigrantes, mas com a ideia de submetê-los a um tipo de dependência financeira, fazendo com que trabalhassem compulsoriamente para eles. Indicativo para isso podem ser as cláusulas que constam nos contratos do Sr. França Leite e as promessas inexequíveis no agenciamento dos colonos para Rio Novo.

---

70 Maria Stella de NOVAES, História do Espírito Santo, p. 233.

71 Ibid., p. 233.

Para encaminhar o seu projeto de colonização, o Dr. França Leite manteve agentes aliciadores na Europa para trazer colonos para o seu empreendimento. Há documentos do ano de 1860 nos quais uma certa "Agência dos senhores Steinmann & C em Antuérpia" fechava contratos com colonos. O contrato leva o seguinte título:

"Contrato de Arrendamento"

Bureau dos senhores STEINMANN & C em Antuérpia

Colonização das Terras pertencentes ao Sr. Dr. França e Leite na Província do Espírito Santo (Sul-América)

Entre o que assina Steinmann & C°, fretador de navios e expedidor na Antuérpia agem em nome e incumbência e para prestação de contas do Sr. Nicolau Roíz dos Santos França e Leite de um lado e as pessoas aqui nominadas de outro, foi fechado o seguinte Contrato:

Nome e prenome	Idade	Residência	Número	Observações
Liphaus Gerhard	57	Seidlohn	1	
Hesselnick Elisabeth	46	Seidlohn	1	
Liphaus Wilhelm	29	Seidlohn	1	
" Francisca	22	Seidlohn	1	
" Elisabeth	18	Seidlohn	1	
" Bernard	19	Seidlohn	1	
Daams Catharina	24	Seidlohn	1	
			Total 7	

1° *O D França e Leite em sua qualidade de proprietario afora no Sù* (espaço em branco para nome do colono) 10000 *braças quadradas de terras no lugar de* (espaço em branco para localização da terra) *pelo foro annual douz rui par braça quadrada ayo foro sera pago annualmente em dinheiro do paiz ou em generes se isto convier uo proprietario*

2° *Obriga se a entregar ao dito Sûr* (espaço em branco para nome do colono) *huma enxada hum maxado e huma foice instrumentos proprios para u cultura do paiz no caso do mesmo Súr necessitar destes avancos e bem ussim hum casal de porcos pura a criação, duas galinhas e hum galo Adianta igual mente uo dito foreiro feigúo arvoz millo, quanto for necessario para u sua sustentucao e de sua familia pendente seis meses ou menostem* (o "t" está virado de cabeça para baixo) *quanto o foreiro por sua colheta nûo tornar despensavel estes udianta mentos, e tudo isto bem como us galinhas, porcos e instrumentos serao regulados pelos preços da terra*

3° *O foreiro se obriga por sua parte a pagar o respectivo foro po si seos herdeiros e successores e passando duos annos que nuo tenha pago o foro perdera por isso o torreno e bemfeitorias, sejûo de que naturesa forem, para o proprietário*

4° *Leurendo o foreiro vender sua propriedade ou parte della nûo o podera vender sem permiçâo do senhorio a quem o foreiros pagura o respectivo laudemio; isto è 2 ½ p calculado sobre o preço du venda tendo sempre o proprietàrio o direito de prefferencia tanto por tanto Qualquer venda sem esta condicâo é milla e indus u perda para o prpriетario Claudemio e direito de prefferencia tem lugar na venda voluntaria ou forçada*

Fica entendido que no primeiro anno nâo pagara o colono primitivo foro algum das terras

6° *Os avanços e adiantumentos feitos ao colono serâo pagos por este por amortisaçao pendente quatro unnos; todos os foros passado o primeiro anno serâo contados do primeiro de Janeiro de cada anno pagos sempre em Janeiro depois de decorrido o anno*

6° *o foro é perpetuo e inalteravil; no caso de falecimento do foreiro passúô us terras, e bemfeitorias que tiver nellao com as mesmoe condicoes nos seos herdeiros sem que estes pela successâo sejâo obrigados a outros onus nnm do que era obrigado o seo herdado, seja a successâo ligitima tesmenturia ou colatera*

7° *O colono podera dom u suapropriedade; mas neste caso é obri gad a pagar o laudemio pelo valor que for estimado por dous arbitros nemoados hum pelo colono e outro pelo senhorio ou por convençâo entre o senhorio e o colono*

8° *Em qualquer desaccordo entre o colono e o senhorio sobre os direitos deste e as obrigaçoés da qaelle havera Juito arbitral sendo os urbitros nomeados hum pelo colono e outro pelo senhorio no caso de desacordo entre os arbitros o Juiz de Paz do lugar serà o terceiro Arbitro He licito as partes recorrerem da decizào para o Governo e Conselho d ostado*

9° *As terras saó entregues nos colonos no estado de serm pluntadas e o senhorio se obriga a construir huma choupana em que o colono se recolha eom sua familia*

10° *Se o colono tiver forças para cultivar maior porçâo de terras tirá direitoatew* 50000 *braças quadradas comas mesmas condicoes das outras*

11° *O colono nâo pode debaixo de qualquer titulo, ou denominaçao que seja possuir escravos de qualquer sexo ou idade Se o contrario fiser o escravo ficara eternamente livre sem que o colono possa reelamar indemnisaçâo alguma*

E por estarem assim justos e contractados a fiserào dous do mesmo theor ficando cada hum com o seo

Antwerpen den 23 *Januar* 1860

(Seguem as assinaturas de Steinmann e, sob o título *Der Colonist* — o colono —, as assinaturas de Wilhelm Liphaus, Francesko Liphaus e outras duas, que são ilegíveis).

Ao lado do texto em português há também o texto em alemão, porém bem mais extenso. Observa-se que o texto em português é escrito de forma desleixada e em alguns momentos de forma bem truncada. No texto em alemão há ainda uma cláusula que não aparece no texto português. A cláusula diz: "*Eventuais contratos feitos anteriormente são suspensos pelo presente e tornados sem efeito*".

No Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, encontram-se dez contratos assinados por Steinmann e Cº. envolvendo os nomes de 76 pessoas, que embarcaram no porto de Antuérpia, na Bélgica, provavelmente ainda em janeiro de 1860. Como as vertentes norte do Rio Doce só foram sistematicamente colonizadas por imigrantes alemães a partir de 1910, tudo indica que o projeto de França Leite não se concretizou e que os colonos aqui chegados foram deslocados pelo governo para as outras colônias na província do Espírito Santo, pois muitos dos nomes constantes nos contratos ainda existem hoje no estado do Espírito Santo. Nomes como: Liphaus, Völkers, Thones e Bremenkamp. As famílias Liphaus, Völkers e Bremenkamp, por exemplo, chegaram aqui em 10 de março de 1860 no navio "Belgique" e foram assentadas na colônia de Santa Leopoldina.

CAPÍTULO VI

TRAVESSIA E INSTALAÇÃO DOS IMIGRANTES

AS DIFICULDADES

1. DE CASA ATÉ O PORTO DE EMBARQUE

Cada estado alemão reagiu à sua maneira em relação a emigração de seus súditos. Num primeiro momento, não se via grandes problemas. Pelo contrário, em algumas regiões a emigração era bem-vinda, pois contribuía para minorar as dificuldades socioeconômicas em que se encontrava grande parcela da população rural e algumas categorias de artesãos. Esta constatação é facilmente comprovada quando se observa o grande número de agenciadores que agiam livremente na Alemanha, aliciando pessoas para a emigração. Estes agenciadores agiam com concessões dos estados alemães, em nome do Governo Brasileiro.

O único estado a ser reticente foi a Prússia, pelos motivos já expostos no capítulo I. Além destes, também estrategicamente interessava à Prússia manter aquela região oriental mais intensamente habitada, pois sempre pairava o perigo da colossal Rússia sob regime czarista. Com a região habitada por alemães, o regime czarista tinha um certo cuidado e respeito pelas fronteiras da Prússia. Enfim, o governo prussiano tentava, se não proibir totalmente, pelo menos, dificultar ao máximo a emigração. Isto pode ser mostrado no exemplo de um grupo de pomeranos que decidiu emigrar para os Estados Unidos da América no ano de 1836.

Este grupo encaminhou o pedido de emigração e só três anos depois, em junho de 1839, recebeu permissão para emigrar. Para receber esta permissão, o grupo foi obrigado a se comprometer a manter financeiramente um pastor para acompanhá-lo. A pressão do governo prussiano foi tanta que este grupo

sequer conseguiu embarcar em um porto alemão. Embarcou para os Estados Unidos em Liverpool, na Inglaterra.

Outro exemplo é o da família de Karl Gotthilf Schulz, que emigrou para a província do Espírito Santo em 1859. Pertencia, portanto, ao primeiro grupo de pomeranos chegados no estado. Para conseguir sua licença, foi exigido que ele se dirigisse à capital da Pomerânia, Stettin, para conseguir junto ao Governo Provincial permissão para emigrar. Isto significava sair do interior, de Glietzig, município de Regenwalde, distante em torno de 100 km até a capital. A viagem tinha que ser feita a pé, com carroça e eventualmente alguns trechos com trem de ferro. Enfim, Karl, diarista de um latifúndio, foi forçado a sair do interior e dirigir-se à capital, onde nada ou pouco conhecia.

Recebida a permissão, que com certeza não era fornecida no mesmo dia, pois a burocracia prussiana assim o exigia, tinha que se sujeitar a mais uma exigência. Esta consistia em conseguir junto à municipalidade um tipo de atestado de bons antecedentes. Só após cumpridas estas exigências, iniciava o penoso caminho até o porto de embarque.

A seguir, transcreve-se a permissão para emigração confeccionada pelo Governo Provincial e o atestado de bons antecedentes de Karl Gotthilf Schulz:

> "*O régio governo que assina, atesta através deste, que ao diarista Karl Gotthilf Schulz de Glietzig, município de Regenwalde, por seu requerimento acerca de sua emigração para a América, sua esposa Caroline Frederike Ernestine nascida Brandt e os seguintes de menor idade, abaixo* (palavra ilegível) *as seguintes crianças:*
>
> *1. Frierdich August Wilhelm* — *17 anos de idade*
> *2. Wilhelmine Caroline Justine* — *15 ¼ anos de idade*
> *3. Emilie Ottilie Auguste* — *12 anos de idade*
> *4. Albertine Henriette Wilhelmine* — *10 ½ anos de idade,*
>
> *foi concedida a demissão de ser súditos prussianos. Esta demissão* (palavra ilegível) *efetua-se, no entanto, só para as seis pessoas expressamente nominadas com o momento da entrega a perda da cidadania como súditos prussianos.*
>
> *Stettin, em 12 de março de 1859*
>
> *Régio Governo Prussiano, repartição* (palavra ilegível) — Assinatura ilegível".[1]

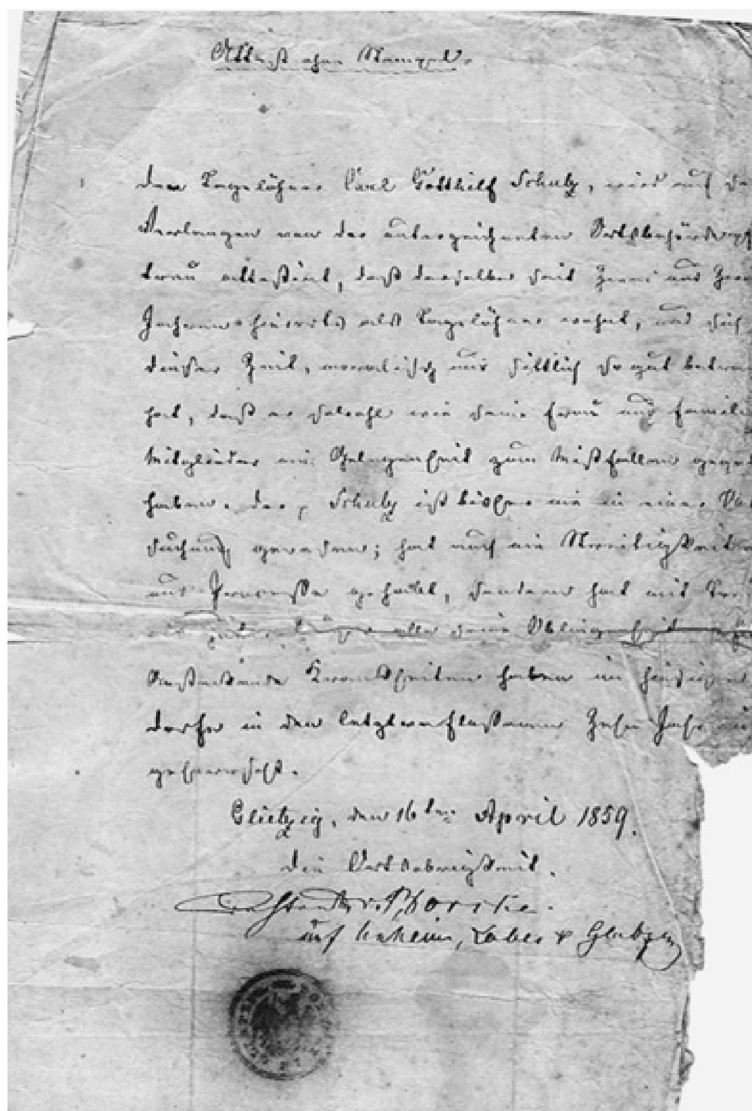
O documento é claro em seu conteúdo: candidatando-se para a emigração, a família de Karl Gotthilf Schulz perdeu a cidadania prussiana. Era uma forma clara da Prússia intimidar os seus súditos a não emigrarem. Como intimidação e inibição, a perda da cidadania deve ter tido forte apelo para se pensar duas vezes, antes de requerer a emigração. Visto assim, solicitar a emigração significava um caminho sem volta, pois estes emigrantes deixavam de ser cidadãos prussianos.

Esta praxe abria amplas brechas para que o *Rescrito de von der Heydt* fosse solenemente ignorado nos portos de embarque. Afinal, não eram mais cidadãos prussianos que embarcavam, mas pessoas sem cidadania e, como tais, nada impedia que agenciadores brasileiros os contratassem.

Um mês depois, Karl consegue o atestado de bons antecedentes fornecido pela municipalidade, que tem o seguinte texto:

> "*É atestado ao diarista Karl Gotthilf Schulz, por sua solicitação, pela autoridade local abaixo assinada, que o mesmo reside há vinte e dois anos aqui como diarista, e que desde este tempo se comportou moralmente e eticamente tão bem, que ele neste tempo, bem como sua mulher e membros da família não propiciaram oportunidade para desgosto. O C. Schulz até aqui nunca caiu em tentação; também nunca em brigas e* (palavra ilegível) *teve com fieldade* (palavra ilegível) *doenças contagiosas nesta última vila nos últimos dez anos passados* (palavra ilegível).
>
> *Glietzig, em 16 de abril de 1859*
>
> *A autoridade local*
> (palavras ilegíveis) *Bornke* (palavras ilegíveis)"

1 Cópias dos documentos de Karl Gotthilf Schulz estão com o autor.



Acervo Helmar Rölke

Atestado de bons antecedentes de Carl Gotthilf Schulz exigido para a emigração[2]

2 Só no documento de bons antecedentes o nome é escrito como Carl. Em outros documentos como Karl.

A análise deste atestado mostra claramente mais uma forma de inibir e dificultar a emigração. Depois de tantas exigências burocráticas, só permanecia firme no seu intento de emigrar quem realmente tivesse absoluta convicção e quem não via mais como sobreviver na Alemanha. Por outro lado, tal documento facilitava o embarque: tratava-se neste caso de uma família honesta e sem caso de doença nos últimos dez anos.

Aliciar uma família assim, honesta e em plena saúde, só fazia crescer o crédito dos aliciadores diante do Governo Imperial brasileiro. Nota-se que, se por um lado o *Rescrito de von der Heydt* queria dificultar a emigração, atestados assim facilitavam a vida dos aliciadores que agiam em nome do Brasil. Era fácil descobrir quem tinha bons antecedentes e quem tinha plena saúde.

Quando os emigrantes chegavam ao porto sem estes documentos, achavam-se brechas. Isto se comprova através de dois documentos. O primeiro documento, com data de 26 de abril de 1859, tem o seguinte teor:

> *"Nós os abaixo assinados, colonos emigrando para Santa Leopoldina na Província brasileira do Espírito Santo, finalmente confirmam, que seus atestados sobre bom comportamento foram recolhidos pelas respectivas municipalidades contra a entrega dos passaportes, pois é costume na Pomerânia e que os outros emigrantes também o podem testemunhar, assim eu declaro através deste, que me comprometo pela honradez das famílias que assinam e também garanto pelo bem estar delas no futuro.*
>
> *Hamburgo, em 26 de abril de 1859*
>
> *M. Valentin*
> *Dr. F. Schmidt*
> *Wilhelm Butze de Bonin*
> *Ferdinand Zummach de Haselen*
> *Carl Dubke de Muhlendorf*
> *Friedrich Dubke de Muhlendorf*
> *Carl Thurow"* [3]

Ao lado deste documento há a seguinte observação, em português:

3 Observação: Como os senhores Ferdinand Zumach e Carl Thurow não sabem escrever, assinam, apondo três "X"

"Os cinco colonos á quem pertencem estes passaportes não tendo podido apresentar os documentos que eu reclamava, exigi a responsabilidade immediata do Dr Schmidt e de seu expedidor Valentin.

Pelo Consulado Geral
O chanceller Barão de (nome ilegível)*".*[4]

Junto a este documento há um complementar, com a seguinte redação:

"Como testemunhas assinaram:

Ludwig Kalk de Mulstow
Friedrich Beilke de Neukirchen
Carl Ziemann de Cratzig

Traducção

Tendo os Colonos abaixo assignado que vão emigrar para Santa Leopoldina na Província Brasileira do Espírito Santo, prestado juramento que os respectivos Landraths (Chefes de Polícia) lhes guardárão os seus Certificados de bom comportamento contra entrega dos passaportes, como se pratica na Pomerania e tendo os outros emigrantes afiançado isto mesmo, declaro que garanto a probidade das famílias abaixo assignadas e me responsabiliso pelo seu comportamento.

Hamburgo 26 de Abril de 1859

(assignado:) = M. Valentin
= Dor. F. Schmidt
= Wilhelm Leutzke de Bonin
= signal de Ferdinand Zumach = de Haselen
= Carl Dubke = de Muhlendorf
= Friedrich Dubke = de "
= signal de Carl Thurow =

Como testemunhas:
= Ludwig Kalk = de Mulstow
= Friedrich Beilke = de Neukirchen
= Carl Zeeman = de Bratzig

4 APEES — Livro de Contratos — 1859 a 1860.

Está conforme
Pelo Consul Geral o chanceller
Barão de (nome ilegível)
Carimbo do Consulado Geral do Brazil Hamburgo".[5]

Os documentos indicam que quem chegasse em Hamburgo sem os devidos documentos não precisaria enfrentar maiores problemas. O Agente Geral da Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro em Hamburgo, Dr. F. Schmidt, encarregava-se de dar soluções.

Valia até seu expedidor, M. Valentin, assinar pelos colonos. Nota-se com este procedimento que acima de tudo pesava o interesse comercial. Quem não tinha documentos, não podia ser embarcado. Não embarcar emigrantes significava perder dinheiro, pois com certeza o Sr. Valentin e Dr. Schmidt recebiam algum agrado pecuniário dos capitães em cujos navios embarcavam emigrantes.

Como garantia para a viagem e também para assegurar ao Governo Brasileiro emigrantes em bom estado de saúde, estes tinham que se submeter, antes do embarque, a um exame médico. Tem-se um documento de 27 de abril de 1859, cuja tradução é a seguinte:

"Hoje, em 27 de abril de 1859, dirigi-me, após ser procurado pelo senhor capitão Valentin, para a Borg Eleonore, capit Diederntha u, destinada de Hamburgo para Rio de Janeiro, para exames do estado de saúde dos emigrantes para lá.

Após minucioso exame dou sobre o estado de saúde dos emigrantes a (palavra ilegível) *declaração:*

Que todos os emigrantes pertencem a um gênero humano forte e saudável (palavras ilegíveis) *de aparência saudável* (palavra ilegível) *e o estado corporal dos homens* (palavras ilegíveis) *em relação aos seus estado de saúde nada deixa sobrar a ser mencionado, não se encontrou nenhum motivo para doenças futuras.*

Assim declaro todos os emigrantes com plena saúde.

Carl Er. Cordes – Dr.
Hamburgo 27 de abril de 1859"

5 APEES — Livro de Contratos — 1859 a 1860.

No mesmo atestado há a observação escrita em português:

> *"É uma certidão do médico Dr C.C. Cordes de Hamburgo que attesta haver examinado todos os colonos e em nenhum d'elles haver encontrado moléstias.*
>
> *Consulado Geral do Brazil em Hamburgo aos 27 de abril de 1859*
>
> *Pelo Consul Geral*
> *O chanceller Barão de* (nome ilegível)*".*[6]

Em sua grande maioria, os súditos prussianos de descendência pomerana vindos ao Espírito Santo eram oriundos de grandes latifúndios, onde trabalhavam como diaristas e bem poucos como pequenos artesãos. Vendiam o que era indispensável para a emigração e colocavam-se a caminho com os parcos recursos que tinham.

O primeiro grupo de 1846, de origem do Hunsrück, dirigiu-se para o porto de Dunquerque, na França, que geograficamente se situava mais perto. No porto tiveram dificuldades para embarcar, pois não havia navio para o Brasil. Depois de terem gastado quase tudo o que tinham, conseguiram embarcar num veleiro. No mês de agosto conseguiram embarcar para o Rio de Janeiro, onde desembarcaram setenta dias depois. Na cidade do Rio de Janeiro foram acomodados num galpão, onde permaneceram por dois meses, passando por diversas dificuldades.

Após essas privações, orientados por um cidadão alemão residente no Rio de Janeiro, foram solicitar providências ao imperador. Este os enviou para a província do Espírito Santo, alegando que o clima era idêntico ao do sul do Brasil, e onde, a partir de 1824, já haviam sido colocadas famílias do Hunsrück. Em 21 de dezembro de 1846, desembarcaram em Vitória, trazidos pelo "Transporte Nacional EOLO". Na capital permaneceram por alguns dias, "*limpando e calçando a praça em frente ao atual palácio Anchieta*".[7]

6 APEES — Livro de Contratos — 1859 a 1860.

7 Ezequiel SAMPAIO DOS SANTOS et alii, História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins, p. 18.

2. A VIDA NOS PORTOS

Nos primeiros anos não há boas referências em relação aos portos, dos quais emigraram os alemães para a província do Espírito Santo. A situação foi tão calamitosa que surgiram associações eclesiásticas que tentaram humanizar e acompanhar os emigrantes, dando-lhes uma certa assistência. A criação destas associações fez com que os agenciadores, os intermediários e as companhias de navegação tivessem mais respeito pelos emigrantes.

Os emigrantes para a província do Espírito Santo passaram pelos portos de Dunquerque e Le Havre (França), Antuérpia (Bélgica), Bremen e Hamburgo (Alemanha). As queixas sempre se voltam contra comerciantes, armadores, comandantes ou intermediários que negociavam diretamente a travessia com os emigrantes. No porto de Dunquerque foi denunciada a firma Delrue & Comp. Dizia-se ser ela desumana, pois dava tratamento péssimo aos emigrantes, tanto no porto como na travessia.

No porto de Hamburgo, sempre houve denúncias contra o comerciante e armador Robert Miles Slomann e dois comandantes de sua frota de navios, Louis Knorr e Carl Holtermann. Receberam também menção os comerciantes Val. Lor. Meyer e August Bolten. Em outros documentos, somam-se a estes ainda a firma Wilhelm Hühn & Co., passando a ser posteriormente a firma Milberg & Engström.

No porto de Bremen, Carl Pokranz e Labrecht Hoffmann, proprietários da firma Pokranz & Comp., eram citados como pessoas inescrupulosas. Houve também queixas contra as firmas H. W. Böhme. No porto de Antuérpia, a firma Steinmann & Co., que agenciava a emigração e arrendava navios para a travessia, também sofreu denúncias.

As queixas dos emigrantes sobre o tratamento recebido nos portos de Dunquerque, Antuérpia e Bremen são irrisórias comparadas com o que acontecia no porto de Hamburgo. De Hamburgo, tem-se dados mais exatos, pois foi este porto que mais movimentou e embarcou emigrantes. De 1836 a 1914, passaram por Hamburgo 4 milhões de emigrantes. A grande maioria emigrou para os Estados Unidos da América. O fluxo de emigrantes era tamanho que se criou uma companhia de navegação chamada Hamburg-Amerikanische-Packetfahrt-Actien-Gesellschaft (HAPAG).

Quando iniciou o fluxo de emigração alemã em 1836, o porto de Hamburgo não tinha maior importância, a não ser pela sua situação dentro das cidades que formavam a Liga Hanseática. A importância do porto de Hamburgo residia no volume de mercadorias ali embarcadas e desembarcadas. Com o fluxo cada vez maior de emigrantes, o porto teve que sofrer transformações. Para isto naturalmente também contribuiu a industrialização, que aos poucos foi aposentando as carroças puxadas a cavalo e usadas no porto para transporte de mercadorias. A máquina a vapor foi substituindo os veleiros, as chalupas e outros tipos de embarcações movidas a velas.

Rapidamente foram construídas docas e armazéns que foram interligados com linhas férreas, tornado o transporte de mercadorias mais fácil. As construções de docas permitiram que vários navios pudessem atracar ao mesmo tempo no cais. Não havia mais a necessidade de transportar os emigrantes em pequenas embarcações para os veleiros ancorados no Rio Elba.

A HAPAG foi criada em 1847 com o objetivo de criar ligação regular com os Estados Unidos da América "*através de veleiros com bandeira hamburguesa*".[8]

Os imigrantes que chegavam até os portos de embarque, em parte, já tinham vencido os mais adversos obstáculos e dificuldades. Alguns haviam vencido alguns trechos com carroças, carros do correio, a pé ou de trem. Desde 1846, já existia uma linha férrea que ligava Berlim a Hamburgo, o que encurtava tempo e dinheiro para os emigrantes que vinham das regiões orientais da Alemanha. Para os economicamente menos bem colocados, a viagem de casa até Hamburgo podia demorar até 14 dias.

Também o porto de Bremen exercia atração para os imigrantes. Entre os anos de 1832 e 1835, intermediou a emigração de 30.000 pessoas para os Estados Unidos da América. Firmas como Pokranz & Comp. começaram a perceber que além de mercadorias que transportavam entre os dois continentes, também poderiam transportar emigrantes e com isso faturar bem. A Pokranz & Comp. oferecia hospedagem, naturalmente mediante pagamento; cobrava taxas portuárias e vendia bugigangas, que dizia serem necessárias para o início de uma nova vida na América. Como o interesse era faturar alto com a emigração, eram fretados navios com comandantes inescrupulosos, que levavam mais pessoas a bordo do que permitiam as acomodações.

8 Mathias SCHMOOK, in Hamburger Abendblatt, edição de 21.07.1998.


Charge do acervo Staatsarchiv Hamburg

Os imigrantes eram explorados nos portos de embarque. Aqui, em Hamburgo.

Esta situação fez com que, no ano de 1832, o governo da cidade de Bremen promulgasse leis que não mais permitiam aos comandantes dos navios agir de forma irresponsável. O objetivo final dessas leis era possibilitar uma travessia mais digna, tranquila e com mais segurança.

Logo, firmas estabelecidas no porto de Hamburgo perceberam este rico filão em fazer dinheiro fácil às custas dos emigrantes. A exemplo de Bremen, criaram em 1836 linhas regulares para a América. Isto fez com que a afluência de emigrantes se tornasse tão grande que se viram obrigadas a pensar em acomodações mais humanas para os que esperavam o embarque.

A exemplo de Bremen, as firmas de Hamburgo perceberam a necessidade de instalar consulados na cidade, pois isto facilitava enormemente os trâmites para os emigrantes. Assim, foi estabelecido o consulado do Governo Brasileiro, que passou a assinar os contratos de travessia, a designação de lotes na província do Espírito Santo, bem como fazia os adiantamentos do dinheiro das passagens.

Muitos emigrantes só tomavam conhecimento do que lhes esperava no Brasil ao assinarem no porto de Hamburgo, junto ao cônsul brasileiro, os contratos que lhes prometiam terra no Brasil. Com certeza, houve muitos sustos

e lamentações, porém não havia mais possibilidade de voltar atrás, pois o pouco dinheiro trazido já acabara.

A falta de conhecimento sobre o Brasil era total. Alguns emigrantes sequer sabiam diferenciar entre América do Norte e América do Sul. Em 1824, fora fundada a colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. O empreendimento tivera sucesso e as notícias corriam pela Alemanha. Assinar um documento onde constava o nome de Santa Leopoldina deve ter parecido para muitos a mesma coisa. Afinal, que diferença fazia para o emigrante o nome do local São Leopoldo e Santa Leopoldina?

No ano de 1859, partiu do porto de Hamburgo um grupo de emigrantes para a província do Espírito Santo. O cônsul brasileiro forneceu o visto, que se constituiu de um contrato, transcrito a seguir. Trata-se do contrato firmado com Karl Gotthilf Schulz, que aqui é apenas citado como Gotthilf Schulz. O contrato é escrito em duas colunas, a da esquerda em língua alemã e a da direita em língua portuguesa.

"Gotthilf Schulz
N° 14

A Associação Central de Colonisação no Rio de Janeiro, por intermédio do seu Agente Geral o Dor F Schmidt em Hamburgo, contrata com o Colono abaixo nomeado debaixo das condições seguintes:

Art. 1° A Associação Central de Colonisação no Rio de Janeiro, devidamente autorisada pelo Governo de Sua Majestade O Imperador do Brazil, e debaixo da sua responsabilidade, obriga-se:

§ 1 *A adiantar ao Colono Gotthilf Schulz die Glietzig em Pommern e sua familia, composta de 6 pessôas, as passagens de Hamburgo até o Rio de Janeiro, pagando pelos maiores de 10 annos para cima 60 e pelo menores de 3 até 10 annos 40 thalers da Prússia; e nada pagarão os menores até 3 annos*

§ 2 *A deduzir da importancia das passagens a subvenção do Governo Imperial de 37 $ 500 Reis por Colono adulto de até 45 annos, e de 22 $ 500 Reis por menor de 5 até 10 annos*

§ 3 *A pagar as despezas que os Colonos fizerem na hospedaria da Associação em quanto não partirem para o seu destino, não sendo estas despezas carregadas em divida*

4 § *A dar-lhes passagem gratuita até a colonia de Leopoldina na Província de Espírito Santo fornecer-lhes tambem gatuitamente alojamento provisorio*

5 § *A pôr á disposição de cada chefe de família um lote de terras contendo 120,000 braças quadradas ou metade dèssa aréa á escolha do colono conforme as suas forças Esse lote de terras será entregue medido e demarcado e com uma derrubada e quimada em extensão de 10,000 braças quadradas pouco mais ou menos*

§ 6 *A fazer o suprimento de viveres por adiantamento até seis mezes, de ferramentas de lavoura, sementes de milho, feijão, arroz e algumas outras, bem como batatas e mandioca para as primeira plantações, se o colono dísto carecer no começo de seus trabalhos*

§ 7 *A proporcionar ao Colono os serviços que houver na Colonia, se quiser trabalhar á jornal, o qual será arbitrado entre 1000 e 1200 reis a secco, segundo os costumes no lugar N este caso cessará o adiantamento de sustento*

§ 8 *As terras serão vendidas a prazo e na razão de 1 ½ real a braça quadrada, entrando neste preço as derrubadas e mais trabalhos preparatorios acima declarados*

§ 9 *O titulo da venda das terras será passado gratuitamente pelo Delegado da Repatição Geral das Terras Públicas na Província de Espírito Santo.*

Art. 2 º O Colono se obriga:

§ 1 *A reembolsar o preço das terras como todos os outros adiantamentois recebidos (passagem, mantimentos, instrumentos &c) dentro de cinco annos e em trez prestações iguaes, a contar do fim do segundo anno do estabelecimento na colonia Durante o dito prazo não se contará juros, e findo elle correrá o juro de 6 por cento*

§ 2 *As terras e qaesquer bemfeitorias que n'ellas se fizerem, ficão hypothecadas ao Governo Imperial até real embolso da divida contrahida, e não poderão ser alienadas sem consentimento do mesmo Governo, salvo os casos de herança ou legado, e sempre com sujeição ao onus da hypotheca até ao dito reembolso*

§ 3 *O Colono e sua família declarão dever ao Governo Imperial do Brazil por adiantamento para a viagem de Hamburgo até o Rio de Janeiro as seguintes quantias:*

	Idade	Thl d Pr
Schulz, Gotthilf	45	60
" , Caroline	42	60
" , August	17	60
" , Wilhelmine	15	60
" , Emilie	12	60
" , Henriette	6	40
		340
		pago 110
		a família deve ainda 230

os quaes elles se obrigão á reembolsar segundo as estipulações do presente contracto

Feito tríplice

Hamburgo aos 25 de abril de 1859
Dor. J. Schmidt Gotthilf Schulz

Visto para legislação das assignaturas acima
Consulado do Imperio do Brazil em Hamburgo,
gratis aos 27 de abril de 1859
Pelo o Consul Geral

O chanc
Barão de (palavra ilegível)
Carimbo do Consulado Geral do Brazil Hamburgo

Apresentou documentos satisfactorios" [9]

Entre os anos de 1836 e 1844, emigraram através do porto de Hamburgo 14.750 pessoas para a América. Poucos anos depois, já embarcavam em Hamburgo 25.000 emigrantes por ano. Como a maioria emigrava para os Estados Unidos da América, já a partir de 1856 navios a vapor foram colocados naquela linha. Para o Brasil, inicialmente foram colocados veleiros, posteriormente também

9 APEES.

navios a vapor. Com este fluxo emigratório, a HAPAG tornou-se, no final do século XIX, a maior companhia de navegação do mundo.

Com cada vez mais emigrantes chegando a Hamburgo, além das companhias, aliciadores e agentes, também outras pessoas começaram a fazer fortuna, por vezes de forma inescrupulosa. Chegando a Hamburgo, sem conhecer ninguém, os emigrantes tornavam-se presas fáceis nas mãos de estelionatários, aos quais interessava arrancar-lhes as poucas economias que ainda restavam. Eram oferecidos quartos com "preços especiais" ou pensões "em conta". Com bom palavreado, os emigrantes eram ainda convencidos a comprar isso ou aquilo que, conforme os estelionatários, era imprescindível para sobreviver na América. Era-lhes dito que, se não comprassem em Hamburgo, na nova terra com certeza não iriam encontrar estes produtos. Se os fossem encontrar, seriam de qualidade inferior.

A exploração praticada junto aos emigrantes tomou formas tão gigantescas que surgiu no ano de 1851 uma "Associação Hamburguesa para Proteção dos Emigrantes". Schmoock cita a passagem de um relatório desta Associação:

> *"Muitas vezes foi reclamado de forma dolorosa, que os emigrantes quando chegavam a Hamburgo, logo eram cercados por uma multidão de pessoas, que se apoderavam deles com o intuito de ganhar dinheiro. E os estranhos emigrantes, sem qualquer experiência, sem saber o que fazer, caíam nas mãos do primeiro estelionatário que se apresentava. Este os explorava sem piedade".*[10]

Com este pano de fundo, a própria administração da cidade criou mecanismos para proteger os emigrantes. Schmoock cita um decreto policial de 1853:

> *"Os policiais devem levar os emigrantes, logo que chegam, a um lugar deserto, indicado pela direção da linha férrea. É proibido às pessoas que possuem quartos para alugar, aproximarem-se da estação ferroviária na chegada dos trens".*[11]

Tratava-se de uma forma de proteger os recém-chegados a Hamburgo das mãos dos estelionatários e de outros tipos de aproveitadores. Na prática, este decreto deve ter surtido poucos efeitos, pois, após o desembarque na estação ferroviária, os emigrantes forçosamente tinham que tomar algum destino para

10 Mathias SCHMOOK, in Hamburger Abendblatt, edição de 21.07.1998.

11 Ibid.

conseguirem os documentos para o embarque. Enquanto o preenchimento de documentos necessários para a travessia era processado, os estelionatários agiam livremente.

Höhne[12] escreveu a seus parentes na Alemanha, relatando o seguinte fato:

> *"Chegando lá (em Hamburgo) nos aguardava o nosso agente Louis Knorr e Com., que nos encaminhou para a não muito nobre casa de hospedagem. Ela se localiza no Holländisches Breek, n° 4. O hospedeiro se chama Fries e Com., um legítimo homem de honra, que sabe fazer desaparecer o dinheiro dos bolsos das pessoas. Uma prova de sua honestidade é dada, entre outros, do seguinte acontecimento que vale ser colocado para o domínio público. Em outubro de 1859 ele despachou vários emigrantes — na sua grande maioria saxônios — para o Brasil. Mas os entregou nas mãos de um fazendeiro, em vez de levá-los para uma Colônia do Governo. Como ladrões, eles tiveram que usar armas para conseguirem mantimentos, até que três homens conseguiram chegar até a Bahia, onde queriam se dirigir ao Cônsul prussiano. Mas o infeliz que levaram consigo como tradutor, os traiu e ao invés de chegar à presença do Cônsul, os três alemães foram encarcerados. Os que ficaram para trás, esperaram por três meses, até que um francês se aventurou sozinho até a Bahia, chegando ao Cônsul e exigindo a libertação dos três. Famintos, esfarrapados e cheios de bichos chegaram os seus patrícios, que foram tirados de sua triste situação com um navio de guerra.*
>
> *Entre aqueles que ficaram na Bahia, se encontravam […] Fritsche que voltou para Chemnitz […] que se tornou o nosso companheiro de viagem para o Brasil e nos contou as suas peripécias. O acaso quis que ele se encontrasse com o mesmo Fries, do qual recebeu, depois de consultado, simplesmente a resposta: tal situação não fez mal às pessoas, pois no navio se encontrava principalmente ralé".*[13]

Impressiona a visão que o Sr. Fries tinha acerca dos emigrantes. Via neles mercadoria ou, como ele mesmo dizia, "*ralé*". Daí se torna compreensível que estes fossem usados somente para fazer dinheiro fácil.

12 A carta de Höhne na íntegra encontra-se no anexo.

13 Vide anexo — carta de Höhne.

Consultando a lista de embarcados em Hamburgo, em outubro de 1859, de fato encontram-se saxônios e pomeranos. Até hoje há nomes destes emigrantes estabelecidos e conhecidos no Espírito Santo: Herzog, Wagner, Ahnert, Dietze, Fischer, Aurich, Barth, Friebe, Gröner, Haase, Krause, Kuhnert, Manske, Schade, Schmidt, Teztner. Todos estes desembarcaram em Vitória, em 06 de janeiro de 1860.

Com este pano de fundo, e as frequentes queixas e acusações vindas principalmente da Prússia, o governo da cidade de Hamburgo acompanhou de forma mais intensa a "Associação Hamburguesa para Proteção dos Emigrantes" a partir de 1855. Tudo isto tinha como primeira consequência a tentativa de melhorar a hospedagem dos emigrantes em trânsito. A HAPAG começou a construir barracões para alojar os emigrantes. No início, eram ainda tentativas tímidas. Como havia muitos interesses em jogo, e a própria companhia de navegação necessitava de agenciadores e outros elementos para atrair emigrantes, havia uma certa dificuldade em excluir os intermediários.

Depois de Hamburgo ter conseguido fama suficiente como porto de embarque e sujeitado-se a pressões de associações de proteção a emigrantes que surgiram em toda a Alemanha, a HAPAG inaugurou, em 1892, no "Cais da América", barracões onde conseguiam pernoitar até 14.000 pessoas.[14] Era natural que nestas condições não houvesse como controlar os aproveitadores, que de uma ou de outra forma tentavam enriquecer às custas dos emigrantes. Além do mais, estas gigantescas acomodações eram terreno propício para doenças e promiscuidade. Mas pelo menos a municipalidade tinha feito algum esforço para minorar a situação.

No ano de 1892, instalou-se um surto de cólera na cidade de Hamburgo. As autoridades municipais e o Senado acalmaram a população, prometendo que não haveria maiores perigos, pois os emigrantes estariam confinados nas Barracas de Quarentena. Isolados ali, não havia o que temer na cidade. O surto de cólera com as suas muitas vítimas fez com que se tivesse que agir rapidamente. Não havia como controlar doenças com tantas pessoas acampadas em enormes barracões, além do mais, pouco ventilados. Foram então construídos barracões arejados. Assim, no ano de 1900, a HAPAG possuía 27

14 Mathias SCHMOOK, in Hamburger Abendblatt, edição de 21.07.1998.

barracões com calefação para o inverno. Cada um deles era equipado com no máximo quatro dormitórios, onde se conseguia alojar até 40 pessoas.[15]

Para dar a toda esta "humanização" um aspecto de lisura e seriedade, mas que no fundo só visava lucro fácil, foi construído um templo luterano, um templo católico e uma sinagoga.

Emigrantes que vinham de regiões potencialmente sujeitas a doenças, como o leste europeu, eram separados em barracões à parte, onde os seus pertences e eles mesmos eram desinfetados, além de terem que se submeter a constantes exames. Havia pessoas que passavam mais de 14 dias confinadas. Eram os barracões dos "impuros". Os emigrantes que não traziam sinais de doenças eram alojados nos barracões dos "puros", ou melhor, "limpos".[16]

Entrementes, a linha férrea tinha chegado diretamente aos barracões, de forma que a população de Hamburgo não mais tinha contato com os emigrantes. O porto tornara-se uma cidade dentro da cidade de Hamburgo. Isto fez com que a estação ferroviária existente dentro do porto, praticamente, isolasse os emigrantes do mundo exterior. Quem se encontrava nas dependências do porto, não tinha mais qualquer contato com a pátria, apesar de estar em solo pátrio.

Há relatos de emigrantes que se queixavam da forma como eram tratados. Alguns compararam o tratamento recebido ao tratamento dado a recrutas nos quartéis, onde ordens tinham que ser prontamente executadas. Quando uma composição de trem despejava os emigrantes, estes eram recebidos por encarregados do porto, enfermeiras e policiais que gritavam ordens.[17]

No porto de Hamburgo eram também distribuídos panfletos que exaltavam a emigração para o Brasil. Granzow transcreve um panfleto da época com o seguinte texto:

15 Mathias SCHMOOK, in Hamburger Abendblatt, edição de 21.07.1998.

16 Ibid.

17 Ibid.

"Iniciamos agora a viagem para a terra Brasil.
Esteja conosco, Senhor, e mostre, sim, faça tu mesmo a via.
Esteja conosco por sobre o mar com tua mão de Pai-Guia,
assim com segurança chegaremos na terra Brasil.
'Bem-vindos' diz o imperador, 'sejam bem-vindos a mim'.
Vocês terão parte no espaço da terra pertencente a mim.
Quero vos proteger com benigna mão,
Vocês, meus súditos, no Brasil torrão".[18]

18 Klaus GRANZOW, Pomeranos unter dem Kreuz des Südens, p. 178.

O SONHO

1. A AMÉRICA

Quando se fala de emigrantes para a província do Espírito Santo, devem-se observar duas fases. A primeira é aquela em que os emigrantes estavam totalmente à mercê de agenciadores e aliciadores, com promessas e informações de encontrarem um paraíso no Brasil. A informação básica era que no Brasil podia-se construir uma nova vida, sobretudo com a promessa de crescimento material muito rápido. Os imigrantes vinham ao Brasil certos de que receberiam casas, ainda que provisórias, mas que poderiam trabalhar e semear imediatamente em suas terras para a tão sonhada colheita e prosperidade. As informações e contrainformações eram tão gritantes que, ainda no ano de 1874, espanhóis chegavam à colônia de Santa Leopoldina acreditando que se podia plantar e colher café num período de apenas 9 meses.[19]

Além da pouca disponibilidade financeira dos emigrantes, as viagens desde o torrão Natal até os portos eram desgastantes. Quem possuía algumas reservas estava sujeito a cair em mãos de aproveitadores. Enfim, era uma corrente onde todos lucravam, menos o emigrante. Lucrava o agenciador, lucravam os funcionários do porto, lucrava o dono da embarcação, lucrava o comandante da embarcação. Este, frise-se, lucrava quando permitia que partissem em sua embarcação mais pessoas do que comportava o espaço físico, fazendo com que os emigrantes tivessem que viver literalmente empoleirados durante a viagem.

19 APEES.

Muitos emigrantes sabiam que o destino era o Brasil, mas não se tinha informações muito precisas. As informações eram dadas pelos agenciadores, dos quais muitos sequer sabiam como eram as colônias que o Governo Imperial brasileiro estava instalando. Aos agenciadores interessava passar a informação de que a colônia estava situada em ótimo lugar, com clima bom e possibilidades de progredir financeiramente de forma rápida. Sobretudo, um lugar onde havia terra e comida em abundância. Terras férteis, comida e carne na mesa, liberdade religiosa, fácil acesso e apoio do Governo Brasileiro.

Depois de todas as dificuldades já vividas, desde a falta de perspectivas de vida, dificuldades impostas pelos órgãos governamentais para que se procedesse a emigração, o nome "América" significava salvação e redenção de uma situação calamitosa que se vivia na Alemanha.

Das colônias instaladas nas províncias do sul do Brasil, havia algumas informações mais precisas. Mas, entre os emigrantes, poucos tinham ideia da dimensão do país e da variedade climática. As informações vindas do sul falavam do verão quente, mas também falavam de um inverno frio. Não era tão rigoroso como na Alemanha, mas que fazia muito frio. Sabiam que no novo país havia uma flora e fauna diferentes, mas que também se plantava alguma coisa daquilo que se conhecia na Alemanha.

Neste contexto, é importante lembrar que muitos emigrantes eram embarcados em Hamburgo com destino fixado para determinada colônia no Brasil. Quando, porém, chegavam no Rio de Janeiro, eram enviados pela Agência Oficial de Colonização do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para outra colônia. Foi o caso de 39 famílias e um homem solteiro, num total de 163 pessoas, embarcadas em Dunquerque, em 1846, para serem enviadas para o sul do Brasil. Quando chegaram no Rio de Janeiro, foram embarcadas para Vitória, para iniciarem a colônia de Santa Isabel, pois a Agência Oficial de Colonização estava satisfazendo a uma solicitação do presidente da província do Espírito Santo, que sonhava em criar uma colônia que pudesse abastecer a capital com mantimentos.

A segunda fase iniciou quando os imigrantes chegados à província do Espírito Santo — a partir de 1846 para Santa Isabel e, a partir de 1857, para Santa Leopoldina — começaram a manter contato com os parentes que permaneceram na Alemanha. Em cartas, descreviam a situação aqui encontrada. As informações eram contraditórias. Alguns imigrantes viam nas colônias possibilidades de progresso, até descrevendo sucessos já alcançados. Outros

só viam fracasso, inclusive desanimando e alertando os parentes para não se aventurarem a vir ao Espírito Santo. Höhne[20], em sua carta de 1869, dá um claro exemplo para isto. Ele descreve a situação de Santa Leopoldina como desanimadora. Na mesma carta cita o exemplo de Götze, animando os irmãos a também virem para o Brasil, mesmo estando endividado ao extremo.

Os imigrantes deixaram poucos documentos da época. Os fatores que contribuíram para que não se tenha documentação farta podem ser resumidos em três. O primeiro é que, nos primeiros anos, de fato, era quase impossível fazer chegar notícias à Alemanha ou receber notícias de lá, pois o trabalho de abrir roça, construir casa e plantar absorvia os imigrantes de tal forma que pouco se ia para a sede da colônia. E é natural que, quando não se mantém um contato regular, as relações esfriem e percam-se a cordialidade e a necessidade de detalhar as experiências de vida.

O segundo fator aponta para o fato de que muitos imigrantes tinham pouca escolaridade, pois como diaristas, pequenos lavradores ou artesãos na Alemanha, pouco tempo sobrava-lhes para aprender a ler e escrever. Quando o aprendiam, faltava-lhes tempo para exercitar. Como o contato com a Alemanha era escasso ou, em alguns casos, nem existiu, surgiu a tradição oral. E este é o terceiro fator: são impressionantes as histórias que as pessoas mais idosas guardam da travessia e dos primeiros tempos no Espírito Santo. Infelizmente, estes relatos só foram colhidos esporadicamente, pois não se dava crédito histórico a eles. Era mais importante trabalhar do que ser chamado de "contador de histórias". Pior, ser contador de história era visto como uma forma de não se querer trabalhar. Mas se constata que estes relatos, apesar de terem recebido um e outro acréscimo, ou perdido alguns detalhes, pouco desviam dos fatos históricos. Infelizmente, a geração que ainda sabe contar alguma coisa do passado está desaparecendo.

Soma-se a esta falta de documentação por escrito um aspecto antropológico dos pomeranos que formaram o maior contingente de alemães vindos ao Espírito Santo. Os descendentes de pomeranos tinham o costume de colocar junto aos mortos objetos que, para estes, tinham significado especial. Assim, documentos, fotografias, cartas, hinários, bíblias, certidões e outros documentos eram colocados no caixão para acompanhar o morto na eternidade.

20 Vide anexo.

Este detalhe antropológico faz com que hoje se consiga coletar muito pouco material por escrito.

Os imigrantes que se estabeleceram depois de 1867 tentaram manter um contato mais regular com a Alemanha. Vários foram os fatores que contribuíram para tal: as colônias já estavam mais organizadas e melhor estruturadas. Havia também cobranças do Governo Central para que houvesse melhor acompanhamento aos imigrantes por parte do Governo Provincial. Vale lembrar que a colônia de Santa Leopoldina mantinha mala direta com a Europa. As malas postais eram endereçadas em Santa Leopoldina para a Europa e não mais abertas em Vitória ou Rio de Janeiro.

América do Norte ou América do Sul, o que significava o Brasil como destino, muitas vezes dependia da vontade dos agenciadores, ou melhor, do sistema de "oferta e procura". Importava ganhar bem com a transação. Além da pobreza como motivo para emigrarem, havia também relatos de pessoas que tiveram que deixar a pátria por terem cometido algum tipo de delito. O jovem T. teve que deixar a Pomerânia, pois roubara lenha no latifúndio onde trabalhava como diarista para aquecer a casa dos pais. Para escapar de uma severa punição, deixou a pátria à procura de uma nova na desconhecida província do Espírito Santo.

A Sra. Auguste Wilhelmine Guse Velten relatou que sua família trabalhava num latifúndio, onde os empregados eram muito exigidos. As meninas eram obrigadas a trabalhar até tarde da noite para fiar. Já bem cedo, às 4 horas, eram acordadas para tratar o gado e fazer a ordenha das vacas. O seu cunhado Wruck não mais aguentava este tipo de vida. Um dia, o latifundiário gritou com ele, sem qualquer motivo ou razão. O enfurecido empregado Wruck lançou mão de um pedaço de pau para carregar baldes e matou o seu patrão. Wruck teve que deixar o latifúndio e fugiu, procurando abrigo num navio que transportava emigrantes para o Brasil. Com certeza, Wruck não teve grande escolha se preferia o Brasil ou a América do Norte.[21]

Como regra geral, deve ser constatado que grande parcela dos emigrantes com destino à província do Espírito Santo tinha poucas informações sobre o que os esperava. Alguns só ficavam sabendo o seu destino no porto de embarque, quando eram obrigados a assinar um compromisso de devolução do dinheiro

21 Klaus GRANZOW, Pomeranos unter dem Kreuz des Südens, p. 177.

adiantado pelo Governo Imperial brasileiro para financiar a travessia. Neste contrato, geralmente era estabelecido o local de destino.

Em depoimento, a Sra. Augusta Stuhr Holz relatou que lhes foi prometida uma terra da qual não sabiam o nome, mas com a promessa de ser muito boa e fértil. A tal ponto que se podia "*encontrar batata frita pendurada nos pés de árvores*".[22]

Em todos os portos, os emigrantes tinham que se sujeitar aos mesmos procedimentos: assinar junto à Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro, com aval dos cônsules locais brasileiros, o compromisso de ressarcimento das passagens e das terras. Para muitos, estas cláusulas só eram colocadas poucos dias antes do embarque. Alguns emigrantes levantavam questionamentos sobre o dinheiro que lhes era cobrado quando assinavam, em Hamburgo, o termo em que se comprometiam em devolver o empréstimo adiantado pelo Governo Imperial brasileiro referente à travessia. Havia sérias dúvidas se o valor cobrado realmente correspondia ao que custava uma passagem de navio. Além disso, não conseguiam entender o péssimo tratamento recebido em alguns navios.[23]

Só em 1871, foi expedida pelo ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, uma circular aos cônsules do Brasil na Europa, declarando que os imigrantes podiam escolher o lugar em que quisessem estabelecer-se, oferecendo as colônias de Santa Leopoldina e Rio Novo, tendo Vitória como porto de desembarque.[24]

Em se tratando de projetos de colonizações privadas, valia o mesmo procedimento das colônias governamentais. Ou até eram impostos contratos mais severos. Como era o caso do Sr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, que, em 17 de dezembro de 1856, havia firmado um contrato com o Governo Imperial de introduzir dois mil colonos para serem assentados entre os Rios Pancas e São João. Assim, diante do iminente embarque e falta de recursos para voltar atrás, não havia como não assinar os contratos. Alguns, de forma resignada, outros sob protesto e resistência.

22 Depoimento dado em 1966 ao P. Rubens Stuhr, que o repassou ao autor.

23 Depoimento do Sr. Erich Boldt em 1997.

24 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, segunda parte, século quarto — anos de 1870 a 1874.

O Sr. França Leite embarcava os colonos aliciados por seus agentes no porto de Antuérpia, na Bélgica. Como os contratos desta colônia assemelhavam-se a contratos de parceria que estavam sob suspeita do governo da Prússia, nada melhor do que embarcar os aliciados em portos fora da Alemanha. Com isso, evitavam-se transtornos de última hora, como eventual embargo da transação por parte de órgãos alemães.

É interessante observar os "Contratos de Arrendamento" que o Sr. França Leite impunha aos seus imigrantes. O cabeçalho era assim: "*Contratos de Arrendamento*" da "*Colonização das terras pertencentes ao Sr. França e Leite na Província Espírito Santo (América do Sul), intermediado pelo 'Bureau do Sr. Steinmann & Cº em Antuérpia*'".

Num primeiro momento, observa-se que o nome Brasil não é mencionado no cabeçalho do contrato, mas fala-se genericamente em América do Sul. O motivo para suprimir o nome Brasil pode ter relação com a campanha desenvolvida na Alemanha contra os "Contratos de Parceria" ou de "Arrendamento" no Brasil. Haviam chegado notícias das péssimas condições em que se encontravam colonos alemães, que fizeram "Contratos de Parceria" com fazendas em São Paulo.

A história da família Frank ilustra de forma cruel o drama vivido por muitos emigrantes. Johann Gottlob Frank e sua esposa, Luise Peikert Frank, decidiram deixar a Alemanha para emigrarem para a Austrália. Deixaram o seu torrão Natal — Trewitz, perto de Crossen, junto ao Rio Oder — para juntarem-se a parentes que já viviam lá.

Durante a viagem para o porto de Hamburgo, foi-lhes roubado todo o dinheiro que tinham, inclusive o dinheiro destinado para a compra das passagens para a Austrália. Desesperados, chegaram ao porto onde por uma casualidade encontraram conhecidos que estavam embarcando para o Brasil. Diante do drama, estes os convenceram a irem ao Brasil, já que o Governo Brasileiro adiantava o dinheiro para as passagens. Fazendeiros também faziam a mesma proposta através de agenciadores, pois a eles interessava conseguir colonos para as suas fazendas em regime de parceria.

O grupo de prussianos, suíços e brandenburgueses, ao qual o casal Frank havia se juntado, foi contratado para uma fazenda em São Paulo. Assim, no Natal de 1855, embarcaram para o Brasil, onde finalmente foram mandados para a Fazenda Castro e lá tiveram que trabalhar como meeiros. A situação de vida

era péssima. Nada conferia com o que os agenciadores haviam prometido. Inclusive Johann Gottlob Frank foi encarcerado, pois havia sido culpado de envolver-se em alguma questão com gado.

O casal Frank e todos do grupo permaneceram na Fazenda Castro por um ano e três meses. A situação que estavam vivendo chamou a atenção dos cônsules prussiano e suíço e também do agente diplomático suíço von Tschudi, que se empenharam junto ao Governo Brasileiro para que houvesse uma solução para estas famílias que estavam vivendo em regime de semiescravidão. Assim, este grupo, composto em sua grande maioria por suíços, foi enviado para a colônia de Santa Leopoldina em 1857, estabelecendo-se em lotes destinados pelo Governo Provinciano. O local onde se estabeleceram recebeu o nome de Suíça.

A família Frank tinha quatro filhas. A filha Maria Luise nasceu em 18 de julho de 1860, na colônia de Santa Leopoldina/Suíça, casando-se em 24 de agosto de 1877 com Emil Wagner. Emil era tecelão, natural de Werdau, na Saxônia. Com 18 anos, no ano de 1874, ele embarcou em Hamburgo com mais três amigos para o Brasil. Os amigos eram três colegas de escola: Richard Wagner, Hermann Geldner e Eduard Köhler. No Brasil, Emil trabalhou como colono, caixeiro e professor de escolas mantidas pelas comunidades eclesiais.[25]

2. A TRAVESSIA

Sobre a travessia, foi possível comparar documentos da época com alguns poucos depoimentos que ainda estavam vivos na memória de algumas pessoas idosas. Infelizmente, as famílias de origem alemã no estado do Espírito Santo preservaram muito pouco da memória histórica da imigração. Pouquíssimos idosos se lembram, ainda que vagamente, de histórias contadas por seus avós e bisavós sobre a vida na Alemanha e a travessia. Vale ressaltar que estas poucas lembranças ainda preservadas, que a princípio parecem ser fantasiosas, contêm bastante conteúdo e verdades históricas, quando comparadas com relatos escritos na época.

Sobre a duração da viagem, há desencontros entre os relatos daquelas pessoas que ainda sabem algo dos antepassados. Alguns contam que a viagem

25 In DER HEIMATBOTE, nº 10, de outubro de 1937.

demorava seis meses, outros falam em três meses. Há, porém, unanimidade em torno de histórias sobre mortes durante a travessia. Todos contam sobre pessoas que morreram e foram lançadas ao mar. Esta memória está muito viva entre os descendentes de pomeranos, que tinham um enorme respeito pelos mortos. Deste respeito fazia parte dar um sepultamento digno em cemitério com caixão adequado, bem como com presença de um pastor ou representante eclesiástico. Durante a travessia, não era possível cumprir nenhum desses ritos, por isso a memória dos sobreviventes foi profundamente marcada.

Erich Boldt, em depoimento dado em 1997, lembrava das muitas crianças que não suportaram a travessia, vindo a falecer. Em 1974, Granzow conseguiu dois depoimentos, quando da sua passagem pelo estado do Espírito Santo. O primeiro foi com uma a Sra. Tietz, que textualmente afirmou: "*Minha pequena irmã morreu no mar. E eles simplesmente a atiraram para fora*". Também uma senhora de idade, de sobrenome Dummer, contou que seu pequeno irmão morreu no navio. Foi a primeira morte a bordo daquela viagem. Lembra que a criança foi colocada num pequeno caixão branco e que este foi lançado ao mar. Ainda conseguiram avistar por muito tempo o pequeno caixão branco flutuando sobre as águas. Após este acontecimento, em que o caixão de madeira custou a submergir, todos os defuntos foram costurados em velhos sacos de lona e então lançados ao mar.[26]

A mesma senhora lembra da fome que passaram a bordo durante a travessia. Lembra que o nome da embarcação era "Humboldt", mas que a chamavam de "Hungerboldt".[27] Na mesma linha, também relatou Erich Bold em 1997. Falou das dificuldades que seus antepassados enfrentaram durante a travessia, que só recebiam pão, água e, de vez em quando, carne, tudo de péssimo gosto.

Piske comenta sobre a vinda de seus antepassados, que empreenderam a travessia no ano de 1872:

> "*Eles partiram de Klötzin — ao sul de Belgard, na Pomerânia, para Hamburgo, onde embarcaram no navio a vela que os levaria para o Brasil. Partiram de sua terra os pais com três filhos e uma filha. No dia da partida do navio, em Hamburgo, faleceu a filha. Tiveram que deixá-la com estranhos, que prometeram dar-lhe um sepultamento digno e cristão. Durante a viagem de travessia, faleceram outros dois filhos, que foram*

26 Klaus GRANZOW, Pomeranos unter dem Kreuz des Südens, p. 180.

27 Fizeram um trocadilho, pois *Hunger* em alemão significa fome.

sepultados no mar. A família havia partido da pátria com quatro filhos e chegou aqui com apenas um".[28]

No ano de 1869, Friedrich August Höhne escreveu do Rio de Janeiro uma carta para o seu irmão na cidade de Chemnitz, descrevendo a sua viagem e sua colocação na colônia de Santa Leopoldina em 1867[29]. Não se encontrou no Arquivo Público documento que comprove a entrada de Höhne na província do Espírito Santo. Apenas, no Livro de Passaportes, há uma referência à saída de Höhne. Fato que ele menciona em sua carta. No Livro de Passaportes, lê-se:

"O Doutor Antônio Joaquim de Oliveira Rodrigues, chefe de Polícia da Província do Espírito Santo — concedo passaporte a Frederico Augusto Höhne, natural de Saxe do Reino da Prússia — profissão marceneiro.

Para o Rio de Janeiro levando em sua companhia sua mulher Ernestina e quatro filhos menores.

Valerá pelo tempo de três meses.

Secretaria de Polícia da Província do Espírito Santo, em 1º de julho de 1869 — Antonio Joaquim Rodrigues

Signaes

Idade 36 anos Estatura regular Rosto redondo Cabellos corridos Olhos azuis Nariz aquilino Cor branca

Barba cerrada Signaes particulares Assignatura do portador Custo do passaporte Grátis por ser pobre" [30]

Höhne e sua família fizeram a travessia no ano de 1867, quando em Hamburgo o governo da cidade e a municipalidade já haviam tentado barrar a ação inescrupulosa de agentes aproveitadores. Mesmo assim Höhne ainda os menciona, citando-os como exploradores. Ele foi um observador atento que, nas entrelinhas, descreveu a situação no navio.

Com certeza, Höhne foi um passageiro que, pela sua vivacidade e cultura, teve acesso à proa e ao leme para poder observar e descrever a "*luminosidade do mar que oferecia um aspecto magnífico, provocando com cada movimento do navio largas estrias de esplendor fosfóreo*".

Höhne menciona as brigas e a música "*que rasgava os ouvidos*", produzida por um pomerano oriental em sua gaita de fole. Sabe-se que as companhias de navegação instalavam na terceira classe uma entrecoberta, para poder transportar mais passageiros. Ao lado desta entrecoberta, eram acomodados os pertences dos passageiros, de forma que sobrava pouco lugar para os passageiros. Viver durante várias semanas esta situação, naturalmente, provocava atritos que desembocavam em brigas.

Schmook cita de um diário de emigrante:

"Imagine você estar nesta entrecoberta com tempo ruim, com 100, 110 até 115 emigrantes presos, imagine a transpiração, as risadas, a gritaria, o vômito, as lamentações, o grito de crianças etc. etc. e você terá então um quadro bastante fiel desta acomodação".[31]

Quando Höhne menciona brigas, nesta situação facilmente se pode perceber o que as ocasionava. Observa-se que Höhne, na descrição da travessia, em momento nenhum mencionou casos de morte. Isto pode indicar que ele teve pouco contato com passageiros da entrecoberta ou da terceira classe. Apenas tomava conhecimento das brigas e da música. Além disso, Höhne viajou em uma época em que já haviam sido tomadas muitas providências para amainar as dificuldades da travessia.

Todas estas providências foram tomadas a partir de um levantamento feito entre os anos de 1847 e 1848. Schmook aponta que nestes dois anos foram computadas 20.000 mortes na travessia para a América — subentende-se que se trata da América do Norte e América do Sul. Schmook registra que numa viagem para Nova Iorque do navio "Leipnitz", da companhia marítima Sloman, morreram 100 passageiros num período de 70 dias, tempo que durou a travessia.[32] Estes números reforçam e dão credibilidade aos relatos das pessoas mais idosas que ainda guardam alguns detalhes da imigração.

Após a desastrada viagem do navio "Leipnitz", foram exigidas condições mais humanas para o transporte de emigrantes. As companhias marítimas e os comandantes das embarcações começaram a ser controlados e acompanhados

28 In Nelso WEINGÄRTNER, 150 anos de presença luterana no Vale do Itajaí, p. 8.

29 Vide a carta completa no anexo.

30 APEES.

31 Mathias SCHMOOK, in Hamburger Abendblatt, edição de 23.07.1998.

32 Ibid.

de maneira mais responsável. Assim, a partir de 1868, cada embarcação tinha que ter equipamento de primeiros socorros, contendo remédios e objetos básicos para prestar socorro aos passageiros. A partir de 1887, cada embarcação era obrigada a contratar um médico. Até então a ajuda aos doentes era prestada pelo barbeiro ou qualquer outra pessoa da tripulação.

No mesmo período, a partir das constantes reclamações dos emigrantes sobre a péssima alimentação e falta de água adequada, a municipalidade de Hamburgo decretou, entre outros, o seguinte, que Schmook reproduz assim:

> *"Em cada navio deve haver no mínimo um cozinheiro para os passageiros da entrecoberta. [...] Também deve ser providenciado, que estejam à disposição para cada grupo de 50 passageiros do sexo masculino e 50 passageiros do sexo feminino, uma latrina para uso exclusivo destes. Em cada navio deve haver pelo menos 2 salas hospitalares".*[33]

Sobre o tamanho das embarcações, há algumas referências e até pinturas, como é o caso do navio "Dr. Barth". Há o diário de Heinrich Hunsche, que aportou na província do Rio Grande do Sul em 1867, e que fornece detalhes sobre o tipo das embarcações. Ele escreve o seguinte: "*Terça-feira, 22 de outubro de 1867, entre 9 e 10 horas da noite, fomos levados a bordo do navio 'Eiteia', escuna velha de dois mastros, contendo 100 pés de comprimento (30 metros) e 20 de largura (6 metros)*".[34]

Em 1981, o Museu Histórico Naval de São Vicente, através de seu diretor, completou esta informação da seguinte forma:

> *"O tipo normal de escuna durante os últimos cem anos de navegação à vela era um navio de dois mastros, cujo mastro de ré, o grande, consistia de mastro real e mastaréu e armava uma grande vela latina, gave-tope e vela de entremastros. Estas escunas tinham, em média, 30 metros de comprimento".*[35]

A partir de detalhes apontados por Hunsche, tem-se uma ideia do que significava viajar num veleiro dessas proporções. Vale, porém, lembrar que Hunsche viajava de camarote, o que não era o caso da grande maioria dos

---

33 Mathias SCHMOOK, in Hamburger Abendblatt, edição de 23.07.1998.

34 Carlos HUNSCHE, Pastor Heinrich Wilhelm Hunsche e os começos da Igreja Evangélica no sul do Brasil, p. 35.

35 Ibid., p. 35.

emigrantes vindos para o Espírito Santo. Como se tratavam de diaristas, pequenos artesãos, tinham que se contentar com a terceira classe, em alguns relatos também chamada de entrecoberta.

Hunsche faz a seguinte observação:

> *"Uma brisa sudeste empurrou-nos de mansinho para fora do porto de Hamburgo e Rio Elba adentro, no qual nos demoramos até domingo, 27 de outubro. Entramos, então, no Mar do Norte. O imediato deixou o navio e voltou para Hamburgo com um navio que vinha do rumo oposto. O vento tornou-se mais rude; tivemos que lutar contra as ondas espumantes. Fomos jogados fortemente para lá e para cá e, antes que o pensássemos, fomos tomados, inexoravelmente, pelo enjôo. Era um quadro bastante melancólico ver, de cada vez, cinco a seis pessoas de nós inclinadas sobre a borda, de olhos lacrimejantes, para pagar ao mar o devido tributo! Em conseqüência do terrível vômito, fiquei tão debilitado que permaneci no camarote durante três dias. Meu colega Brutschin fez o mesmo. E ficamos deitados, ambos comprimidos num compartimento de três pés de altura [0,90cm], 4 de largura [1,20m] e 5 de comprimento [1,50m]! Este foi o nosso recinto de dormir como 'passageiros de camarote'. [...] Na entrecoberta estavam encurralados umas quarenta pessoas... Além do capitão e do timoneiro, a velha nau tinha só quatro marinheiros, dos quais um era, simultaneamente, o cozinheiro. A comida era mais do que frugal, e havia muita falta de água potável. Apanhamos para nós a água de chuva e gostávamos de bebê-la misturada com um pouco de suco de framboesa. Foi uma irresponsabilidade do 'vendedor de almas' Lobedanz, de transportar gente para o Brasil num navio destes. Em Hamburgo, Lobedanz soube ajeitar as coisas de tal forma que não chegamos a ver o navio antes de partida. Só noite escura deixou-nos ir a bordo. Depois disso o amável senhor sumiu.*
>
> *Deitar estendido ou sentar ereto era impossível em nosso camarote, embaixo do qual havia barris com carne em salmoura. Mas, para onde ir para abrigar-se contra o frio de rachar, a chuva e a saraiva? O navio jogava fortemente e aconteceu várias vezes que Brutschin e eu, em nosso catre de tábuas, rolávamos um contra o outro. Contornamos o inconveniente dormindo, um de nós, alternadamente, no convés (o que em mim provocou muita dor de dente). Quando os vagalhões passavam sobre o convés, nós*

em nosso camarote, ganhávamos inevitavelmente nossa porção. Oito longos dias passamos assim no Mar do Norte; foram dias, realmente, penosos".[36]

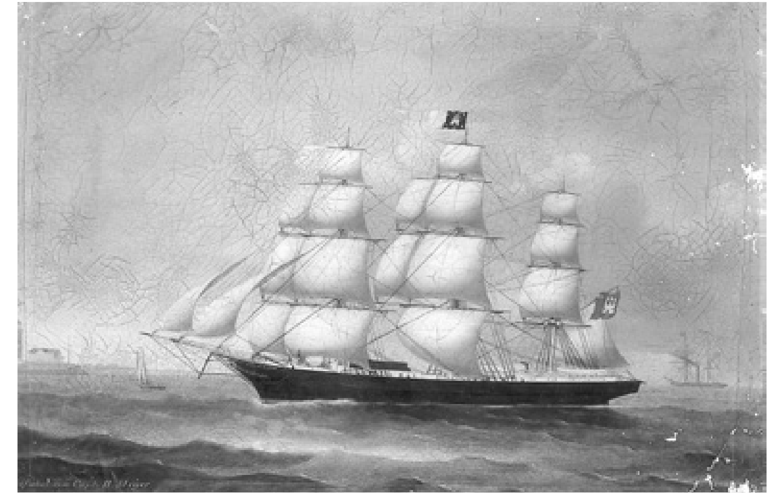
A travessia destes veleiros do porto de Hamburgo, Bremen, Antuérpia ou Amsterdam para o Rio de Janeiro ou Vitória durava em média entre 70 e 90 dias. Em 1859, iniciou-se a navegação com navios a vapor entre Hamburgo e a América do Norte. A partir de 1875, a travessia também para a América do Sul foi feita preferencialmente em navio a vapor, maiores, mas ainda com medidas modestas. Em muitos desses barcos, a altura da entrecoberta não ultrapassava os 1,80 metros. Porém, as condições higiênicas não eram mais tão catastróficas como nos navios a vela.

Os navios veleiros eram todos construídos de madeira, também os mastros, e eram comuns veleiros com três mastros. Além das descrições de Hunsche, acrescentam-se mais alguns testemunhos da época, para se ter ideia das condições a bordo dessas embarcações. São relatos extraídos do livro de Peter-Michael Pawlik.[37] Ele cita o escritor frísio Friedrich Arends, que descreveu a entrecoberta do veleiro "Theodor Körner", com 28 metros de comprimento:

"Num espaço de vinte passos, havia de cada lado 14 camarotes, em duas fileiras, um sobre o outro, largo suficiente para abrigar 5 adultos. No meio ainda uma fileira com 8, atrás com 4 beliches, ao todo 40. Sobravam dois corredores, mas totalmente tomados com caixas contendo os bens dos viajantes. Pode-se assim perceber o aperto para 200 passageiros. Com tempo ruim, quando todos tinham que lá permanecer, uma parte dos passageiros era obrigada a se acomodar nas camas. Cada família pegava uma cama, ou uma cama para duas crianças. Solteiros se acomodavam numa mesma cama. O mesmo valia para solteiras. O recinto não era um espaço agradável para se permanecer e totalmente repugnante quando alguém mareava. Mesmo perto das escotilhas, saía uma forte exalação. Mas no mais o ar era bom, pois duas escotilhas permaneciam abertas dia e noite, quando o tempo o permitia. Rajadas de vento mais forte levavam ar fresco até o chão, que também por vezes era borrifado com vinagre".

36 Carlos HUNSCHE, Pastor Heinrich Wilhelm Hunsche e os começos da Igreja Evangélica no sul do Brasil, p. 35 ss.

37 Peter-Michael PAWLIK, Von der Weser in die Welt, Die Geschichte der Segelschiffe von Weser und Lesum und ihrer Bauwerften 1770 bis 1893, Band 33 der Schriften des Deutschen Schiffahrtsmuseums, Bremerhaven und Hamburg 1993.



Acervo Helmar Rölke, foto cedida por Elke Hubold-Potthast

Veleiro "Doktor Barth"

A situação dos passageiros de entrecoberta nunca foi das melhores. A municipalidade de Bremen, por exemplo, exigia que cada veleiro que transportasse mais de 125 passageiros deveria ter 4 privadas e duas lanternas acesas, desde o escurecer do dia até a manhã seguinte. Observa-se que as privadas eram quartinhos minúsculos, onde os excrementos humanos eram acondicionados em baldes, que depois eram limpos com água do mar. As lanternas eram abastecidas com óleo de baleia.

Pawlik cita também o comandante Lüder Haelsoop, que descreve a situação do veleiro "Dorette", no ano de 1867:

"Que instalações primitivas para os passageiros. Na baixa entrecoberta estavam encurralados 300 passageiros. Sem janelas, sem ventilação. Quando com tempo ruim as escotilhas tinham que ser fechadas, lá embaixo o ar era horrível. Todos se amontoavam, todos dormiam misturados. Não havia médico a bordo. A água para tanta gente era acondicionada em barris. Cada passageiro recebia uma pequena porção de água potável. Durante a noite se colocava guardas, para que não se roubasse água e alimentos".

Adiante, Pawlik cita Wilhelm Schmölder, então aprendiz de marinheiro, que descreve a situação dos passageiros da entrecoberta do veleiro "Therese", no ano de 1863:

"Cada passageiro recebia um quilo e meio de pão, 'a cada oito dias'. Isso era naturalmente pouco para um homem só. Quando acabava de comer sua parte, procurava roubar e se os passageiros não cuidassem, tinham que passar fome. Só recebiam a nova parte, quando chegava o dia certo. Muitas vezes se roubava o pão de uma família inteira. As crianças muitas vezes choravam de fome, relatavam casais. Os marinheiros lhes davam então algumas batatas, mas tinham que cuidar para não serem flagrados pelo comandante da embarcação. Com uma alimentação tão precária, como os passageiros a recebiam (de manhã café, no almoço sopa, à noite arroz), não causa estranheza que três crianças morreram. Tive que ajudar a costurá-las em lonas e as jogar ao mar. Isto geralmente acontecia à noite. Três crianças que nasceram a bordo, sobreviveram".

Pawlik em seu livro descreve viagens para a América do Norte. Para a América do Sul devem ter valido as mesmas condições e experiências, se não piores.

3. A CHEGADA NO BRASIL

Em ordem cronológica, arrolam-se os seguintes navios, com porto de origem e de destino:

1872	Mary Heyden II	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1872	Ceres	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1872	Zorida	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1872	Anna Helena	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1872	Hertig Oscar Fredrick	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1873	Adolph	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1873	Haynan	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1873	Doctor Barth	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1873	Mary Heyden II	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1874	Friedburg	Hamburgo (Alemanha)	Rio de Janeiro
1875	Rivadavia	Le Havre (França)	Rio de Janeiro
1876	La Place	Antuérpia (Bélgica)	Rio de Janeiro
1860	Belgique	Antuérpia (Bélgica)	Vitória
1869	F.G. Fisch	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1869	Humbold	Hamburgo (Alemanha)	Vitória
1880	Amerika	Bremen (Alemanha)	Rio de Janeiro
1880	Leipzig	Antuérpia (Bélgica)	Rio de Janeiro

Observe-se que se trata apenas de alguns nomes que estão registrados com mais frequência nos documentos do Arquivo Público Estadual.

Sobre a vida no porto de Vitória, sabe-se que a primeira embarcação a vapor que passou foi o "Correio Brasileiro", no ano de 1826. O presidente da província relatou este fato para a Corte, escrevendo:

"Tenho a honra de participar a V. Excia, para ser presente a S. M. Imperial, que no dia dezoito do corrente saiu deste porto para o da Bahia a barca de vapor denominada Correio Brasileiro — com todos os passageiros que trazia a seu bordo, e só tenho a acrescentar a V. Excia. que não foi possível apesar de todas as diligências o suprir antes, pelas dificuldades que houveram em se aprontar grande porção de lenha que foi preciso. Deus guarde V. Excia. Vitória, vinte e três de outubro de 1826".[38]

No ano de 1863, aconteceu a primeira exportação de café, açúcar e algodão para a Europa sem passar pelo Rio de Janeiro ou outro porto maior. A exportação foi encaminhada pelo negociante inglês Colman Jackson num navio inglês.[39]

No início da imigração para o Espírito Santo, a travessia acabava no porto do Rio de Janeiro. Chegados no Rio de Janeiro, passados pela alfândega e acertados todos os detalhes da imigração, de lá os imigrantes eram transportados em navios costeiros brasileiros até a província do Espírito Santo. Haviam os portos de Itapemirim, Benevente e Vitória. Na verdade, nenhum deles muito apropriado, pois o desembarque tinha que acontecer através de pequenas lanchas, já que não havia píer para atracar as embarcações. Os imigrantes alemães foram em sua quase totalidade desembarcados no porto de Vitória em navios costeiros, como "Eolo", sumaca que trouxe 163 colonos para a colônia de Santa Isabel, conforme Daemon.[40] Navios como "Mucury", "Eolo", "Urania", "Aurelie", "Diligente" (este naufragado em 24 de fevereiro de 1875), "Fluminense" e "Itapemirim" aparecem com frequência.

Há um registro do mês de fevereiro do ano de 1849, sobre o naufrágio da sumaca "Santa Ana", que bateu sobre a laje conhecida como Baleia, entre o Monte Moreno e a Ilha do Boi. Tudo isto mostra a precariedade da entrada do porto de Vitória. Todas estas dificuldades fizeram com que, no ano de

38 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 356.

39 Ibid.

40 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, anos 1840 a 1849.

1875, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas encarregasse o engenheiro austríaco Andreas Lebin Cernadack para proceder estudos necessários para a desobstrução da barra de Vitória.[41]

Como melhoramento para a navegação em Vitória, em 1870, foi inaugurado o farol que servia de ponto de referência para os comandantes dos navios. Com certeza, a visão do farol e do Convento da Penha foi para muitos imigrantes acontecimento inesquecível.

Na fase do maior fluxo imigratório, a partir de 1871, os imigrantes podiam ser desembarcados diretamente no porto de Vitória. Assim há o registro dos navios "Adolph", "Doctor Barth", "Haynan", "Gutenberg", "Mohely", "Werneck". "Anna Helena" deixou imigrantes no porto de Vitória, trazidos diretamente de Hamburgo. Isto é atestado em correspondência do ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com data de 15 de junho de 1872, dirigida ao presidente da província:

> *"Illmo. Exmo Srn.*
>
> *Pelo offício de V. Exª com data do 1º do corrente mez, fiquei sciente de ter chegado ao porto dessa capital, procedente de Hamburgo, o patácho Anna Helena, conduzindo 170 imigrantes com destino à Colônia Santa Leopoldina, para onde seguiam.*
>
> *Deus guarde a V. Exª*
> *Barão d'Itaúna".*[42]

No porto do Rio de Janeiro, os poucos pertences passavam pela inspeção alfandegária, e os imigrantes eram, no geral, depois de todos os contratempos com o governo da Prússia, bem recebidos. Esta boa recepção devia-se a diversos fatores. O Governo Imperial tinha interesse em encaminhar os imigrantes com alta moral para as colônias. Além deste interesse, havia também no Rio de Janeiro um representante do governo prussiano que, de uma ou outra forma, poderia prejudicar o processo de liberação dos imigrantes na Alemanha, se a recepção no Brasil não fosse digna.

Höhne descreveu a recepção, quando chegou com um grupo de imigrantes no ano de 1867 ao Rio de Janeiro:

41 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, Segunda Parte — Século Quarto, anos de 1870 a 1874.

42 APEES.

> *"Jogando âncora diante das muitas docas, diversos negros trouxeram um oficial de renda a bordo, que deixou intacta a bagagem dos imigrantes. Aí chegaram novamente, guiados por negros, dois alemães a bordo. Sr. Oskar v. Kessel e Sr Meyer, membros da Secretaria de Imigração do Governo Imperial brasileiro, que nos passaram a alegre comunicação, que em pouco tempo seríamos levados para a Colônia e de forma gratuita, o que a nós passageiros foi de agrado, já que todos tínhamos sido explorados pelo agente de Hamburgo. Finalmente chegamos ao continente, onde nos esperavam e cumprimentaram Karl Gräbner, Breunig, Grüno... Agora fomos para a casa de recepção, onde nos foram mostrados os quartos. Aqui é melhor do que no navio, tudo está arrumado de forma nobre. Boa alimentação e hospedagem recompensaram as peripécias e privações da viagem oceânica. Tudo isto é grátis, só aqueles imigrantes que viajam para o Rio Grande do Sul ou para colônias particulares, são obrigados a pagar diariamente 800 réis por pessoas".*

O próprio Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, através da Agência Oficial de Colonização, atesta esta preocupação com a boa acolhida dos imigrantes, quando dirigiu correspondência, com data de 29 de outubro de 1872, ao presidente da província, com o seguinte texto:

> *"Illmo. Exmo Senr. Sobre a matéria do officio do Cônsul Geral do Brasil em Hamburgo, de 25 de setembro próximo passado que* (palavra ilegível) *se dignou enviar-me, ocorre-me diser o seguinte:*
>
> *Parecem-me dignas da mais séria e immediata attenção as ponderações que faz o nosso Cônsul Geral, sobre as providencias a dar na Colonia S. Leopoldina afim de que as expedições que devem partir de Hamburgo em Outubro e Novembro encontrem conveniente collocação".*[43]

Em 31 de março de 1873, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas dirigiu-se ao presidente da província da seguinte forma:

> *"Illmo Exmo Sen*
>
> *Tendo participado o Cônsul Geral em Hamburgo que d´aquella cidade tinham de partir no meiado de Abril vindouro 880 immigrantes que se destinam á Colônia Santa Leopoldina, recomendo a V. Exa que enpeça terminantes ordens para o seu immediato desembarque, recepção e*

43 APEES.

agasalho, bem como para o seu transporte à referida Colônia, onde todas as providências devem estar tomadas para o seu prompto estabelecimento, na conformidade das ordens que por parte este Ministério tem sido reiteradas a semelhante respeito.

Deus Guarde V. Exa".[44]

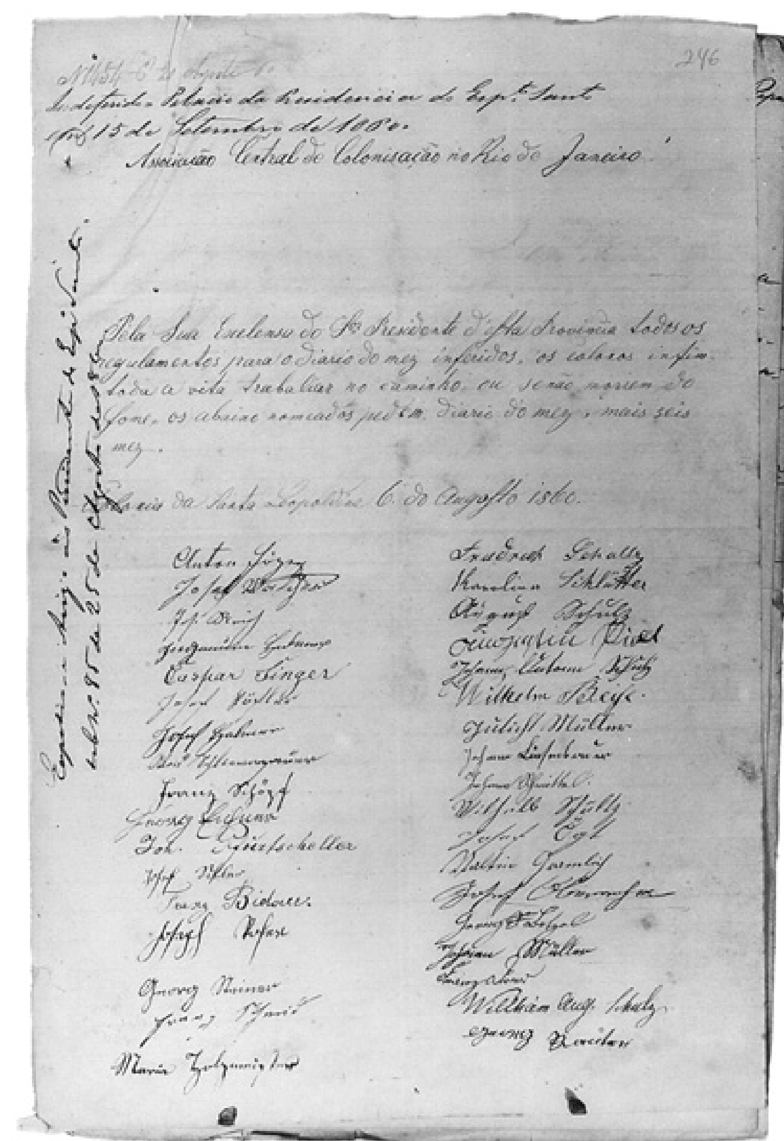
Todas as preocupações estão também fundamentadas em documentos anteriores como, por exemplo, uma correspondência com 35 assinaturas de colonos alemães da colônia de Santa Leopoldina. Ela tem a data de 06 de agosto de 1860 e dirige-se à Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro. O texto é escrito em português, mas truncado para leitura, pois contém algumas letras provenientes do alemão gótico. Era a forma como muitos colonos aprenderam a escrever, quando ainda estavam na Europa. Há entre os assinantes também alguns nomes de imigrantes suíços.

"Pela Sua Exelensa do Sor Presidente D'esta Província todos os regulamentos para o diário do mez inferidos, os colonos infim toda a vita trabaliar no caminho ou senão morrem do fome, os abaixo nomeados pedem diário do mez, mais seis mez

Colônia da Santa Leopoldina 6. do Augosto 1860" [45]

44 APEES.

45 Ibid.



Associação Central de Colonisação no Rio de Janeiro

Pela Sua Exelenso do Sor Presidente d'esta Provincia todos os regulamentos para o diario do mez inferidos, os colonos infim toda a vita trabaliar no caminho ou senão morrem do fome, os abaixe nomeados pedem diario do mez, mais seis mez.

Colonia da Santa Leopoldina 6. do Augosto 1860.

Requerimento de imigrantes da colônia de Santa Leopoldina junto ao presidente da província no ano de 1860 reclamando mais ajuda financeira

Conforme observação, no documento original, o pedido de prorrogação do pagamento de diárias por mais seis meses foi indeferido pelo Palácio da Presidência do Espírito Santo em 15 de setembro de 1860.

Em fins de julho de 1873, mais de setenta colonos pomeranos revoltaram-se na colônia de Santa Leopoldina, como atesta Basílio Daemon.[46] Ele escreve que estes colonos revoltosos recusavam-se a receber prazos de terra, ameaçando a todos. O próprio presidente da província interveio, partindo para Santa Leopoldina com uma tropa militar. A revolta foi contida, e os colonos, apaziguados com o auxílio do diretor da colônia. Percebe-se que as entradas maciças ocorridas no ano de 1873 criaram confusão em Santa Leopoldina.

Naquele ano, diversos imigrantes alemães, talvez animados por 59 poloneses que se recusaram a aceitar os seus lotes, partiram em agosto para o estado do Rio Grande do Sul. Em outubro partiu outro grupo e, finalmente em dezembro, partiu um grupo para os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.[47]

No início do ano de 1874, foi designado o capitão Pedro de Santana Lopes como diretor interino da colônia de Santa Leopoldina,

> *"visto o desarranjo em que se achava a repartição e negócios daquela colônia e os contínuos distúrbios que ali se davam. Com efeito, melhorou muito aquela colônia, cessaram as conflagrações, diminuíram as despesas, aumentando a lavoura e criando o novo núcleo de Timbui".*[48]

Em maio de 1874, ocorreram graves incidentes entre a direção da colônia e grupos de colonos. O mais grave aconteceu no dia 12 de maio, quando um grupo foi à Santa Leopoldina para receber salários. Este incidente foi assim descrito pelo diretor:

> *"No dia 12, apresentou-se um grupo de 40 ou 50 alemães, reclamando auxílio gratuito concedido pelo artigo 30 do Regulamento número 3784 de 19 de janeiro de 1867; tendo esta Direção examinado tais reclamações, descobri que esse auxílio já havia sido pago aos pais dos reclamantes e aos de suas esposas, quando ainda estavam sob seu pátrio poder, e assim foi-lhes recusado. Outros apresentaram-se afirmando ter concluído a construção das trilhas para os seus lotes, que haviam tratado com esta Direção, e exigiam o pagamento imediato do número de braças que declaravam ter feito, independentemente de qualquer supervisão e não obstante a cláusula inserida no contrato que firmaram 'depois de examinado será pago'. Tem sido igualmente recusada esta segunda pretensão, prorromperam em ameaças e dois dos chefes, forçando a porta, entraram na sala da Direção e imediatamente avançaram os outros, armados com bastões... Em seguida a porta foi arrombada e muitas pedras foram atiradas pela janela, não tendo eles a coragem de forçar a entrada, pois tinham visto que vigiávamos, armados com foices e pistolas. Neste momento fomos socorridos por alguns brasileiros e alemães antigos*[49] *e colocando-me em condições de poder agir, saí de casa e ordenei aos turbulentos que se retirassem, o que fizeram... No dia 13, continuaram os pagamentos sem maiores novidades até as 4 horas da tarde, quando chegou um grupo deles embriagado e seguido por outros, e começaram a provocar desordens, estive atento ao dinheiro e fiz suspender os pagamentos; e como eles continuassem a estar à porta com atitude insolente, saí com o tesoureiro e com três brasileiros e nos dirigimos à residência do médico, com a intenção de ver se se retiravam, mas estávamos enganados; seguiram-nos com os bastões e lançando-nos impropérios. Chegando à casa do médico, encontrei alguns brasileiros e o Sub-delegado, o qual intimou os colonos a se retirarem e, não sendo obedecido, teve que empregar a polícia, composta de compatriotas, aprendendo um deles, enquanto os outros fugiam. Na noite do mesmo dia 13, os colonos se reuniram em número de sessenta, mais ou menos, e, fazendo de uma daquelas caixas de querosene um tambor de guerra, soaram o toque de reunir, fizeram manobras militares e se prepararam para marchar em direção à casa da Direção, quando foram cercados pelo Sub-delegado, ajudado por compatriotas, que ordenou-lhes que se dispersassem, o que fizeram... Os presos foram recolhidos em uma sala da enfermaria, casa coberta de palha onde eles, com um fósforo, teriam podido explodir, não apenas a enfermaria, mas também a farmácia que está situada em uma parte do mesmo edifício. Além disso, não é a primeira vez que isto acontece aqui, mas trata-se da oitava ou décima repetição".*[50]

46 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, Segunda Parte — Século Quarto, anos de 1870 a 1874.

47 APEES.

48 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, Segunda Parte — Século Quarto, anos de 1870 a 1874.

49 Nota do autor: tratam-se de imigrantes vindos nas primeiras levas para Santa Leopoldina.

50 APEES.

A última observação da carta do diretor para o presidente da província é elucidativa: revoltas não eram tão esporádicas. Já se tratava da oitava, ou décima. Da forma como o diretor descreve os acontecimentos dos dias 12 e 13 de maio, deduz-se que o grupo não tinha lideranças politizadas ou carismáticas.

Percebe-se que o clima entre os imigrantes, autoridades e brasileiros (compatriotas) era tenso. Tanto que, em agosto de 1874, três colonos alemães assassinaram um colono brasileiro.[51] Um mês depois, Pedro Santana Lopes era afastado da direção da colônia e um comissário do governo preparou um relatório sobre as reais condições desta. O relatório, que descrevia a situação de forma negativa, propunha emancipar as regiões habitadas pelos alemães e outros europeus vindos nas primeiras levas. Isto foi negado pelo diretor que assegurava que todos os imigrantes, também os que vieram recentemente, estavam bem.[52]

No ano de 1877, colonos, sobretudo italianos, instalados em Timbui rebelaram-se. Daemon[53] assim descreve o conflito:

> *"Em janeiro deste ano revoltam-se na colônia de Timbui perto de mil colonos, fazendo distúrbios e afinal apresentando-se nesta capital a fazer exigências indébitas, querendo que o governo os mandasse transportar para as colônias de Santa Catarina; comunicado este fato por telegrama ao Governo Imperial pelo então 1º Vice-presidente da província, Coronel Manoel Ferreira de Paiva, vieram da Corte para os conduzir os transportes de guerra Madeira e Purus, com o subdiretor da Colonização e Engenheiro Civil José Cupertino Coelho Cintra e mais uma Companhia de Fuzileiros Navais; sem obstáculos, embarcaram todos os colonos no dia 25 do mesmo mês para a Corte, apaziguando-se assim a população que se achava alarmada".*

Os imigrantes chegados até o ano de 1867, encontraram o Convento da Penha em toda sua majestade em frente a uma enseada existente na então Vila do Espírito Santo, hoje Vila Velha. Era ali, nesta enseada, que eram desembarcados dos navios através de pequenas embarcações. Então eram destinados pelas autoridades locais para as devidas colônias.

51 APEES.

52 Ibid.

53 Basílio Carvalho DAEMON, Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística, Segunda Parte — Século Quarto, ano de 1877.

Em 14 de fevereiro de 1867, uma forte tempestade provocou enormes estragos no Convento da Penha. Raios provocaram enormes estragos no zimbório, nas obras de talha e parede lateral. As obras de restauração só foram concluídas em 1880, quando foi restaurado o zimbório, obras de talha no altar, bem como pinturas de Vitor Meireles. Também o corpo da capela foi assoalhado.

Höhne descreve como os imigrantes eram recebidos em Vitória:

> *"No dia 13 de agosto (1867) fomos para o vapor que nos levou até Vitória. Também ali tínhamos boa alimentação. Carne de manhã, meio dia e à noite. No dia 15 de agosto chegamos em Vitória, uma pequena cidade com no máximo 2 a 3.000 habitantes, que carrega o orgulhoso nome de ser uma cidade portuária, pois mensalmente é visitada por dois vapores e um navio a vela (navio costeiro). Ali chegamos à hospedaria que é um pouco diferente àquela da capital. Recebemos carne salgada secada ao ar (carne seca), feijão, roscas etc... Resumidamente, tudo aquilo que precisávamos durante a nossa estadia lá. Tivemos que cozinhar sozinhos.*
>
> *Antes de sermos despachados para a Colônia, recebemos além disso, 2 machados, 2 enxadas, 2 foices, duas esteiras, cobertores, louças para cozinhar etc".[54]*

Somente no ano de 1889 foi construída uma hospedaria para receber os imigrantes, que recebeu o nome Pedra D'água. Até então os imigrantes eram hospedados em prédios improvisados. Geralmente, tratavam-se de armazéns pouco arejados, mal iluminados e com pouca higiene. Devido a doenças como sarampo, moléstias do aparelho digestivo, febres intermitentes e moléstias das vias respiratórias, procurou-se um local apropriado para receber os imigrantes.[55] Durante um surto de varíola no ano de 1915, a hospedaria foi transformada em lazareto. No ano de 1924, foi transformado em penitenciária.

A iluminação das ruas principais de Vitória era feita por lampiões a óleo de peixe. Em 1865, estes foram substituídos por lampiões a querosene. Em março de 1879, deram lugar a bicos de gás. Até então os lampiões da iluminação pública das ruas não eram acesos em noites de luar, mas com a instalação dos lampiões a gás, o serviço passou a ser feito todas as noites.[56]

54 Höhne — vide anexo.

55 Lucílio da Rocha RIBEIRO. Subsídios à História da Imigração Italiana nos Municípios de Ibiraçu e João Neiva, p. 191.

56 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 364.

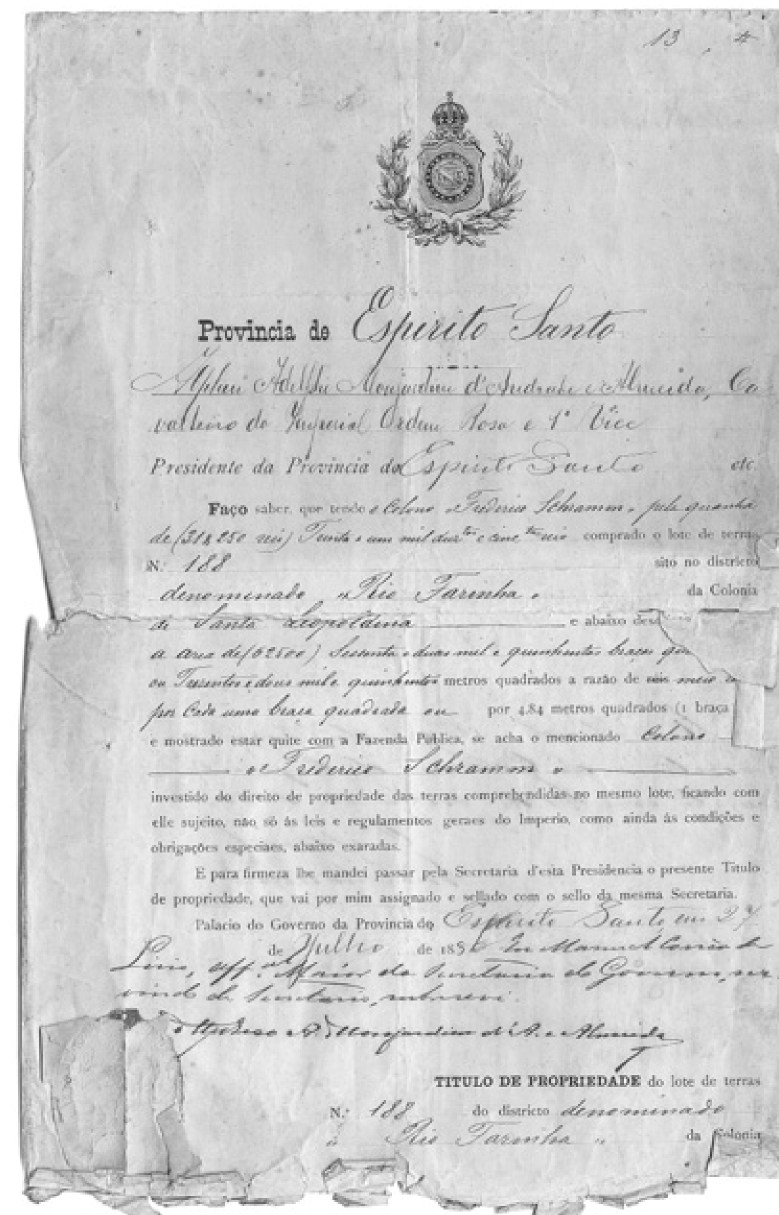
A DISTRIBUIÇÃO E INSTALAÇÃO DOS IMIGRANTES

1. AS CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO

Todos os imigrantes instalaram-se nos lotes que lhes eram designados pela direção das colônias. Em alguns poucos casos, alguns imigrantes conseguiam trocá-los, quando comprovavam à direção da colônia que o terreno realmente era muito acidentado e, portanto, inabitável e impraticável para a agricultura.

As barreiras constituídas pelas vertentes íngremes ou florestas nas áreas mais acidentadas do terreno, muitas vezes, não permitiram estabelecer com clareza os limites das propriedades. Mesmo assim, cada colono construía a sua casa em lugar que lhe parecia o mais apropriado possível. Apenas se observava construir perto de linhas ou picadas. Com isto, abriram mão do que conheciam na Alemanha, onde geralmente se vivia em pequenas aldeias, vilas ou lugarejos. Por isso, nos primeiros decênios da colonização de imigrantes alemães, não surgiram vilas ou, como diziam, *Stadtplatz* (lugar de cidade) ou "patrimônios". Vivia-se na dispersão.

Ao medirem e delimitarem os lotes, as autoridades governamentais não se preocuparam em observar se o terreno era demasiadamente acidentado. Muito menos se preocuparam em prever o surgimento de vilas. Um lote era colado ao outro e nenhum dos imigrantes se dispunha a ceder espaço daquilo que era seu e que havia sido conseguido com tanta dificuldade. Além do mais, ainda havia as dívidas junto ao Governo Brasileiro, que deviam ser quitadas, como a viagem de travessia, a devolução do dinheiro recebido para a instalação e o pagamento do próprio terreno.



Provincia de Espirito Santo

Presidente da Provincia do Espirito Santo etc.

Faço saber, que tendo o Colono Frederico Schramm, pela quantia de (31$250 réis) ... comprado o lote de terras N.: 188 sito no districto denominado "Rio Farinha" da Colonia de Santa Leopoldina e abaixo des... metros quadrados a razão de ... por 4,84 metros quadrados (1 braça e mostrado estar quite com a Fazenda Publica, se acha o mencionado Colono Frederico Schramm investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, ficando com elle sujeito, não só ás leis e regulamentos geraes do Imperio, como ainda ás condições e obrigações especiaes, abaixo exaradas.

E para firmeza lhe mandei passar pela Secretaria d'esta Presidencia o presente Titulo de propriedade, que vai por mim assignado e sellado com o sello da mesma Secretaria.

Palacio do Governo da Provincia do Espirito Santo em 27 de Julho de 185...

TITULO DE PROPRIEDADE do lote de terras N.: 188 do districto denominado "Rio Farinha" da Colonia

Acervo Helmar Rölke

Escritura da terra de Frederico Schramm, depois de quitado o lote junto à receita provincial

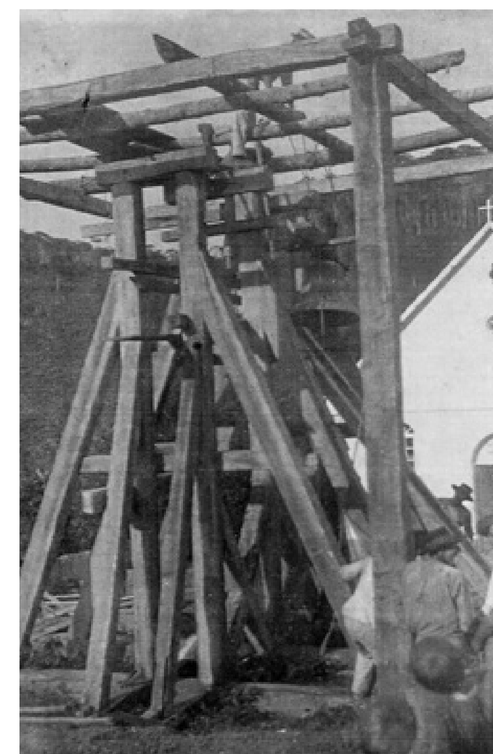
Assim, povoamentos ou "patrimônios" só surgiram aos poucos. Até o ano de 1900, havia apenas Santa Isabel, Campinho, Santa Leopoldina e algumas vendas maiores como povoamentos agrupados. Semelhante sistema de dispersão das habitações deu-se também nas vertentes norte e sul do Rio Doce, e não só nas regiões pioneiras de colonização na "terra fria".

A este fator somou-se ainda o que poderia ser chamado de falta de senso coletivo. Senso coletivo só se conhecia quando se tratava de abrir estradas ou carregar doentes até o próximo médico, durante horas, deitados em lençóis que eram presos em varas de bambu. Também se era solidário e praticava-se solidariedade quando se tratava de carregar mortos até o cemitério. O caixão era amarrado pelas duas extremidades em vara de bambu, que era carregada no ombro pelos vizinhos ou pelos integrantes da comunidade religiosa.



Acervo Hugo Wernicke (1895–1898)

Venda Bullerjahn — região de Jequitibá



Acervo Helmar Rölke

Glockenstuhl para receber os sinos

Porém, não havia senso coletivo quando se tratava de comercializar a produção. Quando foi ocupado o norte do estado, este mesmo processo repetiu-se. Trabalhava-se em mutirões para abrir caminhos para o escoamento da produção agrícola. Mas não havia nenhum interesse de comercializar a produção de forma coletiva ou através do cooperativismo. Também não havia interesse de se produzir industrialmente, como, por exemplo, a farinha de mandioca. Cada colono produzia por si e vendia individualmente os seus produtos.

Também não se procurou conduzir de forma coletiva os produtos excedentes da lavoura e o café para centros maiores de consumo ou fazer feira. Assim, permitiu-se que o "vendista" (comerciante) fizesse esse papel, criando-se dependência do produtor junto ao comerciante. Todos os produtos eram transportados até a casa comercial mais próxima. Conforme a colonização

avançava, avançavam também os comerciantes, monopolizando os serviços de compra e venda.

Junto com a ocupação das colônias, veio, num país católico, um certo fervor religioso, com a construção de cemitérios, escolas/salas de aula, capelas e templos maiores. As construções geralmente eram feitas em locais mais altos, para que pudessem ser avistadas de longe. Alguns templos tinham sinos que eram instalados em armações de madeira, cobertas por um telhado. Falava-se do *Glockenstuhl*, ou seja, a "cadeira dos sinos", sobre a qual estavam assentados os sinos. Encostada à igreja/templo, geralmente era construída a casa pastoral, dispondo de todo conforto disponível e compatível com o isolamento rural. As salas de aula perto das casas dos pastores eram importantes, pois estes ou suas esposas assumiam a tarefa de dar aula. Além do mais, o estado só construía escolas em centros mais densamente habitados.

2. "TERRA FRIA" E "TERRA QUENTE"

Como toda a região serrana e central da província do Espírito Santo era coberta por densas florestas, a instalação dos imigrantes foi determinada pela geografia e não pela fertilidade do solo ou distribuição da vegetação. A flora era quase idêntica em Santa Isabel e Santa Leopoldina, a exceção era a colônia de Rio Novo, que tinha matas mais exuberantes.

O litoral com seus vales e baixadas, que possibilitavam circulação fácil de pessoas e mercadorias, foi o primeiro a ser desbravado, aparentemente de forma racional. Os primeiros imigrantes, que via Vitória eram levados por canoas para Santa Leopoldina, relatavam sobre a exuberância da natureza que circundava a margem próxima ao Rio Santa Maria. Mas também se referiam às fazendas e plantações de cana-de-açúcar, para as quais vastas áreas de terra já eram desmatadas. O mesmo fenômeno acontecia com os imigrantes da colônia de Santa Isabel. Até as cercanias de Viana, a terra era cultivada, mas subindo a Serra da Vista Linda, ela ainda era quase totalmente intacta.

Colada ao litoral, estendia-se a região serrana, muito recortada por profundos vales e penhascos e, por isso mesmo, hostil à circulação de pessoas e mercadorias, pois se tornava difícil abrir caminhos e estradas transitáveis. Havia, porém, uma temperatura amena. É por isso que os antigos habitantes falavam da "terra fria", onde se tornava mais fácil viver e proteger-se contra doenças

que eram comuns nas terras mais quentes. Os meses de inverno apontavam uma diferença considerável entre temperatura máxima e mínima no ano.

Vencida a barreira montanhosa dos primeiros decênios, abria-se a "terra quente", com solo mais arenoso e com vales mais abertos, o que facilitava a abertura de caminhos para locomoção e a interação com luso-brasileiros que já viviam lá. Estes desbravaram aquelas regiões a partir do sudeste, do Rio de Janeiro e Minas Gerais, à procura de solo fértil e clima apropriado para a cultura do café. O mesmo processo deu-se a partir do norte, que tinha na cidade de São Mateus um polo de irradiação, de onde fazendeiros procuraram abrir novas fronteiras agrícolas.

Toda a região serrana entre Castelo, Rio Novo, Itapemirim, ao sul, e o Rio Doce, ao norte, eram aos olhos dos lusos-brasileiros terras não apropriadas, pois eram praticamente inacessíveis pela geografia acidentada que as cercavam. Pelo sul esta região era cercada pela serra de Castelo. Pelo oeste era cercada pela serra do Caparaó. Mais para o norte, o Rio Doce significava um limite natural, difícil de ser vencido. Assim toda esta região era, em fins do século XIX, uma grande barreira a ser vencida.

O eixo principal de penetração à região da "terra fria", destinada aos imigrantes alemães, suíços de fala alemã e trentinos, deu-se pelo Rio Jucu, navegável até as proximidades de Viana. Pelo Rio Santa Maria, navegável até Santa Leopoldina, e pelos Rios Piuma e Itapemirim, até a confluência do Rio Novo com o Pau d'Alho. As colônias de Rio Novo e Santa Leopoldina tinham acesso mais fácil por meio de transporte fluvial. Por proximidade geográfica, havia uma interligação entre as colônias de Santa Leopoldina e Santa Isabel. O mesmo não acontecia com tanta frequência entre a colônia de Rio Novo. Um dos poucos contatos dava-se até o ano de 1907, data em que os pastores luteranos de Domingos Martins deixaram de dar assistência espiritual à comunidade luterana que se tinha formado em Rio Novo, composta de suíços de fala alemã, austríacos e alemães.

O primeiro contingente de imigrantes assentados na colônia de Santa Isabel foi confrontado com as mais variadas enfermidades, como malária, febre amarela e tifo. Isto se explica pelo fato de os primeiros imigrantes não atingirem altitudes além dos 300 metros. Estavam assim bem próximos à "terra quente", onde estas moléstias faziam parte do dia a dia. Depois de vencidos estes primeiros obstáculos, colonizou-se a "terra fria" propriamente dita,

onde as altitudes médias situam-se entre 500 e 800 metros, partes mais altas elevam-se a 1.000 metros.

Na colônia de Rio Novo, a instalação foi igualmente complicada, em altitudes que variavam de 70 a 80 metros acima do nível do mar. Estavam, portanto, no que se denominava de "terra quente". Pode-se depreender qual era o clima da "terra quente" a partir dos relatos de von Tschudi, que visitou a colônia de Rio Novo em 1860. Segundo ele, em 1856, chegou um primeiro grupo de suíços de fala alemã, num total de 12 famílias. A princípio foram colocados num galpão na Fazenda Limão às margens do Rio Itapemirim. De lá foram transportados para as margens do Rio Novo. Das 90 pessoas que totalizavam as 12 famílias, 20 morreram até março de 1860, 25 estavam enfermas e apenas 44 saudáveis.

Forçosamente, os imigrantes tiveram que assumir os costumes alimentares locais, como feijão preto, farinha de mandioca e carne seca. Para venceram os desafios na lavoura, que significava enfrentar derrubadas e preparação da terra para o plantio, aprenderam a usar fubá de milho que também foi usado para fazer pão. Este pão era considerado pelos mais antigos como um "pão forte" ou "de sustância" (leia-se substância), que lhes dava força suficiente para aguentar o árduo trabalho no sol. Trabalhava-se para a subsistência familiar, mas com os olhos voltados para um produto comercial que era o café. Em 1862, a produção per capita perfazia 200 quilos de café.[57]

A partir da necessidade de procura por terras mais férteis, bem como também a necessidade de se conseguir terras para a colocação dos filhos que desejavam receber sua herança, muitas famílias foram deixando a "terra fria" rumo ao que chamavam de "terra quente". Ali as temperaturas não variavam muito durante o ano. Enquanto que o inverno na "terra fria" podia chegar a temperaturas que variavam de 6º a 10º, na "terra quente", os dias de inverno se mantinham em torno de 26º. No período de chuvas, os dias eram muito quentes, e com isso "puxavam chuva", conforme relatos obtidos com o Sr. Franz Haese.[58] Logo após as pancadas de chuva, a temperatura caía, para logo em seguida aumentar e "puxar" nova chuva. De vez em quando, ocorriam estiagens com resultados econômicos alarmantes. Mas logo que iniciavam as chuvas, rapidamente o verde da vegetação se recuperava, bem como as lavouras.

57 Jean ROCHE, A colonização alemã no Espírito Santo, p. 27.

58 Relato feito ao autor pelo Sr. Franz Haese em 1973, na localidade de Floresta/Pancas.

3. DAS ANTIGAS COLÔNIAS ATÉ A CHEGADA AO RIO DOCE

Apenas no início do século XX, os imigrantes começaram a chegar aos afluentes do Rio Doce, indo em direção à "terra quente", mais rica e produtiva. Foram se fixando nos vales dos Rios Santa Joana, Santa Júlia, Santa Maria e Guandu, com seus afluentes. O desbravamento dos afluentes do Rio Doce aconteceu através de imigrantes das colônias de Santa Isabel e, principalmente, de Santa Leopoldina.

Eram vales bem mais abertos do que os que conheciam em Santa Isabel e Santa Leopoldina. Enquanto que lá viviam em altitudes que variavam de 600 a 800 metros, agora começaram a habitar altitudes não superiores a 300 metros. Ganharam áreas mais planas para o cultivo, mas em compensação tiveram que enfrentar clima quente e nitidamente mais seco do que aquele que conheciam da "terra fria".

Nas terras quentes, vias terrestres interligavam as propriedades dos imigrantes, pois pela geografia menos íngreme e com vales mais abertos, tornava-se mais fácil a construção de estradas carroçáveis ou aptas para receber carros. Com isso, o escoamento de produtos, a possibilidade de venda e de troca de produtos tornava-se bem mais fácil do que na "terra fria".

A vertente norte do Rio Doce constituía-se topograficamente de condições semelhantes às da vertente sul. Mas, se o aproveitamento da vertente sul deu-se no final do século XIX, na região norte do Rio Doce isso só aconteceu de forma mais ordenada a partir de 1918, através de três afluentes: os Rios Resplendor, Mutum e Pancas.

Toda esta área era coberta de densas florestas, o que dificultava a penetração dos imigrantes. Além do mais, essas áreas, devido a sua situação geográfica distante e insalubre, eram pouco valorizadas. Tudo isto retardou o desenvolvimento desta região. Havia trechos com água estagnada, febres endêmicas e clima quente, o que a princípio refreou a vinda de migrantes alemães, acostumados com clima mais ameno.

Os primeiros colonos alemães atravessaram o Rio Doce pelos vales do Rio Resplendor e seu afluente, o Rio Santo Antônio, costeando assim o estado de Minas Gerais, para só então se estabelecerem novamente em solo capixaba, qual seja na bacia do Rio Pancas.

Característica destes colonos foi a atividade essencialmente agrícola de subsistência, mesmo dedicando forte empenho no cultivo do café. Devido ao clima favorável, a pecuária passou a ter relevância. Os colonos transferiram o jeito de trabalhar das antigas colônias da "terra fria" adaptando-as ao clima da "terra quente". Se na "terra fria" tiveram que passar por um aprendizado totalmente novo, pois na Europa trabalhava-se diferente e com outras culturas, na "terra quente" tiveram que novamente adaptar o já aprendido. Só que desta vez a adaptação já foi bem mais fácil.

Enquanto nas colônias da "terra fria", estabelecidas no fim do século XIX, o solo era pouco produtivo, as vertentes sul do Rio Doce eram bem mais férteis. A mesma experiência fez-se nas vertentes norte do Rio Doce a partir de 1918.

Se as velhas colônias estabelecidas em Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina, na região serrana central, enfrentaram contatos esporádicos com indígenas, os novos núcleos criados na vertente sul do Rio Doce e, finalmente, as da vertente norte, ainda enfrentaram a presença de povos indígenas. Estes, porém, cedo renunciaram à disputa de terras com os imigrantes que chegavam. Internaram-se cada vez mais floresta adentro. Finalmente, um grupo foi confinado nas imediações de Panquinhas, município de Pancas, lugar ainda hoje conhecido como Aldeamento.[59]

Jean Roche vê no contato de imigrantes e índios uma certa importância para o seu jeito de trabalhar na nova pátria. Os imigrantes tomaram emprestado dos indígenas a técnica do desmatamento pelo fogo e a preparação das roças. Esta técnica foi assumida pelos primeiros imigrantes que chegaram e que tiveram que abrir caminho para a colonização. Também se assumiu dos indígenas a técnica de abrir picadas mato adentro, para abrir clareiras e construir choupanas de palha.[60]

Por volta de 1880, a margem esquerda da bacia do Rio Santa Maria na colônia de Santa Leopoldina estava toda ocupada. A ocupação da margem direita estendeu-se até o fim do século XIX e início do século XX. O processo mais lento da ocupação da margem direita deve-se à pouca imigração de elementos alemães a partir de 1870. Com isto, concluía-se a ocupação das áreas da "terra fria".[61]

59 Em 1936, o grupo foi praticamente todo dizimado por febre palustre.

60 Jean ROCHE, A colonização alemã no Espírito Santo, p. 26 ss.

61 Ibid., p. 28.

Praticamente toda região da "terra fria" ocupada por imigrantes alemães é caracterizada por falta de espaço plano. Os poucos espaços planos são constantemente interrompidos por elevações e vertentes dos vales. Como as superfícies planas apenas se localizavam nos fundos dos vales, isto geralmente significava áreas bem úmidas, senão verdadeiros brejos. Para o cultivo, estas áreas precisavam ser drenadas através de valas, o que era muito trabalhoso, pois tinha que ser feito com enxada, enxadão e pás. Para facilitar o trabalho e possibilitar colheitas a curto prazo, avançava-se pelas encostas, desmatando para formar pastos, cafezais e roças agriculturáveis para a produção de subsistência.

As casas geralmente eram construídas mais próximas dos vales, para que se pudesse ter acesso à água. Procuravam-se fontes de água que ficavam mais altas no terreno. A água era trazida para próximo da casa através de valas abertas com enxada e enxadão. Estas valas tinham geralmente a largura do corte de uma enxada, para fácil e rápida limpeza, geralmente após chuvas mais pesadas que eventualmente tivessem assoreado as valas. Perto da casa, a água era captada por calhas feitas com troncos de palmito. Os troncos eram partidos ao meio e, com enxó, transformados em calhas. Assim, a água era levada até próximo à cozinha, para facilitar o trabalho da dona de casa. Havia também casos em que estes troncos de palmito eram usados como calhas para os telhados das casas.

As casas de moradia às vezes ficavam tão distantes umas das outras que os vizinhos pouco se viam. Via-se eventualmente fumaça subindo da propriedade vizinha, quando se queimava algo, quando se fazia pão no forno, quando se cozinhavam alimentos para os porcos, quando o fogão a lenha que ardia o dia inteiro era abastecido por lenha mais úmida, o que então provocava muita fumaça. Outro sinal comum em todas as regiões de imigração, para se perceber que havia vizinhos, era o berrante. Era feito com chifre de bovinos que continha na ponta uma palheta. Quando se soprava, esta palheta vibrava e produzia um considerável som que se espalhava pelo vale. Tal instrumento era usado para chamar para o almoço ou indicar que algo de estranho estava acontecendo. Ao ouvir o som do berrante, todos os membros da família, que estavam trabalhando distante da casa, acorriam.

No ano de 1877, chegou ainda um grupo de suíços-alemães e alemães que foram assentados no vale do Rio Vinte e Cinco de Julho, ou seja, diretamente na "terra quente". Também este grupo estabeleceu-se com dificuldades e

isolamento, porém não abrindo mão da escola para os seus filhos. Dentro do desejo de ensinar pelo menos o mínimo necessário aos filhos, e diante da omissão do Estado, esses colonos dependiam dos professores/agricultores que tinham no grupo. Mesmo assim, no ano de 1921, o professor Fernando Duarte Rabelo, que durante o Estado Novo foi secretário de Educação e Saúde, fez um relato ao então secretário da Educação, com o seguinte teor:

> *"Escolas estrangeiras funcionam no território pátrio com o fim único de ensinar aos filhos dos colonos a língua, a geografia e a história de seus respectivos países, porque sabem os seus professores que tais conhecimentos constituem os mais fortes vínculos do cidadão para com a pátria. Zonas encontrei eu em minha viagem onde a língua dominante é, ora a italiana, ora a alemã, não sabendo as crianças nascidas sob o céu do Brasil uma palavra sequer do português. Visitando a escola alemã do lugar chamado '25 de Julho', no município de Santa Teresa, tive mais uma oportunidade de assistir a um desses espetáculos que muito me impressionaram. Dos dezenove alunos presentes, apenas uns quatros se exprimiam em português. Os restantes, ao serem por mim argüidos fixaram-me olhares interrogadores por não me compreenderem. O livro usado em classe era escrito em língua alemã. Diante dessa irregularidade, achei de bom alvitre intimar o respectivo professor a fazer o ensino da língua pátria. Essa escola, entretanto, é subvencionada pelo município de Santa Teresa, o que é simplesmente ridículo e impatriótico. A disposição que prescreve aos colégios particulares o ensino obrigatório da língua portuguesa encontra nas escolas estrangeiras o seu ludíbrio e ineficácia".*[62]

A migração para a "terra quente", porém, não significou a estagnação das antigas colônias. Os que migravam, vendiam suas propriedades, que, por sua vez, eram adquiridas por aqueles agricultores que haviam decidido permanecer na "terra fria". Em algumas regiões, isto provocou uma certa concentração de terras em mãos de alguns poucos.

Num primeiro momento, esta procura por terras mais férteis se deu na vertente sul do Rio Doce, abrangendo os atuais municípios de Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, São João de Laranja da Terra e Santa Teresa. O fluxo por Santa Teresa aproveitou o Rio Vinte e Cinco de Julho e Rio Perdido. Ao chegarem nestas regiões, os descendentes de alemães já encontraram italianos, alguns

62 in José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 439.

poloneses, grupos de luso-brasileiros e até afro-brasileiros. Como exemplo, cita-se o caso de São Geraldo, em Joatuba (município de São João de Laranja da Terra), comunidade então predominantemente negra.

A migração para a "terra quente" deu-se no princípio pelos vales do Rio Santa Joana e Rio Guandu. Pelo Santa Joana a migração iniciou em Alto Limoeiro, onde o rio foi seguido por Palmeira, Itaimbé, Tancredinho. Pelo vale do Rio Guandu, a migração deu-se por Serra Pelada, Crisciúma e Bananal. Todo este processo efetuou-se praticamente no mesmo período. A migração para Palmeira e Paraju deu-se por volta de 1889; a migração pelo Guandu, a partir de 1901; pouco mais tarde, por volta de 1910, Laranja da Terra e Crisciúma; e Três Pontões, por volta de 1915.

Com exceção do grupo de suíços-alemães e alemães vindos diretamente da Europa para a região de Vinte e Cinco de Julho em 1877, todas as outras regiões da "terra quente" já foram colonizadas, em grande parte, por colonos nascidos aqui ou vindos para o Brasil ainda crianças. Isto fez com que estes colonos estivessem melhor preparados para desbravar novas fronteiras. De certa forma, já falavam e entendiam algumas palavras da língua portuguesa e tinham experiência na agricultura tropical.

A partir de 1916, a vertente norte do Rio Doce tornou-se alvo da migração. O processo deu-se entre a I e a II Guerra Mundial, na direção de Panquinhas (Pancas), Laginha do Pancas, Córrego Limão, Novo Brasil e São Gabriel da Palha. Desde o início, a povoação foi feita com grupos étnicos fechados. Isto é, havia grupos de italianos que formavam colônias fechadas; quilômetros adiante, em condições climáticas e geográficas idênticas, fixavam-se alemães, em colônias fechadas; em outros pontos, luso-brasileiros. Em Águia Branca, tinham-se fixado poloneses.

Com a construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, no ano de 1928, sobretudo italianos desbravaram a região, indo em direção a São Domingos até Nova Venécia. Este trajeto foi seguido de forma cada vez mais numerosa por descendentes de alemães, a partir de 1938, indo em direção a Córrego Bley, Barra de São Francisco e, finalmente, em 1942, Vila Pavão, então chamada de Córrego Grande.

Genericamente, dizia-se na "terra fria" que os parentes tinham migrado para a "terra quente" ou "terra roxa", o que para muitos tinha apenas o significa-

do de grande distância geográfica, com difícil acesso, clima muito quente, porém terras férteis.

A penetração na "terra quente" nem sempre foi fácil. Para ilustrar como foram estes avanços e recuos e quais as dificuldades encontradas, mas também os sucessos conseguidos, transcreve-se parte do diário deixado pelo pastor Brick, datado de 1925.[63] Pastor Brick descreveu a vida de colonos de descendência alemã, que haviam se estabelecido na região do Rio Guandu:

> *"Emil Holz era o homem que ditava as regras. Era o patrão. A ele e a seu irmão pertencia a venda. A esposa de Emil por vezes contava-me de sua vida. Seus pais eram diaristas e emigraram da região de Schievelbein* [64] *por volta de 1870. Vovô Holz possuía uma venda na 'terra fria'. Quando as terras da 'terra fria' não mais produziam bem, os filhos migraram para 'terra quente', até o rio Guandu. A terra se conseguia de graça, bastava apenas torná-la cultivável. Emil fez derrubadas e plantou café. Outros colonos seguiram. Mas logo perceberam o clima muito quente e queriam voltar para a 'terra fria'. Todos deviam dinheiro ao Emil, pois ele era o único que possuía uma mula. Com esta buscava na venda de seu pai ferramentas, como machados, serras, arame farpado, material para uso doméstico, roupa.*
>
> *Estes colonos deixaram suas terras, em parte já com plantações de café, como pagamento para o Emil. Emil não o quis. Mas não lhe sobrou outra alternativa. Assim Emil se tornou latifundiário, só por ter ajudado seus vizinhos. Após alguns anos, o café começou a produzir.*
>
> *Emil e seu irmão mais novo, Franz, levavam o café no lombo de mulas para a venda do pai, que vendia o café. Assim Emil enriqueceu, sem saber. A sua esposa contou, que quando casaram, Emil Holz possuía em torno de 50 Marcos e ela, 80 Marcos, conforme nosso dinheiro. Como Emílio não tinha aprendido ler e escrever, o irmão mais novo teve que aprendê-lo e fazer a contabilidade dos negócios.*
>
> *Emil não tinha noção do valor do dinheiro. Levava tudo nos bolsos de sua calça. Quando certa vez lhe arrumei uma edição cara da bíblia, achou que não seria capaz de pagá-la. Colocou as mãos no bolso e tirou dinheiro, mostrando-me as mãos cheias. Com este dinheiro poderia comprar algumas centenas de bíblias. [...] Emil tinha um corpo avantajado e não tinha filhos. [...] Franz Holz era magro e tinha muitos filhos. Os dois eram de boa índole e prontos para ajudar e se davam bem entre si.*
>
> *A uma venda também tinha que pertencer uma tropa, com mais ou menos 50 mulas, que carregavam duas sacas de café. Emil Holz possuía várias tropas, que diariamente transportavam café até a linha de ferro em Baixo Guandu, distante 50 quilômetros. De lá, por sua vez, traziam produtos para a venda. Estas tropas também transportavam o correio.*
>
> *[...] Entrementes também os pais tinham deixado a 'terra fria' e se fixado em Baixo Guandu, onde se encarregavam de organizar o transporte das mercadorias via trem de ferro. A primeira Guerra Mundial favoreceu de forma especial a família Holz, na pessoa de um oficial da marinha alemã, chamado Fritz von Lützow.*
>
> *[...] Lützow conseguiu vir a pé até o Estado do Espírito Santo, encontrando guarida junto à família Holz e junto a uma jovem moça, a irmã mais jovem de Emil e Franz. Logo von Lützow percebeu as possibilidades. Colocou em dia a contabilidade e a loja, construiu moinhos movidos com força hidráulica e moendas de cana-de-açúcar. Formou plantações de cana-de-açúcar e produzia aguardente, que conseguia vender bem.*
>
> *[...] Quando o visitei em 26 de julho de 1925, tinha duas crianças, um filho e uma filha. A sua fábrica situada à margem, onde o Rio Guandu desemboca no Rio Doce, era vistosa. Ali Lützow havia construído uma usina de geração de eletricidade, aproveitando as cachoeiras. Junto com Emil Holz, consertaram a estrada de 50 quilômetros, margeando o Rio Guandu. Consertaram pontes e inauguraram uma linha de transportes com caminhões desde a linha férrea até a foz do Rio Crisciuma. À noite, quando todos dormiam, Fritz von Lützow se dedicava ao seu hobby: cálculos na área da astronomia.*
>
> *[...] No Brasil lhe era dedicada alta consideração. Ouvi, que a escola técnica superior do Rio de Janeiro o havia premiado pela construção de uma turbina para gerar energia elétrica. Esta construção se tornou necessária, pois o Rio Guandu não tinha em sua foz a devida queda, que comumente se esperava para girar as turbinas comuns.*

---

63 Os originais encontram-se com a família de seu genro, pastor Dietrich STUMPP. Cópia xerocada com o autor.

64 Região da Pomerania Oriental.

[...] Quando o novo representante do governo alemão visitou as colônias alemãs no Brasil, também visitou Emil Holz e Fritz von Lützow, que lhe serviram uma festiva refeição, após terem matado alguns jacarés no Rio Doce.

[...] Emil Holz aceitou com gratidão o convite feito pelo representante do governo alemão, e pouco tempo depois viajou para o Rio de Janeiro. Quando Emil apareceu com sua [...] esposa na embaixada alemã, vestido com roupas de festas que se usava entre os emigrantes em 1870, criou-se certo constrangimento. [...] O secretário da embaixada [...] perguntou ao Emil, se não gostaria de viajar uma vez para a Alemanha. Havia um navio alemão ancorado no porto. Emil meteu a mão no bolso, puxou notas de dinheiro e perguntou, se este dinheiro era suficiente. O secretário disse que era o suficiente e embarcou Emil com esposa. Antes ainda orientou o motorista, para que ajudasse o casal Holz na compra de roupas e malas. A agência naval e a polícia foram avisados que uma pessoa um tanto estranha, mas proeminente, viria a bordo e como tal deveria ser tratado. Tudo deu certo. Assim Emil Holz e esposa foram despachados para a Alemanha. A viagem fez bem a ele. Conheceu o mundo e a Alemanha. Visitou sua pátria e voltou para o Brasil como pessoa mudada, com duas crianças órfãs da Pomerânia, que havia adotado. Isto foi o grande acontecimento na vida de Emil.[65]

[...] No meu segundo culto já havia corrido a notícia da chegada de um novo pastor na terra. Diante da porta da Igreja já esperavam cavaleiros que logo me levaram para celebrar um culto no lado norte do Rio Doce, pois lá ainda não havia chegado nenhum pastor e que por isso todas as crianças estavam sem batismo e que os casamentos ainda não tinham recebido a bênção eclesiástica. Assim viajei com eles a cavalo e transpus o Rio Doce [...] que tinha mais ou menos entre 300 e 500 metros de largura.

Transpus o Rio Doce numa pequena localidade chamada Natividade, numa canoa feita em tronco de árvore. [...] No barranco norte do Rio Doce andei a pé, em parte sobre as areias brancas que formavam uma praia, entre a qual descobri folículos monazíticos e pequenas partículas de ouro, depois que meu acompanhante havia contado, que antigamente se procurava ouro nesta região, mas que agora tal atividade não era mais rentável.

O primeiro culto foi celebrado num galpão, onde tábuas eram colocadas sobre caixotes, servindo assim como bancos. Também ali já haviam chegado cavaleiros que me solicitavam acompanhá-los mais para o norte ainda. Assim segui viagem com eles. Seguimos o Rio Resplendor através de um vale romântico-selvagem, porém com montanhas de pedra íngremes. [...] Ao anoitecer chegamos ao colono Witt, que morava de forma solitária. Ali celebrei uma meditação, na qual também participaram pessoas negras, que eram evangélicas. Na outra manhã seguimos viagem. O colono Ohnesorge era o guia. Ohnesorge também tinha sido o guia do Professor Maul (sic)*, da Universidade de Graz, que em seu livro o menciona, tecendo sobre ele comentários positivos.*[66]

[...] Ohnesorge me contou muito das suas viagens com o Professor Maul. Significativo foi para mim, quando disse: 'Até aqui eu vim com o Professor'. Agora ultrapassávamos uma região, que ainda não fora descrita cientificamente. Ohnesorge foi também o primeiro que tinha transposto o Rio Doce e mantido contato com os índios que viviam no lado norte do Rio Doce. Ele trouxe presentes para eles, conseguindo assim a sua confiança. Cavalgamos de forma penosa mais ou menos quatro horas, subindo uma serra, onde nasce o Rio Mutum. Chegando lá em cima, nos deparamos com um banhado, de mais ou menos 100 metros de largura. Tiramos as selas dos animais. Ohnesorge arrumou varas de bambu e um bocado de pedras. Aí me mostrou como deveria saltar de vara, de pedra para pedra, de tronco em tronco, de ilha para ilha, para transpor o banhado. Depois que consegui a travessia, ele colocou os animais para a travessia, espetando-os com vara de bambu, ou jogando pequenas pedras neles. Enquanto isso eu aguardava no outro lado, com uma lata que continha milho, fazendo barulho para atrair os animais. Até o meio do banhado foi tudo bem. Mas então começaram e penetrar cada vez mais no banhado. Ohnesorge os seguia e eu os chamava com o milho. Mas aos poucos desapareceram, seguidos por Ohnesorge. Não ouvia mais os seus gritos nem o barulho dos cascos batendo na água. Depois de muito tempo os ouvi

---

65 Um destes órfãos ainda vivia em Baixo Guandu em 1976, quando o autor lá atuava como pastor.

66 Otto MAULL, após visitar o Espírito Santo, editou a obra *Vom Itatiyaia zum Paraguay — Ergebnisse und Erlebnisse einer Forschungsreise durch Mittelbrasilien*, na qual se encontra um capítulo sob o nome *Kreuz und quer durch Espírito Santo*, nas páginas 78 a 157.

novamente, vendo que Ohnesorge os impelia em minha direção. Consegui pegá-los, segurando os arreios. Limpamos os animais e os selamos. Toda a travessia do banhado durou por volta de uma hora.

Seguimos viagem, descendo a serra, num trajeto de quatro horas. O caminho que Ohnesorge abria com um facão seguia por um vale estreito de granito, aberto pelas forças da água de um pequeno córrego. [...] No princípio da noite chegamos à casa dos Romais, sogro e sogra de Ohnesorge. A colônia se situava em um tipo de panelão, de vários quilômetros de largura, que aparentava uma cratera. A casa foi construída perto de uma elevação de granito, que se erguia quase que verticalmente.

[...] Deixei-me levar por Ohnesorge até a reserva indígena, chamada 'Aldeamento dos Bugres'. Mas só encontramos o velho cacique. Era um homem encurvado e maltratado pelo tempo, que estava sentado diante de uma cabana de barro, que lhe tinha sido construída pelo organismo responsável pelos índios. Dei-lhe a mão, mas não consegui me comunicar com ele. Através de Ohnesorge encomendei arco e flecha, que iria pegar numa próxima visita.

[...] Pedi a Ohnesorge que não mais me levasse pelo caminho do banhado através da serra do Mutum. Mas por um caminho mais adequado, via Collatina, do qual Ohnesorge me havia falado. Porém o negativo deste caminho era passar por uma região, onde havia malária trópica. Disse a ele que nos poderíamos proteger, se antes tomássemos quinino e se atravessássemos as matas durante o dia.

[...] Meio ano depois atravessei o Rio Doce em Collatina, onde Ohnesorge me esperava com montaria e eu o abasteci com quinino. Aqui deveria ser construído, logo após a guerra, uma estrada por austríacos emigrados. Ela deveria atravessar as matas e ligar Collatina com S. Mathäus, no norte. Os primeiros quilômetros já estavam prontos. Como os empregados queriam evitar voltar à noite para Collatina, decidiram dormir na mata. Ali foram pegos pela malária e faleceram. Ainda vimos suas sepulturas. A construção da estrada não mais prosseguiu. Ohnesorge teve que abrir caminho com o facão para as montarias. Ele mostrou-me, que justamente ali, onde havia um foco de malária, também havia um remédio contra a febre, que crescia através de enormes árvores de quinino.

Também me deu para experimentar a casca, que após encostar na língua, provocava a contração da boca. Aos índios este remédio era conhecido e o usavam. Também os colonos alemães colocavam as cascas de quinino na cachaça e assim uniam o útil ao agradável".

De forma geral, tem-se a seguinte tabela de avanço da imigração alemã no estado do Espírito Santo:

Colônia de Santa Isabel

1846–1847	pelo Rio Jucu	braço sul — Soído, Sapucaia
		braço norte — Califórnia, Melgaço, Rio Ponte, Tijuco Preto, Alto Jucu

Colônia de Rio Novo

1857	pelo Rio Itapemirim — Fazenda Limão, Fazenda Pau d'Alho — confluência do Rio Novo com Pau d'Alho
1875	Rio Benevente — suas margens
1876	Terras nos municípios de Anchieta e Guarapari
1877	Terras nos municípios de Anchieta e Itapemirim
1880	Rio Benevente — suas margens

Colônia de Santa Leopoldina

1857–1900	pelo Rio Santa Maria	Suíça, Luxemburgo, Tirol, Rio das Farinhas, Caramuru (1870), Jequitibá, Recreio, São Sebastião de Baixo, Santa Maria de Jetibá (1873) Rio Possmoser (1880), Barracão, Alto Santa Maria, Garrafão, Rio Lamego
1877–1900	pelas vertentes sul do Rio Doce	Vinte e Cinco de Julho, São João de Petrópolis, pelo Rio Santa Joana — Alto Limoeiro, Palmeira de Santa Joana (1886)
1901–1935	pelas vertentes sul do Rio Doce	pelo Rio Guandu — Serra Pelada, Três Pontões, Cisciúma, Bananal, Laranja da Terra
1916–1942	pelas vertentes norte do Rio Doce	Santo Antônio, Panquinhas, Mutum, São Bento, São Gabriel da Palha, Córrego Bley, Barra de São Francisco, Córrego Ita, Córrego Grande — Vila Pavão, XV de Novembro, São Domingos, Benvindo, Colatina

4. ARQUITETURA

A arquitetura das residências e as outras instalações necessárias para o funcionamento de uma agricultura familiar e de subsistência merecem uma consideração especial. No caso da província do Espírito Santo, não se pode falar de casas tipicamente alemãs. O que se resguardou foi a arquitetura em enxaimel, que na Alemanha já tinha tradição milenar, mas que apresentava inúmeros estilos e formas. Tratava-se do madeiramento da casa preenchido com tijolos ou outros materiais, mas deixando a madeira exposta. Cada região da Alemanha, na verdade, tinha as suas características arquitetônicas peculiares. Tudo isto faz com que se tenha dificuldade de descrever de forma sintetizada o que era a casa rural alemã na nova pátria.

A grosso modo, todas as funções de uma casa de pequenos agricultores e diaristas na Alemanha estavam abrigadas sob um mesmo telhado. As construções também podiam ser em formato de "U", para evitar os ventos gélidos de inverno do leste europeu. Moradia e estábulos ficavam próximos, pois no inverno os estábulos ajudavam a transmitir calor. Sob o mesmo teto tudo era disposto em torno de uma fonte de calor central, para aquecer a casa durante o inverno. Quando possível, sob um telhado mais alto guardavam-se os grãos (trigo, centeio, aveia) e o feno para tratar os animais no inverno, pois ficavam presos no estábulo.



Acervo Helmar Rölke

Animais carregando tábuas



Acervo Helmar Rölke

Serrando madeira na mata
para construção de casa

Era em torno da cozinha que se desenvolvia todo o trabalho da casa. Geralmente, encostado à cozinha, ficavam os quartos e a sala de estar. Os quartos não eram lugares grandes e arejados, geralmente não passavam de pequenos nichos, onde só cabia uma cama e um baú, no qual se guardavam as roupas. Muitos nem porta tinham, apenas cortinas. Tudo em função de ter a casa aquecida durante o inverno. Além do fogão, havia também um tipo de lareira, ou forno, no qual se queimava lenha, carvão ou turfa, o que mantinha o ambiente aquecido.

A partir desta descrição de uma típica casa de pequeno agricultor ou diarista na Alemanha, percebe-se que a arquitetura aqui mudou substancialmente. O que na Alemanha ficava sob um só telhado, aqui foi distribuído ao redor da residência. Aqui, de repente, surgem numerosas construções, ainda que primitivas, como curral/estábulo, galinheiros, chiqueiros, paióis, depósitos,

casinha que cobria o forno e o local de preparar a ração (o "cozido", como se dizia) para os porcos.

Até a moradia sofreu mudanças. Separou-se claramente a casa da cozinha, pois com o uso de fogões a lenha que ardiam durante o dia todo, sempre havia a possibilidade de incêndios. Se na Alemanha o fogão, como fonte de calor, era o elemento central de uma moradia, aqui ele era separado dela.

Assim, mais do que um estilo tipicamente alemão, seria mais apropriado falar de um novo estilo que aqui surgiu, juntando a estrutura em enxaimel interiorizada e herdada na Alemanha com a realidade tropical, onde alguns esquemas culturais e históricos tiveram que sofrer profundas modificações.

Mesmo com toda abundância de madeira existente nas colônias, o Espírito Santo não conheceu casas de madeira, feitas com tábuas e pranchas, como aconteceu em algumas colônias no sul do Brasil, onde até hoje ainda é comum ver estas casas. Quando os imigrantes chegavam aos lotes indicados, construíam choupanas rudimentares, cobertas com folhas de palmeira. As laterais geralmente eram de troncos de palmito, relativamente fáceis de serem abertos com machado e cunha. O piso era de terra batida. Mas logo que possível, os colonos tentavam construir a sua casa. Raras eram as serrarias entre os imigrantes alemães. Estas só começam a surgir comercialmente, quando se desbravou as vertentes sul e norte do Rio Doce, contribuindo para a rápida devastação do norte do estado.

Para as construções de casas, os imigrantes tiveram alguns cuidados. Era preciso escolher madeiras imunes a vermes, brocas e insetos e que resistissem à umidade, evitando assim fácil apodrecimento. Na "terra fria", era comum usar graúna, jacarandá e ipê. Para portas, janelas, varandas e recortes artísticos e delicados que ladeavam o telhado, usava-se cedro. Na "terra quente", era comum usar guaribu (amarelo) e peroba.

Escolhido o local da construção, preferencialmente um local plano, iniciava todo um processo de trabalhar a madeira. Esta podia ser buscada nas derrubadas ou nas matas. Os troncos eram então arrastados com o auxílio de vizinhos ou com juntas de bois até o local da construção. Para isto, usavam-se cordas adquiridas nas vendas ou cipós da própria mata.

Chama a atenção que, nos primeiros decênios da imigração, quase todas as casas foram feitas em forma de mutirão, sob a supervisão de um carpinteiro ou de alguém com alguma experiência neste ramo.

Tábuas para o assoalho e janelas eram geralmente serradas no local da derrubada. Construía-se uma armação de mais ou menos dois metros e meio de altura com madeira roliça, com diâmetro em torno de 20 cm, sempre encostada num barranco em declive. Pelo barranco, a tora a ser serrada era rolada para cima da armação. Com uma serra (um tipo de grupião mais alongado), manipulada por uma pessoa que se postava em cima da armação, e outra que ficava por baixo, a madeira era serrada manualmente. Primeiro cortava-se um lado, tirando um cascão (pranchão) para expor a madeira. Em seguida, com uma linha embebida em tinta, alinhava-se a grossura das tábuas a serem cortadas. Na "terra fria", usava-se muito o cedro para a confecção das tábuas. Na "terra quente", eram apreciados o jequitibá e a peroba.

Era também no local da derrubada da árvore que se preparavam as peças de madeira para cobrir as construções, também chamadas de "tabuinhas". O tronco da madeira braúna era cortado em pequenas toras de mais ou menos 50 centímetros de comprimento. Uma lâmina de metal cortante, de mais ou menos 40 centímetros de comprimento e 10 de largura, presa a um cabo, era segurada por alguém, que a colocava numa das extremidades da tora. Com a tora em pé e a lâmina colocada, um segundo trabalhador deferia golpes com um porrete de madeira em cima da lâmina. Esta então cortava finas tábuas de 1 a 2 centímetros de espessura. A largura das "tabuinhas" girava em torno de 20 centímetros. Eventuais falhas ou lascas da madeira eram aparadas com facão, machado ou enxó. Depois, furava-se uma das extremidades da "tabuinhas", introduzindo nela uma cavilha de madeira. Posteriormente também se usavam pregos. Com esta cavilha ou prego, a "tabuinhas" era assentada e presa nas ripas do telhado.

Muitas vezes se usava o tronco do palmito como material para confecção das ripas que sustentavam as "tabuinhas" do telhado. Era relativamente fácil lascar o tronco de palmito longitudinalmente com machado e cunhas de ferro, que com porretes eram introduzidas no tronco, lascando-o de acordo com a grossura escolhida. Depois estas peças eram aparadas com facões ou enxós. Assim, de forma rápida, conseguiam-se ripas compridas e resistentes, que, protegidas pelas "tabuinhas" de sol e chuva, duravam muito.

Para o início da construção, igualmente outras peças eram preparadas em madeira: os mourões, sobre os quais eram colocadas as vigas; também as colunas, que se encaixavam nas vigas; e as peças do telhado. Concluídos todos os trabalhos de preparo da madeira, iniciava o trabalho de encaixe das peças em enxaimel, como janelas, portas e outras aberturas.



Acervo Helmar Rölke

Lâmina usada para cortar "tabuinhas"
de madeira para cobrir as casas



Acervo Erwin Kerckhoff

Enxaimel para receber tijolos crus ou queimados

Fincavam-se de seis a doze mourões com um diâmetro de mais ou menos 30 ou 40 centímetros na terra. Estes muitas vezes eram lavrados de forma quadrada, geralmente com machados, e a parte que era enterrada não era lavrada ou preparada, conservando, portanto, a circunferência do tronco da árvore usada. O número de mourões dependia do tamanho da casa, e sua altura também variava. Havia casas com meio metro, outras com um metro ou mais acima do solo. Eram pouquíssimos os casos onde a parte entre o solo e a casa era aproveitada para depósito ou outra finalidade. Isto tinha a ver com o costume de, antes de dias festivos, lavar-se o assoalho com água em abundância. Para esfregar o assoalho, usavam-se buchas embebidas em limão e cinzas. Desta forma, a água podia escorrer entre as frestas das tábuas do assoalho, sem fazer estrago ao que estivesse por baixo da casa.

Montavam-se então as vigas e as travessas sobre estas. Assim, montava-se toda a estrutura, assentando-se sobre esta o madeiramento do teto e a cumeeira. Os tetos, com pouquíssimas exceções, eram de duas águas. A casa era então coberta com as "tabuinhas", e pregado o assoalho. No esqueleto das paredes, encaixavam-se as janelas e as portas em forma de enxaimel. Feito isto, as partes abertas recebiam um engradado de galhos finos ou ripas de palmeira, que eram amarrados com cipós ou juçaras. Este trabalho só se tornava necessário quando não se usava tijolos crus na confecção das paredes. Os tijolos eram assentados apenas com barro.



Acervo Helmar Rölke

Enxaimel pronto para receber barro



Acervo Helmar Rölke

Casa típica com varanda e escada de entrada no centro da construção

Iniciava então o trabalho de preencher com barro os engradados que fechavam as paredes. Enquanto uns amassavam barro, pisando-o com os pés para dar a liga necessária, outros arremessavam o barro contra as grades. Este trabalho tinha que ser bem sincronizado, pois as duas pessoas encarregadas de fazer

as paredes jogavam o barro do lado de dentro e de fora ao mesmo tempo, fechando com isto o engradado. Em seguida, a parede era alisada com as mãos ou com réguas de madeira.

Depois de alguns dias, fazia-se então o reboco, para fechar frestas que ficaram após o barro arremessado nas grades ter secado. Após a secagem do reboco, as paredes eram caiadas com cal virgem. Eram então colocadas as janelas e as portas. A maior parte das janelas era desprovida de vidro. Gostava-se de usar madeira de cedro para a confecção das janelas e portas que eram cuidadosamente montadas. Portas e janelas eram geralmente pintadas nas cores azul celeste, o que contrastava de uma forma agradável com a cor branca das paredes.

Todas as casas eram providas de uma varanda, no meio da fachada. Era o acesso à casa, através de degraus de madeira ou de pedras para tal esculpidas. Na varanda também havia invariavelmente bancos para sentar, onde se conversava em dias de visita ou onde os homens tocavam a sua concertina. Tanto as grades da escada como da varanda eram elaboradas de forma rebuscada, com a madeira cuidadosamente recortada, formando desenhos geométricos ou outros, conforme o dom artístico do construtor. O mesmo processo repetia-se nas cumeeiras ou abaixo da última linha de "tabuinhas", onde o telhado terminava. Eram sempre pregadas tábuas com recortes de desenhos dos mais variados.

Ao mesmo tempo em que era construída a casa, fazia-se também a cozinha. A cozinha era uma construção à parte, porém no mesmo alinhamento da casa. A construção que comportava a cozinha continha dois cômodos: a cozinha propriamente dita, com fogão a lenha, e uma despensa. O fogão era uma construção sobre uma armação de madeira com quatro pés. Sobre esta armação montavam-se tijolos crus que recebiam uma chapa de ferro gusa com três a quatro bocas. Por baixo do fogão guardava-se lenha para ser queimada.

O fogo sob esta chapa geralmente ardia durante todo o dia, pois a lenha que se colocava era de um comprimento razoável. Assim, cozinhava-se devagar o feijão em panelas de ferro, bem como habitualmente também havia pronto um bule de ferro fundido com água quente. Desta forma, a dona de casa sempre estava preparada para passar um café para visitas não anunciadas. As panelas de ferro eram muito usadas, pois conservavam o calor por mais tempo.


Acervo Helmar Rölke

Fogão típico à lenha, em algumas casas ainda usado até hoje

Ao lado havia uma mesa, ladeada de dois bancos, nos quais se sentavam durante as refeições. Estas sempre eram precedidas por uma oração de agradecimento pelos alimentos. Sobre o fogão, fixadas na parede, havia hastes nas quais eram penduradas as panelas, conchas e outros utensílios, que aos sábados eram todos limpos com buchas naturais, embebidas numa mistura de suco de limão galego e cinzas. Também a mesa e os bancos passavam por este processo. A chaminé subia do fogão, vazando o telhado ou subia, colada do lado de fora da parede externa.

Além das panelas sobre o fogão, havia também uma vara, na qual se pendurava toucinho ou linguiça, pois se aproveitava a fumaça que saía da boca do fogão para defumação e conservação da carne. O pão era feito fora da casa, em forno feito de tijolos crus ou de barro.

Junto à cozinha havia um pequeno cômodo, onde se guardavam os alimentos de primeira necessidade, dentro de latas ou em armários. Era um tipo de despensa, onde eram guardadas também as gamelas, a máquina de desnatar leite, a máquina de moer café, recipientes com carne salgada ou frita em banha e com ela coberta.

Também a cozinha tinha uma entrada que era usada no dia a dia, enquanto que a escada na varanda da residência era usada em feriados ou quando vinha visita. A cozinha era ligada à casa por um estreito corredor com cobertura,

mas que não permitia que um eventual incêndio na cozinha se alastrasse até a casa. Através desse corredor coberto, a família protegia-se de sol e chuva. A cozinha era o centro da vida familiar.

Como as casas não comportavam banheiro, o cômodo ou a despensa ao lado da cozinha era também usado como local de higiene corporal. Era o lugar mais apropriado, pois estava perto do fogão, de onde se buscava água quente para a bacia de metal ou gamela de madeira que se usava para o banho. Há de se observar que, por questões culturais trazidas da Europa, onde o clima não exigia banho todo dia, aqui se preservava este costume. Em muitas famílias, o banho completo apenas acontecia aos sábados. Neste quesito, levou-se os primeiros decênios para uma aculturação.

Ia-se para cama com a roupa que se estava usando, depois da pequena higiene após um dia de trabalho. Quando muito, as mulheres tiravam uma das diversas saias que usavam. Os homens dormiam com calças. Após um dia de serviço na roça, lavava-se os pés, o rosto e ia-se dormir.[67]


Acervo Helmar Rölke

Gamela para lavar os pés, após o trabalho diário. Gamelas também eram usadas para preparar a massa para o pão de milho e higiene pessoal

67 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 77.

As casas só comportavam o andar térreo e o tamanho variava conforme as posses do colono. Subindo a escada da varanda, encontrava-se no centro da casa a porta que dava para a sala. A cada lado da sala havia um ou dois quartos. Só se chegava a estes quartos através de portas que conduziam a eles a partir da sala. Em algumas casas, as janelas davam para a varanda. Em casas maiores, as janelas formavam, ao lado da varanda, um aprazível aspecto na fachada da casa, emoldurando a varanda.

Os quartos costumavam ter duas camas. O casal dormia na cama de casal, junto com os filhos menores. As roupas geralmente eram estendidas sobre arames esticados no quarto, ou em cavilhas ou pregos fixados nas colunas de madeira. As meninas maiores costumavam dormir num dos quartos. Depois de certa idade, os rapazes eram alojados no sótão, quando havia. Ali armavam o que se chamava de "jumento" ou "cavalo". Era uma cama de lona, onde duas réguas de madeira em forma de cruz, distante uma da outra em quase dois metros, eram sustentadas em pé por duas ripas de madeira paralelas. Nestas ripas paralelas, fixava-se a lona sobre a qual se dormia ou sobre a qual se colocava um colchão.

Os colchões eram enchidos com palha de milho desfiada. Na "terra fria", usava-se o penão no inverno. Penão era na verdade um grosso cobertor preenchido com penas de gansos ou galinhas. As colchas geralmente eram de cor escura e xadrez e só eram lavadas quando se aproximavam festas.[68]

A mobília das casas era pobre. Havia na sala uma mesa, algumas cadeiras, um ou mais baús, onde se guardavam roupas novas. Havia também baús menores, onde se guardava dinheiro e documentos. Era sinal de prosperidade ter um relógio de parede. A sala também comportava uma máquina de costura. As paredes eram enfeitadas com lembranças que se recebia na igreja, como a certidão de casamento, confirmação e outros motivos religiosos. Também fotos familiares eram expostas pelas paredes.

68 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 77.

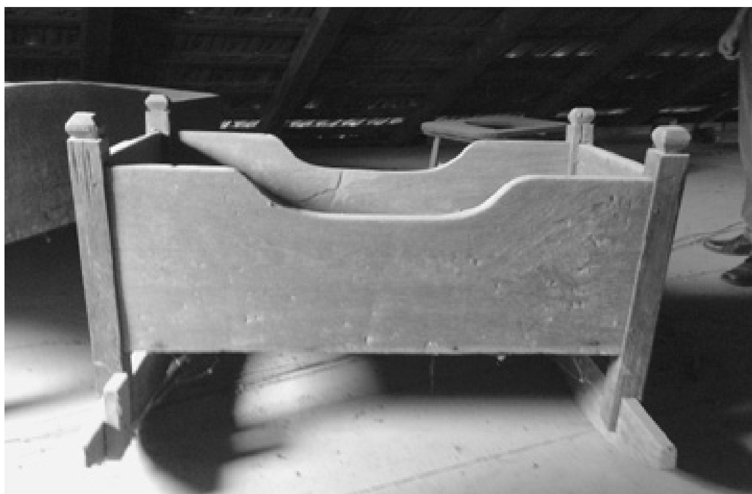

Acervo Helmar Rölke

Baú no qual eram guardados documentos e "cortes" de tecidos ou roupas novas

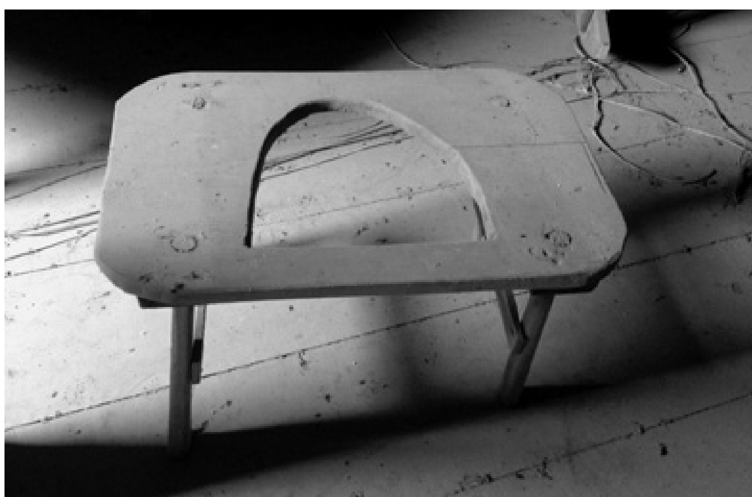
Muito comum era um quadro chamado Credoria e outro denominado *Himmelsbrief*, que eram comercializados contra a vontade das lideranças religiosas. Mas a religiosidade popular tinha estes quadros em grande estima, pois se acreditava que eles garantiam proteção contra dificuldades de qualquer espécie. Era comum também ter a foto do dono da casa e de sua esposa em seu dia de casamento, ricamente emoldurada. Estas molduras eram preparadas e vendidas por viajantes, que recolhiam as fotos, pintavam e emolduravam-nas. A confecção destes quadros significava um certo investimento financeiro.

Em famílias mais abastadas, encontrava-se, além do baú, também uma cristaleira (o *Glasspint*). Tratava-se de um armário com portas de vidro, no qual se guardavam algumas louças como porcelana, copos de vidro, a bíblia, o hinário e outros objetos que a família desejava expor principalmente aos visitantes. Na parede, havia sempre um local escurecido pela fumaça da lamparina. Estas eram pequenas candeias feitas de flandre que continham querosene. Dentro do querosene colocava-se uma touceira torcida de barbante ou roupa que, umedecida pelo conteúdo, era acesa para produzir claridade. Outros usavam garrafas, onde a touceira torcida de barbante dava para dentro do recipiente que continha querosene.

Se na Europa a vida do colono acontecia debaixo de um só telhado, onde a calefação era o motor da sobrevivência, aqui a casa perdeu esta característica.


Acervo Helmar Rölke

Cama para ninar crianças, que recebiam cuidados especiais dos imigrantes


Acervo Helmar Rölke

Cadeira para dar banho em doentes e possibilitar mais facilidade para necessidades fisiológicas

Ela se expandiu para um quintal aberto. A casa continuou sendo o centro, mas em volta dela foram se estabelecendo os outros elementos necessários para a sobrevivência. A moradia era cercada de várias construções secundárias, indispensáveis para o dia a dia do trabalho na lavoura. Tudo, porém, era delimitado por uma cerca, geralmente de lascas de graúna, cuidadosamente construída: algumas famílias tinham a preocupação que uma lasca não fosse maior nem mais grossa do que a outra.

Uma das pouca construções que ficava além dos limites da cerca era o curral, mas não muito distante. Também o moinho, pois a localização deste dependia de uma considerável queda de água para tocar a roda perla, que por sua vez fazia a moenda girar.

Em geral, tudo era organizado da seguinte forma: nos fundos da casa, construía-se o galinheiro, o paiol, a pocilga, o forno e o local onde se preparava a comida para os porcos, sob cujo teto havia um pequeno depósito de lenha. A lenha para o uso doméstico era buscada aos sábados de manhã, quando se trabalhava só até o meio-dia.

Em cada propriedade havia também o terreiro para secar café, que geralmente era de chão batido e um pouco inclinado para que a água pudesse escorrer melhor. Outra forma de secar café era um enorme caixote com rodas, que se encaixava sob o paiol. Este caixote corria sobre trilhos de madeira e podia ser recolhido em caso de chuva ou exposto ao sol a qualquer hora.

Enquanto as construções que abrigavam o local de produzir farinha, o forno e o local do preparo da comida de porcos eram abertos nos lados; paiol, galinheiro e pocilga eram fechados com tábuas, pelo menos até meia altura. Quando a moradia ficava perto de um brejo, um caminho levava da pocilga para uma área cercada, onde os porcos andavam soltos, fuçando em locais úmidos ou na própria lama.

Na frente da casa, mulheres e moças plantavam flores de todos os tipos. Era comum a troca de mudas entre as famílias. Era também muito comum ter em volta da casa pés de laranja, mexerica, ameixa-amarela e bananeiras. Nas casas em que não havia “privadas” (WC), era comum as bananeiras serem usadas pelos habitantes para depositar suas necessidades fisiológicas.



Acervo Helmar Rölke

Casa coberta com tabuinhas e gavetão retrátil para secar
grãos de café debaixo da casa em dias de chuva



Acervo Helmar Rölke

Mulheres tirando pão do forno

CAPÍTULO VII

MOMENTOS DA IMIGRAÇÃO

A PEQUENA PROPRIEDADE E A ELITE RURAL

1. A POLÍTICA DO GOVERNO CENTRAL

É característico da imigração no Espírito Santo a criação de colônias com pequenas propriedades. Este sistema de colonização foi amplamente apoiado pelo Governo Central e pela própria elite rural, pois assim seus interesses não eram incomodados. O Governo Central também não se importava em passar as terras por baixos preços e prazos razoáveis.

Com a abolição da escravatura e com a consequente falta de mão de obra, houve uma mudança nesta mentalidade. A elite rural sofreu de forma muito drástica e começou, então, a fazer forte oposição a esta política de imigração, pois necessitava com urgência de mão de obra. Isto fez com que, na década de 1880, houvesse uma sensível diminuição na imigração que visava assentamento em pequenas propriedades.

Pode-se dizer que a nova política de imigração do Governo Central ou favorecia apenas imigrantes com posses e capazes de adquirir empreendimentos maiores, ou tentava de forma sutil fornecer mão de obra barata para a elite rural. Tanto é que o governo da província e — posteriormente, com a proclamação da República —, o governo do estado canalizaram um expressivo número de imigrantes para fazendas. Este fenômeno em quase nada atingiu os imigrantes alemães. Mas atingiu imigrantes italianos, que passaram por péssimas experiências, sendo empregados em forma de parceria ("à meia") em fazendas.

A partir destas constatações, pode-se dividir a imigração no Espírito Santo em três fases, conforme Gilda Rocha:[1]

1ª fase: de 1847 a 1881;

2ª fase: de 1882 a 1887;

3ª fase: de 1888 a 1896.

2. 1ª FASE: 1847 A 1881

Em termos de colonização alemã, são criadas nesta fase três colônias: Santa Isabel (1847), Rio Novo (1855) e Santa Leopoldina (1856). Há ainda a colônia Fransilvânia, entre os Rios Pancas e São João, que, conforme documentação, também recebeu imigrantes embarcados no porto da Antuérpia.

Uma característica desta primeira fase é que o Governo Imperial subvencionava a imigração, quase que totalmente, para atrair imigrantes na Europa. Os imigrantes, mesmo sendo por contrato obrigados a devolver os empréstimos, recebiam passagem, lotes, casas, instrumentos para o trabalho, alimentação e sementes. Isto pode ser verificado no livro-caixa das colônias de Santa Leopoldina e Santa Isabel.

Já se mostrou as dificuldades das colônias que tiveram imigração alemã, sobretudo Santa Leopoldina e Rio Novo. Mesmo assim, esta primeira fase demonstrou prosperidade. Gilda Rocha apresenta uma tabela, que abrange os anos de 1851 a 1888 (nestes números também estão computados imigrantes de outras nacionalidades).[2]

1 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 75.

2 Ibid., p. 85.

Ano	Santa Izabel	Rio Novo	Santa Leopoldina
1851	176	-	-
1852	201	-	-
1853	195	-	-
1854	213	-	-
1855	224	-	-
1856	250	-	-
1857	-	201	140
1858	373	500	-
1859	600	-	359
1860	662	563	992
1861	753	428	1.065
1862	801	387	1.130
1863	981	433	-
1864	1.109	559	1.235
1866	1.125	-	1.279
1867	-	590	1.340
1869	-	-	1.452
1871	-	869	-
1872	-	859	2.495
1873	-	1.178	-
1875	-	2.000	5.000
1876	-	2.062	6.000
1878	-	4.000	-
1879	-	4.063	11.366
1882	-	-	11.686
1884	-	4.961	-
1886	3.000	5.183	-
1887	-	5.200	-
1888	-	5.458	11.846

O crescimento populacional é elevado nos períodos de 1857 a 1872 e também de 1872 a 1879. Mas o crescimento cai entre os anos de 1879 a 1888. É o período em que o Governo Central passa a privilegiar a mão de obra de imigrantes na grande lavoura, ou seja, em fazendas.

O crescimento médio anual das populações de Santa Leopoldina entre 1857 e 1872 apresenta um aumento de 112%; de 1872 a 1879, um aumento de 50,78%; e de 1879 a 1888, apenas 0,47%. A colônia de Santa Isabel deixou de receber imigrantes após a sua emancipação em 1866. Mas a redução nas outras colônias deu-se em virtude da posição adotada pelo Governo Central de privilegiar a mão de obra livre na grande lavoura.[3]

As colônias de pequenas propriedades criadas nas províncias do sul do império, como São Leopoldo (RS) e Dona Francisca (SC), dedicavam-se à produção de alimentos para suprir o mercado interno. As colônias de imigração alemã de pequenas propriedades criadas no Espírito Santo se "*revestiram de uma especificidade singular no quadro econômico das colônias de imigrantes no Brasil: uma economia de subsistência aliada a uma produção mercantil — café — destinada ao mercado mundial*".[4]

3 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 86.

4 Ibid., p. 87.

Analisando esta primeira fase e a tônica dos primeiros tempos — quando queixas contra o solo fraco, dificuldades de comunicação, péssimas administrações das colônias acompanhavam os imigrantes —, constata-se que a sua sobrevivência deveu-se ao fato de terem se dedicado desde o início, além de à agricultura de sobrevivência, à cultura do café.

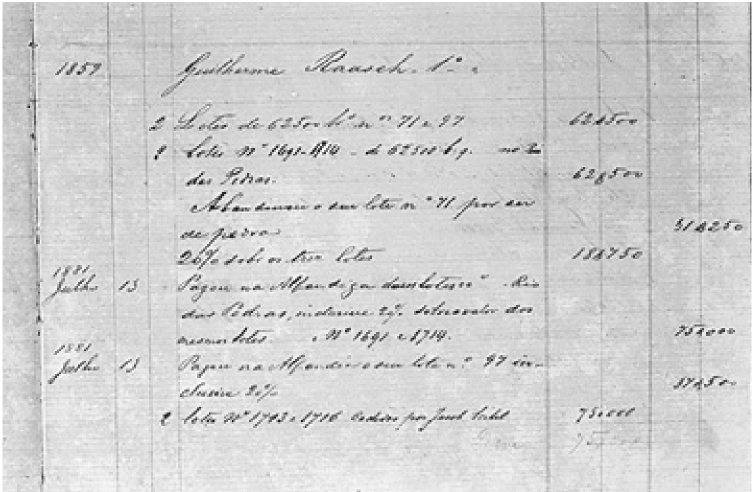
Os pequenos proprietários, que se dedicavam ao cultivo do café, não eram perigosos ou concorrentes às grandes fazendas no Espírito Santo, pois não apresentavam uma produção muito desenvolvida tecnicamente.[5] É uma característica desde o início da imigração observar a quantidade e não a qualidade.

A falta de interesse por grandes empreendimentos rurais na região serrana central fez com que imigrantes pudessem receber dois ou três lotes. Quando traziam junto da Alemanha um agregado, também este tinha acesso a lotes. Era igualmente permitido aos imigrantes trocar lotes, quando constatavam que não era possível produzir devido ao terreno pedregoso. Isto significa lotes que eram pouco férteis ou muito íngremes entre pedreiras. No prontuário do imigrante Guilherme Raasch 1º, que imigrou em 1859, lê-se a seguinte relação:

Guilherme Raasch 1º

1859	
2 lotes de 62500 Br nºs 71 e 97	62 $ 500
2 lotes nºs 1691 e 1714 de 62500 no Rio das Pedras	62 $ 500
Abandonou o seu lote nº 71 por ser de pedra	51 $ 250
20% sobre os três lotes	18 $ 750

5 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 87 ss.



Acervo APEES

Guilherme Raasch 1º recebe dois lotes e se desfaz de um por este ser "de pedra"

O sonho das autoridades colonizadoras, de que as colônias pudessem suprir a capital com alimentos, mostrou-se impraticável. Simplesmente não havia caminhos ou estradas adequados para facilitar o escoamento da produção. No máximo, os pequenos colonos supriam os núcleos das colônias, como Santa Isabel, Rio Novo e Santa Leopoldina.

Como não tinham os seus produtos valorizados, nem onde colocar no mercado, voltaram-se à produção do café para o qual sempre havia compradores. Era o único produto capaz de deixar alguma sobra financeira, para eventual aquisição de lotes melhores ou melhoramentos na propriedade que tinham sido a eles destinados quando da sua chegada às colônias.

"Na realidade somente o café, pelos altos preços que alcançava nos mercados, era capaz de deixar, com segurança e regularidade, uma certa margem de lucro para o imigrante estabelecido como pequeno proprietário. As tentativas dos colonos de Santa Leopoldina de colocar no mercado de Vitória outros produtos que não o café, resultaram em fracasso. […] Assim aconteceu em 1864 quando o Vice-Presidente Eduardo Pindahyba de Mattos autorizou a instalação, no mercado de peixes da Capital, de um local para a venda dos produtos da colônia; e para 'dar alguma regularidade ao mercado', ordenou que todas as quintas-feiras deveriam descer de uma a três canoas carregadas com produtos coloniais. Tal

providência não chegou a se efetivar, porque, dizia o Diretor de Santa Leopoldina 'os colonos pensam que não podem ir com tal regularidade'".[6]

A viagem de canoa, ida e volta até Vitória, durava em torno de três dias. Era impossível aos colonos deixarem as suas terras para praticar este tipo de comércio, tendo em vista que, além do tempo gasto nas canoas, ainda moravam distantes do núcleo, muitos de 2 a 4 horas a cavalo. Quem não possuía montaria, carregava os seus produtos nas costas. Joaquim Holz, imigrado em 1858, descreve este caminho da seguinte forma: "*Toda vez que levávamos café, nossas costas ficavam roxas. Quantas vezes voltamos com as costas cheias de bolhas. Nunca descíamos ao Porto (Cachoeiro) ou subíamos com menos de duas arrobas nas costas*".[7]

O diretor da colônia de Santa Leopoldina da época, Franscisco Rudio, relatou que esta tinha condições de comercializar para a capital cerca de cinco a seis arrobas (75 a 90 Kg) de manteiga por semana. Constata, porém, que o mercado de Vitória não absorvia tal produção. Os preços de outros produtos agrícolas sofriam oscilações tão expressivas que os colonos não podiam contar com lucro garantido a partir destes produtos, que tinham que ser vendidos com pouco lucro.[8]

A isto se somava a dificuldade em armazenar ou estocar produtos agrícolas para especular com preços melhores. Quanto à produção de feijão, afirma o mesmo diretor, ela era quase toda destinada ao consumo interno. Além do mais, os imigrantes alemães inicialmente produziam pouco feijão, preferindo alimentar-se de diversos tubérculos que o solo produzia: mandioca, cará, taioba, etc. Enfim, as dificuldades em levar os produtos até o porto de Santa Leopoldina e "*o custo do transporte não compensava o baixo preço que o produto alcançava no mercado de Vitória, e por isso os colonos preferiam dá-la de comer aos porcos*".[9]

Em entrevista concedida no mês de janeiro de 2001, a Sra. Ida Ramlow Berger, de Santa Maria de Jetibá, relatou que o feijão a princípio era muito estranho ao cardápio dos imigrantes. O uso do arroz só aconteceu a partir dos primeiros decênios do século XX. Dona Ida contou que a alimentação principal

6 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 89.

7 in Der Heimatbote, Nr 4, Jahrgang 2, April 1936.

8 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 89.

9 Ibid., p. 90.

consistia de tubérculos dos mais variados tipos com carne de porco salgada em tonéis de madeira ou toucinho defumado. Ao feijão preto, adicionava-se bastante alho para torná-lo apreciável.

A feição da economia das colônias alemãs, sonhadas por aqueles que as fundaram, distanciou-se do projeto original. No caso de Santa Isabel, isto se evidencia através da solicitação de Couto Ferraz junto ao Governo Imperial em 1845, quando solicita imigrantes para esta colônia. Ele escreve que a proximidade da capital "*pode para o futuro servir de mercado para o consumo dos produtos de sua indústria*".

As colônias construíram sua economia em dois pilares: um no setor da subsistência, que cobria as necessidades básicas de sobrevivência dos colonos, como gado, porcos, milho, mandioca, feijão, aves, tubérculos, etc.; o outro pilar era mercantil e baseava-se na produção do café. O pilar mercantil permitiu que os imigrantes pudessem saldar com mais facilidade os débitos que tinham junto ao Governo Imperial, no que se referia a passagens da Europa para o Brasil, a passagem do Rio de Janeiro para Vitória, o valor cobrado pelo lote, da casa, mantimentos, ferramentas e a ajuda financeira mensal durante os primeiros seis meses. Além do mais, o pilar mercantil possibilitou trazer das lojas comerciais dos núcleos das colônias os gêneros não produzidos na propriedade.[10]

Wernicke relata sobre a fartura de gêneros alimentícios e outros produtos encontrados no comércio de Santa Leopoldina no final do auge do preço do café:[11]

10 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 90.

11 Hugo WERNICKE, Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo, p. 32.

1 saco de farinha de trigo	28$000 reis	1 chapéu de palha	9$000 reis
1 saco de açúcar branco	52$000 reis	1 pedaço de esparadrapo hamburguês	1$000 reis
1 Kg de açúcar refinado	1$300 reis	1 garrafa de creolina	2$000 reis
1/1 Kg de manteiga importada	3$500 reis	1 Kg de aveia	2$500 reis
1 Kg de carne seca	1$000 reis	1 pacote de chocolate/ cacau importado	3$500 reis
1 Kg de carne fresca	1$000 reis	1 mamadeira	0$800 reis
1 litro de arroz	0$500 reis	1 chupeta	0$800 reis
15 Kg de batata inglesa	12$000 reis	1 pacote de fósforos (10 unidades)	0$800 reis
1 Dúzia de ovos	1$000 reis	1 Baú de latão tamanho médio	6$000 reis
½ Kg de queijo Minas	3$000 reis	1 garrafa de querosene	0$600 reis
1 litro de sal	0$360 reis	1 lata de querosene	9 a 10$000 reis
1 lata de leite condensado	1$700 reis	1 foice sem cabo	4$500 reis
1 litro de feijão	0$500 reis	1 machado	8$500 reis
1 litro de farinha de mandioca	0$320 reis	1 enxada	2$000 reis
1 Kg de sardela	4$000 reis	1 facão	7$000 reis
5 cebolas	0$500 reis	1 pua para furar madeira	6$000 reis
1 garrafa de cerveja importada	2 a 3$000 reis	1 pedra de amolar faca	2$000 reis
1 garrafa de cachaça	1$000 reis	1 balde	3$000 reis
1 garrafa de vinho	2$000 reis	1 bacia grande	7$500 reis
1 par de sapatos para crianças	7$000 reis	1 ferradura	0$500 reis
1 par de tamancos	4$200 reis	1 rolo de arame farpado	30$000 reis

Apesar do relevo hostil em torno do núcleo da colônia de Santa Leopoldina, dos desmandos dos diretores, os dois pilares — agricultura de subsistência e agricultura mercantil — consolidaram-se. Em 1886, o inspetor Especial de Terras e Colonização inclui em seu relatório o seguinte comentário:

> *"Dedicam-se os colonos essencialmente à cultura do café, plantam cereais para consumo e dedicam-se à indústria pastoril, tudo relativamente à pequena propriedade, e em tal relação entre si que o produto de venda do café constitui a renda líquida livre das despesas de consumo e custeio".*[12]

Conforme relato do Sr. Erich Boldt, só se ia à venda para comercializar café ou quando faltava algum produto que não se tinha em casa, como querosene para as lamparinas, roupas que eram compradas em peças inteiras, aguardente em tonéis de madeira e açúcar. Para festas especiais, como Natal, Páscoa e

12 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 91.

Pentecostes, comprava-se farinha de trigo. Também em casos de falecimento procurava-se fazer pão com farinha de trigo.

Na década de 1880, as colônias de forte fluxo imigratório alemão começaram a se sobressair na exportação de café. Não se pode esquecer o forte contingente italiano que passou a integrar a colônia de Santa Leopoldina através do núcleo de Timbui (Santa Teresa).

Para efeito de estatística, dá-se aqui a tabela dos anos de 1864 a 1885, que trazem números significativos, tendo em vista que em 1883 a província do Espírito Santo exportou 1.274.541 arrobas de café. Já entre 1885 e 1886, 1.229.780 arrobas. A tabela abaixo demonstra a contribuição das colônias de imigração alemã:

Exportação de café das colônias[13]
1864–1885
(Em arrobas)

Ano	Santa Izabel	Rio Novo	Santa Leopoldina
1864	790	-	500
1865	2.100	-	1.800
1868	-	-	20.000
1873	-	6.500	50.000
1874	-	12.400	-
1877	-	29.040	-
1878	-	32.000	-
1883	60.000	120.833	133.333
1885	66.666	135.566	250.000

No ano de 1896, Santa Leopoldina era o segundo maior produtor de café do estado, com uma produção avaliada em 3.000.000 quilos.[14]

Resumindo a primeira fase, podemos concluir que se tratava de assentar imigrantes como pequenos proprietários. Apesar das muitas dificuldades iniciais, pode-se falar em progresso. Parâmetro para esta conclusão são as comunidades eclesiais que foram surgindo, com a construção de escolas, igrejas, casas pastorais, aquisição de sinos e harmônios importados da Europa.

13 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 92.

14 Ibid., p. 93.

Nesta primeira fase, que foi subvencionada pelo Governo Imperial, a província do Espírito Santo recebeu 13.828 imigrantes. Até o ano de 1876, houve considerável participação alemã. Depois foi se avolumando a imigração italiana.

Ano	Número de imigrantes
1847	163
1857	382
1858	480
1859/60	700
1867	29
1868	71
1869	637
1872	557
1873	1.018
1874	386
1875	887
1876	3.073
1877	3.003
1878	1.056
1879	314
01/01/1880 a 31/07/1881	1.072
	TOTAL 13.828

(in Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 96)

3. 2ª FASE: 1882 A 1887

Nesta segunda fase da imigração, poucos imigrantes vieram para o Espírito Santo. Depois que as colônias foram emancipadas, foram suspensos todos os incentivos e favores com que os imigrantes eram subvencionados.

Oficialmente, isto aconteceu através de um regulamento de 19 de janeiro de 1867, quando o governo da província do Espírito Santo se eximiu de prestar incentivos e favores a imigrantes. Os imigrantes procuraram então regiões onde conseguiam trabalho em regime de parceria com grandes empreendimentos agrícolas ou recebiam a sua subsistência em obras governamentais, como abertura de vias de escoamento de produção. Sobressaem-se São Paulo e Minas Gerais.

Com as grandes lavouras cafeeiras instaladas em São Paulo, as autoridades imperiais voltaram-se para uma política de estabelecer os imigrantes em grandes centros produtivos. Substituiu-se a antiga política de criar núcleos coloniais de pequenas propriedades. A consequência desta política naturalmente foi sentida no Espírito Santo. Esta visão concretizou-se quando Antônio da Silva Pardo, influente fazendeiro paulista, ocupou a pasta do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em sua gestão foram estabelecidas normas, das quais é interessante a de 23 de dezembro de 1886. Entre outras coisas, esta norma estabelecia:

1. "*efetuar-se-á o pagamento integral das passagens aos imigrantes que se localizarem nas fazendas e outros estabelecimentos agrícolas*";
2. "*Os imigrantes que vierem fixar-se por conta própria ou nos núcleos coloniais do Estado, gozarão do favor da redução da passagem*".[15]

A norma é bem clara: já que a maioria dos imigrantes alemães era pobre, constituindo-se de diaristas, artesãos ou pequenos agricultores, não podiam contar com ajuda governamental para as suas passagens. A não ser que se inscrevessem para o trabalho em fazendas ou "estabelecimentos agrícolas". Aos que podiam emigrar por conta própria, gozavam de redução da passagem. Com isto, fecharam-se as portas para imigrantes pobres ou de poucas posses adquirirem terras.

O resultado destas normas baixadas pelo ministro Antônio da Silva Pardo fica claro quando comparamos o número de imigrantes entre a primeira e a segunda fase. No período da primeira fase (1872–1877) chegaram 1.487 imigrantes; na segunda fase (1882–1887), chegaram apenas 229 imigrantes.

4. 3ª FASE: 1888 A 1896

Com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, a mão de obra tornou-se uma questão dramática para os grandes empreendimentos agrícolas. Os negros, agora libertos, deixaram em sua grande maioria as fazendas, deixando estas sem mão de obra.

15 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 99.

Inicia-se então uma fase significativa de imigração. Mas a política que estava por detrás desta fase tinha São Paulo como exemplo. Ou seja, os imigrantes deveriam ser aproveitados nas grandes lavouras. Para reforçar este pensamento, a elite rural capixaba começou a ver o estabelecimento de imigrantes em lotes e em núcleos fechados como uma espécie de concorrência, pois absorviam toda a mão de obra familiar, não possibilitando fornecer mãos laboriosas nas lavouras de grandes propriedades.

Em consequência, o Governo Provincial propôs suspender a medição de novos lotes nas primeiras colônias instaladas no Espírito Santo. Em compensação, foram medidos 150 lotes em Cachoeiro do Itapemirim e 150 em São Mateus. A ideia era prover de mão de obra as grandes propriedades que já se haviam estabelecido naquelas regiões. A grande beneficiária deste plano de criar núcleos coloniais nas regiões de grandes lavouras, então, foi Cachoeiro de Itapemirim, onde já se concentravam grandes lavouras de café.[16]

Em relatório de 1896, o chefe da Diretoria Central de Terras e Colonização reporta ao presidente do estado que, entre 1892 e 1896, haviam sido projetados mil lotes no Núcleo Costa Pereira, como se chamou o assentamento de imigrantes em Cachoeiro de Itapemirim. O diretor relata que todos os imigrantes tinham sido encaminhados para lá e que tinham sido atraídos pelos vantajosos contratos de parcerias nas fazendas.[17]

Além de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus, foram criados ainda mais cinco Núcleos nesta terceira fase. Para a imigração alemã, vale mencionar o Núcleo de Afonso Cláudio, no qual se tentou dar continuidade à política do assentamento de imigrantes como proprietários autônomos, mas com a possibilidade de serem mão de obra em empreendimentos rurais maiores. Daí também se explica a expansão da migração interna da "terra fria" para a "terra quente". Entre os anos de 1892 e 1895, este Núcleo recebeu 926 imigrantes.[18]

A terceira fase beneficiou a grande lavoura. Constata-se, entre os anos de 1892 e 1895, um momento de grande euforia econômica, pois o preço do café elevara-se substancialmente no mercado internacional. Em 1892, a arroba valia 13$745 Réis; em 1893, 18$897 Réis; em 1894, 18$421 Réis; e, finalmente, em 1895 o valor de 19$200 Réis.

16 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 113 ss.

17 Ibid., p. 115.

18 Ibid., p. 116.

Na terceira fase, de 1888 a 1896, foram registradas 21.497 entradas, superando o número de imigrantes da primeira e da segunda fase.[19] Estes imigrantes fixaram-se nos núcleos estabelecidos, preferencialmente próximo a ou até integrando grandes lavouras.

A partir de 1896, o preço do café começa a despencar, trazendo no seu rastro efeitos desastrosos, como se percebe na tabela:

1895	19$200 réis
1896	14$814 réis
1897	12$319 réis
1898	11$147 réis
1899	10$555 réis

No ano de 1900, há uma pequena elevação no preço e a arroba passa a valer 11$035 Réis.


Acervo família Schroeder

Casamento na familia do imigrante Guilherme Neimoeg, imigrado em 1869. Foto por volta de 1890

19 Gilda ROCHA, Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896, p. 123.

Com esta grave crise do café, que afeta o estado a partir de 1896, o serviço de imigração praticamente deixa de existir. O golpe fatal para a estagnação da imigração é o decreto do governo italiano que, em 20 de julho de 1895, proíbe a emigração de seus súditos para o estado do Espírito Santo. Este decreto é fruto das péssimas condições que são impostas aos imigrantes italianos. Repete-se assim o que o governo prussiano já havia feito em 1858, através do *Rescrito de von der Heydt*. Este, entretanto, nunca foi levado a cabo, tanto é que a grande maioria dos imigrantes vindos ao Espírito Santo são oriundos de províncias prussianas, principalmente a Pomerânia.

CAPÍTULO VIII

ASSIMILAÇÃO E INTEGRAÇÃO

PANORAMA GERAL

1. SITUAÇÃO DE MARGINALIDADE

Nos anos da imigração, a província do Espírito Santo só era habitada na faixa litorânea. A região serrana, onde foram abertos os dois principais núcleos de colonização alemã, ainda era coberta por densa floresta, além de ocupado, mesmo que esparsamente, por alguns grupos indígenas.

Também havia poucos habitantes de descendência portuguesa estabelecidos nestas áreas, pois evitavam trabalhar em regiões de relevo acidentado, cortadas por rios caudalosos. A região era tão desconhecida que, no mapa de 1800, ainda não consta a bacia hidrográfica do Rio Santa Maria.[1]

Todo este ambiente fez com que os imigrantes vivessem em situação de marginalidade. Em dois sentidos: viviam na marginalidade, pois lhes foram concedidos lotes na parte marginal da província, que ainda não era desbravada. A marginalidade também se fez sentir, pois não tinham contato com a população local. Isto fez com que conservassem sua língua e seus costumes e tradições, bem como também a sua religiosidade e confessionalidade religiosa trazida da Alemanha.

O pouco contato que tinham com a população local acontecia quando se tornava necessário resolver qualquer questão com a direção da colônia; quando se tratava de trabalhar para o governo, abrindo novos lotes; ou quando se tratava de fazer compras maiores nas casas comerciais na sede da colônia.

---

1 Ernst STRUCK, Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräumen Espirito Santos, p. 52.

A mentalidade brasileira, influenciada pela história dos portugueses que moldaram a cultura local, julgava que trabalho na terra só poderia ser feito por escravos negros ou índios. Trabalhar com os próprios braços era, para eles, algo inaceitável. Inclusive era difundida a ideia de que trabalhar na terra com as próprias mãos era indigno para o homem branco.

Levou-se essa ideia a tal ponto que habitantes locais consideravam os imigrantes pessoas de segunda categoria. Ainda mais porque também as mulheres trabalhavam nas lavouras. Em depoimento ao autor, o Sr. Franz Dettmann (1991) contou que os imigrantes eram considerados "*diferentes*", "*estranhos*", "*de segunda classe*", pois trabalhavam o dia todo e não temiam carregar nas costas balaios contendo alimentos morro acima e morro abaixo. Também não temiam colocar com as próprias mãos os seus produtos nos burros de tropa.

Este julgamento era recíproco. Os imigrantes vindos de uma cultura em que era necessário estocar alimentos para o rigoroso inverno, consideravam os habitantes daqui "*preguiçosos*", pois devido ao clima tropical com toda a sua fartura no tocante à alimentação, não se preocupavam em estocar para o amanhã. A qualquer período do ano sempre havia algo para colher e comer.

Isto levou a um tipo de racismo que persiste entre pessoas de mais idade, predominantemente em áreas da região serrana, onde alguns rincões ainda vivem um isolamento cultural e religioso relativamente forte. Evita-se o contato com os "outros", isto é, os de outra etnia ou cor.

O negro era caracterizado como sendo estúpido, grosseiro e perigoso. Em depoimento dado ao autor em janeiro de 2001, a Sra. Ida Berger, de Santa Maria de Jetibá, relatava sobre o medo que era incutido na população acerca dos negros e do receio que tinham em encontrar pessoas negras quando iam a alguma localidade. Contou ainda do medo que sentiu quando viu um negro pela primeira vez. Isto já depois de 1920.

2. O EXERCÍCIO DA FÉ RELIGIOSA

Durante os primeiros dois decênios da constituição da colônia de Santa Isabel aconteceram rixas no campo religioso. Os imigrantes procuravam sempre se reunir aos domingos em casas ou em pequenas e rudimentares capelas que tinham construído. Estas reuniões tinham o sentido de celebrar, mas também de encontro e cultivo das raízes. Todo este jeito dos imigrantes de organizarem-se confessionalmente e lembrarem as suas raízes não foi bem recebido pelos açorianos assentados em Viana desde 1812. Houve assim uma segregação, não só em função da etnia, mas também por motivos religiosos.[2]

A preocupação de reunirem-se em comunidade fechada também se fez sentir na tomada da "terra quente". A fundação de comunidades luteranas sempre andou junto com a expansão colonizadora de alemães em terras capixabas. Era a igreja que proporcionava possibilidades de encontros e do cultivo da cultura e costumes. Era nela que se podia sentir aconchego dentro de situações adversas, pois estas eram enfrentadas como comunidade.

Na colônia de Santa Isabel, os luteranos foram colonizando os dois vales do Rio Jucu. O Braço Sul foi colonizado via Soído e Sapucaia. O Braço Norte via Califórnia, Melgaço, Ponte, Tijuco Preto e Alto Jucu. Na vertente do Braço Norte do Rio Jucu, os imigrantes desta colônia reuniram-se com os imigrantes que vinham abrindo a região serrana a partir da colônia de Santa Leopoldina. A maioria dos imigrantes era constituída de luteranos.

Onze anos após a chegada dos primeiros imigrantes luteranos em Santa Isabel, o Governo Imperial ajudou a construir uma casa para a moradia do pastor, com uma subvenção de 400$000 Réis. Isto se depreende de carta de 05 de outubro de 1858, do Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas. Nesta carta, faz-se alusão à ajuda e, que por isso mesmo, o Governo Provincial não pôde dispor daquela casa para abrigar o engenheiro Adalberto Jahn, assim, o diretor da colônia teria que morar em outra casa. A carta também afirmava que, mais dia, menos dia, a região teria um pastor protestante.[3]

---

2 Ezequiel SAMPAIO DOS SANTOS et alii, História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins, p. 31.

3 APEES.

Doze anos depois da chegada dos primeiros imigrantes luteranos, o Governo Imperial começou a se preocupar com o atendimento religioso, após solicitação destes. Isto é comprovado em carta de 23 de outubro de 1858, que o Ministério dos Negócios do Império fez chegar à presidência da província do Espírito Santo, com o seguinte conteúdo:

"Illmo e Exmo Snr.

Sua Majestade o Imperador Deferindo o requerimento dos colonos protestantes de Santa Izabel, houve por bem mandar contractar para elles em Berlim hum Pastor da mesma religião, devendo porém os ditos colonos ter tudo prompto para recepção do referido eclesiástico, pois que o Governo Imperial nenhum sacrifício mais fará para este fim, além das despezas de transporte e do vencimento annual de oitocentos mil reis (r 800 $ 000).

O que communico a V. Excia para que o faça assim constar aos supplicantes, e em resposta ao seu ofício Nº 71 de 2 do corrente ano.

Deos Guarde a V. Excia
Marques de Olinda".[4]

Em outra carta, com data de 26 de outubro de 1858, o Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas fez chegar ao governo da província do Espírito Santo o seguinte texto, novamente comprovando o envolvimento do Governo Imperial com o provimento de um pastor para a colônia de Santa Isabel:

"Illmo e Exmo Sr.

Quando o Governo Imperial pela primeira vez mandou contactar um eclesiástico evangelico para a Colônia de Santa Izabel sectários da mesma crença, obrigão-se elles construir uma casa para habitação de seu Pastor. Chegou este e a casa não estava prompta. Solicitado pelos ditos colonos concedendo-lhes o Governo um auxilio de 400 $ 000 réis para construção da mesma. Faleceu o Pastor, os colonos requerão outro e já o Governo Imperial ... (palavra ilegível) *ordens para a sua vinda. Tudo isto fez o Governo e os Colonos nem mesmo com o auxílio recebido cumprirão ainda a obrigação, que voluntariamente se ...* (palavra ilegível).

4 APEES.

E como o Governo Imperial só se obriga a pagar as despesas de passagens, e a gratificação de 800 $ 000 annuais ao novo pastor evangelico, faça V. Excia ver aquelles colonos, que se á chegada deste não estiver ainda concluída a casa, que elle dever ir habitar na Colonia, se lhe dará outro destino, pois que nem o estado pode fazer mais sacrifícios com este objetivo, nem se dever sujeitar a privações extraordinárias um eclesiástico, que sem contar com ellas vem para o Império sobre a fé de um contracto garantido pelo mesmo Governo.

Fica assim respondido o officio de V. Excia datado do corrente sob nº 73

Deus Guarde V. Excia".[5]

É interessante observar que o próprio Governo Imperial tomava as rédeas para fazer os encaminhamentos necessários para que as colônias tivessem atendimento religioso. Outras necessidades destas, como, por exemplo, estradas, comunicação e escolas, entretanto, eram deixadas por conta das suas administrações ou do Governo Provincial. Estes, por sua vez, pouco ou nada faziam.

Três anos após a chegada dos imigrantes europeus à colônia de Santa Leopoldina, os de origem alemã constituíam dois terços da população. Este número foi consideravelmente acrescido com o grande contingente de pomeranos, vindos entre 1860 e 1879. Estes, em sua grande maioria, eram luteranos.

Como na colônia de Santa Isabel, também na de Santa Leopoldina estabeleceu-se uma espécie de segregação religiosa. Os tiroleses, católicos, vindos da região de Insbruck, Áustria, estabeleceram-se na região hoje ainda denominada de Tirol (município de Santa Leopoldina). Os luteranos avançaram subindo o vale do Rio Santa Maria com seus afluentes até finalmente chegarem aos limites da bacia. Mas quase não se estabeleceram contatos entre as duas confessionalidades, pois cada grupo fechou-se em regiões distintas. Os católicos tiveram bem mais facilidades para se integrar no país, uma vez que este era católico. Esta integração tornou-se bem evidente, ao serem os primeiros a terem acesso a escolas que ali foram estabelecidas pelo Governo Provinciano. Através destas escolas, teve-se acesso à língua da nova pátria.

O fato de a grande maioria dos imigrantes ter nascido em berço luterano também contribuiu para uma certa marginalização. Afinal, no tempo do Brasil Colônia, o governo português proibia o ingresso de protestantes em terras

5 APEES.

brasileiras. Sejam lembrados aqui os huguenotes e calvinistas holandeses. O episódio entrou na história oficial do Brasil como "Invasão Francesa" e "Invasão Holandesa". Havia nestas invasões fortes interesses colonialistas e comerciais, mas se tratava também da procura de uma terra onde se pudesse exercer livremente o credo religioso.

Com esta carga histórica, naturalmente a população que vivia na província do Espírito Santo viu tudo com estranheza, quando de repente foram confrontados com "*hereges*", que recebiam terras do governo. O fato de o Brasil ser católico por força da Constituição, contribuiu em muito para levar à marginalidade os imigrantes luteranos no interior capixaba. Eram vistos como "*comungantes de formas estranhas*" por exercitarem sua fé. Reuniam-se em casas, cantavam hinos e liam a Bíblia numa língua estranha, que ninguém entendia. Mal entendidos e suspeitas eram instigadas de parte a parte. Há documentos que relatam desconfianças entre pastores e padres. Em final do ano de 1872 ou início de 1873, deve ter chegado alguma informação sobre casamentos protestantes ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Rio de Janeiro. Tanto é que o presidente da província recebeu de lá o seguinte comunicado:

> *"Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 13 de janeiro de 1873*
>
> *Illmo e Exmo Sr.*
>
> *Constando que na Colônia de Santa Leopoldina tem se celebrado casamentos catholicos entre pessoas cazadas segundo o costume ou prescripções da Religião Protestante e nomenadamente entre Carlos Friebe e Ida Flora Barth e Gaspar Landhold e Sophia Ekhart convem que Va Ex ouvindo com urgência o Padre José Maximiliano Fried, o Director da Colônia e os interessados informe com urgência a sua resposta e com o que lhe ocorrer a respeito.*
>
> *Deus Guarde a V. Ex.*
> *Francisco do Rego Barros Barreto*
> (Abaixo da carta lê-se) *Cumpra-se*
>
> *Palácio do Governo do Espírito Santo em 31 de janeiro de 1873".*[6]

6 APEES.

O presidente da província fez chegar ao Padre José Maximiliano Fried a solicitação para que explicasse a situação. Padre Fried assim escreveu:

> *"Illmo e Excellmo Snr Presidente. Em resposta do officio reservado 27 de janeiro, que já mandei o Certidão destes casamentos (que assistiu em razão dos impedimentos dirimentos: Impotencia copula carnalis, frigitatis et calidatis impedimentum perpetuum na Igreja Catholica) ao Excell. Snr Ministro. Para o casamento dos protestantes é um contrato de valor de um casamento civil; a Religião protestante está fundado e fortificado por a base da liberdade de casamento de se casar com duas até mais mulheres que ainda vivem principiando do Rei até o mais ordinário do povo p. ex.: de um bebedor que não se emenda, a boa parte pode se casar um marido que deixa sua mulher com mão intenção, a mulher pode-se casar outra vez com marido que declara a mulher por infiel pode se casar; basta: nós sabemos que os fundatores destas Religiões foram casamenteiros. — e eu vejo-me accusado do pastor protestante fanático, o que quer fazer intrigas que os Excellmos Sres Minsitros sejão contra mim assim elle quer fazer seu Missão; pois elle é um Missionário enviado de Basel e até agora não converteu ainda nem um catholico este fez raiva a elle, porisso elle quer principia de outra maneira este minha declaração que affirmo.*
>
> *Colônia de Sta Leopoldina, 11 de fevereiro de 1873*
>
> *Para V. o Excell Se Digne informar*
> *E Pr. M*
> *P. José Maximiliano Fried".*[7]

Percebe-se que a explicação funda-se em total desconhecimento da concepção que os protestantes têm a respeito da bênção matrimonial. O texto é fruto do momento histórico, em que valia usar todos os argumentos possíveis para afirmar-se contra uma religião estranha que estava sendo permitida pelo Governo Imperial.

As escolas tinham, por força constitucional, orientação católica. Isto fez com que muitos imigrantes se negassem a mandar seus filhos para a escola. Deve-se, porém, admitir que muitos colonos usavam este argumento para os manter em casa, pois não lhes interessava a escola. Achavam que os filhos seriam mais importantes nos afazeres e para a sobrevivência na roça. Isto

7 APEES.

é comprovado pelo fato de os pastores terem sido hostilizados por muitos membros, quando introduziram um terceiro dia de aula na semana, além dos dois que já existiam. Mas também muitos membros preferiram abrir as suas próprias escolas, onde as aulas eram dadas em alemão, contribuindo também com isto para a marginalidade dentro da população do Espírito Santo.

Com o passado histórico que tiveram na Alemanha, principalmente os de descendência pomerana, os imigrantes viveram e respiraram aqui, apesar das adversidades, uma liberdade nunca experimentada. Também os que emigraram da região do Hunsrück experimentaram algo parecido. Aqui eram donos de si mesmos, tinham um pedaço de terra e, no campo religioso, mantinham viva a sua confessionalidade, tanto católicos quanto luteranos.

Para os de confessionalidade católica, a situação de adaptação foi mais fácil, pois haviam imigrado para um país católico. Inclusive em determinados momentos faziam questão de demonstrar a sua confessionalidade. A tal ponto que, ainda no período da nacionalização em 1938, quando iniciaram hostilidades contra os alemães no interior capixaba, um morador da localidade de Recreio (município de Santa Maria de Jetibá), de descendência alemã, mas católico, afirmou: "*Não somos alemães, somos católicos*".

Mesmo lhes sendo vedada a construção de templos ou lugares de encontros que denunciassem pela arquitetura tratar-se de um templo, os imigrantes de confessionalidade luterana acharam uma saída: construíram escolas. Era nelas que se aprendia a ler e escrever, mas também era nelas que se realizavam os encontros da comunidade confessional. Inicialmente, as escolas funcionavam durante dois dias por semana e, pelo menos uma vez ao mês, eram realizados os cultos dominicais, naturalmente conduzidos na língua alemã.

Havia também questões em torno da legalidade dos matrimônios protestantes. Se até então eram proibidos, no ano de 1856 foi apresentado um projeto de lei pelo Governo Central, segundo o qual os matrimônios "evangélicos", bem como os matrimônios mistos, poderiam ser contraídos como matrimônios civis.

Por interferência do clero romano, grande parte dos deputados foi mobilizada contra o projeto de lei. Em 1860, D. Pedro II interveio em favor da regulamentação dos matrimônios não católicos. Em 1863, regulamentou o decreto nº 3069, que permitia que "ministros das religiões toleradas" realizassem ofícios civis, desde que sua "eleição ou nomeação" fosse registrada junto ao governo.

Para legalizarem sua situação perante o governo, os pastores tinham que apresentar a ata de sua nomeação ou eleição para a autoridade governamental competente. Era, porém, proibido que os evangélicos contraíssem matrimônios mistos. Em decreto de 1865, o governo estabelecia que crianças nascidas de matrimônios mistos deveriam ser educadas na fé católica.[8]

Por si só isto contribuiu fortemente para o isolamento religioso. Houve momentos de tentativas de convencimento por parte de representantes do governo da província, para que os luteranos deixassem a sua confissão, tornando-se católicos. Prometia-se com isto vantagens no recebimento de auxílios e colocação melhor. Isto fez com que houvesse por parte de algumas comunidades um maior retraimento ainda. Sabe-se que, após a chegada em seus lotes, alguns representantes dos luteranos da colônia de Santa Isabel foram questionados pelo presidente da província por que não queriam tornar-se católicos. Ao que responderam: "*Um bom protestante não vai ao Brasil para se tornar católico. Também não viemos até aqui para que nos fizessem católicos*".[9]

Se no primeiro decênio da imigração os imigrantes luteranos experimentaram algumas dificuldades para exercitar sua confessionalidade, algo parecido deu-se com os imigrantes de procedência católica, mesmo estando num país católico. Havia a Igreja Católica como igreja oficial, bem como, desde os primeiros momentos, também havia sacerdotes católicos, mas estes não eram compreendidos ou eram rejeitados por causa de sua língua ou conduta nem sempre recomendável. Isto fez com que alguns católicos passassem a se reunir sem a presença do sacerdote, realizando sozinhos as suas celebrações. Só mais tarde é que padres de procedência alemã e austríaca, da "Ordem do Verbo Divino", viriam a se dedicar aos imigrantes católicos.[10]

Ressalta-se o caso do primeiro grupo de imigrantes luteranos estabelecido na colônia de Santa Isabel. No princípio, realizaram sozinhos os seus cultos, apenas recebiam atendimento pastoral esporadicamente, vindo da cidade de Teresópolis, na província do Rio de Janeiro. Quando estes pastores vinham para a colônia de Santa Isabel, realizavam batismos, casamentos, confirmações e outros ofícios. Só a partir do ano de 1857, o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia começou a enviar pastores para a província

---

8 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 25.

9 Ibid., p. 53.

10 Ibid., p. 59.

do Espírito Santo.[11] Conforme atestam documentos do Arquivo Público, a intermediação para a vinda destes pastores deu-se através do Governo Imperial.

O grupo de luteranos que se estabeleceu em Campinho e entorno ainda se destaca, pois descumpriu a constituição brasileira. Esta previa que os templos protestantes não podiam ter torre ou qualquer outra característica que as identificavam como tal. Contra todas as leis do país, construíram uma torre inaugurada no ano de 1866, e esta foi, provavelmente, a primeira torre de um templo protestante-luterano na América do Sul.

A partir de 1861, a Sociedade Missionária da Basileia começou a enviar pastores para a província. Este fato deu-se após a visita do ministro Plenipotenciário da Confederação Suíça von Tschudi às colônias de Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina. Em Santa Leopoldina, encontrou uma situação degradante em todos os sentidos: em nível moral, ético e religioso.

Finalmente entram em cena os pastores da "Associação Luterana da Caixa de Deus" (*Lutherischer Gotteskasten*). Em 1891, a "Federação das Associações Luteranas da Caixa de Deus" na Alemanha decidiu interessar-se pelos emigrantes luteranos no Brasil. O envio de pastores ao Brasil ficou confiada à Caixa de Deus da Baviera, aqui conhecida simplesmente como *Gotteskasten*. Assim, em 1897, o primeiro pastor pôde iniciar as suas atividades no Brasil. No Espírito Santo, esta associação iniciou suas atividades no ano de 1904.

Os pastores enviados pelo Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia — chamados *Berliner* —, e os enviados pela "Sociedade Missionária da Basiléia" costumavam passar poucos anos no Brasil. Já os pastores do *Gotteskasten* tinham a consciência de que o seu envio para o Brasil era vitalício. Esta percepção de terem sido enviados para permanecer no país trouxe algumas consequências para as comunidades capixabas. Através destes pastores, as escolas existentes, preocupadas em preparar os alunos para o rito religioso da Confirmação, passaram a funcionar duas ou três vezes por semana, com um currículo que incluía a língua alemã, matemática, noções de história e geografia.

Interessaram-se também pela área diaconal/social, criando, por exemplo, as "Caixas de Cobra", associações que existem até hoje. O seu objetivo era ter estoques de soro anti-ofídico e aplicadores do mesmo nas diversas regiões do estado. Assim, qualquer picada de cobra podia ser curada no local de moradia da vítima e evitavam-se longos transportes dos doentes até o médico mais próximo. Foram também os pastores do *Gotteskasten* da Baviera que se empenharam na construção de uma escola para preparar professores aqui nascidos e que pudessem lecionar na língua portuguesa. Com o início da nacionalização e por decreto publicado em 14 de abril de 1938 no Diário Oficial da União, esta escola, construída em Alto Limoeiro, município de Itarana, teve que ser fechada. O decreto previa que somente professores brasileiros com certificado de reservista ou estrangeiros naturalizados brasileiros poderiam assumir a direção de uma escola. Adiante, o decreto ainda previa que seria vedada qualquer ajuda financeira do exterior e que toda escola carecia de um registro junto aos poderes públicos. Com isso, estava decretado o fechamento daquela escola de formação de professores.


Acervo Artur G. Schmidt

Escola de preparação de professores em Alto Limoeiro

11 Ibid., p. 54.

GERMANIDADE

1. GERMANIDADE E CULTURA

Já se mencionaram alguns motivos que contribuíram e tiveram influência para a situação de marginalidade em que foram colocados os imigrantes da região serrana. Vivendo à margem, não havia necessidade e nem motivação para se aprender a língua portuguesa. Não havia com quem conversar. Os brasileiros viam-nos como intrusos e gente de segunda classe, pois assumiam todo e qualquer trabalho braçal. Também houve experiências ruins com alguns funcionários das colônias, que não repassaram adiantamentos financeiros. Igualmente, não queriam ser comparados com os poucos moradores já estabelecidos antes da imigração, pois viam neles pessoas preguiçosas.

Quando se tratava de manter a unidade para fora, os imigrantes entendiam-se como se fossem irmãos que deveriam enfrentar juntos todas as adversidades. Quando, porém, estavam entre si, faziam acepções. Os advindos da região do Hunsrück viam os pomeranos não como alemães, mas como prussianos. O mesmo se dava em relação aos imigrados de Baden, Hessen e da Saxônia. A recíproca também valia. Com o tempo, os pomeranos que vieram em maioria foram absorvendo os outros grupos, o que se constata pelo fato de que quase todos começaram a adotar a língua pomerana e suas manifestações de religiosidade popular.

Mas há de se lembrar que, nas acepções que os imigrantes faziam entre si, entrou ainda um outro grupo, chamado de "*comunistas*". Esta alcunha era-lhes dada pelos imigrantes que pertenciam à comunidade religiosa. Tratavam-se de imigrantes da Saxônia, que lá trabalhavam em fábricas. Descontentes com todo o desenvolvimento político social na Grande Prússia, frustrados com a Revolução de 1848, emigraram, imbuídos de ideias liberais e com isto também um forte espírito de oposição contra a Igreja. Por vezes também eram chamados de "*democratas*", pois eram oponentes dos governos territoriais centralizadores na Alemanha.

Daí atribuíram-se os termos "*comunista*" e "*democrata*" a todos, tanto entre católicos quanto entre luteranos, que não se interessavam pela vida eclesial ou que não se ligavam a uma comunidade confessional. Enfim, quem se rebelava contra o *status quo* era, então, designado "*comunista*" ou "*democrata*".

Enfim, deduz-se que, na primeira geração, a manutenção da língua alemã ou o pomerano pouco teve a ver com um determinado senso de germanidade, ou necessidade de manter uma unidade ou demonstrar qualquer tipo de resistência. Simplesmente viviam tão isolados, exigidos e absorvidos para sobreviver que não sentiram a necessidade de aprender a língua portuguesa. Também não havia uma saudade generalizada da antiga pátria. Os colonos, que após os primeiros anos de miséria comum alcançaram certa prosperidade, com certeza não tiveram saudades dos latifúndios da Pomerânia, das poucas terras disponíveis no Hunsrück, ou dos trabalhos em fábricas.

Com este passado histórico e, apesar de não aprenderem a língua portuguesa, os imigrantes viam o Brasil naturalmente como nova pátria, onde os seus filhos poderiam ter um futuro melhor. Aliás, esta característica era comum aos imigrantes alemães. Basta ver os grupos que emigraram para a Rússia e lá se engajaram no exército dos czares. Ou os imigrantes que cerraram fileiras na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.

2. O PAPEL DA IGREJA NA FORMAÇÃO DO SENTIMENTO DE GERMANIDADE

Os primeiros imigrantes traziam muito pouco daquilo que poderíamos chamar de consciência germânica, principalmente entre os pomeranos. No mapa político, a Pomerânia tinha algum peso, pois fazia fronteira com a Rússia e Polônia. Além do mais, os soldados pomeranos eram conhecidos pela obediência e fidelidade que demonstravam aos reis da Prússia. No entanto, o governo prussiano pouco fez para mudar a situação social da população pomerana, que trabalhava em sua grande parte como diarista em grandes

latifúndios. Era importante manter os latifúndios, pois estes forravam o caixa de guerra e forneciam soldados para que a Prússia pudesse fortalecer as fronteiras externas e converter-se na Grande Prússia, que de fato ditava os destinos da unidade alemã.

O Palatinado Renano, do qual vieram os Hunsrücker para Santa Isabel, bem como Hessen e Saxônia, viviam de uma ou outra forma politicamente atrelados à Prússia. Com a emigração maciça de cidadãos prussianos para o Brasil, o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia enviou, no ano de 1857, os primeiros pastores para a província do Espírito Santo. A Prússia mantinha então a hegemonia econômica e política da Liga Alemã.

Com a guerra contra a Dinamarca em 1864; a derrota da Áustria em 1866; com a Guerra Franco-Alemã (1870–1871), em que a França perdeu a Alsácia e a Lorena e foi obrigada a pagar uma elevada reparação de guerra; surgiu um forte sentimento patriótico, uma forte consciência de germanidade. Todos estes sucessos deveram-se à política do primeiro ministro da Prússia, Otto von Bismarck.

Os pastores enviados pela Prússia, naturalmente, vinham imbuídos com este espírito patriótico, este forte sentimento de germanidade. A isto se somou, sobretudo, a constituição do Império Alemão, em 18 de janeiro de 1871, que proclamou o rei Guilherme I da Prússia imperador alemão.

Para os imigrantes que aqui primeiro chegaram, a pergunta pela germanidade era secundária. Como já se viu, até excluíam-se uns aos outros. Com a chegada destes pastores, o quadro mudou totalmente. Foi despertado um forte sentimento de unidade e orgulho. Ser alemão passou a ser uma questão de suma importância. Até os pomeranos, que historicamente tinham sido relegados a um segundo plano, de repente, foram embalados pelo sonho da germanidade e da Grande Alemanha.

Foi, pois, através dos pastores enviados pelo Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia — que propiciava formação acadêmica aos pastores — que as comunidades de imigração alemã receberam os primeiros fortes impulsos para fomentarem a cultura e a língua alemã. Disto fazia parte cultivar o senso de obediência e o senso do dever, de amor à pátria e à monarquia. Todo este processo era acompanhado da distribuição de farto material. Ainda hoje é possível encontrar em algumas casas do interior quadros do imperador alemão, quadros de cenas de guerra, bem como livros

e material escolar, como mapas, que reproduzem a Alemanha como um poderoso e abençoado império.

Contagiados pelo amor à monarquia alemã, foi natural que alguns grupos se mostrassem aqui muito reticentes em relação à Proclamação da República em 1889. Diferentemente do sul do país, aqui não havia grupos de oposição organizados, mas havia um sentimento de dúvidas e desconfianças.

Quando eclodiu a I Guerra Mundial, contava-se com a vitória alemã. A vitória tinha seus defensores entre alguns pastores e alguns professores, que alimentavam esta possibilidade diante das comunidades do interior. Inclusive eram distribuídos quadros, onde, por exemplo, um marinheiro, diante do seu navio de guerra afundando, ainda ergue como último esforço, a bandeira alemã, com os dizeres: "*Até o último homem!*" (*Bis zum letzen Mann!*).



Acervo família Schroeder

Cultivo da germanidade. Quadro de Hindenburg exposto em muitas casas

A partir de 1913, era divulgada em algumas comunidades a *Lex Delbrück*. Esta lei, de 22 de julho de 1913, permitia, obedecidas algumas formalidades, a preservação da cidadania alemã por emigrantes que tinham adquirido a cidadania do país para o qual tinham imigrado. Mesmo com todo fervor cultural e de germanidade fomentada por pastores, não se tem notícias de pessoas do interior que tivessem feito uso desta lei.

Dentro deste momento de cultivo do sentimento de pertença ao povo alemão, pastores começaram a realizar o que chamavam de "*festas missionárias*" ou "*festas de missão*", que tinham tradição entre as comunidades. Com celebrações, palestras sobre o significado da pertença ao povo alemão e outras atividades, era também nestes encontros que lideranças da Igreja avaliavam e planejavam a caminhada da Igreja.

Quando eclodiu a I Guerra Mundial, usou-se estes encontros para proferir palestras sobre a necessidade de a Alemanha vencer a guerra para preservar a "*boa fé cristã alemã*". Esta expressão ainda foi usada pela Sra. Gehrke (Laginha do Pancas), no ano de 1973, quando reclamou junto ao autor que o uso da língua portuguesa nos cultos estava inaugurando o fim da Igreja Luterana no Espírito Santo.

O torpedeamento de três navios brasileiros por submarinos alemães finalmente levou à declaração de guerra entre Brasil e Alemanha. Pressionado pelos Estados Unidos da América, o Brasil declarou guerra ao *Reich* alemão em 1917 e colocou à disposição dos aliados uma divisão naval e unidades sanitárias.

Estados onde residiam grupos étnicos teutos receberam do Ministério do Interior do Brasil instruções proibindo a circulação de jornais em língua alemã e obrigando o fechamento de escolas nas quais não se lecionava a língua portuguesa. Após o torpedeamento de mais navios, foi declarado o estado de sítio nos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. O Espírito Santo não foi atingido pelo estado de sítio, o que comprova mais uma vez que os descendentes de alemães aqui pouco ou quase nenhum envolvimento tinham na vida pública. Viviam como agricultores no interior, causando poucas preocupações ao Estado brasileiro.

Mesmo assim, aconteceram algumas perseguições localizadas a alemães e descendentes de alemães, principalmente em cidades. Evitava-se falar a língua alemã na rua e em locais públicos, pois isso podia ser ensejo para reações de pessoas vacinadas com a propaganda anti-germânica desencadeada pelo

Governo Brasileiro. Na região serrana, este período foi de tranquilidade, com exceções de algumas ameaças e invasões a residências por parte de grupos que nutriam desavenças com alemães.[12]

Após o término da I Guerra e com a derrocada alemã, instalou-se em alguns grupos um profundo desânimo e temia-se pelo futuro das escolas e das próprias comunidades luteranas. Exemplo disto é que, com a Alemanha derrotada, não havia a curto e médio prazo nenhuma esperança de ajuda cultural e financeira para o trabalho nas comunidades. Uma parcela dos pastores, principalmente da *Gotteskasten*, e também com a experiência de isolamento vivido durante a guerra, viram com simpatia uma aproximação com a Igreja Luterana dos Estados Unidos da América. A reação foi imediata. O Pastor Molkentin (Califórnia-Domingos Martins), contrário a esta ideia, proferiu a palestra no "Terceiro Dia da Escola Teuto Brasileira", no Rio de Janeiro, criticando com formulações violentas o interesse de se abrir mão da língua alemã no trabalho nas escolas.[13]

Com o término da guerra, também se dissiparam os receios, e foi revogada a proibição de se falar alemão. Aliás, uma proibição pouco respeitada nas colônias. Só era respeitada quando colonos tinham que resolver assuntos com autoridades ou repartições públicas. No dia a dia durante a guerra, falava-se o Hunsrück e o pomerano. A língua eclesiástica, com pouquíssimas exceções, era o alemão.

A comemoração do centenário da imigração alemã no Brasil, em 25 de julho de 1924, foi amplamente divulgada nas comunidades do estado. Aproveitou-se o momento para novamente lembrar o compromisso com as tradições, com a religiosidade, com a cultura, com o legado dos pais. Esta tentativa, porém, não teve o mesmo efeito que em outros estados do sul do Brasil. Aqui, continuou-se vivendo a vida de forma isolada. Diferente do sul, aqui não foram criadas associações ou instituições para a preservação da germanidade.

Os festejos da imigração alemã respingaram para dentro das regiões de colonização, mas não com aquele fervor experimentado no sul do país, onde até foi criada a Associação Cultural 25 de Julho, que ainda hoje tem como objetivo cultivar tradições e a história. A data do 25 de julho passou a ser, em poucas comunidades, uma mera lembrança da imigração alemã, celebrada

12 Depoimento dado pelo Sr. Erich Boldt ao autor no ano de 1997.

13 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 192.

aqui e acolá com cultos festivos. Hoje, o município de Santa Maria de Jetibá tem esta data no calendário oficial como “Dia do Colono”.

ESCOLAS

1. A PREOCUPAÇÃO DOS IMIGRANTES COM O ENSINO

Entre 1857 e 1873, chegaram à província do Espírito Santo 2.142 pomeranos. Deste contingente, apenas seis eram artesãos (carpinteiros, ferreiro, pedreiro e sapateiros), os outros haviam deixado os latifúndios como diaristas. Havia, pois, um considerável contingente de analfabetos e semianalfabetos. O contingente pouco a pouco foi engrossado com outros alemães e súditos do Império Austríaco.[14]

As famílias, muitas vezes numerosas, eram submetidas a trabalhos pesados para sobreviver ou acumular algumas posses em dinheiro a fim de comprar terras para os herdeiros, pois era costume o pai dar a cada filho um pedaço de terra. As filhas não recebiam terra como herança, mas um dote, que muitas vezes consistia de um baú de madeira, por vezes ricamente trabalhado, contendo algumas roupas, máquina de costura, além de uma vaca leiteira e outras criações menores.

Boa parte dos imigrantes que aqui chegaram possuíam alguma instrução primária adquirida na Alemanha, bem como os filhos mais velhos. Crianças aqui nascidas não tiveram oportunidades de aprender a ler e escrever nos primeiros anos na nova pátria. O Estado ausentou-se completamente, proporcionando uma falta completa de escolas, pois malmente conseguiu acompanhar o desenvolvimento econômico das novas colônias. Além disso,

---

14 Renato Viana SOARES, Spini nei fiori — A “nacionalização” das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na era Vargas, p. 35.

uma visão governamental controlada por latifundiários tinha pouco interesse em escolas nas colônias de imigração estrangeira.

Pouquíssimas famílias educavam seus filhos em casa, com a ajuda de irmãos mais velhos. Isto contribuiu para que a primeira geração aqui nascida quase não recebesse instrução escolar, mas apenas ensino religioso, baseado em decorar resumos da fé e do Catecismo Menor de Martim Lutero — em caso de famílias luteranas. Apesar de todas estas dificuldades, o ensino era a grande preocupação dos imigrantes provenientes principalmente da Saxônia. Queria-se proporcionar aos filhos noções básicas. Entre os imigrantes pomeranos também havia a preocupação em proporcionar noções elementares, porém mais no sentido de que seus filhos aprendessem a ler e escrever para poderem ler suas bíblias, cantar em seus hinários e aprender o catecismo. Ensino mais no sentido de conservar a confessionalidade e não como cultura geral, ou para abrir novos horizontes. Daí se explica a dificuldade que os pastores tiveram para introduzir escolas que iam além do mero aprender a ler para cantar e ler a Bíblia.

Tem-se notícias de construções de algumas escolas nos dois primeiros decênios da imigração. Tratam-se, porém, de espaços multiuso, para cultos dominicais, reuniões e ensino confirmatório. Muitos denominavam estes espaços de *Kapelle*, ou seja, capelas. A partir desta denominação já se percebe que não havia ainda algo organizado com base em um currículo de ensino. A partir de 1895, surgem então escolas, num primeiro momento com dois dias de aula por semana. Além de ensino confirmatório, também se ensinavam noções básicas de matemática para o dia a dia, geografia e história. Até a II Guerra Mundial, as aulas eram dadas prioritariamente em língua alemã. A língua portuguesa figurava apenas como uma matéria na grade curricular.

O aprendizado era curto e frequentava-se a *Kolonieschule*, ou seja, a escola da colônia. Geralmente, o curso durava dois anos, com três aulas semanais ou três anos, com duas aulas semanais. Em paróquias menores, a sala de aula era assumida pelo pastor e/ou sua esposa. Não havia professores com formação pedagógica, estes eram geralmente colonos que sabiam ler, escrever e tinham alguma noção de música. Em 1910, Wagemann ainda descreveu assim a situação:

> *"Quem ensina, ordinariamente, é um colono, que objetiva um ganho adicional, ou, o que provavelmente é raro, se interessa acentuadamente por essa atividade. Encontram-se colonos malogrados, dedicando-se à função de professor. Entre os 'mestres de colônia', acham-se, ocasionalmente, pessoas que naufragaram algures e procuraram refúgio na floresta. Quase todos estão em desavença com a ortografia e a gramática, e a tal ponto, que muitas vezes, ignoram que um vocábulo se compõe de determinadas sílabas e, por isso, juntam-nas erradamente".*[15]

Os professores eram mantidos através de contribuição anual paga pelos pais, de acordo com o número de filhos matriculados. Tal contribuição era chamada *Schulgeld*, ou seja, o dinheiro para a escola. Esta quantia variava de localidade para localidade, mas girava em torno de 10 a 15 Mil-réis. Cada professor tinha o seu livro de controle, onde as contribuições eram minuciosamente anotadas.

Após a Guerra Franco-Alemã (1870–1871), constitui-se o Império Alemão, ou *Reich*. Com isso, o rei da Prússia, Guilherme I, foi proclamado imperador da Alemanha. Estabelecia-se assim um Império que, segundo alguns historiadores, mais parecia uma "Grande Prússia". Isso teve consequências também para o Brasil, já que a Prússia via como sua obrigação zelar pelos seus súditos outrora emigrados. Este zelo materializava-se no envio de pastores, mas também em remeter material pedagógico para as escolas. Este aceno fez com que se começasse aos poucos a organizar aqui um projeto mais elaborado para o funcionamento das escolas.

15 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 91.



Acervo Helmar Rölke

Escola em Santa Maria de Jetibá no ano de 1924. O professor é pai do autor

Surgem aos poucos as escolas mantidas e supervisionadas pela comunidade confessional, principalmente pelas comunidades luteranas. Eram escolas particulares, pois devido à ausência do Estado, as comunidades confessionais começaram a organizar sua própria escola, com seu currículo próprio. Algumas escolas enviavam regularmente o chamado *Schulunterstützungsgesuch* (Requerimento de ajuda para escolas) ao governo alemão. Tem-se o requerimento da escola de Califórnia, Melgaço I, Melgaço II e Tijuco Preto, entre os anos de 1908 e 1909; e das escolas de Califórnia, Tijuco Preto, Nolasco e Três Pontões, do ano de 1913. Nos requerimentos, tem-se o plano de aula para dois dias na semana, contendo as seguintes matérias: alemão, matemática, escrever, canto e religião. O ano letivo iniciava na Páscoa e não havia período de férias. No item "*língua materna*", todos os formulários indicam "alemão".[16] Os requerimentos eram encaminhados para a chancelaria do governo alemão via consulado.

16 Cópias dos Requerimentos encontram-se com o autor.



HEIMATBOTE

für die Gemeinden der DEUTSCHEN LUTHERISCHEN KIRCHE in Espirito Santo.

Nr. 4 | April 1936 | 2. Jahrgang

Sei getreu bis an den Tod, so will ich dir die Krone des Lebens geben.
Offbg. Joh 2, 10

Zur Konfirmation!

Palmsonntag! Erinnerungen werden in uns wach. Im Geiste sehen wir uns wieder im Kreise unserer Mitkameraden, ein treuer Seelsorger vor uns. Dann kam der Palmsonntag und die Segenswünsche treuer Eltern und Seelsorger begleiteten uns. Und als wir dann unserm Herrn und Heiland und unserer evangelisch-lutherischen Kirche die Treue gelobten, da taten wirs gern und freudig. Es waren nicht nur Worte, unser Herz war dabei. In heiliger Scheu und Ehrfurcht nahmen wir darauf zum ersten Male am heiligen Abendmahl teil. Mit den besten Vorsätzen machten wir uns auf den Heimweg.

Seitdem ist Vieles anders geworden. Wir glaubten der Schule entlaufen zu sein und kamen doch in eine viel härtere hinein, in die Schule des Lebens. Ihr blieb es vorbehalten, uns den Sinn des Konfirmandenunterrichtes erst aufgehen zu lassen. Viele freilich hatten geglaubt, nichts in der Welt sei einfacher, als dem Herrn und seiner Kirche die Treue zu halten. Ein wenig die Welt und was sie bietet, genießen, ein wenig dem lieben Gott dienen, alles spielend, tändelnd. Mit keinem möchte man es verderben. Es lief ja auch immer so gut ab.

Ganz langsam, ganz allmählich kam es dahin, daß man die Welt immer lieber gewann. Ab und zu hörte man dann noch die lästige Mahnerin Kirche. Man sieht sie oft nur noch als ein notwendiges Übel an, ohne das es schließlich doch nicht geht.

Oder wäre etwa jemand so vermessen, behaupten zu wollen, er hielte seinem Herrn die Treue und seiner Kirche nicht? Der hätte Jesum nicht verstanden. Wie kommt es aber, daß manche es fertig bringen, die versprochene Treue ihrer Kirche gegenüber zu brechen? Oft um schnöden Gewinns willen, oft wegen einer nichtssagenden äußerlichen Ursache. Einen, der die versprochene eheliche Treue

Acervo Helmar Rölke

Periódico *Der Heimatbote*, com notícias das comunidades luteranas

Para quebrar a resistência daqueles pais que não queriam enviar seus filhos para a escola, pastores só admitiam para o ato religioso da confirmação aquelas crianças que frequentavam a escola. Isto tornava a escola obrigatória, não por exigência do Estado, mas da comunidade confessional. Para se ter uma ideia do grau de analfabetismo, basta observar o número de membros que liam regularmente o periódico *Der Heimatbote*, jornal para as comunidades luteranas do estado do Espírito Santo. Em geral, era lido por apenas 25% a 30% dos membros das comunidades.

Por volta de 1920, existiam escolas em quase toda a extensão onde se encontravam comunidades luteranas constituídas. Vale dizer que isto significava escolas que tinham estreita ligação com a língua alemã. Com a ligação junto à comunidade confessional, surgia aos poucos o interesse por professores mais qualificados. Comunidades economicamente mais fortes buscavam professores na Alemanha.

No ano de 1929, a *Landesverband Deutscher-Brasilianischer Lehrer* (Federação Nacional de Professores Teuto-brasileiros) realizou um levantamento sobre escolas alemãs no estado do Espírito Santo. No documento de compilação, faz-se o seguinte comentário: "*A compilação mostra no Estado do Espírito Santo particularmente grandes lacunas. Enquanto que ali se calcula a existência de em torno 100 escolas alemãs, apenas 19 foram alcançadas estatisticamente*".[17]

Em 1929, existiam as seguintes escolas alemãs nas comunidades luteranas no Espírito Santo: Santa Isabel; Campinho; Sapucaia (fundada em 1900, professor João Hoffmann Sobrinho, colono); São Bento (fundada em 1920, professor João Hoffmann Sobrinho, colono); Alto Jucu; Tijuco Preto (fundada em 1895, professor Albert Trams, colono); Galo (fundada em 1900, professor Albert Lutzke, colono); Califórnia (fundada em 1873 — outra fonte menciona o ano de 1890 —, professor Fritz Lippert, pastor, e Melitta Lippert, sua esposa); Biriricas; Ponto; Rio Lamego (fundada em 1907, professor Eduard Waiandt, colono); Alto Lamego; Baixo Lamego; Melgaço I (fundada em 1910) e Melgaço II (fundada em 1926); Holanda; Rio Claro; Luxemburgo; Tirol; Fazenda Jonas e Barracão (fundada em 1905, professor Wilhelm Brandenburg, colono); Posmoser; Jequitibá; Escola Berger; Suíça e Nolasco (fundada em 1909); Santa Joana; Lagoa e Três Pontões (fundada em 1910); São Sebastião; Baixo São Sebastião (fundada em 1914, professor Gustavo Boldt, colono, e Wilhelm Buss, primeiro grau na Alemanha); Santa Maria (fundada em 1892, professor Hermann Rölke, pastor); Alto Santa Maria I e Alto Santa Maria II; Recreio; Caldeirão; Vinte e Cinco de Julho (Professor Anton Blaser, autodidata); Serra dos Pregos (fundada em 1921, professor Alberto Tonn I, colono); Rio Novo; Rio Perdido; Laranja da Terra; Taquara; Santa Rosa; São João; Jequitibá (fundada em 1921, professor Otto Maier, um ano de curso); Bom Jesus; Crisciúma; Alto Crisciúma (fundada em 1924, professor Paul Knoch, pastor, e Johannes Silbermann, de formação contador); Guandu; Palmeira (fundada em 1905, professor Friedrich Wüstner, pastor); Paraju (fundada em 1911, professora Elsa Schmidt, nascida na Alemanha); Sobreiro (fundada em 1928, professor Augusto Pagung, colono); Santa Rosa-Triunfo (fundada em 1920, professor Bruno Kiessling, diácono e pedagogo); São Francisco; Tancredo (fundada em 1910, professora Frieda Ademeit, nascida na Alemanha); Pontal; Santa Joana de Baixo; Córrego da Ponte; Lagoa Preta; Bananal; Aventureiro; Travessão; Pancas; São Pedro; São Sebastião Pequeno; São Sebastião Grande; Diabo; Mutum; Jacutinga; e, no estado de Minas Gerais, em Grumari, Santo Antônio, Resplendor e Ema. Observa-se que os nomes de professores referem-se ao ano de 1929. [18]

---

17 Dados extraídos do mapa do *Landesverband Deutscher-Brasilianischer Lehrer* e requerimento de ajuda para escolas junto ao governo alemão, de 1908/1909 e 1913 — Instituto Hans Staden de São Paulo.

18 Dados extraídos do mapa do *Landesverband Deutscher-Brasilianischer Lehrer* e requerimento de ajuda para escolas junto ao governo alemão, de 1908/1909 e 1913 — Instituto Hans Staden de São Paulo.



Acervo Helmar Rölke

Professores do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo reunidos em Santa Maria de Jetibá

As escolas das comunidades eram providas, geralmente, de uma sala grande onde o professor ou a professora dava as aulas. Havia quadro negro e carteiras, onde sentavam dois a quatro alunos. Meninos de um lado, meninas do outro, separados por um corredor. As assim chamadas carteiras eram feitas de forma rudimentar, quase sempre sem encosto para os alunos. O tampo da carteira era uma tábua mais larga, com leve inclinação em direção do aluno. Debaixo do tampo havia uma segunda tábua, onde cada aluno tinha espaço para colocar seus pertences, como a merenda que se trazia de casa dentro do embornal, junto aos livros. No tampo, geralmente, também havia uma perfuração do diâmetro de um vidro de tinteiro, trazido pelo aluno juntamente com a pena, que se comprava nas vendas.

Os professores vindos da Alemanha nem sempre tinham cursos de pedagogia. Na região de Melgaço, por exemplo, atuou um diácono, de nome Westphal. Na região de Santa Maria exerceu a função de professor Erwin Kerckhoff, que em Berlim trabalhava na contabilidade do serviço público de distribuição de gás. Posteriormente veio Hermann Miertschink. Em Laranja da Terra, e posteriormente em Santa Maria de Jetibá, atuava Johann Silbermann.

Nas paredes, era exposto material didático, como mapas, material colorido sobre fauna e flora brasileiras. Em sua grande maioria, a confecção destes mapas era bancada pelo *Reich* alemão. Para a alfabetização não se usavam cadernos, e sim as pedras lousas, de cor escura, emolduradas por madeira, para que não se quebrassem. Nelas escrevia-se com um bastão igualmente de pedra lousa. O bastão deixava sobre a pedra lousa a cor branca, de forma que se podia ler com facilidade o que nela era escrito. Após uso, tudo podia ser apagado com um pano.

Muitos pastores preconizavam com seus presbitérios uma melhor formação, bem como também a formação de professores para as muitas escolas existentes. No ano de 1925, foi decidido num Concílio Eclesiástico, em Laranja da Terra, que a Igreja Luterana deveria reorganizar o sistema das escolas de comunidade. Preconizava-se melhorar as escolas existentes, construir novas, elevar o nível das escolas, aumentar os salários dos professores para que se pudesse exigir mais empenho e dedicação. Além do mais, a língua portuguesa deveria integrar o currículo, para que as escolas pudessem se adaptar às leis brasileiras.

Como primeira consequência desta decisão, chegavam da Alemanha os diáconos Bruno Kiessling, Richard Olberg e Wilhelm Staudte. Depois veio o contador Johannes Silbermann, o jardineiro Hermann Miertschink, Anton Blaser e Carlos Aurich. Também no ano de 1928, já eram realizados cursos de aperfeiçoamento em Santa Maria de Jetibá e em Laranja da Terra para todos os professores das escolas existentes.

Na estatística do ano de 1936, eram mencionadas as escolas da "terra fria" e da "terra quente". Na "terra quente", existiam 43 escolas de comunidade, com 41 professores e 1.119 alunos. Na "terra fria", contaram-se 26 escolas, 25 professores e 688 alunos, abrangendo, porém, só as escolas onde atuavam pastores do "Consistório Superior de Berlim".[19] Incluindo-se aqui as escolas da "terra fria" atendidas por pastores da *Gotteskasten*, deve-se chegar ao triplo.

Deve ser mencionado aqui o empenho das comunidades para a instalação de um centro de formação de professores decorrente daquela decisão conciliar. Era assim construída em Alto Limoeiro-Jatibocas o *Lehrerpräparande* (Centro de Preparo de Professores), instituição de formação de professores brasileiros. Havia, na construção, moradia para o diretor da casa, quartos para os estudantes, salas de aula, sala de física, refeitório, cozinha e quarto para doentes. Em 13 de março do ano de 1938, finalmente, a construção foi inaugurada.

19 Artur SCHMIDT, Die Anfänge der Diakonie in Espírito Santo, p. 111.

Mas todo o empenho para a formação de professores foi em vão. Com o movimento de nacionalização que permeava o autoritarismo do Estado Novo, foi publicado no Diário Oficial de 14 de abril de 1938 o decreto de nº 9.255, que previa entre outros o seguinte:

> *"Só os brasileiros natos ou naturalizados que hajam prestado o serviço militar ao Brasil com os requisitos de idoneidade moral, intelectual, profissional ou técnica, a juízo do Departamento de Educação, poderão ministrar no território do Estado o ensino pré-primário, o primário e o complementar ou dirigir estabelecimento particular de ensino".*

O decreto igualmente exigia de todo estabelecimento de ensino:

> *"a) ensino obrigatório na língua vernácula, da história pátria, da geografia, da instrução moral e cívica, da educação física e dos trabalhos manuais; b) ministrar exclusivamente na língua vernácula o ensino pré-primário, o primário e o complementar; c) só adotar livros aprovados pelo departamento de Educação; d) manter permanentemente nas salas de aulas e auditórios em lugar de destaque a Bandeira Nacional e realizar semanalmente uma manifestação cívica a esse símbolo da pátria com a presença de alunos e professores; e) realizar uma vez mensalmente sessões cívicas em que se cuide de manter o espírito de brasilidade e de unidade de uma Pátria Nova e forte bem como o sentimento pan-americanista de confraternização dos povos americanos".*

Adiante, o decreto nº 9.255 proibia a qualquer estabelecimento de ensino:

> *"receber, direta ou indiretamente, quaisquer contribuições para sua manutenção a título de subvenções, auxílios ou donativos: a) de instituições ou de governos estrangeiros; b) de instituições ou de organizações estrangeiras com sede no Brasil; c) de associações ou entidades que professem ideologias contrárias ao regime ora instituído quer tenham sede no país ou fora dele".*[20]

20 Renato Viana SOARES, Spini nei fiori — A "nacionalização" das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na era Vargas, p. 71.



Acervo Helmar Rölke

Emadeiramento da escola comunitária em Santa Maria de Jetibá, desapropriada pelo governo em 1938

O decreto ainda determinava que a nacionalização do ensino seria realizada nas escolas privadas, ou seja, de comunidades, por professores do quadro do magistério público. Os delegados de ensino de cada município fiscalizariam o cumprimento das medidas que tornavam obrigatória a matrícula de toda criança entre 7 e 14 anos, com multa para os faltosos.

Com este decreto, inviabilizavam-se as escolas das comunidades confessionais e também o projeto que se tinha com o *Lehrerpräparande*. A construção ampla e situada em clima ameno na região serrana no município de Itarana foi então transformada em casa sinodal. Como tal deveria servir de local de férias para obreiros e professores com saúde debilitada, o que na verdade nunca aconteceu, devido às dificuldades das estradas e de comunicação. Finalmente, tornou-se, por pouco tempo, residência do pastor local. Hoje só restam ruínas.

Diante disto, as escolas que funcionavam até então tiveram que ser fechadas para serem assumidas pelo Estado. A primeira foi a de Santa Maria de Jetibá. Em maio de 1938, o secretário de Educação e Saúde "*ajustou contas*" com o Pr. Hermann Rölke de Santa Maria de Jetibá, que tinha investido suas reservas financeiras particulares na conclusão do prédio escolar, que tinha três salas de aula, duas salas para secretaria e até um palco para apresentação de teatro. O pastor era acusado de realizar uma "*obra de desnacionalização*

desabusadamente". Até a sua morte, em 1975, o Pr. Rölke não tinha sido indenizado, apesar do "*ajuste de contas*" em 1938. Como interventora para reabrir a escola, foi nomeada a professora Gisela Salloker Fayet, que tinha ligações familiares com o secretário de Educação e Saúde. Para não violar ou ser acusado ou tornar-se suspeito de violar o Decreto Lei nº 9.255, que punia quem boicotasse a "*nacionalização*", "*o pastor hospedou-a em sua própria casa*".[21] Nas comunidades longínquas e bem interioranas, o Estado pouco se interessou em reabrir as escolas fechadas. Para localidades maiores, foram enviados interventores, como no caso de Santa Maria de Jetibá.

Após a nacionalização das escolas comunitárias, pouco foi mudado nas práticas da educação. Assim como na época em que as aulas eram dadas em alemão, alunos de níveis diferentes continuavam na mesma sala de aula. Se antes da nacionalização os anos de escolaridade não passavam de dois ou três, com dois a quatros dias de aulas semanais, a frequência continuava baixa. Não se conseguiu convencer os pais a mandar os filhos além de dois ou três anos para a escola. Continuou entre a população a ideia de que com o ato religioso da confirmação cessava também o compromisso com a escola pública.

Com esta onda de nacionalização, definiu-se que, para as escolas da região de núcleos de imigração alemã e italiana, deveriam ser contratados professores normalistas. Caso não os houvesse, abria-se a possibilidade de serem contratados professores auxiliares de ensino, contratados por períodos de um ano, sem as garantias que tinha um funcionário público.[22] Professores normalistas eram minoria e dificilmente se dispunham a trabalhar nas regiões de colonização alemã. A Secretaria de Educação estabelecia a obrigatoriedade de o professor residir na localidade da escola, o que dificultava mais ainda o preenchimento de vagas.

O professor também se tornava um instrumento de pressão política nas mãos de comerciantes ou chefes políticos locais. Se representasse qualquer problema, era transferido. Se houvesse necessidade de licença, durante a tramitação do processo, o professor deveria indicar um substituto. Este substituto geralmente era alguém de plena confiança das lideranças econômicas ou políticas locais.

21 Renato Viana SOARES, Spini nei fiori — A "nacionalização" das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na era Vargas, p. 72.

22 Ibid., p. 86.

As escolas eram, em geral, dotadas do mínimo necessário: quadro de giz, mesa do professor e bancos, muitas vezes sem encosto, mapa do Brasil, bandeira brasileira e alguns cartazes da flora e fauna brasileira, conforme depoimento de Franz Boldt, em janeiro de 2001. De acordo com relatos de outros alunos da época, quase todas as escolas tinham em seu acervo gravuras de Duque de Caxias ou da Guerra do Paraguai. Por vezes, as aulas eram dadas em prédios rudimentares ou até em residências. As salas de aula eram organizadas com duas ou três filas de bancos. Os meninos separados das meninas. Na frente, os alunos menores, nos bancos de trás, os maiores.

Resultado da nacionalização foi que uma geração permaneceu quase analfabeta. Repetia-se o que aconteceu nos anos da imigração. Só que agora sob o impacto de uma política que via nos descendentes de alemães isolados no interior do estado do Espírito Santo uma ameaça para a segurança nacional. Ou pior, levantava-se o boato de que, se a Alemanha vencesse a guerra, municípios capixabas com composição de descendentes alemães tornar-se-iam províncias alemãs, e que pastores e professores já eram agentes de Hitler aqui infiltrados.

A acusação de que os colonos de descendência alemã eram defensores de ideias nazistas ou que estavam preparados para defender o *Reich* era totalmente infundada. Também era infundada a acusação de que muitos eram simpatizantes do Integralismo de Plínio Salgado. Apenas na região de Domingos Martins havia um pequeno grupo de simpatizantes mais atuantes do Integralismo. De forma alguma estas pessoas representavam um perigo para a nação, pois eram mais influenciados por comerciantes e políticos locais do que por ideologias do exterior.

A nacionalização das escolas teve um caráter policial-repressivo: de uma hora para outra se exigia das crianças — que só falavam a língua pomerana — que passassem a usar a língua portuguesa nas conversações na escola e com os professores. Isto só viria a contribuir para um hiato, em que professores e alunos não se entendiam. Uma geração de crianças, que nem sequer entedia direito o que estava acontecendo, foi tão prejudicada quanto seus pais.

2. O PAPEL DAS ESCOLAS NA FORMAÇÃO DO SENTIMENTO DA GERMANIDADE

As escolas tiveram, a partir da eleição do rei da Prússia como imperador alemão, em 1872, um papel, se não consciente, mesmo assim, importante para o cultivo da germanidade nas comunidades capixabas. Por parte de alguns professores de forma consciente, por parte de outros inconscientemente, pois apenas usavam material didático presenteado pelo governo alemão, repassando-o para os alunos, sem, porém, se preocupar com o cunho ideológico do material. Para alguns dos professores das escolas comunitárias, realmente, faltava preparo para distinguir o que era ensino propriamente dito e o que era doutrinação ideológica.

A princípio, o material didático, como livros, mapas, etc., vinha impresso em língua alemã, e muitas vezes sem ter sido adaptado para a realidade brasileira. O próprio governo alemão repassava verbas e material através da *Allgemeiner Deutscher Schulverein* (Sociedade Geral de Escolas Alemãs). Esta sociedade reunia os professores da seção capixaba e carioca até os anos de 1930. Havia em todo o país seis seccionais da Sociedade Geral de Escolas Alemãs. As diversas seccionais reuniam-se em encontros de vários dias, com palestras e trocas de experiências.

Após a I Guerra Mundial, surgiu a *Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer* (Federação Nacional de Professores Teuto-brasileiros), com sede em São Paulo. Entre as metas desta Federação destacava-se:

> *"1º – A criação de um corpo de professores que dominassem a língua alemã e a língua portuguesa. 2º – Elevar o nível escolar, principalmente nas escolas nas colônias. 3º – A confecção de livros didáticos e outros materiais em português e alemão. 4º – O cultivo do sentimento nacional, considerando a tradição européia. 5º – A ligação gradual ao sistema escolar brasileiro".*[23]

Com a nacionalização efetiva das escolas das comunidades, em 1938, este projeto ruiu. Inclusive no estado do Espírito Santo, onde havia sido construído o *Lehrerpräparande*, o Centro de Preparo de Professores em Alto Limoeiro-Jatibocas, no município de Itarana. De uma hora para outra, em todas as escolas, as aulas tiveram que ser administradas em língua portuguesa. Quando não havia professores, as escolas simplesmente eram fechadas.

23 Carlos FOUQUET, Der deutsche Einwanderer und seine Nachkommen in Brasilien, p. 177.

Alguns livros de leitura em língua alemã usados nas escolas continham referências à vida na Alemanha, histórias e lendas alemãs e cenas do cotidiano do imperador alemão. Em localidades mais próximas das sedes municipais, ou de contato com famílias que não eram de descendência alemã, usava-se a *Grammatica portuguesa para uso nas escolas allemãs no Brasil — Minha Língua*. Nas aulas de matemática, as escolas de Santa Maria de Jetibá e Laranja da Terra usavam o livro *Arithmetica Pratica em quatro partes*, compiladas pelo professor Otto Büchler, e traduzidas pelo professor Homero Dias Cardoso, editado pela Editora Rotermund & CO., no Rio Grande do Sul. Bem conhecido também era o livro *Da vida dos nossos animais — fauna do Brasil*, do Dr. Rodolpho von Ihering, que era assistente do Instituto Biológico de São Paulo. Muitos livros eram editados pela Editora Rotermund & CO., de São Leopoldo (RS).

Editoras como Rotermund & CO. editavam livros didáticos, principalmente em português. A Federação Nacional de Professores Teuto-brasileiros encarregava-se de fazer chegar estes livros até as escolas. Também ajudava financeiramente para baratear os livros. Entre os anos de 1927 e 1937, o Ministério do Exterior da Alemanha, em Berlim, enviava doações em dinheiro para baratear o material didático, mas com a condição de que as aulas fossem dadas nas duas línguas.[24] O Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores da Alemanha aplicou 42.068 Marcos no Brasil, no ano de 1902.[25]

3. O GOVERNO E O ENSINO

Já desde o início da imigração, os imigrantes viveram de forma isolada, sem a presença efetiva do Estado. A partir dos anos 1930, a inserção dos imigrantes como cidadãos brasileiros começou a depender fortemente das forças políticas que dominavam a província. Com o peso que o café tinha na economia, predominavam os defensores das grandes fazendas. Mesmo assim, devido a sua situação de marginalidade, tanto geográfica como econômica, os imigrantes tiveram garantidas as suas pequenas propriedades. Devido à

24 Carlos FOUQUET, Der deutsche Einwanderer und seine Nachkommen in Brasilien, p. 180.

25 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 45.

geografia acidentada, estas terras não interessavam ao latifúndio ou às tentativas de trazer imigrantes para trabalharem em fazendas. Permitiu-se aos descendentes de imigrantes, em sua quase totalidade pequenos proprietários, terem fatias na economia do café.

Todo este quadro foi acompanhado pelas Igrejas, que através do pastor ou do padre tinham profundo conhecimento da situação. Na situação de isolamento, todos os trabalhos eram realizados com as mãos, foice, machado, queimada e enxada, sem incentivo governamental. Os religiosos conheciam a situação real das famílias, seus problemas e angústias. É natural que num quadro desta natureza, pastores e padres tenham exercido uma forte influência no ensino.

Nos relatórios dos presidentes da província, que eram apresentados à Assembleia Provincial, já aparece cedo a preocupação com escolas, através do departamento chamado de "Instrução Pública". Preocupação que quase nunca teve algum desfecho prático para as colônias de imigração estrangeira. Oito anos após a imigração, em 1854, o vice-presidente fazia o seguinte relato ao presidente, informando sobre a baixa remuneração dos professores e o que isso acarretava para a educação:

> *"Instrução publica — A pobreza e a insignificância dos ordenados com que são gratificados os Professores Públicos sam um obstaculo permanente ao melhoramento d'este tão importante ramo da Administração Provincial: seu estado pois não é satisfactorio, e V. Exa. encontrará bem descripto no já citado Relatório. Devo entretanto declarar que todas as Escolas de primeiras Lettras se achão providas á excepção de duas, que são as de Piuma e Jacarahype, como se vê da relação nº 3. A Lei Provincial nº 6 de dois de julho de 1853 creou uma aula de Latim na Villa da Serra, e outra na de Benevente; a primeira acha-se provida de Professor, que começou a rege-la em data do primeiro de Dezembro proximo passado; e a outra mandei já por á concurso. Pela Lei nº 4, de vinte e quatro de Julho de 1843, e vigorada pela Lei nº 4 de 24 de julho de 1853, foi também creado n'esta Capital um Liceu que até agora não pode ainda ser instalado".*[26]

Documentos atestam que o Governo Central foi constantemente informado sobre a situação educacional. Em ofício ao Ministério do Império, de 26 de janeiro de 1863, a carência de professores é mais uma vez justificada pela "*pobreza de pessoal e a insignificância dos ordenados com que são gratificados os Professores Públicos — obstáculo permanente ao melhoramento d´este tão importante ramo da Administração Provincial*".

O presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior ainda trouxe um novo elemento para explicar a pouca escolaridade da população: falta de estradas, o que impedia os alunos de irem para a escola, falta de transporte, ou escolas mais perto das moradias dos habitantes. A isso, Costa Pereira somou a falta de interesse dos pais, que consideravam as escolas inúteis, pois em nada contribuíam para enriquecerem-se materialmente.

Costa Pereira assim se expressava:

> *"Grande extensão de territorio e faltas de vias de communicação que impedem a frequencia de muitos alumnos a quem por serem obres fallecem meios de transporte ou de se estabelecerem perto das escholas.*
>
> *Preconceitos arraigados na população, pouco ou nenhum apreço que muita gente das classes menos cultas dá a instrucção considerando-a como inutil para haver subsistência e abastança.*
>
> *Pobreza de grande parte da população o que leva os pays a distrahirem muitas vezes seos filhos da eschola para emprega-los como auxiliares no serviço de que subsistem especialmente na occasião das colheitas.*
>
> *Falta de inspecção activa, constante e vigoroza".*[27]

Mesmo assim, o Governo Provincial pouco ou quase nada se interessou em organizar escolas públicas para os filhos dos imigrantes nas colônias, principalmente na região serrana. Com isso, aos poucos, mesmo com muitas resistências por parte dos pais, foram surgindo escolas comunitárias, destinadas aos filhos e filhas de colonos. Este processo de criação de escolas em sua quase totalidade foi assumida pelas Igrejas Luterana e Católica.

No início, a Igreja Católica acompanhou os imigrantes através de religiosos capuchinhos, posteriormente por religiosos austríacos da Congregação do Verbo Divino. Como o catolicismo era a religião oficial do Estado, os religiosos católicos tinham mais facilidade em conseguir a instalação de escolas públicas. Isto fez com que se cuidasse pouco da questão étnica nas regiões de imigração de predominância católica. Nisto o seu trabalho divergia dos pastores luteranos, pois, além de cuidarem do trabalho da comunidade

26 APEES.

27 in José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 357.

confessional, portanto também étnica, ainda tinham a preocupação com o funcionamento das escolas.

Na realidade, as escolas comunitárias dentro das comunidades de imigrantes, automaticamente, se tornavam "escolas alemãs", pois eram os pastores, todos vindos da Alemanha, que as organizavam com seus presbitérios. Eram também os pastores, suas esposas ou pessoas escolhidas nas colônias, que lecionavam. As assim chamadas "escolas alemãs" foram condenadas a um papel secundário dentro da sociedade capixaba. Por dois motivos: primeiro, pois mesmo após a proclamação da República, quando se separou Estado e Igreja, o Estado nada fez para uma cidadania consciente, investindo na educação. Segundo, como estas escolas eram frequentadas por filhos e filhas de pequenos proprietários ou meeiros, não era possível lecionar durante a semana toda. Inicialmente, com muitas brigas e lutas, havia aula durante dois ou três dias somente. Tudo isso fez com que as escolas alemãs não conseguissem ir além da preocupação de alfabetizar e trazer alguns parcos conhecimentos sobre história, geografia e matemática. Dentro desta conjuntura, em que o Estado brasileiro estava ausente, as escolas foram naturalmente instrumentos na formação da consciência étnica e cultural alemã.

Daí não causa espanto quando, no ano de 1908, o professor paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, numa visita a Domingos Martins, ressalta como "*fato mais grave ainda, o de rapazes de 13 e 14 annos, nascidos naquelle município, de Paes igualmente alli nascidos, dizerem-se allemães*".[28]

Constatações desta natureza levaram a reações. O presidente Bernardino Monteiro chegou a decretar durante o seu governo, de 1916 a 1920, a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, de geografia, história do Brasil e educação cívica. O seu decreto chegou a "*impedir o funcionamento de algumas escolas regidas por professores estrangeiros que não se submeteram às exigências do governo, obstinadamente, ou por conhecerem nem a língua nem a história do Brasil*".[29]

Fato é que os sucessivos governos não se interessaram em manter escolas nas regiões de imigração alemã com o mínimo de qualidade. Havia alguns projetos na esfera estadual, como, por exemplo, contratar "professores ambulantes"

---

28 Renato Viana SOARES, Spini nei fiori — A "nacionalização" das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na era Vargas, p. 49.

29 Ibid., p. 50.

que percorressem as escolas ensinando o vernáculo até que se preparasse uma solução permanente. Fazia parte das propostas também aumentar o número de escolas públicas nas zonas de imigração, estabelecendo-se uma situação especial para os professores que para ali fossem nomeados. Porém, nada foi concretizado.[30]

4. OS ANTECEDENTES DO PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO

Já quase no fim da I Guerra Mundial, iniciou no Brasil um movimento denominado "modernismo". De forma resumida, este movimento apregoava que se deveria dizer um claro não aos ideais europeus. Dever-se-ia tentar a independência intelectual do país, cultivar as tradições e costumes do país, acentuar o português como língua nacional. O objetivo final do "modernismo" era o "nativismo" que visava "abrasileirar" o país, defendendo uma política de integração de todas as raças imigradas ao Brasil. Todas as tradições e culturas existentes deveriam ser absorvidas pela cultura luso-brasileira única. No ano de 1922, centenário da independência do Brasil, este movimento, iniciado em 1917, culminou em São Paulo na "Semana de Arte Moderna".[31]

Expoente dessa ideia era também um movimento de jovens tenentes, o "tenetismo", que desencadeou diversas rebeliões. Em 1930, este movimento, juntamente com políticos descontentes, deu origem à revolução liderada por Getúlio Vargas. Era natural que este movimento tivesse forte influência sobre os anos seguintes. Finalmente, em 1930, Getúlio Vargas chegou ao poder, governando o país até 1945. O seu governo tentou concretizar estes ideais, criando medidas que visavam a integração dos diversos grupos imigrados. Num primeiro momento introduziu-se um sistema de quotas, segundo o qual a imigração era reduzida. Adotou-se também medidas que criavam núcleos de colonização mistos. A intenção clara era evitar a criação de núcleos etnicamente fechados.

Com a Constituição Brasileira de 1934, o governo Vargas também decretou medidas que visavam a integração das escolas consideradas "estrangeiras",

---

30 Renato Viana SOARES, Spini nei fiori — A "nacionalização" das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na era Vargas, p. 68.

31 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 49.

exigindo-se que todas as disciplinas fossem ministradas na língua portuguesa. Em seguida, foi proibido o ensino de qualquer língua estrangeira para crianças abaixo de 12 anos. As escolas "nacionalizadas", e originalmente mantidas pelas comunidades, passaram a alfabetizar as crianças em português, uma língua quase não ouvida nos rincões da região serrana de imigração alemã. Teuto-brasileiros eram proibidos de pronunciar palavras alemãs no período do serviço militar obrigatório.

Observaram-se três reações distintas quando as escolas comunitárias foram fechadas. A geração que construíra as escolas deplorou a "nacionalização", que ao mesmo tempo significava entregar patrimônio para o governo e abrir mão de herança cultural. Pequena parcela da geração mais nova aceitou a "nacionalização", por motivos compreensíveis, pois desejavam uma integração na sociedade brasileira. A terceira reação foi daquelas pessoas que, em algum momento, haviam passado por perseguições de delegados, forças policiais ou funcionários públicos. Expor-se poderia significar novas agressões e perseguições. Era, enfim, a maioria silenciosa, que, para não ter que se manifestar, simplesmente aceitava qualquer situação.

A parcela que percebia a "nacionalização" como uma possibilidade de integração na sociedade brasileira, bem como também uma parcela de pastores, tinham consciência de que havia chegado o momento de os descendentes de imigrantes serem vistos e se entenderem como autênticos brasileiros. E a escola, onde doravante se aprenderia o português, seria esta oportunidade. A isto se somou ainda a dura experiência de jovens, que foram convocados pelo exército brasileiro para prestarem serviço militar em Vitória e no Rio de Janeiro. A decisão de enviar jovens para prestar o serviço militar em quartéis no Rio de Janeiro foi a de desenraizá-los do seu gueto étnico, dentro da proposta do "modernismo".

Muitos destes jovens chegaram aos quartéis sem conseguirem comunicar-se na língua portuguesa. Por isso, tornavam-se motivo de chacota e brincadeiras de mau gosto. Há testemunho de pessoas que serviram na época contando que só aprenderam a falar a língua portuguesa no exército. Em entrevista em outubro de 2001, o Sr. Henrique Berger, em Laranja da Terra, relatou as suas experiências no 1º Regimento de Infantaria no Rio de Janeiro.

Relatou que não havia aulas de português no exército. Tudo era aprendido em contato com os recrutas. A cada mês iam melhorando até aprender a falar corretamente. Relatou também sobre a vida difícil no quartel, mas que para os descendentes de alemães era perfeitamente aceitável. Enquanto outros xingavam e lastimavam-se, ele conseguia carregar sem problemas uma metralhadora que pesava 48 quilos. Também conseguia correr 24 quilômetros sem maiores dificuldades. O que realmente incomodava eram as ordens estúpidas de superiores, que os obrigavam a, por exemplo, de um momento para o outro, jogar-se ao chão, muitas vezes no meio da lama.

Dois fatos marcaram a sua passagem pelo exército: quando 4 mil recrutas juraram à bandeira e quando bateram continência para Getúlio Vargas. Henrique também relatou com orgulho que, durante sua permanência no quartel, nunca sofreu punição.[32]

Entre 1930 e 1945, foram assinados diversos decretos que diziam respeito a imigrantes e o processo de integração de seus filhos como cidadãos brasileiros. Além do já mencionado decreto nº 9.255, de 1938, também o decreto de 25 de agosto de 1939 versava sobre a integração dos descendentes dos imigrantes. O primeiro artigo do decreto previa que todos os organismos estatais, fossem os da União, dos estados, dos municípios, se responsabilizassem para que os descendentes de imigrantes se adaptassem à vida da nação brasileira. Essa adaptação aconteceria através das escolas, onde as aulas teriam que ser dadas no vernáculo. As matérias lecionadas deveriam ter em vista a História do Brasil. Além do mais, o decreto previa o alistamento e serviço militar de tantos descendentes de imigrantes quanto possível. O serviço militar teria que acontecer em quartéis distantes do local de moradia dos recrutas.

Tudo isto teve como consequência que rapazes, descendentes de alemães do interior capixaba, fossem enviados para a Itália, para lutar na II Guerra Mundial, compondo a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Entre estes soldados aparecem, como exemplo, nomes como Walter Dobruns (Santa Maria de Jetibá), Roberto Ost e Frederico Bessert (Serra Pelada, Afonso Cláudio). Frederico Bessert participou do teatro de operações na Itália, de 6 de outubro de 1944 a 4 de setembro de 1945, incorporado ao 11º Regimento de Infantaria. Em julho de 1946, recebeu a Medalha de Campanha "*por ter, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, participado de operações de guerra na Itália*".[33]

---

32 Henrique Berger, filho de Lourenço Berger Sobrinho e de Guilhermina Henke, serviu no 1º Regimento de Infantaria como soldado, de 07 de dezembro de 1937 até 30 de novembro de 1938.

33 Documento lhe fornecido pelo Exército.

A família de Frederico ainda guarda as suas cartas enviadas da Itália. A tônica sempre é a saudade e a distância. Em carta de 6 de outubro de 1944, Frederico escreveu:

> *"Queridos pais e meu pessoal em casa e todos casados. Antes de tudo sempre rogo a Deus pela saúde de todos, eu graças ao amantíssimo deus vou indo bem porém de saúde, felizmente fizemos boa viagem, só que me sinto um pouco triste que estar tom longe de todos meu Pessoal, mais espero que breve estar de volta se Deus quiser".*[34]

34 Os documentos foram gentilmente cedidos ao autor pelo genro Belmiro Pagung e família.

CIDADANIA E GERMANIDADE

1. A NATURALIZAÇÃO

Devido à situação de isolamento em que viviam os imigrantes na região serrana, houve pouco interesse pela naturalização ou legalizar a situação perante o governo da província. Em Santa Catarina, o mentor do projeto de colonização do Vale do Rio Itajaí, Dr. Blumenau, exigiu que os imigrantes fossem naturalizados brasileiros. Aqui esta questão era de pouco interesse, pois a participação política efetiva nos negócios da província praticamente inexistia.

Com a proclamação da República em 1889, os imigrantes experimentaram — e muitos só vieram saber disto bem depois — algumas novidades: a concessão generalizada da cidadania brasileira, também chamada a "grande naturalização", e a separação de Estado e Igreja. Além disto, estabeleceu-se a liberdade de culto e regulamentou-se o casamento civil.[35]

Dava-se, assim, uma situação estranha. Politicamente, todos eram cidadãos brasileiros, integrantes de uma República Federativa, mas, emocionalmente e por uma questão de marginalidade, havia uma forte ligação com a língua alemã e a monarquia. Não era incomum encontrar nas casas de colonos quadros do imperador alemão, de personalidades alemãs, ou quadros que retratavam o heroísmo do povo alemão.

No decreto nº 1.545, de 1939, o Governo Brasileiro estabeleceu que todos os descendentes de imigrantes deviam ser efetivamente incorporados como reais cidadãos na sociedade brasileira. O decreto também previa um acompanha-

35 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 41.

mento do Estado nas colônias de imigração estrangeira. Se necessário, abria-se até a porta de colocar lá "inspetores" secretos, que acompanhassem o dia a dia e notificassem as autoridades, caso houvesse qualquer tipo de desobediência.

2. O NACIONAL-SOCIALISMO

Sobre a ascensão de Hitler, em 1933, há amplas informações no Capítulo I. Retoma-se aqui apenas alguns aspectos, para tornar compreensível a simpatia pelo movimento nacional-socialista que surgiu entre alguns alemães vindos, sobretudo, após 1900, entre eles, professores e pastores, mas que teve influências sobre algumas comunidades.

Com o final da I Guerra, encerrava o período de monarquia na Alemanha. No dia 9 de novembro de 1918, foi proclamada em Berlim a "República Alemã", depois que a guerra tinha ceifado a vida de 10 milhões de pessoas, dentre as quais, 2 milhões de alemães. Em substituição foi criada a assim denominada "República de Weimar". A situação que se colocava era catastrófica. Havia fome, não havia material combustível para fazer a calefação das casas durante o inverno, não havia como vestir a população, tampouco havia como empregar os soldados que estavam voltando dos campos de batalha. A situação levou a confrontos de rua e a greves. Mas a República, que tinha o apoio dos militares, conseguiu restabelecer a ordem. Tanto é que, em janeiro de 1919, o povo alemão elegeu o Congresso Nacional.

Coube ao Congresso, que se reuniu na cidade de Weimar, formular uma constituição, que foi apresentada à nação em 11 de agosto de 1919. Como primeiro presidente, foi eleito Friedrich Ebert, membro do partido social-democrata.

A nova República, porém, não conseguiu satisfazer às necessidades do momento. Através do Tratado de Versalhes, que a Alemanha teve que assinar com as potências vencedoras da guerra, foram-lhe impostas duras condições como reparação da guerra. Ela foi obrigada a produzir carvão, navios, máquinas e outros bens de consumo para serem entregues aos vencedores. Além da produção destes bens, foi obrigada a um pagamento de reparação no montante de 270 bilhões de Marcos, o que significava o equivalente a 96 toneladas de ouro.

Com a perda da cidade de Danzig, da Prússia Ocidental, da região da Alsácia-Lotríngia, o norte de Schleswig-Holstein, Áustria e parte da Silésia, a Alemanha entrou num beco econômico, não conseguindo pagar as reparações de guerra. Teve que fazer empréstimos e, com isto, o dinheiro alemão foi perdendo valor. No ano de 1922, o dólar que, em épocas de paz equivalia a 4,20 Marcos, passou a equivaler a 10.000 Marcos.

Em 1923, a França invadiu a região do Ruhr, onde estava estabelecida grande parte da indústria de aço da Alemanha. O pretexto da invasão foi o não pagamento das reparações de guerra. A reação alemã foi passiva, isto é, os operários deixaram de fazer as fábricas funcionar. Os franceses prenderam milhares de trabalhadores e outros tantos foram expulsos da região. Esta reação da população do Ruhr fez com que a situação da Alemanha se tornasse cada vez mais crítica. Iniciou-se uma inflação sem precedentes, a tal ponto que os salários eram pagos diariamente, pois no dia seguinte a moeda já tinha sido desvalorizada. O pão, por exemplo, chegou a custar 500 milhões de Marcos, e um selo de correio custava 1 milhão de Marcos.

Entrou então em cena um novo governo sob Gustav Stresemann. Ele tinha como objetivo negociar com as nações vencedoras para conseguir condições de sobrevivência para a população alemã. Esta proposta não teve o aval de todos os agrupamentos políticos. Houve fortes reações do Partido Comunista alemão e de um novo partido que havia surgido no sul da Alemanha: o *National-Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei* — NSDAP (Partido Operário Nacional-Socialista Alemão), ao qual pertencia Adolf Hitler. Em torno do NSDAP, juntaram-se muitos ex-militares que, em 1923, tentaram ocupar prédios administrativos na capital da Baviera, Munique. O levante, porém, foi sufocado.

A República de Weimar tornou-se alvo de críticas e a ela foi imputada a culpa de todas as dificuldades pelas quais a Alemanha estava passando, principalmente por parte dos nacional-socialistas. A propaganda deste partido dizia que a República era, em última análise, a responsável por toda a situação. Ela estaria infiltrada por agentes externos que desejavam o colapso alemão, e os judeus teriam forte participação em todo este processo. Era necessário reverter as disposições do Tratado de Versalhes.

Com o desemprego e a inflação, a população começou a se interessar pelo programa político da NSDAP e pelas promessas de dias melhores feitas por Hitler. Enfim, o NSDAP tornou-se o partido mais forte do Congresso.

Nos anos de 1930 e 1931, os governos sucederam-se de forma rápida. Isto fez com que, em 30 de janeiro de 1933, o líder do NSDAP, Adolf Hitler, fosse conduzido ao cargo de chanceler. Para poder governar sozinho, convocou eleições que elegeram um novo Congresso. Durante a campanha eleitoral, o grupo de Hitler incendiou o prédio do parlamento alemão, culpando os comunistas pelo atentado. Isto foi a desculpa para prender os líderes comunistas e proibir quaisquer atividades destes.

Os resultados das eleições deram vitória a Hitler, que então criou um novo governo que logo viria a se transformar numa ditadura. Todos os partidos foram proibidos, jornais foram censurados, criou-se a Juventude Hiltlerista e desafetos da ditadura eram levados para campos de concentração, onde eram brutalizados. Os judeus sofreram uma brutal perseguição durante o regime nazista.

Sob o regime de Hitler, a Alemanha floresceu economicamente. A indústria bélica absorvia cada vez mais mão de obra, acabando com o desemprego. Em toda a Alemanha, foram construídas autoestradas (*Autobahn*). É natural que, depois de tamanha dificuldade após a I Guerra, Hitler recebesse elogios dos alemães, que diziam ter sido iniciada uma nova era para o seu país. Pregava-se com insistência a superioridade da raça germânica como ideologia de Estado.

Na República de Weimar havia uma força policial de 100 mil homens. Hitler introduziu novamente o serviço militar, e todo jovem alemão era obrigado a prestar serviço militar durante dois anos. A Alemanha não mais conhecia o desemprego. Nas ruas reinava tranquilidade e ordem.

Apenas poucas pessoas ousavam criticar o regime nazista. Ele havia montado um aparato de propaganda e convencimento tão forte, bem como também um aparato policialesco, que a maioria da população o apoiava cegamente. Em aparecimentos públicos, em jornais, em filmes, em rádio, Hitler mostrava-se como o "*homem eleito pelo destino a criar um reino de mil anos de duração*". Quando assim se mostrava, ele falava do "*Terceiro Reich*".

Logo, o regime nazista conseguiu também alguns sucessos na política externa. Na Itália, tinha em Mussolini, que chegara ao poder em 1922, um forte aliado. As duas ditaduras tinham simpatias mútuas. Em 1938, juntou-se a eles o General Franco, que após uma sangrenta Guerra Civil, conseguiu chegar ao poder na Espanha. No ano de 1936, Hitler fechou um acordo com o Japão contra a União Soviética, para conter a ação da Internacional Comunista.

Hitler se autodenominou *Führer* (o guia) e, em 1936, ocupou com força militar a região da Renânia, que estava sob a supervisão da França. Em 1938, anexou a Áustria com a justificativa de que ambos os povos eram germânicos. A seguir, exigiu a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia. Em 1939, incorporou a Boêmia e a Moldávia. No mesmo ano, exigiu da Polônia a devolução da cidade de Danzig, um antigo enclave alemão na Polônia.

Em agosto de 1939, Hitler assinou com a União Soviética um pacto de não agressão. Por este pacto, dividiam a Polônia em zonas de influência. Em 01 de setembro de 1939, o exército alemão invadiu a Polônia, iniciando o que se chama de *Blitzkrieg*. Iniciava a II Guerra Mundial, que custaria a morte de 55 milhões de pessoas.

3. SIMPATIAS PELO NACIONAL-SOCIALISMO

Não se tratará aqui dos desdobramentos da II Guerra Mundial. Interessa apontar para o que Hitler significou para o povo alemão ao redor do mundo em determinado momento da história. Após o Tratado de Versalhes, que por todos foi visto como uma grande humilhação para o povo alemão, Hitler conseguiu reconstruir o orgulho nacional, o orgulho de pertencer à nação alemã, de pertencer ao sangue alemão.

É natural que todos os desdobramentos na Alemanha após 1933 exercessem também um forte fascínio sobre os alemães estabelecidos no estado do Espírito Santo. Havia pastores e professores — também imigrantes chegados após a I Guerra e que nela lutaram — que tinham simpatias pelo artífice da reconstrução da Alemanha. Eram pessoas que se sentiam ultrajadas com as consequências do Tratado de Versalhes, pois alguns lutaram na I Guerra Mundial.

Assim, o nacional-socialismo teve algumas simpatias, que se traduziram em ações. Num primeiro momento havia uma certa neutralidade, quando apenas se observavam os desdobramentos na Alemanha. Posteriormente, a simpatia pelo nacional-socialismo transformou-se em grupos organizados, em algumas localidades de forma mais velada, em outras, de forma aberta. Começou-se a cultivar o corpo sadio, através de encontros de jovens, onde se praticava ginástica, dentro do espírito da superioridade da raça germânica. Em algumas localidades, as escolas das comunidades eram ornamentadas

com a bandeira brasileira e a bandeira nazista com a suástica. Cantavam-se canções que falavam da pátria alemã.

Dentro do orgulho de pertencer à raça germânica, o idioma alemão era largamente cultivado como elo entre os alemães em todo o mundo. Nas comunidades luteranas, os cultos e outros ofícios eram, desde a imigração, ministrados em alemão. A língua portuguesa só era usada quando assim estabelecido por instâncias ou acontecimentos locais.

Ideias nazistas praticamente só foram assimiladas por pessoas que imigraram após 1918. O grosso da população em regiões de imigração alemã não conseguia entender o que realmente estava se passando. Apenas cultivavam a ideia de que na Alemanha tudo era "*bom e perfeito*". Navalhas e tesouras, por exemplo, só eram aceitas como boas se fossem provenientes da indústria alemã, principalmente se fossem da marca Solingen. O mesmo valia para relógios de parede, um grande orgulho nas casas de cada colono.

Algumas lideranças religiosas e professores começaram a instalar bibliotecas comunitárias. Criou-se a *Bücherei des Evangelischen Gemeindeverbandes von Espírito Santo* (Livraria das Sociedades de Comunidades Evangélicas do Espírito Santo). Esta biblioteca recebia doações de livros da Alemanha com cunho nazista, que eram distribuídos pelas comunidades. Estas doações eram repassadas para a biblioteca pela embaixada alemã e também por outros órgãos com sede na Alemanha.

Algumas comunidades tinham no seu acervo o livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler. Recebiam também larga distribuição de livros que exaltavam a germanidade. Ainda em 2001, o autor encontrou entre velhos documentos da comunidade de Califórnia, município de Domingos Martins, um com o título *Wir Deutsche in der Welt* (Nós alemães no mundo)[36], livro com artigos de diversos autores. Um artigo tem como título *Todo alemão do reino no exterior comprometido como servo do povo e do Führer*[37]. Do artigo, citam-se alguns trechos que mostram a forma com que o regime nazista propagandeava seus ideais, também no exterior: "*Hoje cada alemão no exterior sabe que não está num posto perdido, mas que é valorizado como membro integral de uma*

36 O livro foi editado em 1937 e traz nas primeiras dez páginas as fotos de Adolf Hitler, Rudolf Hees, Hermann Göring e Heinrich Himmler. Como Ministro de Propaganda, Hermann Göring escreveu a apresentação do livro.

37 Povo, aqui, significa povo alemão.

grande sociedade. Hoje todo alemão residente no exterior é um servo com todos os direitos e deveres, do seu povo e do seu Führer".[38]

Em outro momento, o artigo dirige-se a cidadãos alemães que lutaram durante a I Guerra Mundial, agora residentes no exterior: "*Nós soldados alemães que lutamos no fronte de guerra dizemos aos nossos patrícios alemães no exterior, que hoje os temos que ver como posto avançado de patrulha do povo alemão e de sua reputação no exterior*".[39]

Para exaltar esta autoestima, ex-combatentes da I Guerra também aqui no Espírito Santo receberam medalhas militares ainda alusivas àquela guerra. Entende-se que tais apelos tivessem um atrativo, sobretudo aos que lutaram durante a guerra. E entre os pastores e outros imigrados havia um considerável número destes. Em outro momento lê-se: "*Apesar de todas as tentativas de nacionalizar, permanece como um todo o fato, que lá fora o sentimento de raça do homem alemão sempre permaneceu vivo, que o instinto permaneceu atento e rigoroso*".[40]

As ideias anti-semitas pregadas pelo nacional-socialismo e colocadas em prática pelo regime nazista, exterminando em torno de 6 milhões de judeus, tiveram pouca repercussão no Espírito Santo. Não se encontrou documentação mais ampla sobre o assunto. Apenas uma nota do jornal *Der Heimatbote*, de 1938, que relata as atrocidades do líder soviético Stalin. Pergunta-se até quando o povo russo permanecerá sem se rebelar contra o sanguinário judeu. Sob esta luz, os judeus são identificados para dentro das comunidades, de forma sutil, como povo que comete atrocidades e barbaridades.

38 E. W. BOHLE, in "Wir Deutsche in der Welt", p. 18.

39 Ibid., p. 26.

40 Ibid., p. 36.

4. AÇÕES NACIONAL-SOCIALISTAS

Em algumas regiões do Espírito Santo, o nacional-socialismo teve influências pontuais e bem concretas sobre os jovens. Uma fonte que confirma estas influências é a revista *O jovem combatente* (*Der Junge Kämpfer*), editada pelo pastor Erich Fischer, residente na Fazenda Holz, município de Baixo Guandu. Fischer era "*alemão convicto e estava convencido da grande missão cultural da germanidade no Brasil*".[41]

Dentro desta convicção, ele foi o editor desta revista entre os anos de 1935 e 1938. Editou também, entre 1935 e 1937, uma revista para a juventude feminina, chamada *Alma e corpo limpos* (*Rein Seel und Leib*). Publicou ainda um caderno de cânticos para a juventude, intitulado *Cânticos da comunidade combatente* (*Lieder der Kampfgemeinschaft*).

No ano de 1935, Fischer criou, na Fazenda Holz, um grupo ao qual deu o nome de *Comunidade combatente* (*Kampfgemeinschaft*). O objetivo do trabalho entre os jovens era resumido assim por Fischer:

> *"Jovens, membros da Comunidade Combatente de cristãos evangélicos lutam 1° por um corpo puro e por uma alma pura, 2° contra o abuso do álcool, 3° por autêntica alegria de vida, 4° por bom companheirismo, 5° pela criação de famílias sadias, 6° por comunidades que pensam socialmente, 7° por nossas escolas comunitárias, 8° pela preservação e expansão da Igreja de nossos pais, 9° pela expansão de nossa Comunidade Combatente".*

Fischer usa ainda a tríade "*Para Deus, pelo povo e pela pátria*" (*Zu Gott, für Volk und Vaterland*).[42]

41 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 207.

42 Ibid., p. 208.



Acervo Helmar Rolke

Revista para a Juventude, incitando para a germanidade e o nacional-socialismo

Para o trabalho na *Comunidade Combatente* era usado um símbolo, no qual estava estampada uma cruz que desembocava numa espada. Ao lado da cruz, estavam as letras "K" e "G", indicando a *Kampfgemeinschaft*, ou seja, a Comunidade Combatente. No ano de 1975, o autor ainda encontrou estes símbolos, em forma de broche, numa gaveta de uma antiga mesa na casa que servia de residência de Erich Fischer, na Fazenda Holz.

Observa-se que a grande preocupação de Fischer foi manter a pureza da raça, pois naquela região cada vez mais jovens teutos casavam-se com jovens luso-brasileiros. Ele chegou a escrever:

> *"Poderes atrozes trabalham para que se negue o povo e a fé. Ai de ti, juventude, caso brincares com o teu povo e a tua fé! Caso não levares esses poderes a sério, haverá conseqüências horríveis para ti e para teu povo caso casares para dentro do sangue de um povo estranho, caso negares tua fé e adotares fé estranha. Permanece aquilo que és. Permanece firme e fiel a teus antepassados e a sua fé".*[43]

Percebem-se fortes princípios racistas, comuns à ideia que estava sendo cultivada pelo regime nazista na Alemanha e passadas para os alemães em todo mundo. Em festas de casamento, os jovens da *Comunidade Combatente* não tocavam em suas concertinas "*a costumeira música de negros*", apenas eram tocadas "*melodias alemãs*". Com "*música de negros*" eram designadas as canções populares brasileiras, estranhas à raça alemã.[44]

Quando a comunidade religiosa de Fazenda Holz completou 25 anos de existência, Fischer editou em alemão um caderno especial, contando fatos históricos da comunidade. Na página 11, ele insere em letras grandes e em negrito, palavras de Hitler: "*Quem ama seu povo, o demonstra unicamente através do sacrifício, o qual estará disposto a trazer para este*". No mesmo caderno especial, à página 22, sob o título... *e ser o que éramos*, escreve: "*há no Brasil um movimento que nada quer saber disto. Ele considera isto inimigo do estado, quando alguém se apoia na sua etnia*".[45]

As atividades de Fischer restringiam-se às comunidades na região de Baixo Guandu e Afonso Cláudio. Suas ideias tiveram alguma repercussão para dentro das regiões da "terra fria" através do professor Johannes Silbermann, que atuou em diversas escolas.

Vale citar um artigo de Silbermann com o título *Blut wider Blut* (Sangue contra sangue), no qual ele expressa-se de maneira depreciativa em relação aos que chama de "*mestiços*", com os quais meninos e meninas alemãs não deveriam casar-se. "*Causa desonra à parentela e à comunidade e a todo o povo alemão, quem casa com mestiços*":

> *"Já refletiste alguma vez a respeito do que significa casar com um ser humano que tem sangue completamente diferente em suas veias, que pertence a um povo completamente diferente do alemão? Mesmo que também sejamos brasileiros, temos sangue alemão: caso casares com um mestiço, teus filhos também serão mestiços e, então [...] a árvore genealógica de nossa família, esta maravilhosa obra da criação de Deus, terá caído".*[46]

No ano de 1936, aconteceu um encontro de moças luteranas na região de Laranja da Terra e Crisciúma. O periódico *Der Heimatbote* transcreveu a palestra alusiva a este encontro, dada por Johannes Silbermann. O título da palestra é *A herança dos pais* e o palestrante se dirige às ouvintes assim:

> *"Queridas combatentes:*
>
> *A herança de nossos pais se chama: sangue, língua e costumes... Vocês são plantas alemãs, plantas nobres, oriundas da mão criadora de Deus e vocacionadas para produzirem flores nobres. Substâncias nutritivas pátrias correm em vossas veias, uma herança preciosa de vossos pais, que não pode ser substituída por ouro... Vocês também habitam em um país em que há duas qualidades de cravos: brasileiras com sangue alemão e mestiços brasileiros, compostos de negros, índios, portugueses, espanhóis e italianos. Nesses mestiços não há mais o que se estragar, mesmo havendo entre eles uma considerável quantidade de cravos vermelhos nobres. Esses, porém, vão manter a sua natureza e permanecerão naquilo para o qual foram vocacionados. Mas aí estão vocês, vocês brasileiras de sangue alemão, como cravos brancos, separadas pela vontade divina por uma profunda vala".*[47]

43 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 209.

44 Ibid., p. 209.

45 Erich FISCHER, Aus der Gemeinde, für die Gemeinde — Eine Festausgabe anlässlich des 25 Jährigen Kirchengemeinde-Jubiläums der Evangel. Luth. Gemmeinde Guandu.

46 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 209.

47 in "DER HEIMATBOTE", nº 11, novembro de 1936.

O grosso da população não conseguia entender toda esta proposta de manter a germanidade a qualquer custo. Também as bibliotecas que eram instaladas em algumas comunidades pouco eco obtiveram. Por um lado, porque pouco se lia e, por outro lado, a linguagem era tão elevada que pouquíssimas pessoas entendiam o que estavam lendo. Durante a coleta de material para este livro, não foi encontrado ninguém que tivesse lido o livro *Mein Kampf*, de Hitler, ou outros que exaltassem o "ser alemão".

Tudo isto faz concluir que as medidas de nacionalização, no que tangem à germanidade e à etnia, não atingiram as comunidades de forma ideológica, abrasileirando-as, como se pretendia. Estas continuavam vivendo as suas vidas voltadas apenas para si, para a sobrevivência material e conservação dos seus expoentes culturais e religiosos, enfim, os seus costumes e as suas tradições. A nacionalização atingiu, assim, os pastores, professores e outros alemães do Reino, imigrados após a unificação da Alemanha em 1871. Todas as ideias sobre a superioridade da raça alemã, sobre as simpatias em relação ao regime nazista eram preocupação apenas de pessoas que haviam chegado ao Brasil a partir de 1900 e, principalmente, depois da I Guerra Mundial.

No fundo, todas essas ideias eram estranhas para a população, como também os pastores e professores, no fundo, eram elementos estranhos dentro das regiões de colonização alemã. Apesar de as comunidades terem sido fiéis aos pastores, a obediência não chegava a ponto de assimilarem as simpatias que estes tinham pelo nacional-socialismo.

As sucessivas ondas de nacionalização empreendidas pelo Estado Novo fizeram com que os pastores fossem acusados de serem inimigos do Brasil e sabotadores que usavam a instituição Igreja para difundir ideias contrárias aos interesses brasileiros. Isto fez com que alguns pastores solicitassem proteção da embaixada alemã. Outros solicitaram, através do Departamento do Exterior da Igreja Evangélica Alemã, a sua reconvocação para a Alemanha.[48]

Depois de ver a escola de Santa Maria desapropriada pelo Estado, em 1939, e de ser acusado de propagandista nazista, Pr. Hermann Rölke, de Santa Maria de Jetibá, escreveu para a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro solicitando proteção, assistência jurídica e intervenção junto ao Departamento do Exterior da Alemanha para conseguir a sua repatriação. Outro motivo para esta solicitação foi a declaração do delegado de polícia responsável, que

48 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 214.

tratou Rölke e outro colega com expressões como "*piores que um cachorro*" e "*mais perigosos que criminosos*". A embaixada aconselhou insistentemente que todos os pastores fossem mantidos em seus postos até que recebessem orientações do departamento do Exterior e aconselhou o consulado que, "*em diálogo pessoal com as personalidades brasileiras responsáveis, fizesse tudo que estivesse em seu poder a fim de evitar ataques pessoais aos pastores*".[49]

No princípio da nacionalização, cultos ainda podiam ser administrados em língua alemã. Porém, restringindo a participação de jovens entre 7 e 21 anos nestas celebrações.[50] Orações podiam ser feitas na língua alemã, por isso os pastores recorreram, em 1940, ao seguinte expediente: liam a prédica em forma de uma longa oração diante do altar.[51] Em decreto federal de 25 de agosto de 1939, em seu Art. 16 lê-se: "*Sem prejuízo do livre e público exercício de culto, as pregações religiosas têm de ser feitas no vernáculo*". Com isto, 90% dos ouvintes não mais entendiam as pregações.[52]

Finalmente, em 1942, a Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo agiu recolhendo para um "*campo de concentração*" (assim denominado pelas autoridades) todos os alemães do Reino residentes no estado do Espírito Santo. Este campo situava-se onde hoje funciona o Hospital das Clínicas, no bairro de Maruípe, em Vitória. Era ainda um prédio em construção, que foi adaptado para receber alemães e italianos. Alguns ficaram presos durante mais tempo, outros só por períodos que não ultrapassavam alguns meses.

Quando receberam permissão para deixar o campo de concentração e voltar para os seus campos de trabalho, tiveram que repensar toda a sua atuação. Tratava-se agora de distinguir o primário do secundário. O primário era ser Igreja, e o secundário era descobrir como ser esta Igreja com características brasileiras, onde a existência dela não podia depender do idioma ou da defesa da etnia alemã ou seus bens culturais. Em alguns casos, isto levou pastores a uma crise de identidade. Eram alemães, mas os filhos já haviam nascido no Brasil e aqui estavam estudando ou trabalhando.

49 Hans Jürgen PRIEN, Formação da Igreja Evangélica no Brasil, p. 441.

50 Ibid., p. 430.

51 Ibid., p. 434.

52 Ibid., p. 433.

O Pr. Friedrich Wüstner, que atuou em Palmeira de Santa Joana, assim descreveu o seu momento histórico, e de muitos colegas pastores:

> *"O pastor alemão do Reino é um estranho para os teuto-brasileiros aqui nascidos e dos quais se compõe a sua comunidade. É um ser humano que pensa, fala e age de maneira diferente do que eles que, apesar do trabalho eclesiástico e da atividade de preservação de etnia, se abrasileiraram naturalmente".*[53]

5. O *WINTERHILFSWERK* (OBRA ASSISTENCIAL PARA O INVERNO)

Após a I Guerra Mundial e nos anos seguintes, principalmente com o fracasso da República de Weimar, descendentes de alemães em todo mundo enviaram ajuda para a Alemanha. Também daqui do Espírito Santo algumas comunidades se envolveram na campanha, enviando, sobretudo, café em grãos. No ano de 1926, por exemplo, o professor Germano Naumann, da Escola de Rio Bonito (município de Santa Leopoldina), enviou seis sacas de café para a Alemanha. Havia, portanto, já uma experiência que tinha sido motivada, principalmente pelos professores das escolas de comunidade, de pastores e imigrantes vindos após 1900.

Quanto mais se firmava o nacional-socialismo na Alemanha, tanto mais a "Organização para o Estrangeiro" do NSDAP (Partido Nacional Socialista) insinuava-se em países com imigração alemã. Assim, principalmente no sul do Brasil, agentes nacional-socialistas introduziram-se em grupos teuto-brasileiros, fazendo uso destes para difundir ideias nazistas, propagar material impresso e celebrar a pertença ao povo alemão. Para esse fim também se usou o *Winterhilfswerk* (Obra assistencial para o inverno), instituição fundada no ano de 1933. Seu objetivo era fortalecer "*o senso de pertença ao povo*" e desonerar o Estado alemão, agora assumido por Hitler, das grandes obrigações sociais, já que a taxa de desemprego era enorme, ainda decorrente dos desdobramentos do pós I Guerra Mundial.

Posteriormente, o *Winterhilfswerk* também teve atuação na minoração de dificuldades materiais surgidas entre a população como consequência da II Guerra que estava em andamento. O financiamento de todo o trabalho acontecia através de doações de todos os tipos, coletas, doação de dias de trabalho — onde trabalhadores destinavam um dia por mês a esta instituição. Também eram vendidos distintivos, muitos confeccionados por artistas famosos da Alemanha da época. Enfim, dentro da ideologia nazista, propunha-se combater a pobreza, e a instituição era administrada pelo Ministério em Berlim, que também era responsável pela propaganda do governo.

Em algumas comunidades no Espírito Santo também se fizeram doações para o *Winterhilfswek*. Tratava-se, sobretudo, do envio de café e roupas. Porém, as doações vindas do Espírito Santo mais beiravam à filantropia, à ideia de ajudar à antiga pátria e aos irmãos que lá estavam em dificuldades, ao invés de uma atitude ideológica, motivada por ideais nazistas. Inclusive, a partir de 1938, foram proibidas todas as atividades de partidos estrangeiros no Brasil, o que, no Espírito Santo, não causou maiores problemas, pois o canal de envio de doações quase sempre tinha sido o consulado alemão em Vitória.



Acervo Helmar Rölke

Cartão postal para angariar fundos para o *Winterhilfswerk* durante a II Guerra. O texto diz: "*lutar, trabalhar, sacrificar*"

53 Martin Norberto DREHER, Igreja e Germanidade, p. 212.

6. A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Engana-se quem acha que, através da literatura fartamente existente, a população de descendência alemã tenha assumido ideologias ou programas partidários de quem quer que fossem. A Ação Integralista Brasileira, por exemplo, distribuiu material em língua alemã nas colônias de todo o país, e o estado do Espírito Santo não ficou de fora. Nem por isso conseguiu encantar a população como um todo. Apenas em alguns rincões distantes no município de Domingos Martins, a ideologia do Integralismo pegou chão entre os descendentes de imigrantes tanto alemães como italianos.

Os ideais do Integralismo, cujo lema era "*Deus, Pátria, Família*", encantaram algumas pessoas nas colônias do Espírito Santo. Naturalmente tiveram ouvidos ao proclamarem que seus objetivos eram: resgatar o reinado da verdade sobre o regime de mentiras existente; erguer um Estado para o povo; não deixar o Estado nas mãos dos políticos, dos aproveitadores e dos capitalistas. Além do mais, o Integralismo proclamava que queria um governo não mais eleito através de partidos políticos, mas através de associações e sindicatos, sem a participação da classe social dominante. A proposta encantou aquelas pessoas que provavelmente ainda traziam vagas lembranças do passado na Europa, cujo pilar era a obediência e o senso de dever, que desembocava num governo forte e atuante.

A pedido do autor, o pastor Anivaldo Kuhn, residente em Melgaço, realizou no ano de 2003 algumas entrevistas com pessoas que ainda tinham lembranças da época. Dos entrevistados, quase ninguém soube dizer qual era a proposta do Integralismo. Herbert Kuhn e Dorothea Kuhn lembram, "*que o Integralismo prometia um novo governo, com o qual o Brasil melhoraria. Todos tinham que usar uma camisa verde e com esta tinham que marchar. O pai guardava a sua no baú e depois teve que queimá-la, visto que os soldados estavam para vir e revistar as casas. Quando o partido foi extinto, todos ficaram com muito medo e ninguém podia comentar nada. O pai sempre dizia, depois destes acontecimentos, que ninguém mais deve votar contra o governo, pois tinha 'queimado o nariz', ao participar do integralismo*".

O casal lembra que depois do Integralismo veio a II Guerra Mundial:

> *"Em Tijuco Preto residia o Sr. Albert Köhler, que se encantou com Hitler. Inclusive deixou crescer a barba e que só a cortaria no dia em que Hitler ganhasse a guerra. Quando a Alemanha perdeu, ele foi buscado em sua casa e sua barba foi cortada com uma tesoura de cortar crina de cavalo".*

O casal também lembra que durante a guerra não mais podiam falar alemão. O pastor tinha que realizar os ofícios em português e ninguém entendia nada:

> *"Ele fazia algo em Português ao seu jeito, mas saía tudo de cabeça para baixo. Ele não teve estudo [Português]. As crianças decoravam o Catecismo em português, mas não sabiam o significado. Não havia ninguém que soubesse uma só palavra em português. Também guardam na lembrança o dia em que soldados vieram de surpresa até a igreja, onde revistaram tudo. Até os panos com os quais as mulheres envolviam suas crianças. Depois ainda riram e naquele dia não mais houve culto".*

Um outro entrevistado, Bertoldo Discher, evoca as seguintes lembranças:

> *"Chefe dos integralistas era Franz Lange, que tinha sido soldado. Assim ele ensinava o pessoal a marchar. O uniforme era uma camisa verde e calça verde de tecido grosso. Havia também um laço amarelo e verde e um emblema. Falavam muito de Plínio Salgado, e era moda pertencer ao movimento. Depois o movimento se extinguiu e ninguém não falava mais nada. Depois dos camisas verdes veio a II Guerra. Não se podia falar nada em alemão e tudo era jogado fora e tinha que ser queimado. Até as tabuletas de madeira com epitáfios no cemitério tinham que ser escondidas em casa. Quando tudo se acalmou, as tabuletas foram novamente levadas para o cemitério".*

Bruno Kalk assim se lembra dos acontecimentos:

> *"Os camisas verdes eram um grande partido e até se dizia que eram comunistas. Por fora eram verdes e por dentro vermelhos. O chefe, Artur Schneider, que era um grande orador, dizia que isto eram mentiras. Certa vez, tiveram que entregar suas armas em Domingos Martins. Guilherme Januth era o chefe. O delegado com quatro soldados abordou o grupo para desarmá-lo. Rudolfo Haese e Augusto Lahass resistiram e foram espancados. Três semanas depois Rudolfo Haese se suicidou. No sepultamento Augusto Lahass ainda estava com a parte inferior do olho toda escura, onde fora espancado. O Pastor Lippert falou na prédica: 'Se ele se suicidou por ter sido maltratado, há também um Deus Eterno no céu que castiga e julga como convém'".*

Kalk lembra,

> *"que Guilherme Januth apontou a arma em direção do cabo e Henrique Strey que estava perto e estava desarmado, gritou para que não o fizesse, pois que pensasse na família e nos filhos. Aí entregou sua arma. Se não o tivesse feito, talvez teriam trocado muitos tiros.*
>
> *O pastor Lippert só observava os camisas verdes, não fazendo comentários. O Estado Novo extinguiu o partido Integralista. Tudo que se referia ao partido foi proibido. Ainda durante a II Guerra a casa de Guilherme Januth foi vasculhada atrás da lista de integrantes do partido Integralista. A saudação 'Anauê, pronto para morrer', transformou-se em chacota: 'Anauê, pronto para correr'".*

Alfredo Kempin lembra

> *"que as camisas eram costuradas pela filha de um Lampier. Ela também coletava chapéus pretos e deles fazia o emblema (sigma). Isto ela costurava sobre a manga da camisa. Em Santa Leopoldina o Integralismo não teve adeptos. Junto aos Verwloets (comerciantes) o nome de Plínio Salgado não podia nem ser mencionado, todos cuspiam, pois eram contra. Durante a Guerra as lideranças se voltaram contra os alemães, mesmo que estes tenham ajudado Santa Leopoldina a progredir. Eram os Reisen (comerciantes) e os van de Koeks. O comando político sempre esteve nas mãos dos Ribeiro e dos Almeida".*[54]

54 As entrevistas foram gentilmente degravadas e transcritas pelo P. Anivaldo Kuhn de Melgaço e disponibilizadas para o autor.

GUETO GERMÂNICO — CAUSAS

1. SOCIEDADE TIPICAMENTE CAMPONESA

Constata-se que os imigrantes alemães foram fixados distante de centros maiores e, por conseguinte, também de vias importantes de comunicação e comércio. A colônia de Santa Leopoldina tinha ligação fluvial bastante movimentada com Vitória. Mas de Santa Leopoldina para as propriedades eram caminhos muitas vezes íngremes e difíceis.

Clima diferente, cultura diferente, geografia diferente, flora e fauna diferentes. Abandonados à própria sorte nas colônias que não possuíam infraestrutura. Os problemas e as dificuldades eram múltiplas. Sem qualquer acompanhamento por parte de órgãos governamentais, todos tiveram que iniciar do zero no que dizia respeito a conhecimentos da agricultura brasileira. De experiência em experiência, muitas frustradas, foram se adquirindo conhecimentos para conhecer e domar a terra. Se na Alemanha o trabalho era duro, aqui se tornava mais duro ainda. Enquanto a luz do dia permitia, trabalhava-se incessantemente. Para adiantar o serviço de casa, preparar as refeições do dia e alimentação dos animais, levanta-se já às 4 horas da manhã. Toda a família era envolvida, indistintamente de sexo e idade.

De tudo que se conheceu aqui e se plantava, só o café era comercializado para auferir ganhos financeiros. Por vezes, fazia-se alguma troca de mercadorias com os vizinhos. Neste sistema, as famílias eram autossuficientes. Tudo isto contribuiu para um isolamento religioso, cultural e linguístico. Em 1982, a linguista alemã Elke Pothast-Hubold sustentou a tese de que naquele ano

ainda se falava no estado do Espírito Santo o pomerano que se falava na Pomerânia por volta de 1850.

Se o sistema da autossuficiência por um lado isolava, o café, mesmo com suas frequentes oscilações de preços, atraía para as colônias caixeiros-viajantes, chamados "*mineiros*" que vendiam animais (mulas), e tropeiros qua faziam o transporte do café. Quando estas pessoas apareciam na propriedade, eram atendidas pelo homem da casa. Este geralmente sabia uma ou outra palavra em português, para se comunicar com os estranhos. O restante da família recolhia-se ou até escondia-se, para evitar contatos.

Nos domingos, fazia-se uma pequena pausa nos trabalhos. Quando havia cultos, a família toda ia para a igreja, para lá ver e rever amigos e conhecidos. Lá se conversava e mantinha-se acesa a esperança. Importante era também a religiosidade popular, pois esta conseguia trazer a fé articulada em palavras na igreja para o dia a dia na propriedade.

Nas tardes de domingo, os homens reuniam-se numa venda, onde se tomava cachaça, o que levou a muitos casos de alcoolismo e morte. Vez por outra, fazia-se um baile. Mas importante mesmo eram as festas de casamento. Bailes e festas geralmente aconteciam quando se precisava de menos empenho na conservação da lavoura.

Em sua viagem de estudos ao Espírito Santo, Wagemann constatou uma taxa de natalidade maior do que na Europa. Provavelmente, as famílias camponesas viam nos filhos uma possibilidade de progredir. Tinha-se mão de obra barata, mesmo às custas da saúde da mãe. Mas também para os sacrifícios da mãe, a religiosidade popular tinha o seu antídoto: "*Nasceu mais uma criança, porque Deus quis assim!*" Desejados mesmo eram os nascimentos do sexo masculino.

No clima brasileiro não se necessitava de muitos agasalhos. Crianças usavam todas o mesmo tipo: um vestidinho/camisolinha, sem distinção de gênero. Esta era passada aos irmãos e às irmãs que vinham depois. Os maiores usavam a mesma roupa, dia após dia, até que esta não tinha mais como ser consertada. Serviço, aliás, que era feito pelas mulheres. Sapatos raramente eram usados. Em muitas famílias, só os mais velhos os possuíam, e só eram usados em festas e na igreja.

2. ESPÍRITO SANTO? NÃO ERA INTERESSANTE PARA INVESTIMENTOS ALEMÃES

Depois da constituição do *Reich*, ou seja, do Império Alemão, houve um desenvolvimento, tornando a Alemanha um país industrial e com pujante economia. A política do primeiro-ministro Bismarck deu ao Império uma posição forte dentro da constelação europeia. Com esse pano de fundo, também havia interesse pelo Brasil por alguns setores alemães. Em 1903, lia-se no jornal *Grenzbote* [55], editado em Leipzig e posteriormente em Berlim:

> *"Devemos a qualquer custo tentar instituir nos próximos cem anos, um país germânico com 20 ou 30 milhões de alemães no sul do Brasil. Pouco importa que este continue a fazer parte do Brasil, ou que forme um Estado independente, ou que venha a ter relações mais íntimas com o Império Germânico".*[56]

Com isto, estava dada a senha que para os alemães só interessava o sul do Brasil. Vários fatores devem ter contribuído para esta decisão: as constantes notícias sobre a precária situação das colônias na província do Espírito Santo tornadas públicas na Alemanha; o fator clima; e, finalmente, entre os imigrantes vindos ao Espírito Santo, não se encontravam alemães empreendedores, como Dr. Hermann Blumenau (farmacêutico, químico e doutor em filosofia) que se estabeleceu em Santa Catarina, e Sr. Jakob Rheingantz (comerciante, em São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul), que dirigiram o destino das colônias. Simplesmente não vieram ao Espírito Santo intelectuais ou homens de negócio deste porte.

Durante alguns decênios, a cidade de Santa Leopoldina tornou-se um dos maiores centros comerciais do Espírito Santo, onde circulava muito dinheiro. Isso ainda se comprova através de antigas residências de comerciantes, como, por exemplo, a de J. Reisen, à margem esquerda do Rio Santa Maria, em frente à ponte na cidade de Santa Leopoldina. Estes comerciantes importavam mercadorias diretamente do exterior, também da Alemanha. Este fato fez com que, neste período de pujança, pastores enviados pelo "Conselho Superior Eclesiástico de Berlim" da Igreja Territorial da Prússia tentassem organizar uma entidade chamada Comitê Econômico. O objetivo era interessar firmas

55 O *Grenzbote* era um jornal semanal de linha nacional-liberal, que existiu de 1841 até 1922.

56 Renzo M. GROSSELI, Colônias Imperiais na Terra do Café, Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo 1874–1900, p. 443.

e sociedades teutas na Alemanha e no Rio de Janeiro para a situação no estado. O Comitê também se propunha a incentivar uma atividade agrícola mais racional para que as colônias se estabilizassem.[57] Com o declínio de Santa Leopoldina e a queda nos preços do café, o Comitê Econômico não prosperou. Conseguiu-se apenas uma organização no campo das escolas e assistência médica, tanto que chegavam da Alemanha materiais para as escolas e medicamentos que eram distribuídos gratuitamente entre a população.

Desta forma, os imigrantes alemães, todos camponeses, sem despertar qualquer interesse comercial da Alemanha ou de firmas do sul, foram aqui defendendo e construindo a sua sobrevivência sem terem se envolvido ou almejado qualquer processo de industrialização. Nem sequer criaram núcleos urbanos, apenas pequenas vilas ou "patrimônios", onde se fixava o comerciante. Além dos interesses comerciais como este, outros não interessavam. Ernst Wagemann já observava que os imigrantes de origem alemã se contentavam em trabalhar apenas sua terra, adquirir mais terra, mas sem qualquer interesse de investir financeiramente de forma diferente ou em novos empreendimentos que fossem além da agricultura.

Com este pano de fundo, Jean Roche analisa que os alemães pouco interesse manifestavam pelos negócios, ou pelo comércio de base. Também não se envolveram politicamente, nem tinham interesse na integração da vida no estado. E conclui:

> *"Este mundo fechado, anacrônico, original, dá, entretanto, a impressão de um certo equilíbrio e de certa harmonia. Não somente se mantém por um trabalho constante, como parece laborioso quase por prazer; não é somente muito modesto, mas igualitário quase por essência; não somente é homogêneo e equilibrado, mas parece feliz à sua maneira, escondido nos seus vales e nas suas clareiras".*[58]

Se nos primeiros decênios, motivados pelo café, as lavouras projetavam-se nas encostas, após 1940, também as baixadas e os brejos receberam atenção. Reconheceu-se a necessidade de diversificar os produtos, para os quais estava surgindo mercado nas cidades. A partir de 1944, iniciaram-se culturas hortenses. Max Kerckhoff iniciava, em Santa Maria de Jetibá, incentivado pelo pastor luterano local, que possuía uma horta, a plantar tomate. A sua produção era levada em caminhões através de Henrique Potratz e Florêncio Berger para Vitória em cestas. Como o mercado era favorável, Max logo conseguiu quitar sua terra que havia adquirido para o plantio de hortaliças. Max conta em detalhes a desconfiança e descrença dos habitantes de Santa Maria de Jetibá quando adquiriu uma baixada com brejo e taboa para ali trabalhar.[59] Na história de Max Kerckhoff, mais uma vez se acentuava a característica da imigração alemã: sem interesse na indústria, nem no artesanato, mas todo o peso se concentrou no trabalho na terra.

Constata-se uma simbiose histórica com o cultivo da terra, a partir da qual se organizou a sociedade, que nos primeiros 100 anos de imigração produziu entre os teuto-capixabas três classes que J. Roche assim divide:

- Proletários — Este grupo se compõe dos assalariados e os meeiros. Os meeiros se colocam em condição melhor do que os assalariados, pois podem chegar ao nível de pequenos proprietários;
- Proprietários — É a classe mais numerosa, escalonada desde a pequena propriedade até a grande. Os grandes e médios proprietários se valem da mão de obra dos meeiros;
- Comerciantes — A grande maioria possui um capital considerável em relação às rendas dos proprietários.[60]

Um fato importante na história dos colonos teuto-capixabas foi a transposição do Rio Doce, principalmente a partir de 1928, quando foi construída a ponte em Colatina. Se, a princípio, aparentemente só se transferia uma colônia com seus jeitos, seus costumes e sua cultura da "terra fria" para a "terra quente", aqui houve uma integração com brasileiros que já habitavam aquela região, bem como também com italianos, que igualmente migravam para o norte do estado. Foi necessário aprender a língua portuguesa e adaptar-se a um clima mais quente, onde as altas temperaturas muitas vezes não permitiam trabalhar durante algumas horas do dia.

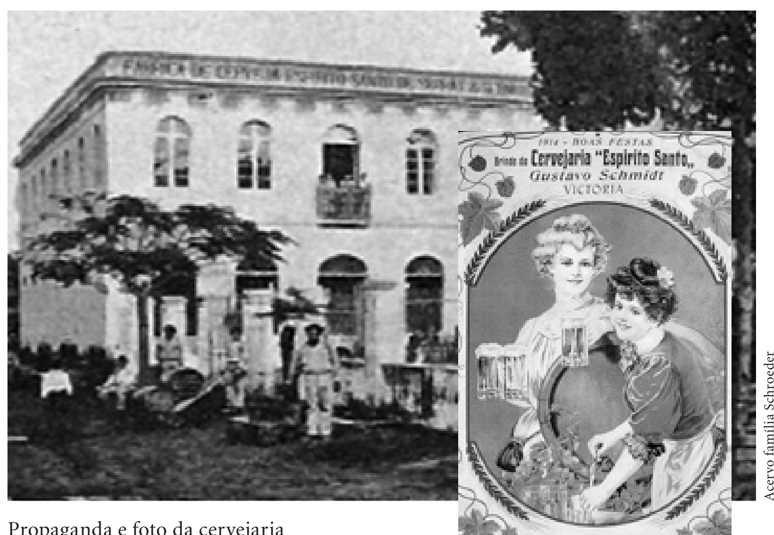
Que se tratava da transferência das antigas colônias para as novas, era bem visível nas construções das casas sobre pilastras, com varanda e cozinha ao lado da casa e na disposição das outras construções necessárias para a vida camponesa. Flores ornamentavam a casa e, em volta, fruteiras. Também

57 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 64.
58 Jean ROCHE, A colonização alemã no Espírito Santo, p. 322.
59 Informações passadas pelo Sr. Max ao autor em janeiro de 2010.
60 Jean ROCHE, A colonização alemã no Espírito Santo, p. 353.

nestas novas colônias mais uma vez se repetiu a característica da imigração alemã: sem interesse na indústria, nem no artesanato, mas todo o peso se concentrou novamente no trabalho na terra.

Apenas algumas poucas exceções são constatadas. No início do século XX, um determinado Schmidt fundou, com seu parceiro Serrat, uma cervejaria em Vitória.[61] Schmidt chegara ao Brasil como ferreiro, mas por questões de saúde teve que deixar a sua profissão, tornando-se dono de uma tropa com a qual transportava produtos para as colônias. Finalmente aplicou as suas poupanças numa cervejaria, tornando-se uma pessoa de posses. Em sua bela casa, vendia cerveja e também lá funcionava o clube alemão, que reunia alemães que residiam em Vitória e adjacências. As informações são de Hugo Wernicke, que atuou como pastor em Rio Perdido, entre os anos de 1895 e 1898.

Finalmente, sejam lembradas duas tradicionais empresas, a Chocolates Garoto e Refrigerantes Coroa, que surgiram sem incentivos de órgãos governamentais brasileiros ou alemães. A Chocolates Garoto foi fundada em 1929 por Heinrich Meyerfreund, e a Coroa, por Roberto Carlos Kautzky, austríaco, no ano de 1933.



Acervo família Schroeder

Propaganda e foto da cervejaria

61 Seria Johann Schmidt, proveniente da Prússia, que conforme APEES imigrou em janeiro de 1868 através de Itapemirim. Geralmente os imigrantes possuíam mais de um pré-nome.

Em agosto de 1929, o imigrante Heinrich Meyerfreund fundou a fábrica de balas H. Meyerfreund & Cia. As guloseimas eram produzidas num galpão na Prainha, em Vila Velha, e eram vendidas por garotos em pontos de bonde. Assim, as balas logo começaram a ser chamadas de "balas do garoto". O passo seguinte foi a comercialização em bares e casas comerciais. Logo, também as vendas do interior vendiam as balas "Garoto"

Cinco anos depois, Meyerfreund adquiriu máquinas para produzir chocolate. Até aqui, toda a iniciativa era financiada por meios próprios, em 1936, conseguiu um financiamento para montar uma fábrica maior no bairro da Glória, onde até hoje funciona o parque industrial. Em 1938, Meyerfreund fez sociedade com Günther Zennig, capitalizando a empresa para vender produtos também fora do estado do Espírito Santo.

Entre 1938 e 1945, com o processo de nacionalização desenvolvido por Getúlio Vargas, e principalmente durante a II Guerra Mundial, a fábrica passou por momentos difíceis. Por ser alemão, Meyerfreund foi recolhido ao "Campo de Concentração" em Maruípe, e a fábrica passou a ser comandada por interventores designados pelo governo federal. O Pr. Hermann Rölke, também recolhido ao "Campo de Concentração" no mesmo período, sempre relembrava que, em determinado momento, Meyerfreund foi conduzido pelas autoridades para a fábrica, pois os interventores tinham dificuldades de conduzir todos os passos na industrialização dos doces.

A Refrigerantes Coroa foi fundada em 1933 por Roberto Carlos Kautsky, que imigrou com seus pais para o Espírito Santo no ano de 1904. Os pais eram imigrantes austríacos, e Roberto tinha então oito anos de idade. A família a princípio se estabeleceu em Paraju, Domingos Martins. Roberto montou um comércio de café e, no ano de 1930, deixou os seus negócios e mudou-se para Campinho, onde iniciou uma pequena fábrica de vinho de laranja.

Já em 1933, registrou a sua fábrica sob a o nome *Roberto Kautzky*. A produção tornou-se conhecida sob o nome *Néctar de laranja*. Kautsky também produzia vinagre, aguardente de cana, conhaque de mel e jurubeba. Finalmente, nascia a marca *Coroa*. Em 1950, com a chegada de maquinário da Alemanha, iniciava a produção de refrigerantes. Fabricava-se o *Guaraná Coroa*, e a indústria passou a se denominar *Roberto Kautsky & Filhos*.[62]

62 http://www.coroa.com.br/novo/empresa/.

CAPÍTULO IX

A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

MÉTODOS DE PRODUÇÃO

1. A DERRUBADA E A QUEIMADA

As técnicas da derrubada e da queimada acompanharam os alemães em todo o decurso da exploração agrícola. A primeira operação dos imigrantes era abater a mata para poder começar as plantações. Não eram matas como as que conheciam na Alemanha, pois aqui tinha que se fazer uma limpeza entre as árvores maiores antes de serem derrubadas. Para esta limpeza usava-se o facão e a foice.


Acervo Helmar Rolke

A família inteira preparando a roça para o primeiro plantio

Feita esta primeira limpeza, passava-se a usar o machado e a serra — o grupião. Árvores de porte médio eram golpeadas à altura do peito do trabalhador. As que tinham diâmetro maior, eram derrubadas mediante a construção de um andaime de paus em sua volta. O objetivo era poder golpear estas árvores onde já apresentavam um diâmetro menor, para poupar forças e energia do colono.

Antes de derrubar as árvores de maior porte, golpeava-se de leve as de menor porte que estavam em volta, para serem arrastadas para o chão pela queda dos troncos maiores. Quando estes troncos caíam, arrastando outras árvores para o chão, os colonos costumavam dar gritos de euforia, que eram ouvidos em toda redondeza. O grito era finalmente abafado pela queda da árvore ao bater no chão.

Mas todo este procedimento sempre era muito perigoso e não foram poucos os casos de agricultores vítimas fatais das derrubadas. Isto pode ser comprovado nos registros de óbitos nos livros eclesiásticos, principalmente de Luxemburgo, Jequitibá e Califórnia.

Feita a clareira, aguardavam-se algumas semanas até que as folhas secassem. Com tempo seco e ventos favoráveis, a área derrubada era incendiada e o fogo tomava conta, indistintamente, deixando em cinzas galhos e troncos mais finos. A madeira que se queria resguardar para construções ou outros fins, era coberta com uma camada de terra, para não ser totalmente consumida pelo fogo. Outra forma de conservar madeira era não a derrubar. Assim o fogo só fazia estragos em torno do baixo tronco.

Como regra geral, este processo fazia-se pouco necessário, pois o fogo consumia rapidamente a galhada mais fina e os trocos menores, ficando os maiores apenas chamuscados. Quando acontecia também queimarem os troncos maiores, era sinal de que a área se tornava inadequada para o plantio imediato, pois tudo se tornara um tapete branco de cinzas. Todo o húmus fora queimado, atingido até os primeiros centímetros do solo, tornando-o por alguns anos improdutivo. Quando o fogo havia sido intenso demais, deixava-se o terreno sem uso e ele recompunha-se aos poucos com capoeira. A capoeira era então derrubada e iniciava novo processo de queimada para então transformar a área em roça.

Importava ao colono saber o momento exato de fazer a queimada. Quando deixava passar tempo demais após a derrubada, corria o risco de perder a terra, pois folhas e madeira tinham secado tanto que possibilitavam tornar tudo um tapete de cinzas. Quando o tempo era muito úmido, o fogo não queimava o suficiente. Tornava-se então necessário juntar a galhada em montes depois da primeira queimada para serem queimados mais uma vez. Tudo isto, naturalmente, era trabalhoso e atrasava o início do plantio.

Plantava-se nos espaços desimpedidos dos troncos da madeira remanescente no chão. Após a colheita, deixava-se a terra descansar por um ano. Foiçava-se então a vegetação e realizava-se nova queimada. O terreno assim produzia melhor do que no primeiro plantio e, sobretudo, estava aos poucos ficando livre dos destroços remanescentes da mata que aos poucos iam apodrecendo ou queimando.

Procedia-se desta forma três ou quatro vezes sucessivas, até a produção cair. Deixava-se então o terreno descansar por dois anos ou mais, ou ele era transformado em pastagem. Quando se derrubavam plantações de café improdutivas, deixava-se crescer capoeira e, após esta cortada e queimada, fazia-se plantio de milho e mandioca de forma intercalada. Após este período, escolhia-se entre a continuidade do ciclo, ou se optava pela formação de pasto.

As queimadas envolviam muitos cuidados. Desde a segurança pessoal dos colonos, como a averiguação da direção do vento e a sua velocidade. Era comum usar chumaços de palha de milho para incendiar a derrubada. Para que o fogo não invadisse terrenos ou matas vizinhas, fazia-se o que chamavam de "acero". Eram clareiras em forma de trilha, limpadas com enxada, que circundavam a área a ser queimada. Mesmo assim, acontecia por vezes de o fogo propagar-se e invadir terras vizinhas. Quando isto acontecia, todos os vizinhos reuniam-se em mutirão para tentar conter o fogo que se alastrava.

Se nos primeiros decênios queimava-se indistintamente todos os tipos de madeira, e pouco se vendia a terceiros, com a chegada ao vale do Rio Doce, iniciou-se uma exploração comercial da floresta. Principalmente ao norte do Rio Doce, a partir de 1928, com a construção da ponte em Colatina. Antes de fazer derrubadas para queimadas, a mata era "brocada". Isto é, tiravam-se as madeiras de lei, sobretudo as árvores mais grossas. As que ficavam, mesmo com valor comercial, mas de diâmetro menor, eram derrubadas e queimadas. Mesmo assim, um colono idoso da região de São Bento no município de Pancas contou que um pau de peroba ardeu em brasas durante quase dois meses.[1]

1 Entrevista dada pelo Sr. Raul Ohnesorge em 1973 em São Bento/Pancas.

2. O QUE SE PRODUZIA

Após as queimadas, os colonos procuravam deixar as terras limpas para o plantio. Restos de galhos e troncos mais finos eram cuidadosamente juntados e queimados. Permaneciam apenas os troncos mais grossos e os seus cepos. Estes muitas vezes permaneciam por anos, apenas chamuscados, entre as plantações. É através de alguns desses cepos que sobraram, ora aqui e ora ali, que se pode ainda perceber a exuberância da floresta que foi devastada.

Geralmente, plantava-se num primeiro momento milho e abóboras, trabalho do qual participava toda a família. As pessoas fisicamente mais fortes abriam buracos com suas enxadas e enxadões, e os outros depositavam neles as sementes, fechando-os com os pés, para não terem que se abaixar. Quase ninguém usava sapatos.

Enquanto o colono ainda não tinha uma lavoura de café formada, o milho era o produto principal de venda e sobrevivência. Dele fazia-se pão e alimentavam-se os animais. As espigas eram debulhadas manualmente, geralmente à noite, pela família toda sentada em volta de uma lamparina. Só mais tarde surgiram as debulhadeiras manuais.

O milho era colhido na roça, "*quebrando-se cabeça por cabeça*". Por "*quebrar*" entendia-se separar a espiga de milho do pé. As "*cabeças*", ou seja, as espigas eram jogadas para dentro de balaios que eram carregados nas costas, tipo mochilas. Depois que o cesto de espigas estava cheio, era levado até determinado local e as espigas eram ali amontoadas. De lá, eram levadas, no fim da tarde, para casa. Geralmente os colonos carregavam a colheita do dia em suas costas ou em burros de carga. Ao contrário das colônias do sul do Brasil, onde eram usadas carroças de bois, aqui eram pouco utilizadas devido ao terreno acidentado.



Acervo Helmar Rölke

Mulheres trazendo alimentos da roça

Iniciava então um cuidadoso trabalho dentro do paiol, que consistia em formar uma "parede" com espigas de milho, que eram minuciosanente colocadas uma sobre a outra. Esta "parede" estendia-se de um lado ao outro no paiol, formando uma proteção. Atrás desta, jogavam-se as outras espigas, que eram anteriormente selecionadas. Espigas com algum defeito que se percebia não poderiam ser guardadas por muito tempo, eram logo aproveitadas no trato de animais ou na moagem de canjica. Geralmente se produzia milho suficiente para o ano todo.

Também a palha de milho tinha o seu destino. Era usada para tratar os animais ou para ser jogada nos currais, como se fazia na Europa com palha de trigo, centeio ou aveia. Também chiqueiros eram forrados com palha quando havia uma nova ninhada de porcos. A palha tinha também a sua importância para acender o fogo no fogão da cozinha.

Os fumantes escolhiam a melhor palha para fazerem o seu cigarro. O fumo prensado em rolo era cortado com o canivete e cuidadosamente despedaçado na palma da mão. Depois, o fumo era enrolado na palha e "colado" com a saliva do fumante. O fumo era comprado nas vendas e geralmente vinha de Minas Gerais em grandes rolos. Os vendistas vendiam este fumo em pedaços que cada colono carregava no bolso quando ia para o trabalho. Os que fumavam cachimbo passavam o fumo pelo mesmo processo. Depois do fumo

cuidadosamente cortado com o canivete da marca *Corneta* e amassado na palma da mão, ele era colocado em pequenos recipientes que eram carregados no bolso da calça. Alguns colonos juntavam a este fumo picado sementes da madeira cerejeira, o que dava um aroma especial à mistura. Os cachimbos eram feitos do que se chamava de "Opdop", panela ou panelinha de macaco. Era o nome que se dava a uma pequena cuia em forma de cachimbo, fruto de árvore. Para se confeccionar o cachimbo, era introduzido na cuia um canudinho de bambu.



Acervo Hugo Wernicke — 1895–1898

Moinho típico, movido com água

A palha do milho teve grande uso na confecção de colchões. As mulheres costuravam a capa com tecido resistente, deixando, porém, uma abertura de mais ou menos 30 a 50 centímetros. Depois de a palha ter sido cuidadosamente preparada em finas tiras pelas mulheres, os colchões eram preenchidos. Depois de algum tempo de uso, e após não apresentar mais resistência suficiente para aguentar o peso de um corpo humano, a palha era novamente trocada. Também se trocava a palha quando nela se instalavam companheiros indesejados, como percevejos, pulgas e outros.



Acervo Helmar Rölke

Interior do moinho para moagem de milho através do atrito de pedra com pedra

Para fazer o pão, usava-se preferencialmente o milho branco que era moído em pequenos moinhos com propulsão hidráulica. Quando havia água suficiente, os colonos procuravam ter seu próprio moinho. Do contrário, dependiam de um vizinho, para onde se levava o milho, geralmente aos sábados, pois nos outros dias da semana era preciso trabalhar para a dura sobrevivência. Levar milho para o moinho, por vezes, era o serviço dos mais novos na casa.

Os moinhos eram pequenas construções mais parecidas com uma guarita policial, com não mais do que 3 metros quadrados. Eram construções de madeira em enxaimel, cujas paredes eram de tábuas, bem como a cobertura era feita com "tabuinhas". Localizavam-se próximos a pequenas cachoeiras ou canais feitos artificialmente para a condução de água. A técnica dos moinhos com propulsão hidráulica foi trazida pelos imigrantes da Alemanha.

Os moinhos eram impulsionados por um jato de água, e para conseguir a propulsão hidráulica necessária, a água percorria em nível bem inclinado uma calha de madeira que ia se estreitando na medida que se aproximava da roda perla ou turbina. Esta roda, dividida em pequenas repartições ou caixinhas, recebia o jato de água, que a impulsionava, fazendo com que girasse. A roda estava centrada num eixo vertical que, em cima, atravessava uma mó de pedra fixa. Na ponta superior, era encaixada uma mó móvel de pedra que se friccionava com a fixa, moendo o milho. A mó superior era perfurada a fim de que os grãos de milho pudessem ser introduzidos pouco a pouco através de um funil. O funil recebia movimentos rápidos e sem muita força através de uma haste de madeira que se apoiava sobre a mó superior. Com o movimento da mó, que era trabalhada em granito e, portanto, não lisa, o funil recebia leves toques através da haste e assim entornava os caroços de milho pouco a pouco para dentro da mó.

Após a colheita de milho, colhia-se a abóbora, conforme as necessidades. Quando a colheita era grande, estas eram trazidas e guardadas em lugar seco e arejado, onde se conservavam por longo período. A utilidade principal da abóbora era a alimentação de animais domésticos. Era muito usada nos panelões de ferro fundido, onde era cozida a comida para os porcos. O plantio de milho consorciado com abóboras fazia parte da preparação da terra para posteriormente receber o café, o que geralmente acontecia entre o primeiro e o terceiro ano, após a derrubada.

Havia aí alguns obstáculos que tiveram que passar por um doloroso aprendizado. A primeira geração de imigrantes não tinha noção sobre o plantio

e cultivo do café. Em entrevista no ano de 1992, o Sr. Gustavo Friedrich (Santa Maria de Jetibá) relatou ter ouvido dos seus antepassados que no início capinava-se toda a área a ser plantada. Eram então cavados buracos de pequena profundidade, onde se jogava algumas bagas de café.

Este processo repetia-se nos morros, em linha reta de cima para baixo, ou seja, perpendicularmente, com um espaçamento de 2 a 3 metros. Posteriormente, começou-se a trabalhar com mudas, o que é confirmado por Hugo Wernicke da seguinte forma:

> *"Ademais é regra procurar mudas em antigas plantações de café, que devido pouca produtividade viraram mato. Pega-se mudas com mais ou menos dois ou três anos de idade que aqui cresceram em profusão ou em moitas vizinhas, onde aves, como principalmente os tucanos levaram sementes. Tem-se aí mudas de graça".*[2]

Enquanto os arbustos do café ainda eram de menor porte, plantava-se entre eles mandioca, taioba, batata doce e cará. Todos estes produtos eram usados como alimento para o uso diário, tanto para animais como para a família do colono. Misturava-se, por exemplo, o cará no pão de fubá.

Já desde cedo plantava-se chuchu, que igualmente tinha, além do uso animal, uso doméstico, como saladas ou refogado com ovos. Plantava-se também abacaxi e mamão, o que dava a toda área um aspecto colorido de culturas. No momento em que se percebia que o café precisava de mais nutrientes, ou o arbusto de mais espaço, deixava-se de cultivar os tubérculos.

Plantava-se o café "bourbon" e "crioulo". A produção máxima era atingida entre o sétimo e o décimo quinto ano do cafezal.[3] Durante o período da floração e produção de frutos, os cuidados restringiam-se à capina entre os pés de café para eliminar ervas daninhas. Esta limpeza realizava-se, em regra, duas vezes ao ano e dela participava toda a família. A erva de passarinho era um parasita que requeria muita atenção dos colonos, pois com o tempo sufocava o pé de café. Na região da "terra fria", a colheita era acompanhada de preocupações, pois os grãos não amadureciam a um só tempo. Isto fazia com que a colheita se estendesse, nas regiões mais altas, de setembro até janeiro.

---

2 Hugo WERNICKE, Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo, p. 103.

3 Ibid., p. 59.

Para a colheita, derriçavam-se os grãos, deixando-os cair em peneiras que eram firmadas por uma tira de panos na nuca e vinham até a cintura baixa dos colhedores, ou lonas de tecido estendidas no chão. Após colhida determinada quantidade de grãos, eles eram abanados na peneira e depois ensacados. Carregava-se o café nas costas encosta abaixo até o caminho onde eventualmente alguém da família esperava com uma mula de carga para levar o produto até o terreiro de café, que sempre ficava próximo à casa.

Faziam-se montes, onde o produto aquecia a uma temperatura que provocava uma fermentação. Em seguida, o café era espalhado no terreiro de barro solado e exposto ao sol para que a casca se tornasse seca e quebradiça. Para secar café, algumas propriedades tinham gavetões/caixotões com rodas debaixo dos paióis que, sobre trilhos, podiam ser abertos ou recolhidos a qualquer momento. Durante mais vezes ao dia, o colono remexia os grãos de café, movimentando-os com um largo rodo de madeira. Findada a secagem, o café era levado ao vendista, ou estocado no paiol. Esta estocagem podia acontecer com o café ensacado ou deixado em montes no canto do paiol.

Iniciava-se então a pilagem. No início, este trabalho era feito dentro de cubas trabalhadas em madeira, onde o café era socado manualmente. Onde havia água, usava-se o monjolo, que os colonos chamavam de *mascholl*. Após pilado na cuba de madeira, onde os grãos se desprendiam da casca, o café era jogado numa peneira, cujos arcos eram feitos de um tipo de palmito. Dentro desta circunferência, trançavam-se tiras de taquara, preparadas com esmero, pois tinham que ter a mesma largura, espessura e espaçamento.

Seguia-se então com a peneiração, fazendo com que o conteúdo fosse sacudido para o alto. Levitando, casca, grãos quebrados e películas, por serem mais leves, separavam-se e caíam fora da peneira. Permaneciam apenas os grãos sadios e de tamanho que não vazassem através da peneira.

O monjolo era um instrumento que aproveitava a força hidráulica. Wagemann assim o descreve:

> *"imagine-se uma trave de balança com um braço terminando em pilão e o outro oco. Neste penetra a água, forçando-o a descer, enquanto o pilão sobe. O braço oco, ao abaixar-se, perde a água, e fica mais leve; o pilão cai então, numa grande cuba, onde está o café para descascar. O tempo do movimento de subir e descer varia com a quantidade de água e com o peso do martelo, sendo em geral, de 10 a 20 segundos; há, portanto, relativa lentidão".*

Adiante, Wagemann descreve a pilagem do café em empresas:

> *"Em empresas grandes, utiliza-se, em lugar do monjolo, um moinho de pilar, que dispõe de vários martelos, os quais, acionados por uma roda hidráulica, sobem e caem, alternadamente.*
>
> *Os grãos misturados com as cascas partidas são, por fim, derramadas na peneira plana de palha, a qual é sacudida, o que faz separarem-se, facilmente, dos grãos, as cascas, que são mais leves. A peneira, nas grandes explorações, é substituída por um ventilador, construído do mesmo modo que a máquina de limpar cereais na Alemanha, diferençando-se, apenas, no traçado feito de acôrdo com o grão de café".*[4]

Enquanto o monjolo era lento e necessitava de relativamente pouca água, o moinho de pilar era acionado por uma roda d'água que necessitava de mais água. Mas tinha a vantagem de acionar diversos martelos ao mesmo tempo, que alternadamente subiam e desciam, atingindo as cubas que continham café. Nota-se na descrição de Wagemann que a técnica do ventilador, que substituía a peneira para separar grãos das cascas e membranas, foi adaptada a partir das máquinas que se conheciam na Alemanha para limpar cereais. Consistia de uma caixa, dentro da qual se prendia um ventilador confeccionado de madeira ou de metal. Este ventilador era acionado manualmente ou através de uma correia, presa a uma roda d'água. Para conduzir o vento até o café pilado, ou o feijão batido, construía-se um canal de vento. Este consistia de quatro tábuas pregadas em forma de funil que, saindo da caixa, ia se estreitando. O efeito era que o vento concentrava-se em uma área restrita, por onde os grãos eram conduzidos e assim limpados pela força do vento.

Os poucos colonos que podiam construir tais engenhos pilavam café para os vizinhos da redondeza, mediante pagamento, que podia ser em café ou dinheiro. Ligadas a estes engenhos, existiam ainda duas outras formas de aproveitamento. Uma era o indispensável rebolo para amolar as ferramentas necessárias para trabalhar na roça. Ele era ligado ao eixo da roda d'água através de correias. A outra era o moinho de farinha de mandioca. A fabricação da farinha era importante, pois logo se incorporou à alimentação dos

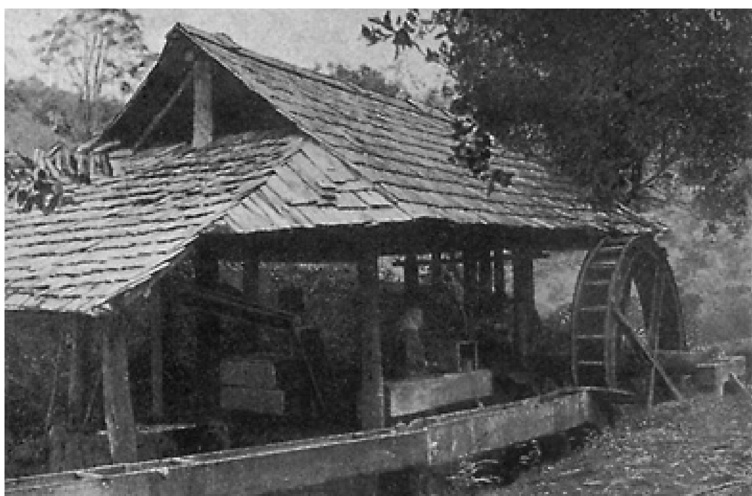
---

4 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 52.

imigrantes. A farinha era servida na mesa em pratos ou cuias e fazia parte de todas as refeições quentes.

Diferente do cultivo do café, para o qual ainda não se tinha muita experiência nas primeiras colônias, a fabricação de farinha logo foi assimilada dos luso-brasileiros. A mandioca era colhida e com uma faca raspava-se a casca. Após lavados, os tubérculos eram comprimidos a um ralador em movimento giratório, tocado por uma roda d'água ou manualmente. O ralador constituía-se de uma peça cilíndrica de madeira com um diâmetro entre 10 e 15 centímetros, no qual se inseriam transversalmente, em distâncias de um ou dois centímetros, lâminas de dentes de serra.

Através do ralador, o tubérculo transformava-se numa massa pastosa. Esta era colocada numa prensa de madeira em forma de caixa, que podia ser acionada por um sistema de alavancas. Também era usado um sistema de prensa movido através de uma rosca entalhada em madeira, que era sucessivamente girada, fazendo pressão sobre a massa que se encontrava na caixa.



Acervo Hugo Wernicke (1895–1898)

Moinho com roda hidráulica no qual se fabricava farinha, rapadura e se moía milho para o fubá

Extraía-se assim todo o suco contido na massa pastosa. Quem não possuía o sistema de prensa, empregava o tipiti que os índios usavam. O tipiti consistia de um trançado de palha resistente em forma de tubo, onde as pontas estreitavam-se. Enchia-se este tubo com a pasta. Depois o tipiti era pendurado num travessão relativamente alto. No extremo de baixo, pendurava-se um peso que esticava o tubo. Dependendo do peso que se pendurava, o tubo se estreitava mais, ou menos, fazendo o líquido escorrer.

Depois de desidratada, a massa era despejada em um tacho de ferro, cujo diâmetro variava conforme a necessidade da família. Eram comuns tachos rasos, de um a um metro e meio de diâmetro. O tacho era apoiado num fogão de barro, feito de acordo com o diâmetro do tacho. Em fogo brando, a massa era constantemente remexida com um grande rodo de madeira até secar. Algumas famílias gostavam da farinha um pouco tostada, o que se fazia nestes tachos, deixando-a por mais tempo no fogo.

Aproveitava-se o líquido que saía da prensa para o fabrico de polvilho. A água era colocada em vasilhames e através de decantação conseguia-se o polvilho, que tinha diversas finalidades. Servia para fazer biscoitos, mas as donas de casa também o usavam na hora de passar roupa. Com ele era possível, por exemplo, tornar as golas das camisas mais armadas.

Já desde os primórdios da imigração, os imigrantes foram forçados a distinguir entre mandioca mansa, denominada de aipim, e a mandioca brava. Esta continha ácido cianídrico e era usada para fazer farinha. Para os primeiros imigrantes era difícil distinguir uma da outra. Há relatos de envenenamento, principalmente do gado, quando este tinha acesso ao líquido que era escoado das prensas.



Acervo Helmar Rölke

Tacho para secar sobre fogo farinha; ferver caldo de cana-de-açúcar para o preparo de rapadura ou açúcar mascavo

A mandioca, desde o início da imigração, teve largo uso, pois era um tipo de substitutivo da batata inglesa, tão comum na Alemanha. Brincava-se ao dizer que se tratava de *Bindfadenkartoffel*, ou seja, batata com barbante. A mandioca tinha também largo uso na alimentação dos animais domésticos. Além dos tubérculos, muitos colonos também usavam o caule da planta para alimentar animais. O caule era triturado com um tacape de madeira e jogado nos coxos dos animais. Em algumas regiões da "terra fria", principalmente onde o solo era mais pobre, o plantio de mandioca era mais comum do que o plantio de feijão e do milho.

Dentre a família dos tubérculos, os alemães assumiram ainda o cultivo da taioba. Havia a taioba branca e a amarela. As hastes das folhas da amarela eram de tonalidade azulada. O tubérculo, depois de descascado, tinha uma tonalidade amarelada e era mais raro do que a branca. A amarela era muito apreciada entre os primeiros imigrantes, pois em festas de casamento substituía a batata inglesa.

A taioba exigia mais umidade, ao contrário do aipim. Por isso era plantada em solo mais plano e arenoso, sem exigir muito trato. Plantava-se em terreno preparado através de queimada. Após colhidos, era possível manter os tubérculos por mais tempo em lugar fresco e arejado.

O inhame era plantado em lugares bem úmidos, geralmente à beira de riachos ou da água que era levada até a casa em bicas e que corria incessantemente. Tanto folha como tubérculos podiam ser colhidos a qualquer época do ano e eram muito apreciados para alimentar, principalmente, porcos. As folhas e os tubérculos eram picados através de instrumento cortante, preso a um cabo. Tratava-se de um ferro em forma de "S", que na parte inferior era cortante e na parte superior tinha um buraco para fixar o cabo. O manejo deste cortador/picador acontecia dentro de uma caixa de madeira ou gamela. Da mesma maneira, picavam-se bananas verdes, chuchu e mamão. Após picados, estes ingredientes eram cozidos no panelão de ferro fundido. Este panelão era suspenso por uma haste de madeira e abastecido com fogo através de longos tições de madeira. Algumas famílias engrossavam este cozido com fubá, para se tornar mais nutritivo e adiantar o crescimento dos porcos.

Plantava-se também dois tipos de cará. O primeiro produzia os tubérculos dentro da terra, mas desenvolvia ramas em forma de trepadeira que subiam em árvores ou armações de bambu feitas para tal. Era chamado pelos alemães de *paikekara*, ou seja, cará de espinho. O outro tipo produzia batatas nas ramas que se estendiam por cercas, árvores ou armações de madeira ou bambu. Os dois tipos eram usados na massa do pão de milho.

Em todas as propriedades cultivava-se a batata doce, que era um alimento importante. Eram cozidas com água e um pouco de sal, ou eram misturadas à sopa de frango. Principalmente as crianças apreciavam as batatas assadas sobre brasas, seja debaixo do panelão de porco ou das brasas do forno de assar pão. Também tinham aproveitamento na massa do pão de milho.

Apesar de as colônias mais antigas situarem-se na "terra fria", com umidade e clima apropriados para o cultivo da batata inglesa, ela era pouco cultivada porque não se encontrava batatas para semeadura. Além do mais, ela exigia cuidados especiais, bem diferente dos tubérculos tropicais. Na época áurea do café, a batata era importada. No ano de 1900, 15 quilos de batata inglesa podiam ser adquiridos por 12$000 no comércio de Santa Leopoldina. Na época, um saco de farinha de trigo custava 28$000, e a arroba de café (15 quilos), 11$035.[5]

Os primeiros imigrantes plantavam pouca cana-de-açúcar, pois não tinham o domínio da produção de rapadura ou açúcar mascavo. Assim, o pouco que

5 Hugo WERNICKE, Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo, p. 32.

se plantava dela, destinava-se à alimentação dos animais ou para deleite das crianças. Dizia-se que quem mastigava cana-de-açúcar não teria problema com dor de dente.

A pouca cana plantada ficava restrita a pequenas áreas dentro dos cafezais, onde aparecia o que se chamava de *fulbora*, ou seja, "terra podre". Tratava-se de uma espécie de fungo na terra, que aos poucos matava os pés de café. O solo nestes locais era caracterizado por fios de cor clara que com o tempo faziam a terra elevar-se, como se alguém a estivesse estufando de baixo para cima.

Como este fungo que produzia a "terra podre" era frequente na "terra fria", os colonos procuravam cavar estas áreas até a profundidade em que os fios claros cessavam. Esta terra era retirada e amontoada para secar. No lugar de onde se tinha retirado a terra, era replantado o café. Em entrevista em 1996, o Sr. Carlos Schröder de Melgaço (Município de Domingos Martins) contou que, ao invés de se remover a terra, simplesmente se plantava cana-de-açúcar nestes focos de fungo. A cana-de-açúcar, de forma natural, acabava com os focos.

As famílias que faziam uso doméstico da cana-de-açúcar, faziam-no artesanalmente. Fabricava-se rapadura e, raras vezes, açúcar mascavo. O fabrico de rapadura significava muito trabalho. Já no dia anterior a cana tinha que ser cortada e levada para perto de uma prensa. Esta era feita de dois ou três rolos de madeira com mais ou menos 30 a 40 centímetros de diâmetro, que giravam em posição vertical. Os rolos eram movimentados por boi ou cavalo atrelados a um travessão, horizontalmente preso na parte de cima de um dos rolos. O travessão tinha um comprimento razoável, tendo em sua extremidade hastes, nas quais o animal de tração era atrelado.

Andando em círculo e preso à haste, o animal movimentava a prensa que era alimentada com as varas da cana-de-açúcar. O caldo era coado através de sacos para dentro de latas e trazido para um tacho de ferro. Era o mesmo tacho que se usava para fazer secar e torrar farinha de mandioca.


Acervo Helmar Rölke

Crianças brincando ao lado de uma moenda manual de cana-de-açúcar

O caldo era fervido por horas, sendo que alguém tinha que mexer ininterruptamente o conteúdo do tacho com uma espumadeira para retirar as impurezas que, através da fervura, precipitavam-se na superfície. As espumadeiras eram rudimentares, gostava-se de usar velhos pratos de metal, que eram furados com pregos, formando uma espécie de peneira. O prato era fixado numa vara ou cabo que permitia à pessoa que estava cuidando manter certa distância do fogo para colher e retirar as impurezas.

No decorrer das horas, a água evaporava, e o conteúdo tornava-se espesso. O mais simples era mexer o conteúdo com a espumadeira até que adquirisse ponto para ser despejado em formas de madeira, do tamanho de um tijolo. Depois de resfriado, obtinha-se a rapadura.

Quem quisesse fabricar açúcar mascavo tinha que tirar o tacho do fogo antes de obter o ponto para rapadura. Tudo era muito trabalhoso, pois era necessário mexer o conteúdo sem parar, até esfriar. Obtinha-se assim o açúcar. Como era bastante difícil guardar o açúcar, preferia-se fazer rapadura, que podia ser conservada na despensa, em lugar arejado.

Alguns poucos colonos também produziam aguardente de cana, pois os destilados de álcool eram muito apreciados entre os alemães, principalmente entre os de descendência pomerana. Mas como o preço dos mesmos era

barato nas vendas, preferia-se comprar a cachaça, que podia ser adquirida em garrafas ou tonéis de madeira.

A banana foi assumida pelos imigrantes na cozinha e na alimentação de animais. A banana da terra era apreciada frita ou cozida e acompanhava o feijão e a farinha. Todas as propriedades tinham bananeiras, ou perto da casa ou ao redor das plantações de café. Há também relatos de emprego da banana na confecção de vinagre para uso doméstico.

Nos primeiros anos, o arroz não foi incorporado na alimentação básica, apesar de ter sido conhecido pelos imigrantes. Na Pomerânia, por exemplo, fazia-se o arroz doce, em dias especiais, principalmente em casamentos. Este prato era preparado com leite, açúcar e canela, tradição que aqui se perpetuou nos casamentos tradicionais até hoje.

Só aos poucos o arroz foi sendo incorporado na alimentação do dia a dia. A Sra. Ida Ramlow Berger, no ano de 2001, relatou que em sua infância quase não se comia arroz. Os colonos tinham como alimentação básica feijão, farinha, toucinho, carne frita, tubérculos e bananas. Quando o arroz foi assumido como alimento cotidiano, ele se tornou uma cultura importante nas colônias alemãs. Cultivava-se o arroz em brejos, onde as pessoas muitas vezes tinham que ficar na água até os joelhos.

Quando os imigrantes chegaram ao Espírito Santo, o feijão preto já era a base da alimentação diária da população brasileira. Não tiveram muita dificuldade em assumi-lo em sua alimentação diária. O feijão também constava das sementes e de outros apetrechos para a agricultura que todos recebiam da administração das colônias ao serem assentados em seus lotes. Desta forma, o feijão logo se tornou importante na economia agrícola, pois havia mercado regional e possibilidade de escoamento através dos vendistas. Nas antigas colônias, ele era cultivado consorciado ao milho.

Ao chegarem às colônias, os imigrantes conheceram inúmeras frutas, que logo começaram a cultivar em seus lotes. Algumas tinham que ser plantadas, outras eram trazidas por pássaros que se alimentavam dessas frutas. Tucanos e jacus tinham um papel importante na disseminação das sementes de árvores frutíferas através de suas fezes.

Cultivava-se a laranja, a mexerica, o mamão, a ameixa-amarela (nêspera), goiaba, araçá, araçaúna, abacaxi, amora, abacate, fruta-pão, pêssego, jaca e outras. A manga e o coco começaram a ser cultivados quando se chegou às vertentes sul e norte do Rio Doce.

Como eram acostumados a fazer na Alemanha, os imigrantes também aqui secavam ou desidratavam frutas nos fornos ou ao sol, para posterior uso, principalmente em dias festivos. A fruta desidratada era guardada em recipientes fechados para ser usada em épocas em que não se colhia da mesma. Então ela era hidratada, fazendo-se dela uma sopa doce, engrossada com farinha de trigo.

A senhora Dalila Berger Kerckhoff, em 2003, lembrava-se de como sua mãe preparava a sopa. Ela usava ameixa ou pêssego, que era cozida em água para reidratar e amolecer, e depois a calda era engrossada com trigo, e o açúcar era colocado a gosto. Uma variante era a *Klütesupp*, que acresecentava à sopa pequenas bolinhas de massa. Estas eram uma mistura de farinha de trigo, ovo, água e um pouco de sal.

3. A CRIAÇÃO — ANIMAIS DOMÉSTICOS

Tendo em vista que a grande maioria dos imigrantes foi assentada na região serrana, a pecuária desenvolveu-se com muita lentidão. Isto motivado pela existência de carrapatos e, principalmente, pela mosca varejeira, cujas larvas instalavam-se na pele dos animais, perfurando-a. A larva transformava-se em berne (*bichebern* ou *bernebich*, como os colonos o denominavam), que se instalava sob a pele, causando grande moléstia e desvalorizando o couro.

Quanto mais derrubadas se fazia, com mais profusão aparecia a mosca varejeira, deixando suas larvas sob folhas de arbustos pelos quais o gado passava. Um outro motivo para o lento desenvolvimento da pecuária foi o preço que o colono tinha que pagar para adquirir uma cabeça de gado. Na região serrana, após 45 anos da imigração, uma boa vaca leiteira custava entre 100 e 150$000. Um vaca que ainda não estava dando leite custava, na região de Domingos Martins, em torno de 70 a 80$000.[6]

6 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 56.


Acervo Helmar Rölke

Botterfass de bambu ou madeira, no qual se batia com um socador a nata de leite até se conseguir a manteiga

A origem do gado era o sul da província ou Minas Gerais, onde o clima era diferente. Também a adaptação deste gado para o clima da região serrana contribuiu para a lentidão. Ainda assim, logo cedo cada colono procurava ter o seu gado. Desta forma, havia sítios com cinco, outros com dez cabeças, já os colonos mais bem situados possuíam até 30 cabeças, conforme relato de Franz Dettmann. Dificilmente se via gado de cor preta, geralmente a cor variava do marrom avermelhado para o claro. Wernicke constatou, no início do século XX, que o gado tinha aparência de estar degenerando.

Produzia-se leite para as necessidades caseiras, como manteiga e requeijão. Nas vendas era possível adquirir "queijo Minas". Em muitos sítios, os porcos recebiam na alimentação a coalhada. Poucos colonos vendiam a manteiga que produziam, mas, em 1900, vendia-se manteiga importada no comércio de Santa Leopoldina.[7]

Na "terra quente", o gado progredia de forma excelente. Não havia a praga do berne, os pastos eram melhores e, sobretudo, a geografia dos terrenos era mais plana. Por isso, a pecuária ali era explorada de forma mais intensa, havendo colonos com rebanhos de 60 ou mais cabeças, conforme atestou, em 1981, o Sr. Carlos Piske, morador em Santo Antônio (MG).

Nos primeiros decênios da colonização, não havia muita preocupação com a raça do gado. Adquiria-se o que estava à venda, sem muita seleção. Só com a abertura das vertentes sul e norte do Rio Doce, iniciou-se um processo de seleção, dando-se ênfase ao cruzamento de zebu.

Os bovinos eram pouco empregados na tração. Uma ou outra família possuía uma "junta de bois" para puxar carroça ou arado. Quando na "terra quente" conseguiu-se melhorar a raça, surgiu um maior emprego dos animais na tração. Havia colonos que alugavam suas juntas de bois para comerciantes italianos de madeira, para puxar madeira das matas que por eles eram brocadas.

Como não havia açougues nas primeiras colônias, comia-se pouca carne bovina. Quando um colono matava um animal, escolhia geralmente um macho. Três a quatro famílias de um mesmo córrego juntavam-se e cada uma ficava com "uma quarta" do animal abatido, o que significa que se dividia a carne em quatro partes. Este modo de matar bois acontecia em forma de rodízio, em que, a cada vez, uma família sacrificava um dos seus animais e o compartilhava com os demais. Geralmente na véspera de festas, como Páscoa e Natal.

A carne geralmente era salgada e guardada em tonéis de madeira. Também se fazia linguiça com forte tempero de alho, que era conservada em cima dos fogões na cozinha. O couro ficava com o dono do animal e passava por um processo de secagem, esticado em varas e pendurado em árvores ou na lateral do paiol. Depois de seco, o couro tinha vários usos, como, por exemplo, a confecção de balaios para os animais de carga, ou se cortava finas tiras que eram trançadas para a produção de laços. Era também bem conhecido o uso do couro de boi para puxar produtos da roça ou terra, quando se cavava um terreiro de café ou casa. O couro era perfurado e ali se amarravam cordas ou

7 Hugo WERNICKE, Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo, p. 32.

cipós. A superfície do couro recebia então a carga a ser puxada pela corda. O couro deslizava com facilidade sobre a terra.

O esterco tinha pouco uso como fertilizante, pois os animais permaneciam a maior parte do tempo nos pastos. Só vinham para os currais para tirar leite ou para serem tratados com ração extra. Apenas, quando as terras das primeiras colônias foram enfraquecendo, iniciou-se o uso do esterco nas lavouras, principalmente no plantio de feijão.

A criação de porcos teve um importante papel entre os imigrantes. Os porcos, via de regra, viviam soltos em áreas maiores, cercadas com estacas de graúna. As cercas eram feitas para evitar conflitos com os vizinhos, pois assim se evitava que os porcos invadissem plantações. Preferencialmente, escolhia-se uma área em que havia água, onde os porcos pudessem também fuçar na lama. É interessante observar que determinada família Schulz, que tinha sucesso com a criação de porcos, era conhecida, na região entre Rio Posmoser e Rio Lamego (município de Santa Maria de Jetibá), como os *Speck-Schulz*, os “Schulz do toucinho”.

Nas áreas cercadas, os porcos eram alimentados com milho, palha de milho, aipim, talos de aipim e outros tubérculos, que muitas vezes eram cozidos. Os chiqueiros eram construídos de forma muito rudimentar com pranchas de madeira. Em muitos sítios, os chiqueiros só eram usados para proteger porcas que haviam parido uma nova ninhada, ou para acabar de engordar os porcos que iriam ser abatidos proximamente.

Como os porcos andavam livremente, o abate só acontecia entre o primeiro e o segundo ano de vida, quando alcançavam peso acima de 7 arrobas. Os colonos mantinham em média dez a 30 porcos, pois sua carne era fácil de ser conservada. Também aí se usava o processo de salgá-la e conservá-la em tonéis de madeira ou recipientes esmaltados. Porém, mais comum era fritar a carne em pequenos pedaços que eram submersos na própria banha. Esta carne frita era guardada em latas ou panelas e, conforme a necessidade, era tirada para o uso diário.

Além do fabrico de linguiça, que era defumada sobre o fogão da cozinha, e lá se conservava por longos meses, também se defumava o toucinho, muito usado na alimentação. Pedaços de toucinho eram cortados em tiras compridas que ficavam em salmoura por alguns dias. Depois, deixava-se escorrer a salmoura e os pedaços eram pendurados sobre o fogão, onde se conservavam.



Acervo Helmar Rölke

Abate de porco. A carne era salgada em tonéis ou frita e coberta com banha. O toucinho e linguiça eram defumados sobre o fogão

Sempre quando necessário, a cozinheira cortava pequenas tiras ou cubos do toucinho, que eram então fritos em banha bem quente. Estes pedaços de torresmo acompanhavam o feijão e o arroz, no almoço e na janta. Do porco abatido, praticamente tudo se aproveitava: fazia-se chouriço do sangue, cabeça, rins e patas.

Cada colono procurava armazenar uma certa quantidade de banha de porco, pois além do uso na cozinha, era passada no pão de milho. Em algumas famílias, também se colocava sobre a banha rapadura raspada ou açúcar, outras preferiam colocar apenas um pouco de sal. Os alemães de procedência pomerana já trouxeram da Europa esse costume de passar banha de porco sobre o pão.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a carne de porco começou a ter mercado regional e alcançou um bom preço. Franz Dettmann, filho de vendista, em 1996 ainda lembrava que os colonos da região de Santa Maria de Jetibá e Caramuru partiam de madrugada para Santa Leopoldina para lá vender no comércio porcos abatidos, pois a arroba de toucinho custava em média 35 a 37$000. A arroba de banha pura custava em torno de 40 a 45$000. Mas estes preços variavam, pois dependiam da colheita do milho, importante

na engorda de porcos. Com o preço do café em baixa, muitos colonos começaram a aumentar o número de porcos em suas propriedades. Para efeito de comparação, vale lembrar os preços de café praticados neste período: [8]

1899	10$665
1900	11$035
1901	7$077
1902	6$682
1903	6$670

1904	6$426
1905	6$200
1906	2$259
1907	5$569
1908	5$216

Para o uso doméstico criavam-se aves, como galinhas, galinhas d'angola, gansos, patos e perus. Era comum encontrar pequenas casinhas colocadas em lugares mais altos para a criação de pombos. A carne de galinha era importante para ser servida em casamentos. A carne de pato tinha o seu lugar como alimentação em dias mais festivos. Mas importante mesmo eram as penas mais tenras de ganso, que eram cuidadosamente tratadas para a confecção dos "penões". Eram cobertas grossas, muito apreciadas no inverno.

As aves andavam soltas e desenvolviam-se sem problema. Uma ou duas vezes ao dia recebiam milho, mandioca ou outros tubérculos triturados. À noite, eram recolhidos ao galinheiro ou se ajeitavam em árvores perto da casa. Caso algum predador se aproximasse, cachorros, que eram imprescindíveis em cada propriedade, davam o alarme.

A alimentação das aves cabia à dona de casa ou às crianças. Cabia também a estas descobrir os locais onde as aves colocavam os ovos, para serem recolhidos em cestas primorosamente feitas com cipós. Era também comum cavar buracos em barrancos, onde as aves faziam ninhos e colocavam ovos.

Aves que estavam chocando eram acompanhadas de perto. Logo que descoberto o ninho, elas eram monitoradas diariamente. Quando apareciam com filhotes, estes recebiam cuidado especial, pois sempre havia o perigo de os gaviões os atacarem. Faziam-se pequenos cercados com estacas de madeira espaçadas. As pequenas aves assim podiam passar para se esconder. O cercado sempre era coberto, e à noite a mãe ficava lá com seus filhotes.

Os colonos muito temiam a peste que por vezes se instalava entre as aves. Não raro muitos perdiam todas as suas aves. Procurava-se combatê-la, misturando-se creolina na água.

8 José TEIXEIRA DE OLIVEIRA, História do Espírito Santo, p. 438.

Para o transporte de pessoas e de cargas, aos poucos, cada sítio começou a adquirir burros, mulas, cavalos e éguas. No início da imigração, animais de montaria e de carga eram raros. Havia na província do Espírito Santo cavalos que foram trazidos da Bahia, mas que pouco prestavam para o transporte de cargas em longas caminhadas. Com o desbravamento da província, iniciou-se um comércio mais intensivo de animais de carga e montaria, principalmente muares.[9]

A partir da segunda metade do século XIX, com a vinda de imigrantes europeus, o comércio de animais tornou-se intenso na província. Na região serrana, precisava-se de meios de transporte seguros para pessoas e cargas. O comércio de animais começou a ser uma atividade exercida por pessoas vindas de Minas Gerais, que vinham aqui realizar vendas e trocas de animais. Assim a designação "mineiro", em muitas localidades, tornou-se sinônimo de comerciantes de animais.

No início da colonização, comprava-se uma égua por 100 Mil-réis. Estas eram as mais baratas, pois montar égua era visto pelos luso-brasileiros como uma vergonha. As mulas eram mais caras, pois eram resistentes e apropriadas para longos percursos. No início do século XX, o preço de uma égua girava em torno de 400 Mil-réis. Uma boa mula para montaria custava entre 500 e 800 Mil-réis. Durante a época de alta do café, chegou a custar 1.300 Mil-réis.[10]

Havia um intensivo comércio de animais que dependia do preço do café. Com colheita boa e preço bom, os preços dos animais subiam. Quando o preço do café estava baixo, os colonos desfaziam-se dos animais, pois necessitavam de dinheiro para sobreviver. Para realizar estes negócios, algumas pessoas tinham se especializado no comércio de animais, vivendo exclusivamente disso. Entre os alemães, não eram vistas com bons olhos, pois não trabalhar na enxada era sinônimo de preguiça.

9 Ormando MORAES, Por Serras e Vales do Espírito Santo, p. 9 ss.

10 Hugo WERNICKE, Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo, p. 74 ss.



Ida dominical para a celebração religiosa. Perto do templo, cada família tinha o seu poste para amarrar as montarias. Estes muitas vezes eram recortados e ornamentados com cores na parte superior

Já por volta de 1880, era comum todos os colonos terem animais de carga e de montaria. Os animais de carga eram usados para o transporte da colheita e da madeira para o fogão da cozinha e forno. Os animais de montaria eram usados para deslocamentos, como ir para a venda, para o moinho, para a igreja e ir a casamentos.

Em dias de casamento, os animais eram ricamente ornamentados com guirlandas trançadas com pequenas flores coloridas, cipestre e fitas coloridas. Em volta dos templos havia pastos, onde cada família tinha um poste à sua disposição para amarrar os animais. Estes postes, com cerca de 2 metros de altura, eram lá fincados pelas próprias famílias, e só elas podiam amarrar os seus animais. Muitas vezes estes postes recebiam um acabamento trabalhado na ponta, de forma que de longe cada família já reconhecia "seu" poste.

Como muitas pessoas não usavam calçados, tornou-se comum usar a caçamba nos estribos das selas. Elas eram fechadas, não permitindo que o cavaleiro se machucasse ao encostar em barrancos ou arbustos. Pela riqueza de detalhes nas caçambas, podia se medir o grau de prosperidade das famílias. Eram feitas de metal branco. As mulheres usavam selas, nas quais se sentavam com as pernas viradas para o mesmo lado. Uma perna dentro da caçamba e a outra apoiada em um encosto que fazia parte da própria sela.

As selas eram compradas em vendas maiores ou fabricadas por seleiros que as trabalhavam ricamente. Havia seleiros com fama regional como, por exemplo, João Pagung na região de Rio Ponte, que era seleiro, sapateiro e curtidor de couro.

Nas selas havia espaço para amarrar o "capote" que, na verdade, era o ponche gaúcho. Ele ainda era comercializado nas vendas até os anos 1960. O capote era enrolado e amarrado por duas tiras na parte traseira da sela. Ele era usado em dias de chuva ou frio. Os capotes tinham fama entre os rapazes e eram apetrecho inseparável quando se ia a bailes, pois em encontros mais íntimos com meninas, eles possibilitavam proteção contra o chão úmido e frio.

As selas também possibilitavam encaixar um alforje, dentro do qual se levava alimentos e água, quando as viagens eram mais longas. Sabe-se que viagens de vários dias eram feitos a cavalo, quando se visitava parentes na vertente norte do Rio Doce.

4. MOLÉSTIAS

No momento em que pisaram em solo capixaba, os imigrantes defrontaram-se com as mais diversas moléstias tropicais. Uma senhora de Jequitibá contou, ainda em 1998, que sua bisavó juntava todas as crianças no fim do dia, obrigando-as a lavar os pés para procurar eventuais bichos do pé. Este era um ritual diário para evitar infecções. Usavam-se agulhas e canivetes, com cujas pontas procurava-se eliminar os bichos. O bicho de pé estava presente em todos os sítios, principalmente perto de lugares onde havia chiqueiros, cercados para porcos e lugares de pouco asseio.

Quando criança, o autor ainda conheceu um colono em Santa Maria de Jetibá que, sem cerimônias, tirava o seu canivete, com o qual preparava o fumo para o seu cigarro, e fuçava com a ponta nos dedos do pé. Como andava muito

descalço, a pele dos seus pés era realmente grossa e exigia intervenções mais ousadas. O seu canivete da marca *Corneta* permitia estas incisões.[11]

Muito comuns eram os carrapatos, que podiam causar feridas que custavam para cicatrizar, principalmente nos recém-chegados da Europa. Quando os carrapatos não eram logo sentidos, formavam-se pequenas pústulas que coçavam. Inflamadas, apresentavam um aspecto furunculoso que, com o decorrer dos dias, liberava um líquido purulento. A crosta soltava-se fazendo aparecer carne viva. Em seguida, formava-se nova crosta, que sucessivamente ia se soltando, formando finalmente feridas que podiam chegar a mais de um centímetro de diâmetro. A cura por vezes levava meses.

As baratas eram inconvenientes que, durante a noite, faziam-se presentes em todos os recintos da casa. Há relatos, inclusive, de crianças de colo que tiveram partes do rosto roídas por baratas. Isto se devia à antiga tradição de enfaixar as crianças em panos, dos braços aos pés. Assim enroladas nas fraldas, quase sem poderem se movimentar, as crianças eram presas fáceis de baratas.[12]

Os imigrantes também se impressionaram com os muitos tipos de formiga e a sua ferocidade e voracidade. De forma especial, chamavam atenção as formigas corredeiras ou formigas de correição, que os imigrantes chamavam de *Wanderameisen* (formigas que migram). Elas, em suas andanças, marchavam em enormes colunas, não respeitando nem casas, apoderando-se de todos os insetos, vermes e toda bicharada miúda que encontravam pela frente.

Se por um lado limpavam as casas dos colonos de insetos, por outro também se tornavam um incômodo para as suas famílias, pois geralmente apareciam durante a noite. Os colonos então tinham que deixar a casa ou se defendiam com chumaços de palha de milho ou panos embebidos em querosene, para espantar das casas as formigas corredeiras com fogo.[13]

11 Foi também com este senhor que o autor teve o seu primeiro contato com os famosos isqueiros *Vospic*, que cada colono carregava em um de seus bolsos da calça. Eram isqueiros com tecnologia simples e rudimentar, porém funcional, que até continham um pequeno reservatório para armazenar benzina ou querosene para manter o pavio inflamável, bem como um reservatório com pedras. A pedra era friccionada por uma rodinha áspera, acionada pelo polegar. Produziam-se assim faíscas que incendiavam o pavio, embebido em benzina ou querosene.

12 Hugo WERNICKE, Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo, p. 113.

13 Informação dada pelo Sr. Franz Dettmann de Santa Maria de Jetibá em 1992.

De extrema preocupação era a saúva, também chamada de "cabeçuda". Junto com a "quem-quem", que, além de ter a capacidade de cortar todas as folhas de uma fruteira durante uma só noite, também carregava sementes que eventualmente estavam guardadas nos paióis.

O combate à saúva era extremamente difícil. Havia no comércio alguns tipos de veneno, formicidas e máquinas para aplicá-los, mas difíceis de serem manipuladas para realmente acabar com os formigueiros. O *Formicida Capanema* tinha grande fama de ser infalível e, no final do século XIX, era encontrado no comércio de Santa Leopoldina por 3.500 Réis o litro. A aplicação era feita da seguinte forma: procurava-se descobrir o olheiro principal do ninho. Os secundários eram fechados, socando-se terra para dentro deles. Despejava-se bastante água no olheiro principal. A seguir, despejava-se mais ou menos meio litro do formicida. Após alguns minutos colocava-se fogo, o que provocava uma explosão. Então, também se fechava o olheiro principal e procurava-se ao redor buracos dos quais exalava alguma espécie de vapor. Estes eram imediatamente socados com terra, de forma que o gás presente no ninho garantisse a extinção do formigueiro.[14]

Após a II Guerra, surgiram outros produtos, dos quais se destacava o *Blemco*. Este formicida vinha acondicionado em pequenas latas herméticas, mais ou menos do tamanho de uma latinha de cerveja. A aplicação era feita abrindo-se um furo na parte superior da lata, onde então se adaptava uma mangueira. Através desta mangueira o conteúdo gasoso era canalizado para dentro do ninho das formigas sob pressão.

As formigas açucareiras, das quais havia várias espécies, invadiam as casas para se alimentar de substâncias doces, bem como de carnes, tornando-se assim uma verdadeira praga. Também diante destas os colonos sabiam como se proteger. Produtos doces eram guardados em armários ou mesas, cujos pés eram colocados dentro de pratos ou latas com água. Em casos extremos, usava-se o "BHC" (Hexaclorobenzeno), ou como diziam os colonos "HCB", altamente tóxico, mas que era vendido livremente no comércio do interior.

Eram constantes as picadas de vespas, das quais havia uma grande variedade. Temidas eram as vespas que faziam seus ninhos em paus ocos e aquelas que fabricavam ninhos aparentando as costas do tatu, grudando-os a troncos de árvores. Um tipo de vespa enrolava-se nos cabelos de quem lhes tocasse no

14 Hugo WERNICKE, Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo, p. 32.

ninho. Os seus ninhos aparentavam uma bola dependurada entre galhos. Esta vespa recebeu dos pomeranos o nome de *horbruse* — aquela que zumbe pelos cabelos. Havia também abelhas do mato, que produziam um mel muito aromático e medicinal e que não possuíam ferrão. Infelizmente, para conseguir este mel, o ninho tinha que ser destruído, pois geralmente estava alojado em troncos de árvores.

Assim como o gado, também as pessoas eram vítimas do berne, sobretudo crianças. A larva colocada pela mosca varejeira ficava sob a pele para depois crescer como berne. Instalado no ser humano, o berne provocava uma espécie de tumor cutâneo muito dolorido. Para livrarem-se destes, os colonos colocavam toucinho cru sobre a abertura do tumor. O berne, não podendo mais respirar, procurava atravessar o toucinho, alojando-se nele, deixando assim o corpo da pessoa.

Dentre as espécies de cupim encontradas nas colônias, tinha-se especial preocupação com o cupim que se instalava nas casas, nos currais, nos paióis, etc. Estes cupins causavam danos nas madeiras, corroendo vigas e outros madeiramentos, podendo ameaçar a segurança das casas. Eles eram descobertos com facilidade, pois construíam os seus caminhos em forma de túneis de cor escura sobre a madeira ou paredes, que levavam até os ninhos. Não bastava destruir os túneis, pois logo eram reconstruídos. Para acabar com estes cupins, os colonos pegavam os ninhos e os jogavam dentro de uma mistura de água e querosene, onde eles morriam. Era importante também pegar a rainha. Posteriormente estes cupins eram combatidos com arsênico, que era um veneno infalível e podia ser adquirido nas vendas. Colocava-se este nos túneis ou nos ninhos. Como quase todos os colonos tinham arsênico em casa, não raro aconteciam suicídios por ingestão deste veneno.

Alguns colonos também descobriram que cupins eram um ótimo alimento para as aves domésticas. Quando possível, os ninhos eram tirados do seu lugar e jogados no terreiro, ali eram picados pelas aves. Ninhos grandes eram divididos para dois ou mais dias. Esta prática ainda pode ser observada hoje em dia.

Tinha-se uma constante preocupação com os piolhos, parasitas que se instalavam nas aves e também em mamíferos. Quando as aves eram muito atacadas, procuravam refúgio na poeira, espanejando as penas, tentando se livrar dos parasitas. Piolhos que se adaptavam aos mamíferos podiam transmitir moléstias, além de irritarem o couro cabeludo e causarem ferimentos. Principalmente entre as crianças, tinha que se ter cuidado com o que chamavam de "*piolho da cabeça*". Mas também podiam alojar-se, quando o desleixo era completo, nas barbas compridas que muitos imigrantes usavam. Para sobreviver, este piolho sugava sangue do couro cabeludo e as fêmeas colocavam ovos. Estes ovos ou lêndeas ficavam grudadas à raiz do cabelo até se tornarem piolhos. A transmissão dos piolhos de uma pessoa para outra acontecia com muita facilidade, causando enorme coceira, irritação da pele ou até feridas. Não havia produtos específicos para eliminar os piolhos. Assim, ungia-se a cabeça com querosene, antes de deitar à noite. Na manhã seguinte, o cabelo era lavado com sabão.

Em casos em que não se primava pelo asseio, instalava-se o percevejo, que gostava de habitar nas camas, nos colchões forrados com palha de milho. O percevejo alimenta-se de sangue humano, mas também do sangue de outros mamíferos e de aves. Através da picada, que a princípio não é sentida, o percevejo se alimenta sugando sangue. Mas logo o local da picada provoca uma forte coceira, que pode causar pequenas feridas. Após se alimentar, o percevejo novamente se esconde. Não havia inseticida para combatê-lo, então se usava querosene e enxofre, ou tinha que se queimar os colchões de palha.

Nocivo ao feijão, milho e arroz era o caruncho. Este inseto brocava as sementes, inutilizando-as para o consumo humano. Outra praga para o café era a broca. A broca do café instalou-se nos cafezais do Espírito Santo apenas no final dos anos 1920. Temido era também o caruncho que brocava a madeira branca. Para evitar este mal, cortava-se a madeira em período de lua minguante.

Os mosquitos eram um flagelo para os imigrantes. Nos depoimentos sempre eram lembrados os mosquitos de palha, os mosquitos pólvora, os borrachudos, os pernilongos e aqueles que transmitiam o paludismo. Este, principalmente, quando se chegou aos afluentes do Rio Doce. Com a temperatura amena da região serrana, o pernilongo não foi muito sentido.

O mosquito palha aparecia ao anoitecer nas casas ou lavouras que se situavam perto de matas, pois eram atraídos pela luz das lamparinas. O mosquito pólvora é minúsculo, mas incomodava os colonos na faina diária, principalmente na capina da roça. Ao picar, produzia uma sensação de fogo sobre a pele. Os colonos defendiam-se queimando material que produzia muita fumaça perto dos locais onde trabalhavam. Geralmente o faziam em latas, que eram deslocadas conforme o trabalho ia avançando. O mosquito pólvora aparecia à meia tarde.

As picadas dos borrachudos eram imperceptíveis a princípio, mas logo surgia um sinal de sangue que ficava marcado por alguns dias. Como as marcas ardiam, principalmente crianças coçavam-se até surgirem feridas.

As mutucas não só representavam incômodo ao gado, mas também às pessoas, pois são insistentes quando se fixam numa vítima para persegui-la. Alguns tipos de mutuca viviam perto das matas, outras em pastos e lugares abertos.

A mosca comum era conhecida aos imigrantes, mas não na profusão aqui encontrada. Ela é abjeta, pois depois de criar em estrumeiras, pousar em lugares sujos, invadia as casas, pousando sobre o que encontrava, principalmente alimentos, crianças e pessoas doentes. Era um verdadeiro flagelo contra o qual se tinham poucos recursos. Os armários na despensa eram fechados com uma fina tela para, pelo menos, preservar os alimentos. Era também comum o uso de um objeto de vidro branco em forma de campândula. Por baixo da campândula havia um depósito, no qual se colocava água com açúcar para atrair as moscas. Quando estas se erguiam novamente para voar, voavam para dentro da campândula, lá permanecendo presas.

Pessoas que ainda sabiam contar sobre vermes parasitas do início da imigração, sempre lembram do *Bandworm* (verme barbante), a tênia solitária; da lombriga; do oxiúros; e do necátor americano. O *Bandworm*, a tênia, causava perplexidade, pois conseguia atingir até 8 metros de comprimento. Como quase nenhuma casa de colono possuía privada com fossa higiênica, a transmissão deste verme era fácil. Os porcos, quando fuçavam nas fezes humanas, engoliam os anéis das tênias que continham ovos. Chegadas ao intestino do porco, elas libertam larvas que se instalam em seus músculos, formando cistos. Quando as pessoas comiam carne de porco mal cozida, estes cistos chegavam ao intestino humano, formando-se a tênia.

A lombriga que podia chegar a um palmo de comprimento, era de cor amarelo-clara. Além de fixar-se no intestino humano, também se fixava em porcos. Entre os imigrantes eram as crianças as mais atingidas. Isto, por que ficavam sentadas ou engatinhavam pelo chão, sujando as mãos com terra que continha os ovos da lombriga. Colocando as mãos na boca, os ovos instalavam-se no intestino. Há relatos de casos de crianças tão infestadas por este verme que ele chegou a sair através do nariz.

Principalmente as crianças eram vítimas de um pequeno verme, o oxiúros, que causava coceira no ânus. Por isso também causava insônia, pois as crianças jogavam-se de um lado para o outro na cama. Entre os vermes, dois tiveram triste fama: o necátor americano e o *ancylostoma duodenale*. Os dois são parecidos em cor e tamanho, medindo mais ou menos um centímetro e vivendo no intestino delgado do ser humano. Eram os causadores daquilo que os imigrantes chamavam de "*pilação*", ou seja, a opilação, também conhecido como amarelão. Estes vermes causavam grande anemia, abatimento e fraqueza em geral. As pessoas perdiam toda vontade de fazer alguma coisa ou até de viver.

Os ovos se soltam com as fezes que em poucos dias produzem pequenas larvas. Andando descalços e pisando nas larvas, os colonos, sem perceber, possibilitavam que estas em pouco tempo atravessassem a sua pele. Caindo na corrente sanguínea, as larvas finalmente chegavam ao intestino delgado, onde então se desenvolviam. O amarelão ceifou inúmeras vidas no começo da colonização, principalmente entre crianças.

Entre os vermífugos fez fama o que os colonos chamavam de "*tiro seguro*". O tratamento que era anual, consistia no seguinte: à noite, na janta, comia-se sardela. A sardela era facilmente encontrada no comércio, pois vinha salgada em tonéis de madeira, latas ou baldes. Após a meia-noite, tomava-se café adocicado, sem leite. Em seguida, engolia-se os comprimidos de "*tiro seguro*". De manhã, sem qualquer alimentação, tomava-se uma dose de óleo de rícino, para que se evacuassem os vermes mortos pela medicação. Só após a evacuação a pessoa, geralmente bem debilitada, podia novamente se alimentar.

5. ANIMAIS SILVESTRES

A caça constituía-se em enorme divertimento entre jovens e velhos. O domingo era um dia ideal, pois era sagrado não exercer qualquer atividade voltada à agricultura. Como havia enormes áreas de matas, córregos e rios que atravessavam as colônias, havia muitos animais silvestres.



Acervo Helmar Rölke

"Chumbeira" presente em todas as casas para proteção contra animais selvagens e para uso em caçadas

Todas as casas possuíam arma de fogo. Tratava-se do que chamavam de *Schrotgewehr*, espingarda de chumbo ou "*chumbeira*". Estas "*chumbeiras*" eram carregadas pelo cano. Pólvora e chumbo eram adquiridos nas vendas. A chumbeira geralmente permanecia carregada e pronta para o uso. Preferencialmente, ela era pendurada na cozinha, a uma altura em que as crianças não a pudessem alcançar. A cozinha era o local ideal, pois a arma sempre estava à mão para ser usada e também com a temperatura da cozinha se evitava que a pólvora umedecesse.

O carregamento da chumbeira era um processo um tanto demorado, pois se tinha que colocar pólvora, papel, chumbo ou também pequenos pedaços de metal. Tudo era socado dentro do cano da arma, através de uma fina e resistente vara, medindo mais ou menos um metro de comprimento. Para manter a pólvora seca, ela geralmente era guardada em chifres de boi bem fechados. Era importante ter a arma sempre pronta para eventualidades, como por exemplo, matar intrusos indesejáveis como gambás, gaviões, gatos do mato a procura de alimento, pricipalmente aves. Finalmente, o comércio começou a oferecer armas mais modernas, que já tinham "cartuchos", munições prontas, portanto.

Os gambás, também chamados de "saruvé", são lembrados como grandes inimigos das aves, principalmente de galinhas. Com o hábito de rosnar e de expelir um cheiro desagradável quando ameaçados, os colonos procuravam matá-los sempre quando os encontravam. Com hábito sanguinário, os gambás matavam as aves para saciar sua fome.

Também se temia o japuti, menor que o gambá, mas não menos voraz. Do tamanho de uma ratazana, tinha enormes olhos e habitava preferencialmente as matas. Alimentava-se de pássaros. Quando em necessidade, também avançava sobre galinheiros. Os colonos o chamavam de "*chupati*".

Através dos luso-brasileiros, os imigrantes conheceram a carne de tatu como sendo muito saborosa. Por isso, estes foram muito caçados, principalmente em noites de luar. Todos os colonos tinham cachorros e quando estes farejavam um tatu, este era morto a tiro. Também se tentava acuá-lo nas tocas, para tirá-lo de lá ainda vivo, pois mostrar a sua casca era um tipo de troféu diante de visitas. A banha de tatu era usada para curar reumatismo, esfregando-se as articulações do corpo que estavam doloridas.

A preguiça, lenta nos seus movimentos, era a alegria das crianças. Mas também temida, pois se dizia que dificilmente uma pessoa conseguia desvencilhar-se de seu abraço, caso fosse alcançada. Geralmente se movimentava em árvores de embaúba, alimentando-se de suas folhas. A embaúba, caracterizada pela sua madeira que podia ser facilmente destrinchada em finos gravetos e que era de fácil combustão, tinha importância para acender fogo nos fogões de lenha, nos fornos pra fazer pão e nos tachos para a preparação da comida de porcos.

O ouriço, também conhecido por "*luiz cacheiro*", costumava fazer estragos entre os cachorros de caça. Quando era por estes acuado, soltava espinhos que se cravavam na carne, sobretudo na região da boca e da cabeça.

Alguns animais eram mortos pelo simples prazer da caça. Outros eram caçados pois se aproveitava sua carne como alimento. Sobretudo a carne da paca, da cutia, da capivara e do tatu. A paca e a cutia são roedores que passam parte do dia em suas tocas. Ao anoitecer, saem em busca de alimento, do qual fazem parte frutas, mas também raízes ou sementes. Quando andavam em bando, faziam muitos estragos nas roças de mandioca e até de milho. Para caçá-las, procuravam-se os seus trilhos que conduziam até a toca. A caça à paca era muito apreciada, conforme relatou Franz Dettmann em 1992. Havia várias formas de caçá-la. Uma era colocar raízes de mandioca sempre no mesmo lugar, acostumando-as aos poucos. Assim, era só aguardá-la para atirar. Outra forma era sair com os cachorros à procura das tocas. Encontradas as

tocas, os cachorros espantavam-nas e perseguiam-nas. Enquanto isso os caçadores fechavam a toca. Correndo desesperadamente, ela costumava voltar a sua toca para proteger-se. Era neste momento que o caçador a abatia. Por vezes se escondia nos riachos, por isso os colonos também a chamavam de *Woterschwin*, ou "*porco d'água*".

A capivara atinge até um metro de comprimento, caracterizando-se pela falta de rabo e orelhas pequenas. Vive perto de águas, onde se refugia quando perseguida. Alimentavam-se de ervas, mas também apreciavam arroz e milho, causando estragos nas roças. A carne não era muito apreciada, mas o óleo extraído da fervura da carne tinha função medicinal, como a cura de problemas pulmonares. A anta era entre todas a maior caça, pois podia chegar a até 200 quilos.

Quanto mais os colonos iam derrubando as matas, mais agressivo tornava-se um outro animal, chamado de "*queixado*" ou "*queixada*", pois os machos tinham enormes dentes inferiores, que faziam o queixo sobressair. Reunidos em varas, originalmente andavam nas matas alimentando-se de frutas, raízes e talos. Quando as matas foram recuando, começaram a atacar roças, comendo mandioca, milho e taioba, entre outros.



Acervo Helmar Rölke

A caça era comum entre os imigrantes. Onça abatida na região de Santa Maria de Jetibá

Entre os animais carnívoros, caçava-se o que os colonos chamavam de *Wildhund*, ou *Waldhund* — o cachorro do mato. Vivia nas matas e por vezes se aproximava dos sítios, devorando aves, inclusive avançando em porcos de pequena estatura, conforme relato de Franz Dettmann.

A quati, acossada em seu habitat natural, invadia roças de milho, causando estragos aos colonos. Também atacava galinheiros, comendo ovos e matando galinhas. O "*mão pelada*" ou "*gauximim*" era considerado um troféu de caça, pois causava sérios estragos em galinheiros e criatórios de outras aves domésticas.

Da sua juventude, Franz Dettmann ainda se lembrava de dois tipos de onças: a pintada e a preta, que mediam mais de um metro de comprimento. Também elas começaram, vez aqui, vez ali, a fazer estragos em rebanhos, quando as matas foram diminuindo em extensão, e o seu alimento, como capivaras, porco do mato e veados, foi rareando através da caça predatória.

Quando não era possível atingir a onça, armava-se um tipo de arapuca. Dettmann deu detalhes: procurava-se descobrir rastros, ali se colocava uma isca, que poderia ser um cabrito ou ovelha. Perto, armava-se uma espingarda chumbeira que apontava na direção da isca. No chão, esticava-se um fio que detonava a arma. Para alcançar a isca, a onça tinha que se aproximar por um tipo de beco, previamente construído pelo caçador. Neste beco havia um fio esticado rente ao chão. Ao encostar neste, ele disparava o gatilho e a onça era atingida de frente pelo tiro. Este processo também era usado para matar outros animais, como o gato do mato, pacas, etc.

Para capturar animais vivos, construía-se um tipo de alçapão, que consistia de um caixote comprido e estreito. De um lado da caixa, uma porta corria presa ao caixote através de trilhos. Esta porta era erguida, permitindo que o animal penetrasse no caixote para alcançar a isca que estava presa ao outro extremo deste. A porta aberta estava presa através de um barbante à isca. Quando o animal tocava na isca, o barbante soltava a porta suspensa na entrada da caixa e fechava a saída do animal. Era o mesmo sistema de ratoeira de caixa muito usado pelos colonos nos seus paióis ou casas.

Abater macacos era comum entre os caçadores, pois os havia em profusão. Algumas famílias os pegavam em arapucas, quando filhotes, e os domesticavam. Querido entre as crianças era o sagui de cabeça branca.

Era comum o macaco "*barbado*", assim chamado porque era corpulento e produzia sons. Quando emitia esses sons, os colonos os interpretavam como sinal de chuva próxima. Estes sons se assemelham ao barulho que se produz amolando facão ou foice no rebolo.

O macaco "*muriqui*", ou "*mono carvoeiro*", o maior macaco das Américas, era chamado pelos imigrantes de *wita mono* ou *witaoop*, mono branco ou macaco branco, respectivamente. Crianças na escola chamavam seus desafetos de *witaoop*, o que com certeza provocava reações imediatas que geralmente acabavam em agressões físicas.

Dos répteis há alguns relatos sobre jacarés que avançavam sobre aves e porcos, quando estes se aproximavam de riachos e lagoas. A carne de jacaré era apreciada. Também a carne do lagarto era muito apreciada. Tratava-se do teju, que podia alcançar mais de um metro de comprimento e que se alimentava de vermes, larvas e insetos. Mas também era um assíduo frequentador de ninhos de galinhas, onde se alimentava com os ovos. Era também capaz de devorar pintinhos. A carne da parte posterior do lagarto era parecida com a de galinha e, por isso, muito apreciada. O Sr. Franz Haese, em 1973, contava que o lagarto, quando perseguido por cães, defendia-se mordendo e dando chicotadas violentas com a sua enorme cauda. Com isso, os cães geralmente levavam a pior e desistiam da perseguição.

Nas matas era comum encontrar o jabuti, que podia chegar a tamanho razoável. Ele se alimentava de frutas e folhas. Algumas famílias os domesticavam. Nos rios, eram comuns os cágados.

Havia muitos tipos de cobras, tanto venenosas quanto não venenosas. Entre as venenosas são lembradas a surucucu, a jararaca, a cobra coral verdadeira e a taca, também chamada de "*taquinha*" — provavelmente pertencente ao grupo *Bothrops Jararaca*. Nas matas capixabas também existia a jararaca verde.

As picadas de surucucu eram raras e aconteciam quando se desbravava as vertentes norte do Rio Doce. As mordidas de jararaca eram muito frequentes. Enquanto o veneno da jararaca causava necrose no lugar da picada, provocando relativamente poucas mortes, a picada da cobra coral verdadeira era mortal, pois o veneno paralisava o aparelho respiratório da vítima.

Entre as cobras inofensivas são lembradas a caninana, a cobra verde ou cobra cipó, a cobra d'água e a limpa mato. A caninana sempre é lembrada pela sua agressividade, quando provocada. Várias pessoas relataram sobre perseguições que a caninana empreendia, rastejando velozmente atrás de quem as acuava. Também se aproximava dos sítios à procura de ovos de galinha, apesar de se alimentar preferencialmente de ovos de pássaros.

A cobra verde ou com esta cor predominando, é muito ágil, assustando quem se aproxima dela. A cobra d'água, quando acuada, ameaçava avançar, abrindo sua enorme boca em direção a quem a havia incomodado em sua toca. Ela assustava pescadores à beira de córregos e lagoas, pois é muito rápida e ágil na água.

A cobra limpa mato vive em lugares escuros e atinge até 2 metros. Também é muito ágil e se alimenta, entre outros, de cobras venenosas, como as jararacas. Os colonos matavam qualquer cobra que encontrassem, indistintamente se era venenosa ou não. Valia preservar a vida e a saúde. Tudo o que acompanhava o tema cobra, causava medo. Desta forma, inclui-se também falsamente a cobra cega ou cobra de vidro. A cobra cega não era nociva, mas tinha um formato estranho. Era difícil distinguir a cabeça do rabo. Além do mais, por ter vida subterrânea, os olhos eram quase que totalmente atrofiados, sendo difícil distingui-los. A cobra de vidro era assim chamada, pois literalmente se partia em pedaços, quando se encostava algo em seu corpo.

Há muitos relatos de ferroadas de escorpião. A dor era violentíssima e podia causar a morte, principalmente quando as vítimas eram crianças. Os escorpiões viviam debaixo de madeira que caía na mata e que os colonos buscavam para a combustão em fogões e fornos.

Havia também inúmeros tipos de aranhas, algumas notoriamente perigosas. Quando picavam, causavam dores terríveis que se prolongavam durante horas. Quando chegaram à "terra quente", os colonos encontraram a caranguejeira, que não picava, apenas soltava o pelo quando acuada. Este pelo causava forte coceira na pele. Franz Haese relatou que a caranguejeira ajudava a limpar as residências de insetos. Por esse motivo, permitia-se que ela se deslocasse debaixo do telhado das casas, quando estas ainda não possuíam forro.

6. *SCHLANGENKASSE* (A CAIXA DE COBRAS)

Nos primeiros decênios da imigração, os imigrantes tinham enormes dificuldades quando alguém da família era mordido por cobra. Nos registros eclesiásticos, há um grande volume de mortes causadas por mordedura de cobras. Na "terra fria" era muito comum a jararaca, cujo veneno causava necrose. Por desconhecimento, faziam-se torniquetes para não permitir a circulação de sangue, o que facilitava a necrose no lugar da picada. Assim, encontravam-se pessoas que tinham parte da mão mutilada, pois foram mordidas quando colhiam café.

Como nos primeiros anos não tinham acesso a médicos e tratamento adequado em casos de mordedura, os colonos assumiram as práticas de cura que já encontraram entre a população nativa. Recorria-se a benzedores, também chamados de *Schlangendoktor* (médico de cobras). Estes agiam através de orações e poções preparadas a partir de plantas medicinais. Comum era o uso do óleo de copaúba (outros o chamavam de copaíba), extraído da árvore do mesmo nome, que era ingerido em pequenas quantidades. Iniciava-se com uma gota diária. A quantidade ia aumentando até sete gotas no sétimo dia. Após o sétimo dia, diminuía-se gradativamente a porção, até se chegar novamente a uma gota diária. Usava-se também a prática de colocar alho sobre o local atingido pela mordedura, pois o alho era visto como repelente de cobras. No sentido da simpatia, por analogia, achava-se que se colocando alho sobre a ferida também o veneno desapareceria. Preventivamente, muitos colonos colocavam um dente de alho no bolso da roupa de trabalho. Porém, os casos de morte e mutilações continuavam.

Quando alguém era mordido por uma cobra, procurava-se levar a vítima para casa, evitando-se que corresse ou que suasse muito. Procurava-se com isso evitar sangramentos do nariz, da boca ou de feridas antigas. Se logo após a mordedura se procurava sugar a ferida com a boca para eliminar o veneno, em casa iniciava o tratamento propriamente dito. Era comum o uso de sal amoníaco que era passado na ferida ou ingerido em pequenas doses. Em algumas vendas era possível adquirir um produto chamado de "*Antídoto do veneno da cobra*". Também se aplicava com seringas debaixo da pele permanganato de potássio, mas, devido às dores que causava, procurava-se evitar. Quando a medicina caseira não trazia efeitos, procurava-se o *Schlangendoktor*. Wernicke assim o descreve:

> *"Há algumas pessoas, espalhadas pela colônia, que conquistaram a fama de possuir uma habilidade estranha para curar picadas de cobra. Na sua área de ação congregam em torno de si uma clientela. Cada cliente paga uma anuidade de 2 a 4 mil réis, pelo que se obrigam a tratar deles em caso de necessidade, sem pagamento extra. O 'médico das cobras' é por assim dizer, uma espécie de médico de caixa social. Um ou outro deles é visto com certo temor supersticioso como se tivesse feito um pacto com o diabo, o senhor das cobras, inimigas do homem. Contam-se estranhas histórias de seu imaginário poder, sobre representantes vivos e mortos do reino das serpentes. O 'médico das cobras', por sua vez, esforça-se, às vezes, por se cercar de um nimbo misterioso".*[15]

No ano de 1935, o Pastor Hermann Rölke, de Santa Maria de Jetibá, teve que conduzir o sepultamento de duas crianças pelas quais tinha muito carinho. Uma falecera devido à mordedura de cobra e a outra, por difteria. Achou que chegara o momento de se fazer algo, já que o Estado continuava ausente na área da saúde. Criou o que veio a ser conhecido como *Schlangenkasse* (Caixa de Cobras). Copiou dos antigos "*médicos de cobra*" o sistema da anuidade e criou, via comunidade confessional, um sistema que funcionava da seguinte forma: cada família contribuía com uma soma anual para a *Schlangenkasse*. Esta se comprometia a ter sempre em estoque soro antiofídico e injeções contra difteria. A direção da *Schlangenkasse* também se comprometia a preparar em todos os córregos pessoas que pudessem aplicar o soro ou as injeções em tempo hábil. Cada aplicador mantinha um tipo de diário, no qual se acompanhava a quantidade do soro usado em cada mordedura havida. Era também através destes diários que a direção central acompanhava a contabilidade de cada aplicador. O soro era comprado no Instituto Butantã em São Paulo.

A cada início de ano (geralmente no dia 6 de janeiro), os aplicadores reuniam-se em Santa Maria de Jetibá para prestação de contas e eventuais cursos de aperfeiçoamento que se faziam necessários. Nestes encontros, os aplicadores de soro trocavam ideias e contavam sobre as experiências feitas. Foi também num destes encontros que se definiu usar o soro vencido em mordedura de animais como cães e gado, pois alguém tinha feito experiências positivas.

Com o decorrer dos anos, a experiência das *Schlangenkassen* ultrapassou as comunidades confessionais, tornando-se uma marca de sobrevivência dos

---

15 Hugo WERNICKE, Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo, p. 109.

colonos no interior capixaba, uma atividade diaconal-popular abraçada com convicção pela população.

7. AVES SILVESTRES

É compreensível o espanto dos imigrantes diante de tanta profusão de aves com tamanho considerável. Também estas se tornaram aves de caça, e algumas eram domesticadas. Nas entrevistas feitas com colonos idosos, eles falam sobre o macuco, o jacu, o inambu, o mutum e o jaó. O mutum era sempre caracterizado como uma ave corpulenta. Os jacus também têm o porte de uma galinha. Todas estas aves viviam nas matas. Os mutuns e jacus faziam os seus ninhos entre as ramagens, onde eram facilmente descobertos por caçadores experientes.

No início da imigração, caçava-se muito a juriti, também chamada de "*pomba margosa*", pois sua carne tinha um gosto meio amargo. Ela era caçada, pois se assemelhava em tamanho às pombas que os imigrantes conheciam da Europa. Para muitas famílias, a carne de juriti tornou-se um alimento indispensável nos primórdios da imigração. Elas eram abatidas com chumbeiras ou pegas e arapucas.

Entre as aves aquáticas era comum a saracura, o frango d'água, também chamado de *Woterkücken* — pinto ou franguinho d'água. Às aves aquáticas ainda se juntavam o socó e a jaçanã. Também se gostava de caçar patos e marrecos selvagens.

Alguns tipos de aves de rapina eram conhecidos aos imigrantes já desde a Europa, como a coruja e o gavião. Naturalmente no Brasil tinham características diferentes. Havia aqueles gaviões que se alimentavam de pequenas aves domésticas, constituindo-se assim num pesadelo para os colonos. Mas havia também aqueles gaviões que se alimentavam de carrapatos que se instalavam no gado vacum. Estes eram bem-vindos, bem como os anus brancos e pretos, pois também se alimentavam de pragas que acompanhavam o gado. Em anos em que havia mais anus brancos, dizia-se ser um ano de chuvas mais intensas.

Entre as corujas havia as que eram diurnas, dentre as quais a mais comum era a coruja do campo. Havia também as corujas noturnas, dentre as quais é mencionada com respeito aquela que fazia os seus ninhos em construções mais altas, como torres de igrejas. Elas assustavam as pessoas, pois produziam

um som que imitava uma gargalhada humana. No geral, tinha-se muito respeito pelas corujas, pois eram vistas como aves agoureiras, que através de seus gritos estavam manifestando algum fato que estava por vir, muitas vezes alguma desgraça ou morte.

Logo que chegaram, os imigrantes começaram a respeitar os urubus, pois perceberam a sua utilidade. Eram os urubus que se encarregavam de comer a carne de animais mortos, mesmo animais de grande porte, como o gado, quando morriam nos pastos ou eventualmente despencavam de morros ou barrancos íngremes em lugar de difícil acesso.

De grande admiração e aceitação eram os papagaios, principalmente os mais coloridos. Por serem de fácil domesticação, faziam a alegria de crianças e adultos. Também periquitos, tuins, ararinhas e maritacas eram domesticados. Infelizmente com o recuo das matas, os colonos começaram a exterminar estas aves, pois se alimentavam também de cereais da roça e frutas em volta das casas.

Os tucanos, inconfundíveis na sua linda plumagem e pelo bico de proporções descomunais, eram muito perseguidos pelos caçadores, pois ter uma cabeça de tucano equivalia a ter um troféu de destreza como bom atirador. Dentro da família dos tucanos também era comum encontrar a araçari, com bico idêntico, mas a plumagem com menos cores. Ambos rodeavam os sítios à procura de alimentos, principalmente nas fruteiras.

O DIA A DIA NAS COLÔNIAS

1. AS CONFISSÕES RELIGIOSAS DOS IMIGRANTES

A grande maioria dos imigrantes alemães era de confessionalidade religiosa luterana. Principalmente entre aqueles que vieram da província prussiana da Pomerânia. Os tiroleses e trentinos eram quase todos católicos. No Tirol não se permitia liberdade de culto aos protestantes, tanto é que, ainda em 1837, 400 habitantes do Zillertal emigraram para a Silésia, para lá terem direito a exercer livremente a sua fé. A partir da Revolução de 1848, foram feitas algumas concessões ao protestantismo austríaco. Mas só no ano de 1861, foi decretada a liberdade religiosa total, o que significava cidadania plena e liberdade para as comunidades elegerem seus religiosos.[16]

A grande maioria dos suíços de fala alemã era calvinista, o que é atestado pela história da colonização de Rio Novo. Como não queriam se tornar católicos, procuraram atendimento eclesiástico junto ao Governo Imperial e junto aos luteranos na colônia de Santa Isabel. Este atendimento perdurou de 1862 até 1909, quando o pastor luterano Hedrich de Campinho (Domingos Martins) propôs aos fiéis desta colônia que se filiassem à Igreja Presbiteriana.

Os suíços calvinistas, que vieram para Rio Novo oriundos de um cantão germânico, assim retornavam novamente para as suas origens. Observa-se que entre os holandeses vindos ao Espírito Santo havia calvinistas e huguenotes. Aqui se ligaram à Igreja Luterana, procurando atendimento junto às

16 Karl HEUSSI, Kompendium der Kirchengeschichte, p. 502.

comunidades de Luxemburgo e Jequitibá, respectivamente. Para entenderem os pastores, tiveram que aprender a língua alemã.

Os imigrantes católicos da colônia de Santa Isabel foram atendidos por capuchinhos. Os luteranos eram a princípio atendidos por um pastor que vinha de Teresópolis (RJ), e que fora enviado para lá pelo Comitê Missionário de Basileia. O interesse do Comitê Missionário pelo Brasil surgiu a partir de um relato do ministro plenipotenciário suíço von Tschudi que relatou sobre o abandono e a miséria dos protestantes suíços e alemães emigrados para o Brasil.

Mas já a partir de 1857, o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia passou a enviar pastores para a província do Espírito Santo. Assim, no ano de 1857, Campinho recebia seu próprio pastor. Ainda no mesmo ano ele faleceu. Um ano depois, o seu sucessor também falecia. Dentro das divisões religiosas da época, até se levantou a suspeita de envenenamento. Finalmente, a partir de 1860, as comunidades luteranas da colônia de Santa Isabel começaram a ser regularmente atendidas por pastores enviados pela Igreja Territorial da Prússia.



Acervo Helmar Rölke

Reunião de pastores luteranos com suas famílias por volta de 1926

Como curiosidade histórica, merece ser lembrado que a comunidade luterana de Campinho foi a primeira no Brasil que construiu uma torre junto a seu templo. A torre foi inaugurada em 30 de janeiro de 1887, portanto num período em que a Constituição brasileira, em seu Art. 5, proibia que as igrejas protestantes tivessem torre.

Os núcleos de imigração com presença luterana receberam pastores da Missão de Basileia, do Conselho Superior Eclesiástico da Igreja da Prússia, da Sociedade de Barmen e da Associação Caixa de Deus, da Igreja Luterana da Baviera. Os pastores vindos através do Conselho Superior Eclesiástico da Igreja da Prússia eram aqui denominados como *Berliner*, ou seja, "os de Berlim". Os que eram enviados pela Associação Caixa de Deus eram denominados de *Gotteskasten* — palavra alemã para Caixa de Deus.

Entre os *Berliner* e os pastores pertencentes à *Gotteskasten*, havia algumas querelas teológicas, que só foram vencidas no ano de 1924, quando os dois grupos reuniram-se na Convenção de Santa Maria (de Jetibá), para colocarem um fim nas animosidades. As querelas teológicas tiveram fim, pois parte dos pastores eram ex-combatentes da I Guerra Mundial. Estes se perguntavam, se depois de todo o sofrimento e das consequências da guerra, ainda teria sentido brigar aqui por questões teológicas que podiam ser conversadas com respeito e compreensão.

A Igreja Católica tinha na época da colonização um diminuto número de sacerdotes. Os imigrantes católicos da colônia de Santa Leopoldina recebiam atendimento de capuchinhos. Posteriormente, a Congregação do Verbo Divino estabeleceu-se definitivamente em Tirol. Após estabelecida assistência aos católicos do núcleo Tirol, os padres do Verbo Divino fundaram a Paróquia de Santa Isabel, onde também criaram um seminário.[17]

Se até então se falava do grupo católico e protestante — que englobava luteranos e calvinistas, e que se esforçavam para manter sua confessionalidade —, surgia uma outra categoria. Eram alguns imigrantes da Saxônia, que aportaram na província do Espírito Santo a partir de 1860. Tratavam-se de imigrantes que na Alemanha trabalhavam em fábricas e, como tal, tinham adotado um certo tipo de oposição a tudo que denunciava estrutura ou poder. Eram legítimos representantes da classe operária da época. Aqui esta oposição caracterizou-se da seguinte forma: um imigrante era oriundo de uma fábrica de instrumentos musicais; o outro, de uma indústria movelar. O primeiro se filiou à igreja, mas fazia constante oposição à comunidade e ao pastor; o outro sequer se filiou a uma comunidade confessional.

Quem fazia oposição ou não era filiado a uma comunidade religiosa era tachado pelos que pertenciam à comunidade religiosa organizada como "comunista". O termo passou a ser usado a partir de 1848, quando na Alemanha se tentou um envolvimento concreto da sociedade civil na organização do Estado. Além de designar os opositores de um sistema que lutava para manter os privilégios da classe dominante, qual seja, a nobreza, o termo aqui no Espírito Santo também se tornou comum para designar todas as pessoas que não estavam ligadas a uma comunidade religiosa. O termo "comunista" também era usado para designar aquelas pessoas que não deixavam batizar os seus filhos. Em alguns momentos estas pessoas também eram chamadas de "democratas".

Para explicar o termo "democrata", que em muitas comunidades tinha uso pejorativo, deve-se considerar que muitos pastores vindos ao Espírito Santo eram enviados pelo Conselho Superior Eclesiástico da Igreja da Prússia. Quase todos estes pastores eram simpáticos à monarquia, pois, em 1871, o rei da Prússia foi proclamado imperador alemão. Uma Alemanha reunificada e forte despertou nestes pastores orgulho de serem alemães e uma postura de oposição a qualquer movimento contrário à monarquia. Este sentimento foi passado para as comunidades capixabas. A consequência foi que "democratas" só podiam ser adversários da germanidade e, por conseguinte, também da Igreja.

17 Francisco SCHWARZ, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, p. 25 ss.

2. DIFICULDADES INICIAIS

A chegada dos imigrantes às colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina não se fez sem dificuldades e situações esdrúxulas. Do Rio de Janeiro recebiam transporte gratuito até Vitória, onde aguardavam, às custas do governo, o transporte para as colônias.

As primeiras dificuldades deram-se ao receberem os lotes de terra. Os primeiros imigrantes receberam lotes em torno de 50 hectares, mas que tinham que ser pagos num prazo de três a cinco anos. Além do mais, os imigrantes tinham que devolver ao governo da província os meios para subsistência, que este colocava à disposição dos imigrantes para sobreviverem nos primeiros meses. Estes meios consistiam no adiantamento de sementes, alimentos, dinheiro e instrumentos agrícolas para o cultivo da terra.

Muitas destas dificuldades eram apenas continuidade de queixas que já se faziam sentir desde o recrutamento na Alemanha por agentes de imigração, tanto oficiais do Governo Brasileiro, como não oficiais. Ou de agências marítimas que só colocavam os emigrantes a par da real situação que os aguardava no Brasil pouco antes do embarque. Houve também casos em que as empresas marítimas ou órgãos do próprio Governo Central, sem qualquer critério, separavam familiares. No porto do Rio de Janeiro, uns eram desembarcados para a província do Espírito Santo, outros para o sul do Brasil. A colocação das primeiras levas de imigrantes, por vezes, beirava à desorganização total dos órgãos governamentais. O acervo do Arquivo Público do Espírito Santo guarda alguns documentos que retratam a situação de desencontros entre Governo Provincial e Governo Central.

Acervo APEES

Livro-caixa da colônia de Santa Isabel, no qual se relacionavam os empréstimos adiantados aos imigrantes, quando da sua posse do lote de terra

Em carta de 26 de fevereiro de 1857, o Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas enviou a seguinte carta ao presidente da província:

"Illmo Exmo Snr: Tendo o Presidente d'essa Provincia em carta confidencial communicado que no terreno que por aviso sob nº 25 de 15 de dezembro de 1855 se mandou preparar para o estabelecimento de uma Colonia Agricola no Rio = Santa Maria = havia accomodações sufficientes para receber colonos tem o Governo Imperial resolvido enviar para ali algumas familias Allemãs que em poucos dias de aqui seguirão no Vapor Mucury — Logo que elles ali aportarem V. Excia. as fará desembarcar e receber, dando-lhes moradia e alimentos enquanto não seguirem destino devendo V. Excia Empregar todos os meios ao seu alcance para que na Capital da Provincia se demorem o menor tempo possível, e comecem o quanto antes seus trabalhos = Na Colonia fará V. Exa. Entregar a cada família um lote de terras de 200 braças de frente, tendo de fundo 200 a 600 braças segundo o nº de pessoas de que se compuser cada família e a qualidade de terreno = Por seis meses fará V. Excia abonar á cada individuo, se permanecer na colonia trezentos e vinte e seis diárias para alimentos, quantia que deverá ser entregue adiantadamente e por quinzenas. Além d'isto V. Exa lhe fará dar os instrumentos de lavoura mais indispensáveis, e café, feijão, milho, e arroz para sementes. = O importe dos alimentos e sementes será considerado como adiantamento feitos aos indivíduos os quaes devem indennizar a Fazenda Publica em tres annos, contados do fim do primeiro em que chegarem á Colonia = Convem por tanto que V. Exa de acordo com a Thesouraria da Fazenda dê as necessárias providências para que fiquem notadas as sementes que os mesmos indivíduos, como adiantamento, recebessem para se tornar effectivos em tempo sua cobrança. = Para acorrer as despesas com o principio do estabeleceimento da colonia, que se vai fundar no Rio Santa Maria será posta á disposição de V. Exa de cinco cento de reis (5:000 $ 000) e o Governo Imperial espera que V. Exa providenciará de modo que a nascente Colonia prospere e se torne um dos centros de d´atração que determinem a emigração espontanea para essa provincia que para se tornar uma das mais importantes do Império apenas carece de braços laboriosos, e só a emigração os poderá fornecer.

Deus Guarde á V. Exa Luiz Pedreira do Couto Ferraz = Presidente da Província do Espírito Santo".[18]

Nota-se pela carta que já no ano de 1855 o Governo Provincial mandou preparar terras para receber imigrantes na colônia de Santa Leopoldina, então chamada de Santa Maria, e notifica o Governo Central de que havia acomodações suficientes para receber a todos. Dois anos depois, em 26 de fevereiro, o Governo Central envia um primeiro grupo de alemães, orientando como deve ser o tamanho de cada lote a ser colocado à disposição, bem como o que cada colono deve receber como ajuda inicial. Mas que tudo seja contabilizado, para ser devolvido pelos colonos num período de três anos. O Governo Central destina 5:000$000, mas sem maiores especificações de como deve ser a distribuição.

Com data de 9 de março de 1857, segue outra carta do Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas ao presidente da província que mostra que no mesmo dia foram enviadas duas cartas. Uma comunicando que viriam colonos alemães e que havia 5:000$000 à disposição para assentá-los. A cada colono é destinada uma ajuda de 320 Réis, sem distinção de idade. A outra carta, chamada de Aviso, autoriza a quantia específica para cada colono, agora com restrições aos menores de dez anos de idade. Também é facultado ao presidente da província promover as alterações que julgar necessário. Duas cartas no mesmo dia, com instruções diferentes dão a entender falta de planejamento e objetividade no que concerne justamente à instalação e sustentação financeira dos que chegavam para as colônias. A íntegra do adendo ao Aviso:

"Illmo e Exmo Sr. = Tendo por Aviso de 26 de Fevereiro do corrente anno authorizada V. Exa á mandar dar uma etapa de 320 reis á cada um dos colonos que vai habitar a Colonia de Santa Maria, deve V. Excia entender que a referida etapa compete somente aos Colonos maiores de 10 annos de idade, abonando-se uma de 200 reis aos que forem maiores d´essa idade, e mais de anno e meio = Esta mesma distribuição das etapas menores de 320 reis, póde V. Exa alterar conforme o valor dos generos e as circunstancias das famílias, tendo em vista que estas tenhão o necessário para sua alimentação = Do que V. Exa houver feito á este respeito dará parte á este Ministério +

18 APEES.

Deus Guarde V. Exa Luiz Pedreira do Couto Ferraz = Senr. Presidente da Província do Espírito Santo".[19]

Para ilustrar os desencontros no Rio de Janeiro, cita-se ainda um fato de 1874, quando se descobriu que as bagagens de um imigrante destinado para a colônia de Blumenau encontravam-se na colônia de Santa Leopoldina.[20]

A ajuda que cabia a cada família e os lotes recebidos sempre foram motivo de reclamações por parte dos imigrantes. Alguns conseguiam trocar os seus lotes quando podiam comprovar que as terras não eram agricultáveis. Outros conseguiam ajuda junto à direção das colônias, na forma do "jeitinho", ou quando eram bem relacionados com funcionários públicos. O acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo guarda uma série de documentos que comprovam reclamações referentes à ajuda financeira nos primeiros tempos. Em 06 de agosto de 1860, imigrantes da colônia de Santa Leopoldina dirigiram-se à Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro. O presidente da província indeferiu o pedido em 15 de setembro do mesmo ano. O texto da queixa é interessante. Pela forma e linguagem, foi elaborado pelos imigrantes, dentro da possibilidade e dificuldade que tinham com a nova língua:

"Pela Sua Excelensa do Sor Presidente d'esta Provincia todos os regulamentos para o diário do mez inferidos, os colonos infim toda vita trabaliar no caminho ou senão morrem do fome, os abaixo nomeados pedem diário do mez, mais seis mez.

Colônia da Santa Leopoldina 6. do Augosto 1860".[21]

Os colonos pediam que se lhes pagassem as diárias prometidas e que o montante fosse o suficiente para que pudessem trabalhar nas próprias lavouras. Com o pouco que recebiam, eram obrigados a trabalhar para a administração da colônia, abrindo caminhos e estradas. Além deste pedido, solicitavam que a ajuda financeira fosse estendida por mais seis meses.

As insatisfações eram sentidas em todas as colônias. Tanto é que, em 1860, o Sr. Adão Wildberger, residente na colônia de Santa Isabel, requereu, através do governo da província junto ao Governo Central, licença para retornar para a Alemanha. O órgão governamental assim respondeu:

19 APEES.

20 Ibid.

21 Ibid.

"Ministério do Negócios do Império

Repartição geral das terras Publicas, em 3 de janeiro de 1860

Illmo Exmo Sn.

Em officio Nº 109 de 24 do passado transmittiu Sa Exa um requerimento em que Adão Wildberger, colono de Santa Izabel pede licença de retirar-se para sua pátria pagando o que aqui estiver devendo.

Não se podendo de modo nenhum reter contra sua vontade um colono, desde que satisfazer as suas dívidas, deve Sa Exa mandar ajustar as contas ao supplicante, deixando-o depois ir livremente para onde lhe aprouver.

Deus Guarde a Sa Exa".[22]

Concedeu-se a volta do Sr. Wildberger à Alemanha, porém, antes devia quitar todas as suas dívidas junto ao governo. As dívidas consistiam dos adiantamentos de diárias para a instalação, fornecimento de sementes, o pagamento das terras, e, na maioria dos casos, do adiantamento das passagens marítimas da Alemanha até a colônia.

De outros imigrantes que deixaram a província, há anotações no livro de passaportes do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Para ilustrar, transcreve-se aqui as anotações feitas sob os números 4 e 29:

"Passaporte Nº 4

O Doutor João Paulo de Martins de Andrade, Chefe de Policia interino da Província do Espírito Santo.

Concedo passaporte a João Felipe Klippel, natural de Alemanha, profissão de lavoura, para o Rio de Janeiro, levando em sua companhia Margarida Klippel e 2 filhos menores.

Valerá por 3 meses

Vitória 9 de janeiro de 1864

João Paulo Monteiro de Andrade

Idade 27 anos; Estatura ordenria, Rosto regular, Cabelo ruivo, Olhos azuis escuros, Nariz regular, Boca idem,

22 APEES.

Cor branca, Barba ruiva, Signaes particulares

Assignatura Jm Fhilippe Klippel

Grátis por ser colono".[23]

O passaporte de número 29 pertencia a Frederico Augusto Höhne, que relatou em carta de 4 de outubro de 1869 como deixou a colônia de Santa Leopoldina:

> *"Quis então procurar ajuda para mais seis meses, quando recebi do Diretor a notícia de que a Colônia seria emancipada. Em outras palavras, cessava a ajuda mensal e o trabalho na abertura de caminhos. Os colonos estariam entregues a si mesmos. [...] Procurei então junto ao Presidente licença para instalar-me como marceneiro em Vitória. Não é permitido aos colonos deixar a Colônia sem licença expressa do governo, caso ainda não tenham pago as dívidas junto a este. Dinheiro de passagem, dinheiro da ajuda mensal etc... são inscritos como dívida de cada colono. Se um colono não conseguir quitar suas dívidas, o que é o caso com poucas exceções, então os filhos e os filhos dos filhos serão comprometidos com a dívida. Depois de muito esforço consegui a licença para exercer a minha profissão em Vitória. Para poder cobrir as despesas de viajem da Colônia até a cidade, tive que vender muitos dos meus pertences. Mesmo a minha situação não sendo boa, lá consegui viver um pouco melhor do que na Colônia, pois duas vezes por semana havia carne fresca. [...] Assim fiz, entre outras coisas uma cristaleira com polimento e um oratório. Este último trabalho foi pago com 20 milréis e me possibilitou passagem gratuita para o Rio de Janeiro, já que o dono do navio, ao qual se destinava o oratório, ficou muito satisfeito com o trabalho que fiz. Aceitei as passagens com muito bom grado, pois para conseguir licença para exercer a minha profissão em Vitória, eu havia assumido o compromisso de pagar dentro de quatro anos as minhas dívidas junto ao governo, o que somava ao todo 600 milréis. Com a ajuda de um bom tradutor consegui o meu passaporte e deixei as minhas dívidas junto ao governo para o imperador. Como não encontrei na Colônia aquilo que os agentes mentem para a gente na Alemanha, não tive problemas de consciência de ter agido de tal forma, pois considerei o meu agir como um ato de legítima defesa. Também estou convicto, que muitos farão o mesmo".*

23 APEES.

O passaporte que Höhne conseguiu com a ajuda de "um bom tradutor" consta sob o número 29 no livro de passaportes do acervo do Arquivo Público:

"Passaporte Nº 29

O Doutor Antonio Joaquim de Oliveira Rodrigues, chefe de Polícia da Província do Espírito Santo — concede passaporte a Frederico Augusto Höhne, natural de Saxe do Reino da Prússia — profissão de marceneiro.

Para o Rio de Janeiro levando em sua companhia sua mulher Ernestina e quatro filhos menores.

Valerá pelo tempo de 3 meses.

Secretaria da Polícia da Província do Espírito Santo, em 1º de julho de 1869 — Antonio Joaqm Rodrigues

Signaes Idade 36 anos, Estatura regular, Rosto redondo, Cabellos corridos, Olhos azuis, Nariz aquilino, Boca regular, Barba cerrada, Signaes particulares

Assignatura do Portador

Custo do passaporte grátis por ser pobre".[24]

Há também no acervo do Arquivo Público cópias de queixas encaminhadas por escrito contra a Diretoria da Colônia de Santa Leopoldina, que fizeram com que imigrantes deixassem a colônia. Em carta de 22 de outubro de 1868, do Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, era comunicado ao presidente da província, que

> *"são mencionadas queixas contra a Diretoria da Colônia de Santa Leopoldina que foram articuladas por diversos indivíduos dali retirados. [...] Fizeram derrubadas, casas e plantações durante seis meses. Receberam efectivamente os 30$00 durante três meses e no dia 1º de 02 foi reduzido este auxilio a 12$00 mensais que era inteiramente insuficiente para o sustento, como provão os preços que pagaram pelos mantimentos no posto de Cajueiros*[25]

24 APEES.

25 Nota do autor: refere-se a Cachoeiro — Santa Leopoldina.

Carne seca	5$500 a arroba
Farinha	800 rs a 1$ a quarta
Feijões	1$500 a 2$ a quarta
Café	180 rs a 160 rs a libra
Açúcar	140 rs a 160 rs a libra
Toucinho	640 rs a 720 rs a libra

O trabalho na mata destruiu depressa as suas roupas e calçado, a qualidade das ferramentas que lhes foram fornecidos era tão ordinária que em pouco tempo tiveram que comprar outra o que não podiam fazer com somente 12$000 por mês para todos os misteres. Outra cousa que lhes obrigou a deixar a colônia foi a falta de caminhos. A distância do seu sítio para o centro da Colônia é de 2 ½ léguas. Do centro para os seus sítios não há senão uma simples picada onde tinham que marchar carregados com mantimentos para uma quinzena, o que pesava de 1 ½ a 2 arrobas. [...] Georg Mildenberger diz que chegado à Colônia recebeu mantimentos para 15 dias; que depois de 12 ou 13 dias foi o Presidente da Província à colônia e disse que podia assentar praça no exército, e sobre isto foram seis pessoas a Victoria. Ali lhes declarou o novo Presidente que não precisava dos seus serviços e que voltassem à Colônia. O Diretor neste intervalo tinha ido à corte e o Vice Diretor recusou-se a dar-lhes terra ou dinheiro. [...] Além destes colonos, aparecem em várias épocas outros, cujas declarações por serem do mesmo sentido, não transcrevo.[...] Julgo que merece este assunto ser examinado a fundo. A colônia de Santa Leopoldina está ficando desprestigiada e sou de parecer que se for reconhecido que a Diretoria procedeu bem, deve ficar aliviada do labeo que por estas freqüentes queixas pesa sobre eles ou que nos casos contrario tome o governo as medidas eficazes que requer o caso. Espera-se em pouco tempo (15 dias) de 60 a 80 imigrantes que vem com o destino a esta colônia; é de muita importância que sejam eles estabelecidos ali em condições de poderem prosperar, ou que sejam remetidos para outra colônia.[...] Para bem ocupar o lugar do Diretor da Colônia é preciso que possua nomeadas qualidades que não são encontradas com muita facilidade na mesma pessoa e que quando existem, habilitão-a a ocupar em outros ramos posição mais vantajosas e melhor remuneradas.

A prosperidade e progresso de uma colônia depende muito do Diretor e esta posição é mais importante do que (até agora) considerada ou remunerada.

Deus guarde V. Exª

Agencia oficial de Colonização, 26 de junho de 1868
Clemente H. Wilmot — agente oficial de colonização intº".[26]

O Governo Central, atento às reclamações, pedia providências, pois a situação da colônia de Santa Leopoldina já havia chegado aos ouvidos do cônsul geral do Brasil em Hamburgo. As notícias chegaram a este através de um artigo de um jornal editado em Porto Alegre. O cônsul pedia imediata atenção às denúncias, porque estavam para partir de Hamburgo dois grupos de emigrantes, um em outubro e o outro em novembro de 1872. Em 29 de outubro de 1872, a Agencia Oficial de Colonização no Rio de Janeiro enviou carta à presidência da Província:

"Sobre o artigo do jornal allemão de Porto Alegre há dois tópicos a considerar.

O 1º relativo ao mao tratamento que receberam os immigrantes na viagem da Europa p. o Brasil, o 2º relativo á falta de estradas, de lotes medidos e terras boas na Colônia de Santa Leopoldina.

Em relação ao 1º tópico, se tem de continuar a immigração na Província do Espírito Santo, me parece indispensável instalar alli Comissão de emigrantes, na forma do Regulamento do transporte de emigrantes de 1º de maio de 1858, como se fez em Paranguá, incumbida de fiscalizar a execução do mesmo regulamento; ou então em lugar delle, nomear um agente official exercendo as mesmas funções, como se praticou aqui na Corte.

Em relação ao 2º tópico, não conheço pessoa atuante em a Colônia de Santa Leopoldina, e ignoro se existem lotes medidos e em que numero. Sobre estradas, segundo as notícias que tenho, parece-me ser fundada a censura sobre a qualidade das terras, igualmente, colonos que ultimamente de lá tem vindo apresentam essa mesma queixa que não sei se é fundada. O corre-me indicar como melhor informante ao Sr. B.el Coelho Cintra ex-diretor d aquela Colônia, actualmente empregado na Comissão de registro de terras.[...]

Deus guarde a V. Excia Sens. Conselheiro, Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas

26 APEES.

Ignácio do Couto Galião. Agente official".[27]

Em 27 de agosto de 1874, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Pública dirigiu-se da seguinte forma ao Governo Provincial:

"Recomendo a V. Exa que expeça terminantes ordens afim de effectuar-se a medição e demarcação de lotes, com área de 62.500 braças quadradas ou 309.500 metros quadrados em numero de cem pelo menos, além dos que existem disponíveis, na colonia Sta Leopoldina, em localidade onde haja melhores terras e mais accessíveis ás comunicações com o porto de Cachoeiro. Outrossim mandara V. Exa orçar com urgência as obras de um barracão assaz espaçoso, no referido porto, executa-las no mais breve espaço de tempo possível.

E como convém igualmente que a colonia de Rio Novo estejam quanto antes preparadas as casas necessárias á recepção e agazalho de 12 familias e prompta reserva de 200 prazas, cuja (palavra ilegível) *seja igual á mencionada, faz se preciso que o Director d'esse estabelecimento que foi autorizado a contractar".*[28]

Os relatos que von Tschudi já fizera sobre a má direção das colônias, exceto de Santa Isabel, podem ser comprovados ao lermos trechos de correspondência trocada entre o governo da província e o Governo Central. Assim, em carta de 22 de janeiro de 1869, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras solicitava ao presidente da província que obrigasse o diretor da colônia de Santa Leopoldina a prestar contas sobre 6.000$000 por ele recebidos para assentar imigrantes. Se existiu esta solicitação de obrigar o diretor a prestar contas, tudo indica que já tinham sido encaminhados pedidos anteriormente, mas que não foram atendidos.

Quando o governo da província tomava providências, trocando diretores, muitas vezes recebia informações desconcertantes. Assim, em 23 de dezembro de 1869, o Sr. José Agostinho Moreira Guimarães, que havia assumido a direção da colônia de Santa Leopoldina, relata com "espanto" em carta a situação que encontrou: não lhe foi entregue inventário; não existia escrituração da colônia, principalmente no que concerne ao dinheiro público; o livro de matrícula dos colonos estava escriturado numericamente até 1860 e,

27 APEES.

28 Ibid.

a partir daquela data, não constavam entradas e saídas de colonos; existiam vales emitidos pelo ex-diretor, recebidos por casas comerciais do Porto de Cachoeiro; colonos recém-chegados ainda não tinham sido estabelecidos em seus lotes; e a casa do médico da colônia estava arruinada.

O diretor Dr. José Cupertino Coelho Cintra fez o inventário dos objetos e documentos encontrados na direção da colônia e constatou que existiam 46 requerimentos solicitando mais prazos e uma relação de nomes vindos com a "Barca Humbold, Guttenberg e Ficht".

As dificuldades sentidas eram tamanhas que, em carta de 26 de setembro de 1870, colonos alemães requeriam junto ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas concessão de diferença de preço das passagens a seus parentes residentes na Prússia, que estavam se preparando para também emigrar para o Brasil. É interessante observar que, um mês depois, em 27 de outubro de 1870, o Ministério recomendou esta concessão solicitada pelos colonos.

Como para a sobrevivência era necessário ter todos os membros da família trabalhando, alguns colonos pediam isenção de serviço militar de seus filhos. Em 11 de outubro de 1875, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas assim se manifestou diante de solicitação do imigrante Frederico Kehr:

"Tendo o imigrante Frederico Guilherme Kehr, residente nesta Província, requerido que seu filho Emilio seja isento do serviço militar, por concorrer ele com seu trabalho para subsistência do suplicante na idade de 70 anos em que se acha, declaro a V. Exa, para conhecimento dos interessados, que, vigorando as isenções daquele serviço conciliadas por leis anteriores a favor dos colonos e outros estrangeiros naturalizados, se o peticionário e seu filho estiverem compreendidos na disposição do § 7º do Art. 3º da Lei nº 2556 de 26 de setembro de 1874, devem representar a bem de seu direito perante a junta incumbida de organizar os respectivos alistamentos a fim de ser atendido como fora da justiça".[29]

Observa-se que a solicitação de isenção do serviço militar de Emílio Kehr, bem como um trecho da carta de Höhne, apontam para a realidade de ter havido serviço militar. Höhne escreveu: "*mas existem também ali alguns*

29 APEES.

saxônios, os quais não posso deixar de descrever. Alguns ajudam a espancar os seus conterrâneos em troca de um copo de cachaça, ou a capturar recrutas etc".[30]

Para imigrantes naturalizados, "*assentar praça no exército*" era obrigatório, como é o caso de Kehr. Para outros era opcional, conforme relato de Georg Mildenberger, que conta que, em 1868, seis pessoas procuraram o presidente da província para prestar serviço militar.

A desorganização no Rio de Janeiro pode ser medida através de carta de 10 de março de 1869, do Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em que o presidente da província era comunicado que deveria promover:

> "*a vinda dos parentes de Carlos Schumacher, que destinando-se à Colônia de Santa Leopoldina, seguiram por falta de transporte direto para Blumenau naquela Província. As despesas de sua peregrinação até ali lhes serão lançadas em débito para o respectivo pagamento nos prazos estabelecidos*".[31]

Além de terem sido embarcados para destino diferente, ainda tiveram que arcar com as despesas de transporte.

Outro caso desta natureza refere-se a Carlos Strey. O Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em carta de 02 de março de 1870, comunicava ao presidente da província do Espírito Santo a transferência de Carlos Strey, de Blumenau, província de Santa Catarina, para a colônia de Santa Leopoldina, pois havia sido embarcado erradamente para lá.[32]

3. PARTIDOS POLÍTICOS

No ano de 1869, Höhne, que chegara à colônia de Santa Leopoldina em agosto de 1867, escreve para seus parentes na Alemanha sobre os partidos políticos:

> "*Os dois partidos mais poderosos são o conservador e o liberal. Mas discussões partidárias por amor à pátria são raras. Os embates partidários são embates de pessoas, não de idéias. Não são nada mais do que caça a postos. Quando um partido vence, ele começa a despedir todos os funcionários que são do partido contrário, passando estes postos para correligionários. Com isto traz insegurança para o funcionário público em seu posto, ele procura aproveitar este tempo tão bem quanto pode, para produzir para o seu bolso. Além disso acontece que pessoas não qualificadas se tornam Presidente da Província, permitindo-se todo tipo de corrupção, impunemente. Que sob estas condições também o elemento alemão de vez em quando sofre, é de fácil compreensão*".[33]

É preciso tecer alguns comentários a respeito da formação partidária no Brasil. Com a independência do Brasil, em 1822, tornava-se necessário criar as bases para o funcionamento do Estado brasileiro. Era necessário criar leis, estabelecer o funcionamento da monarquia com seus ministérios e criar um exército sem influência dos portugueses. Formaram-se dois partidos: o "Partido Brasileiro" e o "Partido Português".

O Partido Brasileiro estava dividido em duas facções: a facção conservadora e a liberal. A facção conservadora empenhava-se por um Governo Central forte, com o imperador tendo amplos poderes, porém assessorado por um ministério. A facção liberal defendia uma monarquia, mas que fosse constitucional. Com isso permanecia a monarquia, mas eram restringidos os poderes do imperador. Esta facção também defendia a descentralização administrativa e a autonomia das províncias.

Finalmente, em 1824, foi outorgada a Constituição, que se caracterizou por uma rígida centralização do poder. Era um governo monárquico e hereditário; a religião oficial era o catolicismo; o Estado tinha poder sobre a Igreja; o voto era censitário e as eleições, indiretas. O voto censitário caracterizava-se pela comprovação de determinada renda mínima, que o eleitor, bem como o candidato a algum cargo eletivo, deveria apresentar.

Esta Constituição de 1824 previa quatro poderes:

- O poder Executivo, que era exercido pelo imperador e por ministros por ele designados;
- O poder Legislativo, que era exercido por deputados eleitos por quatro anos e senadores nomeados em caráter vitalício;

30 Em carta de 4 de outubro de 1869 — no anexo.

31 As cartas mencionadas são do acervo do APEES.

32 Ibid.

33 Em carta de 4 de outubro de 1869 — no anexo.

- O poder Judiciário, exercido pelo Supremo Tribunal de Justiça;
- O poder Moderador, que competia ao próprio imperador, assessorado por um Conselho de Estado. Os conselheiros eram escolhidos pelo imperador, dando a ele poderes irrestritos.

É compreensível que esta Constituição tenha desagradado praticamente todos os setores da sociedade brasileira. Como tentativa de ainda amainar o descontentamento geral, D. Pedro I nomeou um ministério mais liberal, denominado Ministério dos Brasileiros, que se recusou a reprimir manifestações populares que estavam pipocando por todo o território brasileiro. Descontente com este ministério, ele criou o Ministério dos Marqueses, integrado por pessoas ligadas ao Partido Português. Tudo isto contribuiu, entre outros fatores, para que em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicasse, deixando o trono brasileiro para seu filho, então com cinco anos de idade.

Terminava assim o que na História do Brasil chama-se Primeiro Reinado (de 1822 até 1831). Inicia, então, o período da Regência (1831 até 1840). Este, na verdade, foi o momento da aristocracia rural, isto é, os grandes latifundiários firmarem-se politicamente. Iniciou-se um processo de alterações na Constituição para proteger os grandes latifundiários que visava principalmente a descentralização do poder. Isto interessava às elites rurais, para estabelecerem em suas províncias a política que lhes servia.

A fase regencial foi muito agitada, em que o país, enquanto D. Pedro II preparava-se para assumir como imperador, era governado por regentes. Em termos partidários, predominavam três linhas. O Partido Brasileiro, que se subdividiu no Partido Moderado (também chamado de chimangos), que representava a aristocracia rural e eram partidários de uma monarquia moderada, e Partido Exaltado (também chamados de farroupilhas), que representava as camadas urbanas. O Partido Português passou a chamar-se de Partido Restaurador (também chamados de caramurus), favorável ao absolutismo do imperador.

Como mais um fator para fortalecer a aristocracia rural, foi criada em 1831 a Guarda Nacional, formada por pessoas de posse. O objetivo desta Guarda, que era um grupo paramilitar, era reprimir manifestações de outros partidos ou classes sociais. É daí que vem a denominação "coronel", do jargão militar, com que os senhores da aristocracia rural denominavam-se.

Outro fator que veio fortalecer a aristocracia foi a promulgação do Código de Processo Penal, em 1832. Ele previa aos municípios autonomia judiciária, o que significava a eleição dos juízes de paz pela população, mas quem votava eram os senhores de posses. Assim, possibilitou-se impunidade dos senhores rurais, os coronéis, além de possibilitar sangrentas disputas entre os grandes proprietários pelo controle político nos municípios.

Tanto os moderados como os exaltados almejavam uma reforma da Constituição de 1824. Assim, em 1834, foi promulgado um Ato Adicional que procurava contemplar os anseios das facções políticas. Foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, foi extinto o Conselho de Estado que assessorava o imperador e cujos integrantes ele mesmo escolhia, bem como foi concedida autonomia às províncias.

Organizaram-se nesta época dois partidos, que marcaram o Segundo Reinado: o Partido Liberal e o Partido Conservador. O Partido Liberal iniciou uma campanha para antecipar a maioridade de D. Pedro II. Em maio de 1840, era novamente suprimida a autonomia das províncias, garantindo-se assim a centralização do poder na Corte. Um ano após, era reformado o Código de Processo Penal. Assim, os juízes que eram eleitos nos municípios passaram a ser nomeados pela Corte. Dentro deste contexto, também se antecipou a maioridade do imperador. Em 14 de julho de 1840, com 15 anos de idade, Dom Pedro II assumiu o Império Brasileiro.

Com o Segundo Reinado, iniciava um período de Brasil pacificado. As rebeliões nas diversas províncias foram vencidas e os grandes proprietários rurais consolidaram-se, pois logo que assumiu, D. Pedro II compôs seu gabinete ministerial com adeptos do Partido Liberal. Mas este ministério tinha forte oposição no poder legislativo, ou seja, na Câmara, cujos representantes eram em sua maioria do Partido Conservador.

Por isso, a Câmara foi dissolvida e foram convocadas novas eleições no ano de 1840. Para garantir a vitória do Partido Liberal, o Governo Central lançou mão de todos os meios, desde violência física até irregularidades nas urnas eleitorais. Com a vitória dos liberais, passou-se ao que se chamou de "derrubadas". Os cargos que ainda restavam aos conservadores foram-lhes tirados. Desta forma, foram demitidos presidentes de províncias, juízes e funcionários públicos. Naturalmente, para as vagas abertas, foram nomeados simpatizantes do Partido Liberal.

Em 1841, D. Pedro II formou novo gabinete ministerial, desta vez composto por grande maioria conservadora. Este ministério denunciou as fraudes havidas nas eleições de 1840 e exigiu do imperador a dissolução da Câmara. Agora os liberais eram afastados dos seus postos que foram preenchidos por conservadores. A reação dos liberais traduziu-se em revoltas, pois os conservadores passaram a aprovar leis que tiravam autonomia das autoridades locais. Por exemplo, os juízes passaram a ser nomeados pelo poder central. Em termos administrativos, tudo passava pelo poder central.

Os liberais, principalmente nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, começaram a ensaiar oposição às novas leis. Surgiram então diversas revoltas em São Paulo e Minas Gerais, que foram rapidamente reprimidas pelo Governo Central.

Neste período, D. Pedro II passou a sofrer forte pressão da Inglaterra para acabar com o tráfico de escravos, contra isso se levantaram os conservadores. D. Pedro II dissolveu o gabinete ministerial e convidou novamente liberais, procurando assim melhorar as relações com a Inglaterra.

De volta ao poder, os liberais passaram a assumir as leis que antes combatiam. Perceberam que elas lhes eram importantes para manter a situação como estava, qual seja, a manutenção da escravatura e a alienação das massas populares do processo político.[34]

No ano de 1848, o Ministério Liberal estava tão desgastado que D. Pedro II apelou mais uma vez aos conservadores, criando assim um novo gabinete ministerial que se manteve até 1853. Este por sua vez foi substituído por um novo ministério que duraria até 1858, e passou a ser chamado de Ministério da Conciliação, formado por liberais e conservadores, o que possibilitou um período de trégua entre as duas facções políticas.

A partir de 1840, a economia cafeeira começou a equilibrar a crise econômica que assolava o império. Se no Primeiro Reinado e no período da Regência havia divisões entre a classe dominante e também tentativas de levante por parte de camadas populares, agora a aristocracia rural consolidava-se no poder. Isto facilitou a consolidação da monarquia, mas também dos escravistas, pois para tocar as fazendas de café fazia-se necessário ter mão de obra abundante.

34 Luis César Amad COSTA/MELLO, Leonel Itaussu A. História do Brasil, p. 148 ss.

Com a pressão internacional contra a escravatura, iniciou-se o processo de incentivo à imigração europeia para os grandes polos cafeeiros em São Paulo. Inaugurava-se o sistema de parceria, que logo foi abolido, pois havia fortes resistências por parte dos governos dos países de onde vinham os imigrantes. Passou-se a pagar por alqueire trabalhado ou remuneração fixa mensal. Surgia assim o trabalho assalariado no Brasil.

A aristocracia cafeeira não apenas produzia o café e organizava a direção das fazendas, como também comprava a produção excedente de outros produtores menores. Com isso exercia funções financeiras, ora fazendo empréstimos a fazendeiros em dificuldades, ora custeando a compra de equipamentos para o beneficiamento do café. Os proprietários ligados ao café de uma ou de outra forma comandavam toda a economia. Os barões do café do oeste paulista introduziram melhoramentos técnicos e foram gradativamente substituindo o trabalhador escravo pelo trabalhador assalariado.

Começaram a surgir indústrias, pois os capitais até então destinados ao comércio de escravos passaram a ser empregados, além de nas lavouras de café, também em outros empreendimentos. Entre 1830 e 1860, surgem no Brasil cerca de 70 fábricas. Foram abertos bancos, estradas de ferro, companhias de navegação, empreendimentos nos quais se destacou o Barão de Mauá.[35]

A conciliação partidária, que iniciara em 1853, teve como consequência uma forte centralização do poder. Em 1858, formou-se um gabinete ministerial exclusivamente conservador, que anulou muitas medidas mais progressistas surgidas quando ambas as facções o integravam. Houve reações e, assim, em 1862, ressurgia a ideia da conciliação como solução dos impasses havidos. Criou-se a Liga Progressista, que era integrada por liberais e conservadores.

Também esta Liga Progressista não conseguiu fazer frente aos desafios que se colocavam ao país, principalmente maior liberdade política, bem como o saneamento dos problemas financeiros decorrentes da Guerra do Paraguai que sangrou as economias brasileiras. Dom Pedro II dissolveu o gabinete conciliador. Isto provocou uma forte reação dos liberais mais combativos que fundaram o Partido Liberal Radical.

Foi a criação do Partido Liberal Radical que deu origem, no ano de 1870, ao Partido Republicano. O programa deste reivindicava a descentralização

35 Luis César Amad COSTA/MELLO, Leonel Itaussu A. História do Brasil, p. 160.

política, reformas eleitorais, o término do Poder Moderador, a abolição da escravatura e o fim da Guarda Nacional.[36]

Com a libertação dos escravos, foram beneficiados os setores da economia que não dependiam da mão de obra escrava. Com a abolição da escravatura eram derrubadas as barreiras que impediam a expansão do trabalho assalariado e da imigração. Apenas setores cafeeiros do vale do Paraíba e usineiros do nordeste sentiram a abolição como um forte baque. Eram também estas duas forças que davam sustentação política ao império. Assim, aumentou-se a influência política daqueles setores favoráveis à República.

Enquanto o Segundo Reinado naufragava, o Partido Republicano dividiu-se em duas facções: uma era favorável à implantação da República através de uma revolução popular, eram os revolucionários. A outra, chamada evolucionista, pretendia tomar o poder por meio de eleições.

Finalmente, na madrugada de 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca assumiu o comando das forças que se organizaram contra a monarquia. Estas diversas forças sociais eram compostas por fazendeiros de café, camadas urbanas e exército. Proclamou-se então a República.

Em 1891, era promulgada a segunda Constituição brasileira. O Brasil tornava-se uma federação com ampla autonomia econômica e administrativa dos estados. Cada estado podia elaborar sua própria Constituição e eleger seus governadores. O voto era aberto, o que o tornava manipulável pelos grandes proprietários rurais. Mendigos, analfabetos, religiosos e mulheres não podiam votar.

Na província do Espírito Santo, verificou-se, em linhas gerais, o que se observou em todo o império. Também aqui foram fundados os Partidos Liberal e Conservador, que foram se revezando, como constatou Höhne, na condução da província até a proclamação da República.

Apenas a luta republicana demorou a deslanchar no Espírito Santo. Foi a região sul da província a pioneira na criação de núcleos solidários à ideia da criação de uma República. Na região central, de forte influência migratória europeia, não se constataram manifestações. Pelo contrário, a República era algo totalmente estranho aos imigrantes. Os imigrantes alemães, cuja maioria

36 Luis César Amad COSTA/MELLO, Leonel Itaussu A. História do Brasil, p. 163.

veio das regiões da Prússia, ainda rejubilavam com a unificação da Alemã e a coroação de Guilherme I como imperador, em 1871.

4. COMÉRCIO

O comércio era realizado através das casas comerciais, conhecidas como "vendas", onde o agricultor comercializava como principal produto o seu café. Geralmente as "vendas" eram construídas à beira de estradas mais movimentadas, em encruzilhadas ou perto de igrejas. Elas caracterizavam-se por uma construção alongada, com quatro ou mais portas de entrada. Eram comuns construções entre 10 e 20 metros de comprimento, por 5 a 8 metros de largura. "Vendas" maiores geralmente eram de dois andares, no andar térreo, situava-se a venda, e no andar superior, a moradia do vendeiro, chamado de *Wendist*.



Acervo Humberto Boldt

Venda Boldt

Todas as portas davam para um balcão de madeira comprido, que se estendia de uma ponta a outra da construção. Sobre o balcão colocavam-se os produtos a serem vendidos. Em algumas vendas esses balcões também serviam para expor alguns produtos atrás de vidro. Na frente do balcão eram expostos alguns produtos como rolos de fumo e sacos com cereais. Eventualmente, havia também alguns bancos, onde os fregueses podiam sentar. Atrás do balcão havia prateleiras com tecidos e todos os produtos de necessidade para a vida no interior. Naturalmente, também havia uma parte do balcão reservada para a venda de bebidas. A aguardente era vendida em doses, o que sempre atraía muitos fregueses. Panelas e utensílios domésticos eram pendurados no teto, dando-lhe aspecto de abundância. Produtos mais "finos", como se dizia, tinham o seu lugar num armário mais próximo ao balcão, mas com proteção de vidro. Ali se podia encontrar produtos de beleza, como pó de arroz, talcos, espelhos, sabonetes, brilhantina para cabelos (como a famosa "Glostora"), copos, pratos e xícaras de porcelana, etc. Sobre o balcão, geralmente havia uma armação de ferro que sustentava vidros que continham balas e outras guloseimas, como maria mole.

Era também a venda que abastecia o agricultor com aquilo que não produzia sozinho, e, em regra, os "negócios" assumiam aspecto de troca em espécie. O vendeiro fornecia os produtos que os colonos necessitavam, mas poucas vezes recebia pagamento em dinheiro pelo produto.

Assim, a relação com o vendeiro tinha suas particularidades. Havia uma caderneta de conta corrente, na qual se registravam todas as "vendas" e todas as "compras" realizadas pelo colono. Criava-se com este sistema um tipo de dependência entre colono e vendeiro, pois as compras feitas durante o ano eram deduzidas pela venda do café na época da colheita. Quando a colheita do café não era boa, o colono não tinha como saldar o débito que tinha junto ao vendeiro. A consequência era um endividamento que por vezes se arrastava durante anos.

Com este sistema, o colono tornava-se compulsoriamente freguês permanente do vendeiro. Caso a caderneta de conta corrente apresentasse "crédito" em favor do colono, o dinheiro ficava com o vendeiro, a título de segurança. Mas não rendia juros, com exceção de poucos casos. Desta forma, o vendeiro tornava-se uma espécie de "banqueiro" que não pagava juros, mas "cuidava" ou "administrava" o dinheiro dos colonos. Por outro lado, as dívidas contraídas pelos colonos durante o ano, com alimentação e outros produtos, sofriam correção monetária, calculada pelo vendeiro.

Este sistema, consequentemente, deu aos vendeiros um grande poder de influenciar politicamente os seus fregueses. Administrando o dinheiro dos colonos, detinham forte poder de exigir certas posturas tanto no nível político como obedecendo aos seus interesses. Dos vendeiros era exigido um índice de escolaridade e conhecimentos gerais melhores, pois tinham que cultivar contato com atacadistas de centros maiores. Assim, o acesso às informações era-lhes mais fácil e constante. Isto fazia com que vendeiros tivessem forte influência sobre os colonos na maneira de ver e entender a realidade, sobretudo a política.

A estrutura social que se estabeleceu nas regiões de imigração foi de uma estrutura mista, onde conviviam proprietários maiores com pequenos proprietários e meeiros. Isto tanto no âmbito da produtividade como no âmbito comercial. Mas os comerciantes, dentro do sistema já descrito, praticavam quase sempre, consciente ou inconscientemente, um sistema espoliativo. O mesmo também se observava na relação entre proprietários maiores que trabalhavam com mão de obra meeira.

A espoliação era diabólica, pois os imigrantes receberam terras totalmente desprovidas de infraestrutura. A grande maioria era de origem camponesa e, por conseguinte, muitas pessoas eram analfabetas ou semianalfabetas, o que lhes dificultava fazer uma leitura criteriosa do que realmente estava acontecendo. Também os Governos Imperial e Provincial, em muitos momentos, abandonaram os imigrantes, submetendo-os à própria sorte, sobretudo nas mãos de comerciantes, dos quais dependiam para suprir a casa com aquilo que não se plantava na roça.

Nessa situação, apresentavam-se dificuldades de toda ordem. Desde falta de comunicação com estradas; desconhecimento de métodos de produção, o que obrigou os colonos a aprender por si como lidar com a agricultura que lhes era totalmente estranha; métodos inadequados na produção do café, que era o produto que mais benefícios financeiros trazia; falta de condições para bem-estar social, como saúde, escolas e habitação.

Neste sistema, muitos vendeiros e proprietários que trabalhavam com mão de obra meeira criavam um tipo de relação de dependência e subordinação. A subordinação passava pela exigência de que o meeiro tivesse preferen-

cialmente filhos homens, pois isto significava muitos braços laboriosos, até a indicação da "venda" na qual o meeiro deveria comercializar seu café e fazer as suas compras. Enfim, em muitas situações, para conseguir crédito ou vender o seu produto, o agricultor meeiro dependia dos vendeiros ou do aval do proprietário da terra, onde trabalhava à meia. Para ter onde morar e sobreviver, o meeiro era obrigado a assumir subordinação diante do patrão; não se fazia contratos por escrito. A consequência era que tal forma de relação social fazia dos colonos, dentro da dependência do vendeiro ou do grande proprietário, massa de manobra.

Era o vendeiro que trazia as últimas notícias, dando-lhes a versão que lhe interessava. Era também ele que representava no interior os interesses políticos da classe dominante. Aos colonos, sobrava aceitar e assimilar o que interessava a esta classe, representada pelo comerciante. Os vendeiros maiores, pela mobilidade que tinham, pois possuíam meios de transporte próprio, exerciam uma ação política muito forte sobre a população do lugar, também em relação a vendeiros menores. Neste sistema, o vendeiro menor tornava-se dependente de comerciantes mais fortes, que representavam os interesses mercantis e políticos. No caso do café, tornava-se dependente dos interesses dos exportadores e grandes senhores de terra, que por sua vez manipulavam as ações políticas na província e, posteriormente, com a vinda da República, as ações políticas no estado do Espírito Santo.

Percebe-se, assim, que o vendeiro era, na verdade, com a sua venda ou casa de comércio, um braço estendido dos interesses da oligarquia capixaba. Wagemann escreve: "*o dono da venda faz também as vezes de taverneiro; a venda costuma ser o centro social de toda vizinhança. É também usada como estalagem*".[37]

Não havia local melhor do que a venda, que também oferecia uma boa cachaça, para formar opinião dos colonos. No balcão da bebida, sempre havia ouvintes e momentos de o vendeiro repassar as ideias dos interesses que ali representava. Adiante, Wagemann escreve: "*o vendeiro é a pessoa com quem o colono se aconselha, quando está em dificuldades e apuros. Conforme o caso, tem de desempenhar o papel de intérprete, de conselheiro jurídico e econômico, ou de médico*".[38]

37 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 66.

38 Ibid., p. 66.

Naturalmente, esta dependência do colono era importante para o vendeiro, pois nos momentos de fragilidade o ser humano torna-se suscetível a aceitar conceitos e ideias. Tinha assim o vendeiro todo instrumental para literalmente "fazer a cabeça" dos colonos. Wagemann conclui sua observação, que não necessita de comentários:

> *"As decisões da comunidade dependem do que se assentou previamente na venda e, muitas vezes, o vendeiro exerce, então, influência decisiva. É freqüente valer sua palavra mais que a do pastor, que nas comunidades, corporifica a autoridade mais alta. Às vezes, a paz da comunidade se perturba por haver rivalidade entre os dois".*[39]

Na verdade, o vendeiro e o grande proprietário faziam parte de uma cadeia, que tinha a incumbência de formar opinião nas colônias. De incutir nas colônias valores políticos que interessavam aos grandes produtores, comerciantes e exportadores capixabas que estavam na ponta desta corrente.

Bem no interior, as vendas eram pequenas, muitas vezes nem empregados tinham. Todo o negócio era gerido pela própria família. Nas estantes só se encontravam as mercadorias básicas: trigo, sal, açúcar, querosene, fumo, ferramentas para a lavoura e alguns tecidos. Mas também havia os grandes vendeiros, que trabalhavam em suas vendas com vários "caixeiros", como eram denominados os empregados que atendiam no balcão.

Os vendeiros da colônia de Santa Leopoldina, e também em parte de Santa Isabel, negociavam os seus produtos em Santa Leopoldina, que durante certo tempo foi um dos maiores centros comerciais do Espírito Santo. Lá se destacavam as casas comerciais J. Reisen & Cia., Vervloet Irmãos & Cia. e C. Müller.

Também era conhecido o que se chamava de comércio ambulante, praticado pelos assim chamados "caixeiros viajantes", "mascates" ou "mineiros". A designação "mineiros" vem da época em que fazendeiros e negociantes de cavalos de Minas Gerais percorriam as colônias, vendendo animais, selas e arreios. Com o passar do tempo, começaram também a oferecer outras mercadorias. Entre os homens — quase todos fumavam desde jovens cigarro de palha ou cachimbo —, o fumo vindo de Minas Gerais era muito apreciado.

39 Ernst WAGEMANN, A colonização Alemã no Espírito Santo, p. 67.

5. LEGALIZAÇÃO DE TERRAS

Tanto as colônias de Santa Isabel e Rio Novo como a de Santa Leopoldina eram regiões de pequena produção familiar. A colônia de Rio Novo distinguia-se por possuir terras melhores.

O tamanho padrão dos lotes designados aos imigrantes variava. Nos primeiros anos da imigração, em torno de 50 hectares. A partir de 1858, os lotes na colônia de Santa Leopoldina tinham o tamanho padrão de 30,25 hectares. Nara Saleto apresenta 247 processos de amostragem de propriedades legitimadas dos anos de 1888 a 1890. A amostragem denuncia um fenômeno que aponta para irregularidades: [40]

Classes de área	Número de propriedades	% total	% de área ocupada
Menos de 10	1	0,5	0,1
de 10 a 20	4	1,7	0,6
de 20 a 30	7	0,3	1,7
de 30 a 40	155	65,7	46,2
de 40 a 50	5	2,2	2,3
de 50 a 60	57	24,2	34,3
de 100 a 200	3	1,3	4,4
de 200 a 500	3	1,3	10,4
s/informação	11		
	247		

Se o tamanho do lote era de 30,25 hectares, por que há nesta tabela uma propriedade com menos de 10 hectares e 11 propriedades com menos de 30,24 hectares? Por que há 57 propriedades com 50 a 60 hectares? Houve casos em que os agrimensores não mediram corretamente as áreas. Em outros casos, imigrantes com "boas relações" com a direção das colônias receberam mais terras ou lotes inteiros.[41]

Com a disparidade dos tamanhos dos lotes destinados aos imigrantes, já cedo iniciou-se o processo do que se chamava de "meiagem". Famílias que receberam menos terra do que o previsto ou receberam terras muito íngremes eram obrigadas a trabalhar "à meia" com outros colonos, para poderem sobreviver. Surgiu, assim, a classe dos meeiros.

40 Nara SALETTO, Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado e Trabalho do Espírito Santo (1888–1930), p. 69.

41 Ernst STRUCK e Ernst WAGEMANN apontam para o mesmo problema.

Havia também aqueles imigrantes que traziam junto à sua família pessoas não pertencentes a ela. Isto se deve a dois fatos: em alguns casos, pessoas solteiras juntavam-se a famílias conhecidas e emigravam com elas. No caso da Pomerânia, alguns empregados, que os diaristas tinham que manter por força de contrato com os latifúndios, simplesmente acompanharam as famílias com as quais trabalhavam para a província do Espírito Santo.

Como os processos de legitimação de Santa Leopoldina datam de 1888 a 1899, percebe-se na tabela um crescimento do tamanho das propriedades. Na colônia de Santa Isabel, os lotes constituíam-se já desde o princípio de 50 hectares. Mais tarde os lotes foram reduzidos à metade, permanecendo no período da República em 25 hectares. É por isso que se designava, até pouco tempo atrás, uma superfície de 25 hectares de "uma colônia".

Algumas famílias conseguiam apossar-se de diversas "colônias". A média, porém, era de duas a três colônias, ou seja, de 50 a 75 hectares. A conclusão é que: "*muitos dos lotes legitimados seriam a segunda propriedade dos legitimantes e, em outros casos, os proprietários teriam conseguido expandir suas terras posteriormente*".[42]

A legalização das terras na colônia de Santa Leopoldina indica que o processo transcorreu de forma normal e legal, através dos lotes que haviam sido designados aos imigrantes. A quase totalidade dos imigrantes pagou a dívida integral assumida com o Governo, mesmo que isto tenha demorado anos e anos. Como exemplo, cita-se o imigrante Guilherme Raasch I[43], que imigrou no ano de 1859 e só conseguiu saldar as suas dívidas no ano de 1881. Levou, portanto, 22 anos para quitar suas terras junto ao governo. Esta quitação possibilitou a legalização de suas terras.

Enquanto os colonos não saldassem as dívidas contraídas junto ao governo, não eram habilitados a legalizarem suas terras. Houve também casos em que os colonos desistiam de lotes. O mesmo Guilherme Raasch I foi um deles.

42 Nara SALETTO, Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado e Trabalho do Espírito Santo (1888–1930), p. 71.

43 O "I" romano significa, que havia também um outro Guilherme Raasch. Para diferenciá-los, colocavam-se algarismos romanos.

Recebeu, em 1859, os lotes de nº 71 e 97. Abandonou no mesmo ano o lote de nº 71, "*por ser de pedra*", conforme livro de controle ou prontuário.

Era rara a venda de lotes. Mas quando acontecia,

> "*o motivo predominante da transação, para os que vendem, é a morte; o comprador, em regra, é um camponês abastado, que pretende estabelecer o filho já crescido num sítio organizado. [...] Pode-se, com aproximação, apreçar um sítio normal, de 25 ha, com todas as instalações (casa, monjolo, etc...) em 8.000 réis*".[44]

Para ficar no exemplo do colono Guilherme Raasch I, ele teve cedido dois lotes em julho de 1881, pelo Sr. Jakob Seibel, no valor de 75.000 Réis.

Vale ressaltar que nas regiões mais distantes de Santa Leopoldina, imigrantes, mesmo com as dívidas saldadas, não registraram suas propriedades. Motivo para tal foram a distância até a sede da colônia, onde se situavam as repartições para a legalização, a falta de informação e orientação, a falta de recursos financeiros e dificuldades da língua para comunicação nos cartórios. Isto levou a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil a criar, nos anos 1970, uma equipe de trabalho que orientou e ajudou na legalização dessas terras, que pelas autoridades eram vistas como devolutas. A motivação para a criação deste grupo de trabalho foi um processo no município de Santa Teresa, onde alguém descobriu uma "terra devoluta" e quis se apossar dela, apesar de ser cultivada desde a imigração por uma família de descendência alemã.

6. TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

a. As canoas

Relevante para a província do Espírito Santo foi o porto de Cachoeiro/Santa Leopoldina. Através dele, escoava-se o café do interior para Vitória e de lá se traziam produtos para o interior. A navegação era feita por canoeiros. As canoas eram feitas de madeira, principalmente de peroba e amarelo.

44 Nara SALETTO, Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado e Trabalho do Espírito Santo (1888–1930), p. 72.

Geralmente eram construídas para carregar 90 sacas. Embarcações assim mediam 16 metros de comprimento por um metro de fundo. A largura podia variar, pois dependia do diâmetro da peroba usada, quando era feita de uma só tora. Outras eram construídas de várias peças justapostas e calafetadas, para impedir a infiltração de água. Podiam chegar a 1,70 metros de largura. Na popa, as embarcações eram um pouco mais estreitas. Cada canoa tinha um estrado no fundo, para proteger a carga contra infiltração de água. O outro estrado era sobreposto à carga. Servia assim de piso aos canoeiros, quando subiam o Rio Santa Maria à força de varas. Rio abaixo, geralmente as canoas eram impulsionadas a remo. Quando chovia, a carga era coberta com um encerado.[45]

Na popa, havia uma banqueta onde se assentava o mestre. Era dele a responsabilidade de conduzir a canoa. Entre esta banqueta e a extremidade do estrado que era sobreposto à carga, podiam viajar até dez passageiros. Esta área era coberta com um toldo. Passageiros com menos posses viajavam diretamente sobre a carga.[46]

Cada canoa tinha duas forquilhas de cada lado das bordas onde eram apoiados os remos. Em geral, as canoas tinham lugar onde esticar a vela, mas esta só era usada já entre a foz do Rio Santa Maria e o porto em Vitória, com ventos favoráveis. A volta para Santa Leopoldina era sempre com vara. Só o mestre ficava no leme. Para dar impulso à canoa, os canoeiros colocavam-se bem à proa e de frente para ela. Nesta posição, fincavam as varas no fundo do rio, simultaneamente. Giravam então o corpo, voltando as costas para a proa. A extremidade da vara era firmada contra o peito, logo abaixo do ombro. Apoiava-se então o peso do corpo sobre a vara e caminhava-se sobre o estrado, impulsionando a canoa com os pés. Quando chegavam perto da popa, arrancavam as varas do fundo do rio, retornavam para a proa e todo o processo se reiniciava. O apoio da vara ao tórax fazia com que se formassem calos no peito.[47]

45 João Ribas da COSTA, Canoeiros do Rio Santa Maria, p. 24.

46 Ibid., p. 24.

47 Ibid., p. 58 ss.



A canoa "S. Catharina" no Rio Santa Maria. Foto de Wilhelm F. Meyer feita em 29 de abril de 1910, no lugar do "rango", onde os canoeiros e passageiros faziam suas refeições

Cabia ao mestre levar uma caixa, onde guardava seus pertences, correspondências e os valores em dinheiro que o patrão lhe confiava, pois tinha que comprar mercadorias em Vitória, bem como receber pelo que transportava.

Além desta caixa, cada canoa tinha um "buzo" e um "caldeirão". O buzo era um chifre de boi, pelo qual o canoeiro soprava, provocando uma espécie de mugido. Por este, cada canoa se fazia conhecida, o timbre do mugido variava de um buzo para outro. De importância era também o caldeirão de ferro, no qual se preparavam as refeições dos canoeiros. Durante o percurso, a canoa atracava em lugares predeterminados, e ali o caldeirão era montado e se preparava a comida.[48]

O tráfego de canoas era intenso, pois toda a produção do café do interior, abrangendo Santa Teresa, Itarana, Itaguaçu, Afonso Cláudio e região de Baixo Guandu era levada até Santa Leopoldina em tropas. Escreve Ribas da Costa:

> *"Para que se tenha uma idéia do tremendo esforço dos canoeiros, basta dizer que, mesmo depois de implantado o tráfego rodoviário, já construída a Ponte Florentino Ávidos, chegaram eles a transportar 110.000 sacas de café numa mesma safra, para uma só firma exportadora de Santa*

48 João Ribas da COSTA, Canoeiros do Rio Santa Maria, p. 27.

> *Leopoldina. Só essa tarefa correspondia ao tráfego de 30 canoas, viajando ininterruptamente, durante quatro meses, e como vimos, não incluía o escoamento da exportação das demais firmas".*[49]

Como este tipo de navegação com força humana era limitado e demorado, procurou-se encaminhar a navegação a vapor através da Companhia Cearense de Navegação. Depois de muitos contratempos, finalmente foi inaugurada a linha que ligava Vitória a Santa Leopoldina.

O contrato com a Companhia Cearense de Navegação previa também a navegação entre Vila Velha, Itaquari e Cariacica. Toda esta proposta vigorou por pouco tempo, pois o Rio Santa Maria não era propício à navegação a vapor. Finalmente, voltou-se à velha prática de navegação com grandes canoas que eram tocadas a remo e vara, dependendo dos trechos. Este tipo de transporte perdurou até por volta de 1940.

O contrato com a Companhia Cearense de Navegação baseava-se também no eventual sucesso da instalação de um engenho central de beneficiamento de café em Santa Leopoldina, sonhado em 1882, como antiga reivindicação de agricultores. Apostava-se que a produtividade deste engenho de beneficiamento daria suporte de cargas necessárias para a manutenção à Companhia de Navegação. Sabe-se que no ano de 1878 foram feitas algumas viagens com barco a vapor entre Vitória e Santa Leopoldina.[50]

Sem condições de beneficiar o café de forma correta em Santa Leopoldina, todo o processo era feito nas propriedades ou junto a vendeiros que eram proprietários de monjolos. Isto gerava café de segunda qualidade, não conseguindo competir com café de outras regiões cafeeiras.

b. As tropas de burro

Com os péssimos caminhos no interior, impôs-se a utilização de tropas de burro para fazer o transporte do café na medida em que crescia a sua produção. As tropas foram usadas desde o século XIX, para escoar a produção até os portos fluviais, como Benevente, Itapemirim, Santa Leopoldina e Viana. Dos portos fluviais, transportavam para o interior toda sorte de mercadorias, como açúcar, sal, querosene, bebidas, peixe salgado, utensílios caseiros,

49 João Ribas da COSTA, Canoeiros do Rio Santa Maria, p. 28.
50 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 88 ss.

tecidos, calçados e ferramentas. Ainda até os anos 1940, elas eram usadas no transporte de mercadorias, quando foram finalmente substituídas pelos caminhões de carga.

A tropa constituía-se de dez animais de carga e, às vezes, de mais um animal para transportar os utensílios de cozinha, alimentos, agasalhos, enfim, tudo aquilo que os tropeiros necessitavam quando as viagens eram mais longas. Havia ainda uma égua miúda, chamada de madrinha da tropa. A sua função era, com um peitoral com cincerros, contendo inúmeros sinos, manter a tropa reunida nas paradas, ou também reunir os animais soltos no pasto, pois estes sempre acompanhavam a madrinha.[51]

Cada tropa tinha um chefe, chamado arrieiro, que podia ser o dono da tropa, ou apenas empregado. Este viajava montado. Depois vinha o tropeiro propriamente dito, muitas vezes acompanhado de um menino. Este era o que tocava a tropa, e viajava sistematicamente a pé. Tropas que venciam distâncias maiores costumavam ter um cozinheiro, que por vezes se adiantava para alcançar os pontos de pouso mais cedo e preparar a comida. Com raras exceções, estes três auxiliares eram de origem negra.[52]



Acervo Hugo Wernicke (1895–1898)

Tropas em Santa Leopoldina

51 Ormando MORAES, Por Serras e Vales do Espírito Santo, p. 27.

52 Ibid., p. 28.

Cada animal tinha uma posição na tropa. Havia o guia, geralmente enfeitado com metal branco, o contraguia, o centro, composto de seis animais, o contracoice e o coice. Arrieiros e tropeiros tinham um capricho todo especial com a aparência de seus animais. Isto criava entre homem e animais uma afetividade que os fazia obedecer disciplinadamente às ordens dos arrieiros e tropeiros.[53]

As tropas de burro venciam longas jornadas, com picadas e caminhos mal abertos. Em época de chuvas, os atoleiros faziam parte do dia a dia. Quando não chovia, era a poeira. Enfrentavam frio, vento, calor e chuva. Para que os animais pudessem andar com mais tranquilidade, os tropeiros ajudavam a conservar as trilhas, principalmente em trechos com acentuado declive ou perto de precipícios.

A Sra. Cesina Breda Krause, na época das tropas, ainda moradora na descida da Serra do Limoeiro, lembrava, em 1986, do rancho na propriedade de seu pai, onde as tropas vindas da região de Aimorés faziam pouso. Contou que entre Aimorés e Santa Leopoldina havia dois trechos que eram temidos pelos tropeiros, pois os animais eram imprensados entre barrancos e vales muito profundos. Não raramente, animais despencavam pelo precipício. Lembrava-se também do cuidado que os tropeiros dispensavam aos animais, cuidando dos cascos, sempre quando havia uma parada mais longa.

Cada animal carregava 120 quilos, e percorria-se de 20 a 25 quilômetros por dia, conforme as condições da estrada. Ao chegar aos pontos de pouso, após descarregado, a primeira coisa que o burro fazia era deitar-se no chão e sacudir-se. Depois ia comer, beber água e banhar-se, entrando em córregos ou rios.[54]

Além de conduzir as tropas, os tropeiros também executavam várias outras funções de interesse da população. Levavam e traziam encomendas, correspondência, traziam remédios, traziam e levavam notícias. Enfim, atendiam a toda sorte de encomendas. Por isso, a passagem dos tropeiros ou a chegada nos pontos de parada costumava ser uma festa para os moradores. Era o momento de saber das novidades da cidade.

53 Ormando MORAES, Por Serras e Vales do Espírito Santo, p. 30 ss.

54 Ibid., p. 35.

c. A estrada de ferro

Enquanto entre Santa Leopoldina e Vitória o transporte era facilitado através da navegação, as fazendas do sul passavam por dificuldades para transportar os seus produtos até a capital. Só no ano de 1892 iniciou um estudo para a construção de uma linha férrea entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Em 1894, tinha sido estabelecido o projeto, cuja linha partia de Vila Velha, seguindo por Viana, Araguaia, Matilde até Cachoeiro de Itapemirim.

Em abril de 1895, foi inaugurado o primeiro trecho, que ligava Vitória a Viana. No final do século XIX ainda não se tinha atingido a localidade então chamada de Germânia, hoje Domingos Martins. A estação de Marechal Floriano foi inaugurada em 13 de maio de 1900. Com a construção deste trecho também estava dada a possibilidade de escoar com mais facilidade a produção da colônia de Santa Isabel.[55]

Em 1904, era inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que uniu a capital ao norte do estado e, finalmente, a Minas Gerais. Com a construção desta estrada, toda a região do vale do Rio Guandu e Santa Joana tinham como escoar os seus produtos via Baixo Guandu, Itapina e Colatina. As tropas, tão importantes até então, que atravessavam a Serra do Limoeiro para chegarem em Santa Leopoldina puderam ser agora empregadas para levar os produtos até as estações ferroviárias. Estações importantes foram Baixo Guandu, Itapina e Colatina, que encurtavam tempo e custos.

d. As rodovias

Como a navegação no Rio Santa Maria era precária e demorada, tentou-se já em fins de 1870 construir uma rodovia que ligaria Vitória a Santa Leopoldina. O Ministério da Agricultura havia colocado 30:000$000 à disposição da obra. Diante deste montante, os habitantes dispuseram-se a contribuir, franqueando suas terras para o traçado da rodovia. Também se dispuseram a doar toda a madeira necessária para a construção de pontes.

Foram construídos apenas alguns quilômetros, quando o Ministério da Agricultura resolveu não mais investir recursos financeiros. A argumentação foi de que a nova rodovia de qualquer forma iria acompanhar o curso do Rio Santa Maria. Se este era navegável, por que então construir uma rodovia?

55 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 97 ss.

Além do mais, esta rodovia também não traria benefícios para os projetos da linha férrea, ligando ao norte de Minas Gerais.

Os índices baixos na cotação do café fizeram com que o governo estadual pouco investisse no interior. Mesmo com uma sensível alta do café no final do século XIX, a elite política capixaba decidiu sanar apenas as dificuldades encontradas nas cidades, principalmente na capital. Investiu-se pesadamente na infraestrutura de Vitória, em detrimento do interior do estado.

Com todas as dificuldades nas colônias, a produção cafeeira fez com que diversos governantes tivessem que se empenhar em favor de abertura de estradas e construção de diversas pontes. Foi construída a estrada entre Santa Leopoldina e Santa Teresa, que logo passou a ser trafegada por caminhões. Aparentemente, antes de circularem pelas ruas da capital, caminhões passaram a trafegar pelas estradas do interior. Pessoas antigas ainda lembravam dos caminhões da marca Saurer e Mullag, que faziam o trajeto entre Santa Leopoldina e Santa Teresa. Em 1991, o Sr. Franz Dettmann ainda relatava que os caminhões da marca Saurer eram importados da Áustria. Posteriormente, foram importados caminhões Chevrolet, Ford, Fargo, De Soto, Studebaker e GMC.



Acervo Helmar Rölke

Primeiros caminhões, quase sempre adquiridos pelos "vendistas"


Acervo Helmar Rölke

Primeiros caminhões, quase sempre adquiridos por "vendistas"

Durante o governo de Florentino Avidos (1924–1928), foi aberta a estrada de Cariacica a Santa Leopoldina, de Santa Teresa a Colatina, via São João de Petrópolis. Foi também no período de Florentino Avidos que foi construída a ponte de ferro que ligava a ilha de Vitória ao continente — esta hoje chama-se Ponte Florentino Avidos. Com a construção da ponte sobre o Rio Santa Maria em Santa Leopoldina, estava feita a interligação até Colatina.

Entre Santa Teresa e Santa Leopoldina circulava um ônibus, sugestivamente chamado de "Alpino", pois tinha que subir e descer serras. Provavelmente foi o primeiro ônibus que circulou pela região central do Espírito Santo. Era um caminhão adaptado para o transporte de passageiros. Estes primeiros veículos tinham o volante do lado direito e geralmente tinham faróis que funcionavam a acetileno. As rodas eram de borracha maciça, sem câmara de ar e eram acionadas mediante corrente.[56]

Nesta época, Santa Leopoldina era servida de cinco estradas que faziam ligação com Santa Isabel; Ribeirão dos Pardos, que fazia ligação com Luxemburgo; a estrada que margeava o Rio Santa Maria, subindo a serra até a região de Rio Bonito; e, finalmente, a estrada que levava a Timbui. A estrada de Timbui possibilitava acesso a Limoeiro, Baixo Guandu e Minas Gerais. Com ligação a Baixo Guandu, o próprio vale do Rio Doce tinha ligação com Santa Leopoldina.[57]

e. O Correio

A partir do ano de 1832, foi organizada a Administração Geral dos Correios na província do Espírito Santo. A Guerra do Paraguai exigia comunicação rápida entre os campos de batalha e a Corte no Rio de Janeiro. O Governo Imperial investiu, então, nesta comunicação. Isto fez com que o serviço telegráfico em Vitória só fosse inaugurado em 19 de fevereiro de 1874. A estação de Vitória era ligada com Itapemirim, Campos e Rio de Janeiro.

No ano de 1861, a província do Espírito Santo possuía dez agências de correio, além da agência central de Vitória. As malas postais para outras províncias eram transportadas em navios. O fluxo de correio no interior da província era organizado através de estafetas e havia até um correio a cavalo, que ligava Vitória ao Rio Doce. Já se viu o valor que também as tropas tinham na comunicação entre as vilas e colônias. Isto fez com que, de uma ou outra forma, os imigrantes tivessem possibilidade de se comunicar, mesmo parcamente, com a Europa e dentro da província. Quando Santa Leopoldina floresceu comercialmente, havia mala direta entre Santa Leopoldina e a Europa.

Para a comunicação com a Alemanha, o correio tornou-se importante. Infelizmente existem poucos documentos disponíveis, pois a maioria das cartas acompanhou os envolvidos para a sepultura. Principalmente entre os pomeranos, entre os quais era costume colocar no caixão objetos e documentos que eram importantes para os falecidos.

56 João Ribas da COSTA, Canoeiros do Rio Santa Maria, p. 34 s.

57 Gabriel BITTENCOURT, Café e Modernização "O Espírito Santo no século XIX", p. 79 ss.

Desta forma, menciona-se aqui apenas uma carta que fez um caminho interessante entre a América do Norte, Europa e América do Sul. Com data de 12 de janeiro de 1889, Wilhelmine Beilke, uma imigrante pomerana nos Estados Unidos da América, escreveu para a Pomerânia. Ela escreveu sobre um folheto de propaganda da fábrica de implementos agrícolas *McCormick*. Este mesmo folheto foi reaproveitado na Pomerânia por alguém que assina como Hermann. Hermann dirigiu a sua carta para a província do Espírito Santo. Hoje ela encontra-se nas mãos de Laudinéia Graunke.[58] O conteúdo da carta dos Estados Unidos para a Pomerânia:

> *"Auburn, 12 de janeiro de 1889*
>
> *Querida irmã e cunhado. Eu pego a pena para escrever-lhes que todos estamos bem de saúde e esperamos o mesmo de vocês e lhes desejamos um feliz ano novo. Muita coisa não posso escrever. Dê muitas lembranças ao pai e mãe, a irmão e cunhado e uma breve resposta.*
>
> *Wilhelmine Beilke".*

O conteúdo da carta da Pomerânia para a província do Espírito Santo (o primeiro parágrafo é escrito em pomerano, o segundo, em alemão):

> *"Querido cunhado e irmã. O papel desta vez está muito escasso assim vos preciso escrever que ontem e hoje foi muito frio e eu fiquei sentado o dia todo perto do fogo e fumei meu cachimbo ao mesmo tempo todo momento enfiando lenha no fogão/lareira e não queria esquentar a sala. Foi tão frio que eles não foram beber agora ainda é janeiro e fevereiro que ainda são muito rigorosos isso vocês ainda sabem da Alemanha mas aqui esse dois meses são mais rigorosos ainda".*
>
> *"Querido cunhado e irmã vocês querem saber se gosto daqui até aí que gosto se não fosse tão frio e eu mesmo não sei o que faço. Mas é assim que ficar viajando pelo mundo isso também não me ajuda assim vai ser melhor eu continuar aqui mais não sei o que escrever assim dê lembranças ao pai e mãe muitas mil vezes peço por breve resposta vos saúda vosso filho e* (palavra ilegível) *Hermann".*

No ano de 1884, o Correio Geral possuía 24 agências na província do Espírito Santo. A agência de Santa Leopoldina era de tamanha importância e movimento que mantinha mala direta com a Europa. As malas postais eram levadas de canoas até Vitória e de lá despachadas diretamente para o exterior.

58 Em 1996, a Sra. Laudinéia disponibilizou a carta para o livro *Descobrindo Raízes* de Helmar Rölke.

As cartas eram geralmente levadas até as vendas e de lá os "vendeiros" e "vendistas" as despachavam com suas tropas para a agência de correio mais próxima. Também era função dos tropeiros trazer dos correios as cartas dirigidas para a população no interior. Na venda acontecia a distribuição.

f. O porto de Vitória

O porto de Vitória só teve iniciada a sua construção em 1911. Até então não havia atracadouro para navios. As mercadorias e os passageiros trazidos pelos navios eram levados até os trapiches em terra firme em pequenas embarcações. Também as mercadorias a serem embarcadas eram levadas desta forma para os navios. Somente pequenas embarcações encostavam no cais do imperador, onde hoje se situa a escadaria do Palácio do Governo. Outros dois cais situavam-se onde hoje estão a Praça Oito e o Cine Glória, na Praça Costa Pereira.



Acervo Hugo Wernicke (1895–1898)

Porto de Vitória

Devido à I Guerra Mundial, a construção do porto de Vitória foi interrompida. Pelo menos já se tinha construído 348 metros do projeto inicial, que previa 855 metros. Em 1925, os trabalhos continuaram sendo, porém, novamente interrompidos em 1930. Finalmente, em 1937 ficou pronta a primeira seção do cais, quando os navios passaram a operar diretamente do porto, pois estavam também concluídos os armazéns e a linha férrea.[59]

g. Jornais, revistas, periódicos

Quase não chegavam notícias através de jornais ou revistas. Era na venda, através do "vendeiro", que se ficava sabendo dos fatos importantes a respeito do que interessava à elite local e provincial para ter penetração entre a população.

A maioria dos colonos não se interessava por jornais, revistas ou periódicos nacionais, pois não entendiam o que liam. Alguns liam os jornais que os pastores recebiam da Alemanha ou do próprio Brasil, mas em língua alemã. Estes jornais e periódicos geralmente eram de cunho religioso.

Do Brasil, lia-se um jornal editado em São Paulo com o nome *Brasilpost*, o *Heimatbote*, editado para comunidades luteranas capixabas; *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, *Jahrweiser* (*Kalender für die Deutschen Evangelischen Gemeinden in Brasilien*); *Uhles Jahrbuch*; *Die Deutsche Schule*, *Kalender für die Deutschen in Brasilien*.

Desta forma, por exemplo, a proclamação da República teve poucos ecos dentro das colônias alemãs. Em Vitória, o regime de forma federativa foi visto a princípio com dúvidas. Só em 02 de maio de 1892 foi promulgada a Constituição Republicana do Espírito Santo. Aconteceu também neste ano a eleição para presidente do estado da qual saiu vitorioso José de Melo Carvalho Moniz Freire.

As colônias tiveram poucas notícias e informações sobre este fato. Apenas comerciantes ou colonos que se dirigiam a negócios para Santa Leopoldina, Santa Isabel ou Vitória recebiam notícias do que estava acontecendo no país. Estas parcas notícias geralmente eram passadas por funcionários da administração das colônias.

59 In A Saga do Espírito Santo — Das caravelas ao Século XXI — Encartado do jornal A Gazeta, fascículo 8, 18 de novembro de 1999.

Para os colonos e também por alguns pastores de comunidades luteranas, a forma federativa era vista com muitas reticências. Quando o preço do café atingiu, em 1896, índices catastróficos para a economia, a vilã foi a República.[60]

60 Depoimento do Sr. Franz Dettmann ao autor no ano de 1990.

CAPÍTULO X

FORMAÇÃO DA IDENTIDADE LUTERANA

GOVERNO IMPERIAL, COMUNIDADES E PASTORES

1. SITUAÇÃO

Os primeiros imigrantes capixabas luteranos não trouxeram em sua bagagem um sentimento nacionalista alemão muito aguçado, mas com certeza trouxeram saudades da terra os ritos eclesiásticos com os quais estavam acostumados. Quando de lá emigraram, poucos falavam de uma Alemanha unificada, pois esta nem existia: existia a Prússia com suas províncias e existiam pequenos estados autônomos. Os imigrantes de Hessen, Saxônia, Schleswig Holstein, Baden, Prússia e da Pomerânia eram quase em sua totalidade protestantes. Os provenientes de Luxemburgo, Tirol, Trento e de parte da Suíça eram católicos. Fora intrigas em Viana e a insistência de padres para "catolizar" os protestantes, não havia conflitos entre as duas maiores confissões dos imigrantes.

Do Pr. Hermann Reuther — proveniente da Sociedade Missionária da Basileia e chegado à colônia de Santa Leopoldina no ano de 1864, depois de uma travessia que durou 45 dias — tem-se uma descrição interessante da situação da colônia. Relata ele a seus superiores na Basileia que a área ocupada pelos protestantes de um extremo ao outro podia ser vencida em 12 horas a cavalo. Na sua chegada, constatou que os protestantes não possuíam templos, cemitério, casa pastoral ou escolas. Situação bem diferente da colônia de Santa Isabel. Reuther viu esta situação de Santa Leopoldina como ausência de espiritualidade e desconhecimento de questões religiosas. Para uma pastoral efetiva, ele visitou todas as famílias e constatou que entre 200 delas só havia 40 bíblias e 53 hinários, das diversas Igrejas territoriais de origem dos imigrantes.

Em carta de 30 de junho de 1864 ao comitê da Sociedade Missionária da Basileia, Reuther relatou sobre as dificuldades em Santa Leopoldina, onde viviam 1.200 pessoas, das quais 900 eram protestantes. Entre os imigrantes, os provenientes da Suíça, Prússia e Pomerânia almejavam uma vida voltada à Igreja. Sempre se alegravam com a visita do pastor e se reuniam ao ar livre ou sob coberturas para ouvir suas pregações, já que através delas conseguiam consolo das péssimas condições em que viviam.[1]

Mas falavam da saudade dos costumes eclesiásticos experimentados na antiga pátria. Reuther relata que exigiam que batismos fossem feitos como o eram na Alemanha, com o sinal da cruz, e que tinham desejo por cultos, alegravam-se pelos domingos, pelos batismos e casamentos, mas pregações sobre a cruz de Cristo não lhes eram agradáveis. Diante desta situação, Reuther apostou na criação de escolas, pois via nelas o instrumento para levar jovens a refletir sobre a vida religiosa e cidadã, assim como disseminar moralidade entre o povo.[2]

O esforço de Reuther fez-se sentir em anos seguintes, quando pastores vindos após ele perceberam que, principalmente entre os pomeranos, o hinário tornou-se importante, pois dele cantavam e buscavam forças. Falavam do Catecismo Menor de Lutero, do qual retiravam expressões básicas de sua fé, e também da Bíblia, referência básica para o cotidiano. Deve também ser lembrado que foi após Reuther que iniciou o maior fluxo de imigração da Pomerânia.

Na nova terra não bastava só crer. Era necessário exercitar e promover a vivência da fé num mundo totalmente diferente e estranho. Os imigrantes começaram então a organizar sua vida religiosa: ora sonhando, ora realizando, ora sendo questionados na nova pátria. Aos poucos foram notados pelas autoridades brasileiras. Aos poucos também foram lembrados por irmãos de fé na Alemanha. Enfim, iniciava um atendimento espiritual que deixou marcas até hoje. O presente capítulo quer resgatar aspectos práticos e teológicos das instituições que se voltaram para a situação dos imigrantes em solo capixaba, dando-lhes atendimento eclesiástico.

1 Marlon Ronald FLUCK, Basler Missionare in Brasilien: Auswanderung, Entwicklung und Kirchwerdung im 19. Jahrhundert, p. 263.

2 Ibid., p. 264 ss.

2. OS PRIMEIROS DECÊNIOS NO ESPÍRITO SANTO

No primeiro decênio da imigração, o atendimento eclesiástico na colônia de Santa Isabel aconteceu esporadicamente, quando vinham pastores visitantes da província do Rio de Janeiro: de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis e Rio de Janeiro. Os pastores da província do Rio de Janeiro, bem como também os primeiros na província do Espírito Santo, foram contratados e pagos pelo império brasileiro. No Arquivo Público do Estado do Espírito Santo encontram-se documentos que comprovam o envolvimento do Governo Imperial na manutenção de pastores nos primeiros decênios da imigração. Reproduz-se aqui alguns documentos:

Em três de março de 1858, o marquês de Olinda, em nome do Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas, enviou carta ao presidente da província, comunicando que solicitara junto ao Ministério da Fazenda uma ajuda no valor de "*quatro centos mil réis como auxílio para construcção da casa destinada ao Pastor Evangélico da Colônia de Santa Izabel*".

A carta finaliza com a seguinte observação: "*Fica assim respondido o officio de Va Exa datado de 3 do passado sob Nº 8*". Esta observação indica que anteriormente houve solicitação por parte do governo da província.

Com data de 24 de agosto de 1858, o Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas fez chegar ao presidente da província a seguinte mensagem:

> "*Illmo e Exmo Sr.*
>
> *Mande V. Excia dar passagem para Côrte por conta do Estado á viúva e família do falecido Pastor evangélico da Colonia de Santa Izabel, que assim o requereram.*
>
> *Deos Guarde a V. Excia*
> *Marques de Olinda*".[3]

Trata-se da viúva do Pr. König, falecido em Santa Isabel naquele ano, e cuja sepultura encontra-se à margem da BR-262, na entrada da estrada para Biriricas. Percebe-se nesta mensagem que o Governo Imperial assumira financeiramente a viagem da viúva König e seus filhos.

3 APEES.

Em carta com data do dia 23 de outubro de 1858, dirigida ao presidente da província, o Ministério dos Negócios do Império assim se expressa através do marquês de Olinda:

"Illmo e Exmo Snr.

Sua Majestade o Imperador Deferindo o requerimento dos colonos protestantes de Santa Izabel, houve por bem mandar contractar para elles em Berlim hum Pastor da mesma religião, devendo porém os ditos colonos ter tudo prompto para recepção do referido eclesiástico, pois o Governo Imperial nenhum sacrifício mais fará para este fim, além das despezas de transporte e do vencimento annual de oitocentos mil reis (r 800 $ 000).

O que communico a V. Excia para que o faça assim constar aos supplicantes, e em resposta ao seu officio Nº 71 de 2 do corrente ano.

Deos Guarde a V. Excia
Marques de Olinda".[4]

4 APEES.

Acervo APEES

O imperador deferindo solicitação de um pastor para Santa Isabel em 1858

Em carta de 26 de outubro de 1858, o presidente da província recebeu a seguinte mensagem do Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas:

"Illmo e Exmo Sr.

Quando o Governo Imperial pela primeira vez mandou contractar um eclesiástico evangélico para a Colônia de Santa Izabel sectários da mesma crença, obrigão-se elles construir uma casa para habitação de seu Pastor. Chegou este e a casa não estava prompta. Solicitado pelos ditos colonos concedendo-lhes o Governo um auxilio de 400 $ 000 réis para construção da mesma. Faleceu o Pastor, os colonos requerão outro e já o Governo Imperial (palavra ilegível) *ordens para sua vinda. Tudo isso fez o Governo e os Colonos nem mesmo com o auxílio recebido cumprirão ainda a obrigação, que voluntariamente se* (palavra ilegível).

E como o Governo Imperial só se obriga a pagar as despesas de passagens, e a gratificação de 800 $ 000 annuais ao novo Pastor evangélico, faça V. Excia ver aquelles colonos, que se á chegada deste não estiver ainda concluída a casa, que elle deve ir habitar na Colônia, se lhe dará outro destino, pois que nem o Estado pode fazer mais sacrifícios com este objetivo, nem se deve sujeitar a privações extraordinárias em eclesiástico, que sem contar com ellas vem para o Império sobre a fé de um contractado garantido pelo mesmo Governo.

Fica assim respondido o officio de V. Excia datado de 5 do corrente sob nº 73

Deus Guarde V. Excia".[5]

O texto deixa claro que o Governo Imperial via como sua obrigação custear as passagens e uma ajuda anual de 800$000 para a manutenção financeira do pastor. Também se depreende do texto que o Governo Imperial já havia concedido um auxílio no valor de 400$000 para a construção da casa pastoral, mas que a comunidade não cumprira com a contrapartida. O fato de o Governo Imperial ameaçar enviar o pastor para outro campo de trabalho, caso a casa não fosse habitável, mostra que não havia aqui qualquer estrutura ou associação eclesiástica nos primeiros decênios. Os contatos com a Igreja

5 APEES.

Territorial da Prússia, cuja capital era Berlim, e a colocação ou transferência dos pastores eram tarefas únicas e exclusivas do Governo Imperial.

Mesmo assim, Santa Isabel recebeu o Pr. Constantino Held, que veio a falecer em 1859. Isto atesta a carta do Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas, com data de 17 de janeiro de 1860:

"Illmo e Exmo Sn

Accuso recebido o officio de V. Exa datada de 29 de dezembro do ano próximo passado, no qual communica haver fallecido o Pastor Constantino Held, e em resposta tenho a participar-lhe, que acabo de expedir as necessárias ordens para que elle seja substituído por outro nas mesmas circunstancias dos dous que ali tem estado.

Deus Guarde a Va Excia".[6]

Os primeiros dois pastores luteranos enviados para a colônia de Santa Isabel faleceram logo que chegaram: Pr. König, em 1858, e Pr. Held, em 1859. Devido aos atritos que luteranos tinham com comerciantes de Viana, dizia-se entre alguns grupos que os dois pastores foram envenenados. A acusação é infundada, pois se sabe que os imigrantes luteranos e católicos sabiam que, para sobreviver na nova pátria, todos dependiam de todos. Além do mais, já tinham aprendido a se respeitar confessionalmente na Europa.

Após a morte do Pr. Held, foi nomeado o Pr. Henrique Gottlob Eger para a colônia de Santa Isabel. Isto atesta o *Registro da Produção do título de nomeação do Pastor Evangélico da Colônia de Santa Izabel Henrique Gottlob Eger*, documento traduzido pelo Governo Imperial e enviado ao presidente da província:

"Em conformidade das ordens do real Consistório da Província de Brandenburgo, temos dado o dia 26 de julho de 1860, as ordens Sagradas ao Senhor Henrique Gottlob Eger, candidato da Se, nomeado para exercer as funções sacerdotais da Communidade Evangélica Allemã na Colônia de Santa Izabel, Império do Brazil: O que attestamos com o desejo de ser o nomeado guiado pela protecção Divina no melhor desempenho de sua Santa Missão. Berlim, 27 de março de 1864 — O ministério da Igreja

6 APEES.

de Santo Pedro — Doutor Neander, Weitling, Rust, Bispo Evangélico. Archidiácono. Diácono.

Com o Sello da Igreja, attesto que a nomeção supra está assignada da própria mão dos membros do Ministério da Igreja de São Pedro; a saber: Doutor Neander, Bispo Evangélico, Weitling, Archidiácono; Rust, Diácono. Berlim, 7 de abril de 1864 — Mathis — Com o Sello do Consistório. Visto por legislação da assignatura supra. Berlim, 7 de Abril de 1864 — A ordem do Ministro dos Negócios Estrangeiros Koessig".[7]

Percebe-se que não havia, nos primeiros decênios da imigração em solo capixaba, qualquer esboço de uma estruturação da Igreja Luterana ou ligação entre as comunidades. Era o Governo Imperial que exercitava, através do presidente da província, o papel de prover as comunidades com obreiros, bem como sua manutenção e organização. O documento que comprova a ordenação do Pr. Eger foi encaminhado ao presidente da província e não a um órgão eclesiástico luterano no Brasil.

Ainda outros documentos que se encontram no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo comprovam que a questão eclesiástica era conduzida pelo Governo Imperial via província. Em correspondência de 20 de maio de 1868, passou pelo Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o requerimento do Pr. Fieger, de Santa Isabel, solicitando um abono fixo de 400$000 ao ano. Em 10 de novembro de 1868, o imperador prorrogou por um "*mês sem vencimento a licença concedida pelo Presidente da Província do Espírito Santo ao Reverendo Hermano [Hermann] Reuther, Pastor Evangélico da Colônia de Santa Leopoldina*". Em carta com data de 15 de outubro de 1868 do Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o presidente da província foi incumbido de comunicar ao pastor evangélico da colônia de Santa Leopoldina que, sem apresentação de um orçamento para uma "casa de oração", não haveria ajuda governamental.

Dentro da visão do Governo Imperial de organizar as comunidades luteranas, chamam a atenção duas cartas. A primeira, com data de 30 de outubro de 1872, foi endereçada ao presidente da província e vinha novamente do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

7 APEES.

"Comunico que na Colônia de Santa Leopoldina se estabeleça uma escola de primeiras letras destinada aos meninos protestantes e familias de comunhão evangélica, autorizo V. Excia o Diretor daquela Colônia contractar de acordo com o respectivo pastor, pessoa habilitada, para esse fim, mediante gratificação annual de (600 $ 000 rs) seiscentos mil réis que lhe será abonada por conta de verba — Terras Publicas e Colonizações

Deos Guarde V. Excia".[8]

A segunda carta tem a data de 13 de janeiro de 1873, novamente do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

"Illmo e Exmo Sen.

Pelo officio de V. Excia de 16 do mez próximo findo, fica sciente ter-se o Pastor Evangélico da Colônia de Rio Novo encarregado de mandar vir da Europa pessoa habilitada para incumbir-se do magistério na escola de 1as lettras destinada a meninos pertencentes á comunhão do mesmo Pastor.

Deus Guarde a V. Excia
Francisco do Rego Barros Barreto".[9]

Percebe-se que o Governo Imperial organizava a criação de escolas para "meninos protestantes", passando a contratação de professores pelo crivo dos pastores. As duas cartas referem-se a escolas para "meninos". Porém, deve se tratar de escolas mistas, visto não haver em nenhum registro de comunidade religiosa alguma alusão a escolas só para meninos ou meninas.

Desde o início, o Governo Imperial via como normalidade escolas serem administradas e assumidas por pastores. Isto atesta uma carta de 30 de março de 1860, em que o Ministério dos Negócios do Império — Repartição Geral das Terras Públicas nomeava o Sr. Ferdinando Lange como professor em Santa Isabel, no lugar do pastor:

"Illmo e Exmo Sen.

Fica aprovada a nomeçào por V. Excia feita do Colono Ferdinando Lange, para exercer o lugar de Professor de primeiras lettras da Colônia de 'Santa Izabel', com as mesmas obrigações com que exercia o finado Cura

8 APEES.

9 Ibid.

Evangélico e vencendo a gratificação de vinte mil réis (Rs 20/000) mensâes, como communica em seu officio Nº 17 de 9 do corrente.

Deos Guarde a Va Excia".[10]

3. GOVERNO IMPERIAL X IGREJA LUTERANA

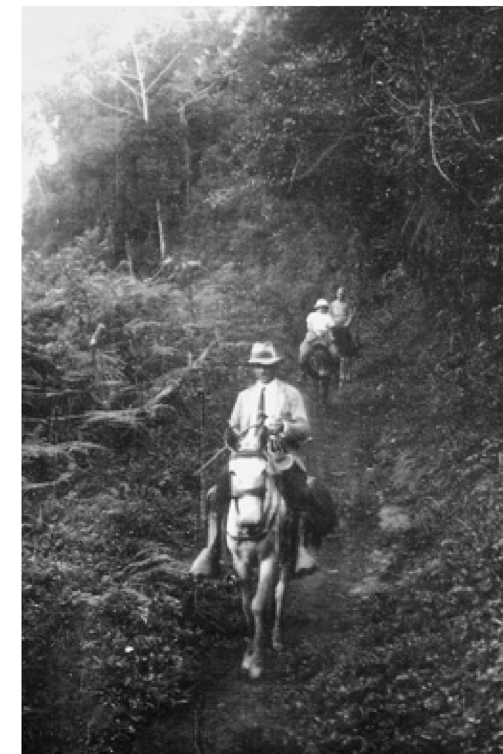
Dentro da perspectiva de que o suprimento das comunidades luteranas com pastores era questão de Governo Imperial, também querelas entre católicos e luteranos eram tratadas junto à Corte. Com data de 13 de janeiro de 1873, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas enviou carta ao presidente da província solicitando esclarecimentos junto ao Padre José Maximiliano Fried e ao diretor da colônia de Santa Leopoldina. Desejava-se saber no Ministério se foram celebrados na Igreja Católica dois casamentos entre pessoas que já tinham recebido a bênção matrimonial na "Religião Protestante".

Com data de 11 de fevereiro de 1873, o Padre José Maximiliano Fried respondeu que os casamentos foram realizados, pois para os protestantes o casamento era apenas um contrato que estava fundamentado sobre a liberdade de se poder casar mais vezes. Após estas explicações, o Padre José assim se colocou:

> *"basta: nós sabemos que os funtatores destas Religiões forão casamenteiros. — e eu vejo-me accusado do pastor protestante fanático, o que quer fazer intrigas que os Excellmos Sres Ministros sejão contra mim assim elle quer fazer seu Missão; pois elle é um Missionário enviado de Basel e até agora não converteu ainda nem um catholico este fez raiva ao elle".* [11]

Percebe-se que, nos primeiros decênios, toda comunidade que desejasse atendimento pastoral dirigia-se ao Governo Imperial, e este fazia os contatos com a Alemanha, contratando pastores. No caso da Sociedade Missionária da Basileia, as questões eram efetivadas com o Governo através do Ministro Plenipotenciário suíço von Tschudi. Era então o Governo Imperial que assumia as passagens e a manutenção dos pastores, bem como negociava com eles a abertura de escolas "de primeiras letras". Era também o governo que intervinha quando havia assuntos polêmicos que envolviam Igreja Luterana e Igreja Católica. Enfim, era o Governo Imperial que assumia a função de suprimento, de organização e de acompanhamento das comunidades. Para conseguir pastores, o Governo Imperial negociava com instituições eclesiásticas, como a Sociedade Missionária da Basileia, mas prioritariamente ligadas ao governo de Brandenburgo/Prússia.

Mas foi também neste período que surgiram vozes na Alemanha preocupadas com os irmãos de fé emigrados para o Brasil. Estas vozes — e também manifestações vindas das comunidades no Brasil — finalmente conseguiram fazer com que algumas instituições, sociedades e associações alemãs começassem a se preocupar com esta questão. Tinha-se claro que os pastores que já atuavam no Brasil necessitavam de maior apoio espiritual e material. Tal apoio só seria possível se associações ou sociedades possibilitassem recursos para uma atividade eclesiástica eficaz no Brasil.



Acervo Helmar Rölke

Pastor, pai do autor, a caminho da comunidade para celebração

10 APEES.

11 Ibid.

Quando da sua visita à província do Espírito Santo, em 1860, o Ministro Plenipotenciário suíço von Tschudi descreveu em seu relatório a miséria eclesial dos emigrados suíços e alemães no Espírito Santo. Este relatório fez com que o Comitê Missionário de Basileia movesse atenção para a causa brasileira. Tanto é que já no ano de 1861 foi enviado o Pr. Karl Wagner, que atuou em Teresópolis, mas com a tarefa de também dar atendimento religioso à colônia de Santa Isabel. Além da Sociedade Missionária da Basileia, também o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim da Igreja Territorial da Prússia já começara a enviar, anteriormente, a partir do ano de 1857, pastores para o Espírito Santo. Para manter o seu trabalho no Brasil, o Conselho Superior Eclesiástico contou com coletas da Sociedade Gustavo Adolfo, bem como com a Sociedade Missionária da Renânia, com sede na cidade de Barmen. Finalmente, para a história da Igreja no estado do Espírito Santo, deve ser ainda mencionada a Associação Caixa de Deus. As sociedades e associações eclesiásticas que deixaram marcas nas comunidades capixabas serão a seguir apresentadas esquematicamente. Todas estas associações e sociedades eram frutos da sua época. Por isso, ressalta-se o período do Iluminismo com suas consequências, sem o qual não é possível entender o fazer teológico na Alemanha, que teve desdobramentos dentro das comunidades luteranas no estado do Espírito Santo.

VERTENTES DA IDENTIDADE LUTERANA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. A ÉPOCA DO ILUMINISMO

Com o término das guerras confessionais desencadeadas com a Reforma proposta por Lutero, a história eclesiástica na Europa começou a desenhar um quadro totalmente diferente. Após uma experiência desencadeada pela Reforma e Contra-Reforma, que valorizava a vida religiosa em todos os níveis, instalou-se um tipo de cansaço religioso. O interesse em brigar por questões confessionais, tão presente nos séculos XVI e XVII, e que até levou a guerras, aos poucos se diluiu. Religião e Igreja começaram a perder espaço na vida civil dos povos, sobretudo na política.

Iniciou-se uma cultura mais aberta, mais voltada para o mundo, que se desprendia da preceptoria que a Igreja exercia até então em todos os níveis, fossem eles políticos, econômicos/sociais, filosóficos, na área das ciências, das ciências históricas, na literatura e nas artes. A Igreja de repente deixou de exercer a influência que detinha até então e foi deslocada para uma nova dimensão. Aos poucos, religião e igreja também foram atingidas por esta nova visão de mundo, em que a vida cultural tornou-se autônoma, totalmente desconectada de qualquer influência de estrutura ou pensar eclesial. Se até então tudo girava em torno de uma visão supra-naturalista do mundo, estabelecida e desejada pela autoridade que a Igreja exercia, agora a intelectualidade libertava-se deste jugo. Todo este processo é conhecido como Iluminismo.

Com o Iluminismo firmando-se cada vez mais, a Igreja perdeu o poder sobre a produção intelectual em todos os níveis das ciências. Desta forma, muitas pessoas curvaram-se ao materialismo e ao ateísmo. Na Revolução Francesa

até se instalou uma onda de ódio contra a Igreja e o cristianismo como um todo. Enfim, instalou-se cada vez mais um subjetivismo que se distanciava dos ensinamentos e dogmas da Igreja. A fé exercida pelos pais foi em grande parte rechaçada e recebeu cada vez mais ingredientes de uma nova visão de mundo que foi fruto de novas descobertas e novos conhecimentos das ciências. Porém, não se pode falar de uma desistência total da religião.

As camadas menos intelectualizadas da população continuavam sob a influência das Igrejas, com sua religiosidade e visão de mundo. Também muitos intelectuais que tinham se distanciado dos dogmas das Igrejas ainda mantinham vínculos com o que se pode chamar de "cristianismo confessional". Persistiam ainda as lembranças da época das grandes discussões teológicas em torno de questões confessionais entre católicos e luteranos.

No decorrer do tempo, as próprias Igrejas cederam ao novo momento. Principalmente do lado protestante, teólogos cederam às novas correntes culturais que se apresentavam, adaptando-se à nova cultura. Com isso, a teologia protestante perdeu a sua unidade que lhe era tão peculiar da época da Contra-Reforma, quando valia argumentar teologicamente suas posições. Devido ao sistema de Igrejas territoriais, onde os soberanos eram também os mandatários destas, o processo de perda de unidade dogmática foi ainda mais acelerado.

2. CARACTERÍSTICAS DO ILUMINISMO

O Iluminismo não foi uma grandeza homogênea na Europa. Teve conotações diferentes nos diferentes países, permitindo diferentes nuanças. Comum, porém, era o intelectualismo, que visava reconhecer a "verdade" das coisas. No lugar da obediência que as gerações anteriores tinham em relação à autoridade e às tradições, instalou-se agora uma desenfreada procura por conhecimento próprio ou autônomo. Nada deveria ser seguido, nada teria valor, se não resistisse à razão, à análise intelectual própria. No lugar da esperança pelo além, instalou-se uma paixão pelo presente e tudo que tinha a ver com valores culturais. No lugar de um certo pessimismo, que até então via o mundo como habitação de satã, instalou-se um otimismo desenfreado, acompanhado de um utilitarismo. Valia acreditar no progresso que era alcançável através de reformas que se manifestavam no Estado, na economia, na educação e também na Igreja. O religioso cedeu lugar para uma forte valorização da moral.

Bem característico para o Iluminismo era o "sistema natural das ciências racionais/filosóficas". Era o "sistema natural" que ancorava a religião, a moral, a economia, o Estado e o direito.[12] Só a "natureza" e a "razão" conseguiam avalizar a história. Tudo o que não se conseguia avalizar através da "razão-intelecto" não tinha sentido de ser aceito. Finalmente, só era "verdadeiro" aquilo que se conseguisse compreender e mensurar intelectualmente.

3. O MOVIMENTO DE AVIVAMENTO/ DESPERTAMENTO DO SÉCULO XIX

Na Alemanha, o Iluminismo atingiu o seu auge no decênio entre 1740 e 1750. Como em todas as áreas, suas ideias estabeleceram-se nas igrejas, provocando uma nova espiritualidade e uma nova teologia. O sistema ortodoxo de aceitar conceitos dogmáticos foi minado através da concepção iluminista de dar ênfase a experiências individuais. Com isso, produziu-se uma série de pontos de vista teológicos diferentes a respeito de algo que, até antes do Iluminismo, era de comum aceitação.

Comparativamente a outras nações europeias, pode-se dizer que na Alemanha o Iluminismo foi mais brando no tocante à Igreja. A "revelação divina", por exemplo, continuou a ser aceita, não sendo avalizada apenas através da razão humana. Mas, no todo, pode-se dizer que a teologia foi perpassada por uma pobreza de pensamento que atingiu muitas comunidades em cheio. Havia pastores que só pregavam sobre textos bíblicos que podiam ser entendidos racionalmente. Muitos feriados eclesiásticos foram abolidos; abolira-se também a confissão privada; introduzira-se um hinário novo com conteúdo fundamentado intelectualmente; orações foram adaptadas ao novo pensamento.[13]

Tudo isso teve uma reação, que se tornou um dos fenômenos mais importantes para a história da Igreja Luterana na Alemanha. Foi o Movimento de Avivamento/Despertamento, que se propunha a enfrentar e superar a pobreza da teologia e demais práticas iluministas que tinham se introduzido na vida eclesiástica.

---

12 Karl HEUSSI, Kompendium der Kirchengeschichte, p. 393.

13 Hans ROSER, Von Bayern bis Brasilien. Der Martin-Luther-Verein. Ein Stück beyerischer Kirchengeschichte, p. 29.

O Movimento de Avivamento/Despertamento apresentou o Evangelho novamente como poder salvador de Deus, e não como simples doutrina, como o Iluminismo o propunha. Mais: as comunidades eram convocadas para a prática do cristianismo autêntico dos apóstolos. O Movimento de Avivamento/Despertamento fez das palavras do apóstolo Paulo, em Efésios (5.14), a senha para a mudança: "*Desperta, ó tu que estás dormindo! Levanta-te de entre os mortos*". Enfim, o propósito era despertar os cristãos do sono espiritual para um cristianismo atuante.

4. O NEOLUTERANISMO

Igrejas Luteranas territoriais e faculdades de teologia foram atingidas pelo Movimento de Avivamento/Despertamento. Grupos cooptados por este movimento foram denominados como integrantes do neoluteransimo, também de luteranismo confessional, ou neo-ortodoxia luterana. Característica do neoluteranismo foi a preservação e defesa da Reforma Luterana. A Bíblia é entendida como palavra viva de Deus e como única norma para a fé e vida cristã. O ponto de partida da teologia é a "revelação divina", que é uma ação de Deus. Ela é como uma semente que precisa brotar e crescer num processo, cujos parâmetros e limites são sempre balizados pela Bíblia, para que não haja aberrações ou falsas interpretações. Esse balizamento acontece através da elaboração das confissões de fé, que nada mais são do que labor teológico, que capta experiências da fé cristã, acumuladas durante a história. Assim, as confissões luteranas são vistas como a continuação do desenvolvimento da doutrina da Igreja. O processo histórico culminou na Confissão de Augsburgo ou no Livro de Concórdia. Mesmo assim, neste item, teólogos neoluteranos não comungavam de maneira unânime.

A questão do "ser" Igreja foi motivo de discussão apaixonada no neoluteranismo, em detrimento de temas como "justificação" e "lei e Evangelho". Como esta discussão teve influência dentro das instituições que enviaram pastores para o estado do Espírito Santo, se mencionará as duas correntes que surgiram.

Uma corrente entendeu a Igreja como sendo a "congregação dos santos", de acordo com a Confissão de Augsburgo, especificamente no seu Art. 7. O "ministério eclesiástico da pregação" era compreendido como tendo estreita relação com o "sacerdócio geral de todos os crentes", uma marca da confessionalidade luterana. Isto é: pelo batismo todas as pessoas são vocacionadas por Deus para exercerem o ministério da palavra, cada um dentro da sua profissão. O "ministério eclesiástico da pregação", exercido por pessoas especialmente ordenadas, não as tornava superiores ou melhores, mas realmente responsáveis pela manutenção da doutrina pura, balizada pela Bíblia. Esta corrente teve o seu centro de discussão na universidade de Erlangen e veio a influenciar fortemente os fundadores da instituição *Gotteskasten*, na Baviera. Falava-se da Escola de Erlangen ou da Teologia de Erlangen, cujo objetivo era redescobrir Lutero.

A outra corrente entendia a Igreja como um organismo, uma instituição, através da qual Deus age de forma bem visível no mundo. Com isto, destacavam a "Igreja visível", que tem por consequência a diferenciação entre o "ministério eclesiástico da pregação" e o "sacerdócio geral de todos os crentes". Esta corrente recebeu uma conotação política, quase que enfatizando que na Igreja há autoridades e não autoridades. Bem diferente da Escola de Erlangen, onde se destacava a "Igreja invisível", ou seja, que a Igreja na realidade é invisível, pois o "ministério da pregação da palavra" é função de todos os batizados, em qualquer local, também fora de templos ou estrutura organizacional. As duas correntes retomavam uma expressão de Lutero, que fala da característica da Igreja como sendo *visibilis* (visível) e *invisibilis* (invisível).

Conforme Lutero, Igreja é a congregação de todas as pessoas na Terra que creem em Cristo. Portanto, já que o objeto da fé é Cristo, a Igreja está oculta, pois não existe aparelho para detectar quem tem ou não tem fé no Cristo. Isto não significa, porém, reduzir a Igreja a uma realidade permanentemente "invisível". Há também sinais que atestam de forma bem "visível" e concreta esta comunhão que Cristo opera e que faz mostrar a presença da verdadeira Igreja. É o próprio Lutero quem diz:

> *"Os sinais pelos quais se pode perceber exteriormente onde está a Igreja no mundo são o Batismo, o Sacramento e o Evangelho. [...] Pois ninguém deve duvidar que onde estão o Batismo e o Evangelho existem santos, mesmo que fossem só crianças de berço".*[14]

14 Marc LIENHARD, Martim Lutero. Tempo, Vida, Mensagem, p. 147.

5. NEOLUTERANISMO — MISSÃO CRISTÃ E DIÁSPORA EVANGÉLICA

O Movimento de Avivamento/Despertamento nem sempre atingiu as igrejas territoriais como um todo, assim como também não o fez o neoluteranismo. Geralmente, tratavam-se de grupos nas comunidades ou faculdades de teologia que aderiam. O Movimento de Despertamento fez com que, em determinadas camadas das diversas igrejas territoriais, surgissem grupos que começaram a se preocupar com a questão da missão entre não cristãos, bem como com o que chamavam de diáspora evangélica, os que viviam na dispersão. Estes grupos perceberam que era seu dever acompanhar os irmãos na fé que tinham emigrado para outros países. A partir deste reconhecimento, foram criadas entidades e associações para apoiar financeiramente, e também com material humano, emigrados luteranos.

Já em 1832 fora fundada a Associação Gustavo Adolfo, com o intuito de apoiar comunidades protestantes na Alemanha e fora dela. Surgiram então outras associações, como a Sociedade para Missão Interna e Externa no Sentido da Igreja Luterana, fundada em 1849 por Wilhelm Löhe, que se propunha a enviar missionários para os Estados Unidos da América. A Missão de Hermannsburg, voltada para a África, surgiu no ano de 1849, em Hermannsburg, e foi fundada pelo Pr. Louis Ludwig Harms.

Os luteranos emigrados para os Estados Unidos da América já eram objeto de preocupação desde 1841. Naquele ano, o Pr. Johann Conrad Wilhelm Löhe, que era pároco numa pequena vila de agricultores em Neuendettelsau, na Baviera, começou a formar pregadores e professores para atuarem nos Estados Unidos, junto a luteranos alemães para lá emigrados. Como um todo, o trabalho de diáspora do neoluteranismo foi desencadeado no ano de 1840.

Em dezembro de 1840, Löhe encontrava-se em Erlangen. Lá caiu em suas mãos um relatório feito pelo Pr. Friedrich Wyneken, que tratava da "*miséria religiosa em que se encontravam os irmãos que tinham emigrado para os Estados Unidos da América*".[15] Muito tocado por este relatório, em 10 de Janeiro de 1841, Löhe escreveu numa linguagem que era entendida na época no jornal *Nördlinger Sonntagsblatt*:

15 Hans ROSER, Von Bayern bis Brasilien. Der Martin-Luther-Verein. Ein Stück beyerischer Kirchengeschichte, p. 18.

> *"Milhares, sim, centenas de milhares de pessoas de terras alemãs atravessaram o mar à procura de uma nova pátria. Pais alemães, mães alemãs, crianças, irmãos e irmãs de alemães, amigos e amigas de juventude de alemães migram em grande número debaixo de um outro céu e sobre uma outra terra. Será que com seus corpos também se foi o amor? Morreu a lembrança dos queridos que estão longe? Pais, vocês nunca perguntam pelos filhos? Mães! Não mais vos preocupam aqueles que sugaram em vossos seios? […] A maioria dos emigrantes alemães são membros da Igreja Evangélica. […] Nós cremos numa Igreja santa e cristã que engloba céu e terra. Nós amamos através do mar para dentro das matas na América, para dentro das distantes montanhas, seguindo largos rios, em toda parte onde pessoas se fixam e que se confessam pertencentes à Palavra e a administração pura dos sacramentos".*[16]

O apelo fez com que se realizassem coletas, e dois jovens se dispuseram a ir aos Estados Unidos como "auxiliares nas dificuldades" dos emigrados. Löhe não mais sossegou. Importou-se, além dos americanos, também com os irmãos luteranos na própria Alemanha, bem como na Hungria e na Eslováquia. A sua Sociedade para Missão Interna e Externa no Sentido da Igreja Luterana não mais conseguiu enfrentar sozinha todos os desafios. Os desafios seriam finalmente assumidos pela *Gotteskasten* (Associação Caixa de Deus).

16 Hans ROSER, Von Bayern bis Brasilien. Der Martin-Luther-Verein. Ein Stück beyerischer Kirchengeschichte, p. 18.

SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES ECLESIÁSTICAS QUE ENVIARAM PASTORES

1. HISTÓRIA DA *GOTTESKASTEN*

Desde a Idade Média, podia-se encontrar nos templos um gazofilácio[17] para receber dádivas dedicadas para trabalhos comunitários. O Movimento Reformatório manteve esta tradição, passando a chamar o recipiente de "caixa", onde se recolhiam dádivas para trabalhos sociais, ajuda em atividades culturais e trabalhos comunitários. Lutero usava a designação "caixa comum". O nome "caixa" era alusivo a Marcos 12.41, conforme tradução alemã de Lutero. Nesta caixa a viúva colocou sua moeda. Na época do rei Davi, utilizou-se uma caixa de dádivas quando se pretendeu construir e reformar o templo, conforme atesta o primeiro livro de Crônicas (I Crônicas 29.8). Conforme II Reis, no capítulo 12, o dinheiro depositado na caixa servia para financiar as obras e a manutenção do templo.

Para financiar a construção de templos, para ajudar na manutenção de comunidades na diáspora, para construir escolas, foram lembradas novamente estas "caixas". Surgiram assim as Associações Caixas de Deus em várias Igrejas territoriais alemãs. A primeira surgiu em 1853, na Baixa Saxônia.

A Associação Caixa de Deus da Baviera surgiu no ano de 1860, fundada por três pastores e dois leigos na cidade de Hersbruck. O secretário da associação assim definiu seus objetivos diante do régio consistório protestante, onde se postulava o seu registro: "*para ajudar irmãos de fé evangélica luterana em suas*

17 Recipiente no qual se recolhia ofertas.

necessidades eclesiásticas, os nomes mencionados decidiram criar uma Caixa de Deus luterana".[18]

O objetivo era fortalecer a vida de fé de comunidades luteranas na diáspora através da criação e manutenção de pastorados, escolas, formação de pregadores e professores, com firme embasamento luterano. O Estatuto dizia, em seu parágrafo 3: "*É objetivo da Associação: apoiar em suas necessidades eclesiásticas os companheiros de fé luterana que vivem entre membros de outras confissões, dentro e fora da Baviera*".

Inicialmente, a direção da Igreja Territorial da Baviera reagiu de forma desconfiada à criação da Associação Caixa de Deus. Temia-se um esfacelamento ou até uma divisão entre os membros. Sobretudo, havia reservas por parte do bispo superior da Igreja, que por força de lei era o rei Ludovico I da Baviera, que era católico. Os fundadores, por diversas vezes, tiveram que se manifestar sobre seus objetivos. Em um manifesto, eles assim se colocaram:

> "*Queremos edificar em paz junto à Igreja e ajudar a promover o seu melhor. As associações já existentes não vão ver com desconforto, se nós ajuntamos pedras que estão aí sem serem usadas. O objetivo que nos colocamos é simplesmente este: Queremos apoiar comunidades luteranas na igreja territorial em suas necessidades e dificuldades eclesiásticas; vir em socorro de comunidades luteranas na diáspora bávara; prestar serviços a comunidades luteranas afligidas fora da igreja territorial; queremos ser esteio a comunidades que se querem desligar da União.[19] Conseguiremos o que pretendemos? O colocamos esperançosos nas mãos do Senhor*".[20]

O único voto de confiança em relação à Caixa de Deus veio do fundador da Sociedade para Missão Interna e Externa no Sentido da Igreja Luterana, Wilhelm Löhe, que foi, por excelência, um homem preocupado com a diáspora. Via a sua Igreja Luterana como uma espécie de "poço da verdade" e "centro das confissões". Essa visão, porém, não o levou a um fechamento confessional. Pelo contrário, abriu-se, entre outros, para o fazer teológico da universidade de Erlangen. Assim, preocupação com a diáspora significava que as comunidades ajudadas na diáspora assumissem o seu papel missionário, fazendo

18 Hans ROSER, Von Bayern bis Brasilien. Der Martin-Luther-Verein. Ein Stück beyerischer Kirchengeschichte, p. 12.

19 Nota do tradutor: Trata-se da Igreja da União.

20 Hans ROSER, Von Bayern bis Brasilien. Der Martin-Luther-Verein. Ein Stück beyerischer Kirchengeschichte, p. 17.

missão no seu contexto. O Ministério Eclesiástico da pregação sempre está em estreita relação com o Sacerdócio Geral de todos os Crentes.

A Associação Caixa de Deus da Baviera, nos seus primeiros 15 anos de existência, lutou com muitas dificuldades. Havia desconfianças por parte de comunidades, tanto é que neste primeiro período se juntou apenas 6.000 Marcos. Só a partir do ano de 1879, na Conferência em Nurembergue, a associação começou a ser assumida com empenho pelas comunidades da Baviera. A partir deste ano, as comunidades começaram a ser motivadas naquilo que desde o início foi o alvo da Associação Caixa de Deus na Baviera: possibilitar que jovens pudessem cursar teologia. Dizia-se que não tinha sentido ter templos bonitos, altos salários, se não se tivesse obreiros convictos da sua confessionalidade. Na Conferência de Nurembergue, um dos palestrantes assim se pronunciou: "*O pior no trabalho da diáspora é o grande número de obreiros que não possuem fé ou só possuem meia fé*".[21]

Com este pano de fundo, a Associação Caixa de Deus da Baviera conseguiu, a partir da década de 80 do século XIX, ampliar o seu trabalho. Também outras associações cresceram nas igrejas territoriais alemãs, tanto que no ano de 1885 foi criada na cidade de Leipzig algo como uma federação das Caixas de Deus.

Os imigrantes luteranos no Brasil já há muito eram motivo de preocupação da Caixa de Deus da Baviera. No jornal das associações Caixa de Deus de outubro de 1880, lê-se: "*O que, sobretudo, lhes causa necessidade, são pregadores fiéis e crentes, como o reconheceu o bem-aventurado Löhe*".[22] O texto refere-se aos luteranos no Brasil, cujas comunidades eram atendidas por pastores sem formação ortodoxa luterana.

2. A HISTÓRIA DA *GOTTESKASTEN* NO BRASIL

A partir de 1896, a Associação Caixa de Deus bávara interessou-se de forma insistente pelo Brasil. Aliás, em fins de 1896, as associações luteranas entregaram a direção do trabalho brasileiro nas mãos da Associação bávara. Ao assumir a presidência da Associação, Pr. Eduard Stirner encarou sua função como uma atividade para a vida. Certa vez, assim se manifestou: "*Meu coração inteiro pertence à nossa Igreja Evangélico-luterana, e lá onde se trabalha na sua edificação, ali me coloco com gosto na fileira daqueles que lá trabalham*".[23]

21 Hans ROSER, Von Bayern bis Brasilien. Der Martin-Luther-Verein. Ein Stück beyerischer Kirchengeschichte, p. 24.

22 Ibid., p. 36.

Stirner assumiu por inteiro a preocupação com os luteranos emigrados para o Brasil. Já antes, também o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia tinha se envolvido com o envio de pastores para comunidades brasileiras. Tanto é que no ano de 1886 foi fundado o Sínodo Rio-grandense, com apoio da Igreja da União. Desconfiava-se que se visava a criação de uma Igreja da União[24] no exterior, e a Caixa de Deus estava preocupada com a manutenção de uma Igreja Luterana. Essa desconfiança foi um dos estímulos para as Associações Caixa de Deus pensarem concretamente num trabalho de diáspora no Brasil. O presidente Stirner assim se manifestava:

> "*Nosso trabalho quer manter a existência da nossa Igreja Luterana e [...] expandi-la. É nosso dever sagrado preservar a validade da confissão da nossa Igreja; visto que essa confissão é a mais pura e a mais bíblica, é nosso dever reunir em torno dela todas as pessoas que realmente querem ser salvas*".[25]

No ano de 1897, Stirner convenceu o seu sobrinho Pr. Otto Kuhr a vir trabalhar no Brasil. Kuhr era filho do seu cunhado e egresso do Seminário para Missão e Diáspora de Neuendettelsau, fundado por Löhe. Kuhr atuava neste período entre imigrantes alemães em Salt Lake City e foi incumbido de atuar como pregador itinerante no Brasil. Pouco antes do Natal do ano de 1897, Kuhr chegou ao porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Finalmente, a Associação Caixa de Deus da Baviera celebrou um convênio com o Seminário para Missão e Diáspora em Neuedettelsau, no qual este se comprometia a colocar à disposição seus egressos para serem enviados para o Brasil. Assim se garantiu, para mais de duas gerações, um estreito contato entre a obra missionária de Löhe e as comunidades luteranas no Espírito Santo. Pode-se dizer que foi Stirner que dirigiu jovens pastores formados dentro de uma forte confessionalidade luterana e bases bíblicas em Neuendettelsau, para o trabalho no Brasil.

23 Hans ROSER, Von Bayern bis Brasilien. Der Martin-Luther-Verein. Ein Stück beyerischer Kirchengeschichte, p. 34.

24 Esta foi fruto da União das Igrejas Luterana e Reformada na Prússia, em 1817.

25 Joachim FISCHER, in Arzemiro HOFFMANN, org, Vertentes da identidade confessional da IECLB, p. 10.

Assim, a grande maioria dos pastores enviada pelas Associações Caixa de Deus para o Brasil foi egressa do Seminário para Missão e Diáspora de Neuendettelsau. Alguns também da Missão de Hermannsburg. Stirner tinha a convicção de que nestes seminários os jovens recebiam uma formação mais luterana e que seriam mais modestos do que teólogos formados em universidades.

A primeira comunidade capixaba a solicitar um pastor junto às Associações Caixa de Deus na Alemanha foi Palmeira de Santa Joana. A princípio, as associações reagiram de forma cautelosa, pois a Igreja da União já dava atendimento às comunidades capixabas há alguns decênios. Finalmente, no mês de abril de 1901, a comunidade recebeu uma carta do Seminário de Kropp, prometendo o envio do Pr. Philipp Peter. Em dezembro do mesmo ano ele chegava. Sua vinda foi duramente criticada por pastores da Igreja da União que já atuavam no Espírito Santo, ou seja, pelos assim chamados *Berliner*. Chegaram a se manifestar do púlpito, dizendo que todos os ofícios conduzidos pelo novo pastor não poderiam ser reconhecidos por eles. Eles, sim, eram pastores com formação acadêmica, que prestaram exames diante do Estado e que foram juramentados. Não poderiam reconhecê-lo, pois não vinha de uma Igreja Territorial reconhecida. Primeiro teria que se legitimar diante deles.[26]

Com a preocupação de acompanhar o Pr. Peter nas suas dificuldades diante dos pastores da Igreja da União, estabeleceu-se finalmente, no ano de 1904, a ligação da Comunidade de Palmeira de Santa Joana com a Caixa de Deus bávara. A própria comunidade reconheceu a Caixa de Deus como "instância superior eclesiástica". Logo em seguida, uma segunda comunidade confessava-se "luterana". Era Santa Maria de Jetibá, que até então pertencia a Jequitibá. Como a Associação Caixa de Deus bávara não conseguira um pastor junto ao Seminário para Diáspora e Missão em Neuendettelsau, solicitou-se ajuda junto ao Seminário em Hermannnsburg. Assim, o Pr. Heinrich Wrede era instalado em Santa Maria de Jetibá no ano de 1904.

Entre os pastores luteranos vindos ao Brasil através das Associações Caixa de Deus, houve uma estreita coesão, devido a sua base confessional e formação comum. Assim, já em 9 de outubro de 1905, era constituído o Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América

26 Henrique KRAUSE, Lutherische Synode in Brasilien, p. 109.

Meridional, que era ligado às Associações Caixa de Deus na Alemanha. Entre os "outros Estados" também se incluía o Espírito Santo. Em seu Estatuto, o Sínodo afirmava a Sagrada Escritura do Antigo e Novo Testamentos como a única regra e norma dos membros das comunidades. Aceitava todas as confissões luteranas, qual seja o *Livro de Concórdia*. O Sínodo definia-se como:

> *"associação livre de pastores e comunidades para cultivar a unidade no Espírito (Efésios 4.3–6), a edificação e ajuda mútuas (1 Co 12.4ss; 1 Tes 5.11), o trabalho conjunto no reino de Deus para que o mesmo cresça interior e exteriormente, a defesa conjunta contra maquinações separatistas e sectárias (1 Co 1.10; Rm 16.17), a proteção e preservação dos direitos e deveres dos pastores e das comunidades".*[27]

Quando da constituição do Sínodo, foram criados quatro distritos, dos quais um englobava os estados do Paraná e Espírito Santo. Das comunidades no Espírito Santo, 25 de Julho (município de Santa Teresa) solicitou filiação junto ao Sínodo em 1907. Palmeira de Santa Joana em 1911 e Santa Maria de Jetibá em 1917.

Depois da I Guerra Mundial (1914–1918), o Sínodo Evangélico Luterano recebeu ajuda por parte dos Sínodos de Iowa e Ohio, nos Estados Unidos da América, pois as Associações Caixa de Deus na Alemanha não estavam em condições de oferecer os auxílios financeiros necessários. Com a derrota da guerra, a Alemanha foi condenada a altíssimas indenizações aos vencedores. Além do mais, instalou-se uma inflação, a partir de 1923, que corroeu a Alemanha. Da Europa, não vinham mais nem recursos financeiros, nem humanos. Além do mais, ainda falecera, em janeiro de 1917, o Pr. Johann Weber de Palmeira de Santa Joana. Do Seminário para Diáspora e Missão, em Neuendettelsau, veio a notícia de que nove seminaristas haviam morrido nos campos de batalha da I Guerra Mundial.[28]

Estava-se diante da seguinte questão: não havia condições de manter o trabalho sozinho, mas também não se sabia com quem firmar parcerias. Finalmente, optou-se em filiar-se na Federação das Igrejas Evangélicas Alemãs. Esta filiação entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 1933. Encerrava-se, assim, um período na história do Sínodo Luterano. Deixou de ser um Sínodo brasileiro com

27 Joachim FISCHER, in Arzemiro HOFFMANN, org, Vertentes da identidade confessional da IECLB, p. 13.

28 Henrique KRAUSE, Lutherische Synode in Brasilien, p. 146.

comunidades brasileiras. O Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros estados do Brasil, em sua assembleia no mês de maio de 1933, transformou-se na "Igreja Luterana Alemã no Brasil". [29]

Constata-se que as comunidades no Espírito Santo ligadas ao Sínodo Luterano tiveram algumas dificuldades com a direção do Sínodo. Isto se devia às distâncias geográficas, mas também eram comuns queixas de pastores, quando afirmavam serem esquecidos pelo "sul". Inclusive, dizia-se no sul que o peso do trabalho do Sínodo deveria ser lá colocado.[30] Isto levou a tensões e desconfianças, como se vê num acontecimento do ano de 1922. Vagara a comunidade de Leopoldina I, hoje Luxemburgo. Para que a vaga não fosse preenchida pela Igreja da União, o Pr. Wrede, de Santa Maria, convidou seu colega de Seminário, Pr. Thomas Petersen, que atuava no Sínodo de Ohio, Estados Unidos da América. O Sínodo de Ohio prontamente o liberou, inclusive com uma ajuda para mantê-lo financeiramente. Como o Sínodo dava-lhe toda cobertura, também financeira, Petersen continuou filiado a ele. Isto animou os Pastores Wrede e Langholf (que atuava em Laranja da Terra) a entrar com um pedido junto a Ohio, solicitando que este ajudasse a manter os trabalhos no estado do Espírito Santo. Ohio propôs-se com uma ajuda anual de US$ 5.000, mas com a ressalva de que os futuros pastores fossem, preferencialmente, egressos do Seminário de Hermannsburg, com o qual mantinha contatos históricos.[31]

Ao saber destes contatos, a direção do Sínodo reagiu condenando a atitude. O assunto foi longamente discutido, até que na reunião sinodal de 01 a 05 de agosto de 1923, em Joinville, estabeleceu-se o seguinte: o Sínodo será dividido administrativamente em dois distritos: Distrito Norte (Comunidades do Espírito Santo e São Paulo) e Distrito Sul (Comunidades de Santa Catarina e Paraná). Caberia ao Distrito Norte continuar os contatos com Ohio para fins de ajuda para trabalhos de missão, e o Distrito Sul faria contatos com o Sínodo Iowa.[32] A 16 de outubro de 1923, estabelecia-se em Alto Jatibocas o *Nordkreis*, o "Distrito Norte" do Sínodo.

29 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 190.

30 Ibid., p. 176.

31 Ibid., p. 178.

32 Ibid., p. 179.

Com o processo de nacionalização iniciado no ano de 1937, e após a II Guerra, houve uma redefinição de identidade, em que ser cristão luterano deixou de equivaler automaticamente a ser alemão. Houve também uma reorientação de todo o trabalho. Finalmente, em 26 de outubro de 1949, uniram-se os quatro sínodos naquilo que se chamou de Federação Sinodal, que mais tarde viria a ser a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

No I Concílio da Federação Sinodal, no ano de 1950, aprovaram-se teses que estabeleciam ser a Federação: "*Igreja de Jesus Cristo no Brasil com todas as conseqüências que daí resultarem para a pregação do Evangelho neste país e a co-responsabilidade para a formação da vida política, cultural e econômica de seu povo*". Uma segunda tese afirmava ser a Federação: "*confessionalmente determinada pela Confissão de Augsburgo e Pequeno Catecismo de Luther*" e que pertencia "*à família das Igrejas moldadas pela Reforma de Martin Luther*".[33]

Quando a Igreja Luterana no Brasil participou da constituição da Federação Sinodal, luteranos na Alemanha estavam preocupados. Temia-se que a pequena Igreja Luterana no Brasil pudesse ser absorvida pelos outros sínodos, com vertentes confessionais diferentes. A Igreja Luterana da Baviera solicitou então pareceres teológicos a um professor de teologia da universidade em Erlangen e outro a um professor do "Seminário para Missão e Diáspora" em Neuendettelsau. Ambos achavam que a Federação Sinodal era uma "Igreja Unida", e a participação nela significaria abandonar a comunhão com outras Igrejas Luteranas e ser cooptado pelas Igrejas Unidas. Os luteranos no Brasil, porém, consideravam preservada a confessionalidade luterana pela afirmação da Confissão de Augsburgo e do Catecismo Menor de Lutero. Essa base confessional foi reafirmada quando a IECLB foi reestruturada no ano de 1968, com a fusão dos sínodos. Essa base também foi reafirmada na reestruturação, em 1997, quando a IECLB foi subdividida em 18 sínodos.[34]

No estado do Espírito Santo, houve discussões teológicas entre os pastores com raízes na *Gotteskasten* e os provenientes da Igreja Unida, os *Berliner*. Só em 1926, colocou-se um ponto final, pois se entendeu que o momento histórico não era mais a luta pela delimitação e exclusão. Os pais das Associações Caixa de Deus, que lutaram pela renovação da Igreja Luterana do seu tempo, que vivia um período de letargia, delimitaram-se contra os adeptos da Igreja

33 Joachim FISCHER, in Arzemiro HOFFMANN, org, Vertentes da identidade confessional da IECLB, p. 15.

34 Ibid., p. 16.

Unida. Hoje é tempo de colaboração e comunhão ecumênica. Atualmente não se fala mais das Associações Caixa de Deus. Na Alemanha fala-se das Associações Martim Lutero, e no Brasil, da Comunhão Martim Lutero.

3. AS INFLUÊNCIAS DO SEMINÁRIO PARA DIÁSPORA E MISSÃO EM NEUENDETTELSAU

A grande maioria dos pastores vinda ao Espírito Santo através da Associação Caixa de Deus da Baviera recebeu a sua formação no Seminário para Diáspora e Missão em Neuendettelsau. Isso fez com que a base teológica desses pastores fosse muito uniforme. A organização *Gotteskasten* entendia-se comprometida com a preservação do luteranismo em todo o mundo, mesmo com dificuldades. Por isso, os pastores, ao receberem o seu envio, de antemão sabiam que o trabalho no exterior seria vitalício.[35]

Ainda hoje, pessoas mais idosas no estado do Espírito Santo, quando querem expressar sua pertença à IECLB, dizem que são da *Gotteskasten*. A expressão servia também para reafirmar que nada tinham a ver com os *Berliner*, quer dizer, a Igreja da União, ou com a igreja “Missouri” (Igreja Evangélica Luterana do Brasil).

Foram os pastores da Associação Caixa de Deus que mais marcas deixaram no ser Igreja e ser comunidade no Espírito Santo. O fundador do Seminário onde estes pastores receberam sua formação foi Wilhelm Löhe (1808–1872). Löhe foi fruto do Movimento de Avivamento/Despertamento religioso que nasceu com o intuito de fazer frente ao Iluminismo. Dentro desse Movimento de Avivamento/Despertamento havia pelo menos três direcionamentos: o grupo “biblicista”, o grupo de “avivamento com componentes emocionais” e o grupo de “ortodoxia confessional”.

Löhe enquadrava-se neste último, cujas características podem ser assim resumidas: havia uma fusão entre ortodoxia e pietismo, como consequência de um avivamento/despertamento interior. A esse avivamento/despertamento chegava-se através de concentrada leitura da bíblia e dos escritos de Lutero. Para a formação desse grupo, tiveram peso acontecimentos históricos do

35 Martin N. DREHER, Igreja e Germanidade, p. 177.

protestantismo alemão, como os festejos dos 300 anos da Reforma, em 1817, quando novamente os escritos de Lutero foram objeto de curiosidade e estudo.[36]

Com os festejos dos 300 anos da Reforma, o movimento da “ortodoxia confessional” teve forte envolvimento na Prússia, quando se discutia a criação da Igreja da União. O rei da Prússia, Frederico Guilherme III, no intuito de aproveitar os festejos, decidiu unir a Igreja Reformada, à qual pertencia, com a Igreja Luterana. Assim, em 31 de outubro de 1817, no Dia da Reforma, foi proclamada por ele a “União” das duas Igrejas. Num primeiro momento essa “União” foi aceita. Mas em 1822, quando Frederico Guilherme III quis introduzir a “Agenda para a Igreja Evangélica em Terras Reais Prussianas”, para uniformizar o culto, encontrou fortes resistências.

As reações aconteceram principalmente na Silésia, mas também na Pomerânia, onde se desenvolveu uma tendência de forte cunho pietista — que se dedicava ao estudo da Bíblia, pois não desejava distanciar-se do “caminho certo”. Um grupo denominado Amigos da Doutrina Pura organizou-se no ano de 1816, quando ficou sabendo das intenções de Frederico Guilherme III. Em muitas regiões, a discussão foi tão acirrada que um grupo de luteranos emigrou para os Estado Unidos da América, a partir do ano de 1839. Como não aceitavam a Igreja da União, autodenominaram-se *Altlutheraner* (velhos luteranos).[37]

A explanação sobre Löhe e suas raízes teológicas é importante para a compreensão do fato de que pastores da Associação Caixa de Deus da Baviera foram bem-vindos entre os pomeranos. Se até então eram atendidos por pastores de “Berlin”, portanto da Igreja da União, que na Pomerânia questionavam, agora reencontraram a teologia desejada, com tendência pietista-confessional.[38]

Por saberem que seu envio para o estado do Espírito Santo era vitalício, esses pastores empenharam-se com muito afinco em trabalhos diaconais. Cita-se a “Caixa de Cobras”; o lançamento do periódico *Der Heimatbote*; a criação do serviço de *Kolportage*, em que uma pessoa viajava de casa em casa nas comunidades, vendendo literatura cristã e instrumentos musicais para os membros; a introdução de um terceiro dia de aula durante a semana, já que era costume só mandar as crianças para a escola dois dias por semana; a criação

36 Kurt Dietrich SCHMIDT, Grundriss der Kirchengeschichte, p. 463 e Helmar RÖLKE, Descobrindo Raízes — Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia, p. 40.

37 Hans DAMITZ, Pommern im 19. Jahrhundert, p. 9.

38 Helmar RÖLKE, Descobrindo Raízes — Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia, p. 41.

de cursos para aperfeiçoamento de professores nas comunidades; a criação da *Lehrerepräparande*, onde se sonhava preparar professores brasileiros para as escolas das comunidades; a criação da função de pastor itinerante, para acompanhar os colonos que estavam se deslocando para o norte do estado do Espírito Santo. Deve-se também a estes pastores a fundação da Associação Diacônica Luterana, que durante anos foi um celeiro de envio de estudantes para a Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo (RS).

Foram também os pastores oriundos do Seminário para Diáspora e Missão que se empenharam para a unificação da liturgia de culto nas comunidades capixabas. Finalmente, em 1955, depois de várias edições provisórias, foi editado o *Prontuário do Culto Evangélico-Luterano*. A sequência dos passos litúrgicos é idêntica à aprovada no Concílio da Igreja na Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso, em 2000, e agora válido para todas as comunidades no Brasil.

Pr. Albrecht Baeske, antigo Pastor Regional da então Região Eclesiástica I, egresso do Seminário para Diáspora e Missão em Neuedettelsau, resumiu assim o testemunho vivencial de Löhe:

> *"Löhe empenhava-se pela pregação pura da palavra de Deus e pela ministração dos sacramentos conforme o Evangelho. Entendia que o serviço do pastor consiste em edificar a comunidade local na vivência da fé. Animava para a confissão e absolvição dos pecados em particular; a comunhão regular no Sacramento do Altar; a responsabilidade mútua e integral nas comunidades eclesiais; a disciplina fraternal nas mesmas. [...] Löhe insistia para que os membros se reunissem, também, fora dos cultos em círculos de família e vizinhança, a fim de estudar a Bíblia e o catecismo Menor de Lutero, orar e interceder".*[39]

Tem-se nessa caracterização do testemunho vivencial de Löhe alguns elementos que transpareceram fortemente nas atividades dos pastores oriundos de Neuendettelsau. No empenho em "*edificar a comunidade local na vivência da fé*", esses pastores esmeravam-se em ter comportamento exemplar. Esperava-se do pastor a condução da vida em todos os níveis. Era dele que se esperava receber os indicativos de uma agir ético.

Löhe preconizava o estudo do Catecismo Menor de Lutero. A tradição da necessidade de memorizá-lo foi fortemente sublinhada pelos pastores da

39 Albrecht BAESKE, in Anuário Evangélico 2006, p. 114 s.

Gotteskasten. Conforme orientação de Lutero em alguns escritos, foi introduzida a *Prüfung* dos confirmandos, a sabatina diante de toda a comunidade. Com o peso no estudo do Catecismo Menor de Lutero, acenava-se claramente para os pastores e comunidades da Igreja da União que lhes faltava algo em termos de confessionalidade luterana.

Quanto aos conceitos de cidadania transmitidos por estes pastores, eventualmente também pesava a herança de Löhe. Quando em 1843 festejou-se os mil anos do Império Alemão, Löhe assim se manifestou:

> *"Um alemão que não é alemão, é um homem castigado sobre a terra, pois — a justificativa aqui é determinante! — lhe são subtraídos e por nada foram restituídos, todos os privilégios, que Deus lhe deu por graça diante das nações".*[40]

No *Der Heimatbote* — periódico para as comunidades capixabas, editado em alemão e lido em muitos lares —, foi reproduzida uma palestra alusiva a um encontro de moças no ano de 1936 — a Alemanha já estava, portanto, sob influência nacional-socialista. Alguns trechos corroboram a tese de que, embora vivessem num novo país, estes pastores empenharam-se pela tese de que se devia eterna gratidão e respeito à peculiaridade étnica, ou seja, à *Heimat*, à pátria:

> *"A herança de nossos pais se chama: sangue, língua e costumes. [...] Vocês são plantas alemãs, plantas nobres, oriundas da mão criadora de Deus e vocacionadas para produzirem flores nobres. Substâncias nutritivas pátrias correm em vossas veias, uma herança preciosa de vossos pais, que não pode ser substituída por ouro".*[41]

4. A SOCIEDADE MISSIONÁRIA DA BASILEIA

Em 1860, o então ministro Plenipotenciário da Confederação Suíça, Johann Jakob von Tschudi, representou a Suíça extraordinariamente junto à Corte do imperador D. Pedro II, visitou as colônias de Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina. Particularmente duro na avaliação da colônia de Santa Leopol-

40 Kurt Dietrich SCHMIDT, Grundriss der Kirchengeschichte, p. 505.

41 Helmar RÖLKE, Monografia. Construção da Cidadania em Comunidades Luteranas na Região Serrana do Espírito Santo — Um Desafio Ético para a Igreja, p. 43.

dina, não vislumbrava para ela qualquer futuro.[42] Mas através de seu relato conseguiu alertar a Sociedade Missionária da Basileia sobre as condições de abandono religioso em que se encontrava boa parcela dos imigrantes capixabas.

Assim como outros Estados europeus, a Suíça havia sido tomada pelo Iluminismo. Como resposta, iniciaram-se movimentos de avivamento/despertamento religioso. Na cidade de Basileia, esse movimento foi encabeçado, a partir de 1813, pela Sra. von Krüdener, conhecida pelo seu pietismo entusiasta. A Sociedade Missionária da Basileia foi um fruto desse movimento de avivamento/despertamento pietista-entusiasta — mas em bases mais liberais.[43] O batismo tornou-se facultativo; as escolas foram separadas da tutela da Igreja; pastores eram eleitos pelas comunidades para um período determinado. Preconizava-se a separação de Igreja e Estado, pois se partia de uma teologia mais crítica. Isso finalmente desembocou na formação de pastores com ideias "socialistas-religiosas".[44]

Em se tratando da Suíça, berço de Calvino e Zwinglio, logo se deduz que os pastores vindos de lá eram todos "reformados". Não era o caso com os pastores que se formavam pela Sociedade Missionária da Basileia, pois esta respeitava a confessionalidade das igrejas territoriais, de onde vinham os seus seminaristas e era também nelas que eram ordenados para o ministério, após o término do curso.

Joseph Friedrich Josenhans, inspetor da Missão entre os anos de 1850 e 1879, com o qual pastores do Espírito Santo mantinham correspondência, apesar da sua raiz na Igreja Territorial do cantão de Basileia, lutava por um ponto de vista interconfessional. Pensava-se que a divisão entre evangélicos na Europa não deveria influenciar na formação de missionários na Basileia. Os professores eram da Igreja Reformada, mas não queriam influenciar confessionalmente os seus alunos, tanto assim que estes deveriam, por decisão própria, participar ou não dos cultos em Basileia.

Para o trabalho dos missionários no Brasil, tomava-se como fundamento o ensino dos escritos no Novo Testamento, as confissões da Igreja antiga, como o *Credo Apostólico*, o *Niceno* e o *Atanasiano*; os livros da Igreja Luterana — *Confissão de Augsburgo*, o *Catecismo Maior e Menor de Lutero*; e os livros da

42 Johann Jakob von TSCHUDI, Reise durch Südamerika, p. 32 ss.

43 Walther von LOEHWENICH, Die Geschichte der Kirche, p. 423.

44 Karl HEUSSI, Kompendium der Kirchengeschichte, p. 497s.

Igreja Reformada — *Catecismo de Heidelberg*. Eram critérios para tornar-se membro da igreja e ser confirmada a conversão e a transformação do estilo de vida. Também se postulava o princípio do autogoverno da Igreja e a diretoria era organizada de forma presbiterial.[45]

A visão de Igreja orientada por Josenhans ia no sentido de que a Igreja Brasileira deveria ser uma igreja "protestante" independente do Governo Imperial. Interessava introduzir no Brasil um tipo "suave" de luteranismo, marcadamente reconhecível como "evangélico".[46] Em 18 de outubro de 1868, os pastores da Sociedade Missionária da Basileia atuantes no Brasil reuniram-se na sua segunda conferência no Rio de Janeiro. Do protocolo daquela conferência, Fluck constata:

> *"'Os pastores enviados pela Prússia colocavam muito valor na eclesialidade externa sob a liderança do Conselho Superior Eclesiástico', enquanto os enviados de Basiléia objetivavam a evangelização, para só então dar à Igreja em formação uma estrutura organizacional. Os pastores prussianos queriam fundar uma igreja territorial prussiana no Brasil, 'para a partir dela realizar a salvação das almas. Para os da Basiléia era melhor trabalhar para evangelização das comunidades, e então a igreja exterior virá por si só'".*[47]

No Espírito Santo, o acompanhamento da Sociedade Missionária da Basileia junto às comunidades iniciou em Rio Novo do Sul, com a vinda do Pr. Pflüger, que lá chegou em 18 de novembro de 1861. Não existia moradia nem igreja. Esta só pôde ser inaugurada no Domingo de Ramos do ano de 1862: sem vidro nas janelas, chão batido de terra e as bancadas eram de lascas de palmito. Em 1864, o Pr. Hermann Reuther iniciou o seu trabalho em Leopoldina I (hoje Luxemburgo).

Apenas para ilustrar as situações vivenciadas por muitos pastores nos primórdios da imigração, menciona-se correspondência que Pflüger manteve com Josenhans. Numa destas cartas, Pflüger pede a Josenhans que interceda junto à senhorita Emma Siebenmann, se esta não aceitaria ser sua esposa. Josenhans contatou a mãe de Emma, que por sua vez sugeriu que o próprio

45 Marlon R. FLUCK, A confessionalidade dos egressos dos centros de formação teológica localizados em Basiléia, p. 27.

46 Ibid., p. 31.

47 Ibid., p. 31.

Pflüger fizesse os contatos. Josenhans solicitou a Pflüger que descrevesse sua situação para Emma e que lhe participasse, caso ela aceitasse, que o Comitê de Missão não teria meios financeiros para cobrir nem o enxoval nem a viagem. Emma aceitou, e sua família assumiu os custos de viagem para o Brasil. Casaram-se no dia 2 de novembro de 1863 em Petrópolis.[48]

Se há 20 ou 30 anos, pessoas mais idosas ainda se lembravam dos "jeitos" dos pastores oriundos de Berlin ou da *Gotteskasten*, há apenas esparsas lembranças dos pastores da Basileia. O Sr. Franz Dettmann, de Santa Maria de Jetibá, e o Sr. Erich Boldt, de São Sebastião de Baixo, ainda lembravam, em 1988, que estes pastores eram muito simples e contentavam-se com pouco. Mas que tinham grande preocupação com a alfabetização das crianças na roça.

Após os alertas de von Tshcudi, a Sociedade Missionária da Basileia enviou, a partir de 1861, dois pastores para a província do Espírito Santo; um para Rio Novo e outro para Santa Leopoldina. A Missão apenas se encarregava em financiar a viagem. Caso o Governo Brasileiro não assumisse a manutenção financeira do pastor, esta tinha que ser assumida pelas comunidades.[49]

Pode-se dizer que a Sociedade Missionária da Basileia abraçou a causa evangélica na província do Espírito Santo quando ficou sabendo da situação descrita por von Tschudi e, desde 1861, passou a enviar pastores. No ano de 1865, enviou sete pastores para o Brasil, distribuídos entre Espírito Santo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A sua ajuda estendeu-se até o ano de 1882.[50]

5. O CONSELHO SUPERIOR ECLESIÁSTICO DA IGREJA TERRITORIAL DA PRÚSSIA

Já foi visto que, nos primeiros decênios, o Governo Imperial brasileiro assumia o papel de intermediar na Alemanha a vinda de pastores, quando comunidades assim o desejavam. Um dos interlocutores na Alemanha era o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia. Desde 1817,

48 Marlon Ronald FLUCK — Baseler Missionare in Brasilien: Auswanderung, Entwicklung und Kirchwerdung. Baseler und Berner Studien zur historischen und systhematischen Theologie, Peter Lang, Bern, 2004, p. 256–273.

49 Martin HENNIG — Die Hilfeleistungen Evangelisch-Kirchlicher Kreise Deutschlands für die Evangelischen in Brasilien von ihren Anfängen bis zum Jahre 1900, p. 21.

50 Ibid., p. 22 ss.

a Igreja Territorial da Prússia era também conhecida como Igreja da União. Como Igreja da União, o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim não se opunha em intermediar pastores que não fossem de uma ortodoxia luterana, mesmo que as comunidades capixabas pomeranas talvez o tivessem desejado. Assim, o Conselho lançou mão da Sociedade Missionária da Basileia, da Sociedade Missionária da Renânia/Sociedade Evangélica de Barmen, bem como de centros de formação teológica acadêmica na própria Prússia.

A Sociedade Evangélica de Barmen estava estreitamente ligada à Sociedade Missionária da Renânia, pois se tornou a casa de formação desta sociedade missionária, que surgiu no ano de 1828. Na região do Baixo Reno, onde se situava a Sociedade Evangélica de Barmen, a oposição ao catolicismo aproximou luteranos e reformados. Como consequência do Iluminismo, um Movimento de Avivamento/Despertamento começou a perpassar ambas as confessionalidades com uma espiritualidade pietista. A aproximação entre ambas resultou em fazer missão, porém, sem depender de questões confessionais dogmáticas. Por isso, a tradição teológica do seminário era missionária, porém, acima de querelas confessionais. O objetivo era ter algo como unidade confessional, em que jovens de origem confessional luterana, reformada, calvinista e unida eram aceitos. Após receberem formação, eram enviados para Igrejas Luteranas, reformadas e unidas.[51]

Cada egresso tinha a liberdade de exercer o seu ministério de acordo com sua origem confessional. Por ocasião da ordenação para o ministério, todos recebiam a *Confissão de Augsburgo, o Catecismo Maior e Menor de Lutero e o Catecismo de Heidelberg*, que eram de origem reformada. O inspetor da Sociedade Missionária Friedrich Fabri, que assumiu em 1857, sempre acentuava a necessidade de superar o confessionalismo particular que só separa:

> *"Relevante não é que o missionário seja um bom reformado, luterano, ou unido, mas que ele esteja fundamentado no Reino de Deus. A relação fundamental não é o Reino de Deus e a confessionalidade, mas o Reino de Deus e conversão".*[52]

Com esta postura, a Sociedade Evangélica de Barmen naturalmente teve uma aproximação com a Igreja da União, ou seja, com o Conselho Superior

51 Wilhelm WACHHOLZ, Barmen – Berlim: Aspectos da Confessionalidade na "IECLB do Rio Grande do Sul", p. 43.

52 Ibid., p. 44.

Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia em Berlim. Finalmente, no ano de 1899, a Sociedade Evangélica de Barmen transferiu todo o campo de trabalho da América do Sul para o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim.[53]

Os primeiros pastores de Jequitibá eram oriundos de Barmen, porém enviados através do Conselho Superior Eclesiástico de Berlim. A partir da comunidade do Rio de Janeiro, que recebeu seu primeiro pastor no ano de 1836, este conselho recebia regularmente notícias sobre a província do Espírito Santo, enviando então pastores para Santa Isabel. A partir do ano de 1862, restringiu o envio de pastores, pois argumentava que os casamentos realizados por estes eram vistos como meros "comcubinatos".[54] Assim, de 1860 até 1867, só trabalharam na província do Espírito Santo pastores oriundos da Sociedade Missionária da Basileia.[55] A partir do ano de 1892, o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim reassumiu o envio de pastores. Em setembro de 1897, a Igreja Territorial da Prússia editava para a sua IV Assembleia Geral Sinodal um levantamento de todas as comunidades do exterior, com as quais mantinha contatos. Chegou-se ao total de 70 comunidades nos cinco continentes. No Espírito Santo são mencionadas, sob os números de 47 a 50, as seguintes comunidades:

"47 - *Santa Izabel [56] que atende a comunidade suíça alemã de Rio Novo, que tem 27 famílias. O pastor é também professor da escola da comunidade e leciona para 35 crianças. Há nas filiais mais três escolas com 40 crianças, onde lecionam colonos. A comunidade festejou no dia 25 de outubro de 1896 o seu cinqüentenário. O pastor tem um salário de 3 $ 600 réis, sendo que a Obra Gustavo Adolfo contribui com uma ajuda de 200 Marcos. Pastor é Max Urban.*

48 - *Santa Leopoldina I [57], com as comunidades filiadas Suíça, Melgaço e S. Cruz, com 270 famílias. O pastor recebe 3 $ 000 réis. Ao mesmo tempo leciona na escola pastoral onde estudam 25 crianças, das quais 22 são evangélicas. Nas comunidades filiadas lecionam colonos. Pastor é Hugo Wernicke, desde setembro de 1895.*

53 Wilhelm WACHHOLZ, Barmen – Berlim: Aspectos da Confessionalidade na "IECLB do Rio Grande do Sul", p. 45.

54 Martin HENNIG, Die Hilfeleistungen Evangelisch-Kirchlicher Kreise Deutschlands für die Evangelischen in Brasilien von ihren Anfängen bis zum Jahre 1900, p. 23.

55 Ibid., p. 28.

56 Trata-se de Campinho.

57 Hoje Luxemburgo.

49 - *Santa Leopoldina II [58], com a capela no curso superior do Rio Santa Maria e uma série de pequenas colônias na divisa com Minas Gerais. A comunidade que conta com 530 famílias e em torno de 5000 almas, foi integrada à Igreja da Prússia em 1895. Há um pregador (pastor) ajudante, que foi enviado a pedido do pastor e ajuda como professor e na comunidade de Santa Maria, que conta com 50 famílias. As escolas mais distantes recebem apoio do pregador ajudante e cinco colonos, que lecionam para 252 crianças, das quais 251 são evangélicas. A comunidade possui um grande templo, uma casa pastoral espaçosa e uma escola na colônia pastoral. Na área de atendimento há em torno de 70 cemitérios, cuja manutenção é feita pelos moradores próximos. A vida de igreja é muito ativa, mas o pastor tem que se defrontar com os sabatistas[59] norte-americanos. O pastor recebe 3 $ 000 réis e 1 $ 000 como abono de inflação. O pregador ajudante recebe 1 $ 500 réis e 1 $ 000 como professor. Ele tem moradia gratuita na escola. Pastor é Arthur Pauly desde abril de 1892 e o pregador ajudante é P. Waldemar Zerbst, desde julho de 1896.*

50 - *Califórnia, com as comunidades filiadas Ponto e Baixo Triunfo. A comunidade surgiu no ano de 1873 e era atendida até 1883 por Leopoldina I, depois por Santa Izabel, até que no Natal de 1893 recebeu um pastor próprio. A comunidade conta com mais ou menos 1100 almas, as comunidades filiadas em torno de 450. As quatro escolas com uma só classe são freqüentadas por 128 crianças, todas evangélicas. A escola pastoral é atendida pelo pastor, as outras por colonos. A comunidade possui um templo que não tem sinos e nem harmônio e também serve como escola, uma casa pastoral e 12 cemitérios. O pastor recebe 3 $ 000 réis e $ 400 réis da escola. Pastor é Gustav Treptau, desde dezembro de 1893".*[60]

Os pastores com formação acadêmica eram funcionários públicos da Prússia. Quando concluída a formação acadêmica numa faculdade reconhecida pelo Estado, acontecia o exame. Após este, o pastor assumia uma comunidade, equiparado com todos os benefícios de um funcionário público. Isto significava que tinham emprego garantido. Assim, com alguns anos de atividade em comunidades capixabas, os pastores com formação acadêmica tinham

58 Hoje Jequitibá.

59 Adventistas.

60 SONDERDRUCK aus den Anlagen zu den Verhandlungen der vierten ordentlichen Generalsynode.

garantido espaço em comunidades da sua pátria. Isto explica o fato de não permanecerem por muito tempo no Brasil. A história da Paróquia de Jequitibá, no município de Santa Maria de Jetibá, comprova esse fato.

A inserção desses pastores na Prússia — com uma estrutura de Estado centralizadora e hierarquizada, com forte acento na moral do dever — também caracterizou sua atuação nas comunidades. Aqui exigiam forte respeito das comunidades. O Rio Santa Maria formava um tipo de fronteira natural entre as comunidades do que aqui se convencionou chamar de *Berliner* e os *Gotteskasten*. Em 1988, o Sr. Franz Dettmann, morador de Santa Maria — portanto na fronteira, o que lhe possibilitava traçar paralelos —, dizia que os *Berliner* exigiam muito respeito e obediência, além de por vezes terem sido brutos com os membros. Muitos, inclusive, eram temidos. Os *Gotteskasten*, em sua interpretação, também exigiam muito respeito e obediência, mas era mais fácil comunicar-se com eles, pois em muitos casos permitiam abordagens em pomerano.[61]

A partir das observações do Sr. Dettmann, tem-se a impressão de que as comunidades pomeranas eram tratadas de forma marginal por alguns pastores. A Pomerânia, principalmente a Oriental, tinha pouco peso político dentro das pretensões da Prússia. Ela apenas tinha importância para fornecer oficiais da nobreza para o exército e fiéis soldados, agregados e diaristas para os latifúndios — além de se constituir numa espécie de proteção na fronteira com o leste, onde sempre havia o perigo russo. A partir dessa visão, dentro de uma perspectiva global da Prússia, os pomeranos orientais eram tratados de forma marginal, longe dos principais acontecimentos.

Tudo indica que, a partir dessa compreensão, alguns pastores *Berliner* também trataram assim os membros de comunidades que eram de descendência pomerana: provincianos pomeranos, dos quais se esperava respeito e obediência. Tanto é que nos primeiros decênios não se encontram documentos que relatem algo sobre uma compreensão do seu caráter germânico.

Para ficar no exemplo pomerano: se na Prússia viviam de forma marginal, que também aqui continuassem assim. Apenas se tinha a concepção de que deveriam ser obedientes e trabalhadores, pois isto fazia parte do caráter prussiano de monarquia militar. Contentar-se com pouco, trabalhar muito, ser obediente à Igreja, eis o que interessava. Com o seu assentamento em ambiente geograficamente fechado, manteve-se o linguajar, os costumes, as tradições, o senso de dever e da obediência aprendidos durante sua história. Parece ter havido apenas uma transposição geográfica da Alemanha para a província do Espírito Santo — e os pastores da Prússia também transpuseram o mesmo no que concerne às atividades eclesiásticas: respeito ao pastor, respeito à Igreja.[62]

A partir da eleição do rei da Prússia Guilherme I como imperador alemão, em 18 de janeiro de 1871 começaram a se fazer sentir sinais de pertença a algo maior, um Estado alemão/germânico. Aqui no Espírito Santo dois motivos levaram a isso: os pastores, principalmente os enviados pelo Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia, começaram a mostrar pessoalmente orgulho, e este sentimento com certeza também foi incutido nas comunidades. Depois de uma história movimentada, que passou pela experiência de pequenos estados, pelos movimentos libertários, pela Revolução de 1848, pela Guerra Franco-Alemã, o rei da Prússia foi eleito imperador de uma Alemanha quase que totalmente unificada. Estes elementos devem ter levado os pastores a incutir nas comunidades, até então vistas como provincianas, a ideia de pertença a uma Alemanha forte, da qual também a Igreja era parte integrante.

O segundo fator para o aparecimento de sinais de pertença a este Estado pode ter sido a vinda de uma leva de imigrantes, a partir de 1871, que presenciou, ativamente ou por ouvir dizer, a Guerra Franco-Germânica (1870–1871). Essa vitória, que teve como consequência a coroação do imperador no castelo de Versalhes, em pleno coração da França, com certeza despertou sentimentos nobres de pertença a um povo com desígnios maiores.

Fato é que, em âmbito alemão, e por tabela também nas comunidades capixabas, iniciou-se um processo de exaltação, glorificação de uma Alemanha "maior", de um povo "eleito". Surgiram conceitos como *Volkstum* (peculiaridade étnica), *Volksgeist* (espírito étnico peculiar), tomando indiscriminadamente conta dos pastores das diferentes vertentes de formação.

61 Helmar RÖLKE, Monografia. Construção da Cidadania em Comunidades Luteranas na Região Serrana do Espírito Santo — Um Desafio Ético para a Igreja, p. 34.

62 Helmar RÖLKE, Monografia. Construção da Cidadania em Comunidades Luteranas na Região Serrana do Espírito Santo — Um Desafio Ético para a Igreja, p. 35.

O primeiro ministro Otto von Bismarck[63] conseguiu criar algo como um sentimento nacionalista religioso. Tratava-se de cultivar a peculiaridade étnica alemã como algo dado por Deus. Nas comunidades capixabas, a Igreja, capitaneada pelos pastores, passou a ser a condutora desse conceito. Na prática, isso assim se expressava: viva em seu novo país, mas nunca perca de vista a sua peculiaridade étnica, ou nunca esqueça do "*sangue dos pais que corre em suas veias*".[64] Para manter viva essa pertença, eram distribuídos cartazes do imperador nas comunidades capixabas e quadros que enfatizavam o heroísmo do povo alemão. Também houve subvenções financeiras em forma de material didático para as escolas por parte da monarquia alemã. Politicamente, todos eram cidadãos brasileiros, mas emocionalmente, e também através da marginalidade geográfica em que se encontravam, todos eram reféns de uma propagação que visava a ideia da *Volkstum*, da "peculiaridade étnica".

Eventos eclesiásticos de massa eram aproveitados para o cultivo da *Volkstum*. No arquivo da Paróquia de Califórnia, município de Domingos Martins, encontra-se o relatório da Festa de Missão do ano de 1915:

> *"Califórnia. Em 1º de agosto (1915), aconteceu a Festa da Missão deste ano em Califórnia. Neste ano esta festa pela primeira vez foi dedicada à Missão Interna. Infelizmente dois dos palestrantes não se puderam fazer presentes. Pr. Fischer — Leopoldina I, foi chamado de uma hora para outra para um sepultamento em Vitória. Pr. Zylmann — Jequitibá não pôde deixar sozinha sua esposa gravemente adoentada. Assim só sobrou Pr. Schmidt — Campinho. Ele uniu pregação e relatório e relatou de forma compreensível como a Missão Interna aqui no Brasil atua em Pella e Bethânia com crianças e idosos. O pastor local então procedeu ao costumeiro relato sobre a guerra, que desta vez, após as brilhantes vitórias na Galícia e Rússia-Polonesa pôde terminar de forma excepcionalmente alegre".*[65]

O relatório da Festa da Missão descreve com naturalidade o "*costumeiro relato sobre a guerra*" e diz que, desta vez, ele terminou de forma excepcionalmente alegre, "*após as brilhantes vitórias na Galícia e Rússia-Polonesa*". Se esse tipo de relatório era costumeiro, percebe-se a clara intenção da Igreja, ou pelo menos dos pastores, de fomentar a peculiaridade alemã.

63 Bismarck possuía um latifúndio na Pomerânia Oriental.

64 In DER HEIMATBOTE, nº 11, novembro de 1936, p. 1 ss.

65 Artur Gustav SCHMIDT, Die Anfänge der Diakonie in Espírito Santo, p. 39.

A tradição "unida" de igreja acompanhou por longos anos as comunidades atendidas com pastores pela Sociedade Missionária da Basiléia e pelo Conselho Eclesiástico Superior de Berlim. Interessava a estas instituições enviar pastores com visão de caráter eclesiástico e não confessionalista, como o preconizava a "Sociedade Caixa de Deus". Em 1909, A. Suin de Boutermard, pastor em Berlim, que visitou comunidades capixabas, assim escrevia sobre as querelas teológicas entre o "Conselho Eclesiástico de Berlim" e a "Sociedade Caixa de Deus", que então estavam na ordem do dia. Boutermard referia-se a formulações confessionais:[66]

> *"Quem não possui coração aberto em relação a perguntas concernentes a questões confessionais, nem deveria exercer atividades de diáspora no exterior. Pode-se ser um verdadeiro seguidor de Jesus e levar os membros da comunidade para um verdadeiro seguir a Jesus, sem a necessidade de se conjurar com certas fórmulas".*

Para a Associação Caixa de Deus, era importante manter a existência da Igreja Luterana e expandi-la. Via como seu dever sagrado preservar a validade da confissão luterana. Por isso, faziam questão de seus integrantes não serem só chamados de evangélicos, mas de luteranos.

Essas visões eclesiológicas diferentes fazem entender um fato curioso que aconteceu no ano de 1909, em Domingos Martins. A partir do ano de 1882, atuou lá o Pr. Pagenkopf.[67] Neste período, a comunidade de Rio Novo ligou-se a Domingos Martins, pois não tinha condições financeiras de manter sozinha um pastor. De Domingos Martins, recebia atendimento eclesiástico. No ano de 1897, eram atendidas 27 famílias "suíças-alemãs" em Rio Novo, conforme relatório da Igreja Territorial da Prússia para a sua IV Assembleia.

Com data de 4 de agosto de 1909, o então Pr. Hugo Hedrich de Domingos Martins enviou carta ao reverendo presbiteriano Álvaro Reis, residente no Rio de Janeiro. Este, por sua vez, enviou a carta ao reverendo presbiteriano Samuel Barbosa, residente em Campos (RJ). Transcreve-se esta carta, copiada de anotações do próprio pastor evangelista do Presbitério do Rio de Janeiro, Samuel Barbosa, que escreveu *Traços históricos* sobre a Igreja Presbiteriana

66 A. Suin de BOUTEMARD, Die Auslandsdiaspora — Ein neues Arbeitsfeld der Deutschen Evangelischen Kirche.

67 Foi no período de Pagenkopf que a comunidade construiu a primeira torre de um templo luterano na América do Sul.

em Rio Novo. O documento foi gentilmente cedido no ano de 2003 pelo Sr. Idalto Scheidegger Stauffer, de Rio Novo:

"Campinho, Espírito Santo, em 4 de agosto de 1909. Prezadíssimo irmão em Christo: Accusando a recepção dos livros etc... Hoje, porém, tenho de fazer-vos uma proposta muito importante. Nos últimos dias de julho, fui a Rio Novo. Alli há vinte famílias, mais ou menos, naturaes da Suissa, de religião evangélica. A estes correligionários o pastor evangélico de Campinho, há muitos anos, prega o Evangelho; porque elles não podiam manter um pastor próprio. Porém, pregar na língua allemã, ali, é difícil, por causa da diferença do dialecto e porque a maior parte deles fala e entende muito melhor o português. Por esta causa, a comunidade evangélica de Campinho, uma vez, quebrou as relações com a de Rio Novo. Mas elles tornaram a pedir que se lhes pregasse em Allemão, não querendo passar para os baptistas. Por isto, cedendo ao convite, eu os visitava uns dias por anno e celebrava os ofícios diversos.

Mas agora, depois que travei conhecimento com a Egreja Presbyteriana em boa consciência, aos irmãos evangélicos de Rio Novo, fiz a proposta de se associarem a esta Egreja. E elles reconhecendo que esta communidade tem pastores bem instruídos e ordenados que também baptizam as crianças, consentiram na minha proposta.

Ora, 'passa para ali, e ajuda-nos'. Isto vos digo como vos diriam os Evangélicos de Rio Novo. Estes vos rogam que um dos vossos pastores não tarde de ir para lá para lhes pregar o Evangelho em português. Eu também vos rogo que façaes uma tentativa ali, para terdes pomenores da communidade em questão.

A villa de Rio Novo (Santo Antônio) dista cinco léguas ou seis de Cachoeiro de Itapemirim. A maior parte dos allemães moram perto da Villa. Eles tem uma capela (templo) que se acha meia hora distante da Villa. Além disso, possuem um terreno urbano no qual bem se pode construir um templo, digo, uma casa para a morada do pastor. Na Villa, os baptistas de Vitória já pregaram o Evangelho, porém, isso não vos deve impedir; de nenhum modo os evangélicos querem ser desta seita. Há também muitos catholicos que despertados pela prégação dos baptistas, queriam mudar de religião, porém a aversão ao baptismo por immersão os mantem nas velhas superstições. Avie-se este novo campo de actividade: a occasião é muito oportuna para se prégar o Evangelho; o logar é muito próprio para possuir dentro de pouco tempo, um pastor perpetuo de uma communidade evangélica de importância, principalmente, porque ali ainda não há vigário catholico perpetuo.

O meu desejo sincero é que Deus vos dê ali uma colheita rica da semente de S. José do Calçado.

Para dar passos, o senhor dirija-se a Nicolau Kobi, Rio Novo, porém, sem mais tardar. Com muita estima e consideração o vosso irmão em Christo.

H. Hedrich, pastor evangélico".

Passou assim a existir a Igreja Presbiteriana no Espírito Santo, com uma comunidade de 20 famílias, pois a orientação e formação teológica do Pr. Hedrich era diferente da dos pastores enviados pela Associação Caixa de Deus.

6. A FEDERAÇÃO DAS COMUNIDADES NO ESPÍRITO SANTO

Entre os anos de 1864 e 1871, atuou na cidade do Rio de Janeiro o Pr. Wagner, oriundo da Sociedade Missionária da Basileia. Através do seu empenho financeiro pessoal e de terceiros, ele conseguiu promover encontros ou conferências quase que anuais dos pastores das colônias próximas, bem como da província do Espírito Santo. Era o encontro anual de pastores oriundos da Basileia. Porém, com a transferência de Wagner, as conferências cessaram.

Iniciava, então, a preocupação dos pastores em solo capixaba de promover encontros, ou de algo como uma "federação das comunidades". Tentava-se também aproximação com os pastores oriundos da "Sociedade Caixa de Deus", o que não se concretizou. Na inauguração de um templo em São Paulo, surgiu pela primeira vez a ideia da criação de algo como um sínodo. Assim, no ano de 1912, reuniram-se no Rio de Janeiro representantes das comunidades do Rio de Janeiro, Petrópolis, Juiz de Fora, Campinho (Domingos Martins), Califórnia, Santa Leopoldina, Campinas, Rio Claro, Santos e São Paulo. Surgia assim o Sínodo Brasil-Central das Comunidades Evangélicas Alemãs.

No relatório da sua V Assembleia Sinodal no ano de 1927, relata-se sobre a criação de uma Federação das Comunidades no Espírito Santo:

"Ela foi fundada a 19 de dezembro de 1913 em Leopoldina I (hoje Luxemburgo) junto com pastores da Associação Caixa de Deus. E recebeu o nome de 'Federação Eclesiástica do Espírito Santo'. Conforme § 2 do Estatuto, pertenciam à Federação as comunidades de Califórnia, Guandu, Santa Joana, Santa Isabel (Campinho), Santa Leopoldina I e II".[68]

O segundo encontro aconteceu em 1915 em Santa Leopoldina I (hoje Luxemburgo); o quinto no ano de 1917, em Califórnia. Neste, se convencionou sobre a segurança das propriedades das comunidades e a criação de um ancionato em Jequitibá.[69]

---

68 Ferdinand SCHRÖDER, Brasilien und Wittenberg — Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien, p. 353.

69 Ibid., p. 353.

CAPÍTULO XI

RELIGIOSIDADE POPULAR

CONCEITOS

1. COMPREENSÃO DO TERMO "RELIGIOSIDADE POPULAR"

O termo "religiosidade popular" é usado no contexto católico, para caracterizar as manifestações religiosas correntes entre o povo. Como no seio luterano não há santos, romarias e outras manifestações comuns ao catolicismo, o termo será aqui usado para definir a vivência da fé dos imigrantes à parte da Igreja institucionalizada ou oficial. Trata-se da religiosidade elaborada ao longo dos séculos pelas pessoas comuns, a partir das suas experiências com o sagrado. Enfim, trata-se de uma religiosidade profundamente arraigada, mas não reconhecida ou até combatida pela instituição Igreja. É aquela religiosidade que, influenciada por diversas fontes também de antes da cristianização, traz a compreensão do sagrado para o chão e compreensão do dia a dia, dentro de uma vida, com certeza muitas vezes vivida sob muitas aflições, dificuldades e angústias. Por isso, a "religiosidade popular" traz fortes componentes emocionais, diferente da religiosidade institucional, caracterizada pela racionalização e dogmatização do clero. Trata-se, em grande parte, de uma religiosidade de tradição oral e que, por isso mesmo, sofreu e sofre renovação e reinterpretações.[1]

---

1 André DROOGERS, Religiosidade Popular Luterana, p. 7 ss.

2. O CONCEITO SOBRE A FÓRMULA TRINITÁRIA DEUS PAI, FILHO E ESPÍRITO SANTO NA "RELIGIOSIDADE POPULAR"

Ele é aquele que ajuda e protege, e esta sua característica está intimamente ligada à vida no campo, principalmente entre os pomeranos. Boa colheita é vista como uma bênção de Deus, assim como falta de chuva e má colheita significam castigo. Entre os mais antigos era comum dizer "*Deus o/a abençoe*", quando se plantava algo. O colono referia-se à semente ou à mudinha que colocava na terra, mas também pedia bênção sobre a própria terra. Em algumas famílias, na região de Santa Maria de Jetibá, era comum dizer-se uma fórmula parecida com "*Deus, me proteja na roça*", antes de se ir ao trabalho, como proteção contra acidentes de trabalho, como derrubadas, mordedura de aranhas ou cobras. Certa mulher dizia a fórmula "*Deus me proteja no caminho*", quando ia ao pasto buscar as vacas para a ordenha. Perguntada pelo porquê dessa fórmula, dizia que necessitava da proteção de Deus contra chifradas e para que as vacas sossegassem durante a ordenha. O mesmo valia para quando se faziam derrubadas, pois muitas mortes aconteceram neste trabalho. Observa-se que se trata de uma relação individual com Deus: "*Deus, protege-me na roça*"; "*Deus, protege-me na mata, durante a derrubada de árvores*". É o meu Deus que entra em ação, e não o Deus também do próximo.[2]

Na compreensão do Deus que ajuda e protege, ele era lembrado especialmente em momentos de dificuldades, como em temporais com ventos fortes e forte incidência de raios e trovões. Deus era visto como aquele que protegia a casa dentro do universo camponês. Disto dá conta o *Himmelsbrief* (Carta celeste), que contém fórmulas escritas, invocando a proteção de Deus sobre a família/casa contra o mal e a morte. Após esta invocação, perfilam-se alguns símbolos que caracterizam o camponês trabalhador e religioso: não cobiçar riquezas; partilhar com os pobres; honrar pai e mãe, isto é, a autoridade; não trabalhar aos domingos e encerrar todos os trabalhos da semana já no sábado à tarde. Novamente aparece a ideia do Deus que protege, mas que também castiga quando não é obedecido. O *Himmelsbrief* era colocada em moldura e pendurada na sala da casa. Como era um elemento religioso combatido pela igreja institucionalizada, o quadro era retirado da parede da sala quando se recebia a visita do pastor.

2 André DROOGERS, Religiosidade Popular Luterana, p. 10.

Na percepção de que Deus é aquele que protege e ajuda, Jesus assume um papel coadjuvante. Para reforçar um pedido diante de Deus, Jesus pode ser citado, pois ele é o Filho de Deus. A partir de uma estrutura familiar, na qual o pai é a autoridade máxima, o filho do pai pode ter a sua importância como intermediador, ou também facilitador, para reforçar algum pedido junto ao pai. Isto se torna palpável nas fórmulas de benzeduras, nas quais todos os pedidos são feitos em Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Jesus é muito lembrado como a criança nascida pobre no Natal, nascida na manjedoura, mas que também um dia voltará para o julgamento. O *Himmelsbrief* lembra, por exemplo, que o menino Jesus deve ser louvado e exaltado: "*Jesus, amado menino, ao amado pequeno Jesus seja louvado e exaltado, oh doce Jesus*". Mas como Jesus um dia conduzirá o julgamento final, a *Himmelsbrief* lembra que "*Jesus dá salvação e bem-aventurança àquele que o serve sempre. Quem se consola com o nome de Jesus por ele será redimido*".

Em alguns momentos é usada a fórmula trinitária: Pai, Filho e Espírito Santo. Assim, por exemplo, a *Schutzbrief* (Carta de proteção), após a introdução com palavras do Salmo 37.5, invoca a trindade. Mas logo, no texto seguinte, o crente é solicitado a entregar suas preocupações a Deus e a Jesus. Em fórmulas de benzedura, também a oração por cura encerra com a invocação da trindade e sinal da cruz.

Deus também é lembrado em momentos em que se torna difícil explicar determinados acontecimentos. Numa morte repentina, por exemplo, dizia-se: "*Deus quis assim*", ou "*Aconteceu, pois chegou a sua hora*". O resultado é um fatalismo. Outras vezes, Deus é usado para esconder erros, quando alguém falecia por falta de assistência médica. Se "*Deus quis assim*", todos são eximidos de qualquer culpa.

Finalmente, Deus é importante no momento da morte. Pessoas que têm fé em Deus podem morrer tranquilas. Quem "*desprezou a Deus*" pode ter dificuldades para morrer, pois Deus também pode usar este momento para castigar e levar, através de longo sofrimento sobre a cama, para o arrependimento.

3. O CONCEITO SOBRE O PASTOR NA "RELIGIOSIDADE POPULAR"

Esperava-se do pastor ser exemplo, pois era dele, afinal, que se esperavam bons conselhos para os membros da comunidade em todas as situações. Era por isso respeitado e, por vezes, até se exigia que fosse rigoroso e "brabo". Por "brabo" entendia-se ser rigoroso no catecumenato, até com castigos físicos, como varadas e puxões de orelha, e fazer-se respeitar diante dos membros, exigindo obediência. No interior, era comum o pastor receber pequenos agrados quando fazia visitas. Esse agrado consistia em alimentos produzidos na roça. Outras vezes, famílias traziam agrados em forma de alimentos até a casa do pastor. Ainda na década de 1970, o autor recebia de colonos "uma fresca", ou seja, um pedaço de carne fresca, quando se matava um boi ou um porco.

Teria esse costume algo a ver com a cultura religiosa wendes-pomerana, em que o sacerdote era visto como intermediário entre o ser humano e as divindades? Após a cristianização dos pomeranos, uma prática curiosa deu seguimento a este costume: em conventos, monges mantinham livros, chamados de *Livros dos Mortos*, em que se escreviam os nomes daqueles que realizavam quaisquer doações. Ter o nome inscrito nestes livros significava ter dado um passo em direção ao paraíso.[3]

4. A BÍBLIA

Era importante cada família possuir uma Bíblia em casa. Mesmo se pouco lida, tê-la significava uma espécie de trunfo religioso. Ter a Bíblia dentro de casa significava algo como atrair a bênção de Deus sobre a casa e a lavoura. Ter a Bíblia e, se possível, lê-la, equivalia a dar passos em direção à prosperidade material. Cobiçadas eram as bíblias com letra grande e com figuras. Se as letras não diziam muito, as figuras deixavam suas marcas, mesmo se muitas vezes longe daquilo que o texto propunha.

Comum era um livro que continha orações para o dia a dia, chamado *Starcks Gebetsbuch* (Livro de orações de Starck). Era um livro editado por *Ludwig Starck* (1680–1756), e tudo indica que foi trazido por pastores, pois ele recebeu uma reedição no ano de 1974, pela editora Freimund-Druckerei na cidade de Neuendettelsau, berço da formação dos pastores oriundos da *Gotteskasten* (Sociedade Caixa de Deus). Teria sido a disseminação deste livro de orações uma tentativa de neutralizar o *Himmelsbrief* e o *Schutzbrief*, tão difundidos entre os membros das comunidades? De qualquer forma, este livro conquistou espaço nas famílias e muitas diziam tratar-se de um *starkes Gebetsbuch*. O adjetivo *stark* em alemão significa forte. Daí se dizia que se tratava e se acreditava ser um livro de "orações fortes".

5. A IGREJA

Era importante pertencer a uma comunidade confessional. Tanto é que, nos cultos, as igrejas estavam sempre lotadas. Não pertencer a uma igreja significava ser marginalizado (ou se automarginalizar) e podia também significar, no entender dos igrejeiros, não ser abençoado por Deus na vida e nem na lavoura. Muito se ouvia dizer que "*viver sem religião*" equivale a viver sem Deus, e viver sem Deus significa levar uma vida devassa e sem moral. Nesta concepção, agradavam aquelas pregações que estabeleciam princípios éticos e morais bem claros, preferencialmente alicerçados em palavras do próprio Jesus ou de outros textos bíblicos. A fiel participação na comunidade religiosa tinha também o caráter de direitos adquiridos. Quem frequentava a "sua igreja" tinha o direito de contar com a assistência do pastor em casos de necessidades na família, como doenças e outras dificuldades. Mas também adquiria o direito a ofícios, como batismo, confirmação, casamento e enterro, sobretudo.

Quando se ia aos cultos, o hinário era obrigatório para as mulheres. Geralmente elas puxavam o canto, acompanhadas pelo harmônio, ou quando este não existia, pela voz do pastor. Era muito comum os homens não cantarem. Isto se devia ao fato de que muitos não sabiam ler, nem escrever, pois já desde crianças tinham que acompanhar os pais na roça. Assim, a frequência nas escolas era pouca e pouco se aprendia. Eram as meninas que sabiam ler mais. Além disto, todo o aprendizado dos primeiros passos na fé das crianças em casa passava pelas mulheres. Deste aprendizado também fazia parte

3 Martin WEHRMANN, Geschichte von Pommern, Band 1, p. 184.

o canto. A primeira oração que as mães ensinavam às crianças era: *Abba, lieber Vater, Amen*.[4]

Muito importante era a bênção. Ela era importante no final do culto, pois indicava a presença de Deus no período que se estendia até o próximo culto. Além do mais, a bênção era interpretada como um acompanhamento garantido de Deus, através do pastor, como intermediador, durante toda a vida das pessoas: a bênção no batismo, a bênção na confirmação, a bênção no casamento e sepultamento. No sepultamento era comum se exigir a presença do pastor. Quando o pastor local não podia, procuravam-se pastores das paróquias vizinhas. Já que a bênção era importante em todos os momentos da vida, agora se tratava da bênção final, como rito de passagem para uma outra vida, e esta bênção tinha que ser dada por um pastor. Nesta compreensão, a bênção tinha a ver com os momentos de transição na vida das pessoas.

Quando possível, esses momentos de transição da vida eram acompanhados pelo badalar dos sinos. Eles anunciavam, por exemplo, a morte. Pelo jeito de se tocar os sinos, as pessoas sabiam se havia falecido um adulto ou uma criança. No batismo, nas confirmações e nos casamentos, os sinos também eram tocados. Como instrumento de comunicação, os homens levantavam por uma fração de segundos o chapéu, suspendendo-o sobre a cabeça, em sinal de respeito a Deus, quando ouviam o sino tocar.

Pode-se medir a importância que os sinos tinham na "religiosidade popular" pelos esforços sobre-humanos que muitas comunidades empreenderam para conseguir os seus. Muitos foram adquiridos da Alemanha, o que envolvia investimento financeiro vultoso. Onde não havia estradas, os sinos eram carregados em varas de bambu ou palmito sobre o ombro dos membros das comunidades, por dias e dias.

Dentro da concepção da "religiosidade popular", a Santa Ceia tinha um lugar especial, principalmente para as famílias de moribundos. Muitas famílias interpretavam a Santa Ceia como uma forma de recuperar a saúde dos doentes, quando todos os outros meios já tinham falhado. Mas também havia a percepção de que a Santa Ceia abria espaço para a salvação do moribundo. Esta era importante para que seu espírito pudesse realmente descansar em paz.

4 "Abba" se refere a Marcos 14.37, e significa em aramaico, a língua de Jesus, "Pai". É também a primeira palavra do "Pai Nosso", como o próprio Jesus o falou. A tradução de "Abba, lieber Vater, Amem" é: "Pai, querido Pai, Amém".

RITOS

1. RITOS DE PASSAGEM

Sobre "ritos de passagem" serão tratadas aqui algumas práticas que acompanhavam o batismo, a confirmação, o casamento e o sepultamento (morte), na perspectiva do que se definiu como pertencente ao fenômeno "religiosidade popular".

a. O batismo

A gravidez, bem como as primeiras semanas de vida de uma criança estavam envoltas em muitas preocupações. Feitiçarias, encantos, simpatias e maus olhados cercavam este período. Ouvir conversas detrás da porta ou olhar pela fechadura da porta na gravidez podia significar a criança nascer vesga. Também existia o medo de pessoas, das quais se dizia conseguirem cometer maldades. Falava-se de *andaue*, *antun*, o que significa "causar algo", "causar mal a alguém". Muito difundidas eram as simpatias, como, por exemplo, não permitir que nos primeiros doze meses o rosto das crianças recebesse pingos de chuva. Isto podia significar o aparecimento de sardas.

Assim se criaram em torno do batismo inúmeros costumes e crenças. Aliás, a criança merecia cuidados especiais, pois vivia num mundo cheio de perigos. O batismo era considerado como o momento em que a criança era integrada à vida normal da família, saindo da esfera dos maiores perigos. Antes do batismo, não se permitia a saída da mãe com a criança para além dos limites da propriedade. Caso saísse, poderia ser objeto de mau olhado,

feitiçaria, também se poderia tornar uma criança bagunceira. Com o batismo terminavam estas preocupações.

Também para a mãe, a primeira ida para a igreja após o parto tinha suas particularidades. Não podia conversar no caminho de casa até a igreja. Se o fizesse, a criança se tornaria levada e conversadeira. Na volta para casa, convinha rezar o "Pai Nosso" bem perto da boca da criança. Isto fazia com que esta aprendesse a oração com facilidade.

A escolha dos padrinhos era importante, pois se acreditava que as virtudes desses se transferiam para as crianças. Era comum, além do nome escolhido pelos pais, a criança também receber o nome dos padrinhos. No dia do batismo, padrinhos presenteavam seus afilhados com a "carta do/a padrinho/madrinha", chamada *Pätezettel*. Dentro do envelope desta carta, ou lembrança do batismo, colocavam-se objetos que trariam sorte para a criança. Assim, era comum colocar grãos de feijão, de milho, café e outras sementes, para que o afilhado tivesse sorte no plantio e na colheita. A crina de cavalo deveria assegurar sorte no trato com cavalos. Um pouco de terra deveria assegurar sorte para aquisição de terra própria. A pena de galinha deveria assegurar sorte na criação destas. A pena de ganso era o símbolo para conforto e proteção, pois as penas de ganso eram usadas para a confecção dos "penões", um tipo de edredom de penas. Agulha e linha asseguravam à afilhada ser uma boa costureira, quando adulta. Dinheiro deveria assegurar riqueza. Enfim, todos os objetos deveriam assegurar sorte no futuro dos afilhados.

No caminho para a igreja, padrinhos e madrinhas tinham que ter alguns cuidados ao levarem o *Pätezettel*. Se urinassem no caminho para a igreja, poderiam correr o risco de fazer do afilhado ou da afilhada uma pessoa mijona. Esta preocupação se dava pelo fato de que geralmente as crianças tinham incorporado em seu nome de registro também o nome dos padrinhos ou das madrinhas. Fazia-se isto na percepção de que com estes nomes incorporados, características destes seriam assumidas pela criança. Daí se explicam nomes compridos de antigamente, como por exemplo, Henrique Augusto Frederico Guilherme, e só aí vinha o sobrenome.

Após o culto de batismo, acontecia a festa na família, também chamada de *Kindelbei*, agora com a presença da criança, pois ela não mais corria todos os riscos inerentes ao período antes do batismo. Era um rito em que a criança era introduzida na vida dos padrinhos, madrinhas e na grande família, pois até o batismo só viveu na casa, cercada por pais e irmãos. Nesta festa, a mesa

era abundante, bem como a bebida, no desejo que a criança quando adulta pudesse viver fartura em dias especiais.

b. A Confirmação

Este rito, que tem a função de integrar a pessoa à comunidade adulta, adquiriu na "religiosidade popular" a função de marcar a passagem das crianças para um estágio de responsabilidade própria, principalmente no que concerne ao namoro. Às meninas que tinham passado pelo rito da confirmação, era permitido ir a bailes e namorar. Aos rapazes, o rito permitia ir a bailes, fumar, ingerir bebida alcoólica e namorar. Enfim, liberdade que para muitos jovens significou uma vida desregrada em todos os sentidos. Em geral, entendia-se que com o ato da Confirmação também se encerrava a responsabilidade assumida por padrinhos e madrinhas no ato do Batismo.

Com este pano de fundo, a ida para o Ensino Confirmatório era vista como de extrema importância, pois era o rito que introduzia as crianças para uma fase da vida com responsabilidade própria quase que total. Era também a partir deste momento que se permitia aos jovens participar da Ceia do Senhor. A preparação para a Ceia era coisa séria e por isso se esperava que todos decorassem o Catecismo Menor de Martim Lutero. Pastores, e onde não os havia, pessoas da comunidade, assumiam o papel de catequistas. O ponto alto do período do Ensino Confirmatório acontecia com a *Prüfung*, ou seja, um exame público das crianças diante de toda a comunidade reunida. Onde pastores conduziam este momento, ele era carregado de muita apreensão, pois não passar pela *Prüfung* significava mais um ano de Ensino Confirmatório e, portanto, mais um ano sem baile e namoro. Além do mais, havia a gozação dos colegas.

Após a *Prüfung*, acontecia a Confirmação. Em alemão falava-se da *Einsegnung*, ou seja, da consagração para a participação ativa dentro da comunidade. Era um culto especial, em muitas comunidades realizada no Domingo de Ramos. Todos recebiam uma lembrança da Confirmação, que consistia num quadro com uma figura religiosa, onde havia espaço para dados pessoais e um espaço maior reservado para um versículo bíblico. Geralmente os versículos eram escolhidos pelos pastores, de acordo com o voto que desejavam deixar para os confirmandos, após os conhecer durante três anos de ensino. Estes versículos eram decorados após a confirmação e antes da participação na Ceia do Senhor. Num culto seguinte, tinham que ser recitados diante do pastor

ou do presbitério da comunidade. Destino destas lembranças era a parede na sala da casa, onde eram penduradas em quadros envidraçados e mostrados como um tipo de troféu que conduziu à liberdade.

Rapazes geralmente usavam terno e gravata no dia da Confirmação, e as meninas, vestido e sapato brancos. O traje já denuncia a compreensão deste rito: começa agora uma nova fase, onde se participa da vida adulta. Terno e vestido branco já indicavam a próxima etapa da vida, o casamento. Para muitos rapazes e moças, este dia era o primeiro na vida em que se usava sapatos ou uma roupa melhor. Após o culto, que por vezes demorava até 4 ou mais horas, ia-se para casa, onde acontecia um fausto almoço de congraçamento com vizinhos, madrinhas e padrinhos. Era muito comum confirmandos receberem, neste dia, de presente uma Bíblia ou um hinário. Até então se usava a Bíblia da família.

A questão da idade da Confirmação, especialmente das meninas, por vezes era tema de longas discussões nas comunidades. Em geral, elas eram confirmadas já um ano antes dos rapazes. Mas quando a puberdade instalava-se precocemente, pais exigiam que a Confirmação logo se consumasse, pois chegara a idade de namorar. Pais insistiam também na Confirmação, pois como segurar as meninas, se já estavam namorando? Era comum pastores receberem queixas do tipo: "*Fulana ainda não está confirmada e já está namorando com sicrano*". Pais que não conseguiam exercer sua autoridade sobre filhas procuravam antecipar a Confirmação, para não serem cobrados pela vizinhança como fracos e sem autoridade.

c. O casamento

A festa de casamento era para os pomeranos a maior e a mais importante. A maior parte do ritual era organizado pelas famílias, portanto, um assunto secular. Para a igreja só cabiam dois momentos: o anúncio do casamento — as proclamas — e a condução da bênção no dia do casamento.

O rito do casamento requeria semanas de preparação. De preferência, casava-se na sexta-feira, pois a festa estendia-se até o sábado. Dançava-se durante a noite toda, até o raiar do sol no sábado. Assim, casando-se na sexta-feira, não se prejudicava a ida ao culto no domingo. O mês de julho era um mês ideal para se casar, pois havia terminado a colheita, e isto significava algum dinheiro para organizar bem a festa.



Acervo Helmar Rölke

Casamento por volta de 1890. Como era costume, a noiva se vestia de preto

Todo o processo do casamento iniciava quando se conversava com o pastor para acertar a data do casamento. A isto se seguia o anúncio de casamento no culto comunitário. Após este anúncio, entrava em função o *Hochzeitsbitter*, o "convidador/pedidor" para o casamento. Este visitava casa por casa, convidando as famílias para o casamento. Vestia-se melhor e levava-se preso à camisa, nas costas, um arranjo com fitas coloridas, enfeitadas com um pequeno galho de cipreste. Também levava consigo uma garrafinha enfeitada com cipreste e fitas, contendo cachaça.

Ao chegar à casa da família a ser convidada, nada falava. Também a família nada conversava. Abria-se espaço para que pudesse entrar até a sala ou um espaço maior na casa. Lá o *Hochzeitsbitter* iniciava um ritual de andar em círculo e, em forma de versos, nem sempre rimados, ou outros textos decorados, convidava a família para o casamento. Da região de Santa Maria de Jetibá, tem-se a seguinte forma de convite:

"A todos juntos digo um bom dia!
Ando em círculo,
para que tudo transcorra com entendimento.

Uma boa saudação e um bonito cumprimento
de ... (nome da noiva e nome do noivo).
Fui incumbido de convidar para o casamento deles
no dia ... na casa dos pais da noiva.
De certo todos vocês virão,
pai e mãe e todas as crianças,
avô e avó também.
Frangos, boi e porco serão carneados
e toda comida de forma gostosa preparada.
Colher não foi esquecida,
assim não precisam comer com os dedos.
Também à noite haverá comida
e uma bela dança
que a todos alegrará.
Venham festivamente vestidos,
porém, não mais do que os noivos.
Noiva e noivo querem ser os mais bonitos".

Após o convite, o convidador oferecia um gole de cachaça ao pai da família. Este retribuía, dando alguns trocados ao *Hochzeitsbitter*.

Na noite anterior ao casamento, acontecia o *Pulterowend* ou *Polterabend*, recentemente chamado de "quebra louças". Essa prática remonta à época de antes da cristianização dos povos germânicos, quando, na tentativa de afugentar maus espíritos, fazia-se barulho, algazarra e gritaria. De forma análoga, quebravam-se louças de porcelana ou cerâmica, batia-se em panelas para afugentar maus espíritos que eventualmente pudessem prejudicar a vida matrimonial dos noivos que estavam se preparando para a bênção matrimonial.

A cerimônia do *Polterabend* seguia, de região para região, rituais diversos. Geralmente noivo e noiva sentavam-se na sala, quando iniciava fora da casa barulho provocado por panelas. Ao mesmo tempo se jogava louças contra a porta. Esta era aberta e todo cortejo adentrava no recinto com gritaria e algazarra. Em alguns lugares, amigos do noivo ou da noiva jogavam entulho diante da porta, para que estes tivessem o trabalho de removê-lo, pois no dia do casamento tudo teria que estar limpo e caprichado, para receber bem os convidados.

Após o "quebra louças", os noivos tinham que limpar a casa dos cacos e enterrá-los perto da casa, ou na lavoura em volta da casa. Este trabalho era

feito em conjunto pelos noivos, o que simbolizava paz matrimonial. Apenas se observava que a pá para carregar os cacos fosse conduzida pelo noivo, simbolizando que este detinha o leme do matrimônio.

Junto ao *Polterabend* também acontecia o que muitos pomeranos chamavam de *Heunerowend*, ou seja, "noite das galinhas". Nesta noite, comiam-se os miúdos, pois era costume cada convidado trazer manteiga e uma galinha para reforçar a mesa farta do banquete do casamento.

Em casamentos nunca podia faltar a carne de galinha, pois ela tinha uma simbologia especial. A galinha solta em torno da casa sempre denunciava a aproximação de elementos ou coisas estranhas através do seu cacarejar. Ingerir carne de galinha no casamento significava, dentro da religiosidade wendes-pomerana, que todos os convidados interiorizavam a percepção da galinha para denunciar qualquer tipo de ameaça que por ventura quisesse se aproximar do casal para atrapalhar o matrimônio. Além desta simbologia, esperava-se também que os noivos, ingerindo esta carne, pudessem sempre "cacarejar" de alegria e felicidade em sua vida matrimonial.

Para o dia propriamente dito do casamento, convidados chegavam cedo. Eram recepcionados por um músico que tocava a concertina. Era o processo do *ranespäle* ou *inspäle*, algo como chamar os convidados para perto ou para dentro através da música. Do lado do músico havia um prato enfeitado com flores ou galhos de cipreste, no qual se colocavam alguns trocados. Também havia uma garrafa enfeitada com galhos de cipreste, contendo cachaça, da qual os homens serviam-se ao chegar. Por vezes, colocava-se ao lado da garrafa de cachaça uma garrafa contendo uma bebida fermentada de gengibre, que aportuguesada, era chamada de *Ginchibier* (cerveja de gengibre). Quem chegava era recebido com café, pão, bolo e biscoitos.

Nos primeiros decênios da imigração, as noivas eram vestidas pela mãe e irmãs. O vestido era de seda preta e sobre a cabeça recebiam uma tiara ou grinalda de murta ou cipreste, permeada com pequenas flores brancas. Vestidos brancos foram adotados apenas a partir do início do século XX. A tradição da cor preta tem a ver com os costumes na Alemanha. Indicam-se para dois: geralmente os casamentos aconteciam depois da colheita, isto é, já no início do outono, quando a temperatura já podia cair consideravelmente. A cor preta absorvia melhor o sol, esquentando mais sobre o corpo. O segundo costume tinha a ver com a questão religiosa. A cor preta simbolizava respeito diante do momento religioso na igreja. Noivos usavam terno preto e gravata.

Iniciava então o cortejo até a igreja, a cavalo. A maioria dos convidados não acompanhava os noivos até a igreja. Dificilmente os pais dos noivos acompanhavam o cortejo. Na ida para a igreja, a noiva ia à frente do noivo. Na volta era o inverso. Para mostrar que agora o homem conduzia o matrimônio, este guiava o cortejo até a casa. Era também neste dia que geralmente acontecia o casamento civil, sempre antes da cerimônia religiosa.

Todos os cavalos eram ricamente enfeitados com guirlandas de flores, murta ou cipreste. O cortejo era acompanhado por um grupo que conduzia bandeiras e soltava fogos. Além dos fogos, também se soltavam gritos em falsete durante o caminho. Toda esta algazarra tinha as suas raízes no período da pré-cristianização. Valia espantar os maus espíritos através de foguetório, gritos e empinar as bandeiras, movendo-as de forma constante.

Chegava-se então à igreja, onde os noivos, na porta, eram recebidos pelo pastor. Após cumprimento, este os conduzia até o altar, onde recebiam a bênção matrimonial. Algumas pessoas observavam quem primeiro pisava no interior do templo. Se fosse o noivo, este mandaria no matrimônio. Se a noiva pisasse primeiro, era sinal que esta sempre teria a última palavra em casa. Diante do altar, os noivos permaneciam bem juntinhos, para que nenhum mal se interpusesse na vida matrimonial. Onde havia sinos, estes badalavam festivamente, anunciando para a redondeza mais uma união matrimonial.

Após a cerimônia, iniciava o caminho de volta. Quando o cortejo aproximava-se da casa onde acontecia a festa, geralmente na casa da noiva, soltavam-se foguetes. Na casa, respondia-se com forte foguetório. Após os animais terem sido livrados das selas, noivo e noiva eram recebidos na casa com música e um gole de cachaça.

Iniciava em seguida o banquete. Eram mesas compridas, montadas debaixo de armações de bambu e cobertas com palhas de coqueiros. Mais tarde também se passou a usar lonas. Noivos eram postados na ponta de uma mesa comprida. Sobre suas cabeças havia uma guirlanda de flores ou de papel crepom. Nesta primeira rodada, assentavam-se as testemunhas e os pais, juntamente com o pastor. A este cabia fazer uma oração para abençoar os alimentos e então iniciava um longo processo de alimentação farta, que consistia de carne de frango assada, cozida, batata inglesa, aipim cozido, cará, arroz, carne de boi assada e cozida e molho. Como sobremesa servia-se arroz doce com canela e açúcar. Ingeria-se um fermentado de gengibre ou vinho — este, dissolvido em água e fortemente açucarado. Os pratos sempre estavam virados para baixo e apenas acompanhados de uma colher. As toalhas de mesa eram enfeitadas com murta ou cipreste e pequenas flores, postas sobre as mesas, sem jarras.

Quando o primeiro grupo tinha se fartado, sentava o segundo e assim sucessivamente. Cabia aos noivos permanecer na cabeceira da mesa, acompanhando os diversos grupos. Eram servidos pelos "serventes", que eram caracterizados pelas fitas coloridas presas nas costas e uma toalha de rosto, pendurada sobre o ombro. Cabia também a estes repor os alimentos e a bebida nas mesas.

À tarde, tirava-se uma foto com todos os convidados. Noivos, pais, testemunhas, tocador de concertina e crianças tinham lugar na primeira fila. Serventes e cozinheiras vinham em seguida. Os outros convidados postavam-se morro acima, pois estas fotos tinham a característica de serem tiradas num local com inclinação, para que todos pudessem ser vistos. A foto de casamento era de extrema importância como valor de preservação do sentimento de pertença a uma comunidade, tanto religiosa como étnica. Assim, estas fotos tinham também um lugar de destaque dentro da sala das casas para serem logo apresentadas aos visitantes. Tudo indica que esta prática queria ressaltar algum caráter mágico/religioso, pois significava um momento em que aquele grupo familiar tinha garantido sua sobrevivência e reprodução através do casamento.

Ao anoitecer, iniciava aos poucos o momento das danças e do baile. Nisto a igreja não tinha nenhuma participação, pois muitas vezes só se iniciavam as danças depois que o pastor já tinha deixado a festa. Fazia-se a dança da noiva (*Brutdanz*) e a dança da grinalda (*Kranzafdanse*). Nesta última dança, noivo e noiva dançavam com todas as pessoas solteiras, como num ato de despedida da vida de solteiros e ritual para o ingresso de uma nova vida. Depois, seguia-se a dança da noiva, onde todos os convivas dançavam com noivo e noiva, novamente na perspectiva de um ritual que conduzia para a vida junto aos casados. Terminado este ritual, iniciava o momento em que os casados podiam dançar com qualquer pessoa. Expressava-se aí a clara contraposição desta festa ao ambiente na igreja, onde homens sentavam de um lado e mulheres do outro, junto às suas crianças.

Durante todo o dia, funcionava um local onde se distribuía "bebida forte" ou "bebida quente", como cachaça pura e outras misturas com bebidas com forte teor alcoólico. Muito comum eram ervas e raízes dentro de cachaça. Sob influência do álcool, não raro surgiam discussões e brigas, quando se lembrava de questões passadas mal resolvidas. Para sanar estas questões e

achar novamente formas de convivência pacífica, o pastor era chamado pelas partes dias depois do casamento.

Tradicionalmente, na terça-feira seguinte ao casamento, acontecia a mudança, quando o jovem casal mudava-se para a casa ou o terreno da família do noivo. Evitava-se fazer a mudança aos sábados, pois já era o dia que prenunciava o domingo, dia sagrado de descanso.

A primeira ida do casal ao culto após o casamento tinha os seus ritos. Enquanto o marido podia ir desacompanhado, a esposa era acompanhada por duas senhoras já casadas. Quando possível, madrinhas de batismo.

d. A morte – sepultamento

Em especial, produziu-se muitas crenças em torno da morte e do sepultamento. A rigor, os três ritos anteriores eram uma preparação para este quarto ritual, onde estava em jogo a salvação ou, melhor, a vida na eternidade.

Na "religiosidade popular", Deus era visto como responsável pela morte das pessoas, por isso nem se levantava a pergunta pelo porquê. "*Deus assim o quis*" era a reação mais comum. Desta forma, a vida era simplesmente uma preparação para a morte, e esta então era vista como a transição para um outro nível de algum tipo de continuidade. Por isso, o momento da morte e o sepultamento eram acompanhados de rituais e costumes imprescindíveis, para que o falecido realmente pudesse se desprender deste mundo e adentrar tranquilamente para a outra esfera, da qual não se sabe direito como é, mas na qual se presume algum tipo de continuidade.

Principalmente entre os pomeranos, alguns ritos, alguns costumes, algumas práticas eram bem manifestadas, para aliviar e facilitar a ida para o além. Era costume buscar o pastor para administrar a Ceia do Senhor ao moribundo. Esta Ceia podia ser interpretada como uma última tentativa de um remédio milagroso para prolongar a vida, mas também tinha o caráter de aliviar e facilitar a ida para a eternidade. No momento em que se instalava a morte, os parentes abriam todas as janelas para que ao falecido tivesse assegurada a saída total e livre daquele ambiente em direção a um outro plano. Algo parecido também acontecia posteriormente, quando se derrubavam as cadeiras ou os bancos, sobre os quais o caixão tinha sido colocado durante o velório na casa. Com este gesto indicava-se que agora nada mais prendia a pessoa falecida àquela casa, pois nem mais lugar onde sentar havia.

Na hora da morte também se fazia uma oração, que podia ser lida ou dita livremente. Muito comum era ler-se uma oração do *Starcks-Gebetsbuch*. Em algumas famílias também se cantava um hino do hinário, preferencialmente um que era muito cantado pelo falecido. Em seguida eram cerrados os olhos do falecido, para que não mais pudesse ver nada do mundo que deixava. Mas também havia o medo, de que em quem caísse o olhar do falecido, fosse o próximo a morrer. A boca do falecido também tinha que ser fechada, para que não pudesse mais chamar ninguém para acompanhá-lo.

Relógios eram parados na hora da morte e espelhos cobertos com panos. O relógio era parado para que a comunidade convidada para o sepultamento pudesse conferir o horário exato da morte. Mas também carregava a simbologia de mostrar que agora se partia para a eternidade, onde não mais havia preocupação com a medida de tempo, conforme explicou o Sr. Erich Boldt, em entrevista no ano de 1994. Dizia-se que o espelho era um instrumento a serviço da vaidade humana. Coberto, ele evitava que o falecido ainda pudesse cair nesta tentação de se mirar nele.

Após essas providências, acontecia o banho do defunto. Importante era o destino da água, que não podia ser jogada em local onde pessoas pudessem pisar. Assim a água era jogada sobre arbustos, porém, nunca perto do curral, chiqueiro ou galinheiro. A toalha usada para enxugar o defunto era colocada no fundo do caixão. Enquanto isto tudo acontecia, um familiar procurava o pastor para marcar a hora do sepultamento e avisava parentes e amigos da morte. Em comunidades onde havia sinos, estes eram tocados e, pelo badalar, os ouvintes sabiam se se tratava da morte de crianças ou de adultos.

Em muitas localidades havia pessoas que após cada falecimento eram encarregados de confeccionar os caixões. Usava-se madeira compacta, como cedro, peroba e outras. Em muitas casas, as tábuas para a confecção do caixão eram guardadas como forro nas salas das casas. Após o falecimento, essas tábuas eram retiradas. Havia também casos em que o caixão já era feito durante a enfermidade, quando se pressentia que a morte estava iminente.

Enquanto era feito o caixão, uma equipe trabalhava no cemitério na abertura da sepultura. Em cada comunidade havia alguém encarregado de indicar o local onde a sepultura deveria ser aberta. A equipe então cavava a sepultura. Era normal tomar aguardente durante este trabalho, o que por vezes deixava a equipe muito alegre e faladeira. Logo que o caixão estava pronto, o encar-

regado pela abertura da cova recebia as dimensões do caixão, para que este realmente coubesse na sepultura.

Entrava agora a preocupação da família em tratar bem todas as pessoas que vinham ao velório. Em famílias mais abastadas, fazia-se pão com trigo, já que em dias normais comia-se o pão de milho, o "brote de milho". Durante estas refeições, servia-se então pão com manteiga e café, sem grandes preocupações com o luto. Contavam-se histórias e até anedotas. O significado maior desta refeição era indicar que para o falecido iniciava uma nova etapa, mas para os que ficavam, a vida cotidiana continuava. Dessa vida fazia parte alimentar-se normalmente e, quando possível, de forma festiva com pão de trigo e não de fubá de milho.

O caixão era forrado com panos, interna e externamente. Usavam-se tecidos brancos ou roxos que recebiam na tampa do caixão uma cruz sobre a forração, igualmente de tecido, mas geralmente de cor preta. Iniciava então a preparação do defunto dentro do caixão. Era costume colocar junto a este um hinário ou Bíblia. Mas também se colocavam outros objetos, que eram importantes ao falecido. Assim foram para a sepultura cartas, documentos familiares como passaportes, certidões, fotos, dinheiro. Enfim, documentos preciosos, que hoje dificultam escrever a história dos imigrantes. Também se colocavam navalhas para barbear, machados, enxós e outros instrumentos de trabalho. O hinário era importante, pois se acreditava que na ressurreição o falecido estaria municiado para cantar louvores e glórias ao Senhor. Os outros instrumentos eram pensados para o falecido ter o que fazer na vida eterna.

Entre Santa Maria de Jetibá e Caldeirão viveu um exímio marceneiro, de nome Gustavo Friedrich, também conhecido pelas suas tiradas de humor. Ele era conhecido como um ótimo fazedor de caixões. Certa mulher encomendou-lhe um caixão para o marido que havia falecido. Após pronto, o caixão foi entregue para a viúva. Dentro da sua preocupação, de colocar no caixão lembranças e ferramentas do marido falecido, os objetos foram se avolumando. Quando percebeu, o caixão era pequeno para comportar tudo o que queria mandar junto com o marido para a sepultura. Então reclamou com o Sr. Gustavo, dizendo que praticamente nada cabia no caixão. Ao que este lhe respondeu: "*Ao encomendar o caixão, a senhora não explicou que ele deveria servir para fazer mudança!*" Esta história foi relembrada pelo Sr. Henrique Kerckhoff, de Santa Maria de Jetibá, no ano de 2001.

O costume de colocar no caixão objetos que faziam parte do dia a dia do falecido tinha a ver com uma outra preocupação: acreditava-se que os últimos desejos do falecido tinham que ser obedecidos. Também não se podia xingar o doente no leito da morte, pois, enfraquecido, não tinha como se defender. Desobedecer e xingar faria com que o falecido não tivesse sossego no outro nível de vida e eventualmente voltasse para atormentar os que o desobedeceram ou o xingaram. Em 1924, veio para a região de Santa Maria de Jetibá o Pr. Hermann Rölke. Certo dia faleceu um senhor em Barracão (município de Santa Maria de Jetibá). Ao chegar à casa do falecido, que se situava no fundo de um verde pasto, o pastor viu que quase todos os homens estavam alcoolizados e conversando em altos brados. Quando chegou mais perto, viu que um grupo estava se servindo com aguardente junto a um tonel de madeira. Ao perguntar o que estava acontecendo, recebeu a seguinte resposta de um dos filhos: "*Antes de falecer, papai pediu que no dia do seu enterro fosse distribuída aguardente para todos os presentes. Por isso compramos o barril e todos estão se servindo*". Eram os choques entre a religiosidade oficial/institucional da igreja e a "religiosidade popular".

Após todos estes rituais, cabia então ao pastor conduzir oficialmente o sepultamento na casa, como também no cemitério. Após o ato religioso na casa, todos se despediam, colocando uma das mãos sobre as mãos do falecido, cruzadas em forma de oração. Atrás deste gesto estava a indicação de que a separação não era definitiva, muitos diziam neste momento *wiedersehen*, algo como, "até ver de novo", "até à vista", "até logo".

Como não havia outro meio de transporte, o caixão era carregado da casa até o cemitério amarrado suspenso em vara de bambu. Os homens revezavam-se, tendo uma ou mais pessoas em cada ponta do bambu. Ao fechar a sepultura, jogavam-se flores, e a comunidade cantava hinos. Importante era observar a posição das ferramentas usadas para fechar a sepultura. A posição das enxadas, enxadões e pás colocadas em cima da sepultura, logo após encher a cova, tinha interpretações. Uma enxada pequena em cima das outras, indicava que o próximo falecimento seria de uma criança. Um enxadão nesta posição, indicava o falecimento de um homem. Também a direção do cabo da ferramenta usada para fechar a sepultura podia indicar a direção geográfica onde morreria a próxima pessoa.

Após oração do Pai Nosso e bênção final, os instrumentos eram retirados, e familiares colocavam uma coroa de folhas de cipreste e flores sobre a sepultura.

No final, ajoelhavam-se em torno da sepultura, enquanto os demais presentes deixavam o cemitério. Galhos verdes de cipreste tinham enorme importância na vida dos imigrantes, tanto é que em todas as propriedades havia um pé de cipreste. Não causa estranheza que esse arbusto ou árvore fosse chamado de *Lewens*, o que poderia ser traduzido como "vida", "que significa vida".

Notável é a fidelidade e o amor que os imigrantes prestavam aos seus falecidos. Após a terra ter cedido sobre a sepultura, faziam-se os jazigos e em pranchas de madeira se escrevia com entalhe um versículo bíblico e os dados do falecido. Após essa rica arte de entalhar as letras, geralmente em alemão gótico, elas eram pintadas em cor azul celeste ou ouro. Para que não fossem prejudicadas pelas intempéries do clima, eram protegidas com vidro.

Dependendo das tradições das comunidades, acontecia no último domingo do ano eclesiástico, ou em Finados, um culto no cemitério. Para este momento, as sepulturas eram recuperadas e pintadas com cal branco. As pranchas de madeira, com os dizeres, eram recuperadas ou reformadas. Nestes cultos a frequência era enorme. Também em festas eclesiásticas, as sepulturas eram enfeitadas com flores. No Natal até se colocavam pinheirinhos com enfeites natalinos. Este costume era mais um indicativo que, na percepção da "religiosidade popular", imaginava-se uma outra vida para os falecidos, porém, sem especificar em que nível e como seria.

Como a morte era entendida como um caminho natural e, assim nada se podia fazer contra, suicídios eram tratados com algumas preocupações. Afinal, o andar normal da vida tinha sido interrompido. Nestes casos, tomavam-se algumas atitudes, que beiravam ao inadmissível dentro de uma percepção cristã, mas que tinham por trás a intenção de caráter pedagógico para toda a comunidade. Assim, suicidas nunca eram introduzidos no cemitério pelo portão ou entrada principal. O caixão era passado por sobre a cerca do cemitério. Além do mais, se normalmente se sepultavam as pessoas com o olhar voltado para o sol levante, neste caso acontecia o contrário e ainda separado das outras sepulturas, preferencialmente no canto do cemitério.

Costumes e ritos se constituíram, por excelência, instrumentos de resistência dos imigrantes nos rincões capixabas. Durante a II Guerra Mundial, a língua alemã foi proibida nas celebrações religiosas das comunidades. Em algumas localidades, até se instalaram perseguições contra pastores e tudo que lembrava a Alemanha. Serra Pelada, no município de Afonso Cláudio, passou por momentos tensos, em que até se vasculharam de algumas pessoas as lápides nos cemitérios. Inscrições alemãs foram proibidas. No cemitério em Serra Pelada deu-se o seguinte fato: a sepultura de certo colono continha uma prancha de madeira com um versículo bíblico e dados pessoais, entalhados em língua alemã. Os parentes, acuados pela perseguição à língua alemã, pegaram aquela prancha e mandaram escrever do outro lado os mesmos dizeres, mas agora em português. Colocaram-na na sepultura, conservando, porém o alemão no lado oculto. Enganaram os perseguidores e mantiveram-se fiéis à pessoa falecida.

2. FESTAS

a. Natal e Ano Novo

Em torno do Natal e Ano Novo havia muitos costumes e crenças, principalmente entre os imigrantes vindos da Pomerânia. A Pomerânia Oriental, da qual veio grande parte dos imigrantes, durante o inverno era duramente castigada por ventos gélidos vindos do leste. Acreditava-se que estes ventos também traziam poderes, dos quais valia se precaver. Especialmente, a época entre 24 de dezembro e 6 de janeiro, chamada a época das "Doze Noites". Para afugentar maus poderes trazidos por estes ventos gélidos, soltavam-se fogos para produzir muito barulho. Principalmente na passagem do ano, pois assim, simbolicamente, espantavam-se os maus poderes para todo o ano novo. Iniciava assim um novo ano, pelo menos mais protegido. Este costume está presente até hoje nas comunidades interioranas. Em algumas localidades, há momentos de meditação antes da meia-noite e depois o ano novo é introduzido com o badalar dos sinos e forte foguetório. Novamente, a simbiose entre religiosidade oficial/institucional e "religiosidade popular".

Era também neste período que entes falecidos podiam aparecer, tanto é que até se enfeitavam os seus túmulos com pinheirinhos. Mas para que pudessem eventualmente aparecer nas casas no período das "Doze Noites", nesta época não se lavava roupas. Roupa estendida em varais e agitada pelo vento espantava os visitantes já falecidos.

Sem a *Wihnachtsschaul*, algo como escola de Natal, não era Natal. Tratava-se de um auto de Natal, e era apreciado por todas as pessoas. Crianças menores decoravam versículos bíblicos e, mediante o recitar, recebiam um pacotinho

contendo doces. Para muitas crianças era o único presente do Natal. A juventude ensaiava um auto de Natal, que era apresentado para a comunidade toda. Não podiam faltar José e Maria, os pastores de ovelhas e os anjos.

Para se ter indicações de como seria o novo ano, a dona de casa colocava o hinário debaixo do travesseiro no dia 31 de dezembro. Ao levantar no dia 01 de janeiro, abria-o aleatoriamente. O hino encontrado então dava indicativos. Para este indicativo também se podia usar a Bíblia. Também as moças podiam descobrir se o novo ano prometia casamento. Na noite do Ano Novo abriam a porta da casa, e de costas para fora, jogavam um calçado. O Sr. Franz Dettmann, de Santa Maria de Jetibá, falava em tamanco de madeira, pois era o instrumento de ir ao trabalho, principalmente ao curral para tirar leite. Jogava-se o tamanco sobre a cabeça para fora da casa. Se o tamanco caísse indicando para fora da casa, prometia acontecer casamento. Se apontasse para dentro da casa, o destino seria continuar solteira.

b. Páscoa

Em torno da Páscoa havia dois costumes difundidos: o *Osterstiepen* (Cutucar da Páscoa) e o *Osterwoter* (Água da Páscoa). Também aqui se descreve o que relatou o Sr. Franz Dettmann em Santa Maria de Jetibá. O *Osterstiepen* consistia em as crianças pegarem um galho verde e, na Páscoa, de madrugada, acordar os pais ou a família para receberem os ovos da Páscoa. Eram ovos cozidos, pintados com açafrão. Mas atrás dessa prática havia uma simbologia muito interessante. Ao cutucar as pessoas com o galho verde, transmitia-se simbolicamente vida. E Páscoa é isso: da morte, Cristo ressuscitou para a vida.

Mas essa prática também foi assumida pelos jovens, que na madrugada de Páscoa procuravam acordar as suas namoradas, ou pretensas namoradas, com esta varinha verde. Essa brincadeira muitas vezes acabava em confusões, quando os rapazes eram flagrados pelos pais das moças. Também aconteciam acidentes, como relatou o Sr. Franz Dettmann. Numa dessas tentativas, o telhado cedeu, e o rapaz caiu com o pé dentro de um tonel, contendo sal para salgar carnes. A ferida levou meses para sarar.

De grande importância dentro da "religiosidade popular" era o *Osterwoter*, Água da Páscoa, pois este rito ainda está muito difundido até hoje. Esta água tinha que ser colhida no córrego ou no rio na madrugada do domingo da Páscoa, antes do dia clarear. Era importante ter esta água em casa, pois trazia

saúde para a família. Usava-se dela para curar conjuntivite e limpar feridas. Enfim, acreditava-se ser uma água com poderes de cura.

Para colhê-la, tinha que se tomar alguns cuidados. Ela podia ser colhida com um balde ou uma garrafa, mas contra a correnteza do rio ou córrego. Tinha que ser água corrente e era importante observar a correnteza. Devia ser sempre em direção ao lugar onde o sol logo iria nascer. Além do mais, a água deveria ser colhida por moças, e desde a retirada da água do rio até a chegada em casa, elas não podiam conversar ou rir. Se o fizessem antes de transpor a soleira da casa, a água perderia o seu poder de cura e o seu encanto.

c. Pentecostes

Para a festa de Pentecostes, todos os caminhos que conduziam para a casa eram diligentemente limpados. Pentecostes significa a descida do Espírito Santo sobre os discípulos em Jerusalém. Manter os caminhos limpos significava abrir espaço para que o Espírito de Deus também pudesse tomar morada na propriedade.

Este costume era ainda acompanhado da confecção da coroa de Pentecostes. Usava-se para tal a folhagem de uma árvore chamada "pau pereira". Sua característica é uma folhagem que se mantém muito tempo verde e não perde o seu formato. Acreditava-se que esta coroa pendurada na sala, simbolicamente, tinha o poder de envolver como uma coroa toda a casa com o Espírito Santo de Deus, e assim trazer proteção. Acreditava-se que esta coroa protegia contra incêndios, pois mantendo-se verde por longo período, indicava que o fogo não tinha como evoluir.

d. Festa da Colheita

A festa da colheita era um momento especial na vida dos colonos. Trazia-se neste domingo exemplares do que se tinha colhido na roça para depositar diante do altar. Exemplares de todos os frutos do campo eram colocados sobre o altar e em volta dele, de forma que o pastor muitas vezes tinha dificuldades para subir os degraus até o altar, para conduzir a celebração comunitária.

Após o culto, os produtos trazidos eram leiloados e o resultado financeiro era destinado para alguma atividade na igreja. Também o pastor era lembrado neste dia, sendo presenteado com produtos da roça. Também havia comu-

nidades onde se pedia que o pastor escolhesse o que lhe agradava, só depois se fazia o leilão com os produtos restantes.

Por meio da festa da colheita, a comunidade demonstrava o quanto valorizava a fé e a teologia ofereceidas pela igreja oficial/institucional, que, por sua vez, considerava o rito um ato de agradecimento a Deus por todos os dons da lavoura. Também os membros assim o entendiam, mas dando um passo adiante. Era no dia desta festa que se trocavam, sobretudo, sementes de feijão e de milho. Acreditava-se que estas sementes, por terem sido colocadas diante do altar, e terem recebido a bênção do pastor, produziam melhor. Hoje se tem a noção do quanto é importante renovar as sementes e que realmente assim elas produzem mais.

3. BENZEDURA

Não é fácil dizer o que é benzedura. Na compreensão da comunidade, a palavra benzedura é usada para caracterizar diversos e variados fenômenos. Pode ser alguém que, de posse de um livro de medicina, ajuda os seus vizinhos com alguns conhecimentos adquiridos na leitura deste livro. Pode ser a vovó, que recebeu da mãe fórmulas de oração, sempre terminadas com a fórmula trinitária e que curam certos males. Pode ser o vizinho, que diz possuir o dom de explicar por que o gado está doente. Enfim, por benzedura entende-se a prática em que pessoas procuram oferecer solução para problemas de saúde, onde a medicina acadêmica está ausente.

Ou seja, são as diversas formas de medicina popular que compreendiam orações (fórmulas que eram passadas de geração em geração) e bênção por parte de poucas pessoas iniciadas e que, por isso, foram vistas pelos pastores com muito ceticismo, combatidas ou até demonizadas. Tratava-se quase sempre de uma alternativa para a medicina acadêmica, à qual o povo não tinha acesso. Essa alternativa à medicina ainda trazia em seu bojo o fato de as benzedeiras pertencerem ao mesmo grupo social e falarem a mesma língua. Por existir um desapreço por parte dos pastores em relação à assim chamada benzedura, esta prática foi exercida às escondidas. Temia-se ofender os pastores, como também algum tipo de castigo divino, pois em alguns momentos usava-se este argumento para combater a benzedura. Argumentava-se que práticas de benzeduras eram obras do diabo.

A benzedura fazia uso da fórmula trinitária, da bênção e do sinal da cruz. Isto mostra que a religiosidade oficial/institucional da Igreja era usada pela "religiosidade popular". Usavam-se simbolismos da religião oficial/institucional para sublinhar um caráter cristão da benzedura e de quem a praticava.

Impressiona o grande número de fórmulas de oração existentes para se curar diversas doenças e a forma como eram executadas. Muitas fórmulas não eram ditas em voz alta, pois se acreditava que assim poderiam também ser ouvidas pelo diabo e todo o processo da cura poderia ser atrapalhado. As fórmulas eram passadas de geração em geração, oralmente ou também escritas à mão. Porém, nunca podiam ser impressas, pois aí se tornariam de domínio público e, portanto, também acessíveis ao diabo, o grande inimigo de Deus, que era o verdadeiro gerador da cura.

Reproduz-se aqui algumas fórmulas que pertenciam à Sra. G, da região de Santa Maria de Jetibá. Estas fórmulas foram escritas em letra gótica. Como a linguagem religiosa oficial/institucional da Igreja nas orações era o alemão, também as fórmulas dessa manifestação de "religiosidade popular" foram escritas em alemão. Para assegurar a fidelidade ao texto, a pontuação não foi corrigida:

> ***Para espinha (dor nas costas)***
> *Três mulheres foram ao verde vale o que*
> *traziam em suas mãos três florzinhas do Senhor*
> *Jesus que curam e aplacam toda dor em nome*
> *de Deus.*
> *Três vezes com a mão em cruz sobre o*
> *peito. Tudo três vezes.*
>
> ***Para sapinho***
> *Daqui bebe o burro o cavalo o cachorro.*
> *Com isso faço parar o sapinho da boca a par-*
> *teira e a ama. Em nome de Deus Pai e do Filho e*
> *do espírito Santo Amém.*
>
> *Ou*
>
> *Os sapinhos e os sapinhos voam sobre o*
> *mar. Os sapinhos eles afundam os sapinhos eles*
> *se afogam. Em nome de Deus.*

Para "Embrulhadas" (enrascadas)
Se você se embrulhar com comida que a mãe de Deus te ajude. Se você se embrulhar com vento que a criança [filho] de Deus te ajude. Se você se embrulhar em água que te ajude Deus o Pai. Em nome de Deus o Pai o Filho e o Espírito Santo. (Fazer três vezes o sinal da cruz)

Para panariz (unheira)
O verme comedor ele é redondo e colorido. Ele tem cantos ele é manchado. Tu não deves rasgar tu não deves lascar tu não deveves fazer doer. Dentro de 3 dias dentro de 3 horas ele deve estar morto. (Fazer três vezes o sinal da cruz)

Para dor no fígado, inflamação no baço
Cristo andou sobre a terra sobre a areia. No seu nome benzo o baço, a fria e quente queimação em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo.

Para erisipela
Uma jovem mulher foi ao morro com uma rosa em sua mão a virgem cantou e a erisipela sumiu nunca mais voltou em nome de Deus.

Da região de Pancas, transcreve-se aqui anotações da Sra. Álida Strehlow Jacob, do ano de 2008.

Para curar "bicheira" em animais
Deve-se observar, em que local está a bicheira. Se for na pata direita, recortar do chão o desenho da pata direita deixado como impressão na terra. Daí virar o cavaco de terra com a impressão virado para baixo. Isto deve ser feito em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, terminando com o "Amém". Não se deve mais tocar no assunto e a bicheira desaparecerá.

Para combater pragas das pastagens
Tomar uma folha verde bem larga e enrolar nela três bichinhos que danificam as pastagens. Amarrar a folha com fio de capim e pedir por solução em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, terminando com "Amém". Depois pendurar a folha amarrada com os bichinhos num local onde há fumaça. Logo que os bichinhos secarem, também acabará a praga nas pastagens.

Para se livrar de verrugas
Contar as verrugas e fazer cortes correspondentes na casca do pé de pião (um tipo de castanha, cujo tronco tem casca mole). Fazer os cortes em nome de Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Concluir com "Amém". Assim como os cortes cicatrizam, as verrugas desaparecerão.

Para curar hérnia 1
Tomar um barbante e medir com ele o tamanho da hérnia, dando nós nas pontas. Fazer em casca de uma árvore saudável um rasgo correspondente ao tamanho da hérnia. Solicitar com fé que a natureza se encarregue de cicatrizar a "rompedura" da hérnia no corpo da pessoa para quem se deseja a cura, assim como a natureza se encarrega de cicatrizar a casca.

Para curar hérnia 2
A oradora toma uma faca ou uma tesoura e num gesto de querer cortar no local da hérnia diz: "Como tu vens, tu vais". Repete este gesto três vezes. Em seguida ora o Pai Nosso e termina dizendo três vezes: "Em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo". Todos terminam dizendo "Amém".

Para curar pé destroncado
Prepara-se uma linha de costura. Após, pede-se que Cristo desça e venha curar a dor que o irmão ou a irmã sente. Em seguida enrola-se a linha no lugar mais dolorido e se diz: "Em nome do Pai". Dá-se nova volta com a linha no lugar mais dolorido e se diz: "Em nome do Filho". Dá-se mais uma volta com a linha no local mais dolorido e se diz: "Em nome do Espírito Santo". Faz-se então um nó e se diz: "Amém", pedindo que Jesus olhe para quem está sofrendo.

Cobreiro brabo (Herpes)
Pega-se um talo da folha de mamona; um talo da folha de mamão e um talo da folha de assa-peixe, no comprimento de mais ou menos 2 centímetros. Pergunta-se ao doente: "O que eu corto?". O doente responde: "Cobreiro brabo". Esta pergunta e resposta devem acontecer três vezes, dizendo-se na primeira vez: "Em nome do Pai". Na segunda vez: "Em nome do Filho". Na terceira vez: "Em nome do Espírito Santo". Após essa repetição, passa-se uma linha entre os talos e tudo é colocado em um lugar

onde há fumaça. Também pode-se enterrar os talos amarrados em local onde há uma goteira.

Doença do macaco (Desnutrição em crianças)
Colocar a criança doente dentro de um armário. Pega-se um pedaço de pão e passa-se manteiga. Durante esse processo, ora-se o Pai Nosso e o Credo Apostólico. Após, a mãe deve comer o pão e orar o Pai Nosso. Isto feito, a mãe tira a criança do armário. A benzedeira novamente coloca a criança no armário. Após oração, a mãe retira a criança do armário e todos dizem juntos "Amém".

Quebrante (espinhela caída)
Crianças pequenas, até cinco anos, devem ser deitadas de bruços no colo. O cotovelo direito deve ser aproximado do calcanhar esquerdo por três vezes, orando-se o Pai Nosso. Virar a criança de barriga para cima e aproximar o cotovelo direito com o joelho esquerdo. Em seguida o cotovelo esquerdo com o joelho direito, orando-se o Pai Nosso. Toma-se então a criança pelos pés, com a cabeça para baixo, sacudindo-a por três vezes. Após, pega-se a criança pelas mãos e repete-se o mesmo processo. Em seguida, cruza-se os braços da criança com as mãos colocadas no seu ombro. Segurando-a de costas, ela deve ser apertada contra o corpo de quem está intermediando a cura.

4. SIMPATIAS

Muito comum eram as simpatias, principalmente as simpatias por analogia. Assim, para a criança recém-nascida ter faces rosadas, jogava-se a água do primeiro banho sobre uma roseira vermelha. Para perder verrugas, havia diversas maneiras. Podia-se, em noite de lua minguante, apontar para a verruga e dizer baixinho para a lua: "*Leve-as*". Assim que a lua minguasse, também as verrugas minguavam. Ou contavam-se as verrugas e depois se pegava um barbante e nele se fazia tantos nós como o número de verrugas contadas. O barbante, sem que ninguém visse, teria que ser jogado perto do chiqueiro, onde se depositavam as fezes dos porcos. Também era comum depositar o barbante debaixo do cocho dos porcos. Logo que o barbante apodrecesse, também as verrugas sumiam.

CAPÍTULO XII

PROSPECTIVA

POLLA MIT JURCA

O processo da procura por uma nova pátria — muitas vezes não por escolha, mas por necessidade — foi acompanhado de muitos aprendizados. Muitos destes foram percebidos como dolorosos e marcantes, como a experiência do abandono na marginalidade social e geográfica, tanto na Alemanha como aqui. Mas, por mais doloroso que tenha sido todo este aprendizado, ele forjou cidadãos brasileiros. A grande parcela tem consciência deste compromisso cidadão, outros ainda estão no processo de entender melhor a sua inserção. Este processo de inserção, em alguns rincões do estado do Espírito Santo, ainda esbarra na língua e em um forte apreço pela cultura e tradições.

Nos anos 1980, festivais de concertina foram realizados entre descendentes de alemães em Laranja da Terra, com o intuito de cultivar esse instrumento musical tão presente em momentos de alegria na vida dos imigrantes. Os encontros levaram algumas comunidades a refletir sobre sua inserção no Brasil com toda carga cultural e tradições que cultivavam. É inconteste que, em alguns momentos, esse cultivo e apreço se traduzia como forma de resistir diante de novos paradigmas e desafios.

Surgiram, então, alguns grupos de dança folclórica. Num desses festivais de concertina, apresentou-se um grupo de dança, vestido a caráter, como seus antepassados. Fui encarregado de apresentar o grupo e também anunciar as danças. Uma se chamava *Polla mit Jurca* (lê-se iurca), que significa, a partir do pomerano, "Cebola com Pepino". O título intrigou-me e levou-me a pesquisar o folclore alemão. Finalmente descobri que, no leste da Alemanha, a *Polca Mazurca* era apreciada como dança de salão. Estava explicado o termo

Polla mit Jurca, presente no imaginário histórico deste grupo étnico, mas lembrado fragmentariamente.

1. FRATURA ÉTNICA E DE CIDADANIA

Os imigrantes foram objeto dos papéis que lhes eram impostos por outros, moldando os seus comportamentos. Ao constatarmos que "*os imigrantes alemães tiveram que deixar a Alemanha a procura de uma nova pátria para sobreviver*", já indicamos o seu papel social. "*Os imigrantes alemães*" nos remete para o qualitativo étnico. "*Tiveram que deixar*" nos remete à falta de perspectivas, de futuro e de abandono em sua pátria. "*Nova pátria*" nos remete ao desconhecido, a uma América distante. Esses papéis que protagonizaram eram fundamentados numa forte religiosidade confessional, numa antropologia milenar, numa forma própria de organização da vida.

Vejo a cidadania como maior foco de preocupação. O livro retrata algo como uma esquizofrenia cidadã. Foram naturalizados, mas ao mesmo tempo foram levados, principalmente pela Igreja, a cultivar a germanidade. Talvez o momento atual na política brasileira ajude a perceber que é preciso entender que cidadania não é algo dado, natural, mas implica em construção diária, que foca na convivência e na vivência digna. Se vale dizer que cidadania é uma conquista coletiva na procura de conceitos fundamentais para uma existência preocupada com exigências básicas para uma vida digna, a demanda agora é entender os direitos e deveres como cidadãos brasileiros.

A vida na marginalidade, também aqui na nova pátria, favoreceu que o Estado, através de seus tentáculos no interior (os vendistas, por exemplo), exercesse controle sobre a população. Não o inverso, como requer uma democracia sadia, na qual os cidadãos exercem controle sobre o Estado. Tudo isto exige uma concentrada tarefa de organização da sociedade. Talvez as Igrejas históricas, por ainda terem acesso direto à população, possam exercer um papel fundamental para o exercício de cidadania ativo e compromissado de todas as pessoas na vida política.

2. RESTABELECER FRATURAS ÉTNICAS E DE CIDADANIA

Constata-se que os imigrantes, no intuito de criar condições para uma nova e acolhedora pátria, de construir um futuro promissor para seus descendentes, aqui sentiram uma abrupta interrupção, causada pelo abandono social, geográfico e pela falta de comunicação com o mundo exterior. Estavam simplesmente confinados entre as montanhas. Essa interrupção teve em alguns momentos consequências, como a resignação, ou até a perpetuação de uma baixa autoestima.

A esquizofrenia cidadã a que foram conduzidos muitas vezes os impediram de nominar sonhos e símbolos cristalizados pela linguagem. Como consequência disto, detecto que não mais conseguiram nominar princípios éticos arraigados, assim como não souberam lidar com a ética no novo contexto de vida. Como estabeleceriam o que era certo e o que era errado? Valeria aquilo que os pais cultivavam como paradigmas ou eles então estariam ultrapassados?

É preciso que se entenda, em toda sua profundidade, que cidadania dá o rumo e a luz que direciona o ser humano como indivíduo, sujeito da sua história, e não objeto. É cada vez mais necessário "pensar cidadania" e não apenas "praticar cidadania", como alguns grupos dominantes o impõem e direcionam.

Se faz necessário entender que o ser humano é um ser simbólico. O encontro do ser humano com o mundo acontece sempre pela significação simbólica:

> *"A linguagem, o mito, a arte, a religião são partes do universo simbólico. São vários os fios que tecem a rede simbólica, a teia emaranhada da experiência humana. Todo o progresso humano no pensamento e na experiência aperfeiçoa e fortalece esta rede".*[1]

Precisa-se descobrir e resignificar o poder da linguagem. Isto porque, em alguns rincões do interior capixaba, está já há mais tempo em andamento um processo de assimilação de uma nova linguagem, que em nome da libertação procura nominar o novo momento religioso, o novo momento cultural, o novo momento político e o novo momento cidadão.

Depois de 170 anos na nova pátria, é preciso ressignificar a confiança como instrumento de convivência cidadã. Quando aqui chegaram, experimentaram

---

1 Terezinha Azevedo RIOS, in Helmar RÖLKE, Construção da Cidadania em Comunidades Luteranas da Região Serrana do Espírito Santo — Um desafio para a Igreja, p. 50.

os mutirões, sem os quais não teriam sobrevivido. Importa ressignificar esta experiência, em que a sociedade se sutenta por princípios de confiança e na qual a ética deve ocupar o espaço para significar o diabólico “toma lá, dá cá” em todos os níveis de vida do povo brasileiro.

ANEXO

A cópia da carta de Höhne, transcrita do alemão, foi disponibilizada ao autor por Helmut Burger, então *Lateinamerikareferent* do *Evangelisch-lutherisches Missionswerk in Niedersachsen* (ELM) na Alemanha, em dezembro de 2000:

"Rio de Janeiro, 4.10.1869

Querido irmão Henrique e irmãos.

Deus para a saudação. Tomara que esta carta encontre vocês com saúde e bem-estar permanente, o que causaria a mim e à minha família cordial alegria e o mesmo desejo a todos os meus conhecidos e amigos. Do porquê eu ainda não ter escrito mais cedo, você verá nesta carta e por isso vocês não ficarão com raiva de mim.

Depois que nós viajamos no dia 21 de maio de Chemnitz, recebemos em Leipzig, mediante apresentação do nosso contrato com o navio, uma diminuição significativa na passagem até Hamburgo. Chegando lá, nos aguardava o nosso agente Louis Knorr e Co., que nos encaminhou para a não muito nobre casa de hospedagem. Ela se localiza no Holländisches Breek, nº 4. O hospedeiro se chama Fries e Com., um legítimo homem de honra, que sabe fazer desaparecer o dinheiro do bolso das pessoas.

Uma prova de honestidade é dada, entre outros, no seguinte acontecimento, que vale ser colocado para o domínio público. Em outubro de 1859, ele despachou vários emigrantes — na grande maioria saxônios — para o Brasil. Mas os entregou nas mãos de um fazendeiro, ao invés de encaminhá-los para uma Colônia do Governo. Tiveram que usar

armas, como ladrões, para conseguirem mantimentos, até que três homens conseguiram chegar até a Bahia, onde queriam dirigir-se ao Cônsul da Prússia. Mas o infeliz, que levavam consigo como tradutor, os traiu e, ao invés de chegar à presença do Cônsul, os três alemães foram encarcerados. Os que ficaram para trás, esperaram por três meses, até que um francês se aventurou sozinho até a Bahia, chegando ao Cônsul e exigindo a libertação dos três. Famintos, esfarrapados e cheios de bichos, chegaram aos seus patrícios, que foram resgatados da sua triste situação com um navio de guerra.

Entre aqueles que ficaram na Bahia, se encontravam agora (palavras ilegíveis) *Fritsche que voltou para Chemnitz e um torneiro de nome Wagner, que tinha mandado seu filho para Chemnitz, para aprendizagem, que se tornou o nosso companheiro de viagem para o Brasil e nos contou as suas peripécias.*

O acaso quis que ele se encontrasse com o mesmo Fries, do qual recebeu, depois de questionado, simplesmente a seguinte resposta: tal situação não fizera mal às pessoas, pois no navio se encontrava, principalmente ralé. Embora nós não tivéssemos a experiência de nos encontrarmos em tal situação, se vê deste acontecimento, como os agentes ainda continuam praticando os seus enrolos na Alemanha e que não há como prevenir-se suficientemente contra eles.

Mas quero primeiramente descrever a minha viagem de forma mais curta possível. Na casa de hospedagem em Hamburgo, uma pessoa adulta paga 13.1/2 Ngr. A alimentação é passível, não boa, mas também não de todo ruim. Depois de ainda termos adquirido as louças necessárias, fomos a bordo do navio à vela 'Marie Heidorn'. Antes ainda tivemos oportunidade de esperar pela chegada do conde Bismarck e os agentes do parlamento alemão de alfândega.

No dia 28 de maio, cedo 5 e meia, partimos. Um pequeno navio a vapor nos rebocou do porto e deixou o navio à sua própria sorte. Assim tínhamos iniciado a viagem oceânica que um navio de emigração (palavra ilegível) *é, do que nos imaginávamos. A primeira pequena queixa é o enjoo a bordo, do qual eu e o meu primogênito fomos poupados, mas faz com que se perca o bom apetite, motivo pelo qual não lhes descrevo mais detalhes.*

Então o tédio que mata a alma, só é interrompido pelo aparecimento de alguns peixes, aves, tartarugas etc. Com relação às aves, nos chamaram atenção águias pesqueiras, gaivotas e um tipo de ganso do tamanho de uma pomba, que durante alguns dias acompanharam o nosso navio e que eram tratados por nós com pedacinhos de carne, para passar o tempo. De peixes do mar, vimos Stüwe, peixes voadores, bonitos, Dimmler, tubarões e, na costa brasileira, baleias. Aí também pequenas e grandes tartarugas, mas só quando o tempo estava propenso. À noite, a luminosidade do mar oferecia um aspecto magnífico, provocando com cada movimento do navio largas estrias de esplendor fosfóreo. Ficávamos horas e horas parados na proa ou no leme, observando estes magníficos aparecimentos da natureza.

Além disso, tínhamos ainda o prazer que rasgava os nossos ouvidos, quando um velho prussiano (pomerano oriental) tocava a sua antiquada e desafinada gaita de foles, aliás, sempre as mesmas músicas. Juntando tudo, isto formava o nosso passatempo. Se não incluir as brigas, que aconteciam entre os passageiros. Ainda devo descrever importantes passagens da nossa viagem.

No dia 3 de junho alcançamos o canal inglês, no qual cruzamos de uma lado para o outro, durante 8 dias, devido ao mal tempo. Com isto nos aproximamos tanto da costa inglesa, que conseguíamos reconhecer claramente trens de ferro, cidades e vilas. No dia 31 de junho, cruzamos a Ilha Madeira, no dia 24, as Ilhas Canárias, no dia 28, o trópico norte, em 17 (julho) o equador e no dia 30, finalmente, avistamos o litoral brasileiro. No dia 31, cruzamos o Cabo Frio, mas devido a maus ventos, fomos obrigados a cruzar de um lado para outro e, em 3 de agosto, avistamos o Pão de Açúcar. Mas como o vento soprava do continente, tivemos que novamente cruzar de um lado para outro.

À noite havia fogos de artifícios no Rio, e dos fortes ouvíamos um constante trovar de canhões. Mais tarde ficamos sabendo, que isto aconteceu devido à tomada do forte de Humaitá, que foi festejada festivamente durante três dias.[1] *Terça-feira, no dia 4 de agosto cedo, às 10 horas, entramos no Rio de Janeiro. Jogando âncora diante das muitas docas, diversos negros trouxeram a bordo um oficial de renda, que deixou intacta a bagagem dos imigrantes. Aí chegaram a bordo dois alemães, novamente guiados*

1 Höhne se refere à Guerra do Paraguai. O forte foi tomado no ano de 1867.

por negros. Sr. Oskar von Kessel e Sr. Meyer, membros da Secretaria de Imigração do Governo Imperial Brasileiro, que nos transmitiram a alegre comunicação, que em pouco tempo seríamos levados para a Colônia e de forma gratuita, o que a nós passageiros foi de bom grado, já que todos tínhamos sido explorados pelo agente de Hamburgo.

Finalmente chegamos ao continente, onde esperavam por nós e nos cumprimentaram Karl Gräbner, Breunig, Grüno, Siegel, v. Oberlungwitz, v. Altchemnitz. Aí fomos para a casa de recepção, onde nos foram mostrados os quartos. Ali é melhor do que no navio, tudo está arrumado de forma nobre.

Alimentação e hospedagem boa recompensaram as peripécias e privações da viagem oceânica. Tudo isto é grátis. Só aqueles imigrantes que viajam para o Rio Grande do Sul ou para Colônias particulares, são obrigados a pagar diariamente 800 réis por pessoa, já que estas Colônias não estão mais sob direção direta do Governo. Estão sujeitas a si mesmas e não recebem mais apoio financeiro.

No dia 13 de agosto, fomos para o vapor que nos levou até Vitória. Também ali tínhamos boa alimentação. Carne de manhã, meio dia e à noite. No dia 15 de agosto, chegamos em Vitória, uma pequena cidade com no máximo 2 a 3000 habitantes, que carrega o orgulhoso nome de ser uma cidade portuária, pois mensalmente é visitada por dois vapores e um navio a vela (navio costeiro). Ali chegamos à hospedaria, que é um pouco diferente àquela da capital. Recebemos carne salgada secada ao ar (carne seca), feijão, roscas etc. Resumidamente, tudo aquilo que precisávamos durante a nossa estadia lá. Tivemos que cozinhar sozinhos.

Antes de sermos despachados para a Colônia, recebemos, além disso, 2 machados, 2 enxadas, 2 foices, 2 sabres, duas esteiras, cobertores, louças para cozinhar etc.

Agora tratou-se de ir para a Colônia, entretanto, mais uma vez, por sobre a água, através de canoa, ou melhor, de um tronco de árvore escavado, que nos acolheu hospitaleiramente em seu interior. Armados com espingarda, sabres e foice, já era possível experimentar cortar a orelha do diabo. Mas não é tão grave assim. Ao invés de fazer isto, precisa-se de uma vara para matar uma cobra, ou agulhas, para tirar os bichos de pé. Estes últimos penetram por vezes 2 ou 3 no pé, num lugar só, preferencialmente debaixo das unhas dos dedos. Quando se instalam e não são logo percebidos, eles produzem sacos de ovos, por vezes do tamanho de uma ervilha e se tornam muitas vezes motivo de uma dolorosa infecção.

Faz-se necessário ter grande cuidado ao encontrar cobras, já que são muitas vezes encontradas. Algumas espécies podem ser tomadas como galhos ou raízes, quando estão deitadas quietas no caminho, esperando pela presa. Todas as cobras daqui são venenosas, a maior chamada imeruku (sic) *possui um ferrão no rabo, cuja ferroada pode evidenciar-se mais venenosa do que sua mordida. Além desta, as mais venenosas são a characa* (sic)*, a preguiçosa, a cobra courala* (sic) *e outras. Aí ainda existem outros bichos que se tornam uma praga para o colono: escorpiões, carrapatos* (palavra ilegível)*, mosquitos,* (palavra ilegível)*, mutucas, baratas, aranhas do tamanho de uma mão, que possuem pernas peludas de grossura de um dedo (sua picada deixa a pessoa desacordada durante 24 horas ou mais), formigas e muitas outras coisas que se tornam uma praga para o colono.*

Porém, isto tudo seria aceitável, se o restante fosse assim como teria que ser e, até poderia ser. Durante seis meses, cada novo colono adulto recebe 12 mil réis por mês; crianças, menos. Só que isto não é suficiente e, quando cessa a ajuda ou quando não há trabalho. Há de se passar fome ou se contentar com má alimentação, conforme a situação.

Eu não iria sugerir a todo alemão a emigração para a Colônia de Santa Leopoldina, se as perspectivas de felicidade e bem estar não fossem tão desiguais. Aqueles que gostam da respectiva Colônia, são pessoas que tem poucas ambições em relação à vida, ou aquelas que deixaram a pátria devido a algum delito ou vício. Estas últimas se caracterizam, sobretudo, por terem muitas dívidas nas vendas. As primeiras se satisfazem, quando todo dia podem comer feijão, farinha e carne seca. Aos domingos, caminham de 1 a 6 horas para as vendas. Quando não possuem animal de montaria, carregam de 1 a 3 arrobas de café sobre a cabeça e retornam da mesma forma para casa com alimentos.

O meu caminho da minha colônia para a venda era de 4 horas, descontando os morros que tinham que ser vencidos. Muitas vezes as formigas, porcos selvagens e outros bichos comem a colheita, e então foi em vão todo o esforço do plantio que o colono enfrentou sob sol ardente.

Mas existem também ali alguns saxônios, os quais não posso deixar de descrever. Alguns ajudam a espancar os seus conterrâneos em troca de um copo de cachaça, ou a capturar recrutas etc. Um certo Götze de Chemnitz havia escrito aos seus irmãos para virem, pois aqui tudo ia bem. Aí recebeu três cartas deles com a informação de que estariam prontos para a viagem. Com isto o honesto Sr. Götze caiu no maior medo, ele tem 6 filhos, uma cabana que está prestes a desabar, não tem dinheiro para construir outra, nem tem alimentos. Já que ele deve 600 mil réis (1 mil réis equivale a 20 Ngr.) na venda, não consegue receber os seus parentes. Mesmo assim ele se gaba com prosperidade nas cartas que manda à sua pátria.

Se for para fazer um rápido juízo sobre os saxônios que estão aqui, posso afirmar sem exagero, que quase todos são ralé, que trouxe para cá sua crueldade, que devido à situação encontrada aqui, foi ampliada, ao invés de minorada. Por isso o provérbio brasileiro: 'O alemão come cachorro'. Por isso o desprezo com o qual é tratado e que o coloca diante da maioria dos brasileiros mais abaixo do que os negros. E mesmo assim são os alemães, que através da imigração tornam o país passível de uma cultura; com o tempo trazendo vida para o comércio e indústria. Aliás, no Brasil o mil réis é rei. Quando se tem dinheiro, pode-se iniciar de tudo, como na Alemanha.

Os dois partidos mais poderosos são o conservador e o liberal. Mas discussões partidárias motivadas por amor à pátria, são raras. Os embates partidários são embates de pessoas, não de ideias. Não são nada mais do que caça a postos. Quando um partido vence, ele começa a despedir todos os funcionários que são do partido contrário, passando estes postos para correligionários. Como isto traz insegurança para o funcionário público em seu posto, ele procura aproveitar este tempo tão bem quanto pode, para produzir para o seu bolso. Além disto, acontece que pessoas não qualificadas se tornam Presidentes da Província, permitindo-se todo tipo de corrupção, impunemente. Que sob estas condições também o elemento alemão de vez em quando sofre, é de fácil compreensão. Por isso decidi deixar a Colônia, do que não me arrependo até hoje.

No que toca o clima, não posso dizer que seja saudável — calafrios e animais armaram aqui morada permanente. Mas devo adiantar, que quando me refiro ao clima e situação da Colônia, isto só vale para a Colônia de Santa Leopoldina, pois não tive oportunidade de conhecer outras Colônias... Quando é inverno na Alemanha, aqui é verão e a mesma relação há com os outros períodos do ano. Mas não há neve, nem gelo.

O Brasil é muito rico em produtos naturais, só que os brasileiros são muito preguiçosos em explorá-los. O alemão não os conhece, ou as vias de escoamento o impedem. Muitas vezes também o Diretor da Colônia. Quando um Diretor se permitiu uma corrupção, não quero dizer diretamente fraude, o que se torna fácil para ele, já que deve administrar verbas governamentais para a Colônia, ele é posto na rua. Mas de outros 10 ladrões, com certeza virá o maior, para se tornar Diretor da Colônia. Também por esses motivos deixei a Colônia...

É um desejo não permanecer no Brasil, mas penso poder rever dentro de alguns anos os meus queridos irmãos e parentes. Sobre o nosso estado físico, no momento não temos queixas. Mas tínhamos problema com o bicho do pé, pés inchados e pragas advindas do clima. Por algumas vezes também tivemos calafrios. Em relação à comida daqui, certamente prefiro a alemã. Mas não se tendo outra, ela também tem gosto. Quem ganha 2 Taler por semana na Alemanha, que fique lá. Pão de centeio é melhor do que carne seca e farinha. Já pelo cheiro, a carne seca se torna repugnante ao imigrante. Entretanto, com o tempo a gente se acostuma, mas por longo período ainda sente-se saudades, como os israelitas tiveram das panelas de carne no Egito...

Tentarei descrever-lhes agora, da melhor maneira possível, a cidade portuária de Vitória, onde pensei estabelecer meus negócios. Como não consegui sobreviver na Colônia, tive que procurar exercer alguma atividade em Vitória. Vitória é construída de forma muito idílica. Quase que exclusivamente de casas de um só pavimento. A gente é acordado regularmente (moro na rua principal) toda manhã por um número razoável de galos, que usando as suas possibilidades de vozes, tentam, um sobrepujar o outro. No mais, tudo é silencioso, fora as épocas de festas, quando, já que todos são católicos, acontecem procissões. Um grupo de músicos, geralmente composto de negros, puxa o clero pelas ruas, cantando ou dançando, enquanto que o exército faz o fechamento regular da procissão. Seguem finalmente as pessoas de cor. Aqueles que querem construir um degrau para a bem-aventurança, soltam foguetes ou outros fogos, ou acendem fogueiras nas ruas. Por vezes, tem-se a sensação que a

fumaça irá sufocar a gente, ou que o barulho do foguetório irá ensurdecer a gente. Uma vez se leva em procissão a Santa Maria, daí o São Benedito e outros. Alguns dias antes desse tipo de festa, o clero manda mendigos pelas ruas, para mendigar os meios financeiros, que este tipo de festividade realmente grandiosa consome.

As casas da Colônia de Santa Leopoldina são de barro, cobertas com folhas ou tabuinhas de madeira, enquanto que as casas de Vitória também são feitas de barro, mas são cobertas com telhas. Muitas também possuem o luxo de ter assoalho. O assim chamado palácio, onde o Presidente da Província tem sua sede, tem 2 andares e meio, mas mais parece um quartel do que um palácio.

Um grau sobremodo de civilização, os brasileiros desenvolvem durante sepultamentos. Ao invés de cada morto ter o seu caixão, como nós o conhecemos, toda cidade de Vitória só possui um caixão. Quando alguém falece, o clero puxa o féretro, articulando orações. Aí vem o caixão, no fim os amigos e parentes do falecido, com velas acesas nas mãos. Chegado na sepultura, são novamente feitas orações. O falecido é tirado do caixão, colocado na sepultura, coberto com cal virgem e água. Só então é colocada a terra, que é socada sobre o falecido, ou com os pés ou com um socador. Isto provavelmente, para evitar catalepsia.

Tudo que me foi dado oportunidade de conhecer, coloquei para vocês e eu creio que vocês me conhecem suficientemente, para saber que não escrevi inverdades. Como me estabeleci em Vitória, escreverei no final desta carta. Permaneci 6 meses na Colônia, sem poder plantar. A época de plantio é março e setembro de cada ano. A derrubada que recebi do governo, estava arruinada e eu tive que fazer nova derrubada. Até que a derrubada havia secado, sido queimada e limpa, passou meio ano. Quis então procurar ajuda para mais seis meses, quando recebi do Diretor a notícia de que a Colônia seria emancipada. Em outras palavras, cessava a ajuda mensal e o trabalho na abertura de caminhos. Os colonos estariam entregues a si mesmos. Mesmo tendo plantado agora, não poderia viver de ar até a colheita. Tinha que fazer dívidas e isto não me agradava.

Procurei então junto ao Presidente, licença para instalar-me como marceneiro em Vitória. Não é permitido aos colonos deixar a Colônia sem licença expressa do governo, caso ainda não tenham pago as dívidas junto a este. Dinheiro de passagem, dinheiro da ajuda mensal etc., são inscritos como dívida da cada colono. Se um colono não conseguir quitar as suas dívidas, o que é o caso, com poucas exceções, então os filhos e os filhos dos filhos são comprometidos com a dívida. Depois de muito esforço, consegui a licença para exercer a minha profissão em Vitória. Para poder cobrir as despesas de viagem da Colônia até a cidade, tive que vender muitos dos meus pertences. Mesmo a minha situação não sendo boa, lá consegui viver um pouco melhor do que na Colônia, pois duas vezes por semana havia carne fresca.

Tudo o que produzi em Vitória foi feito num pedaço de madeira para construção, que (palavra ilegível) *e Karl e minha esposa* (palavra ilegível) *deslocou. Assim fiz, entre outras coisas, uma cristaleira com polimento e um oratório. Este último foi meu último trabalho que foi pago com 20 mil réis e me possibilitou passagem gratuita para o Rio de Janeiro, já que o dono do navio, ao qual se destinava o oratório, ficou muito satisfeito com o trabalho que fiz. Aceitei as passagens com muito bom grado, pois para conseguir licença para exercer a minha profissão em Vitória, eu havia assumido o compromisso de pagar dentro de quatro anos as minhas dívidas junto ao governo, que somavam ao todo 600 mil réis. Com a ajuda de um bom tradutor, consegui o meu passaporte e deixei as minhas dívidas junto ao governo, para o imperador. Como não encontrei na Colônia o que os agentes mentem para a gente na Alemanha, não tive problemas de consciência, de ter agido de tal forma, pois considerei o meu agir como um ato de legítima defesa. Também estou convicto, que muitos farão o mesmo.*

Pois bem, a nossa viagem iniciou no dia 28 de junho e durou 5 dias. Como éramos desconhecidos no Rio de Janeiro, e não tínhamos onde nos alojar, vi-me obrigado a ir junto com minha família para a casa de um imigrante, onde pude morar de graça por alguns meses. Depois eu e Karl ficamos 14 dias sem trabalho; o conseguimos, aliás, como carpinteiros na estrada de ferro Dom Pedro II. A maior parte do nosso trabalho consistia em cortar dormentes e vocês podem imaginar o quanto tínhamos que nos esforçar, para realizar essa tarefa. Como tínhamos que trabalhar ao ar livre, sob sol escaldante, este trabalho não nos agradou e, depois de 3 semanas, fomos para o setor de construção de vagões e locomotivas da mesma estrada de ferro, como marceneiros. Ficamos bastante satisfeitos com o trabalho e o salário.

Além de nós, mais alguns alemães trabalhavam lá e isto nos ajudou na comunicação, por causa da nossa língua. Rio é insalubre, ao meu ver, nem tanto pelo clima, mas de muita sujeira que há lá. Só se pode ter ideia dessa sujeira, se a gente a viu com os próprios olhos. Diariamente se vê cachorros envenenados por carrascos nas ruas, e, como os habitantes estão acostumados a atirar igualmente todos os outros tipos de animais mortos na rua, há, por vezes, um fedor horrível. Contudo, há vagabundos andando na rua, que são pagos pelo governo como policiais de saúde.

Pouco antes de chegarmos até aqui, o Cônsul da Aliança Alemã do Norte, tinha despachado 4 famílias alemãs de Mucuri (Nova Filadélfia) para casa, e isto através de uma coleta, já que a Aliança Alemã do Norte não está em condições de ajudar a seus patrícios no exterior com dinheiro público, como o fazem a América do Norte, Inglaterra e França. Além destas 4 famílias, regressaram de Mucuri as famílias Günther de Voigtland e Thieme, de Schlosschemntiz. Todos aqueles que tinham alguns meios, voltaram de Mucuri. Da Colônia de Brusque, igualmente voltaram muitas pessoas. Além de nós, ainda estão hospedados na casa dos imigrantes, ingleses vindos da Colônia. Os ingleses, em parte, seguem para a América do Norte, em parte, regressam para a sua pátria. Uma minoria permanece no Brasil.

Através do mesmo Sr. v. Kessel, que nos recebeu no navio, quando viemos da Alemanha, está me sendo oferecida a oportunidade de me tornar autônomo. Ele me informou, que uma companhia inglesa comprou terras na Província de São Paulo, com o intuito de ocupar as terras com artífices e ecônomos. Por isso estou em vias de viajar para tal Província. Como está sendo construída uma linha férrea, que cortará tal Colônia, deverá ser facilitada a venda da colheita. E, como são ingleses e americanos que estão instalando aquela Colônia, seria possível a mim, exercer o meu ofício e agricultura, ao mesmo tempo.

Ali se planta menos café do que algodão, enquanto que em Leopoldina[2] *o café é o produto principal. Já isto testemunha a favor de um clima melhor, já que algodão gosta de regiões mais frescas. Enquanto que Leopoldina se situa na região montanhosa, onde não é possível arar, o transporte ser muito precário, já que lá não existem estradas transitáveis, a citada Colônia inglesa se encontra numa altitude de 2000 metros acima do nível do mar. Isto faz com que é possível arar, como já se pratica na Alemanha e esta Colônia também possui estradas transitáveis.*

Por enquanto é isto que posso escrever e, apenas peço que me respondam logo, comunicando como vocês todos estão. Como está você, querido Heinrich, ainda está com saúde e alegre? Também casado? Você ainda vai assiduamente ao teatro? O que está fazendo você, querida Agnes? E Wilhelm, você ainda está em Trieste? Como está você, querido Ludwig, a sua querida esposa e família? Onde está Julius? Ele também está com saúde e está indo bem? Cordiais lembranças de mim, minha esposa, Karl e família a vocês todos. Se agora oceanos nos separam, mantenham sempre em boas lembranças o vosso fiel irmão, para sempre Aug. Höhne

Ns. Como agora não lhes posso oferecer endereço certo, enviem a vossa carta ao meu amigo e benfeitor Sr. Oskar v. Kessel.

O seguinte é o seu endereço:

Ilmo. Snr. Oskar v. Kessel, Curador dos Emigrantes
Rio de Janeiro, Rua da Alfândega No 94
Brasil via Bordeaux".

2 Höhne se refere à colônia de Santa Leopoldina.

BIBLIOGRAFIA

BAESKE, Albrecht. Anuário Evangélico. 35º ano. Blumenau: Editora Otto Kuhr. 2006

BITTENCOURT, Gabriel. Café e Modernização: O Espírito Santo no século XIX. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra. 1987

BOHLE, E. W. "Jeder Reichsdeutsche im Ausland vollverpflichteter Diener des Volkes und des Führers". In: Wir Deutsche in der Welt. Verband Deutscher Vereine im Ausland e. V. Berlin. 1937

BOUTEMARD, Suin A. Die Auslands-Diaspora. Ein neues Arbeitsfeld der Deutschen Evangelischen Kirche, Stiftungsverlag Potsdam. 1909

BRICK, Wilhelm. Diário do ano de 1925 da comunidade de Guandu. Atuou como pastor em Guandu-Crisciúma entre 1925 e 1926. Polígrafo

COSTA, João Ribas da. Canoeiros do Rio Santa Maria. 2ª Edição (fac-similada). Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina. Fundação Ciciliano Abel de Almeida/UFES. 1982

COSTA, Luis César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. História do Brasil. Editora Scipione, 9ª edição. 1996

DAEMON, Basílio Carvalho. Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e estatística. Vitória. 1879

DAMITZ, Hans. In Die wirtschaftliche und gesellschaftspolitische Entwicklung Pommerns zwischen 1800 und 1860. Polígrafo

DAMITZ, Hans. Die Auswanderung der Pommern im 19. Jahrhundert. Polígrafo

DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil (1850). Biblioteca Histórica Brasileira, V, São Paulo: Livraria Martins

DEDEKIND, Martin. 75 Jahre deutsch-evangelischer Diasporaarbeit in Nord-und Südamerika. Festschrift. D.B. Wiemann, Barmen. 1912

DERENZI, Luiz Serafim. Biografia de uma Ilha. 2ª edição. PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Vitória. 1995

DEUTSCHE ARBEIT, Zeitschrift des Volksbundes für das Deutschtum im Ausland — Deutsches Ausland-Institut. 35. Jahrgang. Verlag Grenze und Ausland, Berlin W 30. 1935

DREHER, Martin Norberto. Igreja e Germanidade. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Editora Sinodal. 1984

DROOGERS André. Religiosidade Popular Luterana. Relatório sobre uma pesquisa no Espírito Santo, em julho de 1982. Editora Sinodal. 1984

DUARTE, José Bachieri; FORTES, Ararê Vargas (org.). Sesquicentenário da imigração alemã. Editora Edel. 1974

FISCHER, Erich. Aus der Gemeinde — Eine Festausgabe anlässlich des 25 jährigen Kirchengemeindejubiläums der Evang. luth. Gemeinde Guandu (Espirito Santo-Brasil). Typ Rotermund & Co. São Leopoldo-RS. 1937

FISCHER, Joachim. A origem e a influência do neo-luteranismo na história das comunidades da IECLB. In: Vertentes da Identidade Confessional da IECLB, Sínodo Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2001

FLUCK, Marlon Ronald. A confessionalidade dos egressos dos centros de formação teológica localizados em Basiléia. In: Vertentes da Identidade Confessional da IECLB, Sínodo Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2001

FLUCK, Marlon Ronald. Baseler Missionare in Brasilien: Auswanderung, Entwicklung und Kirchwerdung im 19. Jahrhundert. Baseler und Berner Studien zur historischen und systhematischen Theologie, Peter Lang, Bern. 2004

FOUQUET, Carlos. Der deutsche Einwanderer und seine Nachkommen in Brasilien 1808–1824 — 1974. Instituto Hans Staden e Federação do Centros Culturais "25 de Julho". São Paulo-Porto Alegre. 1975

Fundação João Pinheiro. A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO VALE DO MUCURI. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1993

GIEMSA, Gustav; NAUCK, Ernst G. Eine Studienreise nach Espírito Santo, Abhandlungen aus dem Gebiet der Auslandskunde, Band 48, Friereichsen, De Gruyter & Co, Hamburg. 1939

GRANZOW, Klaus. Pomeranos unter dem Kreuz des Südens. Horst Erdamnn Verlag — Tübingen und Basel. 1975

GROSSELI, Renzo M. Colônias Imperiais na Terra do Café, Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo 1874–1900. Coleção Canaã, Volume 6, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória. 2008

GROTTKE, Gotthard. In Evangelisch-lutherische Gemeinde Laranja da Terra — Ein Überblick, 1955, Rotermund & Co., São Leopoldo. 1955

GRÜTZMANN, Geraldo. Subsídios para a História da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em 25 de Julho. Santa Teresa: Gráfica São Geraldo Ltda. 2002

HAGENER, Caesar et al. Wege in die Welt. Ein volkstümliches Bildungsbuch. Georg Westermann Verlag, Braunschweig. 1956

HEIMATBOTE, Der. Für die Gemeinden der Deutschen-Lutherischen Kirche in Espírito Santo, Nr 4, 2. Jahrgang, April 1936

HEIMATBOTE, Der. Für die Gemeinden der Deutschen-Lutherischen Kirche in Espírito Santo, Nr. 11, 2. Jahrgang, November 1936

HENNIG, Martin. Die Hilfeleistungen Evangelisch-Kirchlicher Kreise Deutschlands für die Evangelischen in Brasilien von ihren Anfängen bis zum Jahre 1900, Die Evangelische Diaspora. Zeitschrift des Gustav-Adolf-Werkes, Kassel. 1936

HEUSSI, Karl. Kompendium der Kirchengeschichte. Zehnte, neu barbeitete Auflage. Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck). Tübingen. 1949

HUBOLD-POTTHAST, Elke. Zum Mundartgebrauch in Siedlungen pommerscher Auswanderer des 19. Jahrhunderts in Espírito Santo (Brasilien). Eine Pilotstudie. Kieler beiträge zur Deutschen Sprachgeschichte. Herausgegeben von Friedhelm Debus und Wolfgang Laur. Karl Wachholz Verlag Neumünster. 1982

HUNSCHE, Carlos Henrique. Pastor Heinrich Wilhelm Hunsche e os começos da Igreja Evangélica no sul do Brasil. Editora Rotermund. 1981

HUNSCHE, Carlos Henrique. O Ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província São Pedro). Editora Metrópole. Porto Alegre. 1977

ILG, Karl. Pioniere in Brasilien. Tyrolia-Verlag. Innsbruck-Wien-München. 1972

KRAUSE, Henrique. Lutherische Synode in Brasilien. Geschichte und Bekenntnis der evangelisch-lutherischen Synode von Santa Catarina, Paraná und anderen Staaten Brasiliens. Verlag der Ev.-luth. Mission Erlangen. 1989

LIENHARD, Marc. Martim Lutero. Tempo, Vida, Mensagem. Editora Sinodal, São Leopoldo. 1998

LOEHWENICH, Walther von. Die Geschichte der Kirche. Luther-Verlag/Witten-Rhur. 1948

LUTHERISCHE KIRCHE IN BRASILIEN. Festschrift zum 50-jährigen Bestehen der lutherischen Synode am 9. Oktober 1955. Rotemund & Co. São Leopoldo, RG

LÜCKER, Reinhold. Kleinbäuerliche Entwicklung durch Marktorientierung im pommerschen Siedlungsgebiet in Espírito Santo (Brasilien). Tübinger Geographische Studien, H. 102, 1989

MAULL, Otto. Vom Itatiaya zum Paraguay. Ergebnisse und Erlebnisse einer Forschungsreise durch Mittelbrasilien. Verlag Karl Hiersemann-Leipzig. 1930

MEC. ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR. 2ª edição. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação. 1964

MORAES, Ormando. Por Serras e Vales do Espírito Santo. A epopéia das tropas e dos tropeiros. Vitória. 1989

MOREIRA, Thaís Helena; PERRONE, Adriano. Espírito Santo. História e Geografia. UFES 2000, 2ª edição. 1999

NEUER GROSSER WELTATLAS. RV Reise-und Verkehrsverlag Gmbh, Berlin-Gütersloh-Stuttgart. 1975

NICOULIN, Martin. A gênese de Nova Friburgo. Emigração e colonização suíça no Brasil (1817–1827). Fundação Biblioteca Nacional, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1996

NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo. Fundo Editorial do Espírito Santo.

OBERACKER, Karl H. Junior. Der deutsche Beitrag zum Aufbau der Brasilianischen Nation. 3. Auflage. Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. São Leopoldo. 1978

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Espírito Santo. 2ª edição, Vitória. 1975

PAWLIK, Peter-Michael. Von der Weser in die Welt, Die Geschichte der Segelschiffe von Weser und Lesum und ihrer Bauwerften 1770 bis 1893, Band 33 der Schriften des Deutschen Schiffahrtsmuseums, Bremerhaven und Hamburg. 1993

PRIEN, Hans Jürgen. Formação da Igreja Evangélica no Brasil. Das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Vozes, Editora Sinodal. 2001

POMMERSCHE KIRCHENORDNUNG. Facsimile de 1535

REHBEIN, Franz. Das Leben eines Landarbeiters, Hamburg 1985, Erstdruck Jena (Diederichs). 1911

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. Subsídios à História da Imigração Italiana nos Municípios de Ibiraçu e João Neiva.: Artgraf- Gráfica Editora. 1990

ROCHA, Gilda. Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847–1896. Gráfica Santo Antônio. 2000

ROCHE, Jean. A colonização alemã no Espírito Santo. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1968

RÖLKE, Helmar R. Descobrindo Raízes — Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia. Secretaria de Produção e Difusão Cultural - UFES. 1996

RÖLKE, Helmar R. Construção da Cidadania em Comunidades Luteranas na Região Serrana do Espírito Santo — Um Desafio Ético para a Igreja. Escola Superior de Teologia. Instituto Ecuménico de Pós-Graduação em Teologia (IEPG). 2006

ROSER, Hans. Von Bayern bis Brasilien. Der Martin-Luther-Verein. Ein Stück beyerischer Kirchengeschichte. Verlag J.P. Peter, Gebr. Holstein, GmbH & Co. KG, Rothenburg ob der Tauber, 1. Auflage. 1985

SALETTO, Nara. Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado e Trabalho do Espírito Santo (1888–1930). Edufes. 1996

SANTOS, Ezequiel Sampaio dos; et alii. História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins. Brasília Editora. 1992.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. Memória Viva. Os bondes de Vitória. Secretaria Municipal de Cultura, Vitória. 1997.

SATHLER, Anderson. Uma Igreja Centenária. Igreja Presbiteriana do Brasil. 2003

SCHAEFFER, Dario Geraldo, VOLLBRECHT, Edgar. A Igreja Centenária de Jequitibá. Renograf. 1982

SCHMOOK, Matthias. In Hamburger Abendblatt, 20.07.1998; 21.07.1998, 22.07.1998, 23.07.1998; 24.07.1998.

SONDERDRUCK aus den Anlagen zu den Verhandlungen der vierten ordentlichen Generalsynode. Nachweisung über den Stand der mit der preussischen Landeskirche in Verbindung stehenden deutschen evangelischen Gemeinden des Auslandes (September 1897)

SCHMID, Albert. Deutsches Söldnerschicksal in Brasilien. Die Fremdenbataillone des Kaisers D. Pedro I, ihre Revolte und ihre Auflösung. Porto Alegre. 1951

SCHMIDT, Artur Gustav. Die Anfänge der Diakonie in Espírito Santo. FDL Verlag Augsburg. 1984

SCHMIDT, Kurt Dietrich. Grundriss der Kirchengeschichte, 5. durchgesehene Auflage, Vandenhoeck & Rupprecht, Göttingen. 1967

SCHMIDT, Mario. Nova História Crítica Moderna e Contemporânea. São Paulo: Editora Nova Geração. 1996

TATSACHEN ÜBER DEUTSCHLAND. Die Bundesrepublik Deutschland. Fakten, Daten. Bilder. Bertelsmann Lexikon Verlag. Gütersloh. 1989

SCHRÖDER, Ferdinand. Barsilien und Wittenberg. Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien. Verlag Walter de Gruyter & Co. Berlin und Leipzig. 1936

SCHWARZ, Francisco. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Ano 1994, nº 44

SOARES VIANA, Renato. Spini nei fiori — A "nacionalização" das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na era Vargas. Vitória: Darwin, 1997

STRUCK, Ernst. Mittelpunktsiedlungen in Brasilien, Entwicklung und Struktur in drei Siedlungsräuemen Espirito Santos, Heft 11, Passauer Schriften zur Geographie, Passavia Universtitätsverlag. 1992

SUDHAUS, Fritz. Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert. Hans Christians Verlag, Hamburg. 1940

TEIXEIRA DE OLIVEIRA, José. História do Espírito Santo. 2ª edição ampliada e atualizada. Vitória. 1975

TOCHTROP, Leonardo. Dicionário Alemão-Português, 5ª Edição. Porto Alegre: Editora Globo. 1968

TSCHUDI, Johann Jakob von. Reise durch Südamerika, III Band, Erstes Kapitel. Reise nache der Provinz Espírito Santo (1860). Leipzig 1866–1869

TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagem à Província do Espírito Santo. Imigração e Colonização Suíça 1860. Coleção Canaã, Volume V. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, novembro 2004

TSCHUDI, Johann Jakob von. Relatório do enviado extraordinário ao Brasil, Sr. De Tschudi, sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1860. Polígrafo. Tradução de Erlon Paschoal

VEGESACK, Siegfried von. Der Pfarrer im Urwald — Eine Erzählung aus Brasilien, P. Keppler Verlag Baden-Baden. 1947

WACHHOLZ, Wilhelm. Barmen – Berlim: Aspectos da Confessionalidade na "IECLB do Rio Grande do Sul". In: Vertentes da Identidade Confessional da IECLB. São Leopoldo: Sínodo Rio dos Sinos. 2001

WAGEMANN, Ernst. A colonização Alemã no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1949

WEBER, Max. Gesamtausgabe, Band III. Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland: 1892. Herausgegeben von Martin Riesebrodt, Tübingen, Mohr. 1984

WEINGÄRTNER, Nelso. 150 anos de presença luterana no Vale do Itajaí. Editora Otto Kuhr. 2000

WENCESLAU J. Junior. Der Integralismus, leichtverständlich für alle. Zweite verbesserte Ausgabe, 1937, Impressora Paranaense, Curityba.

WEHRMANN, Martin. Geschichte von Pommern. Erster und Zweiter Band. Unveränderter Nachdruck der Ausgaben von 1919 und 1921. Verlag Wolfgang Weirdrich, Frankfurt am Main. 1982

WERNICKE, Hugo. Deutsch-Evangelisches Volkstum in Espírito Santo. Stiftungsverlag Potsdam. 1910

WESTERMANNS ATLAS ZUR WELTGESCHICHTE. Georg Westermann Verlag Braunschweig. 1963

WULSCHNER, Hans Joachim. Vom Rio Grande zum La Plata. Deutsche Reiseberichte des 19. Jahrhunderts aus dem südlichen Amerika. Horst Erdmann Verlag, Tübingen-Basel. 1975

ZORZAL E SILVA, Marta. Espírito Santo – Estado, interesses e poder. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES. 1995



Coleção Canaã

Volumes

1º Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória — O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (Fevereiro 1895). Carlo Nagar – 1995.

2º Projeto de Um Novo Arrabalde — 1896. Edição Fac-similar. Francisco Saturnino Rodrigues de Britto – 1996.

3º Catálogos de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585–1822). João Eurípedes Franklin Leal (org.) – 1998.

4º Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas — O Início da Colonização do Espírito Santo. Nara Saletto – 1998.

5º Viagem à Província do Espírito Santo — Imigração e Colonização Suíça — 1860. Johann Jakob von Tschudi – 2004.

6º Colônias Imperiais na Terra do Café — Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras (1874–1900). Renzo M. Grosselli – 2008.

7º Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. 3ª Edição. Levy Rocha – 2008.

8º História do Estado do Espírito Santo. 3ª Edição. José Teixeira de Oliveira – 2008.

9º Os Capixabas Holandeses — Uma História Holandesa no Brasil. Ton Roos e Margje Eshuis – 2008.

10º Pomeranos Sob o Cruzeiro do Sul — Colonos Alemães no Brasil. Klaus Granzow – 2009.

11º Carlos Lindenberg — Um estadista e seu tempo. Amylton de Almeida – 2010.

12º Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2ª Edição. Basílio Carvalho Daemon – 2010.

13º Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas — O Início da Colonização do Espírito Santo — 2ª Edição Revisada. Nara Saletto – 2011.

14º Viagem ao Espírito Santo – 1888. Princesa Teresa da Baviera. Julio Bentivoglio (org.) – 2013.

15º F azenda do Centro — Imigração e Colonização Italiana no Sul do Espírito Santo. Sérgio Peres de Paula – 2013.

16º Tropas & Tropeiros — o transporte a lombo de burros em Conceição do Castelo. Armando Garbelotto — 2013.

17º Nossa Vida no Brasil. Imigração norte-americana no Espírito Santo (1867–1870). Julia Louisa Keyes — 2013.

18º Viagem pelas Colônias Alemãs do Espírito Santo: a população Evangélico-Alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil. Hugo Wernicke – 2013.

19º Imigrantes Espírito Santo – base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro – 2014.

20º Italianos – base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro – Série Imigrantes Espírito Santo, volume 1 – 2014.

21º Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX. Paul Ehrenreich (org.), Julio Bentivoglio – 2014.

22º Negros no Espírito Santo — 2ª Edição. Cleber Maciel (org.), Osvaldo Martins de Oliveira – 2016.

23º Raízes da Imigração Alemã — História e Cultura Alemã no Estado do Espírito Santo. Helmar Rölke — 2016.

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras em suporte digital, podem ser consultados no site do APEES, em formato PDF, no seguinte endereço: <www.ape.es.gov.br>.

exigidas dos germânicos-capixabas, como de resto de toda a população espírito-santense.

Não obstante a pujança da contribuição alemã à colonização e ao progresso das terras capixabas, a caminhada iniciada há quase dois séculos nas províncias dos antigos territórios germânicos ainda demanda muitos passos até que se realize o sonho da Canaã tropical. De toda sorte, obras como esta colocam-se como um potencial e precioso instrumento de navegação rumo ao horizonte há muito desejado. Que assim seja.

Prof. Dr. José Antonio Martinuzzo
Universidade Federal do Espírito Santo



HELMAR REINHARD RÖLKE nasceu em 05 de novembro de 1946, em Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo. Graduou-se em Teologia, com Pós-Graduação em Ética, Cidadania e Subjetividade no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia (IEPG) pelas Faculdades EST. Atuou em diversas Paróquias no Estado do Espírito Santo como pastor. Entre 1994 e 1996 integrou o Conselho Curador da EST. Em 1998, assumiu o cargo de Pastor Sinodal do Sínodo Espírito Santo a Belém, período em que exerceu a presidência regional do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC); do Conselho de Ensino Religioso no Espírito Santo (CONERES). Publicou o livro *Descobrindo Raízes — Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia*. É casado com Irmgard Kerckhoff Rölke, formada em biologia, com a qual tem um filho e duas filhas, Carlos Eduardo (médico), Gabriela (jornalista) e Rafaela (psicóloga).

"Fome, falta de futuro, falta de perspectiva de dias melhores e sede por liberdade religiosa abriram o caminho para a América".

Assim, segundo relata Helmar Rölke, neste ímpar e definitivo livro sobre a presença alemã no Estado do Espírito Santo, eclode a saga migratória dos germânicos rumo ao novo mundo.

De um continente europeu em redesenho político e econômico à imperial nação brasileira, milhares de alemães por aqui aportaram ao longo do século XIX em busca de digna existência. Nas terras capixabas, formaram o segundo maior contingente de imigrantes a colonizar o chão intocado que até então servia de muralha de proteção às minas gerais.

A terra prometida não foi exatamente uma Canaã, mas se tornou o território da vida renovada, apesar de também atravessada por desafios tão marcantes quanto aqueles vividos no Velho Continente, ainda que de natureza muito diversa.

Das razões do "exílio", da travessia atlântica, das chegadas e quarentenas, dos princípios na mata selvagem e escarpada, do dia a dia na lavoura, da religiosidade, da cultura, das solidões, dos desamparos, das superações, enfim, da germanidade capixaba, tem-se aqui um relato cuidadoso, inédito e impositivo a quem queira saber mais do Espírito Santo e de suas raízes alemãs.

Prof. Dr. José Antonio Martinuzzo
Universidade Federal do Espírito Santo


ISBN 978-85-98928-21-0

APOIO CULTURAL



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

